

**TRAJETÓRIA, MEMÓRIAS
E DILEMAS DO BRASIL**

FLORESTANES FERNANDES

Eliane Veras Soares

Diogo Valença de Azevedo Costa

Aristeu Portela Jr.

Lucas Trindade da Silva

Ana Rodrigues Cavalcanti Alves

Remo Mutzenberg

marxismo21

Fonte: <https://marxismo21.org/florestan-fernandes-trajetoria-memorias-e-dilemas-no-brasil/>

**TRAJETÓRIA, MEMÓRIAS
E DILEMAS DO BRASIL**

FLORESTAN FERNANDES

Eliane Veras Soares

Diogo Valença de Azevedo Costa

Aristeu Portela Jr.

Lucas Trindade da Silva

Ana Rodrigues Cavalcanti Alves

Remo Mutzenberg

marxismo21

marxismo21

Autores:

Eliane Veras Soares
Diogo Valença de Azevedo Costa
Aristeu Portela Jr.
Lucas Trindade da Silva
Ana Rodrigues Cavalcanti Alves
Remo Mutzenberg

Organizadores:

Eliane Veras Soares e Diogo Valença de Azevedo Costa

Projeto Gráfico, Capa e Diagramação:

Fábio Luna

Esta publicação está disponível para download gratuito no formato PDF.

A revisão e padronização foram feitas pelos próprios autores/autoras.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores/autoras.

É permitida a reprodução desta obra, desde que citada a fonte.

Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Blog *marxismo21* divulgando a produção teórica marxista no Brasil contemporâneo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Florestan Fernandes [livro eletrônico] : trajetória, memórias e dilemas do Brasil
/ [organização Eliane Veras Soares, Diogo Valença de Azevedo Costa. —
Chapecó, SC : Marxismo 21, 2021. — Coleção marxismo21 : 1) PDF

ISBN 978-65-00-25934-6

1. Educação pública - Brasil 2. Fernandes, Florestan, 1920-1995 3.
Memórias 4. Sociologia - Brasil 5. Socialização política 6. Socialismo - Brasil I.
Soares, Eliane Veras. II. Costa, Diogo Valença de Azevedo. III. Série.

21-71325

CDD-300

Índices para catálogo sistemático:

1. Ciências sociais 300

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

<https://marxismo21.org/>

Proposta editorial de *marxismo21*

Tantas vezes anunciada como superada ao longo de mais de um século, a teoria marxista tem despertado um significativo e abrangente interesse em todo o mundo. Para nós, isso decorre de sua natureza científica e de sua dimensão crítica, decisivas não apenas para a análise e diagnóstico da crise estrutural do capitalismo como também para a radical superação desta forma de sociabilidade, sobretudo a partir da mais recente crise da economia capitalista.

Entendemos também que o marxismo apenas conseguirá responder aos desafios do século 21, caso se mantenha aberto à confrontação permanente com os novos fenômenos da atualidade, seja na economia, seja na política, na cultura, etc., testando sempre a validade de suas hipóteses. Por sua vez, a afirmação teórica do marxismo nunca será um ato gratuito, implicando sempre um compromisso com as lutas sociais e políticas contra o capitalismo e pelo socialismo.

Com características inéditas no Brasil, *marxismo21* visa responder às necessidades intelectuais não apenas de estudantes e pesquisadores, mas também de militantes sociais e partidários, professores e estudantes do ensino médio, informando-os sobre as programações, os eventos e as distintas produções teóricas comprometidas com as obras teóricas de Marx e Engels.

Convencidos de que a riqueza e a complexidade da teoria marxista se manifestam pelo seu pluralismo e diversidade, os editores se empenharão em divulgar as diferentes interpretações sobre a obra de Marx. Comprometido com uma orientação democrática, não-sectária e pluralista, *marxismo21* não privilegiará nenhuma tradição teórica nem se filiará a qualquer corrente político-partidária atuante na cultura política brasileira. Além disso, pretende ser um espaço de articulação da pesquisa marxista buscando conferir-lhe um caráter mais articulado e coletivo num país de dimensões continentais como é o Brasil.

O *blog* pretende ser, sobretudo, um instrumento útil e valioso na luta teórica, política e ideológica pela difusão do pensamento marxista, crítico e transformador. Esta expectativa funda-se na convicção de que as ferramentas oferecidas pelos novos suportes e mídias digitais, bem como os temas relativos à sua democratização e socialização, devem ser questões

e desafios enfrentados pelo marxismo no século 21. Iniciativa de pesquisadores marxistas, marxismo21 se consolidará e será bem-sucedido desde que tenha a solidariedade ativa das entidades de pesquisa e estudos, dos editores, dos autores e dos movimentos sociais e políticos de esquerda do país. marxismo21 não é propriedade intelectual de seus atuais criadores, mas um compromisso de todos os marxistas que se dispuserem a participar de sua construção, produção e funcionamento.

15 de agosto de 2012

Comitê Editorial

Alexandre Marinho Pimenta, Angélica Lovatto, Caio Navarro de Toledo, Danilo Enrico Martuscelli, David Maciel, Leandro de Oliveira Galastri e Ricardo Figueiredo de Castro

Conselho Editorial

Ademar Bogo, Adriano Nascimento, Anderson Deo, André Flores Penna Valle, Andrea Piazzaroli Longobardi, Ângelo Novo, Augusto Buonicore (*in memoriam*), Bernardo Boris Vargaftig, Bruno Durães, Camila do Valle, Carla Luciana Silva, Coletivo Cem Flores, Daniele Cordeiro Motta, Davisson de Souza, Demian Melo, Diogo Valença de Azevedo Costa, Dorge Konrad, Elcemir Paço Cunha, Eliane Veras Soares, Eliel Machado, Eurelino Coelho, Fernando Ponte de Souza, Flávio Antônio de Castro, Francisco Farias, Francisco Prandi Mendes de Carvalho, Gilberto Calil, Gonzalo Rojas, Guilherme Boulos, Hector Benoit, Helder Gomes, Henrique Wellen, Iná Camargo Costa, Jefferson Barbosa, Joana Coutinho, José Carlos Ruy (*in memoriam*), José Claudinei Lombardi, José Roberto Cabreira, Lidiane Soares Rodrigues, Lincoln Secco, Livia de Cássia G. Moraes, Luciano Cavini Martorano, Luiz Martins, Marcelo Carcanholo, Marcelo Lira, Márcio Naves, Marcos Del Roio, Marcos Soares, Maria Orlanda Pinassi, Maria Ribeiro do Valle, Marly Vianna, Maurício Vieira, Mauro Iasi, Meire Matias, Miguel Yoshida, Milton Pinheiro, Muniz Ferreira, Patrícia Vieira Trópia, Paulo Denisar Fraga, Plínio Arruda Sampaio Jr., Raquel Varela, Rejane Carolina Hoeveler, Renato Nucci Jr., Ricardo Antunes, Ricardo Festi, Roberta Traspadini, Roberto Leher, Rodrigo Castelo Branco, Rodrigo Duarte Passos, Ronaldo Rosas Reis, Sávio Cavalcante, Sérgio Barroso, Sérgio Braga, Silvia Beatriz Adoue, Sofia Manzano, Virgínia Fontes e Wilson Santos.

Apoio

PROEX/CAPES/PPGS-UFPE - Programa de Excelência Acadêmica da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Auxílio aprovado pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia a Universidade Federal de Pernambuco.

PROPESQI/ PIBIC/UFPE – Programa de Iniciação Científica – Pro-reitoria de Pesquisa e Inovação da Universidade Federal de Pernambuco. Bolsa de iniciação científica. Editais 2018 e 2019.

Programa CAPES/Print/UFPE, Brasil, Cod.001. Bolsa Professor visitante no Exterior, para realização do plano de trabalho desenvolvido por Eliane Veras Soares, intitulado “O lugar social das produções culturais contemporâneas em espaços de Língua Portuguesa: uma análise da sociologia de Florestan Fernandes em perspectiva comparada”, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em 2019, com a colaboração da Profa. Dra. Inocência Mata e do Prof. Dr. José Luís Pires Laranjeira, no quadro do projeto mais amplo “O Pós-Colonial no mundo de língua portuguesa e o lugar das literaturas africanas na literatura mundo”.

Dedicatória

Dedicamos este livro aos nossos ancestrais, aos nossos descendentes, às companheiras e aos companheiros de vida e, em especial, às nossas alunas e aos nossos alunos, razão de ser da nossa atividade profissional.

Agradecimentos

Foram tantas pessoas e instituições envolvidas, direta ou indiretamente, na realização deste livro que não temos como nomeá-las sem o risco de cometer alguma injustiça. Entretanto, nos sentimos compelidos a referir os nomes de

Antonio Rago Filho
Barbara Freitag-Rouanet
Caio Navarro de Toledo
Carlos Eduardo Berrial
Florestan Fernandes Jr.
Heloisa Fernandes
Inocência Mata
José Luís Pires Laranjeira
Luana Lessa
Paulo Henrique Fernandes da Silveira
Ricardo Antunes
Salette Cavalcanti
Silke Weber

Agradecemos, ainda, as seguintes instituições

Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFPE
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFRB
UMMA e Fundo Florestan Fernandes, em especial, Cláudia de Moraes Barros Ramalho, Izabel da Mota Franco, Siomara Mello de Almeida Prado, Vera Lúcia Cósia e Alessandra Veronese

**TRAJETÓRIA, MEMÓRIAS
E DILEMAS DO BRASIL**

FLORESTAN FERNANDES

**Eliane Veras Soares
Diogo Valença de Azevedo Costa
Aristeu Portela Jr.
Lucas Trindade da Silva
Ana Rodrigues Cavalcanti Alves
Remo Mutzenberg**

SUMÁRIO

Prefácio, 17

Caio Navarro de Toledo

Descobrimo Florestan Fernandes: entre memórias e interpretações ou “em que consiste mesmo este livro?”, 33

Eliane Veras Soares

Parte I – Entrevistas

Nota explicativa, 47

I – Primeira entrevista com Florestan Fernandes, 49

Tema: Socialização política indireta

Brasília, 25 de outubro de 1990

II – Segunda entrevista com Florestan Fernandes, 76

Da socialização política indireta à socialização política orientada

Brasília, 13 de novembro de 1990

III – Terceira entrevista com Florestan Fernandes, 87

Militância Política nos anos 1940

Brasília, 10 de janeiro de 1991

IV – Quarta entrevista com Florestan Fernandes, 99

Militância Política nos anos 1940 (continuação)

Brasília, 23 de janeiro de 1991

V – Quinta entrevista com Florestan Fernandes, 116

Militância política nos anos 1940

Brasília, 30 de janeiro de 1991

VI – Sexta entrevista com Florestan Fernandes, 126

Formação e pesquisa no anos 1940/1950

Brasília, 23 de maio de 1991

VII – Sétima entrevista com Florestan Fernandes, 156

Anos 1950

Brasília, 29 de Maio de 1991

VIII – Oitava entrevista com Florestan Fernandes, 163

A Campanha em Defesa da Escola Pública e a Universidade

Brasília, 27 de junho de 1991

Parte II – Um olhar sobre a trajetória e a obra de Florestan Fernandes

I – Ciência e Política em Florestan Fernandes: trajetória entrecruzada, 177

Eliane Veras Soares

II – Florestan Fernandes por ele mesmo: O conjunto de seus depoimentos biográficos, 187

Diogo Valença de Azevedo Costa

III – Olhares sobre Florestan Fernandes: trincheiras da Sociologia Crítica e Militante, 199

Diogo Valença de Azevedo Costa

IV – Florestan Fernandes: um trânsfuga de classe?, 221

Ana Rodrigues Cavalcanti Alves

V – O Partido Socialista Revolucionário (PSR) e a militância política nos anos 1940, 241

Diogo Valença de Azevedo Costa

VI – Florestan Fernandes e seu projeto teórico não pré-definido: anos 1940 e 1950, 251

Diogo Valença de Azevedo Costa e Remo Mutzenberg

VII – Sociologia, Educação e Democracia: a Campanha em Defesa da Escola Pública, 271

Aristeu Portela Jr.

VIII – O CESIT: a elaboração de uma teoria sociológica do subdesenvolvimento, 279

Lucas Trindade da Silva

IX – Tempo passado, dilemas do presente: ditadura civil-militar e revolução burguesa no Brasil, 297

Aristeu Portela Jr.

X – Florestan Fernandes e o dilema racial brasileiro, 317

Diogo Valença, Ana Rodrigues Alves, Aristeu Portela Jr., Eliane Veras Soares, Lucas Trindade da Silva, Remo Mutzenberg

Parte III

Bibliografia de Florestan Fernandes, 353

Para Ler Florestan Fernandes, 361

Sobre as autoras e os autores, 372

Caderno de Fotos, 376

Prefácio

Caio N. de Toledo¹

“*Florestan Fernandes: trajetória, memórias e dilemas do Brasil*” é uma qualificada obra, organizada e realizada coletivamente. O livro é o resultado de debates que, ao longo de vários meses, seis pesquisadores empreenderam sobre relevantes problemáticas da produção sociológica de Florestan Fernandes. Desde logo, esclareça-se que a admiração pelo trabalho intelectual e as afinidades com a orientação teórico-ideológica do sociólogo da USP não levam estes estudiosos a abandonar as exigências da leitura crítica nem adotar o estilo hagiográfico em torno do autor.

A decisão de privilegiar a pesquisa sobre o pensamento social de Florestan é motivada, principalmente, pelo fato de reconhecerem que sua obra é decisiva para o rigoroso conhecimento crítico da ordem capitalista brasileira; mas, igualmente, pela convicção de que a sociologia crítica do autor deve ter um papel relevante no debate sobre os caminhos e embates políticos voltados para a radical transformação social do país.

Distinguindo-se de outros intérpretes da extensa obra do sociólogo da USP, estes seis pesquisadores mostram em seus ensaios que o compromisso com os ideais socialistas e as convicções marxistas – presentes na juventude e que se aprofundam até o final de sua vida – foram decisivos para a elaboração do fecundo pensamento crítico de Florestan Fernandes. Para eles, sociologia crítica e militância socialista nunca deixaram de ser objetivos permanentes e indissociáveis na obra do notável cientista social brasileiro.

Esta coletânea de textos tem três momentos. A primeira parte contém oito entrevistas com Florestan Fernandes, realizadas, em Brasília, DF; naquela ocasião, ele exercia o segundo mandato na Câmara Federal (1991-1994), como deputado eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT) do estado de São Paulo.

A segunda parte reúne ensaios dos seis organizadores do livro. Além de terem como referência central o conjunto das entrevistas, os 10 textos examinam questões e problemáticas específicas da extensa obra do sociólogo. Justa e pertinente é, pois, a avaliação feita na *Introdução*, quando

¹ Professor aposentado do IFCH, Unicamp. Autor, entre outros, de *ISEB: fábrica de ideologias*. Membro do comitê editorial do *site marxismo21*.

observa que o valor desta obra se manifesta pela diversidade e pluralidade das pesquisas realizadas por este coletivo de acadêmicos.

A terceira parte contem: uma “Bibliografia de Florestan Fernandes”, uma “Bibliografia para ler Florestan Fernandes” e um “Caderno de Fotos”.

Na primeira parte do livro, são publicadas oito entrevistas, concedidas, ao longo de oito meses (fins de outubro de 1990 e fins de junho de 1991), por Florestan Fernandes a Eliane Veras Soares. Objetivando elaborar uma dissertação de mestrado da pesquisadora², as entrevistas buscaram entender a relação do sociólogo com a política, particularmente a produção teórica e seu vínculo com o socialismo.

Tal como se verifica em outros depoimentos de Fernandes – alguns deles de natureza autobiográfica –, as entrevistas se iniciam com um relato dos primeiros anos de vida do sociólogo. A rigor, seguem elas a orientação “anti-intelectualista” que o próprio Florestan privilegia para se conhecer a sua formação teórica e convicções político-ideológicas. Falando de sua “formação acadêmica”, disse ele em outro escrito: “(...) ainda que isso pareça pouco ortodoxo e antiintelectualista, afirmo que iniciei minha aprendizagem ‘sociológica’ aos seis anos, quando precisei ganhar a vida como se fosse um adulto (...)”. Por outro lado, nas primeiras entrevistas deste livro, ao discorrer sobre a socialização política (negativa e positiva) que experimentou na condição de jovem trabalhador, afirma que ela também deveria ser explicada a partir dos duros combates que enfrentou na luta pela sobrevivência na iníqua e desigual ordem capitalista brasileira.

As entrevistas do livro revelam que estamos diante de uma figura humana de prodigiosa e singular memória. São pungentes os relatos da infância e adolescência - compartilhadas com dona Maria Fernandes, a mãe lavadeira e doméstica; períodos marcados pela incessante necessidade de buscar trabalho, por vezes “humilhante e degradante”.

Foram eles anos “varridos pela tempestade da vida” que, no entanto, eram enfrentados altiva e sofridamente pelo menino de rua aguerrido e destemido. Relata ele que, imbuído do “orgulho selvagem” próprio do mundo hostil e agreste, conseguiu empregar os meios e as técnicas de autodefesa para a sobrevivência física e a defesa da integridade moral.

2 A dissertação de mestrado de Eliane Veras Soares foi, posteriormente, publicada em livro: *Florestan Fernandes: o militante solitário*. São Paulo: Cortez, 1997.

No entanto, como observa Soares, as entrevistas acabam privilegiando os anos 1940. Foi este o período que precede o ingresso de Florestan, em 1941, na antiga Faculdade de Filosofia e Ciências e Letras da USP; foram os anos em que ele, de forma determinada e incansável, buscou conciliar o trabalho e a frequência às aulas ministradas por consagrados mestres europeus em suas línguas nacionais. Anos 1940 em que, ainda como estudante e funcionário de um laboratório farmacêutico, realizou suas pesquisas iniciais – decisivas para a sua afirmação intelectual; e, finalmente, período em que se dá sua bem sucedida trajetória como jovem docente do Departamento de Sociologia da USP. As entrevistas concluem com um relato e análise de “A Campanha em Defesa da Escola Pública”, ocorrida no país no final dos anos 1950.

Enquanto outros depoimentos e escritos do autor, em torno dos anos 1940, igualmente, discutem a trajetória pessoal e acadêmica de nosso autor, são as entrevistas deste livro que contribuem, de forma mais ampla e circunstanciada, para o conhecimento das primeiras definições ideológicas, dos posicionamentos políticos e do engajamento partidário de Florestan Fernandes no momento do Estado Novo e da democratização de 1946³.

Nestas entrevistas, Florestan analisa a conjuntura do Estado Novo, esclarece seu posicionamento político na ditadura de Getúlio Vargas e avalia a atuação de alguns movimentos sociais e políticos da época (sindicalistas, anarquistas, comunistas, socialistas e adeptos da IV Internacional). Igualmente, somos informados de suas posições ideológicas primeiras: “esquerdismo ingênuo”, “populismo radical” (sem nenhuma base teórica) e difusas simpatias pelo socialismo (ou socialismo utópico) – todas elas, sempre reitera, advindas da “escola de vida” representada por seus contatos com militantes e intelectuais socialistas (no trabalho, em reuniões de grupos políticos, nas escolas, nos meios *lumpen* por ele frequentados); por meio da leitura de livros e literatura de esquerda etc. Tudo isso foi possível, pois o jovem trabalhador e estudante do curso de Madureza, explica ele, vivia em São Paulo que, nas décadas de 1930-1940, era um centro dinâmico de manifestação de ideias políticas, de debate cultural e de intensas lutas sociais.

Nos anos 1940, o acontecimento mais significativo na trajetória política de Florestan – após ter hesitado entrar no então PCdoB (Partido

3 Diogo Valença de Azevedo Costa, em “*Florestan Fernandes por ele mesmo: O conjunto de seus depoimentos biográficos*”, na segunda parte deste livro, examina outros depoimentos e entrevistas concedidos, após 1975, pelo sociólogo da USP.

Comunista do Brasil), por quem dizia sempre estar “seduzido” – foi o ingresso, em 1943, no Partido Socialista Revolucionário (PSR), vinculado à IV Internacional. Uma decisão atormentada, mas plenamente consciente. Foram quase dez anos de militância intelectual – nunca “profissional”, como sempre esclareceu.

Por meio de argumentos teóricos e firmes convicções político-ideológicas, Florestan, assim, tomava partido na cena política brasileira ao ingressar numa pequena agremiação de lúcidos intelectuais – que, contudo, abrigava um número reduzido de trabalhadores. Nas palavras do sociólogo da USP, o PSR era um “grupúsculo”.

Crítico radical do sectarismo e das estéreis divisões dentro das esquerdas, o sociólogo socialista, no entanto, sempre buscou ter relações fraternais com o conjunto das esquerdas partidárias brasileiras; até o fim de sua vida – como *A contestação necessária*, seu último livro, é uma prova eloquente –, defendeu a solidariedade entre os grupos de esquerda e o diálogo fraterno entre os intelectuais socialistas diante do permanente cerco e repressão movidos pelos inimigos de classe dos trabalhadores.

Sempre leal às tarefas intelectuais a ele incumbidas pelo PSR – partido no qual a convivência se manifestava por laços de fraternidade e camaradagem socialistas –, Florestan, nas entrevistas, fez questão de esclarecer que sua integração a um partido vinculado à IV Internacional não tinha nenhum sentido *anti-stalinista*; sua adesão ao PSR, afirmou, não significava “assumir uma posição pró-Trotsky ou anti-Stalin”.

Questionando sem reservas o “centralismo democrático” e a rigidez partidária existentes no Partido Comunista, não deixou de observar que estes defeitos organizacionais, contudo, não deixavam de existir também no “movimento trotskista” internacional. Solidarizando-se com os camaradas do PSR – que eram discriminados e hostilizados pelo sectarismo stalinista –, ressaltou também que alguns deles agiam de forma acrítica em relação à liderança maior da IV Internacional; por fim, na entrevista, afirma que jamais praticou ou cultivou o “fanatismo trotskista”.

No início dos anos 1950, com muitas dúvidas e inquietações, Florestan afastou-se do PSR⁴; uma difícil decisão tomada após conversas com dirigentes do partido e amigos. Hermínio Sacchetta e Antonio Candido, entre eles, argumentavam que o talentoso jovem poderia colaborar de forma

4 Em seus próprios depoimentos, não fica clara a data exata do afastamento de Florestan do PSR. Por vezes, fala-se em fins dos anos 1940 e, por vezes, menciona-se o início dos 1950; momento em que, como observa o competente pesquisador sobre a obra dele, Diogo Azevedo Costa, “se descortina a possibilidade de ser professor efetivo na USP”.

mais eficaz para a luta socialista ao se dedicar integralmente à universidade e à produção intelectual.

Na extensa bibliografia sobre Florestan, certamente, este é o documento que examina, de forma mais ampla e esclarecedora, a militância do autor dentro do Partido Socialista Revolucionário.

Por sua vez, as entrevistas do livro ensejaram uma acurada análise de Diogo Valença de Azevedo Costa, “*O Partido Socialista Revolucionário (PSR) e a militância política nos anos 1940*”, publicada na segunda parte do livro. No artigo, o autor busca examinar em que medida a militância de Florestan no PSR contribuiu para a elaboração de sua perspectiva sociológica crítica.

Acompanhando as formulações do sociólogo da USP no esclarecedor “*Em busca de uma sociologia crítica e militante*”, Azevedo Costa ressaltava que – para a definição teórica marxista do autor – foram decisivos a tradução de “*A Contribuição à Crítica da Economia Política*” e o ensaio introdutório escrito ao livro. Nas próprias palavras de Florestan, este seu trabalho intelectual, realizado de forma prematura, aos 26 anos, “surgia como um verdadeiro mergulho em mar alto”. Esta realização intelectual, ainda segundo ele, teria sido “marcante na descoberta dos caminhos que me levariam à perspectiva sociológica que defendo e à prática sociológica que me impus”. Ou seja, *sociologia crítica, sociologia militante*.

A outra indagação desenvolvida no artigo de Azevedo Costa se refere ao tipo de concepção política presente na atuação do sociólogo da USP dentro do movimento trotskista. Crítico radical da política de conciliação de classes, defendida pelo PCdoB nos anos 1940, a participação do jovem Florestan no PSR corresponderia a uma adesão ideológica, firme e consciente, ao projeto político da revolução socialista no Brasil. Nas palavras do ensaísta, a adesão de Florestan ao PSR significou “uma tomada de posição existencial intimamente vinculada à sua origem *lumpen*, plebeia, a qual iria se expressar nos temas de suas investigações sociológicas e na sua orientação metodológica de apanhar a ‘história em processo’ com o propósito de examinar as condições sociais e políticas para mudanças progressistas de cunho radical na sociedade brasileira”.

Por último, impõe-se um relevante registro sobre esta primeira parte do livro. Como prova da qualificação e do caráter criterioso deste trabalho coletivo, deve-se observar que as oito entrevistas contêm inúmeras notas de rodapé. Pertinentes e valiosas, são elas bastante esclarecedoras aos leitores e pesquisadores na medida em que prestam informações novas

e complementares sobre: (a) nomes e atividades de pessoas com as quais Florestan manteve relações de amizade e convivência, particularmente nos anos 1930 e 1940; (b) obras e autores citados ; (c) atores e grupos políticos mencionados; (d) episódios políticos e históricos nem sempre examinados, de forma extensa, na entrevista; (e) outros depoimentos e textos de/sobre Florestan que são cotejados com os relatos feitos nas oito entrevistas. A este respeito, o rigor das notas chega, por vezes, ao detalhe de identificar a localização das obras no “Fundo Florestan Fernandes da Biblioteca Comunitária” da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Na segunda parte do livro são publicados 10 artigos. Seus autores são os seis pesquisadores responsáveis pela organização da obra.

Em “*Ciência e política em Florestan Fernandes*”, Eliane Veras Soares busca mostrar que a dimensão da política sempre esteve presente no horizonte da obra científica de Florestan Fernandes. Neste sentido, não se pode senão questionar leituras e interpretações que subestimam ou deixam “apagada” a política ou o ideológico no “Florestan acadêmico”.

Ressalvando que “a relação entre ciência e política” nesse autor “é complexa, imbricada e ao mesmo tempo estruturante da sua trajetória intelectual”, Soares propõe examinar o conjunto da obra do autor “em três grandes eixos, que devem ser concebidos como círculos concêntricos que vão paulatinamente se estendendo e se aprofundando, em diálogo (e muitas vezes em conflito) permanente com os desafios da história vivida”.

Na leitura da autora, os três círculos seriam: o da “Sociologia” (anos 1940-1950), o da “desconstrução do acadêmico” (de 1960 até a candidatura à Constituinte, em 1986) e o da “militância partidária” (atividade política comprometida com a superação dos dilemas que foram objeto de sua obra, notadamente o *dilema racial* e o *dilema educacional*).

Esta hipótese analítica, apoiada nas indicações teórico-metodológicas do próprio sociólogo, se distingue, assim, daquelas propostas de intérpretes que, por meio de uma visão dicotômica, dissociam ciência e política na obra de Florestan.

Como o leitor poderá comprovar, esta interpretação sobre a relação entre ciência e política no pensamento do sociólogo da USP está formulada de forma consistente e bem argumentada. Trata-se de uma hipótese de trabalho original e fecunda.

“*Florestan Fernandes por ele mesmo: o conjunto de seus depoimentos biográficos*” tem a autoria de Diogo Valença de Azevedo Costa. Trata-se de uma relevante contribuição à leitura e debate da primeira parte do livro, pois o artigo examina outros depoimentos concedidos por Florestan Fernandes que “se caracterizam pelo balanço geral de sua própria trajetória, de sua vida acadêmica e política”.

De forma acurada e criteriosa, Azevedo Costa tece comentários e observações valiosas sobre alguns depoimentos e entrevistas concedidos por Florestan, a partir de meados dos anos 1970. Entre eles, “*Em busca de uma sociologia crítica e militante*” (“de leitura obrigatória e indispensável”) e “*A geração perdida*” (publicados em *A Sociologia no Brasil*, 1977). Destaque-se também o livro-entrevista *A condição de sociólogo* (“o mais importante e completo balanço de sua produção intelectual”). Outros documentos pertinentes também são informados no artigo de Azevedo Costa⁵.

Para o autor, o estudo comparativo dos depoimentos do sociólogo paulista, concedidos em momentos distintos de sua trajetória intelectual, emerge como um possível caminho para a elaboração de novas hipóteses para a interpretação da produção intelectual de Florestan Fernandes.

Dois outros artigos de Diogo Valença de Azevedo Costa constam desta coletânea: “*Olhares sobre Florestan Fernandes: trincheiras da Sociologia Crítica e Militante*” e “*O Partido Socialista Revolucionário (PSR) e a militância política nos anos 1940*”. Tendo em vista que este último texto foi objeto de alguns comentários na primeira parte deste Prefácio, examinemos “*Olhares ...*”.

Esclarece o autor que o objetivo de seu artigo é o de expor, de forma cronológica, as “questões interpretativas suscitadas em torno do conjunto do pensamento sociológico de Florestan Fernandes ou, pelo menos, das temáticas e aspectos essenciais de sua produção e trajetória intelectuais”.

As questões centrais, em torno da obra do sociólogo da USP, seriam a sua concepção de Sociologia, as continuidades e as rupturas ao longo de sua trajetória intelectual e suas convicções ideológicas e militância socialista. Como observa o autor do artigo, talvez o principal foco de divergências entre os intérpretes resida numa definição da extensa produção intelectual de Florestan: fundamentalmente, uma obra acadêmica ou uma obra mais militante?

5 São citadas as entrevistas “*A pessoa e o político*” (revista *Escrita/Ensaio*, em 1981); entrevista a Alfredo Bosi, Carlos Guilherme Mota e Gabriel Cohn (1981, no. 42 da revista *Novos Estudos*); a José Albertino Rodrigues (revista *Ciência Hoje*, 1983) e a Paulo de Tarso Venceslau (revista *Teoria & Debate, Partido dos Trabalhadores*, 1991).

Esclarece Azevedo Costa que o objetivo de seu texto é o de propor uma releitura dessa obra “valendo-se das categorias do próprio autor, articuladas em torno do projeto político de uma ‘sociologia crítica e militante’”.

A ausência de rigor na análise de obras decisivas de Florestan e a desconsideração de preceitos metodológicos nelas contidos têm sido responsáveis por interpretações superficiais e equívocas sobre a concepção de ciência do autor – em particular, da sociologia: positivismo, cientificismo, idealismo, adepto acrítico da concepção de intelectual da sociologia do conhecimento de K. Mannheim, idealização do papel e valor da ciência (desconhecimento do caráter instrumental da ciência na ordem capitalista) etc.

Para estes diferentes intérpretes, Florestan seria, definitivamente, um dos mais qualificados representantes da “sociologia acadêmica” brasileira. No entanto, fossem estes intérpretes mais criteriosos – lessem atentamente, entre outros, “*Em busca de uma sociologia crítica e militante*” bem como os demais escritos das décadas de 1940, 50 e 60 –, poderiam descobrir que a radicalidade política apontada por Florestan Fernandes está, igualmente, presente na “obra acadêmica”.

Para Azevedo Costa, impõe-se, pois, que noção de “sociologia crítica e militante” seja incorporada na análise da própria produção de Florestan a fim de que se possam compreender as *continuidades* e *rupturas* em seu pensamento sociológico.

Em relação à explicação da existência das *descontinuidades* em seu pensamento, o arguto pesquisador da obra de Florestan pondera que as rupturas se deram “no plano da construção de categorias teóricas, histórico-concretas, para a explicação das formações sociais periféricas, de origem colonial, subdesenvolvidas e dependentes”. Neste plano, estariam as contribuições mais importantes de Florestan Fernandes para a teoria sociológica no Brasil.

A criatividade e inovação teórica do autor consistiu, pois, em ter ele apontado “as distorções dos pacotes teóricos prontos e acabados que, importados, não servem para conhecermos nossa realidade e, muito provavelmente, o capitalismo em escala mundial”. Criatividade e inovação possíveis, pois o sociólogo socialista – sem desqualificar os autores do “marxismo ocidental” que, de tempos em tempos, passavam a ser privilegiados por jovens acadêmicos e meios editoriais no país – privilegiava as obras de Marx, Engels e Lenin.

Quase ao final deste extenso artigo, Azevedo Costa afirma que “a sociologia de Florestan Fernandes ganha em densidade teórica na explicação do Brasil, não apesar de sua vinculação ideológica com o socialismo, mas por causa mesmo de sua adesão ideológica ao ‘marxismo revolucionário’ como alternativa à barbárie capitalista.”

Em “*Florestan Fernandes: um trãnsfuga de classe?*”, Ana Rodrigues Cavalcanti Alves discute qual teria sido a relevância da *dimensão subjetiva e cultural* na análise empreendida por Florestan Fernandes sobre as classes sociais. Nos limites deste Prefácio, destaquemos apenas alguns problemas e argumentos expostos no extenso e instigante ensaio de Cavalcanti Alves.

Propõe-se a autora discutir três questões: (1) o papel da obra de Florestan no debate sobre classes sociais na sociologia brasileira; (2) os desdobramentos desse debate diante das transformações estruturais, políticas e institucionais ocorridas a partir dos anos 1970 e (3) a elucidação das diversas facetas da noção de classe, proposta pelo sociólogo da USP, na análise que realiza sobre a própria trajetória intelectual.

Após examinar trabalhos de estudiosos que fizeram um balanço sobre os estudos de classe no Brasil, a autora conclui que eles “não parecem suficientemente matizados para apreender a complexidade da compreensão e teorização sobre classes sociais explicitada por Florestan Fernandes”. As análises que faz de relevantes obras do sociólogo, levam Cavalcanti Alves afirmar que Florestan “incorpora a dimensão cultural e subjetiva na análise de classe, tanto em seus trabalhos de natureza teórica (...) quanto naqueles de caráter empírico”. Observa a autora que estas inovações no tratamento analítico das classes sociais, sob a perspectiva de Florestan, ocorreram antes mesmo da mudança conceitual observada no debate brasileiro, tal como foi enfatizada pelos especialistas discutidos em seu texto.

A riqueza e a complexidade da teoria sociológica do sociólogo da USP residiriam na centralidade do conceito de classe social e numa análise das relações entre as diferentes classes e frações de classe; no entanto, esta incorporação do enfoque marxista não poderia ocultar o fato de que o autor não deixaria também de se valer de ensinamentos de Weber sobre o tema da estratificação social.

Apropriando-se criativamente dos relatos contidos nas entrevistas publicadas pelo livro, a autora afirma que a posição de “trãnsfuga de classe” de Florestan permitiu a ele “conhecer de perto a dinâmica das relações de classe e das persistentes desigualdades encontradas no seio da socie-

dade brasileira, provocando-lhe anseios e inquietações que o autor perseguiu ao longo de sua trajetória intelectual e política – como a tentativa de entender como e por que os grupos sociais dominados internalizam a própria dominação.” A “revolução contra a ordem” apenas se tornará possível quando as classes dominadas tomam consciência da dominação ideológica e política que, cotidianamente, sofrem na ordem capitalista e se organizam na luta por sua radical transformação.

Na conclusão de seu ensaio, com acerto e argúcia, adverte a autora: a teoria das classes sociais elaborada por Florestan Fernandes “constitui um empreendimento notável, que se destaca tanto pelo seu pioneirismo quanto pela sua atualidade, embora ainda seja pouco discutido tanto no âmbito nacional quanto internacional”.

“*Florestan Fernandes e seu projeto teórico não pré-definido: anos 1940 e 1950*” tem como autores Diogo Valença de Azevedo Costa e Remo Mutzenberg. Para os pesquisadores, as entrevistas publicadas no livro e outros depoimentos do autor, revelariam que Florestan Fernandes seria um rigoroso intérprete de si mesmo e de sua própria produção sociológica. Neste sentido, o artigo objetiva analisar a autoavaliação que o sociólogo da USP faz da construção de seu trajeto teórico no quadro das ciências sociais do país.

Para os dois autores, o projeto teórico de Florestan Fernandes não nasceu pronto e acabado. O sociólogo foi elaborando seu projeto no embate com os desafios inerentes a um jovem docente e pesquisador com uma limitada bagagem educacional e cultural, “com as dúvidas diante das correntes epistemológicas e vertentes das ciências sociais, muitas delas entre si antagônicas, bem como com as mudanças históricas e políticas da sociedade brasileira, vista no quadro mais geral da América Latina e das contradições do capitalismo mundial.”

Para Costa e Mutzenberg, os trabalhos de investigação de Florestan ganham força justamente por fazer de sua condição de intelectual *marginal* uma das bases de sua crítica ao saber sociológico consagrado, seja nos centros como nas periferias do capitalismo. Ainda nas palavras dos autores, “a contribuição teórica original que poderia trazer à teoria sociológica em nível internacional advinha justamente de sua dedicação ao conhecimento da sociedade brasileira, entendida como um caso específico de um tipo social mais amplo, as formações sociais de capitalismo dependente e subdesenvolvido”.

Na mesma direção de um dos artigos do livro, ao distinguir a questão

das *continuidades* e *rupturas* no pensamento de Florestan, observarão: “O ponto de inflexão de seu pensamento se desloca para o socialismo como teoria revolucionária, não abandonando a sociologia como ponto de vista, mas utilizando-a de maneira ainda mais consistente no projeto político de contribuir para a transformação socialista da sociedade brasileira”. Por sua vez, a *continuidade* em sua obra, “residiria na compreensão de que a Sociologia como ciência, em moldes renovados, assumiria um papel importante nas lutas democráticas e na perspectiva socialista”.

Em “*Sociologia, Educação e Democracia: a Campanha em Defesa da Escola Pública*” Aristeu Portela Jr. analisa o significado do engajamento de Florestan Fernandes na “Campanha em Defesa da Escola Pública” e como concebia, nos anos 1950, o papel da reforma educacional na construção de uma “ordem social democrática no Brasil”. O empenhado envolvimento de Florestan se deu por meio de artigos na imprensa, palestras e debates públicos (entidades de ensino, sindicatos de trabalhadores, meios artísticos e culturais etc.).

Nas palavras do autor, foi através da reflexão sociológica que Florestan, naquele momento, buscava discernir “os dilemas educacionais brasileiros, as relações da instituição escolar com o Estado, a democratização e o desenvolvimento da sociedade”. Distinguindo-se de outros reformadores, de convicções liberais, o sociólogo da USP defendia enfaticamente que o Estado – por meio da organização e financiamento da educação pública – teria um papel “crucial para a constituição das bases culturais de uma ordem social democrática no Brasil”.

Aos que julgam ter sido incoerente a participação do socialista numa campanha reformista, caberia lembrar que Florestan – como amplos setores da esquerda não sectária nos anos 1950 e 1960 – apoiaram as reformas de base (agrária, política, universitária, bancária etc.) como exigências da “Revolução dentro da ordem”. Nas próprias palavras do autor socialista: a campanha em defesa da escola pública não deixava se caracterizar como “um reformismo construtivo para uma sociedade que não levou até o fim a descolonização”, pois “as estruturas coloniais estão ao lado de estruturas capitalistas superavanzadas na sociedade brasileira”.

Em “*O CESIT: a elaboração de uma teoria sociológica do subdesenvolvimento*”, Lucas Trindade da Silva se propõe a debater o que, na década de 1960, significou na trajetória político-intelectual de Florestan Fernandes o *Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho* e de que forma os projetos e a

atuação dessa entidade acadêmica influíram na obra do sociólogo da USP.

Criado, em 1962, por Florestan Fernandes – então regente de cátedra do Departamento de Sociologia-USP – e Fernando Henrique Cardoso, seu assistente, o CESIT teria sido uma efêmera experiência universitária que buscava intervir na política econômica e social e, em particular, no debate sobre o desenvolvimento econômico e social do país. Neste sentido, observa o artigo que – contrariamente a algumas interpretações de estudiosos – nem toda a USP defendia uma estrita autonomia entre ciência e política. Nas palavras de Trindade da Silva, “a trama de relações com a problemática do desenvolvimento e o interesse em uma contribuição científica prática ou aplicada para a mesma, em consonância com setores do empresariado interessados na autonomia nacional, é explícita nos projetos de investigação em torno dos quais se articula o CESIT”.

Dois destes projetos, cujos títulos evidenciam a tentativa de envolvimento do CESIT com a questão do desenvolvimento – *A Empresa Industrial em São Paulo e Economia e Sociedade no Brasil: Uma Análise Sociológica do Subdesenvolvimento* – são examinados no texto. As exigências, os impasses e os problemas para a realização efetiva do segundo projeto – na criteriosa análise de Florestan – são expostos por Trindade da Silva.

Passados alguns anos da criação do CESIT, o otimismo sobre o desenvolvimento econômico com o fortalecimento da democracia, presente nos dois projetos de 1962, contrastaria “vivamente com a autocrítica realizada em *Reflexões Sobre a Mudança Social no Brasil*”. De toda a forma, a percepção da ostensiva oposição ao projeto da Escola Nova e à Campanha em Defesa da Escola Pública, levou Florestan Fernandes a uma aguda tomada de consciência, prática e teórica, de que o dilema social brasileiro repousava, principalmente, numa resistência – denominada, inicialmente, de natureza *sociopática* – das classes dominantes brasileiras.

A elaboração de uma teoria sociológica crítica do subdesenvolvimento e da dependência será o “ponto culminante de um processo de reflexão – eivado de tensões, ambivalências, continuidades e discontinuidades – de Fernandes sobre a problemática do atraso ou da persistência do passado numa formação sócio-nacional em franca trajetória de mudança e desenvolvimento”.

O amadurecimento teórico de Florestan, por meio da incorporação do conceitual marxista em suas análises, o levará a concluir que “é menos a sociopatia das elites e mais a especificidade do capitalismo dependente –

com seu *padrão autocrático de dominação e duplamente polarizado* – que desvincula inteiramente expansão e intensificação do capitalismo (subdesenvolvido e dependente), de um lado, e ‘revolução nacional e democrática’, de outro”.

De forma acurada, conclui Trindade da Silva: “será no correr dos anos 1960 e 1970 que explicita-se a figura do *sociólogo socialista*. Este (...) não emerge a despeito da ciência, mas, pelo contrário, em decorrência dela”.

Em “*Tempo passado, dilemas do presente: ditadura civil-militar e revolução burguesa no Brasil*”, Aristeu Portela Jr. examina os impactos da ditadura civil-militar sobre a trajetória pessoal e intelectual de Florestan Fernandes e como os dilemas e os desafios enfrentados pelo autor refletiram na produção de *A Revolução Burguesa no Brasil*, publicado originalmente em 1975.

Valendo-se da extensa correspondência entre Florestan e Barbara Freitag, o autor comenta a crise pessoal e profissional enfrentada pelo sociólogo paulista, logo após sua aposentadoria compulsória da USP, no início de 1969. As cartas, escritas desde Toronto, Canadá – onde se deu seu autoexílio – revelaram um homem amargurado e desesperançado, embora fosse ele reconhecido e respeitado como um *scholar* por colegas e estudantes da Universidade.

Foi nesse período (1969-1972) que, nas suas palavras, “me tornei abertamente um professor marxista” e, como vários intérpretes observaram, um estudioso dos conflitos sociais na América Latina e no mundo. Retornando ao Brasil em 1972, esses estudos vão servir de fundamento para muitos de seus escritos, elaborados nas décadas de 1970 e 1980. Entre eles, o clássico *A Revolução Burguesa no Brasil*, cuja primeira parte tinha sido elaborada em anos seguintes ao golpe de 1964.

O desencanto de Florestan com a universidade brasileira – burocratizada e incapaz de ser um instrumento no combate à ditadura militar e ter algum papel na luta pela transformação social – permanece e se acentua. Nas palavras certeiras do sociólogo socialista: “O que desprezo é a universidade voltada sobre si mesma e o trabalho acadêmico que não tem outro fim que o da ‘carreira’, do ‘êxito profissional’ e da ‘produção’ para o currículo”.

Impõe-se ao incansável sociólogo militante, pois, outras tarefas críticas; vai ele então se comprometer com outra frente de combate. Como lembra Heloisa Fernandes, os anos 1970-1980 será o período em que Flo-

restan, definitivamente, produzirá as suas obras mais engajadas; entre elas “*A Revolução Burguesa no Brasil* (1975). Falando deste livro, o sociólogo militante esclarece: “o golpe de Estado de 1964 obrigou-me a procurar uma explicação sociológica que suplantasse a visão tradicional e conciliadora da formação e desenvolvimento da sociedade brasileira, forjada e mantida pelas elites intelectuais das classes dominantes”.

Na avaliação de Portela Jr., este clássico se destaca “como um verdadeiro marco para a interpretação da formação da sociedade moderna brasileira e, mais especificamente, para a compreensão dos processos políticos, econômicos e socioculturais que conduziram ao fechamento do regime político no Brasil no início dos anos 1960 e à formação de um capitalismo dependente no país.”

O texto de Portela Jr. é um elucidativo estudo que permite ao leitor conhecer o contexto histórico e social, a gênese, as razões expostas pelo autor, a importância e o significado de *A Revolução Burguesa* como obra científica e militante.

“*Florestan Fernandes e o dilema racial brasileiro*”, assinado por todos os organizadores, é o texto que conclui a segunda parte do livro. É um qualificado e instigante artigo que comprova ser esta obra o resultado de um fecundo trabalho coletivo. O extenso e elaborado texto – que revela o acurado conhecimento e afinidade dos autores com o conjunto da obra de Florestan – se inspira numa distinção conceitual feita por Gabriel Cohn: *padrões e dilemas*. Para eles, estas noções conceituais sintetizam o legado teórico de Florestan Fernandes.

Privilegiando as formulações dos próprios autores, sintetizemos o itinerário do artigo que – embora faça algumas referências ao *dilema social e dilema educacional* – examina, em particular, o *dilema racial* brasileiro.

O texto busca reconstruir a perspectiva política de Florestan Fernandes sobre o dilema racial brasileiro, a partir de suas “investigações histórico-sociológicas das condições objetivas e subjetivas em que o povo negro enfrentou a emergência da ordem social competitiva”. Reconhecendo que não se faz um amplo exame das ideias do autor sobre o protesto negro, buscam os autores analisar os aspectos mais relevantes que permitem caracterizar politicamente os elementos essenciais do dilema racial.

O objetivo do ensaio fica, assim, inteiramente definido e delimitado: a partir da pesquisa sobre o negro brasileiro, busca-se examinar como Florestan Fernandes abordou relevantes questões para o conhecimento do

padrão de desenvolvimento capitalista dependente e da ordem social conflitiva “que, baseada num privatismo patológico, se perpetuou na sociedade brasileira desde o seu período colonial”. Para os autores, a razão de se privilegiar o debate sobre o dilema racial reside no fato de que ele sintetizaria os demais dilemas políticos e históricos da sociedade brasileira.

De forma rigorosa e criteriosa, o artigo expõe as diferentes formulações da noção sociológica de *dilema* em momentos decisivos dos escritos de Florestan Fernandes. Nas palavras dos autores, o ensaio analisa “os aspectos políticos do dilema racial brasileiro e seus tensionamentos com a ordem social competitiva, sugerindo, ao mesmo tempo, como as ações e pensamento dos agentes sociais do protesto negro foram fundamentais para conhecermos os limites da nossa sociedade de classes”.

Teórica e politicamente responsáveis e criteriosos, os autores reconhecem que a “presente investigação necessitaria ser complementada com uma abordagem mais direta sobre o protesto negro, de modo a se enfatizar as últimas formulações ideológicas de Florestan Fernandes no tocante à questão racial, segundo as quais a sociedade de classes sob o capitalismo dependente não deixa espaço para a resolução política do racismo e, por isso, a luta antirracista passa a apontar para a superação da própria sociedade de classes e de sua correspondente ordem social competitiva”.

Competência e conhecimento rigoroso da obra de Florestan Fernandes não faltariam a estes pesquisadores para discutir as últimas formulações do sociólogo socialista sobre a problemática racial no Brasil. Os limites impostos pelas dimensões do ensaio, certamente os levaram a sugerir que pesquisadores da questão racial, sob a orientação da teoria marxista, enfrentem este desafio teórico e político.

Na terceira parte do livro, o leitor tem acesso a uma valiosa “Bibliografia de Florestan Fernandes” e uma criteriosa “Bibliografia para ler Florestan Fernandes”.

Um bem cuidadoso “Caderno de Fotos” completa este trabalho coletivo. Fotos selecionadas e comentadas pelos organizadores – algumas delas obtidas de arquivos privados – documentam a extensa e fecunda trajetória pessoal e intelectual de Florestan Fernandes.

Uberlândia, maio de 2021.

Descobrimo Florestan Fernandes: entre memórias e interpretações ou “em que consiste mesmo este livro?”

Eliane Veras Soares

Minha memória não consegue alcançar a lembrança do meu primeiro contato com o Florestan Fernandes. Certamente foi em 1987, eu tinha 22 anos, morava em Brasília e havia concluído o curso de Licenciatura em Ciências Sociais no ano anterior. Como estudante, participei de alguns momentos marcantes do processo político nacional denominado “transição democrática” – Florestan preferia nomear “transição transada”. Em 1979 fui impactada pelo retorno dos presos políticos ao país. No ano seguinte li “O que é isso companheiro?”, do Fernando Gabeira, e outros livros que apresentavam um “novo mundo”, uma outra realidade. À noite, antes de dormir, eu me perguntava intimamente se teria coragem de ser uma guerrilheira. Aos 15 anos de idade, no início da década de oitenta do século XX, uma imagem romântica de Che Guevara e outros alimentava sonhos. E incertezas também.

Foi nesse contexto de ebulição política pró-democracia, “Diretas Já”, Constituinte, que me formei na UnB, participando ativamente do movimento estudantil. Lembro-me da primeira passeata fora do campus, fomos ao centro da cidade: Conjunto Nacional, Conic, até chegarmos ao Setor Comercial Sul. Momentos de tensão durante a passeata, ainda vivíamos sob a égide da Lei de Segurança Nacional. Não tínhamos autorização para ocupar a via pública. E a polícia – “dizem que ela existe pra proteger!” – estava em nosso encalço.

Faço parte, portanto, de uma geração que nasceu sob a ditadura civil-empresarial-militar instalada no Brasil a partir de 1º de abril de 1964. Cresci ouvindo – e cantando – os hinos que louvavam a Pátria. E aos 5 anos de idade, quando conquistamos o tri campeonato mundial de futebol, eu tive a certeza de que Deus era mesmo brasileiro. A minha geração chegou à adolescência sem heróis próprios, ela tomará emprestado modelos da contra cultura dos anos 1960. Mas a partir dos anos 1980, nós também começaremos a fazer uma história própria.

Em 1987 foi instalada a Assembleia Nacional Constituinte (ou o Congresso Constituinte, dado que nem todos os congressistas haviam sido elei-

tos para aquele fim). O país estava tomado por uma febre de participação e eu tive a chance de vivenciar esse sentimento a partir do centro para o qual todos os movimentos sociais convergiam naquele momento. A política pulsava na veia de todos: indígenas, negras e negros, jovens e aposentados, professoras e professores, trabalhadoras do campo e da cidade. Havia um ar de esperança, um ar de mudança. Havia mobilização política, anseios de liberdade, de vida plena, de cidadania. Brasília – o Congresso Nacional – estava no centro de toda essa efervescência política e cultural.

A socióloga e amiga Cristina Frutuoso e eu fomos selecionadas para trabalhar como auxiliares de pesquisa em um projeto intitulado “Universidade, Ciência e Tecnologia na Constituinte”, empreitada realizada por um grupo de professores do Sol, o Departamento de Sociologia da UnB¹. Uma de nossas primeiras tarefas foi aplicar um extenso questionário aos parlamentares da Comissão de Educação, Cultura e Esportes. Foi certamente aí que conheci o Florestan, como nós todas nos referíamos a ele naquela época. Com essa intimidade mesmo.

Acompanhamos de perto, eu e Cristina, os trabalhos daquela subcomissão e comissão. Tive oportunidade de assistir o Florestan falar e testemunhar o silêncio respeitoso que lhe era dirigido por todos, sem exceção, que atentamente olhavam para o intelectual Florestan Fernandes. Era muito bonito presenciar tudo aquilo. Eu me sentia testemunha da história. Em 6 de outubro de 1988 a Constituição foi promulgada e recebeu o apelido de Constituição Cidadã, a Constituição dos Direitos; para Florestan era uma “Constituição inacabada”.

No ano seguinte, 1989, ingressei no mestrado em Sociologia com o objetivo de estudar o papel de Florestan Fernandes na Constituinte. Iniciei o mestrado sob a orientação de Maria Lúcia Maciel, uma das coordenadoras da pesquisa “Universidade, Ciência e Tecnologia na Constituinte”. O que eu queria entender era como o maior sociólogo brasileiro se transformara naquela altura da vida em um político militante (Florestan tinha 66 anos de idade no início da primeira candidatura), engajado num cargo de representação e, ainda mais, integrando o grupo responsável para elaboração de uma constituição democrática depois de duas décadas de exceção política, que havia marcado profundamente o país e a vida do nosso personagem. Eu não poderia entender isso sem recuar no tempo e buscar

1 As professoras envolvidas eram Maria Lúcia Maciel, Fernanda Sobral, Maria Francisca Sales Pinheiro, do Departamento de Sociologia e o professor Benício Viero Schmidt, do CEPPAC, UnB.

na reconstrução de uma trajetória os elementos que me faltavam para ter uma visão mais ampla do todo. Eu também sabia intuitivamente que a história daquele homem me daria pistas seguras para melhor compreender a história do Brasil no século XX. Optei então pela história de vida e consegui a anuência do Florestan para entrevista-lo.

Olhando para trás, percebo o quanto fui ousada. Há coisas que acontecem graças à ignorância. Posso dizer que esta pesquisa só aconteceu graças a minha ignorância profunda. Eu não conhecia o Florestan, sabia que ele era importante para a sociologia brasileira. Durante a graduação inteira não li sequer uma obra, um texto dele. Talvez se o conhecesse um pouquinho não tivesse tido a ousadia de abordá-lo e de iniciar a minha pesquisa. Ficaria certamente intimidada pela dificuldade em entender seus próprios textos sociológicos. E nada disso teria acontecido.

Guiada pela cara e pela coragem juvenil, continuei frequentando o gabinete do Florestan Fernandes, lendo e colecionando os seus discursos, os artigos publicados na Folha de S. Paulo, as iniciativas parlamentares. Li os artigos autobiográficos em *A sociologia no Brasil*, o livro-entrevista *A condição de sociólogo* e outras referências, e me lancei à realização das entrevistas. Claro, elaborei o projeto, discuti a metodologia e tentei me apropriar da história de vida como uma técnica e como método de investigação.

Enviei o projeto já reformulado e defendido para apreciação de Barbara Freitag-Rouanet. Barbara residia na Dinamarca. Nós mantínhamos uma correspondência intensa pois durante a graduação eu fiz parte do grupo da pesquisa Alfabetização e Linguagem, coordenado por ela e financiado pela FAE (Fundação de Assistência ao Estudante). Barbara leu e comentou o projeto com grande entusiasmo numa longa carta datilografada.

Tempos depois, sem que nada tivesse sido planejado, Barbara retorna à Brasília e Maria Lúcia Maciel se transfere para o Rio de Janeiro. O destino assim (re)uniu orientadora e orientanda. O que eu ainda não sabia é que Barbara havia feito a sua tese de mestrado sobre Florestan Fernandes, Gilberto Freyre e Celso Furtado². Ela não só tinha sido pioneira no estudo da obra de Florestan Fernandes, como também havia se tornado sua amiga e mantido extensa correspondência com ele, notadamente no período mais duro, antes e depois do Ato Institucional n. 5, que motivou

² A tese se intitula *O desenvolvimento sócio-econômico do Brasil a partir da visão dos cientistas sociais brasileiros*. Gilberto Freyre, Florestan Fernandes e Celso Furtado, foi orientada pelo Prof. Dr. Richard F. Behrendt e defendida da Universidade Livre de Berlin em junho de 1967. A tese foi parcialmente publicada em alemão, contendo a reflexão sobre Florestan Fernandes, entretanto, não foi publicada em português.

a aposentadoria compulsória de Florestan Fernandes, no auge da carreira, aos 49 anos. Florestan estava proibido de pisar na USP, de dar aulas em qualquer instituição nacional, de se manifestar publicamente, de publicar... Florestan estava espoliado de si mesmo. Foi nesse difícil contexto que ele aceitou o convite da Universidade de Toronto, onde permaneceu de 1969 a 1972 como professor visitante. A correspondência mais dramática entre Barbara e Florestan se dá justamente neste período³. As voltas que o mundo dá. Estava eu, sem querer, cumprindo de algum modo um ritual de reaproximação entre o “mestre e discípulo”⁴.

Mas nada disso estava no plano da consciência. Por isso retorno à realização das entrevistas. A leitora e o leitor devem estar tentando entender por que razão estas entrevistas foram feitas, como elas aconteceram, em que cenário, com que frequência, com que finalidade. E também é justo que se diga, para além de tudo isso, por que só agora elas se tornaram disponíveis. E como tudo isso foi feito. Qual foi o percurso que nos trouxe até aqui...

Já se sabe que as entrevistas foram realizadas para uma finalidade: ser fonte de análise da minha dissertação de mestrado⁵. O que eu desejava saber? Queria entender a relação de Florestan com a política. Queria saber como ele se tornara socialista, como era a relação do socialista com a sociologia, que influências, personagens e processos foram relevantes na sua trajetória. Nas entrevistas a seguir, a leitora e o leitor poderão perceber como me fixo nos anos de formação, nos anos 1940, na atuação de Florestan no Partido Socialista Revolucionário, o PSR. Minha insistência sobre o PSR chega ao ponto de irritar o entrevistado, como ocorreu na entrevista do dia 30 de janeiro de 1991, em que pergunto “qual a lacuna que o PSR pretendia preencher no movimento socialista brasileiro”. Florestan responde, já impaciente:

Eu já insisti sobre isso. Ele queria introduzir um movimento capaz de tomar uma orientação de luta de classes, repelindo a colaboração com a burguesia nacional, e ao mesmo tempo criticar as teses que eram tradicionais dentro da III Internacional, confundindo situações distintas na América Latina com a Ásia, com a Revolução Russa (grifo meu).

Mas vou retornar ao princípio. A primeira entrevista. Em julho de 1990 comecei a trabalhar no Departamento de Inspeção do Ensino da Se-

3 Ver Barbara Freitag-Rouanet. Florestan Fernandes por ele mesmo. *Estudos Avançados*, n.10, v. 26, 1996, p. 129-172.

4 Ver a foto de Florestan e Barbara na Europa, em 1970, no Caderno de fotos. No verso da foto está escrito com a letra da Barbara “O mestre e a aluna”.

5 A dissertação foi defendida em setembro de 1993 e publicada em livro em outubro de 1997. Eliane Veras Soares. *Florestan Fernandes: o militante solitário*. São Paulo: Cortez, 1997.

cretaria de Educação do Governo do Distrito Federal. Foi na sala compartilhada com outras colegas que recebi a chamada telefônica do gabinete do deputado Florestan Fernandes confirmando data e horário da primeira entrevista. Um misto de alegria, entusiasmo, excitação e medo tomou conta de mim. Não podia mais me concentrar no que estava fazendo, a cabeça fervilhando, muita insegurança. Agora não havia mais recuo possível, era ir e ir. E assim eu fui. Numa manhã, dia 25 de outubro de 1990, roteiro e gravador em mãos, entro no gabinete, cumprimento os funcionários, todos sempre muito solícitos e simpáticos⁶. Em seguida entro na sala do Florestan e logo começamos o trabalho.

(Sempre me perguntei por qual razão o Florestan se dispôs a conceder aquelas entrevistas... nunca encontrei a resposta).

Meu procedimento em relação às entrevistas obedecia a seguinte sequência: leitura e fichamento dos textos selecionados sobre a vida e obra de Florestan, elaboração do roteiro das entrevistas, realização da entrevista, transcrição imediata e leitura da entrevista para redefinição do roteiro da entrevista seguinte. As entrevistas eram agendadas por Florestan de um dia para o outro, eu ficava na expectativa de um telefonema em que era comunicada da possibilidade da entrevista no dia seguinte, sempre às 9 horas da manhã, antes de iniciar os trabalhos na Câmara. Com o tempo nos tornamos próximos, ele ligava para minha casa, eu e José Augusto (meu companheiro) passávamos para pegá-lo em seu apartamento funcional na 202 norte (Florestan morava sozinho em Brasília) e íamos para o gabinete no Anexo 2 da Câmara dos Deputados. Conversávamos sobre tudo, sobre o que estava acontecendo no Congresso, no país, no mundo. Ao chegar em casa, eu descrevia, em diário de campo, como tinha sido o encontro, sobre o que falamos etc. E eu sempre o chamava de “professor”, nunca “deputado”. Para mim, professor é o título maior. Chamá-lo de deputado seria uma redução. Embora meu interesse fosse no político, esse político só me interessava por ser ele o professor e sociólogo Florestan Fernandes.

Isso remete a outra consideração que diz respeito ao modo como o roteiro das entrevistas foi pensado e ao modo como a transcrição, as diversas revisões e o resultado final, que aqui se apresenta, foi alcançado. Os roteiros foram elaborados pensando uma sequência cronológica, a recons-

6 Durante os anos que frequentei o gabinete de Florestan, minha memória mais vívida é da convivência com os chefes de gabinete Laurez Cerqueira – autor de *Florestan Fernandes: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004 – e Edson Cardoso. Sempre presente no gabinete, a secretária Felícia e sua filha Ana Maria, tornavam aquele ambiente amigável e facilitavam o meu acesso a tudo. Ver, no Caderno de fotos, a foto no gabinete de Florestan Fernandes, no dia da posse do segundo mandato como Deputado Federal.

trução de uma trajetória, uma história de vida no sentido sociológico do termo. Entretanto, eles foram elaborados aos poucos, isto é, um novo roteiro só era elaborado após a realização de uma entrevista. Tudo estava em aberto. Às vezes uma única pergunta desencadeava toda uma argumentação do entrevistado que, de certa forma, encerrava o assunto. Dizendo de outra maneira, a reflexão era tão complexa que não havia espaço para interrupção ou “retomada do roteiro”. Aprendi que o mais importante era garantir a continuidade da fala do entrevistado. Tentar intervir menos. Deixá-lo seguir o fluxo do seu pensamento. Nem sempre consegui.

Na identificação de cada entrevista está o tema abordado e a data da sua realização. Algumas vezes há um descolamento entre o tema sugerido por mim e o que foi efetivamente abordado pelo entrevistado naquela entrevista. Logo após a transcrição, eu elaborava o roteiro da entrevista seguinte, muitas vezes pedindo que ele desenvolvesse algum aspecto da entrevista anterior, retomando alguma passagem. Na maioria das vezes, me valia das leituras paralelas para elaborar as perguntas, procedimento esse mais utilizado.

Durante e após o período de realização das entrevistas, realizei entrevistas com quatro personagens que se dispuseram a me receber e a falar sobre o Florestan Fernandes. São eles: Fernando Henrique Cardoso, entrevista realizada em sua residência em Brasília, a 11 de abril de 1991; Ruth Cardoso e José Artur Giannotti, ambas entrevistas realizadas na sede do CEBRAP, em São Paulo, a 23 de junho de 1991⁷; e, por fim, Antonio Candido de Melo e Sousa, entrevista realizada em sua casa na Rua Briaxis, n. 15, em São Paulo, a 28 de outubro de 1992. Tentei sem sucesso entrevistar Maria Isaura Pereira de Queiroz e Octavio Ianni. Estas entrevistas outras foram de extrema relevância para o meu trabalho de análise, elas me ajudaram a matizar e relativizar muitos aspectos do estudo. Nelas, por exemplo, sobressai com especial colorido o estudo sobre relações raciais realizado em parceria com Roger Bastide e a equipe que já trabalhava com Florestan no início dos anos 1950. Este é um dos temas pouco tratados nas entrevistas que fiz com Florestan, mas muito bem explorado por Fernando Henrique Cardoso, Antonio Candido e Ruth Cardoso. A entrevista com José Artur Giannotti destoa das demais do ponto de vista temático, entretanto contém uma contextualização necessária da formação do

7 As entrevistas realizadas no Cebrap foram intermediadas por Eduardo Biavatti, colega de mestrado e na época bolsista no Cebrap sob a orientação de José Artur Giannotti.

grupo de estudos d' *O Capital* que ficou vulgarmente conhecido como o Grupo de Marx, no início dos anos 1960.

Naquele momento, não cogitava a publicação das entrevistas, minha preocupação era a realização da dissertação. Escrever a dissertação foi um processo árduo porque precisei lutar contra demônios e fantasmas que me atormentavam. Eu tinha conseguido praticamente tudo o que precisava, mas faltava encontrar o justo tom para poder analisar de maneira crítica, tal como o trabalho acadêmico requer, a trajetória daquele que para mim tinha o estatuto de herói. A tese da ruptura epistemológica⁸ – apresentada por Barbara Freitag na Jornada de Marília em maio de 1986, na presença de Florestan Fernandes e de um auditório lotado de ex-alunos, colegas, amigos, admiradores – era sem dúvida o ponto de partida incontornável para a escrita e construção do argumento.

Barbara foi uma orientadora excepcional. Ofereceu-me tudo: as cartas de Florestan, a leitura atenta e questionadora das entrevistas, a tese a partir da qual eu poderia sustentar o meu argumento, relativizando-a ainda mais do que no texto original, confiança na minha capacidade para realizar o trabalho, interlocução qualificada e interesse genuíno pelo tema. Tudo isso pode ser qualificado como generosidade acadêmica e abertura de espírito.

As entrevistas aconteceram entre outubro de 1990 e julho de 1991. Elas deveriam ter ido mais além. Mas eu, deliberadamente, as interrompi em uma dada altura. Aqui é necessário abrir um parêntese e explicar a razão pela qual as entrevistas foram voluntariamente interrompidas pela pesquisadora. No início do ano de 1991, Barbara, já na condição de orientadora, me havia confiado as cartas que Florestan Fernandes lhe enviara entre 1967 e 1977. Eu deveria ler as cartas e extrair delas elementos fundamentais para a reconstrução da história de vida do nosso autor-protagonista. A leitura das cartas foi impactante. Elas me colocaram diante de um homem atormentado, desenraizado, revoltado, frustrado com todas as injustiças que pesavam sobre os seus ombros e os da nação. Visivelmente deprimido, Florestan colocava em xeque um conjunto de valores pelos quais havia se batido sem descanso durante toda sua brilhante carreira. Na condição de pesquisadora e ao mesmo tempo admiradora do intelectual, do político, do homem Florestan Fernandes, optei por trabalhar

⁸ Barbara Freitag, *Democratização, Universidade, Revolução*. In: Maria Angela D'Incao (org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987, p. 163-180.

o período que compreende a instauração da ditadura civil-militar, o seu aprofundamento com o AI-5, o autoexílio e o retorno ao Brasil a partir daquelas cartas, evitando, o que para mim seria um constrangimento, fazê-lo falar sobre momentos e processos tão duros, sofridos e dramáticos.

Um certo dia, recebi uma ligação de Florestan em minha casa. Ele estava disponível naquela manhã para mais uma entrevista. Eu respondi, sem muita convicção, que já não se fazia mais necessário entrevistá-lo. Eu já dispunha de material suficiente para a escrita da dissertação⁹. Essa “covardia” fundamenta o porquê de as entrevistas se encerrarem na Campanha em Defesa da Escola Pública, em inícios dos anos 1960. Elas não abordam a luta pelas reformas de base, a defesa da Tese de Cátedra, em 1964, o AI-5, a aposentadoria compulsória, o exílio no Canadá, a organização das coleções “Grandes Cientistas Sociais” e “Pensamento Socialista”, as aulas na PUC, a Jornada de Marília, o ingresso no PT, a campanha eleitoral de 1986, a experiência do Constituinte, a LDB, a proposição da Emenda Constitucional à Ordem Social, Dos Negros¹⁰.

A dissertação foi defendida em 01 de setembro de 1993¹¹. Enviei a Florestan uma carta com o convite para a defesa e com a promessa de enviar uma cópia do trabalho após as devidas correções. O que efetivamente foi feito. Nunca soube a opinião de Florestan sobre o conteúdo d’*O militante solitário*. Aliás, é relevante falar sobre a origem da expressão “militante solitário”. Ela surgiu na entrevista que realizei com Antonio Candido e, ao contrário do que possa sugerir à primeira vista, o amigo acrescenta este aposto para dizer que Florestan era tão grande, tão valoroso, que por si só já valia por um partido. Hoje, em 2020, passados 30 anos da realização das entrevistas e em plena celebração do seu centenário de nascimento, podemos verificar a capacidade de arregimentação política dele em termos de ideias e ideais.

No ano seguinte, em 1994, iniciei o doutoramento e fiz a opção de retornar ao tema trabalhado na pesquisa “Alfabetização e Linguagem”. Por razões pragmáticas, como servidora pública, para ter licença para realizar o doutorado, eu precisava desenvolver uma pesquisa que tocasse em al-

9 A leitora e o leitor podem encontrar parte substantiva das cartas referidas acima em Barbara Freitag. Florestan Fernandes por ele mesmo. *Estudos Avançados*, v. 10, n. 26, 1996, p. 129-172.

10 Pode-se consultar o boletim “Consciência negra e transformação da realidade”, contendo o Pronunciamento em 22/11/1994, a Emenda constitucional e a Carta à liderança do PT, textos incorporados como apêndice em Florestan Fernandes. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Expressão Popular / Fundação Perseu Abramo, 2017, p. 147-160.

11 Participaram da banca, além da orientadora Barbara Freitag-Rouanet, as professoras Fernanda Sobral, Ana Maria Fernandes e Mariza Peirano.

guma dimensão relevante para a Secretaria de Educação do Governo do Distrito Federal. Assim, optei por analisar a institucionalização do pensamento de Jean Piaget no Brasil, focalizando duas organizações pioneiras: a Escola Chave do Tamanho, idealizada e dirigida por Lauro de Oliveira Lima, no Rio de Janeiro; e o GEEMPA, Grupo de pesquisa em educação organizado e coordenado por Ester Grossi, no Rio Grande do Sul.

Florestan Fernandes voltou à tona nos anos seguintes. Com o seu falecimento, a 10 de agosto de 1995, vários seminários foram organizados e eu pude participar de alguns deles, como o evento da Unicamp, organizado por Caio Navarro Toledo e Élide Rugai Bastos, em maio de 1996, e o Seminário Florestan Fernandes e o Brasil, organizado pela Fundação Perseu Abramo, na PUC de São Paulo, em 1997. Não poderia imaginar, ao ingressar como professora no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco, que encontraria ali condições para retomar o estudo de Florestan Fernandes, ainda que indiretamente, por meio da orientação de Diogo Valença de Azevedo Costa no mestrado e no doutorado em sociologia, e mais tarde pela orientação de Aristeu Portela Júnior, mestrado e doutorado¹².

Além das orientações acima referidas, há a sala de aula. Na graduação, Diogo Valença colaborou na concepção do plano de ensino da disciplina “Introdução ao Estudo da Sociedade Brasileira”, em que líamos autores clássicos do pensamento social no Brasil: Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes, Raymundo Faoro, para citar alguns. Ronaldo Sales, na época doutorando em sociologia, discutiu e me auxiliou na concepção do plano de ensino para a disciplina “Sociedade Brasileira Contemporânea” que tinha por fio condutor o estudo da sociedade brasileira a partir do estudo das relações raciais, algo inédito na UFPE nos idos de 2002. Argumentávamos que, para se compreender a sociedade brasileira e o pensamento social produzido sobre ela, o eixo das relações raciais era incontornável. Foi no contexto destas duas disciplinas que surgiram outros orientandos, como Ana Rodrigues Cavalcanti Alves, que desenvolveu uma monografia sobre

12 Ver: Diogo Valença de Azevedo Costa. *Florestan Fernandes em questão: um estudo sobre as interpretações de sua sociologia*. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFPE, 2004; Diogo Valença de Azevedo Costa. *As raízes ideológicas da sociologia de Florestan Fernandes: socialismo e crítica da dependência cultural nas ciências sociais brasileiras (1950-1970)*. Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFPE, 2009. Aristeu Portela Jr. *A problemática da democracia brasileira no pensamento de Florestan Fernandes*. Recife: Editora UFPE, 2015; Aristeu Portela Jr. *A Nação em disputa: ações afirmativas com recorte racial no ensino superior e contravérsias em torno da identidade nacional no Brasil*. Recife: Editora UFPE, 2020.

o mito da democracia racial na telenovela brasileira¹³.

Na pós-graduação – e, posteriormente, na graduação – ministrei durante anos a disciplina Pensamento Social no Brasil. Em algumas edições da graduação e mais recentemente na pós-graduação, a disciplina assumiu caráter monográfico em que líamos um só autor – Florestan Fernandes –, às vezes apenas duas obras, *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (1965) e *A Revolução Burguesa no Brasil* (1975). As novas gerações, ao contrário da minha, puderam ler e estudar com alguma profundidade a obra desse reconhecido clássico não lido, esquecido e pouco compreendido.

Em 2018, o povo brasileiro foi às urnas e elegeu um candidato francamente antidemocrático. A espiral, que desde 2013 ascendia num movimento complexo de substituição dos setores e frações de classe que controlavam o poder político, econômico e cultural, atingiu o seu apogeu com a posse a 1º de janeiro de 2019 do atual Presidente da República. Como parte da população e da intelectualidade brasileira, fiquei desorientada. O golpe era profundo e beirava o absurdo de tão forte que eram os efeitos da chamada “guerra híbrida” em que estávamos (e estamos) enredados contra a nossa vontade. A inteligência foi chamada a reagir, isto é, refletir!

Foi neste contexto que decidi retomar o sempre adiado projeto de publicar as entrevistas que fiz com Florestan Fernandes há exatos 30 anos. Mas, para fazê-lo, eu precisava da energia, da motivação e da paixão intelectual que encontrei neste grupo de jovens e talentosos pesquisadoras e pesquisadores. Juntos nos debruçamos sobre as entrevistas com um olhar contemporâneo e heterogêneo, partindo de interesses caros a cada uma e cada um de nós.

O grupo inicialmente foi constituído por ex-orientandos, todos já professores de universidades públicas: Diogo Valença, professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia; Aristeu Portela Júnior, professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco; e Ana Rodrigues Cavalcanti Alves, professora da Universidade Federal da Bahia. A esse grupo somou-se rapidamente Remo Mutzenberg, do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, companheiro de diversas pesquisas exploratórias sobre países africanos que passaram pela colonização portuguesa, e Lucas Trindade da Silva, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte¹⁴. Contamos ainda com a participação da graduanda Luana Lessa,

13 Ana Rodrigues Cavalcanti Alves. A nova abordagem racial da telenovela brasileira: ruptura ou confirmação do mito da democracia racial? *Estudos de Sociologia*, v. 1, n. 18, 2012.

14 No início da pesquisa, em 2019, Ana Rodrigues e Lucas Trindade encontravam-se respectivamente como bolsistas

bolsista de Iniciação Científica¹⁵. O antídoto para a depressão estava disponível e ativo. Trabalhar com um grupo de ex-orientandos, pesquisadores de mão cheia, com novos interesses e horizontes a descortinar, colocando em prática o respeito e generosidade intelectual que havia aprendido com a minha mestra, Barbara, e com o próprio Florestan, o mestre de todas nós, se revelou logo de início uma ação necessária para respondermos, dentro de nossas limitações, à crise do presente, à urgência do tempo presente.

Desse modo, um projeto de pesquisa foi coletivamente construído e com ele também um plano de disciplina que foi executado por quatro dos seis integrantes do grupo de pesquisa, na graduação e na pós-graduação¹⁶. O produto final do projeto é justamente a publicação deste livro com as entrevistas do Florestan. A proposta vai além da publicação das entrevistas. O que pretendemos fazer e agora apresentar para a leitora e o leitor é uma reflexão, que toma como ponto de partida as entrevistas, mas não se limita a elas. Cada pesquisador(a) elegeu uma questão (e em alguns casos mais de uma) sobre a qual iria se debruçar. Dois critérios nortearam as escolhas individuais: o que era tratado nas entrevistas e o que tocava mais proximamente cada pesquisador(a).

O projeto foi desdobrado em três frentes de desenvolvimento. A primeira, a realização de uma disciplina ministrada pelo coletivo dos pesquisadores(as), e orientada pelos objetivos do projeto. A segunda, a revisão sistemática das entrevistas com ajustes nas notas de rodapé que pudessem ajudar na contextualização do que estava a ser tratado. A terceira frente consistiu no trabalho de cada pesquisador sobre o seu próprio objeto de reflexão a partir das entrevistas. Todas as três dimensões da pesquisa foram discutidas coletivamente em reuniões presenciais e virtuais. O resultado desse processo colaborativo é o que se apresenta aqui.¹⁷

O livro está organizado em três partes. A primeira parte contém as oito entrevistas com Florestan Fernandes, realizadas entre 25 de outubro

PNPD no PPGS/UFPE e no PPGCS-UFPE. No mês de outubro de 2019, Lucas Trindade assumiu como bolsista PNPd/UFPE, para em seguida, em janeiro de 2020, tomar posse como professor efetivo na UFRN. Ana Rodrigues tornou-se professora efetiva da UFBA em agosto de 2019.

15 Bolsa PIBIC cota PROPESQ/UFPE. Luana Lessa Wanderley. Projeto: Florestan Fernandes e os dilemas sociais brasileiros: história do tempo presente (Período: fevereiro a julho de 2019). Bolsa PIBIC cota PROPESQ/UFPE. Luana Lessa Wanderley. Projeto: Ciência e engajamento: uma análise da influência de movimentos populares na produção sociológica de Florestan Fernandes (Período: agosto 2019 a março de 2020).

16 Trata-se do projeto “Florestan Fernandes e os dilemas sociais brasileiros: história do tempo presente”, registrado na Propesq/UFPE sob o processo n. 016440/2019-19.

17 Além deste livro, foi publicado o Dossiê Florestan Fernandes: 100 anos. *Estudos de Sociologia*, v. 2, n. 26, organizado por Eliane Veras Soares, Diogo Valença de Azevedo Costa e Remo Mutzenberg, contando 13 artigos, entre eles, contribuições dos pesquisadores do referido projeto.

de 1990 e 27 de junho de 1991. A segunda parte reúne o conjunto das contribuições das pesquisadoras e pesquisadores, todas elas discutidas coletivamente. Aqui há uma variedade de temas, abordagens, estilos de pensamento, tipos distintos de relação com o sujeito da investigação e, naturalmente, condicionantes geracionais diferenciados. Essa é uma das riquezas da pesquisa, a sua diversidade e pluralidade. A última e terceira parte é composta por anexos que consideramos fundamentais para completar a obra: uma Bibliografia de Florestan Fernandes, uma Bibliografia para ler Florestan Fernandes e um Caderno de Fotos.

A intenção do grupo não é apresentar uma interpretação de Florestan Fernandes, mas colocar luz em algumas temáticas relevantes por ele trabalhadas que, de alguma forma, tocam o nosso presente. Trata-se de uma releitura de aspectos da sua vida, da sua obra, da sua recepção. Tal releitura é interpelada pela história do tempo presente, tal como necessariamente foi a sociologia de Florestan Fernandes.





P A R T E I

ENTREVISTAS

Nota explicativa

As entrevistas foram realizadas e transcritas por Eliane Veras Soares em 1990 e 1991, quando da realização de sua pesquisa de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (UnB). Posteriormente, em 2003, os registros das fitas cassetes foram digitalizados e as transcrições foram revisadas em dois momentos distintos, a fim de retirar dúvidas sobre autores/as e nomes citados por Florestan Fernandes. O trabalho de revisão das transcrições foi realizado por Diogo Valença de Azevedo Costa, seguido de uma verificação final pela própria autora das entrevistas.

Alguns trechos ininteligíveis foram suprimidos, sem prejuízo para a compreensão do conteúdo das frases. Algumas reticências foram acrescentadas para indicar interrupções na fala do próprio Florestan Fernandes, as quais geralmente ocorriam para acrescentar uma informação nova ou introduzir um raciocínio relacionado ao assunto que estava sendo tratado. Em geral, após tais interrupções o entrevistado retomava a linha anterior de argumentação ou os fatos que estavam sendo narrados.

Em algumas passagens resolvemos manter o tom coloquial da fala do entrevistado, sem corrigir gramaticalmente. Por exemplo, não alteramos a contração *pra* da preposição *para*, garantindo a espontaneidade de Florestan Fernandes. Nesse sentido, a transcrição foi minimamente editada, sinalizando entre colchetes as intervenções da equipe de pesquisadores

responsável pela publicação das presentes entrevistas. Todas as passagens entre colchetes, ou sinalizam acréscimos de informação não contidas nas afirmações do próprio entrevistado, ou incorporam uma palavra nova para estabelecer uma ligação entre um trecho e outro do texto transcrito.

Também são sinalizadas interrupções na fala do entrevistado, sempre quando tais cortes provocaram algum prejuízo na transcrição. Por exemplo, como as entrevistas eram realizadas no ambiente de trabalho de Florestan Fernandes como deputado, algumas interrupções ocorriam, seja para atender o telefone, seja para cumprimentar outros colegas deputados do Partido dos Trabalhadores, ou mesmo quando se chegava ao final de um dos lados da fita e a gravação era interrompida, mas o entrevistado continuava falando. Nesses e outros casos se procurou ser fiel o máximo possível aos registros de áudio das entrevistas.

Por fim, as notas de rodapé foram escritas na sua grande maioria entre os anos de 2003 e 2006, com revisões realizadas entre os anos de 2018 e 2020, por meio de pesquisas no *Fundo Florestan Fernandes*, na Universidade Federal de São Carlos. Aí se teve a oportunidade de verificar os livros citados pelo entrevistado, bem como de pesquisar os manuscritos e fichamentos de seus trabalhos de investigação (sobre folclore, os *Tupinambá*, a população negra etc.) que nos ajudam a esclarecer aspectos de suas ideias e mesmo passagens de sua narrativa autobiográfica. Procurou-se eliminar as dúvidas sempre recorrendo-se a outras entrevistas já publicadas de Florestan Fernandes e buscando-se as informações diretamente nas fontes contidas em sua biblioteca particular. Esse trabalho não teria sido possível sem que contássemos com a prestimosa ajuda das servidoras públicas que estiveram e estão hoje à frente do *Fundo Florestan Fernandes*. Por isso gostaríamos de agradecer a Vera Lúcia Cósia, Alessandra Veronese, Izabel da Mota Franco e Siomara Mello de Almeida Prado. Portanto, cabe registrar que a qualidade da pesquisa das fontes contida no presente trabalho se deve à nossa acolhida pela equipe da Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico da Universidade Federal de São Carlos (UMMA/UFSCar).

Primeira entrevista com Florestan Fernandes

Tema: Socialização política indireta

Brasília, 25 de outubro de 1990

[...] devia ter aí uns oito a dez anos; não me lembro, uma coisa que está apagada na minha memória. Só me lembro do sentimento. Eu via a vida como se eu estivesse na borda de um poço, do lado de dentro, me segurando, portanto, com risco de cair [...]. E as pessoas, em vez de me ajudarem para que eu saísse, pisavam na minha mão para que eu caísse dentro do poço. Quer dizer, essa é uma visão, não de angústia, é uma visão que envolve sentimentos muito profundos.

EV - Professor, nesse primeiro encontro nosso, eu gostaria de começar pelas origens, de fato, do que se poderia chamar de uma socialização política, ou da forma como o senhor começou a ter um primeiro...

FF - Bem, o problema da socialização política não pode ser visto de uma maneira conceitual como se a gente estivesse numa sala de aula sobre sociologia educacional ou sobre psicologia educacional. Há toda uma experiência de vida, que é política. E que eu comecei viver precocemente, com seis anos de idade. Era um menino de rua. Morava com minha mãe, mas era um menino de rua. Tinha de ganhar a vida. Tive um longo percurso de frustrações, de decepções. Isso não só envolve socialização política, mas envolve também uma socialização política negativa, uma acumulação de tensões contra o modo de viver. Basta dizer que eu – uma coisa que eu já mencionei num escrito – devia ter aí uns oito a dez anos; não me lembro, uma coisa que está apagada na minha memória. Só me lembro do sentimento. Eu via a vida como se eu estivesse na borda de um poço, do lado de dentro, me segurando, portanto, com risco de cair, não é? E as pessoas, em vez de me ajudarem para que eu saísse, pisavam na minha mão para que eu caísse dentro do poço. Quer dizer, essa é uma visão, não de angústia, é uma visão que envolve sentimentos muito profundos. E, naturalmente, uma experiência política no sentido que Weber chamaria de comportamento político indireto. Porque existe ação política específica e existe ação política indireta. E essa experiência com relação à ação política indireta – essa socialização que se deu ao longo de toda a minha vida e

que serviu de base à formação da minha personalidade, a minha maneira de me relacionar com a vida – isso não é produto só da educação, da minha experiência posterior na universidade, no casamento, na criação de uma família, em movimento político, ela é produto da minha própria vida.

De outro lado, há a experiência política direta. Eu sentia muito desprezo pela atividade dominante nos Grêmios da Faculdade e reagia contra o modo pelo qual as direções dos grêmios se acomodavam à situação criada pela ditadura e, por isso, não frequentava os grêmios, não visitava o grêmio. Só me envolvi numa atividade do Grêmio da Faculdade de Filosofia quando se constituiu uma comissão para ir fazer conferências no Paraguai. Eu fui fazer uma conferência sobre os elementos étnicos na formação brasileira¹. Mas os líderes do movimento estudantil naquele momento – entre [19]41 e anos posteriores – eles se acomodavam à ditadura, tiravam vantagens, especializavam os grêmios em atividades recreativas. E eu aceitei essa atividade intelectual porque ela era muito séria. Foi organizada por um amigo que tinha intenções, inclusive, de nos levar a conhecer uma ditadura diferente da brasileira, que era a do Morínigo², no Paraguai. Agora, atividade política específica, então, em sentido estrito, eu vou ter a partir do engajamento, que se deu em fim de [19]42, no movimento clandestino da luta contra a ditadura.

EV - Professor, desculpe interromper o senhor um instante, mas esta é uma questão que eu queria colocar. Em *A Sociologia no Brasil*³, o senhor diz que evitava esta vinculação com os movimentos estudantis legais e coloca os “legais” entre aspas. E nesta passagem não fica claro o que existia no movimento estudantil que o senhor repudiava ou que não o atraía...

FF - Eles foram cooptados pela ditadura [do Estado Novo]. E os estudantes que combatiam a ditadura, no período em que a atividade explícita a céu aberto era reprimida e proibida, não podiam participar. Então, os

1 O original datilografado desta conferência foi localizado no *Fundo Florestan Fernandes* da Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar-SP). Recentemente o texto da conferência foi publicado no livro Florestan Fernandes. *O Brasil de Florestan*. Belo Horizonte/São Paulo: Autêntica/Editora da Fundação Perseu Abramo, 2018. p.11-17. O livro reúne escritos inéditos de Florestan Fernandes, ao lado de textos pouco conhecidos do autor, compilados por Antônio David. Ver também a resenha “Nós e o Brasil de Florestan Fernandes”, de Eliane Veras Soares, disponível em <<https://teoriaedebate.org.br/estante/nos-e-o-brasil-de-florestan-fernandes/>>. Acesso em 13 de fevereiro de 2020.

2 Florestan se refere à ditadura do General Higinio Morínigo Martínez (1897-1983), que permaneceu no poder de 1940 a 1948.

3 Florestan Fernandes. *A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1977.

líderes estudantis eram cooptados. É só no momento em que a luta contra a ditadura atinge um pico que aí os estudantes vão sair às ruas, começando pelos estudantes da Faculdade de Direito lá em São Paulo e, depois, se irradiando com intensidade menor pelas outras escolas. Mas nós íamos para o Largo São Francisco, nós que éramos de outras escolas e engordávamos o movimento dos estudantes. Agora, a partir daí a oposição do estudante ficou aberta, ela ficou ostensiva. Como aconteceu também com os intelectuais. Aquele primeiro congresso brasileiro de intelectuais⁴ – eu não me lembro o nome que se deu àquele congresso – ele envolveu uma polarização aberta contra a ditadura. E dele faziam parte intelectuais que tinham convivido com a ditadura e até participado de certas benesses, mas que no íntimo estavam contra e que na primeira oportunidade se mostravam na sua verdadeira face como adversários. Estavam outros que sempre atacavam a ditadura em nome da defesa da democracia e queriam instalar um novo regime político no Brasil. Quer dizer que, em fins de [19]44 e, mais principalmente, no início de [19]45, a luta contra a ditadura perdeu o caráter de algo subterrâneo. E vários grupos, especialmente aqueles que se viam protegidos pelos meios de comunicação de massa, porque as atividades eram noticiadas, eram veiculadas pela imprensa, saíram realmente a campo aberto para desafiar o regime e tentar derrubá-lo. Eu vivi os dois momentos, mas como eu já estava, através do movimento clandestino, vinculado a uma tendência, depois fiquei naturalmente ligado a essa tendência. Mas, na maior parte, os que não tinham uma posição política definida depois foram buscando suas posições. E, além disso, os expatriados e emigrados começaram a retornar e a tentar reconquistar as lideranças que tinham antes de partir e que na volta pensavam que estariam protegidas, mas não estavam mais. Havia políticos que achavam que “o bairro tal é meu, a zona de Franca é minha” e na volta tiveram uma decepção porque, no ínterim, o Brasil se transformou e os donos de áreas políticas, do mercado do voto, perderam esse monopólio.

EV - Professor, antes de entrar na sua participação, em [19]42, no movimento trotskista, eu queria voltar um pouco no tempo e saber do

⁴ Referência ao Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores, realizado em São Paulo de 22 a 27 de janeiro de 1945. Florestan Fernandes foi observador junto ao Congresso como enviado especial do jornal *Folha da Manhã* (atual *Folha de S. Paulo*), tendo redigido na ocasião um total de seis artigos sobre o evento, nos quais discute tanto questões gerais como a posição dos escritores face à democratização da cultura, a função social do intelectual, suas relações com o “povo” etc., como também a questão mais específica do debate em torno dos direitos autorais. Esses artigos foram reunidos pelo Banco de Dados da *Folha de S. Paulo* e podem ser consultados na Biblioteca Comunitária da UFSCar.

período que o senhor estudava, fazia o Curso de Madureza. Nesse período o senhor já tinha algum contato com ideias socialistas. Tem uma afirmação do professor Benedito⁵, que o senhor menciona numa entrevista, em que ele dizia o seguinte: “o Florestan é um reformador social”. Por que transparecia isso no senhor naquele momento?

FF - Isso foi uma observação por causa do meu modo de ser. Eu ficava muito quieto, eu ficava observando, refletindo. E, mesmo na observação que ele fez, ele acentuou: “o Florestan, com esse jeito dele, de uma pessoa que fica observando, refletindo, ele é certamente um reformador social”. Quer dizer, era pela minha maneira de ser. Eu já havia escrito um artigo no jornal do Riachuelo. Mas aquele jornal não era um jornal politizado. Era um jornal de estudantes e terminou ali a primeira experiência. Era um jornal com intuítos literários. Fazia parte do nosso grupo um amigo, que já está falecido, o Jussieu da Cunha Batista, cujo avô era membro da Academia Piauiense de Letras. Então, ele queria formar uma espécie de cenáculo lá. E, em parte, ele conseguiu, porque nós passamos da leitura de livros que eram recomendados pelos professores por outros livros que faziam parte das correntes de [19]30, do romance de 30. Os professores valorizavam os livros mais convencionais da literatura brasileira e portuguesa, enquanto que o Jussieu levou para o nosso debate a poesia moderna, o romance moderno. E, também, a ideia de fazer um cenáculo. Coisa que não progrediu, mas que permitiu uma efervescência de ideias literárias e nos pôs em dia com o movimento intelectual brasileiro daquele momento e do exterior também. Porque você via o modernismo aqui, via o modernismo lá fora, embora de uma perspectiva um pouco superficial. Mas, de qualquer maneira, era uma atualização. Como episódios na vida, que eu mencionei antes, são marcantes. Por exemplo – em [19]30 eu tinha apenas 10 anos –, a minha resposta à chegada a São Paulo das tropas que vinham do Sul com o Getúlio. Houve grandes manifestações, grandes demonstrações de rua. O povo marchava cantando: “Queremos Getúlio! Queremos Getúlio!” [ritmado]. Eu entrei nisso, menino descalço, corri no meio daquela massa e estava entusiasmado com aquela efervescência, com as esperanças que todos tinham de que com a queda do regime

5 Professor Benedito de Oliveira, diretor do Ginásio Riachuelo, instituição educacional em que Florestan Fernandes frequentou o Curso de Madureza. Como consta num *Curriculum Vitae* encontrado no *Fundo Florestan Fernandes* da Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórica (UMMA) da UFSCar, provavelmente organizado em 1964, Florestan Fernandes prestou os exames para conclusão do Curso de Madureza no Ginásio do Estado de São José da Boa Vista, nos anos letivos de 1939, 1940 e 1941.

oligárquico nós íamos melhorar a nossa vida e íamos ver transformações mais profundas na vida brasileira. Então, a massa se soltou em São Paulo. Eu não sei como é que se deram aqueles movimentos de militares que estiveram envolvidos em [19]22 e [19]24⁶, mas eu acho que manifestação de massa de grandes proporções, essa é a primeira. Depois houve uma outra que, contraditoriamente, estava ligada ao que os donos do poder, a oligarquia tradicionalista, chamavam da revolução constitucionalista⁷. Criou-se um clima de propaganda exaltada: a luta pela Constituição; São Paulo como o fulcro da renovação da sociedade brasileira; o trem que puxava vinte e um vagões; e o dia inteiro aquelas músicas militares exaltando os ânimos. Não havia quem não se sentisse, vivendo em São Paulo, tocado por brios patrióticos...

EV - E principalmente o senhor que vivia nas ruas, trabalhando...

FF - É, mas aí é todos, todos... Só pessoas politizadas é que eram capazes de distinguir melhor o que havia de conservador, oculto, por trás de uma aparente revolução. Aí também eu participei de manifestações de rua. Agora, ao longo de todo o período, a socialização política que eu tive foi indireta e, também, como eu trabalhava – trabalhei em barbearia (limpava as costas, tirava o cabelo, o cabelo dos clientes), fui engraxate, trabalhei em açougue, padaria, alfaiataria, marcenaria, bar, restaurante, então eu trabalhei em uma porção de atividades –, por aí havia uma socialização política indireta e que infiltrava aspirações amorfas, que eram especificamente populares. Quer dizer, as insatisfações do Zé Povinho, aquela amargura da plebe de ser reduzida praticamente à miséria ou a condições de vida muito difíceis, embora existissem cortiços nunca tão duros como os que apareceram depois, com o enriquecimento de São Paulo, mas eram situações dramáticas e a socialização política indireta contou muito. E, também, uma socialização que se dá através das atividades próprias da

6 As revoltas tenentistas que eclodiram na década de 1920, envolvendo oficiais do exército brasileiro insatisfeitos com os rumos políticos do País, controlado então pelas oligarquias tradicionais, rurais, de Minas Gerais e São Paulo, que manipulavam o poder, as eleições, os partidos e juizes por meio da violência e corrupção. O tenentismo correspondia a um “movimento” ideologicamente difuso, que se insurgia contra esse estado de coisas, exigindo principalmente reformas políticas liberais e justiça na condução das disputas eleitorais, identificando-se com as aspirações das camadas médias em ascensão. Setores do movimento tenentista irão se aproximar, posteriormente, das oligarquias dissidentes, não ligadas ao núcleo cafeeiro, e participar das fileiras da Aliança Liberal responsável pela “revolução de 30”

7 A Revolução Constitucionalista (1932) foi um movimento encabeçado pelas elites paulistas insatisfeitas com sua crescente marginalização da condução política do País. Aproveitando a insatisfação popular diante do aumento das dificuldades econômicas, o Partido Democrático de São Paulo e o Partido Republicano Paulista passaram a exigir não só um interventor civil e paulista para o Estado, mas também uma nova Constituição. Eclodindo em julho de 1932 e opondo-se ao “Governo Provisório” de Getúlio Vargas, a luta armada se estendeu até outubro do mesmo ano com a derrota militar dos paulistas.

idade. Eu não tinha tempo de participar da comunidade local, ter relações vicinais intensas, mas sempre podia participar de alguma atividade, não é? Eu não sei se você já leu “As Trocinhas do Bom Retiro”. No meu livro *Folclore e Mudança Social em São Paulo* tem um ensaio com o nome “As trocinhas do Bom Retiro”⁸, e no *Folclore em Questão*⁹ tem dois artigos que saíram na revista *Sociologia*¹⁰ sobre folclore, educação infantil: são temas dessa natureza e que estão incorporados nas “Trocinhas do Bom Retiro” em termos de análise. Antes de fazer um estudo disso na faculdade, eu vivi essa cultura de *folk*, esse saber do ignorante. E as atividades que as crianças desenvolviam através dos vários tipos de folguedos, elas são socializadoras, elas antecipam experiências, quer dizer que não se trata de uma pura imitação do adulto. Você pode ler aquele ensaio e ali você vai encontrar a explicação sociológica para esses processos. Mas eu vivi dentro desses grupos de uma maneira assistemática. Sempre joguei um pouco de futebol, brinquei um pouco nos bandos de rua, tive de enfrentar a violência terrível que menores mais velhos exerciam sobre outros menores mais novos. Quando se mudava de um lugar para outro, havia a recepção hostil até que a pessoa fosse adotada pelo grupo e às vezes essa iniciação tinha um caráter violento, porque sempre havia o intuito de transformar um menor que se deslocava em parceiro sexual e outros que praticamente se aproveitavam, ou da inexperiência, ou da falta de proteção do garoto, porque tudo ficava mais ou menos fechado dentro do silêncio. Os meninos não iam contar em casa. Então a criança ficava entregue a si própria; se ela tivesse a sorte de ir para um bairro no qual isso não acontecesse, a hostilidade poderia se transformar em recepção pacífica e incorporação sem violência. Agora, algumas vezes havia violência, duas vezes eu enfrentei situações de extrema violência, a mais forte foi quando fui morar na rua Dr. Luís Barreto, numa área que era um cortiço que tinha duas entradas, uma pela Dr. Luís Barreto, outra pela rua Santo Antônio. E havia ali um líder chamado Papaiano, que era o apelido dele, e que tinha essa mania de abusar dos menores e, é claro, se não abusava,

8 Em 1944 Florestan Fernandes recebeu o prêmio “Temas Brasileiros” – conferido pelo Departamento de Cultura do Grêmio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP – com o trabalho “O Folclore infantil brasileiro”, publicado sob o título de “As trocinhas do Bom Retiro”. Essa e outras de suas pesquisas sociológicas sobre o folclore podem ser consultadas em Florestan Fernandes. *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

9 Florestan Fernandes. *O folclore em questão*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

10 A revista *Sociologia* foi publicada entre 1939 e 1966. Emilio Willems foi seu criador e também primeiro editor, junto com Romano Barreto. A partir de 1947, a revista se torna uma publicação vinculada oficialmente à Escola Livre de Sociologia e Política. Outros de seus editores foram Oracy Nogueira e Donald Pierson (1949-57) e Alfonso Trujillo Ferrari (1958-66).

depois outros abusavam. E tentou me submeter a esse ritual de iniciação. Eu fiquei pensando como enfrentar – ele era mais velho que eu e muito mais forte, eu era um menino pequeno e franzino – até que tive a ideia de ir lá na minha madrinha, que era rica e minha mãe trabalhava na casa dela quando eu nasci. Ela me dava uns Borzeguins. Borzeguins eram umas botinas feitas na casa Clark. Duravam muito. Eu tive a ideia de abrir o couro e enfiar giletes no meio do... E quando eu decidi enfrentar o Papaiano, saí de casa pela rua Santo Antônio...

EV - O Senhor nunca tinha visto essa forma de...

FF - Não, isso eu inventei, eu inventei, quer dizer, eu fiquei pensando: o que é que eu faço? Aí eu recorri a esse truque. Ele cuspiu no chão e eu passei o pé em cima. Esse era o ritual pelo qual eu aceitava a luta. Aí ele avançou pra mim e eu chutei a canela dele, ele deu um berro e foi segurar a área ferida, aí eu bati nele. Eu dei uma sova nele que ele ficou estendido no chão [risos] e nunca mais ninguém mexeu comigo. Quer dizer, ali eu fiquei respeitado. Outra foi no Bosque da Saúde, um grupo de meninos, que eram de meninos e de meninas, era chefiado por um menino chamado Bruno. Coisa curiosa que o próprio irmão menor dele era agente passivo das atividades sexuais dos homens, inclusive dele próprio. O problema comigo não era, portanto, o mesmo, era um problema de liderança. É como a disputa de uma área de bicada – como os biólogos estudam entre os pássaros, o condor, uma águia e um bicho, um animal como o cão, ele estava defendendo a chefia dele, a liderança dele. Agora ele era muito mais forte que eu, mas ele não tinha a minha biografia. Quer dizer, eu vinha de bairros muito violentos. Aquele era um bairro novo. Eu já era um pouco mais velho, a diferença de idade entre eu e ele não era muito grande, eu era mais fraco porque eu era franzino. Mas eu já tinha passado por grupos nos quais a violência era muito grande e sabia lutar. Coisa que eu sei, lutar até hoje. Aqui [no Congresso Nacional] eu já dei uma exibição [risos]. E o que aconteceu foi que eu tentei evitar a briga.

EV - Foi com o Ronan Tito?

FF – Foi, o Ronan Tito. Mas quem segurou, quem tentou tirar de mim o microfone foi o Nedel, Ruy Nedel, de Santa Catarina [na verdade, representante do Rio Grande do Sul], é do PMDB. E ele não conseguiu: “eu não entendo como é que um homem da sua idade tem tanta força”. Ele tentou,

mas eu enrolei o fio aqui e precisava três deles para conseguir tirar. Ele é um homem muito mais forte que eu, dá pra ver, é só olhar, e muito mais jovem. Esse Bruno também, ele era mais forte e pensou que ele ia me intimidar. Aí houve o ritual de cuspir no chão, passar o pé em cima e ele levou uma sova monumental. Aí minha mãe recebeu a visita...

EV – O ritual [de cuspir no chão] então era generalizado?

FF – É, isso era um ritual de desafio e da aceitação da luta, quem fugisse ficava conhecido como covarde, era desprezado. O fato é que passamos pelo ritual do desafio, ele apanhou muito, e aí depois a mãe dele levou-o lá na minha casa para mostrar à minha mãe. Disse ela: “O seu filho, que bárbaro! Olha o que ele fez no meu filhinho!” E a minha mãe me pôs de castigo durante uma semana. Com um prejuízo dela, porque eu ia engraxar sapatos lá na Vila Mariana e ela perdeu essa renda durante uma semana. Agora, o que me revoltou é que ele, sendo muito mais forte que eu, a minha mãe não dissesse a ela: “A senhora não tem vergonha de vir aqui se queixar quando na verdade o seu filho, realmente ele é mais forte, estava abusando do vigor dele contra o meu e apanhou”. Quer dizer, pior pra ele. Mas ela não, de uma maneira portuguesa ela resolveu dentro dos padrões de justiça popular, e eu fui castigado. Depois havia violência no trabalho porque, quando eu, como engraxate, se eu fosse engraxar num lugar, eu precisava do consentimento dos companheiros. Havia dois, três engraxates ali, se eles proibissem, aquele ponto era deles. Se eu tentasse e eles me expulsassem, eu tinha que procurar outro ponto. E eu tinha feito camaradagem com os que faziam ponto na estação de Bondes e Vila Mariana, mas havia momentos que o trabalho ali caía e, no Largo Ana Rosa, havia um ponto muito bom, esquina da Rodrigues Alves, que tinha muita gente. Então havia vantagens em certas horas de ir para lá. Mas lá havia um rapaz de uns dezoito, vinte anos, que engraxava sapatos e não deixava ninguém entrar lá. E esse camarada – eu podia ter aí uns¹¹ [...]. Nós fazíamos a caixa de engraxate. A gente serrava o prego, pregava, era uma madeira grossa, que antigamente servia para transportar aquele

11 Esse mesmo episódio, cujo relato ficou truncado pelo término de um dos lados da fita de gravação, foi assim narrado por Florestan Fernandes em outra entrevista: “Quando eu fui para o largo Ana Rosa, por exemplo, um alemãozinho taludo, quase com o dobro de minha idade, não queria me deixar engraxar. Eu era um menino, nessa época devia ter uns nove anos. Eu estava com uma caixa de sapólio *Radium*, grossa e forte, que fui girando enquanto a gente discutia – ‘fico aqui’, ‘não fica’, ‘fico’, ‘não fica’ – até que espatifei a caixa na cabeça dele. Naquela época ele tinha uns catorze anos, era muito mais forte que eu. Era assim que as coisas se resolviam” (Florestan Fernandes. A pessoa e o político. *Nova Escrita / Ensaio*, 1980, p. 13).

Radium, era um sapólio. Aquela era uma caixa realmente forte, não é? E a gente incluía uma tira de couro para poder carregar sem muito esforço. Aí eu comecei a girar aquilo no ar: fico, não fica, fico, não fica. Ele não sabia porque que eu tava girando, quando ele percebeu, ele tava levando a caixa na cabeça. Aí ele parou, aí acabou, ele nunca mais se meteu comigo. Então, aí há um mundo de violência, há um mundo de recreação, há um mundo de convivência íntima profunda e, também, de socialização política indireta. Tudo em conjunto.

EV – Nós estávamos falando a respeito de como que a sua socialização...

FF – Há um elemento importante, de avaliação difícil para quem não conhece a minha vida inteira. A minha família é de origem portuguesa e migraram para o Brasil, segundo minha mãe disse, tangidos pela fome. Foram trabalhar na agricultura. Mas a família se desagregou em virtude da doença do meu avô, e a minha mãe veio [para São Paulo], estava em Bragança. Tinham até duas casas lá, aquelas casas modestas, mas que permitiam a eles sobreviverem sem muito transtorno, pelo menos com o trabalho dos filhos mais velhos e tudo. Mas, como a minha família era muito grande, uma parte teve que buscar seus meios de vida. E minha mãe veio para São Paulo se oferecer como doméstica, que era a única coisa que ela sabia fazer. E foi trabalhar na casa da minha madrinha, que é Hermínia Bresser de Lima, da família Bresser. Uma mulher muito educada, muito refinada, mas criada sob a escravidão, com um comportamento muito autoritário, que via as pessoas humildes de uma perspectiva senhorial. A minha mãe foi trabalhar lá. E o primeiro marido dela morreu¹² e eu nasci na casa da minha madrinha. E a minha mãe trabalhou lá até... Aproximadamente, eu deveria ter uns três anos quando ela saiu de lá. E depois eu voltei a morar com a minha madrinha, com seis anos, seis anos e meio. E ela me pôs numa escola privada ali perto da casa. Ela morava na Av. Celso Garcia, 141. Ao lado estava a irmã dela, Clara Augusta Bresser, que não se casou e, por isso, de acordo com a promessa do pai, ficou com a maior parte da herança. E aquela era uma área que, no passado, era uma

¹² Refere-se ao primeiro marido da mãe, um imigrante português falecido em decorrência da gripe espanhola. No entanto, Florestan Fernandes não foi filho desse primeiro casamento. Sua mãe, D. Maria Fernandes, após ir para São Paulo teve um relacionamento com um colega de trabalho, chamado Giuliano Solia, numa das casas em que se empregou como doméstica. Esse seria o pai de Florestan, de cujo nome só tomou conhecimento nos últimos anos de sua vida, pois sua mãe sempre havia se recusado a lhe revelar o segredo. O nome de seu pai iria ser confiado à D. Myrian Rodrigues Fernandes, esposa de Florestan, só depois de muita insistência. Tais informações foram obtidas no livro de Haroldo Ceravolo Sereza. *Florestan: a inteligência militante*. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 27-28.

área de chácaras. Toda aquela área depois onde estavam os gasodutos, você lembra?

EV – Eu não conheço São Paulo...

FF – Não conhece São Paulo. Ali, do parque D. Pedro pra lá era uma área que estavam chácaras e que depois foram sendo ocupadas por construções destinadas a trabalhadores e famílias. Era uma espécie de vilas operárias. Eu também morei ali por acaso, mais tarde. Mas a minha madrinha morava na esquina, quase, da rua Bresser com a Av. Celso Garcia.

EV – E ela tinha filhos?

FF – Ela não tinha filhos. Tinha uma pupila. Uma pessoa que ela adotou. Chamava Ivana Pirman de Castro.

EV – É a D. Ivana a que o senhor se refere como grande amiga?

FF – É ela que inclusive disputava a maternidade com minha mãe dizendo que a verdadeira mãe era ela, porque ela é que gostava mais de mim. Então eu vivi na casa da minha madrinha um tempo. Visitava frequentemente a minha madrinha. No dia do meu aniversário, ou então na época de Natal, quase sempre ela ia me visitar de automóvel – ela tinha um chofer com libré etc. – para levar um presente. Então, essa era a única alegria que eu tinha durante o ano. Eu ficava aflito esperando o presente: se vinha, não vinha. No fim ficava desesperado: não vem! Depois ela chegava, eu ficava mais contente. Mas eu morei um tempo com ela. E depois eu voltei a morar com a minha mãe. Fiquei um tempo frequentando essa escola. E a minha mãe me tirou de lá. Num dos empregos que ela arranhou, ela podia me manter morando com ela e ela me retirou de lá. Mas eu sempre tinha contato e a minha madrinha foi descobrindo que eu tinha talentos por causa da escolarização ali perto da casa dela, porque eu estudei, eu fiz o curso no Grupo Escolar Maria José e interrompi no terceiro ano, não me lembro se logo no início ou no meio, mas interrompi para poder trabalhar. Esse Grupo Escolar Maria José ficava lá no Bexiga, na rua Manoel Dutra com a 13 de Maio – pegava toda aquela parte. Hoje é um grupo escolar muito pequeno.

EV – Continua funcionando como escola?

FF – Eu acho que sim. E o Diretor, Prof. Barros¹³, acabou se dando comigo e tal. Agora o importante era o contato com a família da minha madrinha, com o padrão de vida, com as aspirações sociais deles e, principalmente, com a valorização da instrução. Embora ela tivesse uma noção um pouco arcaica de que o saber entrava pelo sangue, porque realmente uma vez eu quebrei a ponta do lápis de propósito – porque eu fiquei enraivecido com a lição que eu não estava querendo fazer – e ela e meu padrinho me deram uma boa sova de couro cru. Mas eles não me castigavam, eles não eram maus comigo, não me castigavam.

EV – Aquilo era normal para os padrões de educação...

FF – Era um castigo severo para a pessoa. Ainda mais, ela era descendente de alemães, se educou dentro de uma concepção escravista do mundo. Então, realmente para ela a violência poderia ter méritos pedagógicos. O fato é que eu levei essa sova por causa disso. Quando eu tinha catorze anos ela estava preocupada já com a minha vida, mais tarde ela se preocupou mais ainda. E ela descobriu que eu tinha talento. Mas é esse contato com um outro lado circunstancial da minha vida e que foi um contato intermitente – às vezes durava, outras vezes muito breve, quer dizer, três anos, depois mais quase um ano, visitas que ela [a madrinha] fazia ou que eu fazia –, isso me fez ter uma noção de uma outra vida que era aquela que eu não levava. Era o outro mundo. Quer dizer, aquilo que poucos da plebe conseguiam, ter a ideia do que era a outra vida, a vida dos ricos, dos poderosos, essa eu também era capaz de perceber através de experiências concretas. Isso foi muito importante porque me levou a valorizar a instrução, a querer ler e estudar, e a procurar uma ponte para não me conformar com aquela situação em que eu ficava. Quer dizer que, embora eu não pertencesse àquele outro mundo e tivesse muitas razões para ter laços emocionais com o mundo no qual eu vivia, eu tinha como alimentar a visão de que São Paulo não era só aquilo...

EV – Talvez daí aquela imagem inicial do poço que o senhor colocou? Porque o senhor sabia que existia um mundo fora do poço.

13 Em *A sociologia no Brasil*, referindo-se ao período da infância em que voltou a morar com sua mãe e fora estudar no Grupo Escolar Maria José, Florestan Fernandes assim se referiu ao Prof. Barros: "Por um tempo, enquanto passei alguns meses com a minha madrinha, um pouco antes dos sete anos, freqüentei uma escola primária particular do Brás. Em seguida, voltando a ficar com minha mãe, tornei-me aluno do Grupo Escolar Maria José, na esquina da rua Manuel Dutra com a rua 13 de Maio, na Bela Vista. O diretor da escola, o professor Barros, acabou ficando meu amigo e acompanhou com interesse a minha carreira" (Florestan Fernandes. *A sociologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 145).

FF – Mas o fato é que eu não vou levantar hipótese sobre isso. Mas, de qualquer maneira, eu sabia que o limite não estava no mundo no qual eu vivia. Mas no outro mundo. Aquele mundo rico, faustoso, e com o qual eu entrei em contato também na alfaiataria, porque um dos alfaiates com os quais eu trabalhei, um italiano, ele... Um dos clientes dele era o Conde Francisco Matarazzo. Então, o Conde e a filha dele iam lá. Eram muito amáveis comigo porque eu era um menino. O próprio Conde me pegava no colo. Quer dizer que eu tinha uma ideia da coexistência de duas realidades. Não via a minha condição como sendo uma condição à qual eu estivesse condenado. Ao mesmo tempo a minha mãe viveu durante alguns anos... Ela se casou uma segunda vez e o casamento não foi um casamento satisfatório. Ela se casou com um homem chamado Luis Vala, que era um inspetor de polícia, mas que na verdade era um homem inescrupuloso e que queria aproveitar o ganho dela, explorar a família. Aí ela o expulsou. Com o tempo ela viveu durante alguns anos com um garçom que se chamava João Gonçalves e que valorizava muito o estudo. Ele tinha vários livros nos quais ele estudava ou já havia estudado: o Felisberto de Carvalho, aquela aritmética do Trajano, vários livros. E eu lia os livros. E, através da minha madrinha, eu fiquei conhecendo, também na escola em que ela me pôs, aqueles cadernos de caligrafia. Embora eu nunca tivesse realmente tentado escrever com letra bonita, eu aprendera alguns rudimentos do hábito de estudo na casa da minha madrinha, naquela escola, no Grupo Escolar Maria José.

EV – Essa escola primeira era uma escola particular?

FF – Era particular. Duas irmãs católicas, e que puniam as crianças de uma maneira mais dura ainda do que na escola oficial. O castigo era frequente naquela época. Nessa escola privada eles puniam com orelha de burro, faziam ajoelhar no milho, usavam palmatória, punham num pequeno quarto escuro. Já no Grupo Escolar oficial não havia a instituição do castigo, mas eventualmente o professor castigava. O professor podia dar com o ponteiro. Não sei se você conhece aquele ponteiro de fazer circunferência, aquele ponteiro tem uma haste de metal, quer dizer, dar com aquele ponteiro numa criança pode cortar. Eu vi várias vezes acidentes desse tipo. A vice-diretora do Grupo Escolar Maria José uma vez ficou com a orelha de uma criança na mão. Ela foi torcer, a unha comprida. Quer dizer que a violência era usual. E mesmo a violência entre os estudantes. Como eu estudava, eu tinha um

adiantamento relativo maior do que o de outros colegas na classe e tomava a tabuada deles por determinação das professoras. Aí eles chutavam a minha perna por baixo da carteira – eram carteiras de dois estudantes com aba, alguém podia dar um chute e a professora não via e eu também chutava. Mas daí resultava desafio para a luta depois, fora da escola. E essas lutas também acabavam ocorrendo. O inspetor de classe já ficava atento e pegava os briguentos, que eram levados à diretoria, o diretor chamava as mães. Mas o professor Barros sempre foi muito cordial comigo, por causa da minha mãe que foi dizer a ele: “olha, o senhor pode tratá-lo como um filho, então o senhor deve castigá-lo como um pai, o senhor bata nele toda vez que for necessário” [risos]. Mas ele era um homem muito avançado em termos de pedagogia. Ele me deu bons conselhos. Quer dizer que dentro dessa cristalização a figura da minha madrinha, da D. Ivana, do meu padrinho, desses professores com os quais eu tive contato – inclusive a mãe de um menino, que ela era professora, eu engraxava sapatos na casa dela, era a única casa na qual eu aceitava comida, cujo filho brincava comigo; engraxava sapato, almoçava, brincava com ele e depois ia embora – houve uma cristalização de hábitos de estudos e o João [Gonçalves] me ajudava muito nisso, ele me estimulava. Ele via que eu tinha vontade de ler, então, ele não só dava os livros que ele tinha, arranjava outros livros...

EV – O senhor tinha quantos anos nessa época?

FF – Aí eu devia ter dez, onze, doze anos...

EV – Já estava fora da escola?

FF – Bom, eu saí da escola no terceiro ano. Mas fiquei o quê? Sete, oito, nove, no terceiro ano. Então, a minha vida ficou uma vida de autodidata. Mas sempre com aquela ambição de aprender, de saber. Não porque eu quisesse fazer do estudo um trampolim para ir para o outro mundo, mas porque eu via que aquilo era uma dimensão da vida, uma coisa necessária. Houve muitos canais pelos quais eu aprendi a definir a instrução, o livro, a leitura, a aprendizagem como valores, mesmo mais tarde. A minha mãe depois se separou do João e cada um foi levar sua vida independente, ela não dependia economicamente de ninguém porque, a partir dos nove anos, eu ganhava o equivalente do que ganhava um homem na minha situação social, então, ou engraxando, ou carregando colchões, ou encerando casas, eu ganhava muito dinheiro.

EV – Uma coisa que me chamou atenção numa das entrevistas do senhor é que o senhor fala que guardava uma parte do dinheiro...

FF – É, eu guardava, eu escondia e depois, quando eu não conseguia ganhar, eu ia entregando em casa. Às vezes também comprava alguma guloseima, mas era raro porque não dava para extravagâncias. O fato então é que eu valorizei a leitura e, entre os livros que eu li havia livros de história como o da FTD e outros, História Universal, História do Brasil e outros livros que caíram na minha mão por uma razão ou por outra. E mais tarde, no bar, os clientes, quando viam que eu gostava de ler, me davam livros de presente. Inclusive o Luís do Amaral Wagner¹⁴, o Lula, que era Delegado Geral do Ensino, uma vez me mandou um pacote de quase quarenta livros de estudo.

EV – Quando o senhor começou a trabalhar nesse bar? Parece que ele foi realmente um momento...

FF – O bar Bidu. Quando eu fui trabalhar no bar Bidu devia ter uns quinze ou dezesseis anos. Eu trabalhei, antes de ir para lá, no Café São Bento e, através do Café São Bento, que era ali perto, que eu conheci o pessoal do bar Bidu e fui trabalhar lá. E foi lá que eu discutia com fregueses temas... Eu me metia na conversa. Havia a copa, o pessoal que ficava lá encostado na copa, eram advogados, eram médicos, eram principalmente droguistas e farmacêuticos.

EV – E aí o senhor conheceu o Maneco¹⁵?

FF – Aí que eu conheci o Palestrini, que uma vez fez um escândalo porque eu discuti problemas da história de Roma lá numa conversa em que ele estava metido. Ele disse: “Como? Que país é esse em que o *barman* discute sobre história de Roma?” [risos]. Mas ele não fez nada por mim. Mas o Maneco não. O Maneco, quando me viu discutindo a campanha de Napoleão na Espanha, ele quis, ficou lá, quis conversar comigo, me orientou. Nesse ínterim, o Ginásio Riachuelo se instalou no prédio ao

14 Luís do Amaral Wagner, o Lula, era tio de Mario Wagner Vieira da Cunha, que foi professor de Florestan Fernandes na Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP): “Um tio de Mário Wagner, o Lula – Luís do Amaral Wagner – era delegado de ensino e uma vez me deu 40 livros, que no início da década 60 eu doei para a Faculdade de Filosofia” (Florestan Fernandes. A pessoa e o político. *Nova Escrita / Ensaio*, 1980, p. 13). No *Fundo Florestan Fernandes* da UFSCar foram encontradas anotações de Florestan Fernandes, à época aluno de pós-graduação da ELSP, das aulas ministradas por Mário Wagner sobre “Sociedades urbanas e de Folk”. Sobre Mário Wagner Vieira da Cunha, cf. seu depoimento em Iris Kantor, Débora A. Maciel e Júlio Assis Simões (Org.). *A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação 1933-1953: depoimentos*. São Paulo: Escuta, 2001, p. 107-113.

15 Manoel Lopes de Oliveira Neto.

lado, na parte de cima. O colégio cresceu e alugou um prédio grande lá na Alameda Nothmann. E eu combinei com o professor Jair de Azevedo Ribeiro e o professor Benedito de Oliveira, eles iam ali e eu conversei com eles para ver se eu podia fazer um curso pagando menos. E eles concordaram. E eu fui estudar lá na Nothmann. Mas, antes disso, por orientação do Maneco, ele dizia: “Para eu poder empregar você noutra lugar, eu preciso que você saiba, pelo menos, datilografia. E, se você quer estudar, você não pode ficar sujeito ao sorteio militar. O sorteio militar arrasa com a sua vida. Você começa a estudar, depois vem a convocação, aí vai tudo por água abaixo”. Então, ele exigiu que eu fizesse o tiro de guerra e fizesse o curso de datilografia. Eu consegui autorização dos donos do bar para me ausentar três dias por semana no horário de pico, de movimento. Eles me consideravam tanto pelo trabalho que eu fazia que eles me permitiram sair e ir ao Tiro de Guerra – que ficava na rua do Carmo – e fizesse a instrução. Então eu ia fardado, voltava fardado, os companheiros batiam continência brincando comigo [risos]. Quer dizer que dali eu parti para um outro tipo de vida porque o Maneco, naquele mesmo dia, ele me levou para mostrar a Novoterápica. Eu até fiquei meio desconfiado: “o que será que vai acontecer?”. Mas fui, vi e tal. Ele morava ali pertinho. Ele era superintendente da Novoterápica e morava na rua Avandava. Então, eu fui pegar o meu bonde, ele foi para a casa dele, mas ele me mostrou a firma. Ele teve uma atitude muito paternal, muito humana comigo. Depois nos tornamos muito amigos. Agora, ao longo desse período eu morava na Penha. Tanto de manhã, tanto quando eu ia para o serviço, como quando voltava, eu ficava um tempo enorme no bonde. Podia ler. Inclusive no começo do primeiro ano de Ciências Sociais, eu podia ler, li o Durkheim, *As Regras do Método Sociológico*, no bonde. O professor Arbousse-Bastide¹⁶, quando queria saber que livros nós tínhamos lido e eu falei que tinha lido Durkheim no bonde, ele falou: “Como? Ler Durkheim no bonde?! No bonde?!” [risos]. Como se fosse uma ofensa, não é? Mas eu aprendi a estudar no bonde. Não havia esse congestionamento que posteriormente acabou sendo habitual. A gente viajava confortavelmente, sentado, e podia ler, podia fazer o que tivesse vontade, lia jornal, lia revista, podia ler livros. Eu lia livros. A importância do que o Maneco fez foi grande porque a minha madrinha pediu à Clara Augusta Bresser, a irmã dela, que através do Morse, que era um dos fregueses do bar, que ele me arranjasse

16 Paul Arbousse-Bastide.

um lugar nas organizações dele. Ele foi dono da Drogaria Morse e depois um dos principais acionistas da Drogasil. Mas ele não me arranhou, porque eu costumo escrever que havia uma discriminação social terrível em São Paulo e quem tivesse sido soldado, prostituta ou trabalhado em bar como garçom, como *barman*, copeiro, estavam condenados, não tinham alternativa, eram identificados como se fossem pessoas capazes de roubar e fazer coisas proibidas. E o Maneco teve a coragem de me tirar de lá e de me oferecer uma oportunidade nova de vida. E dentro da Novoterápica eu realizei uma carreira rápida porque, durante quase um ano, entreguei amostras. Ele deixava as amostras acumularem para eu poder estudar. Aí eu já estava fazendo o primeiro ano do Madureza...

EV – Certo, então é concomitante o seu Curso de Madureza com a transferência para a Novoterápica?

FF – É... [19]37, 38, 39, 40... 38, 39, 40... 18, 19 e 20 anos. Nós fazíamos o exame do Estado lá em São João da Boa Vista porque, como nós trabalhávamos, o exame tinha que ser feito no Ginásio do Estado. Se nós ficássemos em São Paulo as empresas não dariam licença. Não concordavam que interrompêssemos o trabalho por um mês, por exemplo, porque tinha os exames escritos, os exames orais, era um negócio demorado. E o Curso de Madureza era um curso puxado porque, no primeiro ano, nós fazíamos o equivalente a três anos de ginásio, no segundo, o equivalente do quarto e, no terceiro, o equivalente do quinto. Quem terminasse o Curso de Madureza podia fazer exames para entrar na Universidade através do colégio. O do colégio se fazia na própria Faculdade. Era o pré-universitário. Os professores eram das Faculdades e o curso era feito na Faculdade. O art. 100 [do Decreto Federal nº 21.241, de 04 de abril de 1932] definia um privilégio a quem fizesse o Curso [de Madureza] de fazer diretamente exame para o primeiro ano do curso escolhido, o exame chamado de habilitação. E eu fiz os dois exames. Eu fiz o exame para o colégio universitário e fiz o exame de habilitação para Ciências Sociais. Na habilitação havia um número de estudantes e o número de vagas era fixo, *numerus clausus*. O curso de Ciências Sociais tinha trinta vagas. Éramos vinte e nove candidatos e passamos seis. Eu era o quinto. Depois fizeram segunda época e entraram mais dois. Houve uma transferência do Rio de Janeiro, mas não sei se um aluno repetente, duas desistências; o fato é que ficamos reduzidos a um grupo de seis. Quer dizer, é o tipo da situação ideal para o estudan-

te aproveitar porque, mesmo quando juntava alunos de sociologia com outras matérias, nunca era um número muito grande de estudantes e os professores conheciam os estudantes, podiam conviver com eles e tudo. Eu entrei fazendo exame sobre o texto, sobre o qual o professor Bastide, os dois, Arbousse-Bastide e Roger Bastide me examinaram, foi um texto de *De la Division du Travail Social*. Quer dizer que não era brincadeira. E o curso não era o que eu queria fazer. Eu queria fazer Engenharia Química. Mas aí teria que ter tempo integral e não poderia ganhar a vida para manter minha mãe. Aí há um reboiço na organização da minha vida inteira. Eu tive de brigar com a minha mãe para fazer o curso superior. Ela não queria que eu fizesse.

EV – O senhor teve que brigar para fazer o curso superior? E brigou também para fazer o de Madureza, não?

FF – Bom, eu tenho a impressão... Foi no Curso de Madureza, você tem razão, foi no Curso de Madureza. Ela não queria que eu estudasse porque achava que eu ia ficar orgulhoso e ia ter vergonha dela. Agora, de qualquer maneira, as apreensões dela se confirmaram porque eu tive que reorganizar a minha vida. Durante um ano mantivemos uma situação muito difícil. O Castro¹⁷ e a Ivana me convidaram para morar com eles. Ela [D. Maria Fernandes] ficou morando com uma amiga que chamava D. Albertina. Eu fui morar com eles. Eles aí estavam morando na Rua Herval. Primeiro eu passei a jantar lá. No primeiro ano, quando eles souberam que eu comia só um sanduíche, tomava um copo de leite, ficava na escola depois das aulas e não tomava outra alimentação, aí eles exigiram que eu fosse jantar com eles.

EV – Isso no primeiro ano de Madureza?

FF – No primeiro ano de Madureza. E não era difícil porque eu ia do trabalho para a Celso Garcia e de lá pegava o bonde que me deixava no Bom Retiro. Aí entrava pela Alameda Nothmann e andava um trecho longo e chegava no Riachuelo. Mas era factível e era melhor do que me alimentar do jeito que eu estava me alimentando. Eu cheguei a ficar tão magro que o Maneco brincou com o... Era uma espécie de secretário dele, chamado Scala¹⁸, que também foi meu amigo. Ele disse para o Scala: “qualquer dia

17 José de Castro Manso Preto, marido de D. Ivana.

18 Antônio Scala Netto.

nós vamos ouvir barulho aí no corredor e vamos ver o que é, são os ossos do Florestan despencando” [risos]. Aí o Castro e a Ivana me convenceram a morar com eles, a mamãe passou a viver com a D. Albertina¹⁹. Ficou mais fácil para mim mantê-la porque aí era só pagar o alojamento e a alimentação dela. E eu podia estudar com menos preocupação com relação aos meios de vida. Quer dizer que, então, aí há todo um ciclo que eu percorri, uma trajetória bastante difícil.

EV – Mas, professor, quando o senhor vai fazer sua escolha para o curso de Sociologia o senhor já afirma num texto que já tinha um vago socialismo...

FF – Mas isso vinha do convívio com os companheiros. Especialmente eu trabalhei em alfaiataria, trabalhei em marcenaria, trabalhei na copa do Bidu uma época. Havia ali companheiros que tinham, ou vínculos com anarquistas e socialistas, ou tinham aspirações muito vagas a respeito do socialismo. Eu já tinha mesmo alguns livros, que eu andei doando, mas ainda devo ter livros dessa época, que foram publicados em português por iniciativa do Partido Comunista. Traduções muito ruins. Como eu lia tudo, lia livro de filosofia, lia livro de... Tudo que caía na mão eu lia. A característica do autodidata é essa. Eu tinha, por exemplo, o livro do Nobre na Física²⁰, tinha livros de história da filosofia, tinha livros de história universal, história do Brasil. Eu tinha lido romances, o romance de 30 é um romance marcadamente voltado para o drama das populações pobres brasileiras²¹. Então, é todo um clima que me envolveu. Agora, há uma irradiação socialista que se faz espontaneamente. De outro lado, na alfaiataria que ficava na rua Benjamin Constant, eu pude presenciar o conflito com os integralistas na Praça da Sé.

EV – Em [19]32?

19 Dona Albertina era uma senhora negra com quem Florestan, junto com sua mãe, morou alguns anos. A socióloga Heloisa Fernandes, filha de Florestan, estabelece relações entre essa convivência que ela define como “familiar, íntima e amigável” e os trabalhos de seu pai sobre a questão racial no Brasil: “Não sei se você sabe, mas minha avó e meu pai moraram muitos anos com uma senhora negra, dona Albertina, e o filho dela, Rodolfo. Quando meu pai entrou na Faculdade, passou a morar na casa da Dona Ivana, que ficava mais perto. Contudo, minha avó continuou a morar com eles vários anos mais. Quando falam das pesquisas do meu pai, esquecem dessa convivência familiar, íntima e amigável que ele teve” (correspondência eletrônica de Heloisa Fernandes com Diogo Valença de Azevedo Costa, datada de 11/08/2006).

20 Florestan conservou em sua biblioteca um livro de Francisco Ribeiro Nobre, de 1934, intitulado *Tratado de Física Elementar*.

21 Florestan escreveu um artigo para a *Folha da Manhã*, “O ‘romance social’ no Brasil” (27/04/1944), em que discute a pertinência de se chamar de “romance social” o romance produzido na década de 1930 no Brasil, aludindo a escritores como José Lins do Rego, José Américo, Jorge Amado e outros.

FF – Não, não, isso é trinta... É posterior... É anterior ao golpe do Getúlio. Talvez tenha sido [19]35...

EV – Deve ter sido [19]35 porque foi antes da prisão do Prestes.

FF – E nós todos ali éramos contra os integralistas. Nós fomos vaiá-los na Praça da Sé e conforme eles correram, porque eles correram pela rua Benjamin Constant, a maior parte fugiu por ali e nós vaiávamos, chamávamos de covardes. Quer dizer que havia um clima difuso de aspirações sociais socialistas. Eu tinha uma vinculação com esse clima difuso. É claro que se eu estivesse em outra profissão, através do sindicato, eu poderia ter outros vínculos com ideologias. Mas nos trabalhos em que eu participei – embora eu tenha participado de um sindicato – eu não recebi influência direta. Era mais de conversa e, principalmente, com remanescentes do Partido Socialista Italiano. Porque nós tivemos socialistas italianos que fundaram o Partido Socialista, havia os anarquistas, que os comunistas deslocaram do sindicato. Essa gente não morreu. E naquelas atividades que eu desenvolvia, que eram mais de *lumpen* do que de proletário organizado, eu convivi um pouco com essa tradição, que foi muito forte no passado e não tem nada de ver com a mitologia que os intelectuais montaram depois sobre os anarquistas. Tinha que ver com o modo pelo qual os anarquistas, os socialistas defendiam suas ideias, suas aspirações de vida. E tinham uma hombridade. Um homem como o Sánchez, que trabalhava no Bar Bidu, era um homem com uma visão ética do mundo muito exigente. Uma vez eu o magoei e ele reagiu de uma maneira cortês, mas, ao mesmo tempo, que me ensinou o que é um homem. E isso esse pessoal recebia de uma tradição difusa que vinha do passado e de correntes ou de inquietações sociais vinculadas ao socialismo. E, perto da casa da D. Ivana, havia um grupo do PC no qual se davam conferências sobre autores que eram Rosa Luxemburgo, Lênin, Bukharin. Mesmo quando eu não participava disso diretamente, eu tinha acesso às discussões desencadeadas em torno desses elementos.

EV – Mas o senhor chegou a frequentar, a participar das palestras?

FF – Não. Não cheguei a ir porque aí a timidez me segurava, eu não conhecia ninguém. Meu convívio era mais com pessoas no meio *lumpen* entre os trabalhadores que tinham posições, e têm até hoje, de hostilidade à ordem e de identificação com aspirações de mudança social e, como eu,

difusamente socialistas. Alguns, no passado, tiveram mais do que isso porque eles viveram, quando crianças e jovens, o apogeu da influência anarquista, socialista e o aparecimento do PC, dos comunistas como setor hegemônico dos sindicatos. Quer dizer que por aí eu tinha uma rede de influências e esses livros.

EV – Eram publicações do PC?

FF – Não eram editoras consagradas. As traduções eram traduções ruins. Mas podia se ler. *O que é o Socialismo* reunia o Lênin, a Rosa Luxemburgo, vários autores, quatro ou cinco, ou mais. Esse eu devo ter ainda em casa, porque houve uma época que eu peguei esses livros e doei para a biblioteca da Faculdade de Filosofia. Não precisava mais deles. Não sei o que fizeram com os livros. Alguns tinham valor didático, os livros de Felisberto de Carvalho, o ensino de várias matérias que... Ninguém mais podia obter aqueles livros, aqueles livros sumiram. Todos eles tinham um valor. O Felisberto de Carvalho, como livro de aprendizagem do primeiro ano, era muito bom, tinha um nível muito alto. Hoje as crianças não têm livros assim. Agora, são quadrados em termos da nossa concepção de pedagogia. Mas em termos da qualidade da informação, conteúdo, eram muito bons, eram livros bons. Não sei o que mais eu poderia dizer...

EV – Quando que o senhor começou a discutir o socialismo de fato? Porque nesse momento ainda era uma simpatia...

FF – Quando eu fui prestar o exame de Ciências Sociais, eu fiz um levantamento dos cursos de meio período. E eram todos na Faculdade de Filosofia. Tinha a própria Filosofia e eu não sentia afinidade com ficar estudando o pensamento dos outros. Havia o curso de Geografia e História. Havia os cursos de Letras, Línguas e Letras, Letras e Línguas estrangeiras: francês, inglês, alemão, latim. Havia vários cursos. Essas vagas experiências com o socialismo e, provavelmente, aquela ideia do professor Benedito de que eu seria um reformador social, me levaram a pensar que nas Ciências Sociais a gente ia aprender como transformar a sociedade. A minha ideia não era a de estudar a sociologia como ciência. A verdade é que, na preparação para o exame de habilitação, eu tive de ler uma porção de livros. Como eu tinha hábitos de leitura organizados, eu li os livros e aprendi. Quer dizer que aí eu fiquei sabendo como se entendia sociologia, todas aquelas matérias, a nível acadêmico. Mas a minha visão externa,

quer dizer, quando eu fiz a escolha das Ciências Sociais, essa escolha ainda era uma escolha virgem, de alguém que tem uma ideia falsa a respeito da natureza do curso. Eu poderia muito bem ter ido para Geografia ou História por causa da influência do professor Benedito, que acabou ensinando as duas matérias. Ele ensinava geografia. Depois nós tivemos um conflito com um professor no primeiro ano, que tinha simpatias fascistas e, também, integralistas, que na aula pregava de vez em quando as ideias dele. Nós tínhamos muito antagonismo contra ele. Não havia nenhum aluno ali potencialmente nazista ou fascista e ele enfrentava uma hostilidade grande da nossa parte. E o Orlando Punkel, que foi um dos meus colegas no primeiro ano [do Curso de Madureza], ele levou um despertador para tocar na hora, mais ou menos na mesma hora em que ele começava a ter essas divagações. Ele dava a aula dele, depois ele esgotava e entrava na tentativa de capturar simpatias e nesse momento, então, o despertador tocou [risos]. Aí ele ficou louco da vida, gritou, fez um berreiro lá. O professor Benedito foi à classe, viu o esbravejamento do professor e depois nos chamou à diretoria. Quis saber por que nós fizemos aquilo. Ele não confiou no relatório do professor. Aí nós explicamos que já estávamos fartos daquela prática do professor de fazer excursões pró-nazistas. E ele, que era uma personalidade eminentemente democrática, afastou o professor daquela obrigação e assumiu as aulas. Era um excelente professor de história. Quer dizer, como influência ele poderia ter me levado à Geografia/História. Mas eu fiquei com aquela ideia de que no curso de Ciências Sociais a gente ia aprender a transformar a sociedade, a criar uma sociedade diferente, com ilusões de mudança, não só para mim, para todos nós. Quem vive como eu vivi não tem... Quer dizer, o problema não é meu. O Angelim, engraxate, que era meu companheiro, ficava naquele ponto ali, perto da estação de bondes da Vila Mariana; ele morreu de tuberculose²². Eu comia, quando a minha mãe não fazia lanche, eu comia o que nós chamávamos de mata-fome, que era um pudim desse tamanho [faz o gesto com a mão para indicar que era grande], que custava baratíssimo, acho que era um tostão ou menos que um tostão. Mas a palavra já diz, mata-fome: você fica saciado, mas não alimentado. E lembrei dos vários companheiros que soçobraram. Tudo isso estava dentro de mim. A

22 Provavelmente o Angelim, seu colega engraxate, seria uma das amizades profundas recordadas por Florestan em sua infância: "Houve uma outra amizade profunda, um rapaz que era também engraxate, e era um rapaz muito inteligente e sensível. Ele morreu uns dois anos depois que eu o conheci, morreu de tuberculose e de fome. Para nós não era fácil sobreviver. Era uma vida dura, que parece literatura armada de televisão. Isso acontecia freqüentemente, as pessoas caíam no caminho" (Florestan Fernandes. *A pessoa e o político*. Nova Escrita / Ensaio, 1980, p. 15).

transformação da sociedade não era uma coisa que eu visse para mim. Eu via como algo, assim, complexo, como alguma coisa que devia acontecer. Aí pensei: “bom, já que eu não posso fazer o que eu quero, então eu vou para esse curso”. E o curso não era o que eu queria. Mas também me permitiu um ajustamento intelectual grande porque, por acaso, eu acertei em cheio na escolha.

EV – Mas o senhor fala de uma pessoa... Mário Piana, que era cunhado do Scala²³.

FF – Não é Piana, é Mário... Eu não me lembro, é Mário...

EV – Está assim no livro... Não é esse o sobrenome?

FF – Mas não é esse o nome. Esse foi... O Scala e esse... Porque a família do Scala – é aquela influência difusa que eu falei a você – a família do Scala era toda ela socialista na Itália. E esse Mário e o Scala eles eram socialistas, o Scala lia muito, era um verdadeiro erudito, e esse Mário era um socialista ardoroso, entusiasta, e queria me introduzir dentro do socialismo. Quer dizer que eu convivía muito na casa do Scala, principalmente à noite, na casa do Scala. Tinha três irmãs, faziam festas. Havia uma que gostava de mim e eu gostava de outra [risos]. E este acabou sendo o fator de eu acabar não namorando nem uma nem outra, porque eu estava na situação do Jacó: entre duas irmãs. E o fato é que esse Mário foi uma das pessoas que me apresentou o socialismo com maior congruência. E, ao mesmo tempo, mostrou lados repulsivos, ou então muito atrasados da nossa condição de vida, que nós, por causa da tradição cultural, não repe- líamos. Por exemplo, ele dizia: “você põem a honra da mulher na buceta”. Ele criticava isso, ele era adepto da...

EV – E ele era italiano? Era socialista mesmo!

FF – Era italiano, ele era adepto da... [liberdade sexual]. É claro que a gente não pode colocar a expressão. Tem de achar uma expressão mais refinada aí, fazer um subterfúgio. “É degradante ver um homem passar a mão na bunda de uma mulher ou então de um menino” [fala do Mário]. Ele ia do mais superficial ao mais duro sobre exploração do trabalhador. Realmente, ao contrário de Scala que tinha uma atitude muito intelectual,

²³ Em *A Sociologia no Brasil* (Petrópolis: Vozes, 1977, p. 151), Florestan Fernandes afirma: “E com Mário Piana, cunhado de Scala, tive a primeira oportunidade de discutir a sério o socialismo e a sociedade brasileira”.

muito abstrata, o Mário era muito concreto, muito direto nas referências. E eu convivi ali, recebia essa influência, isso também teve importância, até porque tudo parte do mundo da socialização política indireta. Não era de um partido, não era de um sindicato, não era de uma escola. Na escola, ao contrário, a socialização, tirando essa repulsa ao fascismo, a atitude contra a ditadura, havia a preocupação literária cultivada pelo Jussieu, aceita pelos outros, e que teve importância porque eu estava descambiando, por influência do Maneco, por leituras que eram clássicas da literatura portuguesa, muito mais portuguesa do que brasileira²⁴. Quer dizer que aí eu tinha uma correção de rumos. Mas até isso foi útil para mim mais tarde porque, quando eu me formei [no Curso de Madureza] em [19]41, fiz a pesquisa sobre folclore, eu já conhecia bastante a literatura portuguesa para conhecer os livros do Garrett²⁵ e outros autores que lidaram com o folclore. As coisas se encaixam. O acaso parece que sempre me ajudou, eu é que o atrapalho.

EV – Mas foi através, então, do Mário que o senhor teve contato com livros?

FF – Não. O Mário não. O Mário era mais no plano das ideias. Ele transmitia... Ele era um doutrinador.

EV – E ele estava filiado a algum partido?

FF – Aqui não, porque ele deveria estar na Itália. Ele tinha vindo da Itália há pouco tempo. Falava ainda um português carregado, mas bem inteligível.

EV – E esse período foi antes do senhor entrar na universidade?

FF – Antes. Bom, aí já estava no Curso de Madureza e bem avançado. Na Novoterápica eu passei rapidamente de propagandista a estoquista, de estoquista a chefe da seção. Eu fiz uma gravitação muito rápida dentro da empresa e, também, dentro do círculo de relações sociais. E um rapaz, que trabalhava lá e que depois ficou meu subordinado, o Corinto [Félix]

²⁴ Num dos artigos publicados na *Folha da Manhã*, “Romance português e romance brasileiro” (02/09/1944), Florestan Fernandes tece um rápido paralelo entre a evolução histórica desses dois romances.

²⁵ Almeida Garrett (1799-1854), poeta português romântico que se dedicou a compilar romances populares provenientes da tradição oral de sua terra. Em seus estudos folclóricos, Florestan Fernandes irá demonstrar a origem ibérica de vários aspectos do folclore brasileiro, recorrendo a coletâneas como as de Garrett, como em “As trocinhas do Bom Retiro” (Cf. nota n. 8, *supra*). Em seu arquivo pessoal localizado na Biblioteca Comunitária da UFScar, pode-se encontrar um título de Garrett grifado e anotado pelo próprio Florestan Fernandes, *O “romanceiro” de Garrett*, de 1943.

Palma, me levou para conviver com a família dele, que era uma família brasileira tradicional. Mas que eram tipicamente apolíticos nesse sentido de fazerem a política convencional. Mas convivi ali, aprendi novos hábitos. A irmã dele também gostou de mim e eu senti a sedução dela, mas fiquei com medo. Era uma mulher bonita demais. Eu disse: “não vou casar com uma mulher bonita assim”. É um desastre, não é? [risos]. E ela queria casar comigo. Como a filha do Maneco. O Maneco queria que eu fosse...

EV – Então o Maneco já era bem mais velho do que o senhor?

FF – Ele tinha... Ele morreu o ano passado [1989] com mais de 94 anos, ele era muito mais velho. Ele era casado com a D. Ângela, mais tarde se separou dela. E todo sábado eu almoçava com ele e com a filha dele. Nós almoçávamos juntos e nos tratávamos como irmãos.

EV – Mas o desejo dele era que houvesse o enlace?

FF – Dos dois. Eles queriam, depois como eu não... não... Eu desenvolvi relações... Andávamos juntos, íamos comer feijoada, tinha os restaurantes que ele gostava de frequentar. E ele sempre preocupado. Quando eu saí da Novaterápica, eu fui trabalhar para poder fazer a universidade, eu fui trabalhar com artigos dentários, mas arranjando uma situação – porque eu era chefe da seção de dentes, tinha relação com as empresas que trabalhavam com artigos odontológicos, então eu fiz um arranjo pelo qual eu trabalhava parcialmente. Num dos arranjos, no Boticão Universal, eu trabalhava uma parte do tempo, tinha um salário e uma participação, uma comissão. Agora, com a guerra, eles como que queriam estocar produtos²⁶. E uma vez – porque dentistas, os donos de laboratórios, eles guardavam os pedidos para mim, eles tinham simpatia, sabiam que eu estudava com dificuldade, então guardavam os pedidos para mim; primeiro, eu comecei vendendo para São Caetano, Santo André, Jundiaí, eu tinha uma praça minha, depois passei a... Como isso não era satisfatório, os fregueses guardavam os pedidos, mas não dava um volume de renda suficiente, aí redefiniram e eu acabei tendo uma freguesia um pouco mais diferenciada e fui trabalhar com alguns laboratórios grandes – e o Langoni, que era um laboratório considerado na ocasião, guardou para mim um pedido muito grande. Era tão grande que eu telefonei para chamar o gerente do Boticão, se eu podia vender ou não. Aí ele disse: “pode vender”. Aí eu vendi. Quan-

²⁶ Segunda Guerra Mundial.

do chegou lá o Seu Evaldo, que era de uma família tradicional, disse que não entregava e cortou brutalmente a quantidade... Eu disse: “bom, mas ainda semana passada eu participei da contagem do estoque, nós temos muito produto estocado, e eu consultei fulano, que é o gerente, e tal”. “Ah não, eu não vou vender, eu vendo só essa quantidade”. Aí eu devolvi a ele. Dei a malinha de volta e disse: “agora o senhor vai vender os artigos que o senhor sabe que o senhor quer vender, eu me demito”. Aí fui trabalhar numa firma que chamava American Dental Company, mas era uma firma brasileira que tinha mais ou menos essa área aqui [refere-se à sala do seu gabinete de deputado], um pouco maior do que essas duas salas, o American Dental Company! [risos]. Eu trabalhei um tempo lá, mas não estava muito satisfatório. O Maneco descobriu uma firma que produzia e vendia um específico tratamento da sífilis, o Iodobisman, e vendia também um fortificante muito considerado na época, chamado Trofolipan. A firma era no Rio e tinha que fazer concurso lá. Pagavam bem, o salário era ótimo. Maneco me preparou na parte química dos produtos, na parte técnica. Eu tinha que concorrer. Quando eu cheguei lá havia outro candidato. Era um farmacêutico. Eu pensei: “bom, acabou, era bom demais pra ser verdade”, porque eu não pensei que eu pudesse ganhar dele [risos]. Nas provas teóricas e práticas sobre os produtos nós cometemos um erro cada um. Agora, nas provas de visita aos médicos, ele não podia competir comigo. Porque eu tinha toda uma experiência, que eu fui acumulando, de três anos até aquela ocasião. Ele não tinha como competir. Ali eu tinha vinte e um anos. E, por exemplo, a firma tinha médicos que estavam dispostos a serem entrevistados. Portanto, amigos da empresa. E os médicos recebiam os propagandistas e depois faziam um relatório para a empresa. O farmacêutico, muito arrogantemente, começou a discutir com os médicos. Os médicos punham questões: “ah, mas esse produto tem tal defeito, tem isso, tem aquilo”. E eu, ao contrário: “bom, o senhor está me falando sobre coisas que não tenho competência para discutir. Olha, já que está baseado na sua experiência e em suas observações, eu vou comunicar o laboratório e o laboratório vai mandar alguém mais qualificado para conversar com o senhor e aproveitar a contribuição que o senhor esteja trazendo para nós”. O senhor Miranda ficou doido: “mas é isso mesmo! Eu vivo dizendo que propagandista é assim, não tem nada que entrar em laboratório para dar aula” [risos]. Aí o filho dele que vinha a São Paulo, porque éramos dois propagandistas localizados aqui na praça de São Paulo, e ele

disse: “não, você enfeitiçou o velho”. Um mês depois ele me deu autorização para eu me afastar um mês para ir ao Paraguai naquela missão²⁷, com o salário. Você imaginou? Tudo porque eu realizei o sonho dele de ter um propagandista assim. Ele queria um propagandista assim. Todos propagandistas acho que queriam dar aula. E esse emprego para mim foi muito bom porque ganhava bem. Eu mantive esse emprego dois anos depois de me tornar professor assistente da universidade...

EV – Ele começou em [19]41, esse emprego? Junto com sua entrada na Universidade, foi até [19]47.

FF – Eu conheci o... Eu estava na praia vestido, lendo Mannheim, Ideologia e Utopia, e apareceu um grande amigo meu, que me conheceu ali, depois ficamos muito amigos: o Queiroz. Ele olhou assim e disse: “você está estudando sociologia na praia?”. “Estou”. “Eu moro aqui e tal, também sou estudante de Ciências Sociais” e tal. Me levou para a casa dele para almoçar. Fizemos uma grande amizade, o Maurício Vinhas de Queiroz²⁸.

EV – Era o Maurício? O amigo a que o senhor está se referindo?

FF – É o Maurício. Ele me conheceu ali. Eu estava vestido, de gravata, sentado na areia e lendo Mannheim.

EV – Que beleza! Isso em [19]41?

FF – Aí eu conheci o Maurício. Fiz os exames, voltei para cá [São Paulo]. O salário era alto, como eu estava falando. Quando eu fui nomeado assistente, o assistente não podia viver do salário, tinha que ter outro emprego e eu mantive aquele durante dois anos. Os médicos ficavam meio envergonhados porque eles eram mais acessíveis à hierarquia e achavam que eu, como professor assistente da USP, tinha mais prestígio que eles. Mas nunca reclamaram ao laboratório, só diziam para mim que ficavam constrangidos. Eu dizia: “Não. Nem levante este problema que vai me

27 Missão mencionada por Florestan Fernandes na resposta à pergunta inicial da presente entrevista.

28 Sobre Maurício Vinhas de Queiroz (1921-1996), escreve Gilberto Velho por ocasião do seu falecimento: “Sua atividade se caracterizou por ser, desde sempre, inter e multidisciplinar. Jornalista de origem, Maurício formou-se em ciências sociais pela Faculdade Nacional de Filosofia e desenvolveu trabalhos que cruzavam as áreas de economia, sociologia, história e antropologia. Pesquisou populações indígenas, elites urbanas, campesinato, grupos econômicos e movimentos milenaristas, entre outros. Foi professor de sociologia da antiga Faculdade Nacional de Ciências Econômicas (Universidade do Brasil – UB/UFRJ), pesquisador do Instituto de Ciências Sociais da UB/UFRJ e professor de Sociologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Brasília (UnB). Doutorou-se na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, sob orientação de Florestan Fernandes, depois de já ter cumprido carreira profissional das mais notáveis”. Ver: Gilberto Velho. Maurício Vinhas de Queiroz (1921-1996). *Anuário Antropológico* 96. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, p. 283-285.

atrapalhar”. O produto era um produto muito conceituado. E a empresa imaginava que a gente fazia oito visitas por dia. Eu ia num hospital como o Matarazzo de São Paulo e durante uma manhã eu fazia umas trinta e duas entregas porque os médicos corriam atrás de mim. Eu ia num prédio na rua Marconi, fazia dez, doze visitas em pouco tempo. Trabalhando numa tarde eu fazia o trabalho de uma semana e meia. Quer dizer, juntando uma tarde e uma manhã, eu tinha mais do que uma semana e meia. Era o tipo da coisa ideal para estudar. O Bianchi, que era meu colega, dizia: “olha, toma cuidado, não conta nada no laboratório que a coisa é assim senão vai atrapalhar a nossa vida” [risos]. Eu falei: “você acha que eu sou trouxa?” [risos]. E foi graças a esse produto que eu percorri, então, toda essa etapa para poder estudar. Eu acho melhor a gente parar aqui para depois você fazer uma unidade diferente.

[... aqui o gravador foi desligado e Florestan começou a falar sobre um tópico, para ser desenvolvido na próxima entrevista, que ele considerava muito importante. O gravador foi novamente ligado]

Uma coisa importante em termos de ego-valorização e de descoberta de uma qualidade docente. Porque, quando eu fui para a Faculdade de Filosofia, eu fui com a ideia de ser professor de Escola Normal. O professor Benedito deu a mim, ao Jussieu, ao Luciano [Roberto], registros como professores habilitados pelo Ministério da Educação. Mas os Ginásios queriam pagar a metade e nós tínhamos que assinar que recebíamos integral. E aí eu achei que se me formasse não estaria sujeito a essa exploração. Agora, foi no Curso de Madureza, no exame, no primeiro ano, no primeiro exame, quer dizer, no primeiro ano que eu fui fazer o exame, que eu descobri o talento para professor. Isso a gente toca depois, tá bom?

Segunda entrevista com Florestan Fernandes

Da socialização política indireta à socialização política orientada

Brasília, 13 de novembro de 1990

Às vezes a gente lia o livro inteiro, outras vezes só lia uma parte. Havia ocasionalmente leitura de material de partido. O Partido Comunista tinha sua literatura espalhada, atingia um setor ou outro da população. Quer dizer, uma pessoa que circulava muito na rua como eu, ia entregar terno, ia buscar comida na casa do patrão, ia dormir na casa do patrão, quer dizer, eu tinha uma mobilidade pela cidade muito grande. Catava um papel aqui, um folheto ali, uma coisa aqui, outra coisa ali, tudo isso aí ia para dentro do saco, não é? Como se fosse uma história do Carlitos. A transformação desses hábitos vai se dar posteriormente.

EV – Professor, hoje eu queria continuar aprofundando um pouco aquela nossa primeira entrevista. Com relação ao clima socialista difundido dos anos [19]20 e [19]30, a que o senhor faz referência, eu gostaria que o senhor fizesse uma análise disso e da relação que isso teve com a sua definição política e ideológica.

FF – Bom, em [19]30 eu estava com dez anos. E, quando eu falei nessa tradição socialista difusa, eu quis ressaltar o ambiente que existe numa cidade como a cidade de São Paulo, especialmente nos setores pobres das classes trabalhadoras, tanto por causa da imigração quanto por causa das lutas sociais, como ainda... porque São Paulo era um centro dinâmico de manifestação de ideias políticas. Para o mundo que saiu pós-mineração, da produção cafeeira, São Paulo foi a cidade mais burguesa do Brasil. Quer dizer que ninguém poderia viver em São Paulo sem ser atingido, de uma forma ou de outra, por esse clima de tensões sociais, de aspirações sociais e mesmo de orientações políticas. Eu quis ressaltar isso porque é claro que com dez, quinze anos, eu não poderia receber uma influência e converter essa influência num processo mental criador. Quer dizer, era muito mais o clima intelectual da cidade. Eu já ressaltai isso naquele Em busca de uma Sociologia crítica e militante¹: como viver em São Paulo era receber influências que vinham da situação econômica, social e política

1 Texto publicado em Florestan Fernandes. *A sociologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1977.

de São Paulo. São Paulo não tinha, naquele momento, a efervescência política do Rio de Janeiro nem exercia a hegemonia intelectual que pertencia ao Rio, mas havia esse clima humano. Quer dizer que eu cresci dentro desse clima humano. Agora, avaliar esse socialismo difuso, esse anarquismo difuso e mesmo as correntes que estavam ligadas aos conflitos, dentro dos sindicatos, como na luta pelo poder nos sindicatos, para isso você teria de recorrer a obras que estudam aquele momento. Existem vários trabalhos.

EV – Mas a questão é mais do ponto de vista pessoal...

FF – Sim. Do meu ponto de vista pessoal eu quis ressaltar que o clima humano da cidade, para quem estava na minha situação de classe, continha essa dimensão, não é? Continha esses dinamismos. Se eu, por exemplo, tivesse nascido numa cidade do Vale, Jacareí, Taubaté, eu estaria, mesmo muito mais velho, politicamente inerte porque eram cidades que não potencializavam essa dimensão de uma sociedade de classes. Então, a minha ênfase foi no sentido de mostrar que isso fazia parte – se eu fosse uma planta – do húmus que existia para o crescimento vegetativo da pessoa. É claro que, se eu estivesse mais vinculado às classes dominantes, a minha posição seria invertida. Seria como foi a posição da burguesia paulista, uma posição intransigente em defesa da paz social. Como eu estava do outro lado – apesar dos vínculos que eu tive com esse mundo rico que você menciona aí nas suas questões, através da minha madrinha, da família dela – se eu estivesse no outro polo, eu formaria uma mentalidade mais conservadora, mais de defesa da ordem. No polo em que eu estava era uma visão, mesmo espontaneamente, de ansiedade de transformar a ordem, de combater a ordem existente. Eu não entendia bem nem o que era integralismo, nem o que era democracia, nem o que era comunismo. No entanto estava ali perto, mobilizado na luta contra os integralistas. Mas isso é parte da situação de vida de quem nasce numa cidade. Quer dizer que não se vive numa cidade como São Paulo, a maior cidade burguesa do Brasil naquela ocasião, sem sofrer de uma forma ou de outra a influência dinâmica da situação de vida. Tá claro isso?

EV – Ao falar da influência socialista que o senhor recebeu de modo indireto, o senhor menciona conversas com remanescentes dos partidos socialistas italianos. O senhor aqui estava se referindo ao Mário ou também a algumas outras pessoas...

FF – Também a outras pessoas que, inclusive, se perderam na minha memória como e enquanto pessoas localizáveis, com nomes, com lembrança definida do modo de ser deles. Quer dizer, você vai trabalhar numa marcenaria, numa alfaiataria, você encontra ali gente que tinha experiência de luta política, de frustrações que foram canalizadas na direção de querer transformar a ordem. Agora, por exemplo, num açougue, numa padaria, já o clima era diferente. Aí já havia mais um tipo de colega menos polarizado politicamente. Quer dizer, variava muito. Como eu estive trabalhando em várias ocupações e iniciei a aprendizagem para me profissionalizar em várias delas, eu tive várias possibilidades tanto de entrar em contato com gente que tinha alguma politização como com outros que não tinham politização nenhuma. No açougue, no café, no café raramente, por exemplo, no Bidu um garçom, um homem da copa, um chefe de copa. Mas, já na Novoterápica, o Scala, que se tornou meu amigo, mas esse já era um socialista intelectual, que lia livros, se tornou cunhado do Mário. O pai dele já tinha sido socialista, o avô já tinha sido socialista. Quer dizer, é uma tradição italiana, como acontecia na Europa, de uma geração para a outra as posições se transmitem. Ele lia vários livros e artigos, era um intelectual. Conversar com ele, com frequência, era falar sobre livro, era falar sobre ideias políticas. Quer dizer que varia muito e os nomes das pessoas se somaram. Agora, à medida que eu fui crescendo, que os contatos foram se multiplicando, aí naturalmente a influência ficava mais densa. Quer dizer, na década de [19]40 já passo de uma relação amorfa com essas correntes sociais da vida comum, da vida cotidiana, para uma atividade política organizada.

EV – O senhor fala que tinha acesso às discussões que havia no Partido Comunista...

FF – Algumas coisas, porque é claro que há uma diferença entre decisões que são tomadas em cúpulas e coisas que correm entre militantes ou simpatizantes, que leem nos jornais do partido, nos volantes, nos folhetos. Então, por aí a gente tinha sempre acesso. O partido socialista era um partido aberto. Eu já disse que o pessoal mais simpático era exatamente um pessoal que vinha do passado, velhos lutadores. Tornava curiosa porque a relação era de um indivíduo de uma geração... Havia uma geração intermediária que não estava no diálogo ali; com exceção do Mário, do Scala e de alguns outros, a geração intermediária desaparecia porque o

contato com a geração antiga acabava sendo mais intenso. Talvez, por serem velhos, eles valorizavam transmitir o saber deles, o que fizeram da vida, é uma maneira do velho de se valorizar também. Então, havia conversas. Agora, a circulação das informações que eu tinha, se eu tivesse uma formação diferente, provavelmente eu poderia ver em jornais, em folhetos etc. Mas a gente tinha um acesso grande àquilo que corria dentro do PC ou pelo menos àquilo que devia ser filtrado para as bases, ou então, para a população mais ampla porque senão, quando o partido quisesse se mobilizar para alguma coisa, não tinha como, não é? Quer dizer que isso é parte da própria estrutura e funcionamento do partido. Eles têm de promover a difusão de certas ideias, de posições que são tomadas etc.

EV – Tem um momento na entrevista que o senhor fala que não recebeu nenhuma influência direta de sindicato, embora o senhor tenha feito parte de um...

FF – Eu tenho em casa – eu não me lembro que sindicato é – eu tenho uma carteira de sindicalização, com fotografia e tudo. Mas isso era e é típico do sindicalizado: ter uma frequência muito baixa no sindicato. São mais os militantes que têm vínculos orgânicos com os partidos, que – até hoje isso é assim – têm contato intenso com as atividades dos partidos. Os outros ficam de fora. Até hoje há essa crítica ao sindicato: de que ele não mobiliza, de que ele [não] apanha toda categoria, não é? A situação era ainda mais débil porque eram sindicatos que vinham da tentativa do Estado Novo de atrelar o sindicalismo ao aparelho de Estado. Então, muitos sindicatos surgiram assim, embora sindicatos de profissões fossem antigos. Eu não sei qual seria a idade do sindicato, eu não me lembro do sindicato. Mas os sindicatos de profissões, que surgiram logo no começo do século, surgiram independentemente do aparelho estatal e com base na contribuição dos sindicalizados. Mas eu próprio não sei dizer qual era o sindicato e como ele funcionava. E, como é típico até hoje, o trabalhador tem pouco tempo para ir a sindicato. O camarada... quando eu trabalhava num bar, num açougue, numa marcenaria, num alfaiate, eu não trabalhava oito horas, eu trabalhava mais. Como é que eu ia arranjar tempo para ir a um sindicato, não é? O sindicato funcionava num patamar que a distância com relação aos trabalhadores era relativamente grande. Provavelmente, então, a burocracia sindical era muito independente para tomar posições e exercer influência, não é?

EV – Outra coisa que eu queira abordar é sobre a crítica que o senhor faz aos intelectuais que analisam a questão do anarquismo no Brasil.

FF – Aí eu me referia muito mais à ênfase que é posta pelos intelectuais que trabalham na área de história, de sociologia, de ciência política, cultura, estudando imprensa, eles exageram a influência do anarquismo. O anarquismo era realmente um movimento forte aqui, mas não era tão forte como circula entre os intelectuais porque, se eles fossem tão fortes, eles teriam enfrentado maior resistência à penetração dos comunistas. Eles foram rapidamente desalojados pelos comunistas e muitos se tornaram comunistas, o que significa que não eram anarquistas com convicção muito forte.

EV – Mas havia uma repressão bastante forte aos anarquistas nos anos [19]20...

FF – Houve, houve e eles foram responsáveis por uma atividade que foi muito grande para as condições brasileiras. Quer dizer, o fermento político de muitas manifestações, no início do século, era anarquista e de gente que, embora sem ser de esquerda, lutava contra a oligarquia. Eram brasileiros que não tinham um limiar de socialização política e ideológica bastante forte para eles se deslocarem para a esquerda, então eram democratas radicais. Uma alternativa que nós não tivemos. Se esses democratas radicais estivessem organizados em um partido, e crescido como partido, como aconteceu na Argentina, em algum ponto a nossa história seria diferente da que foi. Então, isso evidencia que eram estratos relativamente pequenos e, também, frágeis porque não conseguiram varar a barreira do medo contra as punições e a repressão da oligarquia. Havia um ódio terrível contra as manifestações políticas da oligarquia, mas ao mesmo tempo esses radicais se uniam. Lendo alguns livros você pode ver pessoas que não tinham propriamente posições socialistas, mas tinham ideias radicais e se aliavam com os anarquistas, com líderes operários que eram ativistas. Agora, o que eu falo é no exagero. É como se os anarquistas tivessem tido a oportunidade de estar no limiar de desencadear um grande movimento de rebeldia intelectual e operária. Eles não tinham essas condições. E foram enfraquecendo. Eram muito respeitáveis. Eram muito dignos. E aqui, como em outros lugares, o fato de eles resistirem à institucionalização foi o calcanhar de Aquiles do movimento anarquista. Quando o PC surge, desaloja os anarquistas com maior facilidade por causa de eles valorizarem

mais a instituição do que os anarquistas, que preferiam a luta espontânea, a atividade que vinha das próprias bases ou que se irradiava de baixo para cima, enquanto os comunistas já pensavam na organização de um aparelho, de um mecanismo de dominação política dentro do partido e, também, nas instituições que controlavam². Quer dizer que as análises feitas sobre os anarquistas exageram no sentido de misturar causa e efeito e você tem a ideia de que havia uma grande massa anarquista atuante. Se isso acontecesse os anarquistas teriam feito um estrago muito maior do que fizeram, não é? Dado o fato que eles não privilegiavam a organização institucionalizada, eles foram se debilitando progressivamente. Ficaram à testa de alguns sindicatos por mais tempo, mas realmente depois foram substituídos pelos comunistas, pelos socialistas, pelos próprios radicais democratas que estavam em partidos. Então o exagero consiste em ver com lente de aumento uma coisa real que existiu, mas que é ampliada, que é multiplicada não sei por quanto, por dois, por quatro, por cinco, não é? Eles existiram. Eles foram atuantes. Eles representaram uma alternativa de mobilização, mas não tiveram a importância que é assinalada. As condições não favoreciam muito. Até hoje nós vemos como é difícil conseguir condições para os movimentos se afirmarem, não é?

EV – O senhor comenta na Sociologia no Brasil que quando entrou na universidade, naquele momento, o senhor combinava um populismo radical com um pouco de socialismo utópico e socialismo marxista. Por que o senhor se definia dessa forma como populista radical? O que o senhor queria dizer com isso?

FF – O ambiente era mesmo de populismo radical, não é? Pensar que vinha de baixo uma manifestação que ia transformar os rumos da sociedade brasileira. Desde a Semana da Arte Moderna, esse é um fermento que vinha do movimento dos tenentes³, no que ele tem de positivo. Se você ler a biografia do Euclides da Cunha⁴, havia um clima de radicalismo que a gente não tem muito como qualificar e que se voltava para o povo,

2 O Partido Comunista do Brasil foi criado em 1922. No ano de 1962 há uma cisão no Partido Comunista, da qual surge o PCdoB e o antigo PCB passa a se chamar Partido Comunista Brasileiro. Até hoje os dois partidos reivindicam terem sido fundados em 1922.

3 A Semana de Arte Moderna é realizada no ano de 1922 em São Paulo, enquanto os episódios do movimento tenentista se desdobram entre os anos de 1922 e 1927.

4 Sobre Euclides da Cunha (1866-1909), ver Walnice Nogueira Galvão (Org.). *Euclides da Cunha*. São Paulo: Ática, 1984. Este livro pertence à Coleção Grandes Cientistas Sociais, projeto editorial sob coordenação de Florestan Fernandes, com sessenta volumes publicados, envolvendo uma rica diversidade de pensadores, cientistas sociais e políticos dos mais variados matizes ideológicos e correntes teóricas.

para a massa popular. Quer dizer, a esperança de que haveria uma oposição vigorosa, espontânea, com alicerces na existência de insatisfações, de frustrações profundas nas massas populares. Esse populismo foi que permitiu o surgimento do Vargas⁵ e, em seguida, de várias outras figuras. Eles não criaram essa tendência a querer transformar a ordem. Ela era amorfa, sem um referencial político bem definido. Ela estava muito irradiada em cidades como o Rio, como São Paulo, Recife, Santos, Porto Alegre. Quer dizer, havia cidades nas quais o fermento de uma guerra civil potencial existia. Então é um radicalismo populista que tem raízes no povo, embora não tivesse tido aqui, como ocorreu na Rússia, um suporte teórico, uma formulação doutrinária que tornasse orgânico o que estava por trás disso. Não surge um movimento populista vigoroso que se espalhe pelo país através de estudantes, através de intelectuais, através de líderes operários, líderes sindicalistas, como ocorreu na Rússia, como ocorreu nos Estados Unidos na década de [19]20 entre os trabalhadores do campo, não? Aqui essas aspirações eram mais toscas. Mas elas existiam nas cidades. Havia uma confiança de que o trabalhador ia conseguir criar um mundo melhor, o homem do povo, com base na sua rejeição de uma ordem imoral, injusta, iníqua. Isso aí era compartilhado por muitas pessoas e serviu de base social para que a influência de alguns líderes políticos acabasse se alastrando como quando você joga o fogo no capim seco, não é? Há um campo propício para a propagação de um movimento populista. Era algo que – a gente pode dizer – de potencial, mas muito maduro, e que não foi propriamente trabalhado pela esquerda – porque a esquerda era muito débil, muito incompetente em seus quadros, em sua análise da situação – e ficou, praticamente, ao alcance dos políticos radicais ou que sabiam explorar o radicalismo da burguesia, aproveitar. Agora, o socialismo que corria mais à solta, ele era emparelhado ao anarquismo. Ele era muito utópico por causa, talvez, da influência de autores latinos, tipo Proudhon⁶, os italianos ligados ao Proudhon, ao [Charles] Fourier, quer dizer, aquilo que Marx e Engels chamavam de socialismo

5 Getúlio Vargas (1883-1954), após ter saído candidato pela Aliança Liberal e derrotado nas eleições presidenciais, alcança a presidência pela “Revolução de 30”. A ditadura do Estado Novo possui seu marco histórico de referência localizado entre os anos de 1937 e 1945, finalizado com a derrubada de Vargas, concomitante ao jogo de articulações políticas que iria levar seu sucessor, o general Eurico Gaspar Dutra, ao poder. Retornando à presidência na década de 1950, entre as alternativas da renúncia e de ser deposto, Vargas comete suicídio em 1954. Florestan Fernandes, em entrevista mais adiante, faz uma análise acurada das contradições entre as forças sociais que levaram tanto à derrubada de Vargas, em 1945, como seu retorno ao poder e suicídio como consequência do desenrolar dos acontecimentos.

6 Sobre Pierre-Joseph Proudhon (1809-1864), ver Paulo-Edgar A. Resende e Edson Passetti (Org.). *Proudhon*. São Paulo: Ática, 1986.

utópico. Os socialistas, que tinham uma origem europeia e viviam em São Paulo, eram predominantemente vinculados a várias tendências de socialismo utópico. Mesmo as manifestações do primeiro de maio ocorriam dentro deste clima de discussão, de pensamento. Então era natural que eu misturasse essas coisas porque eu vinha da massa popular tosco. De outro lado, os trabalhos que eu fiz me puseram em contato com representantes dessas correntes do socialismo, do anarquismo e a leitura básica que eu tinha era pobre e, ocasionalmente, escritos que, aí sim, me abriam a porta para o marxismo. Não era via partido organizado, via sindicato. Era via leitura espontânea, um livro que caía na mão, um ensaio de Lênin. Eu não sabia distinguir bem as coisas, mas aquele Max Beer⁷, *A História das lutas sociais*... O que caía na mão da gente era uma literatura que amalgamava essas tendências e que, na verdade, era característico dessa situação humana inicial, de uma pessoa como eu: seria de um esquerdista ingênuo que não tinha adquirido uma concepção do partido organizado, da militância... Tudo isso eu vou aprender indo para o movimento clandestino da luta contra o Estado Novo e me envolvendo no movimento trotskista, não é? Aí sim já é uma socialização política orientada, ainda que sujeita a críticas porque há uma crítica à centralização, à disciplina etc., que se faz ao Partido Comunista, mas isso existia também no movimento trotskista.

EV – Essas leituras a que o senhor está se referindo, o senhor conseguiu através do Scala...

FF – Não... Eles devem ter me emprestado alguns livros. Eu não me lembro mais que tipo de livro. Circulava aqui uma literatura muito de darwinismo social... E é muito contraditório porque o darwinismo social, ele é contra tudo o que poderia fundamentar essa vinculação com o populismo radical, com o socialismo utópico, com rudimentos de marxismo, não é? A gente lia Le Bon⁸, a gente lia vários autores que eu não lembro mais o nome. Eu estava tentando... Alguns eu ainda tenho, mas a maior parte eu dei, eu fiz mal em dar esses livros (risos). As mentiras da nossa civilização, *As mentiras da civilização*⁹, eu não me lembro mais que autor era. Havia

7 Florestan Fernandes se refere ao livro de Max Beer. *História do socialismo e das lutas sociais*. São Paulo: Livraria Cultura Brasileira, 1934, cujos dois volumes se encontram conservados em seu arquivo pessoal, com grifos e anotações de sua autoria. A referida obra foi republicada pela editora Expressão Popular no ano de 2006.

8 Gustave Le Bon (1841-1931), psicólogo e sociólogo francês, cujas teorias versavam sobre as relações entre caráter nacional, comportamento coletivo e superioridade racial.

9 Florestan Fernandes aqui se refere ao livro de Max Nordau. *As mentiras convencionaes da nossa Civilização*. 2. ed. Lisboa: Typographia de Francisco Luiz Gonçalves, 1910, encontrado em sua biblioteca particular.

leitura de Lombroso¹⁰. Era uma mixórdia, a gente misturava tudo. E graças ao Partido Comunista havia livros sobre o socialismo reunindo Rosa Luxemburgo, Lênin¹¹, três ou quatro autores. Agora eu estou tão distante disso que não lembro mais dos nomes. E essas leituras foram feitas antes de ir para o Curso de Madureza porque, no Curso de Madureza, aí eu tive de me concentrar na leitura já não mais como autodidata, mas como estudante com tarefas organizadas.

EV – Então, o senhor era muito jovem mesmo no período desse primeiro contato?

FF – Sim. Eu estou falando de uma bagagem que foi herdada do meio. Seria interessante lembrar porque mostra a precariedade das bases intelectuais de quem vinha bem de baixo. Provavelmente se você pegasse a biblioteca do Scala, aí você teria os principais autores socialistas das várias correntes, mas ele era um caso excepcional – o caso frequente era o do critério de vida – porque ele não passou pelas minhas experiências, não é? Ele vem de uma família de pequena burguesia, que já herda uma posição no movimento social. A biblioteca do pai, o que ele juntou a essa biblioteca. Uma cultura dentro da família que envolvia piano, envolvia teatro, quer dizer, era uma coisa um pouco diferente do que corria na massa popular da qual eu fui extraído. Agora, há alguns autores que tiveram uma certa importância, mas, infelizmente, eu não tenho condições de lembrar o nome deles. Estão tão longe, tão distante da minha experiência hoje. Às vezes a gente lia o livro inteiro, outras vezes só lia uma parte. Havia ocasionalmente leitura de material de partido. O Partido Comunista tinha sua literatura espalhada, atingia um setor ou outro da população. Quer dizer, uma pessoa que circulava muito na rua como eu, ia entregar terno, ia buscar comida na casa do patrão, ia dormir na casa do patrão, quer dizer, eu tinha uma mobilidade pela cidade muito grande. Catava um papel aqui, um folheto ali, uma coisa aqui, outra coisa ali, tudo isso aí ia para dentro do saco, não é? Como se fosse uma história do Carlitos. A transformação desses hábitos vai se dar posteriormente. Claro que os livros que eu estudava regularmente, quando se tratava de ler livros de química, de biologia, de aritmética, de história, aí já eram livros

10 Cesare Lombroso (1835-1909), criminologista italiano que atribuía a anomalias hereditárias, neurológicas e psíquicas influência fundamental na formação do caráter de delinquentes, atenuando sua culpabilidade.

11 Rosa Luxemburgo (1871-1919); sobre Lenin (1870-1924), ver Florestan Fernandes (Org.). *Lênin*. São Paulo: Ática, 1979 (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

totalmente separados dessa literatura e desse envolvimento social. Não sei se isso esclareceu você, ou não? A gente lia também poesia, o Guerra Junqueiro, poetas que agitavam questão social¹². Isso tudo ocorria. Mas mesmo a imprensa cotidiana não era muito lida. É mais um hábito que eu adquiri posteriormente. A imprensa cotidiana só caía nas minhas mãos ocasionalmente.

EV – Quando ocorreu o golpe de Estado Novo como que o senhor se posicionou nesse momento?

FF – Eu fui contra. Aí eu reagi, porque havia o Getúlio do “queremismo” e houve o Getúlio da ditadura. Eu estava polarizado para ser contra. Não estava polarizado para ser a favor. Ainda mais em São Paulo! São Paulo era um estado que estava lutando para derrubar o poder de Getúlio, para restabelecer o poder das oligarquias. Mas para as massas isso não aparecia. Aparecia mais o risco de uma ditadura, de uma traição do Getúlio às promessas que ele havia feito. Eu desde o começo me coloquei contra ele, e... A evolução posterior foi cada vez me tornando crescentemente um adversário tenaz dele [de Getúlio Vargas] e de todos esses políticos que entravam na manipulação do populismo e do movimento popular, não é? Eu fui cada vez me voltando mais contra eles. E, depois, ficou como um processo sistemático porque na luta clandestina contra o Estado Novo isso ficou organizado, orgânico. Mas o ambiente de São Paulo, apesar do Getúlio ser tido por uma parte da população como “pai dos pobres”, no ambiente de São Paulo havia um corte: gente a favor do Getúlio e gente contra o Getúlio. E eu estava entre a gente contra o Getúlio, os que eram contra a ditadura. Embora o clima de propaganda, o clima político, fosse no sentido de resistir, de desmascarar, eu não tinha uma politização para me colocar assim na frente, nem idade para isso, não é? Mas eu convivia com o Estado Novo como provavelmente aconteceu com os jovens que

12 Florestan Fernandes conservou em sua biblioteca um pequeno livro de poesias datado de 1918 de Guerra Junqueiro e Thomaz Ribeiro, com o título geral *A velhice do Padre Eterno*. Transcrevemos a seguir os primeiros versos da poesia que abre o livro, de autoria de Guerra Junqueiro, para mostrar o tipo de apelo social a que Florestan se refere: “O Padre Eterno está coberto de masellas / E tu (teu nome o atesta, ó bonzo), és uma d’ellas. / Masella, escuta: / Deus, o Deus em que acredito, / Essa luz que illumina essa noite – o infinito, / Esse effluvio d’amor que em tudo anda disperso, / Espírito que, enchendo o abysmo do universo, / Cabe com todo o seu vastíssimo esplendor. / N’um olhar de creança ou n’um caliz de flor. / Esse Deus immortal, único, bom, clemente, / O Deus de quem tu és o hereje e eu sou o crente, / Esse Deus, ó Masella, é um Deus plebeu e humilde, / Cuja firma não dá nos banqueiros Rotschild / Credito algum, um Deus descalço e proletário, / Que em vez de libras guarda em seu profundo erário, / Montões d’astros, um Deus de tal maneira vil, / Que não tem cortezãos, não tem lista civil, / Nem bispos; nem cardiaes, nem sacristões, nem tropa, / Nem núncios para dar pelas côrtes da Europa / Em doirados salões e esplendidas estufas / Festins onde se serve o Envagelho com Trufas, / A Biblia com champagne, e a alma de Jesus, / Bem pisada, rechuando os faisões e os perús!”

não queriam a ditadura militar, mas eram obrigados a viver sob a ditadura militar. Havia uma polarização “contra” [Getúlio], que vai crescer, vai ser germinativa de comportamentos políticos concretos. Agora, inicialmente a posição era contra. Aquela encenação contra os integralistas não adiantou nada. Depois, o caráter do Estado Novo é repressivo desde o início, se volta contra os partidos que tinham vínculos com as classes trabalhadoras. Quer dizer, eu estava dentro desse contexto, mesmo que eu, dentro desse contexto, fosse uma pessoa mais ou menos desorientada, não tinha uma cabeça formada.

Terceira entrevista com Florestan Fernandes

Militância Política nos anos 1940

Brasília, 10 de janeiro de 1991

Mas todos sabíamos que o Brasil era um país que tinha que passar por várias transformações prévias, porque você não parte do nada para a revolução. Teria que criar uma maior organização das classes, maior consciência de classe, a luta de classes orgânica com um partido proletário revolucionário, tudo isso. Isso exige que apareça uma democracia burguesa, que a burguesia chegue a conceder algum espaço para os debates. Então havia um misto de a revolução como objetivo final e a reforma da ordem existente como meio para consolidar, desenvolver, uma atividade anti-imperialista, nacionalista, democrática. Aí a necessidade de não separar o plano nacional do plano internacional.

EV – Professor, hoje eu queria abordar a questão de sua militância política nos anos [19]40. E a primeira questão que eu queria fazer é, justamente, em várias passagens o senhor comenta que, quando aderiu a um grupo, aderiu a um grupo trotskista, o PSR (Partido Socialista Revolucionário), o que significava do seu ponto de vista naquele momento ser trotskista tanto no contexto nacional, quanto no contexto internacional?

FF – Bem, eu não entrei para o movimento tendo em vista assumir posição pró-Trotsky ou anti-Stalin. Foi muito mais uma questão de como combinar a luta contra o Estado Novo com uma militância de esquerda. O Partido Comunista, que poderia ser a minha opção, não respondia àquilo que eu pretendia, apesar de que nesse momento o Partido Comunista era a espinha dorsal da luta contra a ditadura na esquerda. Mas o modo pelo qual se praticava o centralismo democrático, várias coisas que são bem conhecidas sobre as limitações teóricas que pesavam no PC: não havia uma tendência a discutir as coisas nas bases, naquele tempo chamavam de quadro, não é? Eu tinha amigos no PC e, através deles, eu conhecia a disciplina. Então, ao mesmo tempo que eu sentia a sedução teórica do PC, eu não sentia entusiasmo em aceitar essas condições de trabalho político. Como eu tive a oportunidade de me vincular à IV Internacional por causa do contato

pessoal com o [Hermínio] Sacchetta¹, então eu fui naturalmente para a IV Internacional. Havia outros grupos ou grupúsculos, como gostam de dizer os franceses, que estavam na esquerda, mas não defendiam uma concepção proletária de socialismo e tampouco passavam da militância contra o Estado Novo. Não havia a atividade política dentro dos grupos, por isso é que eu então preferi a incorporação à IV Internacional. Agora, ela não tinha o mesmo significado para mim, como teve, por exemplo, para outros que sofreram rupturas. Eu estava aberto para ir para outras agremiações. E preferia muito ir para o PC. Foi uma coisa que eu senti sempre: não ter ido para o PC. Eu não achava que a IV Internacional fosse a mesma coisa. De uma maneira utópica eu pensava que a esquerda deveria manter-se unida e que deveria ser naturalmente revolucionária num caso como o Brasil e, portanto, eu não entrei [no PSR] como uma opção de luta contra o Stalinismo. E mesmo uma das características da minha evolução pela esquerda é que eu sempre evitei atacar o PC e os descabros que ocorreram. Só ultimamente que é inevitável falar, não é? Mas eu sempre senti um certo pudor porque eu acho que é uma maneira de ajudar uma difamação, que sempre é feita nos países capitalistas em termos dos interesses da ordem existente. Então, eu entrei com esse espírito e que era o espírito dominante na célula a que eu pertenci. Só o Sacchetta vinha de uma ruptura e o alter ego dele, o Stacchini, aparentava também... José Stacchini, mas esse José Stacchini mais tarde aderiu à direita, quer dizer, porque provavelmente ele era uma infiltração. Eu não entendo, ele revelava um entusiasmo muito grande, deu à filha o nome da esposa de Lênin. Tinha um entusiasmo proletário pela cultura, uma menina que tinha, quando muito, cinco anos sabia todos os ossos do corpo humano, todos os músculos. Para mim até hoje é um mistério. Não sei se foi o peso do domínio psicológico do Sacchetta sobre ele que o levou a uma ruptura ou se realmente ele estava lá desde o começo, digamos, como informante. O Sacchetta havia sido secretário do Partido em São Paulo [PCB].

1 A trajetória política de Hermínio Sacchetta (1909-1982) pode ser conhecida em livro que reúne depoimentos de antigos amigos e companheiros de luta, bem como alguns de seus escritos: Hermínio Sacchetta. *O caldeirão das bruxas e outros escritos políticos*. Campinas: Pontes Editores/Editora da Unicamp, 1992. O arquivo pessoal de Hermínio Sacchetta encontra-se reunido no Arquivo Edgar Leuenroth do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp). Para um perfil político e intelectual de Hermínio Sacchetta traçado por Florestan Fernandes e conhecimento de seus vínculos de amizade, ver Florestan Fernandes. *A contestação necessária: retratos intelectuais de inconformistas e revolucionários*. São Paulo: Expressão Popular, 2015. p. 157-164.

Então, ele teve um drama na luta para mudar o Partido a partir de dentro, saindo de dentro². Ele então sentia esse fanatismo trotskista. Eu nunca cultivei o fanatismo trotskista.

EV – Ele entrou no Partido Comunista quando?

FF – Eu não lembro, mas ele fez toda uma militância como intelectual. Ele contou coisas incríveis porque parece que submetiam o intelectual a um ritual de humilhação. E depois fez uma carreira dentro do Partido que o levou até à Secretaria do Partido. Ele deve ter um período mais ou menos longo de militância e adquiriu todas as características de trabalho, o centralismo democrático autoritário. Ele não tentava aplicar na nossa célula porque era uma célula de intelectuais, de pessoas de prestígio. Ele respeitava muito os intelectuais. Como professor da universidade, então, [eu] era especialmente estimado por ele, valorizado por ele.

EV – Mas ele era jornalista de formação?

FF – Ele era jornalista e tinha uma boa capacidade de liderança, era um homem inteligente. Tinha uma cultura política de esquerda relativamente boa para a situação brasileira, mas era um pouco atípica no início do século na Europa, na Rússia. Ele lera obras posteriores escritas por esses autores, mas é uma formação típica do momento anterior à eclosão revolucionária na Rússia e os autores valorizados eram autores que tiveram marcada influência na luta entre a II e a III Internacional e na Revolução Russa, nas tentativas de revolução na Europa.

EV – Professor, é interessante que, no momento em que o senhor conhece o Sacchetta, parece que foi justamente no momento em que o senhor entrou no jornal...

FF – Não, eu frequentava o jornal [Folha da Manhã], mais ou menos,

2 Hermínio Sacchetta ingressou no PCB em 1932, tendo se tornado dirigente do Comitê Regional de São Paulo. Por discordar da decisão do Comitê Central de apoiar como candidato à presidência do Brasil José Américo de Almeida, Sacchetta foi expulso do partido sob a acusação de “fracionismo trotskista” em novembro de 1937. Só depois de novembro de 1939, quando sai da prisão, pois alguns meses após sua expulsão do PCB fora condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional, Sacchetta irá se tornar dirigente do Partido Socialista Revolucionário (PSR), para o qual iria convidar Florestan Fernandes em 1943. Mais adiante, no andamento da entrevista, esses fatos serão mencionados, porém informações mais específicas e detalhadas sobre o assunto podem ser buscadas em Eliane Veras Soares. *Florestan Fernandes: o militante solitário*. São Paulo: Cortez, 1997, p. 33-40. A afirmação de Florestan Fernandes, segundo a qual o jornalista José Stacchini depois teria aderido à direita, possui fundamento, pois este último escreveu um livro-reportagem apologético em relação ao Golpe de 1964. Nesse sentido, não é de se estranhar a surpresa de Florestan Fernandes. A esse respeito, ver José Stacchini. *Março 64: mobilização da audácia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

desde fins de [19]41. Eu não sei precisar porque não eram fatos importantes e eu não guardei. Eu já informei que era o meu amigo Jussieu, que não pertencia à esquerda, mas que era um intelectual radical, espírito democrático. Ele foi meu colega no Curso de Madureza e eu, como gostava muito dele, ia muito à Folha. Toda vez que eu podia, dava uma passada lá. Inclusive porque era caminho meu. Então, eu subia um pouco. Ficava ali atrás da Praça da Sé, se não me engano era rua do Carmo. Eu subia na redação, conversava com ele, tomávamos um café. Assim eu conheci o Sacchetta, porque o Jussieu me apresentou ao Sacchetta. Eu ainda era estudante.

EV – O Sacchetta trabalhava na Folha da Manhã³?

FF – O Sacchetta trabalhava na Folha. Eu não me lembro se ele já era secretário ou ainda não trabalhava lá. Talvez ele ainda trabalhasse n’O Estado de S. Paulo. Essas coisas todas nunca são bem conhecidas.

EV – Eu acho que estas informações tem na Sociologia no Brasil.

FF – Tem um livro sobre ele que está para sair que deve ter essas informações⁴. É um pessoal de Campinas, é uma coletânea de pequenos escritos. Talvez lá você colha estas informações. Agora, eu ia à Folha independentemente disso. Depois que ele se tornou secretário, ele lamentou que eu fosse colaborar no Estado e não na Folha⁵. E aí que a nossa relação pessoal se intensificou porque aí eu era obrigado a ter mais contato com ele. E uma vez ele tomou iniciativa de conversar comigo. Sabia do meu envolvimento na luta contra o Estado Novo. Então, ele conversou comigo sobre o movimento. Como eu pretendia entrar para o PC e não sentia entusiasmo por causa daquelas condições. Todos diziam: “depois que entra, transforma”. Mas eu já conheço isso: depois que você entra, você não transforma. Ou você se transforma, ou você engole frustrações. Então, não entrei. O que não impedia que eu tivesse um grande número de amigos porque, na atividade contra o Estado Novo, nós nos encontrávamos em reuniões, em debates, pouca coisa na luz do dia.

EV – Esse aspecto é interessante porque o senhor comenta que havia

3 Herminio Sacchetta foi secretário-geral da *Folha da Manhã* na época em que Florestan Fernandes frequentava a redação do jornal para visitar seu amigo e antigo colega do Curso de Madureza, Jussieu da Cunha Batista.

4 Trata-se do livro referido na nota de rodapé n. 1 da presente entrevista, cf. *supra*.

5 O primeiro artigo de Florestan Fernandes publicado na *Folha da Manhã*, a convite de Herminio Sacchetta, tem por título “Livros que valem” (01/07/1943).

nesse momento uma solidariedade dentro da esquerda.

FF – Não sei se era uma solidariedade. Era uma tolerância e uma conviência que era determinada pela necessidade de combater o Estado Novo e de libertar Prestes⁶, soltar os presos políticos etc.

EV – O próprio Sacchetta foi preso também...

FF – Ele foi. Ele sofreu. Ele perdeu o cargo dele. Ele ficou preso porque ele divulgou um documento. Isso é esclarecido naquele livrinho. Ele divulgou um documento e ele já estava na... Mas aí já é com essa nova ditadura [a ditadura de 1964]. Eu já estou misturando tudo⁷...

EV - Mas é porque eu li alguns textos sobre história do trotskismo que comentavam que, durante o Estado Novo, o Sacchetta havia sido preso.

FF – É claro. Ele tinha que ser... Porque ele era uma pessoa em evidência, secretário do Partido...

EV – E a ruptura com o partido ocorreu...

FF – Eu não conheço bem o episódio da ruptura, sabe? Exatamente por causa do que eu lhe disse: eu não tinha paixão por aquela cisão. Aliás, eu não gosto de cisões. Eu preferiria que as correntes da esquerda vivessem em harmonia e fossem capazes de combater o inimigo dentro de um padrão de unidade mínima. Então, eu poderia ter me envolvido nisso. Mas nunca me envolvi, nunca procurei saber.

6 A luta para libertar Prestes a que Florestan se refere foi devido à prisão do líder comunista com a derrota da Aliança Nacional Libertadora em 1935. Prestes passa nove anos encarcerado, sendo após sua libertação eleito senador pela bancada do PCB, em 1945, até cair novamente num período de dez anos de ilegalidade com a cassação dos mandatos dos comunistas, em 1947, durante a presidência de Dutra. Para um conhecimento mais aprofundado da trajetória política de Luís Carlos Prestes (1898-1990), ver Denis de Moraes e Francisco Viana. *Prestes: lutas e autocríticas*. Rio de Janeiro: Mauad, 1997; Anita Leocadia Prestes. *Luiz Carlos Prestes: patriota, revolucionário, comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. Em *A contestação necessária* (1995), Florestan Fernandes escreveu um texto intitulado "Luís Carlos Prestes: esperança e revolução", no qual apresenta a importância histórica de Prestes para as lutas revolucionárias no Brasil. A título de informação, caberia lembrar um episódio marcante aproximando Prestes e Florestan: o apoio do primeiro à candidatura do segundo, em 1986, como deputado federal para a Assembleia Nacional Constituinte. Prestes expressou seu apoio sob a forma de uma carta aberta dirigida ao povo do estado de São Paulo, nos seguintes termos: "Dirijo-me a todos vós, eleitores no grande Estado de São Paulo, para pedir-lhes que nas próximas eleições de 15 de novembro para a Câmara Federal e a Assembleia Nacional Constituinte votem no nome do professor FLORESTAN FERNANDES, inscrito na lista do PT - PARTIDO DOS TRABALHADORES, sob o número 1350" - transcrição dos dizeres de um panfleto da campanha de Florestan Fernandes para deputado federal constituinte encontrado em seu Arquivo Pessoal da Biblioteca Comunitária da UFSCar, à exposição do público.

7 Florestan Fernandes fez uma ligeira confusão entre as ditaduras do Estado Novo (1937-1945) e a militar de 1964, no que se refere a um dos acontecimentos da vida de Hermínio Sacchetta. O documento mencionado era um manifesto da Aliança Libertadora Nacional (ALN) de Carlos Marighella, divulgado por Hermínio Sacchetta no jornal paulistano *Diário da Noite* em 15 de agosto de 1969. Jacob Gorender relata com mais detalhes esse episódio no livro referido na primeira nota de rodapé desta entrevista e no seu *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1999, p. 176-80.

EV – O que eu encontrei nos livros que eu pesquisei é que a cisão foi provocada. A gota d'água foi a questão do apoio ao candidato à Presidência, porque o Sacchetta defendia a ideia de que o partido tinha que lançar o seu próprio candidato e que, a partir daí, ele teria rompido com o partido...

FF – Não, mas havia questões mais graves porque a questão do que o PC deveria ser como partido revolucionário era uma questão que estava em debate e qualquer outra questão estava sempre ligada à concepção do que deveria ser o partido. Daí o fato de que a ruptura não foi circunscrita ao Estado Novo. Ela envolvia a questão da concepção do que deveria ser a função de um partido revolucionário. Isso eu sei. Mesmo que não fizesse a revolução, mas nas condições possíveis, que tipo de luta deveria travar. Só que, ao fazer a cisão, a massa e as bases todas, a organização, tudo isso está nas mãos do PC. Quer dizer que o pessoal do movimento trotskista não logrou capturar uma parte da organização do partido. Atraíram alguns operários, alguns intelectuais, alguns quadros de classe média, jornalistas, professores, pessoas da pequena burguesia, classe média, que tinham aderido ao socialismo revolucionário, e alguns militantes, porque nós fazíamos reuniões onde era possível. Até separar o grupo de homens do grupo de mulheres, para debater o problema das mulheres. O grupo das mulheres, por exemplo, cabia muito bem aqui [refere-se à sala de reuniões da bancada do PT], umas vinte pessoas, trinta pessoas. A minha mulher, a Myrian [Rodrigues Fernandes], durante um tempo participou. A primeira esposa do Dr. Rocha Barros, Alberto Rocha Barros, era uma militante. E havia uma outra socialista muito conhecida, muito famosa nos meios comunistas da época. Foi muito minha amiga. Eu esqueci o nome dela. Ela era uma das principais ativistas do setor feminino. Claro que não havia separação, mas por causa da necessidade de expandir o lado feminino, as reuniões eram feitas em separado, havia reuniões feitas em separado. E aí a gente ficava [se] conhecendo porque, dada a organização em célula, [a gente] não se conhecia, mas nessas atividades coletivas nós acabávamos nos reunindo. Eu via os operários que nós possuíamos, também não eram muitos. Eram mais numerosos do que as mulheres. Teve uma importância isso para mim porque, desde o começo então eu me liguei a um feminismo que era socialista, não era um feminismo divorciado da luta contra a ordem existente. Agora, entre os operários – eu tenho impressão que o Stacchini tem origem operária, ele se tornou jornalista – entre os operários havia o típico militante do Partido

Comunista da época, com um pouquinho de nível de consciência política um pouco mais alto, porque foi a consciência política que determinou a rebeldia contra aquilo que se chamava monolitismo da direção.

EV – Professor, quando o Sacchetta conversou com o senhor, ele já lhe convidou para participar do partido? O partido já estava mais ou menos organizado?

FF – Estava. Não foi [19]42, aí foi em [19]43. Foi provavelmente começo de [19]43. Isso é fácil de ver pela época da publicação: é só ver no livro *O Folclore em questão*, ou então *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo na edição Anhembi*, as datas que saíram os artigos sobre “O negro na tradição oral”⁸. É em torno daquelas datas ali que eu comecei. Foram três artigos. Essa é a data em que nós conversamos. Como eu estava solto dentro do movimento, foi muito fácil para mim. Para mim até foi bom porque eu tinha um núcleo para me agregar em vez de ficar solitário. Eu conheci muitas figuras da nossa burguesia, eu contei já. As reuniões eram feitas em casas de gente de classe média.

EV – Como era a estrutura do partido?

FF – Eu nunca me envolvi nesta parte porque eu tinha um trabalho, eu tinha que trabalhar muito. Eu tinha que ganhar a vida, tinha que estudar. Num período eu era estudante, no outro período já era professor. Então eu me devotava a tarefas mínimas que me eram atribuídas e algumas cumpria com atraso. O que era um desespero para o pessoal porque eu tinha razões para justificar. Eu tinha que pôr em primeiro lugar alguma coisa e a atividade militante não podia ganhar prioridade porque eu não era um militante profissional.

EV – Professor, será que não tem uma outra sala que a gente possa conversar? Eu estou com medo da gravação sair com muito barulho... [referência ao grupo cada vez maior de deputados na sala da liderança do PT].

FF – Não tem... [interrupção para cumprimentar o Deputado Tarso Genro / PT – Nova Esquerda].

⁸ Florestan Fernandes se refere a uma série de três artigos, publicados n’*O Estado de S. Paulo* sob a comum rubrica de “Representações coletivas sobre o negro: o negro na tradição oral”, em 1943. Os três artigos foram republicados conjuntamente em Florestan Fernandes. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: São Paulo: Global, 2007, p. 226-242. Esses artigos também fizeram parte da primeira edição de *Mudanças sociais no Brasil* (São Paulo: DIFEL, 1960).

EV – Então, professor, nós estávamos falando da estrutura do PSR. O senhor estava dizendo que não se envolveu muito exatamente porque não tinha tanto tempo disponível...

FF – Só quando fazíamos reuniões aos sábados, quase sempre era para discutir a situação interna e externa...

EV – A situação nacional e a situação do partido no contexto nacional...

FF – Nacional e internacional. E a documentação internacional, isso eu já lhe disse, eram as melhores informações. Eram muito bem feitas, vinham da França, vinham da...

EV – Eram textos, documentos que vocês recebiam... O PSR era ligado ao SWP [Socialist Workers' Party], não é?

FF – Eu não conheço essa parte. Agora, o fato é que nós tínhamos uma literatura que debatia os problemas internacionais num nível muito alto e que nós não tínhamos na nossa imprensa naquele nível, porque em geral esses documentos eram todos à base de informações coligidas por militantes e um personagem com capacidade teórica recebia os dados e com base nas suas experiências elaborava o documento. Esse documento circulava. Às vezes tinha dez páginas, às vezes tinha trinta, quarenta. Era uma coisa importante.

EV – Eu estou fazendo essas perguntas porque eu já tentei obter essas informações...

FF – Agora eu não sei onde isso foi parar. Por que você não tenta falar com o filho do Sacchetta⁹? Pode ser que ele saiba alguma coisa. Aquilo circulava entre nós. Então, eu não sei que destino teve aquele material. Eu não guardei nenhum exemplar dos jornais que nós compúnhamos. Era um perigo muito grande ficar com jornal. Talvez algumas das pessoas que recebiam, mas eu acho que, com o tempo, elas próprias jogaram fora porque era um material de mimeógrafo...

EV – O próprio Oswaldo Coggiola, que é uma das pessoas que mais escreve sobre Trotskismo no Brasil, nos textos dele o PSR aparece como uma citação, mas não tem nenhum trabalho que a gente possa localizar, compreender e situar o partido dentro dos outros grupos de esquerda

9 Vladimir Sacchetta, jornalista, foi secretário parlamentar de Florestan Fernandes.

que havia no Brasil. A história da esquerda ainda não foi escrita. Essa é uma conclusão a que eu estou chegando.

FF – Não. Mas mesmo outros movimentos que tiveram voz, volume e maior repercussão na sociedade também não ficaram documentados.

EV – O que eu descobri, professor, é que a gente pega um texto e, quando compara com outro, as frases são iguaizinhas e a gente não sabe quem copiou de quem.

FF – Porque há uma coisa que é nítida. Isso eu posso dizer. Havia grupos que eram considerados trotskistas que envolviam o Lívio Xavier, o Mário Pedrosa, o Fúlvio Abramo¹⁰. E havia esse movimento que realmente tinha uma base operária, provavelmente circunscrita a São Paulo. Então, eram coisas diferentes. Nós sentíamos um desprezo muito grande pelos... Eu tive de me relacionar com o Pedrosa num nível de maior respeito a partir da obra intelectual dele. E do Lívio Xavier porque ele era uma criatura muito simpática, ficou meu amigo. Mas não através da atividade política, através da atividade intelectual. Ele morava ali na Xavier Toledo, me convidou para ir à casa dele. Era um intelectual brilhante, escrevia artigos muito bons. Então eu conversei várias vezes com ele, mas nunca discutimos política.

EV – Tem alguma coisa publicada sobre o Lívio?

FF – Que eu saiba não. Agora, o Fúlvio Abramo publicou um livrinho¹¹, você sabe, não é?

EV – Aquele de documentos? Eu tenho...

FF – São dois autores: ele e um outro.

EV – São documentos do período de [19]29 a [19]33, que foi exatamente o momento que eles aderiram à IV Internacional.

FF – A IV tem uma história acidentada... E eu acho que o Hermínio – com todo respeito por ele, como ele veio de uma ruptura que ocorreu

10 Esses nomes fizeram parte do que ficou conhecida como a “primeira geração” de trotskistas no Brasil. A esse respeito, ver Dainis Karepóvs, José Castilho Marques Neto e Michael Löwy. Trotsky e o Brasil. In: João Quartim de Moraes (Org.). *História do marxismo no Brasil vol. 2: os influxos teóricos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995. Lívio Barreto Xavier (1900-1988) foi jornalista e advogado; Mário Pedrosa (1900-1981), jornalista e crítico de arte; Fúlvio Abramo (1909-1993), jornalista.

11 Fúlvio Abramo e Dainis Karepóvs (Org.). *Na contracorrente da história*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

dentro do PC, ele tinha alcançado posições de liderança – os outros trotskistas que eram intelectuais provavelmente se retraíram porque ele era realmente uma figura... Hoje quantas tendências existem, mesmo aqui no Brasil? No Brasil eles são umas três ou quatro tendências trotskistas e são relativamente fortes. Você não pode achar que o pessoal da Convergência Socialista não seja forte dentro do PT. [Parte ininteligível da gravação] se eles elegeram o [Ernesto] Gradella é porque eles têm uma votação expressiva, não é¹²?

EV – Professor, eu coloquei uma questão que acho que, de certa forma, nós já comentamos aqui: como o contexto nacional e internacional influenciou a criação do PSR?

FF – Bom, na verdade, isso eu só sei que foi por causa da crise que ocorreu. O Sacchetta saiu com um pequeno grupo do PC. Como isso aconteceu, quantas pessoas levou com ele, isso eu não sei. Estava fora disso. Inclusive eu tenho impressão que era um pouco uma fase na qual eu estivesse ainda terminando o Curso de Madureza, fazendo o Curso de Madureza. Estava distante disso. Agora, é bom verificar o que eles tinham de importante: eles recebiam as documentações, essa documentação não é mandada lá de fora para qualquer movimento. Quer dizer que esse grupo era tido como representativo oficialmente da IV [Internacional] aqui no Brasil, senão eles não mandavam.

EV – Quem eram as pessoas que, junto com o Sacchetta, fundaram o partido?

FF – Isso é que eu não sei. Eu conheci algumas pessoas. Já mencionei Luís Alberto da Rocha Barros, Victor de Azevedo, José Stacchini¹³, alguns nomes

12 A Convergência Socialista (CS) foi uma das tendências que, vinculada à Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT), agrupamento de organizações trotskistas de vários países, esteve presente no Partido dos Trabalhadores desde a sua fundação em 1980. Essa tendência será posteriormente expulsa do PT e irá concorrer para a criação do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) em 1994. Ernesto Gradella Neto, militante da tendência Convergência Socialista, foi deputado federal pelo PT, primeiro, de 1989 a 1990, ao assumir a suplência da vaga deixada por Luís Eduardo Greenhalgh, também do PT, o qual foi empossado como vice-prefeito da cidade de São Paulo e, segundo, eleito como deputado federal para o mandato de 1991 a 1995. Após expulso do PT, irá participar da fundação do PSTU.

13 Trata-se de Alberto Moniz da Rocha Barros (1909-1968), professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, e não de Luís Alberto da Rocha Barros, havendo um pequeno lapso por parte de Florestan Fernandes na reconstituição do nome. No texto em homenagem a Hermínio Sacchetta, escrito por Florestan Fernandes, e publicado em *A contestação necessária* (1995), é mencionado o nome de Alberto da Rocha Barros. No entanto, a maioria dos trabalhos sobre trotskismo no Brasil refere o nome de Alberto Moniz da Rocha Barros. Na noite de 16 de outubro de 1968, o Prof. Rocha Barros foi agredido por estudantes da Faculdade de Direito ligados ao Comando de Caça aos Comunistas (CCC), vindo a falecer menos de dois meses depois de um infarto. Victor de Azevedo Pinheiro (1905-1979) foi jornalista e escritor. José Stacchini (?-1988) foi jornalista, tendo trabalhado como repórter de *O Estado de S. Paulo* e escrito, logo após o golpe de 1964, o livro “Março 64: Mobilização da Audácia”, mencionado na nota de rodapé n. 2, cf. *supra*, no qual narra passo a passo a conspiração que conduziu à destituição do Presidente João Goulart. Esse livro atesta a passagem de Stacchini para a direita contrarrevolucionária.

que a gente hoje pode mencionar. Eu gostaria de lembrar o nome daquela socialista. Mesmo o nome da pessoa que foi a primeira esposa do Luís Alberto Rocha Barros, que era uma ativista exemplar. Ela não tinha tanta consciência política, mas tinha uma devoção muito grande às atividades cotidianas, às tarefas práticas. Realmente havia dois dínamos ali: um era intelectual, e muito no estilo daquele “a revolução já está feita” e que continuou na atividade política bastante tempo. Tenho impressão que ela faleceu já. Ela acompanhou minha carreira. Agora, o setor feminino eu não conheço muita gente porque a estrutura limitava, não é? Havia pessoas que se ligaram acidentalmente, o Luís Washington Vita e Antônio Delila, mas quando descobriram o equívoco se afastaram. Eles aderiram pensando, talvez, que o grupo fosse mais de debate e que realmente a discussão não fosse para a ação prática. Ficaram pouco tempo e desapareceram. Depois eu me afastei também. Não havia um esforço sistemático do Sacchetta de atrair gente porque, se houvesse... Ele levava muito o pessoal das redações. Ele dizia que procurava ver se a pessoa tinha ou não tinha posição socialista. Eu já contei a você que ele tinha encontrado o Oswald de Andrade, que tinha elogiado um artigo meu, ele botou a mão na cabeça e disse: “Florestan, ponha a mão na cabeça e veja que besteira você fez nesse artigo!” [risos]. Quer dizer que ele filtrava.

EV – Esse artigo é a propósito do negro?

FF – Não, não, é posterior. Eu tenho uma colaboração constante. Algumas coisas saíram em livros.

EV – O senhor tem o arquivo desses artigos?

FF – Eu tenho a coleção... Eu tenho a coleção... Eu perdi pouca coisa desse material...

EV – Esse material poderia ser publicado...

FF – Não sei. Hoje... Só sobre o Antonio Candido eu tenho uma coleção de cinco artigos¹⁴, quando ele foi deposto, perdeu a cadeira, foi esbulhado¹⁵.

14 Florestan Fernandes publicou, no *Jornal de São Paulo*, uma série de quatro artigos sobre Antonio Candido, assim intitulados: Antonio Candido: I - Nova Geração, 09/09/1945; Antonio Candido: II - Os Rodapés, 16/09/1945; Antonio Candido: III - “Brigada Ligeira”, 23/09/1945; Antonio Candido: IV - “O método crítico de Silvio Romero”, 30/09/1945. Uma lista completa dos artigos publicados por Florestan Fernandes em jornais da época pode ser vista em seu *Curriculum Vitae*, de 1965, encontrado no seu arquivo pessoal na Biblioteca Comunitária da UFSCar.

15 Florestan Fernandes se refere ao concurso para a Cadeira de Literatura Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, realizado no ano de 1945. Antonio Candido foi o segundo indicado, após votação do Conselho Universitário em sessão do dia 09 de agosto de 1945, tendo sido escolhido o regente interino da cadeira, Mário de Souza Lima. O terceiro colocado no concurso foi Oswald de Andrade.

EV – Professor, qual era a relação do partido com o movimento socialista internacional, qual era a análise de conjuntura e estrutura que o partido fazia do contexto internacional e nacional?

FF – Aí é na velha tradição marxista-leninista revolucionária. Sempre aderiu a uma perspectiva mundial: o proletariado como classe social tendo que responder à burguesia, desde que surgiu a economia de mercado, a afirmação da burguesia em escala mundial. As classes trabalhadoras têm que desenvolver um internacionalismo revolucionário para poder enfrentar essa organização do sistema dominante. Uma coisa são as divisões de interesses que levam setores da burguesia e nações capitalistas se chocarem, outra coisa é a ordem capitalista mundial. Para uma economia de mercado mundial há uma solidariedade burguesa internacional e, portanto, os trabalhadores têm que desenvolver o internacionalismo proletário para poder ter uma perspectiva da situação histórica, examinadas as perspectivas revolucionárias de cada país, ou reformistas ou revolucionárias. O partido sempre tinha em primeiro plano a revolução. Mas todos sabíamos que o Brasil era um país que tinha que passar por várias transformações prévias, porque você não parte do nada para a revolução. Teria que criar uma maior organização das classes, maior consciência de classe, a luta de classes orgânica com um partido proletário revolucionário, tudo isso. Isso exige que apareça uma democracia burguesa, que a burguesia chegue a conceder algum espaço para os debates. Então havia um misto de a revolução como objetivo final e a reforma da ordem existente como meio para consolidar, desenvolver, uma atividade anti-imperialista, nacionalista, democrática. Aí a necessidade de não separar o plano nacional do plano internacional. Eu tenho que participar aqui. [Referência à reunião da bancada do PT que já havia começado há alguns minutos].

Quarta entrevista com Florestan Fernandes

Militância Política nos anos 1940

Brasília, 23 de janeiro de 1991

O próprio Tancredo Neves, por exemplo, o Ulisses [Guimarães], eles não fizeram nada de ultraradical em toda a vida deles. Eles sempre procuraram conter o movimento pendular da história, eles sempre procuraram travar. Eles aproveitam o movimento popular, mas quando o movimento popular cresce, aí eles retraem através da conciliação. Conciliação pela reforma que na verdade é uma conciliação na defesa da ordem. E o Getúlio [Vargas] utilizou isso com muita sagacidade. Portanto, não havia na situação brasileira, nem objetiva nem subjetivamente, condições para que ocorresse um levante vinculado à aliança entre a burguesia e as massas populares, as classes trabalhadoras.

[N]ão havia aqui condições para uma aliança antifeudal, para um nacionalismo revolucionário porque, desde a Proclamação da República, o Brasil sufoca os intentos revolucionários que nasceram na cidade. O problema era a defesa da propriedade, combater a anarquia e defender a ordem. Essa é a guerra santa do Marechal Duque de Caxias, que massacra os movimentos populares. Esse estado de espírito, em vez de desaparecer, vai rolando e se fortalece, ele existe até hoje.

EV – Continuando de onde nós paramos na última entrevista, qual era a plataforma política do PSR?

FF – Isso é que é curioso. O partido tinha vários documentos e a atividade de politização propriamente dita era muito baixa. Tanto que eu mesmo acho que já falei que o movimento tinha os defeitos contrapostos do PCB, PC do B, naquela época se chamava PC do B. Havia a crítica do centralismo democrático, havia a crítica do socialismo num só país, quer dizer, tudo que dizia respeito àquilo que seriam as propostas em termos de tarefas imediatas, de objetivos finais, da luta dos bolcheviques pela conquista do poder, tudo isso era enfatizado, mas não havia uma politização doutrinária no sentido de discutir como transferir tudo isso para o Brasil. A gente fazia análise de conjuntura, mas a análise de conjuntura acabava desembocando mais numa consciência do que ocorre, do que numa tentativa de definir rumos para a ação política propriamente socialista,

para não dizer revolucionária. A explicação talvez esteja no fato de que se tratava de um grupo muito pequeno. Era um movimento com uma massa reduzida de ativistas e de militantes. Em consequência, a própria situação concreta circunscrevia a nossa: as reuniões, a discussão de problemas do cotidiano brasileiro, da luta que nós poderíamos fazer contra a ditadura Vargas, comentários a respeito de um ou outro documento que eram lidos, decisões sobre tentativas de sair desse isolamento, organizando, por exemplo, reuniões de mulheres, manifestações com operários, mas, sempre, numa escala reduzida... Se devíamos publicar um jornalzinho – o jornal era muito pequeno¹, infelizmente eu já disse que não guardei – quando enfim íamos fazer. Quer dizer, ficávamos numa rotina pobre, rotina magra. Eu próprio não sei se fora daquela célula, na qual estavam o Sacchetta e os intelectuais, pelo menos os intelectuais que eram mais conhecidos lá em São Paulo, não sei se em outra havia reuniões de instâncias dirigentes. Não havia esse mecanismo de eleger um comitê, uma comissão. Talvez até nós funcionássemos como uma comissão dirigente, como um comitê central, mas nunca ficava claro isso aí. Nós entendíamos que o Sacchetta exercia as funções de liderança, nunca houve disputa nem de posição, nem de poder dentro desse núcleo. E havia muita boa vontade na cooperação. A não ser uma vez, que eu já mencionei, a desavença com um companheiro que foi ocasional, que era o Victor de Azevedo, que me deu uma ordem absurda, eu não me lembro que ordem era. Eu disse que não fazia, ele disse que eu ia fazer, que eu estava sujeito a fazer, e eu disse que não estava. No fim eu falei um palavrão em resposta a uma palavra que ele falou que era de baixo calão. Mas aí nós já não estávamos mais na reunião. Nós estávamos descendo a avenida São João, estávamos perto do Paissandu. Eu não sei onde fizemos a reunião naquele dia, foi por ali, mas o motivo do atrito foi pessoal. O fato de ele dar uma ordem absurda e eu não querer, não reconhecia em nenhuma pessoa do grupo alguém que pudesse montar cavalinho em mim.

EV – Ele era, digamos, mais antigo no grupo?

FF – Ele era mais antigo. Agora, se ele tinha alguma posição de mando dentro da estrutura, de uma comissão, eu não sei. O fato é que eu me

1 O jornal do PSR, cuja publicação teve início a partir de outubro de 1946, se intitulava *Orientação Socialista*. Provavelmente esse é o pequeno jornal a que Florestan Fernandes faz menção. Coleções completas do *Orientação Socialista* podem ser consultadas no Arquivo Edgar Leuenroth da Unicamp. Uma análise especificamente voltada para a ideologia socialista e trotskista contida no referido periódico do PSR pode ser encontrada no livro de Pedro Roberto Ferreira, *Imprensa política e ideologia*. São Paulo: Moraes, 1989.

recusei a obedecer e falei: “Bom, se você quer resolver a coisa no tapa, nós vamos para o tapa. Você vai apanhar” [risos]. Mas os companheiros intervieram e não houve nada. Acabou tudo na santa paz. Quer dizer que as atividades maiores eram o trabalho com a [editora] Flama que nós fazíamos, mas sem perspectiva de publicação. Era um trabalho de traduzir. Tanto que você vê que pouco depois que se desaparece a ditadura, surgem os livros. Quando você considera que no Brasil um livro demorava naquela época três, quatro anos para sair, você vê que era um trabalho realizado. O jornalzinho que podia ser distribuído. E a discussão de problemas de situação internacional e nacional, que nós discutíamos para termos uma ideia do processo político.

EV – Nesse momento, quando o senhor entrou para o PSR, estava ocorrendo a Segunda Guerra Mundial...

FF – Pois é. E as discussões abrangiam problemas da Ásia, problemas da Europa, problemas da América Latina. E com documentos bons, que eu já lhe falei. Eu lamento muito não ter guardado porque havia uma neurose de perseguição. Se a polícia deitasse a mão em um de nós e houvesse alguma coisa, aí muitos iam ser presos.

EV – Mas, professor, com relação especificamente à Guerra, qual era a posição do partido?

FF – Em geral a parte que se discutia com mais insistência era a que se referia à União Soviética, eu acho que ao monolitismo da direção do partido na União Soviética e através da III Internacional. Havia um monolitismo do movimento trotskista e muitas coisas que não tinham nada que ver com o socialismo num só país não eram discutidas, a não ser em termos do socialismo em um só país. Mesmo a razão do socialismo acabar prevalecendo em um só país, nem isso nós discutíamos, nós apanhávamos um ângulo crítico de que a União Soviética usava o movimento internacional como um desdobramento dos seus meios de ação diplomáticos e políticos. Em vez de servir à revolução ela limitava, estrangulava a revolução. Havia uma tendência a achar que a União Soviética poderia dar uma assistência a todos os países, é como se a revolução não surgisse aqui e acolá por causa da União Soviética. É claro que sociologicamente isso era um absurdo. E eu e o Rocha Barros, nós éramos os mais críticos com relação a esse ponto de vista. Mesmo com relação ao desaparecimento do Estado,

nós tínhamos dúvidas se numa sociedade tão complexa como a sociedade industrial moderna seria possível eliminar o Estado ou criar um estado com uma associação livre.

EV – E como que era percebida essa visão crítica dentro do partido?

FF – Aí eu não sei. Dentro daquele núcleo... No resto, quer dizer, aquela militância que era de operários e mulheres, eles não tinham consciência política disso aí, a politização deles era uma politização circunscrita à atividade imediata, com exceção de um ou dois dirigentes que estavam por trás da estimulação das pessoas, da mobilização. Os outros eram matéria-prima para ser trabalhada e que nós não trabalhávamos como acontecia dentro do PC do B. Não havia condições para isso. O contexto em que a União Soviética utilizou mesmo a III Internacional para dar combate à II Internacional, as denúncias feitas contra a II Internacional de social-fascistas e a falta de uma distinção entre socialdemocracia e o nazismo, esses erros foram erros graves cometidos pela União Soviética e pela III Internacional. Aí você tem a análise do Trotsky. Naquela época o livro estava publicado e a tradução era do Mário Pedrosa, mas acho que não tinha a indicação, não me lembro se tem ou não. O livro chamava-se *Aonde vai a Alemanha?* Nas edições do exterior o livro tem outros títulos. O Mário Pedrosa deve ter traduzido do francês².

EV – O senhor tem este livro?

FF – Tenho. E esse livro contém algumas das análises mais brilhantes que o Trotsky fez. Até na biografia do Deutscher³ sobre o Trotsky, ele afirma que os dirigentes da União Soviética utilizavam comumente as análises do Trotsky para elaborar suas políticas. Ele era um homem de uma grande visão do processo político em escala mundial. Mas ele viu a natureza do risco que a humanidade corria com o aparecimento do nazismo, o que

2 O livro encontra-se na Biblioteca de Florestan Fernandes. O título da capa é o mesmo que foi mencionado na entrevista, *Aonde vai a Alemanha?*, porém na folha de rosto do exemplar de Florestan Fernandes o que se lê é *Revolução e contra-revolução na Alemanha*. Não há indicações de quem fez a tradução do livro, embora tenha sido muito provavelmente Mário Pedrosa, como indicado por Florestan, já que o primeiro consta como o autor do prefácio. Na biblioteca do sociólogo paulistano, o livro se localiza numa estante exclusiva de obras marxistas: Leo Trotsky. *Revolução e contra-revolução na Alemanha*. Prefácio de Mário Pedrosa. São Paulo: Gráfico-Editora Unitas, 1933.

3 Isaac Deutscher (1907-1967), historiador e marxista polonês, escreveu uma biografia do Trotsky distribuída em três volumes, cuja versão em inglês se encontra na biblioteca pessoal de Florestan Fernandes, com seus grifos e comentários situados à margem. Os títulos de cada um dos volumes, segundo a ordem do ano de publicação, são: 1954 – *The prophet armed* (Trotsky: 1879-1921); 1959 – *The prophet unarmed* (Trotsky: 1921-1929); 1963 – *The prophet outcast* (Trotsky: 1929-1940). Para obter uma visão geral do pensamento de Isaac Deutscher e de suas posições críticas face ao stalinismo, ver Juarez Brandão Lopes (Org.). *Isaac Deutscher*. São Paulo: Ática, 1982.

representava o nazismo, e a necessidade de estabelecer uma relação diferente na posição da II e da III internacionais, principalmente da socialdemocracia e do Partido Comunista Alemão, diante do governo do Hitler. Havia os ressentimentos porque os socialdemocratas no poder, logo que eles subiram ao poder pela primeira vez, cometeram violências contra a extrema-esquerda e, de outro lado, as diretrizes dadas, primeiro pela Internacional, depois pelo Cominform, depois pelo órgão não conhecido que substituiu o Cominform, eram orientações no sentido da luta para salvar a Pátria do socialismo. Quer dizer, todo sacrifício devia ser feito pelo movimento internacional para proteger a União Soviética e impedir que ela, por causa da guerra, entrasse num processo de desagregação, que era uma coisa que naturalmente os aliados gostariam. Essa política de pôr em primeiro plano os interesses da União Soviética e fazer, então, alianças do tipo “frente popular”, elas eram muito criticadas dentro do grupo. Então, nós gastávamos muito tempo discutindo esse tipo de questão. E, de outro lado, a ditadura Vargas, qual seria o caminho da desagregação da ditadura Vargas, porque estava claro que, terminada a guerra, a ditadura não se mantinha, e qual seria a oportunidade da esquerda para aparecer abertamente no espaço político. Nós criamos um órgão legal, a Coligação Democrática Radical⁴, para exercer atividades nessa fase posterior, quando houvesse a oportunidade, mas a coligação foi um malogro.

EV – Professor, antes do senhor entrar no tema da Coligação...

FF – A Coligação há pouco que falar também...

EV – Este texto do Caggiola⁵ é um texto muito rápido trazendo uma visão panorâmica da IV [Internacional] e tem uma colocação aqui dele que eu achei interessante e queria ler para o senhor comentar. Ele fala o seguinte: “A IV emergiu da guerra como força dirigente só em dois países atrasados, a Bolívia e o Ceilão [...] A direção da IV não levou em conta, porém, a luta pela libertação nacional na América Latina – durante a Segunda Guerra importantes movimentos nacionalistas burgueses surgiram aproveitando o enfraquecimento do sistema im-

4 A Coligação Democrática Radical foi criada em 1945 com o fim do Estado Novo para atuar no período da chamada “re-democratização” como uma espécie de braço legal do PSR, sendo um dos seus principais objetivos atingir de modo mais amplo o operariado no intuito de conscientizá-lo politicamente com um discurso voltado para a conquista de direitos civis e reformas sociais. O “Anteprojeto de programa técnico-eleitoral” da Coligação Democrática Radical foi reproduzido em Paulo Henrique Martinez (Org.), *Florestan ou o sentido das coisas*. São Paulo: Boitempo, 1998, p. 225-248.

5 Osvaldo Caggiola. *A IV Internacional: meio século de história (1938-1988)*. s. d. (Mimeo). O excerto lido, na entrevista, foi retirado das páginas 8 e 32.

perialista – sob o pretexto de que essa bandeira era hasteada por movimentos reacionários (peronismo e varguismo), enorme concessão do intervencionismo democrático dos aliados e dos Estados Unidos de peso esmagador na opinião pública destes países. A seção norte-americana da IV, o SWP, qualificou o governo peronista, o de maior apoio popular na história do país e o mais democraticamente eleito, de ditadura e pronunciou-se pelos Estados Unidos Socialistas da América (e não da América Latina), levando em conta a luta anti-imperialista desse continente. Estas posições chocavam-se frontalmente com o último documento da IV de autoria de Trotsky, o Manifesto de Emergência de maio de 1940, qualificado por [Daniel] Guérin como absolutamente impressionante. [A entrevistadora faz a leitura de nota do texto referente a uma citação de Guérin] Trotsky havia manifestado ao dirigente operário argentino Mateo Fossa: ‘em caso de conflito, estarei com o Brasil fascista contra a Inglaterra democrática’. A vitória da nação atrasada significava um golpe contra o imperialismo, e abria as portas para a luta revolucionária no país oprimido”.

FF – Bom, essa é uma visão totalmente errada do que estava acontecendo. As forças reacionárias não se agrupavam numa frente anti-imperialista. Ao contrário, mesmo na Argentina o movimento peronista se divide em várias tendências, que vão da extrema esquerda à extrema direita, com muitas incongruências que eu não entendo como é que a esquerda Argentina conseguiu manipular aquilo e conviver com aquilo. Parece que os argentinos se comprazem em viver dentro das ilusões que eles inventam. Aqui estava claro, quer dizer, você vê a evolução do Brasil. A maior preocupação do próprio Getúlio não era estabelecer uma união popular antiburguesa. O Prestes, quando sai da cadeia, nesse gesto⁶ que o pessoal condena até hoje e que na ocasião eu não entendi e, posteriormente, eu continuei não entendendo, mas o que ele pretendia visivelmente em termos de estratégia política, não de tática, de estratégia política, era separar o Getúlio e o movimento burguês operário, de radicalismo de classe média, que apoiavam o Getúlio, das classes conservadoras e reacionárias. O que você vê aqui? O Getúlio não faz essa frente, como ele não tinha feito antes. Antes ele podia ter feito com o integralismo, podia ter feito com o Partido Comunista do Brasil. Ele utiliza as duas forças e depois impõe

6 O apoio de Prestes a Getúlio Vargas, levando este a se eleger senador pelo Rio Grande do Sul e São Paulo, ocorreu durante o pleito eleitoral de 1945.

a via dele, que era uma via burguesa, reformista, mas uma reforma para proteger a ordem, para transformar a ordem dentro do capitalismo. E não uma tentativa de enfrentar os Estados Unidos, unir as forças burguesas contra os Estados Unidos e usar um radicalismo burguês para se afirmar. Ora, ele próprio foi vitimado pelo medo de setores burgueses de que ele tinha se aproximado demais do povo. É um medo que vai perseguir toda a carreira do Getúlio. E esse medo foi o elemento que acabou levando o Getúlio ao suicídio, porque os setores mais reacionários e conservadores da burguesia não deram quartel ao Getúlio. Porque não entendiam a complexidade da política dele: união com base popular, não para abrir a ordem para um regime diferente, mas para fortalecer o regime burguês. O que você vê acontecer é que o Getúlio cria simultaneamente dois partidos, o PTB e o PSD⁷, e nesses dois partidos vai aglutinar setores heterogêneos, tanto vinculados aos interesses dos trabalhadores e das camadas populares. Você tem trabalhistas íntegros, como o Pasqualini⁸, e tem uma porção de oportunistas que estavam pescando em águas turvas e tem setores que são de esquerda e que se infiltraram no PTB; de outro lado, no PSD você tem uma gama de interesses e de valores que vão também do radicalismo burguês ao reacionarismo. O próprio Tancredo Neves, por exemplo, o Ulisses [Guimarães], eles não fizeram nada de ultraradical em toda a vida deles. Eles sempre procuraram conter o movimento pendular da história, eles sempre procuraram travar. Eles aproveitam o movimento popular, mas quando o movimento popular cresce, aí eles retraem através da conciliação. Conciliação pela reforma que na verdade é uma conciliação na defesa da ordem. E o Getúlio utilizou isso com muita sagacidade. Portanto, não havia na situação brasileira, nem objetiva nem subjetivamente, condições para que ocorresse um levante vinculado à aliança entre a burguesia e as massas populares, as classes trabalhadoras. Esse tipo de movimento foi possível, por exemplo, na China. Mas na China a situação era peculiar. O Chiang Kai-shek parte – aliás o Trotsky fez uma análise muito boa da situação chinesa também – de uma situação de nacionalismo libertário e revolucionário para evoluir na direção da revolução social. Mas lá havia, para favorecer esse processo, uma ocupação japonesa.

7 O PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) foi fundado em 15 de maio de 1945, com o objetivo de ser o “braço esquerdo” de Getúlio Vargas e conquistar o apoio político da massa cada vez mais numerosa dos trabalhadores nos centros urbanos. Por sua vez, o PSD (Partido Social Democrático) foi fundado em 17 de julho de 1945, elegendo o Marechal Eurico Gaspar Dutra para a Presidência da República em dezembro do mesmo ano.

8 Alberto Pasqualini (1901-1960), considerado o mais importante teórico do trabalhismo brasileiro, também foi fundador do PTB no Rio Grande do Sul.

Havia um inimigo instalado no país e assim mesmo setores importantes da sociedade chinesa não apoiaram. E até elementos que se vincularam a Sun Yat-sen no passado, que representaram uma burguesia que tentou, como no Brasil, a descolonização. A nossa burguesia, ao contrário, ela apoiava o Getúlio para obter condições favoráveis, não ao afastamento da oligarquia agrária, mas a uma nova relação entre o setor agrário e o setor industrial. O setor agrário aqui – é preciso que se entenda – no fim do século XIX e no início do século XX evoluiu no sentido de ter uma forte participação econômica na atividade urbana, principalmente através dos bancos, mas também através de hipotecas, de investimentos em prédios, investimentos como sócios comodatários de empresas comerciais, e grandes empresas comerciais também, que no passado ficavam na mão dos portugueses e foram se transferindo para a mão das famílias tradicionais brasileiras. Então, os conflitos setoriais da burguesia eram menos econômicos e mais políticos. Quer dizer, qual é o sistema de poder que vai nascer da desagregação da ditadura?

EV – O senhor diria que economicamente havia continuidade entre os dois setores?

FF – Não é uma continuidade, é uma articulação de interesses. E essa articulação de interesses vem desde o começo do Império. Quando surge o setor novo na economia brasileira – uma coisa que eu não analiso em profundidade, mas exploro n’*A revolução burguesa*⁹ –, eu localizo como o excedente econômico do setor agrário se direciona para as cidades e – uma coisa que eu não mencionei lá – também se direcionam para o exterior investimentos nos países com maior dinamismo econômico. É uma velha tradição e que os portugueses também praticavam. Não era uma inovação, não é? Agora, isso vai se fortalecendo ao longo do século XIX porque com a mineração e, principalmente, com a vinda da família real para o Brasil, a escravidão passou – isso eu analiso no Circuito fechado¹⁰, no primeiro capítulo, mas também na Revolução Burguesa – a escravidão acabou tendo uma importância maior na formação do excedente econômico que era retido no país, aquela parte do excedente econômico que deixou de ser remetido para a metrópole e que não passou a ser apropriado pela Inglaterra, porque a Inglaterra estava interessada num outro

9 Florestan Fernandes. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Contracorrente, 2020.

10 Florestan Fernandes. *Circuito fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”*. São Paulo: Globo, 2010.

tipo de triangulação, que era o triangular trade. Esse comércio triangular faz com que a Inglaterra tenha interesse na expansão do setor novo e, com isso, ela investe dentro do país em estradas de ferro, em negócios, tem o seu homem que era o Mauá e outros círculos vinculados à expansão inglesa. Esse setor novo, ao crescer ele tinha de partir de vínculos com o setor agrário e com o setor comercial, que vai aos poucos tendo, também, uma diferenciação bancária. Quando chega no fim do século, isso já está com um edifício montado. E a escravidão acabou preenchendo aqui o papel que preencheu na Europa, de fator de acumulação de capital dentro do país escravista. Não para reproduzir o sistema colonial, mas para reproduzir um sistema econômico de comércio livre, quer dizer, de troca de matéria-prima por manufaturados. É por isso que a Inglaterra queria acabar com a escravidão e com o tráfico. E os setores agrários não queriam acabar com a escravidão no começo, nem com o tráfico, porque eles sabiam que se apossaram de um meio de acumulação de capital que antes deixava para eles um resíduo. Deixava entre aproximadamente $\frac{1}{4}$ ou 30% do capital, do lucro, e com isso eles não podiam reproduzir senão a estrutura de um sistema colonial. Com o aparecimento da indústria vinculada à imigração, a expansão urbana que ocorrera durante o século XIX e com a substituição de produtos que antes eram importados (por exemplo, havia dois tipos de manteiga, uma para o consumo popular, outra para o consumo da elite; havia roupa feita aqui, rústica, por exemplo, para o escravo, para gente muito pobre, e havia roupa importada – eu até já mencionei, eu acho, que a farda do motorista da minha madrinha vinha da Inglaterra), houve uma luta muito grande desse setor urbano-comercial para ocupar um espaço contra os Estados Unidos, contra o comércio externo e os interesses que aqui dentro se organizavam com base na importação. Quer dizer que ao longo do último quartel do século XIX e do século XX essas associações se expandem e não há um setor agrário como aconteceu na Inglaterra – embora na Inglaterra o setor agrário especulasse também e, eventualmente, até se envolvia na industrialização, como aconteceu também na Alemanha – mas, na Inglaterra, predominantemente o setor nobre, o setor agrário, investia nas terras. E, mesmo no caso da Irlanda, estavam interessados na expansão agrária e, também, na conquista colonial, porque aí eles pegavam o botim já pronto e acabado. Mas também esse setor fazia parte de grandes companhias. No Brasil não surgiram essas oportunidades, mas de qualquer maneira você pega

a família Prado, você vê gente da família Prado nas minas, depois saindo das minas indo para São Paulo, na agricultura, no comércio. Quer dizer, há uma articulação. A diferenciação nasce a partir de dentro das famílias poderosas. Eram eles que tinham interesses econômicos ou, então, o imigrante que formou pecúlio, ou então o comerciante, o agente urbano que, por diferentes vias, também acumulou como aconteceu com os portugueses e com vários moradores na cidade. Quer dizer que o Getúlio em [19]45 foi hostilizado pelo setor mais conservador e reacionário, que o pôs para fora do poder. Esse setor usou o Dutra como instrumento para esse fim. Agora, o próprio Getúlio fez um jogo através do qual o peão do jogo dele foi o Dutra. Veja a sagacidade dele: “Se o Dutra é o seu homem, ele também me serve”. Através do Dutra ele manteve uma influência grande no sistema de poder. Ele protegeu um programa ardiloso pelo qual ele montava dois braços políticos, um apanhando setores populares radicais, outro apanhando setores esclarecidos e progressistas da burguesia. Então, não havia aqui condições para uma aliança antifeudal, para um nacionalismo revolucionário porque, desde a Proclamação da República, o Brasil sufoca os intentos revolucionários que nasceram na cidade. O problema era a defesa da propriedade, combater a anarquia e defender a ordem. Essa é a guerra santa do Marechal Duque de Caxias, que massacra os movimentos populares. Esse estado de espírito, em vez de desaparecer, vai rolando e se fortalece, ele existe até hoje.

Então, a análise do Trotsky é uma análise equivocada. É uma análise que transfere para o Brasil uma situação que os russos conheciam bem por causa da parte asiática da Rússia. Mas, na América Latina, nem mesmo no caso Argentino: que é um caso peculiar, a Argentina é um caso à parte na história latino-americana, porque a metrópole não faz investimentos maciços iniciais e a Argentina cresce através do contrabando, das atividades comerciais e, por isso, na América Latina era o país que reunia maiores condições de radicalização. Assim mesmo os ingleses conseguiram expandir uma aristocracia agrária forte. O setor agrário é tão forte que ele tem poder até hoje. E o radicalismo burguês deu um partido que lutou dentro da ordem, não contra a ordem. E o Brasil se vincula a isso. Há um grande burocrata e administrador e, ao mesmo tempo, homem de negócios português, não me lembro se eles chamavam de governador, no estado do Rio indicado pela coroa, ele próprio fazia contrabando em associação com os argentinos. A biografia dele está publicada, eu não lembro

o nome dele agora, e é muito interessante para ver como é que isso se deu. O Brasil sempre esteve envolvido, especialmente na parte do Sul e na parte da expansão do ciclo do ouro, sempre esteve envolvido com o comércio legal e ilegal praticado pela Argentina, ou pela fronteira, ou através de empreendimentos independentes que chegavam a vinculações entre agentes que operavam nas minas e faziam o contrabando e usavam naturalmente a Argentina para expandir esses negócios. E eles tinham um meio para justificar, porque as tropas vinham de lá, os muares, tudo isso vinha do Sul, então havia um trânsito que permitia o escoamento do ouro. E era difícil para a Coroa controlar isso aí. A Coroa toma medidas muito severas, mas nunca consegue, de fato, abafar. De modo que a análise do Trotsky pode ser brilhante na teoria, mas ela não tem congruência com as perspectivas práticas. Quer dizer, ela é alguma coisa do tipo das análises que o Caio Prado critica no livro sobre a revolução brasileira¹¹, só que apanhando uma situação em que a III Internacional não está envolvida, é a IV, não? [risos]. É a mesma preocupação de ter um paradigma e aplicar aquele paradigma a outras situações. Porque, de fato, a descolonização não ocorreu no Brasil, a não ser para os estamentos senhoriais, porque era a condição para que estes estamentos senhoriais substituíssem a Coroa e controlassem o poder em escala nacional. E eles fizeram isso com muita sagacidade, com muita firmeza. Agora, para o resto da sociedade não houve descolonização. O sistema escravista ficou intacto. Quer dizer que tudo que havia de colonial no Brasil ficou vinculado a essa estrutura de produção, a esse modo de produção escravista que vai até o fim do século [XIX]. Para um argentino é difícil entender isso porque, refletindo sobre a Argentina, ele reflete sobre ritmos históricos mais rápidos. Ele pensa em ritmos históricos mais rápidos, mas que na verdade acabam como no Brasil porque há um paredão, quando chega naquele paredão os ritmos históricos ficam encurralados, não é? Eles não podem avançar, são obrigados a recorrer a um ditador etc. E, para que isso não acontecesse, eles teriam que aderir a um processo descolonizador que levasse a descolonização até o fim, e até o fundo, e a um processo de revolução nacional libertário e democrático, coisa que as famílias tradicionais e os diferentes setores da sociedade – e depois os industriais também vão fazer parte disso, os banqueiros começam a fazer parte logo no começo do século –

11 Caio Prado Jr. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966. Florestan Fernandes possui um comentário crítico ao referido livro de Caio Prado Jr., ver Florestan Fernandes. *Brasil: em compasso de espera*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011, p. 127-132.

eles vão bloquear, eles não querem saber. O Getúlio surge com uma mentalidade muito de fronteira, talvez influenciada pela própria vizinhança da Argentina. Ele queria liquidar aquele Brasil da Primeira República, que era um prolongamento do Império com algumas transformações. Transformações que não vieram de cima para baixo, vieram de baixo para cima por causa da substituição da mão-de-obra escrava pela mão-de-obra livre e por causa da urbanização, da industrialização, que coloca novos grupos em posição econômica média, alta e também em posição de poder. E o Getúlio vai trabalhar: você vê que, durante o Estado Novo, ele procura aglutinar, reaglutinar os interesses oligárquicos. Ele sobe ao poder em conflito com a oligarquia agrária, não do Sul, a estancieira, mas a de São Paulo, a de Minas, a do Rio, e por isso o governo dele tem que tomar algumas medidas de proteção econômica aos setores emergentes da burguesia, que eram principalmente setores industriais e de serviços, mas em seguida ele vai procurar compensar esse intervencionismo e reaglutinar os interesses oligárquicos num patamar mais avançado, mais complexo. Por isso não havia como, através de um homem como Getúlio e das forças burguesas que o apoiavam, de estabelecer uma aliança antiimperialista, de levar a descolonização até o fundo, quer dizer, acabar com todos os resíduos da escravidão, da miséria, porque um dos resíduos da escravidão é o salário baixo. O migrante é o substituto do escravo. O proprietário agrário vai pagar a diferença entre o salário monetário e o salário real concedendo a liberdade do sujeito plantar numa área de terra. E é por ali que – como eu já expliquei na *Revolução burguesa* – ele forma um pecúlio e o imigrante vai sair do setor agrário, quando ele é pobre, porque às vezes ele vinha rico, vinha com dinheiro. Há italianos, os franceses, alemães, que vêm com dinheiro, que já começam em atividades que não têm nada que ver com a biografia heroica do imigrante. Agora, o escravo e o homem pobre livre, eles entram... porque o escravo antes estava no sistema produtivo e depois nas áreas em que o desenvolvimento econômico era lento, que estava em regressão econômica, como o Vale [do Paraíba], o negro não é exposto e há pouca imigração, quase nenhuma¹². Só mais

12 No primeiro volume de *A Integração do negro na sociedade de classes*, Florestan Fernandes afirma: “O grande proprietário deu preferência ao imigrante onde a prosperidade econômica e a abundância relativa de mão-de-obra estrangeira foram acentuadas; nas regiões em que isso não sucedeu (ou ocorria em menor escala), teve de apelar para os libertos ou para a chamada *mão-de-obra nacional*. Isso deu origem a movimentos migratórios de trabalhadores agrícolas negros, mulatos e caboclos, que se deslocavam das áreas em que sofriam intensa concorrência do ‘imigrante branco’ para ‘as zonas de lavouras depauperadas do Vale do Paraíba’” (Florestan Fernandes. *A integração do negro na sociedade de classes*, v. 1: O legado da raça branca. São Paulo: Globo, 2008, p. 54).

tarde e quando há migração, ela é migração interna: por exemplo, os mineiros vão para a região. Agora, as áreas de expansão econômica e de expansão de fronteira vão atrair vários tipos humanos e uma grande massa de imigrantes de várias origens e o homem pobre livre, quando a necessidade de mão-de-obra aumenta, também esse setor ficou marginalizado com o fim da escravidão. Portanto, é uma situação econômica na qual o que o Getúlio poderia pretender eram os objetivos da Aliança Liberal, os objetivos econômicos de modernização do país, de industrialização e que ele tenta através do Estado porque a burguesia se recusa a colaborar. Primeiro se recusa a fazer e depois se recusa a colaborar. Petrobras, Volta Redonda (Volta Redonda primeiro): o capital estrangeiro não se interessa por isso, ele não estava envolvido na criação de uma infraestrutura econômica para produzir aqui determinadas utilidades. Ele estava interessado em manter o esquema do comércio triangular. Os capitalistas nacionais já trazem do regime patrimonial ou patrimonialista a tendência a uma confusão entre público e privado, que lhes garante a convicção de que cabe ao Estado amparar a iniciativa privada. A parte que eu não conclui da *Revolução burguesa*¹³ discute os elementos que não haviam dentro do horizonte intelectual da burguesia brasileira para caracterizar, como um espírito capitalista típico, um espírito capitalista débil e, ao mesmo tempo, uma espécie de amálgama de componentes tradicionais e componentes modernos: todos fechavam na ideia de que o risco dos empreendimentos deveriam ser transferidos para o Estado e a iniciativa privada podia auferir lucros e não estar obrigada a reinvestir os lucros, ela ia investir os lucros em outros setores, especulativos, imobiliários etc. Quer dizer que é uma burguesia muito peculiar. Por isso que a industrialização maciça acaba se fazendo com a presença da grande empresa, da empresa gigante, da grande corporação internacional. Se o nosso empresário tivesse outra mentalidade, ele investiria e colaboraria com o Estado, orientaria a formação de um intervencionismo complexo, composto e racional. Mas, como a burguesia dispunha de condições de controle do governo, ela não se preocupava com isso. Ela praticamente usava o Estado como um agente que dava continuidade a uma forma de acumulação primitiva de capital. É por isso que a análise do Coggiola está errada quando se refere ao Brasil. Ele aprecia a análise do Trotsky de um ângulo que aqui não tinha

13 Florestan Fernandes refere-se à segunda parte de seu livro, publicada como fragmento, que versa sobre a formação de uma ordem social competitiva no Brasil.

sentido. Se tivesse sentido, o Getúlio cavalgaria um processo pelo qual ele se transformaria de demagogo com apoio popular, mas fiel à burguesia, em demagogo revolucionário. É um processo que os sociólogos já estudaram. Eu conheço duas análises curtas a respeito disso aí. A principal é de um autor – eu sempre esqueço o nome dele – aquele autor do Behemoth, aquele grande livro sobre o nazismo, *Estado democrático e Estado ditatorial*¹⁴, foi publicado pela Zahar. E o do Weber. Não houve o aparecimento de uma burguesia radical. Na Argentina surgiu, pelo menos, um setor radical bastante forte para formar um partido. E um partido que teve um papel importante na evolução política da Argentina. No Brasil nem isso porque, quando surge um partido radical, ele é absorvido pela vitória da Revolução de [19]30 e não reaparece. E os republicanos, que começaram como agentes de um processo revolucionário, antes que esse processo atingisse o pico, eles já estavam alinhados com os fazendeiros e com os setores conservadores. Então, não havia aqui aquelas condições que permitiriam ter um ponto de apoio para que a evolução do Getúlio se desse de um demagogo com forte apoio popular em um demagogo revolucionário. E isso vai acabar custando a vida dele. Ele, não podendo se tornar revolucionário e entrando em conflito com um setor muito forte da burguesia e das classes médias, ou ele cedia de uma maneira que ele considerava indigna, ou ele se matava. Quer dizer que essa transformação do demagogo de agente de interesses de classes distintas da dele num agente revolucionário, isso não ocorreu aqui até agora. Você vê que todos os demagogos terminaram mal. O próprio Juscelino [Kubitschek] não conseguiu realizar a ambição dele de voltar ao poder eleitoralmente. O Jango [João Goulart] foge do Brasil. O Jânio [Quadros] renuncia. Quer dizer que não há um antiimperialismo aqui tão forte como o pessoal imagina de fora. As manifestações antiimperialistas são circunscritas a setores politizados de esquerda. E essas manifestações são fortes quando há defesa de uma causa como a do “Petróleo é nosso”. Setores radicais de classe média que são politizados também se tornam nacionalistas. Mas no golpe de Estado descobri que esses nacionalistas fardados, que nós tínhamos como pessoas de esquerda, não eram de esquerda. Eles estavam oscilantes e quando

14 Florestan Fernandes faz menção ao livro de Franz Neumann. *Estado democrático e Estado autoritário*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969. No *Fundo Florestan Fernandes* da UMMA/UFSCar, esse livro se encontra grifado e anotado à margem em algumas passagens. O título sobre o nazismo a que Florestan também se refere é Franz Neumann. *Behemoth: pensamiento y acción en el nacional-socialismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1943.

viram que a vitória não penderia para o lado deles, eles, na medida em que puderam, trocaram de barco. E os que não puderam se estreparam, não é? E, no setor propriamente burguês, você não conta muitos casos como o do Caio Prado, de uma opção radical a ponto de ele ir do Partido Radical para a Aliança Nacional Libertadora e acabou como militante do Partido Comunista. Portanto, é uma análise que pode ser brilhante como teoria, como abstração, mas que não tem viabilidade política.

EV – Professor, a sua intervenção, na verdade, está baseada em estudos que o senhor realizou durante toda a sua vida intelectual. Mas, naquele momento 1943/44/45, dentro daquele horizonte cultural da célula à qual o senhor pertencia, como que era analisada esta questão do Getúlio? O Getúlio realmente era um inimigo número 1? Era uma ditadura?

FF – Não havia ilusões porque, na verdade, o Sacchetta sai do Partido Comunista movido por críticas radicais ao Stalinismo. Portanto, ele era daqueles que queriam a revolução já e pensavam que a revolução poderia ser feita. Mas ele era um jornalista inteligente, em contato com diferentes setores da sociedade e estava mais do que consciente das dificuldades. Talvez ele pensasse que as dificuldades pudessem ser atenuadas e que, não de imediato, mas num processo de curta e média duração se pudesse fazer uma mobilização política pela revolução. Mas a criação da Coligação Democrática Radical já mostra que o partido viu a saída reformista como uma condição de apoiar a formação de um novo tipo de operário politizado, com consciência cívica capaz de exigir direitos sociais, democracia etc. Os objetivos da Coligação Democrática eram de tal ordem que você vai encontrar lá muitos nomes da USP que assinaram comigo, que eu consegui levar para lá. Depois, quando se refaz a cena política, esse pessoal vai pedindo afastamento, vai se separando porque são atingidos pela contrapropaganda do Partido Comunista do Brasil.

EV – Na verdade o Getúlio tentou trazer o Partido Comunista desde o início, como o senhor interpreta essa atitude do Getúlio e a posição do Partido Comunista?

FF – Mas ele sempre fez isso. Quer dizer, ele sempre procurou apoio de base popular e de esquerda...

EV– Mas dentro da esquerda sempre ficou restrito ao Partido Comunista?

FF – É porque os outros setores não queriam colaborar com ele, não confiavam nele. Assim como o Getúlio fez essa manobra, o Octávio Mangabeira... Octávio Mangabeira¹⁵ é o que foi governador, não é? O João Mangabeira¹⁶ era o que era mais radical. O Octávio Mangabeira, que verbalmente dizia que o Brasil era naturalmente uma nação socialista por causa da sua miséria e só através do socialismo se podia resolver as coisas, na realidade ele era um homem da burguesia e que estava pronto para a conciliação. Ele não tinha nada de ultraradical. Mas com essa terminologia a Esquerda Democrática praticamente nasce vinculada à UDN [União Democrática Nacional], assim como o PTB nasce vinculado ao PSD. Quer dizer, não são vínculos visíveis, são pessoas atuando por trás. A Esquerda Democrática abrangia aquele setor conspirativo que vinha do passado e elementos do PCB. Havia socialistas puros, íntegros, do antigo Partido Socialista e várias correntes de esquerda que não iam para o PTB por causa do Getúlio e havia os comunistas que puderam constituir o seu partido e foram para as eleições. Então nesse momento [1945], você tem Esquerda Democrática, o Partido Comunista do Brasil e a Coligação Democrática Radical. A CDR foi um episódio, foi algo efêmero. Só participa de uma demonstração de massa no Pacaembu e nós tivemos sorte lá por causa da sombra, de ficar do lado em que havia muita gente. Então, pensaram que nós tínhamos força. Depois, infelizmente, o sol bafejou outros setores [risos]. Então, a Coligação se desvanece. Ela não tinha base de suporte e vários dos seus componentes que estavam engajados ou não no movimento subversivo foram ativados pela Esquerda Democrática. E outros ficaram dentro do movimento subterrâneo trotskista, que dura e se prolonga. Você vai ver na documentação que o movimento subterrâneo, clandestino, dura mais tempo. Eu próprio me separo dele uns cinco anos, seis anos depois¹⁷. Mas a tarefa de fazer a revolução é que era simplificada dentro do nosso

15 Octávio Mangabeira (1886-1960) foi governador da Bahia de 1947 a 1951.

16 João Mangabeira (1880-1960) foi fundador da Esquerda Democrática em 1945.

17 Florestan Fernandes se afasta do PSR no fim da década de 1940, provavelmente em 1947 ou 1948. No entanto, não é possível precisar a data exata de sua saída do agrupamento trotskista, pois na entrevista concedida a Paulo Moreira Leite em 1995, comentada mais adiante no ensaio "Florestan Fernandes por ele mesmo: o conjunto de seus depoimentos biográficos" (na segunda parte deste livro), o próprio Florestan Fernandes sinaliza que teria saído do PSR em 1952. É mais provável que este último tenha sido o ano de dissolução do partido. Segundo Eliane Veras Soares, o "PSR permaneceu na clandestinidade até 1952, quando se desintegrou" (Eliane Veras Soares. *Florestan Fernandes: o militante solitário*. São Paulo: Cortez, 1997, p. 38).

grupúsculo, ela não tinha consistência. Eu, como fiz curso de Ciências Sociais, ficava mais aflito que os outros porque eu via a impraticabilidade. E o Rocha Barros, como advogado e que estudou as bases econômicas do Estado, das constituições etc., ele também via. Mas os outros companheiros acreditavam fielmente que dali ia sair o fermento para um processo que cresceria. O processo poderia se alastrar e atingir uma massa muito maior.

Quinta entrevista com Florestan Fernandes

Militância política nos anos 1940

Brasília, 30 de janeiro de 1991

Enquanto os meus assistentes e colaboradores passavam de uma moda a outra, eu ficava plantado no Marx.

Pior do que um dogmatismo que nasce das modas é um ecletismo que se esteriliza. Eu, felizmente, pude balançar de um ponto a outro e seguir uma trajetória que, pelo menos, foi coerente.

EV – Continuando aquela discussão sobre o PSR, professor, eu queria que o senhor me respondesse essa questão: qual a lacuna que o PSR pretendia preencher no movimento socialista brasileiro? De certa forma, o Sr. já respondeu sobre isso...

FF – Eu já insisti sobre isso. Ele queria introduzir um movimento capaz de tomar uma orientação de luta de classes, repelindo a colaboração com a burguesia nacional e, ao mesmo tempo, criticar as teses que eram tradicionais dentro da III Internacional, confundindo situações distintas na América Latina com a Ásia, com a Revolução Russa. Então, era um movimento de liberação nesse sentido, porque pretendia transferir para o Brasil uma visão revolucionária verdadeiramente marxista. O fato de Trotsky ser um ponto de referência importante do movimento não excluía a influência muito grande de outros socialistas ou revolucionários, por exemplo, Lênin, o grande teórico alemão Kautsky, Rosa Luxemburgo... Rosa menos porque era muito refinada.

EV – Vocês liam os originais, traduções...?

FF – Não. A leitura mesmo não se fazia com intensidade. Mas havia uma preocupação em debater as ideias, porque não era um seminário acadêmico. A nossa reunião era uma reunião quase sempre muito pragmática, que dizia respeito aos problemas do partido. Agora, eu estava dando era um painel: Plekhanov, os autores que contavam – aquelas figuras que se tornaram muito importantes na época da revolução, quando havia na Rússia uma onda de liberação muito forte em relação à mulher, em relação aos temas intelectuais. Mas isso era muito mais motivo de conversa. Nas reu-

niões não havia um debate teórico e quase sempre nós tínhamos assuntos práticos porque todos tinham trabalho e pouco tempo para fazer reuniões, tomar decisões. Agora, o que eu queria salientar era o clima humano das relações. Tirando aquele conflito que eu tive, que eu já mencionei, o clima humano era muito bom. Eu nunca mais encontrei essa relação de companheirismo, de lealdade recíproca que havia lá e que correspondia, para mim pelo menos, àquela concepção utópica do que deve ser um partido revolucionário socialista, dentro de uma orientação proletária. O que significa que eu vim, pelo tempo afora, cultivando uma imagem falsa e quando eu entrei em contato com os líderes sindicais, com os políticos da esquerda, eu vi que a realidade é outra. E que as pessoas que lutam pelo socialismo estão muito penetradas do espírito capitalista, agressividade individualista etc. Eu acho que hoje no PT esse problema se coloca de uma maneira cruel. Especialmente porque o partido optou pela via eleitoral e, com isso, ele absorveu uma carga burguesa muito forte, porque nós vivemos no Parlamento ou então no Executivo da sociedade e as tendências se realizam num combate terrível umas contra as outras. Dentro do grupo trotskista [PSR], que era uma facção excluída, perseguida, havia uma unidade. Uma unidade que nascia do pequeno grupo, uma unidade que nascia da lealdade nas relações pessoais, no companheirismo e uma unidade que vinha também de uma compreensão ideológica do papel do trabalhador como figura central no processo revolucionário, como figura hegemônica. Não se discutia, naturalmente, autores que foram recuperados mais tarde, mas chegava-se a Preobrajenski¹ e vários outros autores. O clima das relações humanas era muito interessante e as pessoas tinham o que dar. Davam e recebiam também: homens e mulheres.

EV – Essa questão que o senhor está colocando com relação ao PT hoje, o senhor já colocou isso para ser discutido dentro do partido?

FF – Eu acho que não adianta. Eu acho que isso já se aprofundou demais, porque o problema é uma coisa que o Marx ressalta num dos prefácios ao Capital: a força do movimento operário depende do grau do desenvolvimento capitalista e, enquanto o movimento operário não for bastante forte e orgânico, é difícil que ele tenha um partido melhor do que o PT. O PT é penetrado por grupos que têm extração de classe média, a maior

¹ Evgeni Alexeievitch Preobrajenski (1886-1937), marxista russo, desenvolveu as ideias econômicas de Marx atuando como teórico do chamado “período de transição”, ao levar em conta as difíceis condições da Rússia para a construção do socialismo.

parte, ou então gente de origem operária que tem posições pequeno-burguesas ou de classe média-média na sociedade brasileira, que já passaram pela etapa de socialização que permitiria formar um horizonte – vamos dizer – de solidariedade humana mais forte.

EV – A que o senhor atribui a existência dessa solidariedade no pequeno grupo?

FF – No pequeno grupo é porque é característico dos pequenos grupos, é uma pequena facção, não é? E, além do mais, principalmente depois que terminou a fase da luta clandestina, o fato do Sacchetta ter sido secretário do Partido Comunista, o fato do Partido Comunista ser antagonico, nos tratar como se nós fôssemos uma escória, isso aumenta muito o esprit de corps, a solidariedade entre os companheiros.

EV – O desdobramento da questão inicial é exatamente a relação do PSR com as outras organizações de esquerda que havia naquele momento.

FF – Elas foram maiores no período clandestino. Posteriormente as relações eram mais de caráter pessoal. Não havia um clima assim de atividade constante, intensa, na esquerda. Nós não aderíamos a muitas manifestações que eram entendidas como burguesas, em consequência perdíamos oportunidades de contacto com o pessoal do Partido Comunista que, provavelmente, se nós tivéssemos mais contatos, haveria uma amenização dos conflitos. Nós tínhamos pouco contato também, a não ser contatos a nível intelectual, com o pessoal da Esquerda Democrática. Eram bons amigos, alguns até colegas, ou então que vinham do movimento anterior, durante a clandestinidade. Mais tarde nós vamos nos reencontrar em lutas puramente reformistas, uma coisa que não correspondia àquilo que nós esperávamos. É uma ironia da história e nós tínhamos de entrar nessas lutas porque a alternativa era: ou participar dessas lutas, ou ficar paralisado. Então, tínhamos de entrar. Algumas delas até eram idealizadas e dirigidas por trás pelo Partido Comunista do Brasil.

EV – A relação da célula, do Partido [PSR], com o Partido Comunista era difícil. Com relação aos outros grupos...

FF – Os trotskistas, os anarquistas em geral, tinham muito boas relações conosco. Eles gostavam das nossas posições, da nossa opção, que eles compartilhavam de muitas das ideias que nós defendíamos. Mas eles es-

tavam fragmentados. De outro lado, tinha a Esquerda Democrática, o PC do B. Quer dizer, a Esquerda era muito pobre. O Partido realmente forte, que dominava aparatos sindicais, era o PC do B, ou então, depois que o Getúlio criou o PTB, o PTB. Mas o PTB foi amplamente infiltrado pelo PC do B. A técnica de aparelhismo era uma técnica muito empregada. Através das alianças, o PC do B tinha uma capacidade muito grande de penetração nos sindicatos e por aí também no movimento operário. Nós já estávamos excluídos disso porque nós nos proibíamos o contato com o aparelho governamental, com as facilidades vindas da colaboração com a burguesia. Para nós era uma maldição. Quando o Partido Comunista é posto na ilegalidade, aí o Partido Comunista vai quase todo para o PTB. Ele não tinha muita alternativa. E ficou uma parte clandestina, para que ele tivesse existência independente. Como partido clandestino, o Partido Comunista cresceu muito. Ele tinha uma atividade grande dentro do setor operário e na sociedade civil. E nós próprios éramos um pequeno grupo. E relação com aqueles trotskistas intelectuais, a nível de grupo, também nós não tínhamos. Nós tínhamos contato com o Lívio Xavier, com o Aristides Lobo². O Aristides Lobo foi mais companheiro nosso do que dos intelectuais trotskistas. Agora, os intelectuais trotskistas tinham uma ligação direta com a IV Internacional. Que eu saiba, eu não estou muito informado a respeito disso, mas pelo que eu saiba eles tinham ligações pessoais diretas, o Mário Pedrosa³ e outros. E alguns que entraram para a Esquerda Democrática e se afastaram, outros ficaram soltos e mais tarde se despolitizaram. Eu encontrei Victor de Azevedo em uma homenagem prestada ao Caio Prado Jr. Quando deram o prêmio Jabuti ao Caio Prado, o Victor de Azevedo estava no auditório da Folha [de S. Paulo], veio falar comigo, gostou do discurso do Caio. Mas aí nenhum de nós dois tinha mais nenhum vínculo, o próprio agrupamento nem mais existia e eu perdi contato total com o grupo depois que me afastei, era um *sine qua non*: quer dizer, quando o grupo chega à conclusão de que para mim era melhor ficar na Universidade e que para o Brasil também, de acordo com as palavras do Hermínio, o que estava se fazendo era um ritual de separação e morte, porque eu não podia mais ter informações, acesso.

² Aristides Lobo (1905-1968) foi jornalista e professor.

³ Mário Pedrosa participa, com o pseudônimo de Lebrun, do Congresso de Fundação da IV Internacional, realizado em 3 de setembro de 1938 na França. Nessa mesma ocasião Mário Pedrosa foi eleito membro do Comitê Executivo da IV Internacional como representante da América Latina. Sobre a trajetória política e intelectual de Mário Pedrosa, ver José Castilho Marques Neto (Org.). *Mário Pedrosa e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

EV – Mas a sua amizade com o Hermínio permaneceu?

FF – Com ele e com outros. Quer dizer, os contatos eram esporádicos. O Plínio, acho que era Plínio Gomes de Mello⁴, que era um advogado, o Luis Alberto da Rocha Barros. Eu mantive mais contato com o Hermínio e com o Rocha Barros e, num nível um pouco diferente, com o Plínio Gomes de Mello, se eu não estou errado na recomposição do nome, porque nós nos reencontramos no movimento em favor dos presos políticos da Espanha e de Portugal⁵. Ele também estava militando aí nessa frente. E como intelectuais nos encontrávamos aqui ou ali. São Paulo não era uma cidade tão pulverizada como hoje. Então, era mais fácil ter contato entre os intelectuais do que é hoje.

EV – Na entrevista anterior o senhor comentou duas vezes sobre a Coligação Democrática Radical. Primeiro o senhor diz que ela foi efêmera e depois o senhor faz uma constatação de que ela apontava para uma discussão existente no partido com relação ao tipo de atuação que ele teria após a queda da ditadura. Ela mostrava uma tendência que o partido estava seguindo, talvez menos radical...

FF – A intenção de radicalidade existe, tanto que é Coligação Democrática Radical. Mas ela não consegue resposta do movimento operário, dos intelectuais, dos estudantes, porque a partir do momento em que se volta à legalidade isso não beneficia o setor. Pelo menos a minha experiência de cinco, seis anos, dentro do movimento mostrou que isso não favoreceu. A Coligação praticamente se dissolveu. Nós não tínhamos muito interesse. Se ela crescesse pode ser que a nossa identidade com a Coligação aumentasse, mas nós não tínhamos interesse em cultivar um partido para a ordem, ou que tivesse que viver em convívio com a ordem. Naquele momento havia ainda a ilusão de uma proximidade da revolução. As ideias que eram irradiadas por Trotsky a respeito da revolução permanente, da situação europeia. Então, tudo isso aí facilitava uma porção de ilusões. E como o grupo era um grupo pequeno, sem amplas sintonizações com o resto do movimento político operário de esquerda, eu acho que isso tudo

4 Plínio Gomes de Mello (1900-1993), jornalista e advogado.

5 Florestan Fernandes manteve um forte vínculo com a oposição antifascista portuguesa radicada no Brasil. Esse aspecto da sua militância socialista pode ser conhecido pela leitura dos primeiros três artigos, respectivamente intitulados “Perspectivas da Revolução Democrática em Portugal”, “A Natureza do Caetanismo” e “A Era da Esperança”, e da entrevista que se lhes segue para o jornal *Portugal Democrático*, reproduzidos em Florestan Fernandes. *Democracia e desenvolvimento: a transformação da periferia e o capitalismo monopolista da era atual*. São Paulo: HUCITEC, 1994.

facilitou o desaparecimento da Coligação. Há umas reuniões de mulheres, reuniões do setor estudantil, mas eu não me lembro de nenhuma atividade de vulto que nós fizemos. Realmente o que fica é o núcleo subversivo. Eu não sei depois se cresceu ou não. Aí eu já não posso falar. Aí seria preciso investigar. O Rocha Barros morreu. Eu acho que o Plínio Gomes de Mello se afastou porque, se não me engano, ele foi para a Esquerda Democrática. O Victor de Azevedo, quando eu encontrei com ele, estava distante totalmente de qualquer preocupação com a esquerda revolucionária. O entusiasmo dele pelo discurso do Caio era sintomático porque o Caio, para receber um prêmio como esse, tinha de fazer um discurso de ocasião, assim civilizado, não é? E ele estava entusiasmado, achando que era muito bom. Realmente mostra o grau de isolamento e de frustração de gente autenticamente da esquerda e que se vê condenado à solidão, a aspirações mais ou menos irrealizadas. E, de repente, ele encontrou uma oportunidade, numa ocasião como essa aí e tem uma reação exagerada. É típico isso.

EV – O senhor já escreveu sobre essa questão do projeto intelectual do partido. Aquela tarefa intelectual que havia dentro do partido, das traduções, era muito importante para a sua permanência dentro do partido?

FF – Eu fiquei numa posição ambivalente porque, quando eu fui para o partido, eu pensei numa doação, quer dizer, eu pensei: “Bom, acabou o Florestan que ia conter uma carreira universitária”. É tanto que eu cheguei a ter uma conversa formal sobre esse assunto, uma conversa demorada, séria, com o Antonio Candido, se valia a pena eu fazer aquela opção e o que é que ele achava, porque eu sempre conversei com ele em momentos de crise. E ele me disse que, dado o fato de que eu sentia esse impulso de radicalidade política, ele achava que eu devia tentar. Se a evolução fosse no sentido de me tragar, de eu ser absorvido pelo movimento revolucionário, que aí eu encontraria a realização de uma vocação. Se não acontecesse isso, eu estava trabalhando na universidade e teria de considerar o episódio como ele era. Eu acho que o Candido nisso mostrou uma grande sabedoria porque ele estava prevendo, de certo, que o movimento não ia ter aquela irradiação que eu próprio supunha. Agora, o que foi importante – isso eu já salientei várias vezes – na atividade clandestina foram as discussões de situação internacional e da situação nacional em

vista disso, que era uma maneira de compreender o Brasil como parte de um processo político mundial. A outra questão era o fato de nós escrevermos um artigo de combate ao Estado Novo, um jornal de combate ao Estado Novo era uma atividade interessante. Nós publicamos poucos números, uns quatro, cinco números, não me lembro. Era muito perigoso e começaram a sinalizar que o local estava identificado, então nós tivemos de suspender. Agora a contribuição mais importante, naquele momento, do partido foi essa de ter a Editora Flama, publicar livros lá. E para mim, pessoalmente, foi uma grande coisa ter travado uma relação profunda com Marx na tradução do livro dele, *A crítica da economia política*⁶. Eu não tinha preparo marxista básico para fazer isso. Eu traduzi com três fontes: uma francesa, que é uma tradução horrível; uma inglesa, que era boa; e uma em espanhol, que era ótima. E eu fiz uma recomposição relativamente séria. Os erros que eu cometi foram erros que vinham da minha formação sociológica. Alguns conceitos do Marx eu transplantei na direção da ciência social. Em vez de pensar dentro de uma tradição marxista terminologicamente, eu pensei terminologicamente dentro de um universo sociológico. E até a própria introdução que eu escrevo, que também é um ato de audácia, é uma apologia do Marx, ela é mais sociológica do que marxista. E é interessante porque quando se recupera o jovem Marx – porque aquilo foi escrito em 1945, mais ou menos, em meados ou começo de [19]45, saiu em [19]46⁷ e geralmente demora dois, três anos para publicar um livro, não me lembro quanto demoramos – o fato de eu fazer aquela tradução e depois ler o posfácio [de O Capital], e foi no posfácio que eu acabei vendo que toda a problemática que o Marx se colocava, os problemas de filosofia e ciência, filosofia da ciência, lógica da ciência, eram os nossos problemas naquele momento. Quer dizer, aí eu me vi em diálogo com o Marx, naquele momento ele enfrentava os problemas que eu estava enfrentando desde que me formei e comecei a lecionar na

6 A tradução de Florestan Fernandes de *A crítica da economia política* foi acompanhada por uma densa introdução de sua autoria, que situa a contribuição de Marx no panorama mais geral das ciências sociais e da sociologia moderna à sua época. Na publicação original pela Editora Flama (1946), a referida introdução é, porém, publicada apenas parcialmente. Essa introdução aparece integralmente pela primeira vez como capítulo décimo de *Ensaio de sociologia geral e aplicada* (1976), tendo sido reproduzida também em Florestan Fernandes. *Em busca do socialismo: últimos escritos & outros textos*. São Paulo: Xamã, 1995. No *Fundo Florestan Fernandes* da UFSCar pode ser encontrado não apenas um exemplar da primeira edição pela Flama da referida tradução de Florestan Fernandes, com suas próprias correções e revisões feitas à margem, mas também os originais manuscritos de sua alentada introdução, com diferenças na escrita, mais formais e estilísticas, em relação ao texto definitivo.

7 Nos originais manuscritos da introdução, consta que Florestan Fernandes concluiu a redação do Prefácio à tradução de *A crítica da economia política* de Marx em 5 de maio de 1946, coincidentemente data do nascimento de Karl Marx, 5 de maio de 1818.

USP. Eu estava vivendo grandes incertezas com relação ao que era sociologia, como explicar os processos histórico-sociológicos, como dividir a sociologia. Tudo isso aí era um grande problema para mim. E eu nunca achei uma pessoa que dialogasse comigo e fui achar no Marx. Um autor que estava há mais de um século de distância ou um século de distância. Agora, houve outras coisas importantes: a edição de um livro da Rosa, ou do Plekhanov, ou do Engels. Quer dizer, publicar esses livros era uma coisa de porte e o Partido Comunista também estava fazendo isso. É tanto que eu li trabalhos que foram publicados por eles. Agora, quando o Gurvitch⁸ chega aqui, a moda do jovem Marx estava correndo na Europa, e ele por um problema de datas, era um homem inteligente, ele viu que eu me antecipei à moda, ele disse que eu era o *enfant terrible* da sociologia brasileira [risos] e me desafiou numa aula a ter um debate com ele. Como eu era muito tímido, eu não apareci mais. Por aí se pode avaliar. Quer dizer, o que eu não fiz e não recebi na universidade, eu pude fazer e receber no movimento político. Depois é que eu vou viver o problema inverso de separação do movimento político. Nova conversa com o Antonio Candido, se eu devia ou não me afastar, os companheiros estavam fazendo uma avaliação, e o que é que ele achava, aí ele me aconselhou no sentido de me dedicar [interrupção na sua fala para cumprimentar alguém]... mas foi realmente uma conversa importante porque aí eu já volto para a carreira universitária com outro horizonte, aceitando que eu tinha de conviver com dois egos: um politicamente marxista e revolucionário e outro que tinha de respeitar os limites da instituição. [E.V. – Isso não gera dois egos?] Dois egos não, isso divide o ego. Mas o que acontece é que o socialismo tem uma vantagem, projeta a gente para o futuro. Então não causa esquizofrenia. Ele desencadeia aspirações, esperanças, que levam a frustrações terríveis. Mas se a pessoa tem um centro de atividade onde se esconder, e eu tinha muita dentro da Cadeira de Sociologia, eu tinha um enraizamento e o trabalho era duro. Então eu sofri este impacto com uma dramaticidade menor. Quer dizer, não fiquei esquizofrênico por causa disso. Deixei isso para outras pessoas. Agora, havia a frustração de querer ser um intelectual militante no plano do intelectual, político, e ter de me circunscrever ao âmbito da universidade ou então aos movimentos que eram polarizados pela sociedade civil. Depois, na década de [19]60, como

⁸ Georges Gurvitch (1898-1965), sociólogo russo naturalizado francês, viveu os primeiros anos da revolução na Rússia, explicando-se por isso em parte a forte impregnação marxista de seu pensamento. Em 1920 se radica na França por não concordar com os rumos autoritários que tomava o governo comunista soviético. Faleceu em Paris, em 1965.

houve muita paixão, nós fomos acusados de ecleticismo. Agora, era inevitável. Quer dizer, onde nós podíamos nos agarrar? Quer dizer, se houve uma espécie de infantilismo, não era nosso, era do movimento operário. Porque o intelectual, ele não gera o movimento, ele vive em função do movimento. Se o movimento é forte, ele toma posições fortes. Se o movimento é fraco, ele toma posições fracas. Se o movimento é oscilante, ele toma posições ambíguas. O que nós podíamos fazer era afundar no trabalho intelectual da Universidade. Como não havia uma tradição marxista, os franceses não trouxeram, nem os alemães, as várias missões estrangeiras trouxeram um padrão de trabalho intelectual vinculado àquilo que prevalecia nos países de origem. Cada uma trazia o padrão alemão, o padrão francês. E o marxismo, como corrente dentro da universidade, só surge mais tarde desvinculado da prática. Quer dizer que eu tive a vantagem de estar vinculado à prática e de me aprofundar no marxismo ainda dentro de uma perspectiva prática. E isso me vacinou contra todos os tipos de moda. Enquanto os meus assistentes e colaboradores passavam de uma moda a outra, eu ficava plantado no Marx. Foi muito vantajoso para relativizar correntes que estavam emergindo. Os meus companheiros de trabalho absolutizaram as correntes, praticamente converteram autores sucessivos em núcleo da reflexão marxista, e ficaram muito preocupados com a relação entre teoria e práxis. Mas a práxis era uma práxis acadêmica, não era uma práxis política. Embora eu estivesse também distante da práxis política revolucionária, eu nunca perdi o contato com a práxis por causa dos movimentos sociais, como o de reforma universitária, do negro, de reformas estruturais de base e colocava os movimentos numa perspectiva de reforma que é condição necessária de uma aproximação da revolução. Quer dizer, eu nunca via a etapa da reforma como algo que se esgotasse, mas como meio para atingir os outros fins. Embora não pudesse definir onde estava, no tempo, localizado esse fim. Isso me protegeu. O que não impediu que eu sofresse frustrações fortes. O fato de você ser dividido é muito grave. O ecletismo tem ciladas, armadilhas que são perigosas. Pior do que um dogmatismo que nasce das modas é um ecletismo que se esteriliza. Eu, felizmente, pude balançar de um ponto a outro e seguir uma trajetória que, pelo menos, foi coerente.

EV – Agora, o senhor coloca que nos anos [19]40 o Florestan militante era o Florestan militante, o Florestan professor, acadêmico, era professor. Não tinha uma integração?

FF – Não tinha. Mesmo na militância era insatisfatória e era fragmentada. O ideal seria, pelo menos, ter um clima como o que havia na França ou na Inglaterra. Embora na Inglaterra a incompreensão dentro dos acadêmicos marxistas e, principalmente, comunistas, tenha sido maior. Na Itália o ambiente chega a ser fantástico, a liberdade que o professor tinha de se tornar algo mais do que um professor especializado, membro do Partido Comunista Italiano ou do Partido Socialista. Ele podia integrar papéis distintos. Já aqui, não. Nos Estados Unidos, no plano abstrato, não haveria restrições, como na Alemanha, no plano abstrato. Agora, no plano da atividade, aí o professor não tinha mesmo liberdade e não havia possibilidades de haver congruências. Só nesses países, na França, na Itália, conquistada pelos professores na Inglaterra e no Canadá, onde eu encontrei uma tolerância muito grande para desempenhar minha atividade, como e enquanto professor, abertamente. No Brasil, na época em que eu lecionava, era perigoso até. Tanto que a espionagem das nossas atividades começa em [19]62. A demissão de gente da esquerda em áreas intelectuais começa também em [19]62, nos jornais, em vários lugares. A limpeza, não é? E o bloqueio dos que tinham formação na Maria Antônia, que eram substituídos por outros tipos de pesquisadores, também começa em [19]62. [19]64 já é um momento em que tinha havido o golpe e que a espionagem dentro das instituições vai se tornando crescentemente organizada. E o intelectual estava naturalmente ameaçado. Nós tínhamos atividades políticas porque a década de [19]60, conforme eu descrevi, foi uma década profundamente política, política aberta dentro da sociedade civil. Mas o grau de tolerância que havia ao movimento de rua, ao movimento de conferências etc., não havia com relação ao ensino porque a sociologia acabou sendo marcada como uma forma de propaganda do marxismo, do comunismo – porque eles não usavam a palavra marxismo.

Sexta entrevista com Florestan Fernandes

Formação e pesquisa nos anos 1950

Brasília, 23 de maio de 1991

Eu disse: “mas, doutor Pierson, isso é um erro, a gente não sabe o que esse dado representa. Ele é um dado isolado”. Quer dizer, aí é o caso de falar aquilo que dizem que o Marx falou: “nada mais estúpido que um fato”. Porque, se você pega um fato e você não sabe o que ele representa numa totalidade, você pode pensar que ele é uma coisa e, no fim, você descobre que ele é outra. É por isso que Marx diz que nem tudo é o que parece. E, depois, você introjeta no fato a sua hipótese, no fim a configuração total dos fatos vai assumir um caráter volitivo porque você projeta no fato o conjunto de hipóteses que você elaborou.

EV – Na última entrevista nós abordamos até o final dos anos [19]40 e a sua saída do PSR. A partir daí, como o senhor passou a viver a política e a sua vocação socialista, seja na universidade ou fora dela?

FF – Depois que eu encerrei a atividade que você já conhece, que eu descrevi, eu me desloquei para a atividade dentro da universidade. Quer dizer, foi através da universidade que eu me relacionei politicamente, não só comigo mesmo, mas com a sociedade brasileira e com a própria universidade. Desde [19]45, quando me tornei assistente do Dr. Fernando de Azevedo¹, eu tomei posições contra estruturas que a universidade mantinha, que vinham do passado. Uma faculdade como a Faculdade de Filosofia deveria ter nascido sem certas limitações institucionais. Mas acontece que a estrutura de carreira, as mentalidades, os valores, tudo ia na direção de concentrar o poder nas mãos do catedrático. O próprio assistente só tinha valor individual na Faculdade de Filosofia. A carreira era mais diferenciada na Faculdade de Filosofia porque os professores estrangeiros conseguiram criar em torno deles, dentro das limitações legais da estruturação da carreira, um ambiente de trabalho propício. Quando o professor estrangeiro era uma pessoa individualista, mais interessada no seu trabalho, como um professor de alto nível que eu conheço – ficou

1 Florestan Fernandes se tornou Segundo Assistente de Fernando de Azevedo na Cadeira de Sociologia II, trabalhando ao lado de Antonio Candido, então Primeiro Assistente. Sobre Fernando de Azevedo (1894-1974), ver Maria Luiza Penna. *Fernando de Azevedo: educação e transformação*. São Paulo: Perspectiva, 1987 e Florestan Fernandes. *A contestação necessária: retratos intelectuais de inconformistas e revolucionários*. São Paulo: Expressão Popular, 2015, p. 173-195.

muitos anos na Faculdade de Filosofia, na área de Letras, ele não tinha muito interesse pelo destino da Faculdade, da Universidade – então ele não procurou estimular uma diferenciação interna da área em que ele trabalhava. Já outros professores estrangeiros procuraram fazer isso. Quer dizer, essa foi uma das coisas importantes na decisão tomada, a ideia de formar gente². A procura inicial foi baixa. Mas em São Paulo, a nível das autoridades públicas, foi feito um grande esforço, e também da própria direção da escola, foi feito um grande esforço para atrair talento da carreira no magistério: por exemplo, professores normalistas de valor, professores que estavam fora de São Paulo e tinham condições científicas maiores, e também pessoas que no campo intelectual não tinham florescido porque nosso meio era indiferente a uma carreira universitária padrão, vamos dizer, europeu, como foi o caso nas ciências sociais. Por isso, então, havia a estrutura do professor ter um ou dois assistentes, de ter auxiliares de ensino, de se preocupar com o estudante inteligente, que parecia promissor. Quer dizer, nisso o esquema funcionou bem. Eu, por exemplo, no primeiro ano fiz a pesquisa para o Roger Bastide³ sobre o folclore, fiz o trabalho para o professor Hugon⁴ sobre a evolução do comércio exterior no Brasil de 1824 a 1940.

O professor Bastide não tomou conhecimento do meu trabalho porque a assistente não o pôs em contato. No caso do professor Bastide, quem devia dar uma orientação era uma assistente que, infelizmente, não tinha competência para ligar folclore e sociologia. Ela teve formação em ciências sociais, portanto ela deveria saber fazer pesquisa sociológica, mas não sabia. E ela leu autores franceses sobre folclore. Então pediu um trabalho sobre folclore em São Paulo e eu fiz uma pesquisa séria. Fiz uma pesquisa que depois o material datilografado com economia deu um

2 Florestan Fernandes faz menção ao ideário presente na fundação da Universidade de São Paulo e da sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em 1934. Esse ideário, alimentado pelo grupo de intelectuais que se reuniam em torno do jornal *O Estado de S. Paulo*, assumia explicitamente um conteúdo *liberal-democrático*, embora possuísse um inegável e irredutível cunho conservador e elitista. Sobre a ideologia dos fundadores da USP, ver Irene de Arruda Ribeiro Cardoso. *A universidade da comunhão paulista*. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1982 e Florestan Fernandes. *A questão da USP*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

3 Sobre Roger Bastide (1898-1974), ver Maria Isaura Pereira de Queiroz (Org.). *Roger Bastide*. São Paulo: Ática, 1983 e Florestan Fernandes. *A contestação necessária: retratos intelectuais de inconformistas e revolucionários*. São Paulo: Expressão Popular, 2015. As primeiras pesquisas realizadas por Florestan Fernandes para a cadeira de Sociologia I, regida por Roger Bastide, podem ser encontradas no livro *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo* (São Paulo: Martins Fontes, 2004). A primeira edição do livro data do ano de 1961, pela Editora Anhambí. Uma segunda edição revista e ampliada foi lançada em 1979 pela Vozes.

4 Paul Hugon (1903-19??) ocupou a Cátedra de Economia Política, Finanças e História das Doutrinas Econômicas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP). Chega ao Brasil em 1938, aqui permanecendo durante trinta e quatro anos, aposentando-se como professor da USP em 1971.

volume grosso. Como nós estudávamos mais Durkheim, eu fundi... Havia também um discípulo do Durkheim que havia trabalhado na área do folclore, quer dizer que havia muitas pistas para eu fundir a orientação sociológica com folclore e foi o que eu fiz. Eu fiz a pesquisa, a coleta de material, sem orientação nenhuma dela porque ela não sabia fazer pesquisa. Eu tinha vocação mesmo porque eu imaginei, eu tinha lido vários livros de pesquisa, e fui a campo. Eu nasci e me criei em São Paulo, então eu tinha a vantagem de saber onde eu podia colher o material. Era uma questão de recuperar o passado meu e o presente daquelas pessoas que eu havia conhecido e, principalmente, dos seus descendentes, as crianças que brincavam de roda, bandos de crianças na rua. Agora só é possível, ou na escola, ou nos bairros afastados, hoje isso já não é possível em São Paulo. O fato é que eu pude fazer a pesquisa e elaborar um trabalho que tinha uma originalidade: essa fusão do padrão de análise folclorístico. Eu não fiquei só com os autores franceses, eu li o Stith Thompson e outros autores, e a minha análise era não só de fontes imediatas, mas também de fontes mais remotas. Quer dizer que a análise folclorística era uma análise um pouco mais refinada do que a que a Dona Lavínia [Costa Villela]⁵ pretendia. A Dona Lavínia pretendia só a coleta de material. Mas eu li o João Ribeiro, eu li o Amadeu Amaral⁶, eu li o Silvio Romero, li vários autores brasileiros, li autores portugueses, muitos, e li os autores franceses, italianos. Eu pude fazer uma abordagem com esses ingleses e norte-americanos que tinham atualizado a análise do folclore. Então, eu pude fazer uma análise folclorística um pouco mais refinada do que ela pensava e, além disso, introduzir uma interpretação sociológica que permitisse lidar com significado e função, sem confundir os dois, sem dizer que a função é o significado e o significado é a função. Você pega o trabalho que eu fiz

5 Em outros livros de Florestan Fernandes, esse nome se encontra escrito como Lavínia Costa Raymond, tratando-se, porém, da mesma pessoa. A esse respeito, ver Florestan Fernandes. *O folclore em questão*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. Há duas edições anteriores pela HUCITEC, de 1978 e 1989. O primeiro capítulo, intitulado "Folclore e ciências sociais", no qual Florestan Fernandes rebate as críticas de Édison Carneiro no artigo "A sociologia e as 'ambições' do folclore", publicado na *Revista Brasileira* (n. 24, jul.-ago., 1959, p. 133-151), defende a ideia dos estudos folclóricos como uma disciplina humanística. Em relação a Lavínia Costa Raymond, afirma Florestan Fernandes: "A bem da verdade, gostaria de aproveitar o ensejo para fazer duas retificações importantes. Primeiro, não é certo que a Dra. Lavínia Costa Raymond tenha sido minha aluna e discípula. Ao contrário, foi minha professora, como antiga assistente e discípula que foi do professor Roger Bastide. Segundo, devo muito ao professor Roger Bastide, que foi meu mestre de sociologia e com o qual cheguei a colaborar como assistente, depois que a Dra. Lavínia Costa Raymond foi para os Estados Unidos" (Florestan Fernandes. *O folclore em questão*. São Paulo: HUCITEC, 1989, p. 8).

6 No *Fundo Florestan Fernandes* da Biblioteca Comunitária da UFSCar foram encontrados os originais manuscritos dos artigos de Florestan Fernandes sobre o folclore em Amadeu Amaral, que podem ser consultados atualmente em *O folclore em questão* (São Paulo: Martins Fontes, 2003).

sobre as cantigas de ninar⁷, ele permite ver como eu me preocupava com a forma, o conteúdo, o significado e a função. Esse trabalho é bom porque eu decompou e é uma análise sociológica. E era uma análise sociológica que interessou o professor Bastide porque, quando eu fui falar com ele a respeito da nota, que a Dona Lavínia me deu nove por um trabalho de um ano inteiro, de envergadura, eu fui falar com ele: “Professor Bastide, o senhor deve ter críticas graves ao meu trabalho, então o senhor precisa me dizer quais são para eu aproveitar as críticas”. Ele me disse: “não, mas eu não estou sabendo que existe um trabalho desse”. Aí ele pediu o trabalho, eu levei o trabalho para ele ler, ele me convidou depois para ir à casa dele, discutiu comigo o trabalho, aprofundou principalmente o que na época se chamava análise etnológica do material. Um autor que eu conhecia, [Pierre] Saintyves, permitia analisar a relação entre certos restos de folclore, que se mantinham entre as crianças com os ritos de fecundação, primavera, na Europa. E [Bastide] fez vários comentários de natureza erudita. Eu tinha lido o [James] Frazer também, mas ele fez ponderações sobre a análise do material sobre mentalidade mágica. Ele era especialista em Sociologia da Religião.

Nesse dia que nós fomos conversar, ele [Bastide] me perguntou se eu tinha tempo para sair com ele. “Eu tenho, eu deixei a tarde para o senhor”. Aí ele foi comigo à Biblioteca Municipal para saber do Sérgio Milliet – eu não sabia para que era – se o Sérgio Milliet tinha um lugar para eu trabalhar. Ele [Bastide] estava muito incomodado com o fato de eu fazer propaganda de... Nessa época eu ainda estava vendendo artigos dentários ou talvez já estivesse fazendo propaganda, agora eu não me lembro bem. O fato é que ele queria que eu tivesse um emprego mais compatível com a atividade intelectual. Aí o Sérgio Milliet, muito paternalmente, disse: “Olha, Florestan, não pretenda um lugar aqui na Biblioteca, se você vier para cá, você vai ser enterrado vivo. Fuja disso aqui, fuja do funcionalismo. Eu posso oferecer a você para ser colaborador do *Estado de S. Paulo*, você escreve dois, três artigos por mês. Você ganha um dinheiro quase equivalente ao que você vai ganhar como funcionário aqui”. E foi o que aconteceu. Quer dizer, eu aproveitei. Isso já era 1942. Eu fiz a pesquisa em [19]41, essa conversa com o Bastide foi em [19]42, quando ele voltou da Europa, portanto eu já estava fazendo propaganda. Escrevi os três primei-

7 Ver Florestan Fernandes. *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 259-78. A referência mais atualizada do livro se encontra na terceira nota explicativa da presente entrevista.

ros artigos para o *Estado*, foi o negro na tradição oral. Era um material que eu não tinha aproveitado para o trabalho do Bastide.

Depois da conversa com o Sérgio Milliet, ele [Bastide] foi comigo à Faculdade de Filosofia para falar com Emilio Willems⁸. Esse Emilio Willems mantinha a revista *Sociologia* junto com o professor Baldus, Herbert Baldus⁹, os dois eram alemães naturalizados brasileiros. Ele queria saber se o Willems podia publicar o meu trabalho. O Willems olhou o trabalho e disse: “olha, não é possível. O trabalho é muito grande. Talvez os quatro números de um ano não deem para publicar o trabalho”. Então, ele sugeriu alguns cortes para fazer artigos e isso teve uma importância porque eu escrevi os artigos. Eram artigos sobre educação e folclore, foram publicados pela revista *Sociologia*, era a “Socialização da criança no grupo infantil”¹⁰, e depois ele marcou um dia para eu ir lá para comentar o trabalho comigo. Aí foi que ele fez a crítica da pesquisa e a distância que havia entre o trabalho que eu fiz e o trabalho que eu deveria fazer ficou evidente. Quer dizer, eu não tinha experiência, cometi erros, cometi lapsos que ele corrigiu. Ele disse como eu deveria ter feito, o que eu deveria fazer para salvar o material, mas nem tudo era possível mais porque, na coleta de dados, se você comete lapsos dificilmente você recupera. Mas, de qualquer maneira, eu aproveitei o ensinamento dele e tive o prazer depois – mais tarde, um ano depois – de ir à Sorocaba¹¹ fazer uma pesquisa para ele, mudar em campo todas as instruções que ele deu. Quando voltei, eu falei a ele que havia mudado. “Mas como? Por que você mudou?”. Aí eu fiz a crítica da orientação dele. E ele ficou espantado e disse: “é, mas está certo, você fez bem”. Aí ele foi dizer ao Fernando de Azevedo que não era meu professor, que eu era um gênio, que eu era um talento nato de

8 Emilio Willems (1905-1997), antropólogo alemão, foi professor da Escola Livre de Sociologia e Política e da Universidade de São Paulo entre 1937 e 1949.

9 Herbert Baldus (1889-1970), antropólogo alemão naturalizado brasileiro, foi professor de Etnologia Brasileira da Escola Livre de Sociologia e Política.

10 Os referidos artigos sobre folclore infantil podem ser encontrados no apêndice de *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo* (São Paulo: Martins Fontes, 2004), com os títulos “Folclore e grupos infantis” e “Educação e cultura infantil”.

11 Segundo consta no *Curriculum Vitae* de Florestan Fernandes encontrado no *Fundo Florestan Fernandes*, a pesquisa de campo em Sorocaba foi realizada em 1942 no âmbito da Cadeira de Antropologia e versava sobre a Situação Racial, “tendo em vista particularmente as relações entre negros e brancos”. Dessa pesquisa iriam surgir dois artigos de Florestan Fernandes, republicados em *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Global, 2007. O primeiro deles seria resultante da elaboração da história de vida de João de Camargo, um ex-escravizado que, ao se tornar livre, adota o sobrenome dos seus antigos senhores, os Camargo de Barros, tendo posteriormente criado um culto religioso na região de Sorocaba. O segundo artigo, escrito para a Cadeira de Antropologia ministrada por Emilio Willems, trata da presença das culturas negra e ibérica nas *congadas* em Sorocaba. De acordo com a visão de Florestan Fernandes à época, isto é, em 1942, as *congadas* em Sorocaba sinalizam importantes elementos de resistência negra contra os horizontes culturais dos senhores brancos.

sociólogo. E o Fernando de Azevedo telefonou para a casa de Dona Ivana, onde eu estava morando, para dizer que, se eu precisasse de alguma coisa – que ele conhecia as minhas dificuldades – que eu podia recorrer a ele. Ele punha a biblioteca dele à minha disposição, ele se dispunha a orientar meus trabalhos, se eu precisasse de recursos ele também se prontificava a me ajudar financeiramente. Eu agradei. Eu já havia lido Lesage¹², já sabia que os favores, quando são oferecidos, em regra devem ser recusados. Faz parte da perspectiva, vamos dizer, criadora porque você deixa de receber um pequeno favor e mais tarde pode receber uma oferta muito maior. Foi o que aconteceu com o Fernando de Azevedo. Ele marcou encontro comigo na Companhia Editora Nacional, que ele dirigia a coleção de Estudos Pedagógicos, ele dirigia a Brasiliense, ele tinha uma função muito importante lá. Então, ele marcou comigo um dia de manhã que eu pudesse. Fui lá, conversei com ele, depois começamos a sair juntos, conversar, e ele me disse que estava interessado em me aproveitar no futuro.

Nesse mesmo ano, assim que chegou da França, o professor Hugon tomou a iniciativa de me procurar – nunca me devolveu o trabalho, eu tenho só o texto escrito, o texto com tabelas e quadros eu não tenho mais, o professor Hugon não devolveu, eu procurei obter de volta, ele nunca me deu. A viúva, depois que ele morreu, também não sabia onde estava. O fato é que eu fiquei só com o texto escrito, que tem uma importância porque mostra [que] muitas ideias que eu desenvolvi depois já estavam incubadas ali¹³. Aí ele me disse que aquele trabalho que eu havia feito era um trabalho que podia ser o ponto de partida de uma tese e que ele, então, estava interessado que eu fizesse a tese com ele e, assim que eu me formasse, ele me indicaria para trabalhar com ele como segundo assistente. Você vê como a coisa funcionava depressa. Havia escassez de gente e

12 Não foi possível determinar a qual autor ou livro Florestan Fernandes se refere nessa passagem. Talvez possa tratar-se de Allain-René Lesage. Na sua biblioteca particular, localizada na UMMA/UFSCar, se encontra a seguinte referência: Allain-René Lesage. *Gil Braz de Santilhana*. São Paulo: Cultura, 1940. Há marcas de leitura na referida obra, identificada pela localização na estante 04.04.04/064. A obra consiste numa novela picaresca da primeira metade do século XVIII, narrando a história de Gil Braz, nascido na miséria em Santilhana del Mar. Educado pelo seu tio, ao dirigir-se para a Universidade de Salamanca, Gil Braz foi preso após ter sido obrigado a ajudar uma quadrilha de criminosos. Após ter sido solto, irá trabalhar como servo de vários senhores e, dada sua posição social, convive com as camadas mais baixas da sociedade e se envolve numa série de problemas, escapando de diversas situações difíceis graças à sua astúcia e esperteza. No fim da sua jornada, Gil Braz se torna favorito do Rei e secretário do primeiro-ministro. A novela relata todas as vicissitudes vividas por Gil Braz em seu processo de ascensão social.

13 Florestan Fernandes se refere à pesquisa realizada para a Cadeira de Economia Política, ministrada por Paul Hugon, sobre a formação e a evolução do comércio externo no Brasil, de 1808 a 1940, assunto no qual teria trabalhado intensamente em 1941 (Florestan Fernandes. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo, 2006, p. 485). No *Fundo Florestan Fernandes* foram encontradas fichas com anotações e dados referentes ao intercâmbio comercial do Brasil com o exterior. O texto mencionado não foi encontrado nas pesquisas realizadas em seu arquivo pessoal.

ao mesmo tempo uma busca do talento, fosse ele bom ou ruim. Depois se ele não aprovasse, eles substituíam, não é? Mas a Faculdade nesse momento tinha oportunidades, tinha grandeza, não havia uma tentativa dos professores de se afastarem muito dos estudantes. E também não dava porque éramos pequenos grupos. Eu contei a você que eram seis alunos numa classe, oito alunos, vinte alunos no máximo. A relação era *face to face*. E ele [Hugon] era um homem conservador. Não era um homem de esquerda e me ofereceu a chance. E até mais tarde, quando eu fui punido, a primeira vez que eu fui preso, ele me ofereceu para eu ir trabalhar na Europa, na França. O professor Hugon foi a primeira pessoa que ofereceu uma oportunidade para mim.

Agora, a carreira foi seguindo. Isso que eu estou contando faz parte da vida de estudante, mas depois, quando eu me formei, tinha a chance de trabalhar com o Fernando de Azevedo e com o professor Hugon. É claro que eu preferia trabalhar com o Fernando de Azevedo, que era uma pessoa que estava dentro de uma área na qual eu sentia mais afinidade e que tinha uma posição de esquerda – era moderada, mas era de esquerda – e que estava tentando enfrentar problemas concretos brasileiros, um pioneiro da Educação Nova e era uma pessoa lutadora. Então eu preferia trabalhar com ele. Mas tinha ocorrido uma briga entre ele e o professor [André] Dreyfus. Eles eram muito amigos, mas o Dreyfus tramou lá... Foi aí que o Fernando de Azevedo promoveu a transferência dele para o curso de Ciências Sociais e, para fazer isso, ele transferiu todo o curso de Didática para a Faculdade de Filosofia. A Faculdade de Filosofia incorporou o Instituto de Didática, que tinha sido herdado do antigo Instituto de Educação e no passado funcionou como uma instituição ligada à Escola Normal. Mas quando se fundou a Universidade, ele já havia dado ao Instituto uma categoria de instituto de ensino superior. A função do Instituto consistia em preparar os bacharéis nas diferentes áreas do saber, formados pela Faculdade de Filosofia, prepará-los para serem professores. Aí ele transferiu o curso de Didática para a Faculdade, incorporou, e ele foi ser professor de Sociologia. Então, o Roger Bastide ficou professor da cadeira de Sociologia I e se criou a cadeira de Sociologia II, que era uma matéria lecionada pelo professor Paul Arbousse-Bastide. O professor Paul Arbousse-Bastide havia sido transferido para a Política, já antes, pelo professor Alfredo Ellis. Eu fui aluno dele de sociologia no primeiro ano e depois, no terceiro, de política.

Agora, o meu professor realmente de sociologia foi o Roger Bastide, durante os quatro anos. E, por coincidência, naquele ano, no ano que eu fiz o curso de Didática, em [19]44, o Bastide deu o curso no lugar do Fernando de Azevedo. O Fernando de Azevedo dava aula de sociologia educacional. Ele dava um curso de introdução à sociologia, que era um curso durkheimiano, sociologia positiva, vinha dos gregos até Durkheim e dava o curso de sociologia educacional. E o professor Bastide deu vários cursos: curso de sociologia econômica; psicanálise e sociologia; sociologia estética; monografias familiares, que era uma tentativa de analisar a aplicação da nomenclatura, da monografia. Quando eu fiz curso com ele [Bastide], eu fiz curso sobre as monografias e, depois, um outro que eu não lembro porque eram cursos semestrais, e fiz sociologia econômica, acho que fiz sociologia estética também. Agora, eu dei assistência a ele num curso sobre psicanálise e sociologia. Mas eu não segui o livro dele. Eu preferi trabalhar com os discípulos heterodoxos do Freud, Horney, Fromm, outros autores que abriam um livro que lidava com antropologia e psicanálise, eu não lembro o nome do autor agora, era um livro grosso. Quer dizer, eu trabalhei dentro de um campo já renovado, mais atualizado que o do Bastide. Então, isso permite a você ver...

Agora, já como estudante eu tomei posição contra a Cátedra. Eu era contra o despotismo de Cátedra. O professor mandava e desmandava. Sendo que na Faculdade de Filosofia a coisa era diferente, principalmente por causa dessa relação de amizade. Só havia um espírito de Cátedra efetivo na área de ciências naturais, por causa dos professores alemães. O [Heinrich] Hauptmann, professor Hauptmann, não tinha essa mentalidade catedrática, olímpica, mas [Heinrich] Rheinboldt tinha, era o deus olímpico. Então na área de ciências naturais havia uma certa imponência do professor. Mas que não chegou a atingir: por exemplo, eu fui aluno do Dreyfus em Biologia Educacional e a parte que ele deu era sobre genética, em vez de dar biologia aplicada à educação, ele deu genética e a Psicologia Educacional, por exemplo, era a Noemi [Silveira Rudolfer], mas ela estava um pouco desatualizada, nós tínhamos avançado mais através dos professores estrangeiros. A grande característica dos cursos na Filosofia era a interdisciplinaridade e o ecletismo. É por isso que no curso de sociologia estética você tinha [Ferdinand] Tönnies, você tinha uma porção de autores, tinha Marx, [Max] Scheler. Quer dizer, eram cursos ecléticos. Os professores não se permitiam particularizar, serem ortodoxos, mesmo que

pessoalmente tivessem uma simpatia. Por exemplo, o Bastide, entre os sociólogos, ele preferiu Gaston Richard¹⁴, mas ele não era um richardiano. Ao contrário, ele conhecia a antropologia inglesa, conhecia etnologia francesa, conhecia todos os clássicos da sociologia, franceses, alemães, italianos. Inclusive, quando eu fui convidado pelo Fernando de Azevedo para ser assistente dele, eu tinha de dar um curso próprio e tinha de ler as provas dos estudantes, eu e o Antonio Candido. O Antonio Candido era o primeiro assistente. E o Antonio Candido desempenhou um papel muito importante na preservação do convite porque, no dia que o Fernando de Azevedo me convidou, a reunião foi feita na casa dele. Então, quer dizer, quando o convite oficial foi feito, foi no fim de 1943. Nesse dia, eu disse a ele: “olha, professor Fernando de Azevedo, o senhor está convidando um ex-aluno de Ciências Sociais. O senhor não está convidando um especialista. De modo que eu não tenho responsabilidade nenhuma com relação ao êxito ou malogro da minha atividade”. Aí ele levou um susto porque realmente aí ele caiu em si. Ele viu que podia ter procurado alguém mais maduro. Mas o Antonio Candido, habilmente, manobrou e disse: “oh, doutor Fernando, nós sabemos que o Florestan é muito burro mesmo!” [risos]. Fez uma piada e o assunto morreu. O Fernando de Azevedo deu uma gargalhada e o emprego ficou. Mas aí o Dreyfus, que era o diretor, que foi padrinho da nossa turma, ele foi paraninfo e eu fui orador. Nós estávamos completamente proibidos de falar, o ano que se pôde falar foi [19]44, [19]43 a repressão ainda era muito violenta. Mas o fato é que o Dreyfus pediu o discurso, ele foi o paraninfo, e ele sugeriu para eu tirar algumas partes, sugeriu, sem modéstia, que ele como padrinho não foi sequer mencionado no meu discurso. Mas ele tinha amizade comigo já pelo curso de genética e aquele grande professor de genética, [Theodosius] Dobzhansky, ele costumava vir ao Brasil e o Dobzhansky se tomou de amores por mim porque ele leu os meus trabalhos e a filha dele era antropóloga, então me chamou para conversar com ele. Toda vez que ele vinha ao Brasil, ele queria conversar comigo. Eu tinha de ir lá na Alameda Glette e bater um papo com ele. Era um autor inteligente. Era um russo que havia emigrado para os Estados Unidos, era um dos grandes geneticistas naquele momento. Era um dos maiores do mundo. Ele tem um livro, eu não me lembro se é *Biography and freedom*, tem um

14 Para uma breve caracterização da posição de Gaston Richard (1881-1945) no conjunto da *sociologia francesa* e de sua importância no pensamento de Roger Bastide, ver Maria Lúcia de Santana Braga. Roger Bastide, paisagista. In: Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura Santos (Org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996, p. 166-169.

título assim, um livro que merece ser lido, fora os trabalhos de alta especialização dele¹⁵. Então o Dreyfus me chamou à diretoria e disse: “olha, Florestan, o Hugon me procurou e quer que você seja assistente dele. Se você quiser ser assistente dele, eu nomeio você já. Agora, se você insistir em ser assistente do Fernando de Azevedo, aí vai ter de esperar um ano, até que você acabe o curso de Didática e no fim do ano eu nomeio você”. Ele era diretor da Faculdade e entrou no lugar do Fernando de Azevedo, aí se estabeleceu uma animosidade entre os dois porque o Dreyfus não tinha sido tão elegante com o Fernando de Azevedo na disputa do poder. E o Fernando de Azevedo ficou ressentido, eles não se falavam. Quem promoveu a reconciliação entre os dois, mais tarde, fui eu. E promovi também a reconciliação do Fernando de Azevedo com o Júlio de Mesquita Filho. Aí eu falei ao Dreyfus: “eu tenho que falar com o doutor Fernando porque eu não posso tomar a decisão assim”. Aí eu fui falar com o doutor Fernando. Ele disse: “bom, eu espero um ano. Você começa a trabalhar e vai ser nomeado só ano que vem”. Eu disse: “olha, professor, o senhor me desculpe, mas começar a trabalhar eu não começo. Eu tenho que ganhar a minha vida, eu vivo do meu trabalho. Se o senhor quiser me esperar, eu também espero. Mas é o mesmo sacrifício, o seu e o meu. Eu não vou trabalhar de graça para a Faculdade de Filosofia, por princípio e porque eu preciso trabalhar, preciso viver”. Ele levou um choque, não gostou muito, mas aceitou. Aí eu falei com o Hugon, porque o Hugon foi à casa do Fernando de Azevedo falar com ele para me liberar porque, na economia, eles estavam com muita dificuldade de atrair gente com perspectiva de carreira e que a sociologia já tinha muita gente nova. E ele, na economia, contava comigo. Aí o Fernando de Azevedo ficou por conta e disse que ele não tinha nada que se meter num negócio que não lhe dizia respeito [risos].

Quando eu começo a trabalhar na Faculdade, vou inspirado já para o trabalho sistemático dentro da Faculdade. Quer dizer, eu fazia atividade no movimento trotskista e eu continuei trabalhando na Faculdade. Isso deu aos meus companheiros do movimento a possibilidade de avaliar meu curso como intelectual, coisa que eles não tiveram antes, porque eles tinham só os artigos de jornal para avaliar. Daí em diante eles tiveram outras. Saíram “As Trocinhas do Bom Retiro”, um trabalho que ganhou o prêmio dos estudantes. O Grêmio da Faculdade de Filosofia instituiu

15 Florestan Fernandes se refere ao livro *The biological basis of human freedom*. New York: Columbia University Press, 1956. Um exemplar com este mesmo título e referência se encontra em sua biblioteca na Universidade Federal de São Carlos.

um prêmio ao melhor trabalho de pesquisa qualificado no concurso e o Bastide foi escolhido para juiz. E o Bastide escolheu o meu trabalho das trocinhas, que foi retirado da pesquisa, para premiar. O trabalho foi publicado pela Revista do Arquivo Municipal, em separata. É uma separata grande, de umas 140 páginas. Foi um trabalho que atraiu muita atenção. A minha colaboração com a revista do Arquivo se prendeu ao Ciro Mendes, que era amigo do Sérgio Milliet, mas que eu conheci por outras vias. A família dele era vizinha da família da Myrian [Rodrigues Fernandes, esposa de Florestan Fernandes] e ele escrevia no *Estado [de S. Paulo]*, fazia comentários sobre pintura e artes plásticas. Então nós fizemos amizade, ele me convidou para colaborar na revista. Lá eu publiquei vários trabalhos, sobre Mário de Andrade¹⁶, sobre as trocinhas do Bom Retiro, sobre Tiago Marques Aipobureu... Esses trabalhos estão todos transcritos.

Como atividade de curso, quando eu comecei a trabalhar com o Fernando de Azevedo, dei um curso de um semestre sobre o Durkheim, mas só sobre *As regras do método sociológico*. Um dos alunos meus, que depois virou para a direita, o Roque Spencer Maciel de Barros, ele tinha feito um trabalho para o Fernando de Azevedo e eu dei a nota máxima. Aí o Fernando de Azevedo não queria endossar a nota máxima. Ele disse: “a regra que nós seguíamos no Instituto de Educação era dez para Deus, nove para o professor e oito para o estudante”. Então, o teto do estudante era oito, aí ele pegou o trabalho, começou a ler e disse: “olha aqui, isso é discutível”. Aí eu disse: “mas Dr. Fernando, o senhor está lendo o trabalho de um estudante, se o senhor estivesse lendo – era uma questão qualquer sobre Kant – se o senhor estivesse lendo um trabalho de Kant aí o senhor teria razão de querer um nível de análise melhor mas, para um estudante, esse trabalho está excelente”. Aí saiu uma discussão, o Antonio Candido ficou do meu lado e o Fernando de Azevedo disse: “bom, essa é uma data trágica na minha vida, mas eu aceito o dez” [risos]. Porque eu disse assim: “então se o senhor não aceitar o dez o senhor leia suas provas, não peça a minha opinião porque, se eu dou a nota, eu quero a nota”. Aí quando chegou a vez de pegar a lista do Candido, ele tinha dado dez para a Maria Isaura [Pereira de Queiroz]. Ele olhou assim como quem diz, como Cristo na cruz: “mas você, Candido, você também?” [risos]. Saiu outro dez! Já nos anos posteriores eu fui mudando de atividade. O curso de Introdução

16 No *Fundo Florestan Fernandes* da UFSCar foram localizadas partes dos originais manuscritos dos artigos de Florestan Fernandes sobre Mário de Andrade e o folclore. Esses artigos podem ser consultados atualmente em Florestan Fernandes. *O folclore em questão*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

à Sociologia passou para mim nas Ciências Sociais e o curso de Introdução à Sociologia passou para o Antonio Candido na Pedagogia. Aí eu mudei totalmente a orientação. Apesar do volume de Durkheim, eu já dei realmente uma amplitude eclética ao curso. Aí surgem autores como Mannheim¹⁷, [Hans] Freyer. E, ao contrário do que o Fernando Henrique [Cardoso] diz, que Freyer aderiu ao nazismo – ele pode ter aderido ao nazismo, eu não sei se isso é verdade ou não porque eu andei tentando verificar isso e não consegui chegar a uma conclusão. Há um autor que afirma isso e não é confirmado por outras fontes. Agora, o trabalho dele – *Sociologia, a ciência da realidade* – é anterior à ascensão do nazismo. Quer dizer que não tem ligação entre ele [o trabalho] e o nazismo¹⁸. E era um autor muito importante porque ele fazia uma análise de todas as correntes da sociologia na Alemanha e preocupado com os diferentes tipos de estrutura: castas, estamentos, classes. O livro dele tem três partes: uma é uma espécie de análise condensada da evolução da sociologia; outra é uma discussão de autores fundamentais; e outra a contribuição dele a partir de tudo isso. Como se tudo isso tivesse existido para ele fazer a grande síntese sociológica. Deixando de lado essa pretensão, o livro era muito importante e demonstrava que todas aquelas correntes desembocavam numa concepção do homem, da sociedade, do mundo, que já está no ponto de partida em Marx. Mannheim você sabe que era considerado um socialista róseo, ele era da social-democracia. Eu lidei com autores como [Karl] Renner, recuperei os discípulos do Le Play, [Célestin] Bouglé, o próprio [Gabriel] Tarde, Pareto. Além de Durkheim, vinha [René] Maunier, [Lucien] Lévy-Bruhl¹⁹, vinha o Marcel Mauss, que tinha uma grande importância por causa da maneira pela qual elaborava, tanto os trabalhos dele em colaboração com o Durkheim quanto os trabalhos independentes. De outro lado, introduzi os autores norte-americanos que só eram lidos

17 Karl Mannheim (1893-1947) teve uma importância fundamental na formação sociológica de Florestan Fernandes, em especial nos delineamentos de sua sociologia do conhecimento e nas preocupações com a Sociologia Aplicada. Há vários trabalhos de Florestan Fernandes escritos sob inspiração mannheimiana como os ensaios reunidos em *A sociologia numa era de revolução social* (1963), porém em termos de uma análise direta da obra de Mannheim, pode-se destacar dois textos: “A concepção de ciência política de K. Mannheim” (*Elementos de sociologia teórica*, 1974) e “As publicações póstumas de Karl Mannheim” (*Ensaio de sociologia geral e aplicada*, 1976).

18 O estabelecimento dessa relação entre a sociologia de Hans Freyer e o nazismo é feita em Georg Lukács. *El asalto a la razón: la trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler*. México/Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1959. O livro de Hans Freyer – *La Sociología, ciencia de realidad*: fundamentación lógica del sistema de la sociología. Buenos Aires: Editora Losada, 1944 – pode ser encontrado na biblioteca pessoal de Florestan Fernandes, com seus grifos e comentários.

19 Florestan Fernandes escreveu um artigo intitulado “Lévy-Bruhl e o espírito científico”, reproduzido em *Ensaio de sociologia geral e aplicada* (1976).

na Escola de Sociologia e Política²⁰, eram pouco usados os sociólogos norte-americanos. Desde Lester Ward, [Franklin H.] Giddings, até [Robert] Park e os autores mais recentes, que estavam aparecendo, [Talcott] Parsons, [Robert k.] Merton, mas eu me interessava mais por Lloyd Warner, por toda Escola de Chicago que se forma em torno de W. A. Thomas, vários autores. Todo esse panorama acaba entrando nos cursos, embora eu variasse. A primeira introdução que eu dei era sociologia como ciência da sociedade. Não era uma abordagem como a do Freyer, não tinha um verdadeiro arquétipo, mas era uma abordagem que permitia comparar sociedades distintas. E, depois, o curso de introdução foi mudando. Os alunos que faziam o curso de introdução também eram de Filosofia e eu acabei também abordando sociologia do conhecimento através de Marx, Engels, Mannheim, Scheler. Quer dizer, via Bastide eu estava... Embora o Bastide não desse muita importância a Mannheim, mas eu dava muita importância. Eu peguei os autores ingleses, [Leonard Trelawny] Hobhouse, [Morris] Ginsberg. Eu fiz várias descobertas de autores importantes, não só aqueles que vinham do fim do século XIX, começo do século XX, que eram clássicos, mas também aqueles que eram recentes e que eram mal conhecidos. Os estudantes tiveram um grave problema, porque eu demonstrei na prática uma coisa que mais tarde o professor Gurvitch falou quando se fundou o Departamento: que o professor jovem não deve dar cursos de introdução. O professor jovem deve dar cursos de pós-graduação porque ele está conhecendo muito de uma área pequena e, de outro lado, ele está digerindo, ele está tentando amadurecer. E o professor velho já está com as coisas mais assentadas. Ele é que deve dar, professor de meia-idade ou idade avançada, é que deve dar curso de introdução. E realmente eu levei para os estudantes as minhas preocupações, que não eram pequenas, porque havia fermentação política, havia as frustrações sociais e havia necessidade de responder a problemas que eu não tinha aprendido a responder no curso.

Terminado o curso, assim que eu me tornei assistente, eu ficava o maior tempo possível na Biblioteca Municipal. O Candido uma vez disse que a vantagem que eu tinha é porque eu era mais gordinho que os outros, que a minha vantagem sobre eles era que eu era mais gordo e a

20 Florestan Fernandes realizou o Curso Pós-Graduado de Sociologia e Antropologia na Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) entre os anos de 1945 e 1946, obtendo o título de mestre em Ciências Sociais em 1947, com a dissertação *A organização social dos Tupinambá*, escrito sob a supervisão de Herbert Baldus. Sobre a ELSP, ver os depoimentos reunidos em Iris Kantor et al. (Orgs.). *A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação (1933-1953)*. São Paulo: Escuta, 2001.

minha bunda permitia que eu ficasse sentado mais horas. Com o Sérgio Milliet eu arranjei uma cabine para trabalhar, então eu tinha ali todos os livros. Os livros ficavam à minha disposição, eu ia lá, estudava. Tinha a Biblioteca da Escola de Sociologia, com facilidade para localizar autores norte-americanos. Havia os livros da Filosofia. O Raspantini, que era o bibliotecário, ficou meu amigo, ele era muito ciumento dos livros, mas desde que eu era estudante ele vinha trazer livros importantes para eu ver. Livros como aquele que eu mencionei agora a pouco, aquele autor dos ritos de passagem, estudou o folclore²¹. Ele me trouxe livros que não estavam fichados. Ele fichava os livros e ele ficava lá adorando os livros [risos]. E ele me trazia os livros para eu ler. Ia à Biblioteca Municipal, à Biblioteca da Faculdade de Direito, porque a Biblioteca da Faculdade de Direito tem muito livro importante do fim do século passado, começo desse século. Então havia recursos para estudar. E o dilema que me levou a fazer isso é que, como estudante [Florestan], o Batisdão [Paul Arbousse-Bastide], por exemplo, ficava lá com um problema ontológico: O que é a sociologia? *C'est une science ou non?* [risos]. Então ele ficava fazendo sofismas, porque se for uma ciência ela é isso, isso, isso. Se ela for um método, *méthode*, ela é isso, isso, isso. Se ela é uma *technique*, ela é isso, isso, isso. Ele passava o ano inteiro em torno dessa reflexão em circuito vicioso e todos nós estávamos, porque eu saí do curso de Ciências Sociais imaginando que eu tinha que possuir uma orientação dentro da sociologia e, apesar do marxismo, eu não tinha um referencial. O referencial ali era muito mais amplo, não era de fechar em torno de Marx. Eu tinha que compreender a sociologia, dar conta dela. E para dar conta dela eu tinha de dar conta da filosofia, da filosofia da ciência, da lógica, da psicologia, da antropologia, da economia. Quer dizer, era uma vasta produção intelectual que atravessa os anos, desde Comte, os autores anteriores a Comte, os precursores da sociologia, desde os gregos, passando por civilizações nas quais o ocidente não tem raízes, e o próprio conhecimento pré-filosófico, pré-científico, tudo me desafiava. Então eu tinha que me fechar, estudar e procurar respostas. Estava nessa angústia, angústia terrível. E os estudantes tinham que receber o vômito de toda essa elucubração, de toda essa efervescência. Era uma loucura, mesmo. E os estudantes ficavam desorientados porque, especialmente depois que saiu *A organização social dos Tupinambá*²², ficou moda ser meu estudante. Então, o curso de Ciências Sociais ficava cheio de gente no curso de sociologia para ouvir as

21 Arnold van Gennep (1873-1957).

22 Florestan Fernandes. *A organização social dos Tupinambá*. São Paulo: HUCITEC, Editora da UnB, 1989.

minhas aulas e o pessoal não entendia. É claro que elas eram inteligíveis, porque a metade, um terço, dois terços ficavam. Não era pra média, era pra estudante de envergadura. É nesse clima que os estudantes levaram essa sacudidela. O Candido gosta de citar aquela frase do Ruy Coelho, dizendo que “o Florestan é uma ilha de sociologia cercada de literatura por todos os lados” [risos].

Eu tinha que me voltar para a carreira e tinha que continuar minha atividade. Em [19]46 eu tentei fazer o curso na Escola de Sociologia [mestrado]. Fui barrado porque havia pouca simpatia pelo pessoal que saía da [Faculdade de] Filosofia na Escola Livre de Sociologia e Política. Em [19]47 eu me preparei melhor, por causa do exame de inglês, e varei, consegui passar. Uma professora muito simpática, bonita também, jovem, acho que chamava Robinson, ela me disse: “Florestan, você é um espetáculo. Eu nunca vi uma pessoa que conhecesse tantas palavras em inglês, mas que soubesse fazer tão pouco com elas!” [risos]. O fato é que eu fui aprovado. Aí o professor Pierson²³ não pôde rejeitar a minha inscrição. Eu me inscrevi. A escola impunha alguns autores, alguns cursos eram exigidos. Agora os professores desses cursos podiam ser o [Alexandre] Kafka, podia ser um outro que eu não me lembro o nome, que era da embaixada norte-americana, e ia lá dar história. Era um charlatão porque ele não sabia nada de história. Pegou Las Casas para fazer comentários. Agora, nós que na Filosofia passávamos por não fazer pesquisa, nós fazíamos pesquisa, nós sabíamos o que era história, o que era crítica externa, crítica interna. Aquele camarada se meteu a discutir documentos na minha frente. Ah! Eu disparei com ele. No fim ele não podia nem me ver, nem eu a ele. Mais tarde ele encontrou comigo, me tratou muito bem, civilizadamente, mas não dava para ser aluno dele. E o Kafka era um camarada que eu não respeitava. Era um economista muito competente, mas ao mesmo tempo totalmente ligado... Hoje ele está no Banco Mundial, há muito tempo ele está lá. Como já estive o Simonsen ou ainda está. O fato é que eu me recusei a fazer os dois cursos. E fiz os outros. Fiz o do Pierson, fiz o do Baldus, fiz o de dois colegas que tinham vindo dos Estados Unidos, queria ver o que eles tinham aprendido nos Estados Unidos, o Mário Wagner Vieira da Cunha e o Octávio da Costa Eduardo²⁴. Por aí eu conheci melhor o que

23 Sobre a atuação de Donald Pierson (1900-1995) na ELSP, ver Sebastião Vila Nova. *Donald Pierson e a Escola de Chicago na sociologia brasileira: entre humanistas e messiânicos*. Lisboa: Vega, 1998.

24 Anotações pessoais de Florestan Fernandes, relativas a alguns dos cursos que frequentou na ELSP e datadas do ano de 1946, foram encontradas no *Fundo Florestan Fernandes*. Num total de 213 fichas de cartolina (escritas frente e verso)

se fazia em Chicago. O grande introdutor da escola de Chicago aqui foi o Pierson, mas o Mário Wagner ficou lá três anos, um amadurecimento. E o Octávio da Costa Eduardo me pôs em contato com um autor que eu já conhecia através do Bastide, eu aproveitei um trabalho dele e da mulher dele sobre folclore numa tribo africana. Eu fiquei espantado porque eles faziam só coletânea de dados. Ou faziam só a coletânea de dados e publicavam ou então faziam como fez a... [pausa para atender ao telefone]. Eles [Mário Wagner e Octávio da Costa Eduardo] tinham a minha idade, eram da nova geração. Eu queria saber o que eles aprenderam e o que a influência externa melhorou a nossa formação intelectual. E descobri que não mudou em nada. Por isso que eu dei orientação muito firme para os meus assistentes de só saírem do Brasil depois do doutoramento, não antes, para não serem submetidos à colonização mental. E porque nós já podíamos percorrer esse espaço aqui dentro.

Eu conheci o professor Baldus e me tornei uma espécie de irmão mais novo. Ele se tornou um amigo leal, sincero. Ao mesmo tempo tinha um grande entusiasmo por mim, pela minha carreira. Possuía um seminário, que chamava seminário sobre índios do Brasil. Então, ele dava um curso em um ano. No outro ano os estudantes iam para o seminário. No seminário a gente discutia tudo. Eu me lembro de discutir Trotsky, discutir Walt Disney, desenhos do Walt Disney, tudo, tudo a gente estudava. Desde pegar, por exemplo, leituras de um autor que estudou tribos africanas. Se discutia tudo ali: política, arte, literatura e inclusive etnologia brasileira. Discutia-se [Wilhelm Emil] Mühlmann, Lévy-Strauss e também fontes. Agora, trabalhando com o Baldus eu tive a ideia de... porque... Eu não sei como é que aconteceu. Nós estudamos ou discutimos num dos seminários os livros do [Alfred] Métraux sobre a religião entre os tupinambás, a cultura material entre os tupi, dos tupinambá²⁵. E nessa discussão eu fiz uma crítica de que ele tinha feito uma abordagem muito antiquada, muito de traços culturais, aquela antropologia de fins do século XIX. Eu já ti-

registradas por Florestan Fernandes como "Material de curso", foi verificada a seguinte divisão: Kalervo Oberg, 20 fichas de um curso sobre "Problemas do trabalho de campo"; Mário Wagner, 15 fichas de um curso sobre "Sociedades urbanas e de *folk*"; Emílio Willems, 27 fichas de um curso sobre "Mudança social"; Octávio da Costa Eduardo, 25 fichas de um curso sobre "O negro no novo mundo"; Donald Pierson, 44 fichas de um curso intitulado "Seminário de métodos" e 82 outras fichas agrupadas sob a rubrica de "Estudo da sociedade".

25 Alfred Métraux (1902-1963), etnólogo suíço naturalizado norte-americano, foi responsável direto pelo convite a Roger Bastide para que este participasse da Pesquisa Unesco de relações raciais na cidade de São Paulo no início da década de 1950. Os livros de Métraux mencionados por Florestan Fernandes foram *La civilisation matérielle des tribus Tupi-Guarani* e *La religion des Tupinamba et ses rapports avec celle des autres tribus Tupi-Guarani*. Este último possui versão em português publicada na coleção Brasiliana: Alfred Métraux. *A religião dos Tupinambá e suas relações com a das demais tribos tupi-guaranis*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

nha lido Malinowsky, Radcliffe-Brown, [Evans-]Pritchard, entre outros. Tinha lido grandes autores, tinha lido franceses, especialmente o Marcel Mauss. Então, eu fiz uma crítica. Aí o Baldus respondeu que ele foi um discípulo de [Erland] Nordenskiöld, por isso a orientação dele era uma orientação mais etnográfica. O Baldus gostava de discutir o difusionismo, o funcionalismo e o evolucionismo. Então se discutiu o trabalho. Deve ter sido no primeiro ano, no primeiro curso, não no seminário. Deve ter vindo à baila o livro do Métraux e as críticas que eu fiz. Aí o Baldus disse: “será que realmente tem material dessa natureza que permita ser explorado?”. “Eu não sei, mas eu desconfio que tem”. Se ele pôde encontrar material sobre – eu já havia lido também os cronistas, eles descrevem a vida dos indígenas – então deve ter. Aí ele me deu como tarefa, no trabalho de aproveitamento, fazer um estudo do Gabriel Soares. Eu fiz um estudo do Gabriel Soares. Eu fiz para ele um estudo do Tiago Marques Aipobureu²⁶, aproveitando um material dele e ele tomou a iniciativa de publicar na Revista do Arquivo Municipal. Ele [Baldus] achou que eu tinha feito uma interpretação que ele não havia feito. Depois eu fiz o Gabriel Soares e o Gabriel Soares revelou que havia um material fantástico para análise, ou de antropologia social, ou de sociologia primitiva, cada um falava como queria naquela época, que eram as duas expressões correntes. Quando o meu trabalho foi entregue, ele leu e disse: “puxa vida, mas de fato você tem razão, há uma mina aí. Eu não entendo como é que o Métraux não percebeu”. Aí ele disse: “como é que nós podemos saber se há mais material?”. Eu falei: “bom, é repetir o trabalho que eu fiz sobre o Gabriel Soares”. Aí ele escolheu o [Hans] Staden. Trabalhei com o Staden e se revelou também muito rico. Aí ele achou que eu poderia fazer um trabalho sobre “a organização social dos Tupinambá”. Eu, como estava muito ligado a autores ingleses, eu tinha os discípulos do Malinowski, do Radcliffe-Brown, e que tinham raízes na Escola de Chicago ou então no grupo de Durkheim, eu me interessei muito e comecei a fichar²⁷.

Agora, eu não me lembro a partir de que data houve uma bolsa na Escola de Sociologia, da qual eu recebia um dinheiro que se tornou muito

26 Ver Florestan Fernandes. *A investigação etnológica no Brasil e outros ensaios*. Petrópolis: Vozes, 1965, p. 84-115 (2ª ed. São Paulo: Global, 2009).

27 Na pesquisa exploratória realizada junto às anotações pessoais de Florestan Fernandes no *Fundo Florestan Fernandes*, foram encontradas pouco mais de mil fichas contendo informações sobre os Tupinambá obtidas pela leitura das obras e relatos de viagem dos Cronistas. No caso de Gabriel Soares foi descoberto um total de 75 fichas e um total de 73 no de Hans Staden. A descoberta desse material é importante porque revela o modo como Florestan Fernandes organizou os dados para a elaboração de seus trabalhos sobre a civilização tupinambá. Além disso, trata-se de uma rica compilação de documentos para a historiografia da vida social brasileira durante os primeiros tempos do período colonial.

importante para mim porque eu era casado, a Faculdade pagava mal, o dinheiro que eu ganhava na propaganda também não cobria os gastos todos, então aquela bolsa era bem-vinda. Eram oitocentos mil réis. Era quase o salário da Faculdade de Filosofia. Era dois terços do salário. Eu, com o Pierson, devíamos estudar a situação de contato no Brasil, no século XVI em São Paulo, a parte do litoral para depois vir para o interior de São Paulo, a subida da serra. Ele arranhou recursos e formou uma equipe na qual estava o Segall, o Maurício Segall, e mais umas três moças. O Maurício Segall ficou como chefe da equipe e eu dava as tarefas para ele. E surgiu um conflito muito sério entre eu e o Pierson porque, na minha formação científica na Faculdade de Filosofia, não me permitia levantar uma hipótese conhecendo parte do quadro de uma situação concreta. E o Pierson queria que, a cada dado que eu colhesse, já levantasse uma hipótese. Eu disse: “mas, doutor Pierson, isso é um erro, a gente não sabe o que esse dado representa. Ele é um dado isolado”. Quer dizer, aí é o caso de falar aquilo que dizem que o Marx falou: “nada mais estúpido que um fato”. Porque, se você pega um fato e você não sabe o que ele representa numa totalidade, você pode pensar que ele é uma coisa e, no fim, você descobre que ele é outra. É por isso que Marx diz que nem tudo é o que parece. E, depois, você introjeta no fato a sua hipótese, no fim a configuração total dos fatos vai assumir um caráter volitivo porque você projeta no fato o conjunto de hipóteses que você elaborou. Aí eu estava somando todos os grandes clássicos da sociologia: Durkheim, Weber, Marx, Giddings, autores que tiveram importância na minha formação, Le Play, autores que tiveram influência na minha formação, na minha concepção de sociologia, Mannheim. O clima ficou tão hostil que ele não podia me ver, nem eu podia vê-lo. Nós brigamos terrivelmente. Aí ele propôs à direção da escola que a bolsa fosse cancelada e nós dissolvemos o grupo. E estávamos descobrindo coisas importantes, realmente o material era um material rico tirado do Arquivo do Estado, do Arquivo Municipal, trabalhando nas fontes. Nessa reunião o Pierson fez uma crítica muito severa a mim, que eu não sabia fazer pesquisa, que não era possível trabalhar comigo, que eu não seguia a orientação dele, eu quis impor a minha orientação. Aí o Baldus protestou quando ele falou em eliminar a bolsa, o Baldus contra-atacou e disse: “olha, eu proponho o seguinte: a escola mantém a bolsa, só que ele passa a trabalhar comigo e não mais com o Pierson. Agora, quanto à formação científica eu dou mais valor à formação científica do Florestan

do que à sua, Pierson, porque eu estou acompanhando essa evolução há tempo. E você está ensinando seus alunos a fazer pesquisa de modo errado” [risos]. E no fim eu fiquei com a bolsa. Fiquei com a bolsa e comecei a trabalhar, a colher material, elaborei o livro. Um dia levei o trabalho datilografado e entreguei para o Baldus. Ele disse: “O que é isso aqui?”. Eu falei: “é a minha tese de mestrado”. “A sua tese de mestrado? Mas como? Um livro deste tamanho?” [risos]. Aí aconteceu uma coisa engraçada. O Pierson me procurou para dizer – porque aí entrava em jogo o prestígio dos dois: “quem é que orientou uma tese com aquela envergadura?” – o Pierson me procurou para dizer que, com qualquer um dos capítulos, eu fazia mestrado e com o livro todo eu faria doutorado na [Faculdade de] Filosofia. Aliás, o conselho dele do ponto de vista prático era muito bom, porque queimava etapas. Depois de tudo que aconteceu ele continuou a falar comigo porque ele era protestante, era um homem bom, realmente foi um conflito de formações, de mentalidades. Depois ele me chamou para falar comigo, para me explicar e disse: “olha, Florestan, desculpe, você vai sair mal impressionado comigo, mas realmente a diferença das nossas orientações é muito chocante e nós não podemos trabalhar juntos”. “Eu entendo”. Inclusive eu estava com furúnculo, houve um tempo que eu estava com muita furunculose, ele levantou a minha calça para ver, para me dar conselhos como tratar. Ele sempre foi meu amigo. Escreve até hoje para mim, ele compreendeu. Ele está na Flórida. Ele se aposentou e continuou a carreira dele nos Estados Unidos, foi trabalhar num Museu, não sei, não tenho certeza. Depois foi aposentado e se tornou professor acho que em Bloomington. Todo fim de ano mandava um cartão para mim. É um homem amável, decente. Foi um conflito intelectual, de raízes intelectuais que mostravam diferenças de mentalidade, de concepção de ciência.

E, de fato, essa questão do doutoramento vem à baila mais tarde. O Antonio Candido fez concurso de Literatura Brasileira, ganhou o concurso, mas não deram a Cátedra para ele. Ele ganhou o concurso, mas o Mário de Souza Lima, que era o antigo professor, acabou sendo escolhido e sendo indicado. Isso foi mais ou menos em [19]46/47. Ele [Candido] trabalhou em sociologia ainda bastante tempo. Continuou e depois foi trabalhar em Assis e de Assis voltou para São Paulo como professor. Mas o Antonio Candido ficou livre-docente de sociologia, de literatura, então levantaram na congregação, por iniciativa do professor Saraiva, a questão

de que o Antonio Candido sendo livre-docente, *eo ipso*, portanto era também doutor. Porque o título de livre-docente é mais complexo, envolve uma defesa de tese e dá o grau de doutor automaticamente. E sugeria que eu fosse indicado para doutor por causa da envergadura do meu trabalho de mestrado. Aliás, na Inglaterra nunca se exigiu de Radcliffe-Brown que ele fizesse mais do que o mestrado. Quer dizer, nós estávamos, sem querer, repetindo já o que havia acontecido. Mas nem eu nem o Antonio Candido aceitamos. Nós éramos orgulhosos. O Antonio Candido fez *Os parceiros do Rio Bonito*²⁸, que ele defendeu como tese e foi uma brilhante defesa de tese. E eu defendi tese sobre *A função social da guerra na sociedade tupinambá*²⁹. Eu havia lido no Malinowski uma afirmação que poderia ser transcrita como um postulado: as instituições sociais, no caso de transplantação, elas não se transformam isoladamente, mas em conjunto, como totalidade. Teoricamente, se a família se transforma, se transforma também a relação entre homem e mulher, se transforma provavelmente a relação do homem com o sagrado, transforma a relação do homem com o trabalho, da mulher com o trabalho etc. Quer dizer, é uma mudança total. As instituições são interdependentes, formam um todo não só dinâmico, mas estrutural. Então eu estava querendo controlar essa hipótese através de uma pesquisa. Quando falei para o Willems, o Willems ficou alucinado. “É a primeira vez que alguém vem propor o objeto de uma tese através de uma perspectiva teórica”. O problema estava em que grupo escolher, porque japonês eu não podia escolher. Eu não podia entrar facilmente dentro dos padrões culturais japoneses sem um ponto de apoio maior do que eu tinha na época. Posteriormente eu teria. Mas, na ocasião, italiano, portugueses, espanhol, têm pouco interesse por causa da própria similaridade que existe entre as diferentes variações da civilização ocidental. A civilização ocidental praticamente é um núcleo comum, então não dava contraste suficiente para fazer a análise. O Safady tinha sido meu aluno e era um grande entusiasta da pesquisa. Se não me engano era Jamil Safady³⁰ o nome dele, já faleceu. O Safady se prontificou a fazer a pesquisa

28 Antonio Candido. *Os parceiros do Rio Bonito*: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Editora 34, 2001.

29 Florestan Fernandes, *A função social da guerra na sociedade tupinambá*. São Paulo, Global, 2006.

30 Jamil Safady nasceu em Zahlah, no Líbano, em 1908. Chega ao Brasil em 1924, dedicando-se ao estudo da imigração árabe no Brasil. Tornou-se Bacharel e Licenciado em Geografia e História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Foi, igualmente, precursor dos estudos árabes na Universidade de São Paulo. Em palestra pronunciada na cerimônia de instalação do Centro de Estudos Árabes no Prédio de Geografia e História da USP, em 27 de março de 1967, Florestan Fernandes assim se refere ao seu amigo e colaborador-informante na pesquisa sobre aculturação dos sírios e libaneses em São Paulo: “Gostaria de aproveitar esta oportunidade, no entanto, para

junto comigo como alguém que me acompanhasse para escolher pessoas. Como ele não precisava, ele era um homem que tinha meios de manutenção, a família dele era uma família de posses, ele me ajudava a escolher os sujeitos para a entrevista, me levava, por exemplo, à Igreja Ortodoxa. Ele trabalhava comigo intensivamente. Aí eu fiz o plano da pesquisa, que eu nunca cheguei a publicar, e elaborei o questionário³¹. E, junto com o Safady, já tinha uma coleta imensa de material sobre a Igreja Ortodoxa. O patriarca lá custou para descobrir que nós estávamos copiando material ultrassecreto deles [risos]. Eu tinha feito entrevistas com pessoas mais velhas, principalmente para conhecer perfil de carreira dos sírios e dos libaneses. A maioria eram libaneses. Tinha participado de algumas festas. Tinha acompanhado missas. Tinha feito uma porção de coisas, tinha várias cadernetas de materiais. Nesse ínterim, eu fui elaborando um questionário, mas um questionário longo. Por causa da minha dificuldade de trabalhar com gerações mais velhas, apanhar gerações mais novas. Eu usei essa técnica de ir ao estudo de caso, pessoas e a entrevista. A entrevista devia ser uma entrevista então em profundidade, focalizada. Elaborei o questionário, testei o questionário quando o questionário já tinha passado por todas as etapas de elaboração, que é um trabalho terrível e deve ser respeitado. Qualquer crítica que se faça a um questionário deve ser feita de uma maneira muito cuidadosa e respeitosa, objetiva. Como eu era assistente do Fernando de Azevedo e devia fazer a tese de doutorado na cadeira de Fernando de Azevedo, ele era o orientador da

relembra o nosso pranteado amigo e colega Jamil Safady. [...] devotou-se ao estudo sistemático da situação dos sírios, libaneses e seus descendentes nas várias regiões do Brasil. Não chegou a concluir esse estudo. Mas deu-me, enquanto o realizava, uma colaboração prestimosa, ajudando-me a descobrir imigrantes da primeira geração, servindo-me de intérprete e fazendo tudo quanto estava a seu alcance para que eu pudesse investigar alguns aspectos que me interessavam dos processos de aculturação de sírios e libaneses, com seus descendentes, em São Paulo. Se cabe ao professor Helmi Mohamed Nasr a honra e a glória da fundação do Centro Brasileiro de Estudos Árabes, não é menos certo que Jamil Safady preencheu o destino do pioneiro idealista, desaparecido antes da concretização de um nobre sonho. Por isso, deve merecer, nesta ocasião, a homenagem desta lembrança e o reconhecimento pelo que fez de útil, no período final de sua vida, para a revitalização do estudo das literaturas e da língua árabe, para o maior conhecimento da civilização árabe no Brasil e para uma aproximação mais frutífera entre o nosso País, a Síria, o Líbano, o Egito e as outras nações árabes, que ele amava a tal ponto que não as separava em seu entusiasmo intelectual e político" (Florestan Fernandes. O Brasil e o mundo árabe. *Etapas*, ano XII, n. 131, 1967, p. 33).

- 31 O referido questionário, bem como as cadernetas da pesquisa de campo, com descrições da Igreja Ortodoxa, histórias de vida etc., foi localizado no *Fundo Florestan Fernandes* entre os papéis de Florestan Fernandes. Do estudo sobre a aculturação dos sírios e libaneses em São Paulo, desenvolvido mais intensamente entre 1944 e 1949, mas se prolongando até 1958, restaram dois registros escritos de caráter mais completo e sistemático, relevantes por fornecerem uma ideia integrativa do plano de pesquisa concebido por Florestan Fernandes e dos resultados parciais que pôde alcançar. Trata-se dos textos de duas palestras, publicados na revista *Etapas*: o primeiro deles, intitulado "A aculturação dos sírios e libaneses em São Paulo", foi publicado em agosto de 1956, fruto de uma conferência proferida no Auditório do Clube Aleppo, em 28 de maio do mesmo ano; o segundo, citado na nota de rodapé anterior, intitula-se "O Brasil e o mundo árabe", significativo por elaborar teoricamente a categoria do imigrante que estaria presente no seu clássico *A revolução burguesa no Brasil*.

tese. Ele devia, então, fazer a análise do questionário, para não haver uma encrenca depois, não é? Eu entreguei o questionário a ele num dia que ele estava sentado na mesa dele; nesse ínterim, entrou o professor Newton da Silva Rodrigues, que era o professor de estatística. Ambos não tinham formação. O Newton não tinha formação em estatística. O meu professor de estatística foi o [Luigi] Galvani, italiano, e depois o Eduardo Alcântara de Oliveira, que ficou no lugar dele. Galvani era um grande professor, infelizmente para as nossas necessidades nós precisaríamos de um professor inglês. O Galvani seria bom se ele tivesse ido para a Física. Ele era um professor mais interessado em estatística matemática. E a Itália era muito forte em estatística matemática e estatística descritiva, mas muito fraca nas áreas de amostragem e da estatística que se desenvolve em relação com a sociologia, psicologia, pedagogia etc., na Inglaterra e nos EUA. Mais tarde nós acertamos, trouxemos os professores de que nós precisávamos. Mas ele era um grande professor, não obstante ter sido mal escolhido. Ele era discípulo de [Corrado] Gini, por aí você vê a medida dele. Era um dos principais discípulos de Gini, o homem do índice. O Fernando de Azevedo e o Newton começaram a conversar e, de repente, o Newton perguntou: “o que é isso aí?”. Ele disse: “ah, é um questionário que o Florestan entregou”. Aí começaram a brincar com o meu questionário, a dar risadas. O Newton enchovalhando. Eu estava fervendo de raiva, não disse nada. Fernando de Azevedo depois me devolveu o questionário sem nenhuma crítica, ele estava fora do *métier* dele. E eu vi que eu não podia fazer a pesquisa de campo com ele, porque a atitude que apareceu ali a mim mostrou que eu não estava trabalhando com uma pessoa como o Baldus. Foi discípulo de Thurnwald, recebeu um treinamento. Apesar de ser um homem que se lançou à aventura, ele recebeu uma formação básica universitária. E Fernando de Azevedo recebeu uma formação de Escola Superior brasileira mas, de um lado, como seminarista e, de outro lado, como aluno de Faculdade. Então, eu vi que eu não podia fazer uma pesquisa de campo com ele, não havia espaço, não havia como, nós íamos ter conflitos. A menos que eu fizesse como o Antonio Candido, que nunca deu satisfação e como eu tinha feito com Baldus. Mas é que num doutorado não é brincadeira. De repente, quando está no fim, o professor impugna a tese, e aí? Eu comecei a pensar e cheguei à conclusão de que no Brasil o pessoal respeita mais uma pesquisa histórica. Você pega o caso do *Casa Grande & Senzala, Raízes do Brasil*, você vê que os trabalhos

do Oliveira Vianna, os trabalhos que têm repercussão são trabalhos que se voltam para o passado, para a erudição. É como se o intelectual fosse o senhor, fazendo pesquisa ele se tornaria o escravo, o homem do trabalho manual. Eu fiquei pensando: “não, aqui no Brasil não dá para fazer pesquisa de campo”. Só mais tarde vamos criar ambiente para isso. Então eu decidi voltar aos Tupinambá.

Na minha pesquisa sobre os Tupinambá eu tinha descoberto a importância da guerra. E, sem dizer nada ao Fernando de Azevedo, comecei a trabalhar na função social da guerra na sociedade tupinambá, o que deu uma tese acadêmica, uma tese praticamente ao modelo francês. Uma coisa que o Roger Bastide gostaria. Tem uma parte sobre tecnologia guerreira, uma parte sobre estrutura e função da guerra em termos das funções que ela desempenhava na sociedade tribal e, depois, uma parte de conclusões em que eu avanço além daquilo que a reconstrução empírica [interrupção ocasionada pelo fim da fita]. Quando a primeira parte do trabalho estava pronta – a parte sobre tecnologia guerreira, que é uma parte longa, tem cento e poucas páginas, cento e trinta e cinco, cento e quarenta páginas, fora as notas que eu colava para baixo, datilografava e puxava para baixo as notas e depois eu colava – e aí eu entreguei ao Fernando de Azevedo: “Como? Mas o trabalho era sobre sírios e libaneses”. “Eu mudei”. “Como mudou?”. Na reunião eu estava com o Antonio Candido na casa do Fernando de Azevedo. “Como mudou?”. “Mudei, eu acho que não se pode fazer um trabalho com pesquisa de campo quando não se compreende o que é uma pesquisa de campo. E o senhor com o Newton da Silva Rodrigues brincaram com o meu questionário sem saber o que é um questionário. Ele era um questionário elaborado e eu achei melhor, então, trabalhar numa área que nós pudéssemos nos entender mais facilmente”. “Mas você devia ter me consultado”. “Devia, mas se eu o consultasse naquela ocasião eu iria ofendê-lo. Eu preferi encerrar o assunto e trocar de tema”. “Está bom”. Aí ele pegou. No dia do comentário, lá fomos de novo eu e Antonio Candido na casa de Fernando de Azevedo. Ele fez algumas retificações que eu aceitei. Eram mais formais, ele sabia escrever melhor que eu. Agora, onde ele entrava em questões mais sérias, eu dizia: “bom, essa crítica eu tenho de pensar sobre ela”. Agora havia críticas que eu dizia: “essa crítica eu não aceito”. “Não, mas você é obrigado a aceitar”. “Não, não sou não. O trabalho é de minha autoria, não é do senhor”. “Mas como?

Eu sou o orientador da tese”. “Não, o senhor sendo orientador da tese, o senhor pode me arguir e o senhor fala de público o que o senhor não concordar e eu respondo em público” [risos]. Ele olhava para o Antonio Candido assim, dizendo “vai ver que peça você foi arrumar”. Mas o fato é que eu fiz a primeira parte, depois havia uma regra que o assistente devia aprontar a tese, não sei se em dois anos ou em três anos, não me lembro mais, e os assistentes não estavam entregando dentro do prazo. Nunca ninguém se preocupou com isso. E realmente a tendência era pensar a tese num prazo de cinco anos. E o professor Plínio Ayrosa – ele fazia parte de uma das matérias, que a gente era obrigado a fazer duas teses subsidiárias, dois trabalhos subsidiários e um eu tinha feito com o Plínio Ayrosa – mas ele tinha um rancor comigo desde que saiu *A Organização social dos Tupinambá*, porque ele escreveu umas críticas e eu refutei na revista de estudos de história³². De outro lado, eu acho que ele sentia ciúmes de ver alguém entrar na área de estudo dos indígenas e ter êxito. Então, o fato é que ele desenvolveu uma relação ambivalente comigo de simpatia e repulsão. Ele exigiu que se cumprisse o prazo e o conselho técnico-administrativo acabou concordando com isso. O Eurípedes Simões de Paula, que era o diretor da escola, estava contra isso. E ele me chamou: “oh, Florestan, como é que está a sua tese?” “Eu fiz a primeira parte, agora tem a segunda que eu não sei quando vou terminar”. “Não, mas precisa entregar, como é que nós vamos fazer? O Plínio Ayrosa está muito severo, ele vai querer insistir no seu trabalho. O que você tem pronto?”. Eu levei para ele ver. “Ah, isso aqui você embrulha, põe lá nos pacotes entre as teses, você entrega ao Odilon, ele põe entre as outras teses e acabou”. O Plínio Ayrosa vendo o seu trabalho ali, ele não vai duvidar. E, de fato, o volume era grosso, mas eu escrevi um recado: “essa é a primeira parte da tese, a segunda parte está sendo elaborada e eu não sei quando vou terminá-la”, assinei e datei [risos]. Aí, quando chegou no dia o Plínio Ayrosa perguntou: “como é que é? Entregaram as teses?” “Entregaram”. “Todos?” “Todos”. “Também o Florestan?” “Também o Florestan”. “O que é isso daí?”. “Ele tinha dito que ainda estava fazendo”. “O trabalho dele está aí”. Aí houve um interregno e, de repente, ele diz “eu quero ver o trabalho do Florestan”. Aí o Odilon pegou – Odilon Nogueira de Mattos, que era o secretário – tirou a tese

32 A réplica de Florestan Fernandes às críticas de Plínio Ayrosa se encontra publicada, sob o título de “Considerações sobre um comentário à ocorrência de termos tupis em *A Organização Social dos Tupinambá*”, na *Revista de História* (São Paulo, n. 2, ano I, 1950, p. 253-258).

e entregou para ele. Ele desamarrou, olhou: “veja, olha o que ele escreveu aqui”. Aí o Fernando de Azevedo falou “olha” – deve ter dado uma boa gargalhada e nós todos nos divertimos às custas disso – ele disse: “Olha, Florestan tem uma tese. Eu sou o orientador dele. Se ele quiser fazer o doutorado amanhã, ele tem o doutorado dele com essa parte que está pronta. Agora, é ele que quer fazer um trabalho de maior envergadura, de melhor qualidade, e somos nós que estamos querendo que ele entregue o trabalho num prazo de tempo insuficiente. De modo que vocês têm que decidir o que vocês querem: uma tese melhor ou uma tese pior?”. Aí todos puseram em votação e prevaleceu a ideia de que, então, eu deveria ter mais tempo para fazer a tese. E aí o Plínio Ayrosa disse: “se o Florestan vai ter mais tempo, todos vão ter direito a mais tempo porque não é justo” [risos]. Quando eu acabei o trabalho, ele foi apresentado, teve um êxito grande. Foi aprovado com dez, tendo dez, tinha mérito. E depois o Fernando de Azevedo propôs louvor. Quer dizer que foi aprovada com todas as...

Eu fiz a Livre-Docência em [19]54, mas aí já estava na cadeira do Bastide. A passagem para a cadeira do Bastide se deu por iniciativa dele. Ele custou a voltar para a França porque Madame Bastide queria que ele fosse para Paris e não para a província. Ele poderia ir para Bordéus, que é uma Faculdade muito importante, mas a Madame Bastide não aceitou e, no fim, o professor Bastide foi de fato para Paris. Foi lecionar na Escola de Altos Estudos e teve até um centro criado de pesquisa na área de psicologia patológica³³. Formou um grupo que trabalhava principalmente com pessoas que vinham da África, com alunos com problemas de ajustamento na família. O professor Bastide num dado momento, 1952, viu que ou ele encerrava a carreira no Brasil, ou ele não saía mais do Brasil. Então ele começou a intensificar as negociações para ele voltar porque ele estava sendo vítima da dedicação dele ao Brasil. Durante o tempo em que ele ficou fora, outros passaram na frente. Embora ele fosse conhecido e tivesse importância, havia outros que estavam presentes, competindo diretamente lá. Ele decidiu então intensificar as negociações e decide que vai voltar. Propõe ao Departamento de Sociologia e Antropologia que ele deveria ter uma pessoa que pudesse ser o substituto dele e que, do ponto de vista dele, quem

³³ De acordo com Maria Isaura Pereira de Queiroz, Roger Bastide “criou [...] em 1961-1962 o *Centre de Psychiatrie Sociale*, que dirigiu até sua morte, em 1974”. Ver Maria Isaura Pereira de Queiroz. Nostalgia do outro e do alhures: a obra sociológica de Roger Bastide. In: Maria Isaura Pereira de Queiroz (Org.). *Roger Bastide*. São Paulo: Ática, 1983, p. 8.

poderia substituí-lo era eu. Mas eu estava trabalhando na outra cadeira, na cadeira de Sociologia II, com o Fernando de Azevedo. Fernando de Azevedo não gostou disso, dessa iniciativa. Mas o Departamento aprovou, achando que o professor Bastide tinha razão e que a escolha que ele tinha feito estava muito boa, que eu realmente tinha credenciais para substituí-lo. Aí eu passo a trabalhar para os dois, porque na cadeira do Fernando de Azevedo eu tinha tempo integral. O tempo integral o Fernando de Azevedo conseguiu quando o [José Carlos de Macedo] Soares, aquele que foi embaixador, foi governador do Estado... Eu sei que, graças à amizade dele com essa pessoa, ele conseguiu tempo integral para a cadeira. Aí eu e o Antonio Candido tivemos também tempo integral. No começo o Fernando de Azevedo queria que nós ficássemos lá de manhã até à tarde. Nós tivemos que ter uma discussão com ele para explicar a ele que tempo integral não era horário comercial e que ele estava prejudicando o nosso trabalho. No fim ele chegou à conclusão que nós tínhamos razão e voltamos a trabalhar em condições mais favoráveis para nós. Porque aí eu pude largar outras atividades, concentrar mais na carreira e a minha produção subiu muito. Macedo Soares é o nome do governador. Na cadeira do Bastide só ele tinha tempo integral, os assistentes tinham tempo parcial. E isso me obrigaria a voltar ao *statu quo ante*, quer dizer, eu teria de me conformar em ter condições de trabalho insatisfatórias. O Fernando de Azevedo não fez nenhuma força para me ajudar a ter o tempo integral. Se ele quisesse, ele conseguiria, mas ele ficou quieto. Eu que cheguei a ter treze aulas por semana, quinze aulas porque acumulava as aulas nas duas cadeiras, não recebia mais porque eu não queria acumular, prejudicando a Universidade e tive o volume de trabalho duplicado. Até que chegou uma situação em que eu ia explodir. Eu aguentei isso acho que um ano, um ano e pouco. No fim eu explodi. Procurei o Zeferino Vaz, uma pessoa que no conselho universitário tinha muita influência. Procurei um amigo meu, que era também amigo do Maneco, trabalhava com o Maneco e era sogro do [Lucas Nogueira] Garcez, Governador de São Paulo, era seguidor político do Adhemar [de Barros], se elegeu graças ao Adhemar. Falei com o Secretário Geral da Universidade, que tinha sido secretário na Faculdade de Filosofia. Quer dizer, eu armei o terreno. Em uma semana eu obtive o tempo integral. Nesse ínterim, o Fernando de Azevedo soube que eu estava resolvendo a coisa sozinho, então ele conversou comigo na janela da pequena sala

que ele ocupava, reclamando que eu não tinha apelado para o auxílio dele, e que nós deveríamos ter uma conversa de coração para coração e que assim ele me ajudaria a resolver o problema. Eu disse: “olha, doutor Fernando, o senhor teve muito tempo para ajudar, não ajudou. Com o senhor agora eu só falo de cabeça para cabeça”. Aí as lágrimas rolaram nos olhos dele. Eu o abracei, não contive a emoção. Foi uma cena emocional e disse: “está bom, então se o senhor quer ajudar, o senhor ajuda. Se a ajuda de estranhos é boa, imagine a sua”. Fiz a transferência. Ele tinha planos a respeito da minha carreira e do Antonio Candido e botou na cabeça que ele é que ia determinar como que nós íamos seguir o nosso caminho. E cada um percorreu uma trajetória totalmente diferente da que ele pensava. Eu vim trabalhar com o Bastide, assumindo a cadeira, sendo colega dele. E o Antonio Candido debandando para a literatura também foi uma decisão difícil, eu tive que conversar com o próprio Fernando de Azevedo futuramente, para ele não atrapalhar o Antonio Candido e cooperar. O Antonio Candido acabou fazendo a carreira dele como um dos intelectuais mais brilhantes e talvez, eu acho, ele é um modelo universitário no Brasil. Como modelo universitário de alto padrão nós não temos outro, até agora. Ele atingiu o clímax no padrão de carreira que um intelectual pode alcançar numa universidade e na área da literatura. Ele poderia ter feito a mesma coisa na Sociologia, porque o livro *Os Parceiros do Rio Bonito* mostra que ele poderia ir tão longe quanto ele quisesse e outros trabalhos que ele publicou, não só... *Literatura e Sociologia*³⁴.

Agora, por aí você tem o percurso: o Bastide em [19]54 ainda estava em São Paulo, eu fiz a Livre-docência na cadeira do Bastide, como assistente do Bastide. Eu escolhi o funcionalismo como assunto. Mas eu entendia o funcionalismo não a partir da posição do Parsons e, principalmente, dos autores mais recentes, que ficaram fazendo uma espécie de metafísica da sociedade, a sociologia formal. Eu entendia em termos da orientação durkheimiana, do Marcel Mauss, do [Richard] Thurnwald, Malinowski, era uma sociologia descritiva: com que tipo ela vai lidar, quais são os tipos sociais. Aquele norte-americano que era do grupo da Escola de Chicago, o nome dele não me vem à memória agora. Ele era um autor importante na Escola de Chicago e fala em tipos empíricos³⁵.

34 Florestan Fernandes talvez quisesse se referir ao livro “Literatura e sociedade”: ver Antonio Candido. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

35 O sociólogo a que faz menção Florestan Fernandes é Ernest W. Burgess, citado em *Fundamentos empíricos da expli-*

Agora, a reconstrução e a explicação de tipo empírico exigem também um mínimo de teoria. A análise sociológica não é uma fotografia. Então, se você pega *A Organização Social dos Tupinambá*, os trabalhos sobre folclore que eu fiz, os estudos sobre, por exemplo, os Nuer, de [Evans-] Pritchard, você vai encontrar sempre um ligamento teórico por baixo. Portanto, não é aquela tradição que se fincou na sociologia norte-americana, que é a sociologia formal, *função* com relação à sociologia formal, coisa que se define de Parsons em diante. O próprio Merton fica ainda no limite da relação entre o empírico e o teórico. Todos os trabalhos que eu tinha feito sobre Folclore, sobre os Tupinambá, a tentativa dos trabalhos sobre os Sírios e Libaneses, todos eles me levaram a adquirir uma experiência grande com relação ao método de interpretação funcionalista. O próprio Mannheim falava em método de interpretação estrutural-funcional. O Renner, quando trata de função, no livro dele sobre instituições jurídicas, ele também toma uma abordagem que permite compreender a função em relação com a história. Então, como eu tinha de fazer uma tese num tempo curto, eu resolvi pegar esses aspectos metodológicos que estavam por trás e por cima dos trabalhos que eu tinha feito e das leituras que desembocaram na compreensão que eu adquiri de um estudo de uma sociedade tribal ou então de tradições populares. Daí o fato de eu escolher o método de interpretação funcionalista. O Roger Bastide não gostava muito da explicação funcional, ele preferia uma abordagem na qual ele trabalhasse mais com a realidade num plano comparado e essa comparação era feita em termos dos trabalhos realizados por diferentes autores. Não uma síntese teórica, mas uma tentativa de reflexão que nascia de uma convergência de investigações. Em três meses eu escrevi o trabalho e apresentei. Agora, aí surge o problema que a Faculdade de Filosofia não tinha o número de catedráticos para ser independente do Conselho Universitário. Aí o Eurípedes queria que eu fizesse, não livre-docência, mas concurso de cátedra. Aí eu me recusei. Se você quiser fazer concurso de cátedra, você abra e faça. Eu não faço. Eu me proponho a fazer livre-docência e não vou além disso. Aí ele concordou. O Bastide aceitou a tese. Ele leu a tese, aceitou. Isso era dispensável porque a tese de livre-docência era de responsabilidade

.....
 cação sociológica como responsável pela ideia de “tipo empírico”: “[...] a construção do que se poderia chamar, de acordo com Burgess, de *tipos empíricos*, que reproduzem o fenômeno concreto no estado em que ele é considerado pela investigação científica” (Florestan Fernandes. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. Rio de Janeiro: LTC, 1978, p. 11).

do concorrente. A banca foi composta e nós chegamos sempre a quatro pessoas porque me arguir numa área teórica assustou muito as pessoas. Os que tinham uma amizade por mim ou que presumiam que tinham uma formação teórica aceitaram fácil. O Fernando de Azevedo, o Mário Wagner Vieira da Cunha, já o Baldus mais para cooperar comigo do que por prazer, embora fosse um assunto no qual ele não era hóspede. Eu não me lembro qual era o quarto. O difícil foi arranjar o quinto. O Eurípedes Simões de Paula decidiu que não podia compor a banca. Eu disse: “não, não podemos fazer isso, eu preciso da livre-docência, eu não quero assumir a cadeira sem ser livre docente!”. Ele disse: “Então você me arruma um nome”. Eu liguei para algumas pessoas, ninguém, todos quando sabiam do assunto, por aqui [faz com as mãos o gesto de fuga, escapular]. Aí eu liguei para o Octávio da Costa Eduardo e disse: “olha, eu estou aqui na diretoria da Faculdade, está havendo esse problema e eu queria que você fizesse o favor de aceitar o convite porque, se você não aceitar, nós não podemos compor a banca”. Ele disse: “Eu? Fazer uma arguição sobre um trabalho teórico seu? Você está doido, jamais!”. Eu falei: “não, eu acho que você tem condições porque você trabalhou com Herskovits, um grande adversário da... – ele era adepto do difusionismo e grande adversário da corrente funcionalista – portanto você, já por formação, está com as críticas na ponta da língua, precisa nem pensar no meu trabalho, meu trabalho é um episódio à margem”. Ele pediu para falar com o Eurípedes, falou com o Eurípedes e no fim aceitou. E aí fiz a livre-docência. Fui aprovado com 9,6 ou 9,9 ou 9,8, eu não sei. O Bastide tirou meio ponto. Todos me deram a nota máxima, ele tirou meio ponto, que ele não ia com o assunto. Engraçado porque ele era muito pró-Durkheim. Eu fiquei danado da vida. Na hora recebi aquilo como se fosse um desaforo, depois eu vi que era bobagem. No ano seguinte Bastide já não voltou. E eu fiquei como assistente. Já era mestre, doutor e livre-docente. Eu era assistente comissionado na posição de professor, em exercício de outro cargo. Me afastei do cargo originário e passei a ser um professor contratado e fiz tudo para formar um grupo novo. O Bastide vinha trabalhando com a Maria Isaura e o Fernando Henrique. A Maria Isaura se candidatou e ele queria que eu aceitasse, mas quem foi responsável foi ele. O Fernando Henrique eu que tinha escolhido e o Bastide endossou. Eram auxiliares de ensino. Eu tinha reservado o Fernando Henrique na cadeira da Alice Canabrava, mas depois eles tiveram

um conflito, teve de criar o cargo, então ele foi trabalhar conosco, quer dizer que, durante parte de [19]54, ele trabalhou com o Bastide e junto comigo. Depois eu pensei em fazer a Cadeira crescer. Nós tínhamos feito a pesquisa sobre relações raciais. Eu queria estender a pesquisa para o Sul e depois para o Centro-Oeste para fazer uma análise comparada. Para o Sul foi o Fernando Henrique, foi o Renato Jardim Moreira, foi o Octavio Ianni. Fizeram um *survey* em Porto Alegre, Curitiba e Florianópolis. O Renato desistiu. O Octavio Ianni e o Fernando Henrique fizeram mestrado com a parte de cada um no estudo, aproveitando os dados do *survey* sobre Florianópolis.

Sétima entrevista com Florestan Fernandes

Anos 1950

Brasília, 29 de maio de 1991

[...] especialmente na década de [19]50, [...] me coloquei na relação com a sociedade em termos de professor da universidade, isto é, de intelectual que debate problemas de interesse coletivo.

EV – Eu gostaria de abordar o período de funcionamento do CESIT [Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho], quais os projetos que foram desenvolvidos e a relação disso com sua atuação política?

FF – Assim, especialmente na década de [19]50, eu já falei várias vezes que me coloquei na relação com a sociedade em termos de professor da universidade, isto é, de intelectual que debate problemas de interesse coletivo. Então eu dependia de convites para fazer conferência, ou de debates, ou então de atividades de movimentos que nasciam dentro da universidade, ou através de movimentos como o da reforma universitária, as reformas de base etc. É claro que a questão de entrar para o Partido Comunista não se colocou mais porque, depois da participação no movimento trotskista, aos poucos eu refiz amizades com várias pessoas da esquerda, como o Caio Prado Jr. e algumas outras que nunca refletiram aquela atitude intransigente do pessoal do partido. Mas era uma atitude delicada, porque basta dar um exemplo: eu não me lembro se foi em [19]46 ou [19]47, no intervalo das aulas eu saí com o Darcy [Ribeiro]¹ – a Escola de Sociologia e Política funcionava na parte de cima da Escola Álvares Penteado, no Largo São Francisco – nós saímos os dois para tomar café. O Darcy era graduado e eu era estudante pós-graduado. Ele e a Berta tinham relações muito cordiais comigo. Nós estávamos os dois sozinhos, conversando, fomos a um café que ficava ali na José Bonifácio, ali pertinho, era só atravessar uma ruazinha pequena. Só para você ter uma ideia de como eram tensas as relações. Ele [Darcy] era do Partido [Comunista]. Mas ele estava todo feliz conversando comigo, tomando café e tal. Chegou o Hermínio Sacchetta e, quando ele me viu, foi falando “oh, professor!”. Eu já era professor na USP, não é? Foi me abraçar muito contente. Ele era muito alegre, muito expansivo. Então ele foi falar comigo.

1 Darcy Ribeiro (1922-1997) se formou em Antropologia (1946) pela Escola Livre de Sociologia e Política.

Quando o Darcy viu a minha atitude para com o Sacchetta, ele também teve uma atitude simpática. Aí eu falei: “olha Darcy, eu quero apresentar você a um amigo meu jornalista”. Aí ele ficou ainda mais simpático. “Da *Folha da Manhã*”. Aí eu falei o nome: “Hermínio Sacchetta”. Ele [Darcy] estava com a mão assim [fez o gesto de mão estendida para cumprimentar alguém]. “Ah!”, abaixou a mão, virou e saiu do café. Quer dizer, era um negócio entranhado. Quer dizer, eu não estava nessa situação porque eu não tinha chegado a ser um militante do Partido Comunista. Mas era o problema pessoal do Sacchetta, para você ver a que extremo chegava. Isso vale como um exemplo típico-ideal. Ele [Sacchetta] chegou a ser uma das autoridades, foi secretário do partido em São Paulo e depois chefou uma rebelião. Era um apóstata do ponto de vista religioso [...]

EV – Como ele [Sacchetta] se sentia diante disso?

FF – Ele ficou amargurado porque os ataques foram muito violentos. Há um romance no qual Jorge Amado o descreve de uma forma muito degradante para ele². De outro lado, no meio jornalístico havia muitos intelectuais comunistas, então ele estava sujeito a esse embate contínuo. Comigo já a coisa foi um pouco mais suave e vários amigos que eram do Partido Comunista, como eram intelectuais, tinham uma atitude mais tolerante. Eles eram da Universidade, como o Mário Schenberg, como o Caio Prado que estudou na Faculdade de Direito, frequentava a Faculdade de Filosofia. Quer dizer, eram pessoas que tinham um descortino maior, que conviviam com os adversários políticos e podiam conviver muito bem com os companheiros de caminho que divergiam do Partido Comunista. Agora, a minha atividade acabou se tornando uma atividade irregular porque, dentro da universidade, através da condição de professor assistente eu tentei mobilizar os professores assistentes para medidas de transformação da Faculdade de Filosofia da USP.

EV – Poderia fazer uma pergunta, que está me passando agora? O senhor, naquele momento nos anos [19]40, por ser um intelectual padrão – estudante, professor, todo o esforço que o senhor descreveu para a gente – não haveria na universidade, além do fato de ser tudo clandestino?

2 O romance de Jorge Amado a que se refere Florestan Fernandes se intitula *Os subterrâneos da liberdade*, em que a luta política no interior do PCB culminando com a cisão de Hermínio Sacchetta do Partido é narrada de forma aviltante para este último, qualificado ao longo do livro de “lacaio da burguesia”, “bandido”, “traidor”, “delator”, “cretino”, “canalha”, dentre outros (Jacob Gorender. Epílogo para um romance à revelia do autor. In: Hermínio Sacchetta. *O caldeirão das bruxas e outros escritos políticos*. Campinas: Pontes / Editora da Unicamp, 1992, p. 156).

tino, uma certa resistência de ver no senhor uma pessoa de esquerda, um militante político? Essa atitude do Darcy, ele não esperava talvez, inclusive, que o senhor se relacionasse com o próprio Sacchetta. Para ele foi também uma revelação.

FF – Mas ele não mudou as relações comigo, ao contrário. Muitos colegas, eu contei a você, iam à minha casa buscar o nosso jornalzinho [Florestan Fernandes se refere ao jornal do PSR].

EV – Mas esses eram, de fato, os que viveram esse momento. Talvez na década de [19]50 isso tenha sido mais dissociado.

FF – Não, porque na medida que... o fim da década de [19]50 [Florestan Fernandes, de fato, está analisando o fim da década de 1940] é um princípio de retomada de condições para criar democracia e havia uma inquietação, naturalmente, dos setores que exerceram dominação sob o Estado Novo. Estavam no poder, o [Eurico Gaspar] Dutra era o garante desses setores. Ele foi posto no lugar de candidato à presidência por causa disso. Para garantir uma transição fria, sem choques. Houve aquele golpe da expulsão dos membros do Partido Comunista do Congresso, do Parlamento³. Mas aquilo afetou muito mais a esquerda comunista do que o resto da esquerda, porque a esquerda sempre se dividia muito e como o Partido Comunista, naquele momento, no fim da luta contra o Estado Novo, tomou uma posição que confrontava com o resto da esquerda, a simpatia pelo PC não era tão grande assim entre os que não eram comunistas. Eles [do Partido Comunista] tentavam aliciar, atrair intelectuais, levar gente para reuniões, debates, mas havia uma espécie de resistência passiva, porque ninguém esqueceu aquilo, havia ainda um ressentimento porque ninguém compreendeu a jogada que havia por trás da decisão do partido de apoiar o Getúlio. E até hoje a maioria dos que viveram naquela época não sabem se o partido agiu certo ou se agiu errado, exatamente porque o Dutra ficou como uma espécie de prolongamento disfarçado do Estado Novo e com gente que era muito conservadora, muito detestável politicamente. Isso dá uma certa razão ao Partido Comunista. Mas as pessoas, em geral na esquerda, pensavam em termos muito mais abstratos, subjetivos ou voluntaristas, se você quiser. Aquilo, em vez de fortalecer a oposição contra os conservadores, enfraqueceu, não é? Porque ninguém dissociava o Getúlio, naquele momento, dos que deram o golpe dentro daquela cúpula civil-

3 A cassação do Partido Comunista do Brasil (PCB) ocorreu em 1947, durante o Governo Dutra.

-militar. O golpe era contra o Getúlio, quer dizer, foi uma espécie de cisão palaciana com o apoio externo da ultradireita. E o próprio Getúlio era responsável tanto pelo PSD quanto pelo PTB. Os vínculos dele [Getúlio] com o Dutra eram ainda fortes. O Dutra tinha sido Ministro da Guerra dele. Contra ele [Getúlio] seria muito difícil que o Dutra conseguisse vencer as eleições. Então havia uma atitude de simpatia que não era tão grande como fora antes, porque o mito do Luís Carlos Prestes sobe enquanto ele é o herói que está na prisão; quando ele sai da prisão, vai para a praça pública e faz discursos. Ele lotava. Para onde ele fosse, ele enchia o espaço de gente. Pacaembu nunca esteve tão lotado quanto no comício do Prestes. Mas ao mesmo tempo ninguém esquecia aquele episódio [apoio do PC ao Getúlio]. O partido teve um momento forte ali porque ele ressurgiu das cinzas, conseguindo formar uma boa bancada, tendo um desempenho positivo aqui – aqui não, no Rio – na Assembleia Nacional Constituinte [1946]. Foi um partido que coordenou as forças mais avançadas do país e teve uma atuação saliente. Mas havia muita confusão a respeito da avaliação do Partido Comunista. E o pessoal do PC, por sua vez, tinha ressentimentos; por outro lado, odiavam aqueles que, fora do contexto brasileiro, estavam ligados com uma corrente antistalinista. O partido, quando ressurgiu a liberdade eleitoral, ele está dominado por uma orientação Cnopista, da CNOP [Comitê Nacional de Organização Provisória]. E essa orientação era muito conciliadora, muito de colaboração de classe. A extrema esquerda, os intelectuais mais independentes não tinham como se identificar com o partido. Eventualmente numa situação de conflito apoiariam, não? Se o Luís Carlos Prestes ou qualquer um desses líderes aparecesse na casa de alguém para se esconder, ele encontraria abrigo. Havia uma solidariedade passiva, mas não havia uma simpatia ativa. E a luta naquele momento se tornou uma luta institucionalizada. O aparelho propriamente subterrâneo só foi restabelecido para o Partido Comunista. O próprio partido se reestabelece com golpes muito sérios porque o DOPS [Departamento de Ordem Política e Social] tinha informações muito amplas a respeito dos grupos clandestinos e dos líderes mais importantes. Quer dizer que a atividade clandestina entrou num declínio e, de outro lado, de esperanças de uma recuperação do espaço político para construir uma sociedade democrática. Era uma esperança e todos estavam apostando nisso.

Os intelectuais que estavam na universidade nesse momento deslocam seu foco de atenção muito mais para a carreira, para a realização de

pesquisas, redação de teses. Enfim, a universidade tem como grupo institucional a sua vida própria e ela interage com a sociedade em determinados pontos, especialmente quando a sociedade procura. A universidade nunca teve no Brasil um papel saliente de buscar ela própria romper as limitações da cidadania, aquele papel diretor que a universidade deveria exercer sempre esteve abafado. Os que eram chamados, os que eram convidados, eram aqueles que pareciam mais ou menos exponenciais no campo em que trabalhavam, ou que participavam de movimentos políticos. Eu, como escrevi em jornais, levava uma certa vantagem, recebia mais convites. Mas assim mesmo a maioria dos convites era para trabalho puramente acadêmico. Havia uma tentativa de estabelecer pontes entre a Universidade de São Paulo, que era muito importante, com Minas, com o Rio, com o Rio Grande do Sul, que eram núcleos mais ativos. E outros centros, menos ativos, convidavam os intelectuais, recebiam as visitas. A idade não era limite para a atividade, mas de outro lado nós tínhamos múltiplas ocupações. Eu tinha vários projetos de trabalho na Cadeira. Podia sair, fazer conferência, mas também não tanto. O tempo que sobrava para isso não era um tempo muito extenso. Agora, um canal de politização era o contato com os estudantes, não na universidade, porque na universidade eventualmente através de uma leitura ou outra podia haver uma abertura de perspectivas. No curso que analisa, por exemplo, os problemas da sociedade contemporânea através de uma perspectiva, vamos dizer, de Mannheim, ou do grupo de Chicago, ou da sociologia aplicada, eu desenvolvi aquele esquema de relação entre teoria, pesquisa básica, teoria e pesquisa aplicada. Isso era uma maneira de colocar dentro do raciocínio do estudante um esquema interpretativo dialético. Isso foi pioneiro, rasgou um horizonte... Até no Canadá isso aí foi novidade [risos]. Até no Canadá, quer dizer que eu levei longe o negócio. Agora, o contato se dava fora porque se desenvolveu entre os estudantes, aos poucos, uma tendência a formar uma espécie de compensação do isolamento da vida universitária. É claro que esse isolamento não era o mesmo que existe hoje na USP, lá na Cidade Universitária. Os estudantes começaram a fazer festas, convidar os professores. E aí houve dois desenvolvimentos paralelos: de um lado, uma nova frente de relação entre professores e estudantes no plano sentimental e outro no plano político. São duas coisas que correm paralelamente, mas não se concentram na atividade política porque não havia um partido, não havia uma fonte de agregação de aspirações

contra a ordem. E a tendência era mesmo de reforma social. A tendência mais profunda que havia depois da desagregação do Estado Novo, especialmente nos meios acadêmicos e dos que entravam em contato com o meio acadêmico, era confiar na reforma social, quer dizer, a revolução democrática, o desenvolvimento econômico, a luta contra o analfabetismo, a consolidação da escola pública e a transformação da escola pública, o combate à pobreza, a secularização da cultura. Secularização da cultura e democratização do ensino eram dois polos que se voltavam para a consciência social dos estratos mais alienados, que eram exatamente constituídos pelos setores pobres da população, pelos trabalhadores. Agora, eu, como tinha ligações com alguns sindicatos, fazia exposições, conferências ocasionais em sindicatos. Fiz muitas conferências no interior e fora do Estado de São Paulo.

EV – Que tipo de sindicato?

FF – Vários, os que tinham coragem de convidar: vidreiros, os que trabalhavam com papel, metalúrgicos. São Paulo, eu já falei isso para você, São Paulo era uma cidade burguesa, industrializada, em constante ebulição, com população que se renova. Então, mesmo que a universidade quisesse se isolar, a universidade [Florestan aqui talvez quisesse dizer “cidade”] estava sempre pressionando, tanto a partir de baixo, quanto a partir de cima. A partir de cima tirando mais proveito e com menos ruído e, a partir de baixo, através de instituições que serviam os setores que pertenciam à classe operária, que dispunha de sindicato etc. Aí eles tinham ambiente para se fazer a exposição. Eu não me lembro disso, mas uma vez estive num debate no sindicato dos jornalistas e um líder operário lá me lembrou que eu dei um curso no sindicato dele. Eu esqueci desse curso, eu não lembro mais e o grande orgulho dele era ter feito aquele curso com o Florestan. Mas eu fiz tanta coisa simultaneamente que eu perdi a memória de muitas atividades. Elas desapareceram no horizonte porque são coisas que você faz e eu fui treinado para esquecer. Houve momentos em que se me torturassem eu próprio não saberia dizer coisas porque o meu treinamento era para pôr o negócio na cabeça e evaporar. Não era para ficar fixado. Quer dizer que a operação policial para retirar, por tortura, a informação teria de ser psicanalítica, porque era uma recuperação do inconsciente [risos]. Eu fazia as coisas e esquecia. Isso era muito bom para mim. Agora, eu já contei que a primeira conferência foi na própria

Faculdade de Filosofia. Não, a primeira foi lá no Paraguai e a segunda foi na própria Faculdade de Filosofia: uma sobre os elementos étnicos na formação brasileira, no Paraguai, e a outra foi sobre a educação nos grupos infantis, que foi dada no salão nobre da Faculdade de Filosofia⁴. E depois, daí em diante, o volume de conferências foi aumentando. Há uma tentativa dos professores – porque a política também se voltava para dentro da Instituição – há uma preocupação dos professores de renovar a universidade, de remover da Faculdade de Filosofia os traços arcaicos que ela recebeu, através da estrutura da universidade, das antigas Escolas Superiores, mas isso foi uma falha. Nós passamos a década de [19]50, por exemplo, lutando por uma porção de transformações e, no início da década de [19]60, nos aliamos aos estudantes deliberadamente para tocar essa [renovação] – o setor de esquerda, porque esta renovação abrangia também setores do centro. Mas na década de [19]60 o setor de esquerda se desprende da preocupação de transformar por dentro e vai buscar o apoio dos estudantes e da sociedade para transformar a partir de fora. É por isso que em [19]60, na primeira Conferência Nacional de Reforma Universitária, que foi feita em Salvador, patrocinada pela UNE, eu fui, o [Octavio] Ianni e outros. Eu fui o principal orador. Nós ficamos lá, fizemos as conferências e daí de diante nós tivemos uma extensa colaboração com os estudantes. Ao mesmo tempo veio a Campanha em Defesa da Escola Pública⁵, que começa no fim da década de [19]50 e, em função do Projeto Carlos Lacerda vai até [19]62, até o momento em que o Jango trai o setor, vamos dizer, libertário e radical.

4 A primeira conferência, intitulada “Elementos Étnicos na Formação Brasileira”, foi proferida no auditório da Universidade de Assunção, no Paraguai, em 21 de julho de 1943. A segunda, sobre “A educação nos Grupos Infantis”, pronunciada menos de um mês após a primeira, realizou-se no auditório da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em 13 de agosto de 1943.

5 Como afirma Eliane Veras Soares (*Florestan Fernandes: o militante solitário*. São Paulo: Cortez, 1997, p. 54), “a mobilização em defesa da escola pública foi uma reação de diversos segmentos da sociedade, notadamente de educadores e intelectuais, às investidas dos mantenedores da escola particular com o apoio da Igreja Católica contra o projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, elaborado dentro dos princípios e ideias liberais dos conhecidos ‘pioneiros da educação nova’. O projeto original, elaborado em 1948, foi preterido pela Câmara dos Deputados em razão do substitutivo apresentado pelo então deputado Carlos Lacerda, representando os interesses privatistas e confessionais. A Câmara aprovou no início de 1960 um projeto de lei que incorporava as principais reivindicações dos setores privatistas [...]. A aprovação desse projeto de lei foi o estopim de uma série de manifestações organizadas pelos setores educacionais e por entidades sindicais interessadas na defesa do ensino público. O lançamento oficial da Campanha ocorreu em maio de 1960 com a realização, em São Paulo, da I Convenção Estadual de Defesa da Escola Pública”. Apesar das intensas mobilizações em todo território nacional, uma das principais reivindicações da Campanha, o fim da destinação das verbas públicas para o ensino privado, não foi alcançada devido ao recuo de João Goulart, então presidente da República, em não vetar alguns pontos do substitutivo de Carlos Lacerda.

Oitava entrevista com Florestan Fernandes

A Campanha em Defesa da Escola Pública e a Universidade no Brasil

Brasília, 27 de junho de 1991

... na polêmica que eu fiz com o Guerreiro Ramos, ele falava de uma pesquisa semicientífica. E eu dizia que, exatamente por nós sermos um país pobre e atrasado, a pesquisa tinha de ser uma pesquisa totalmente científica, uma pesquisa que nos desse conhecimento da realidade e que permitisse intervir na realidade. Se não era verdadeira, de que nos adiantaria, não é?

Agora, se você recebe uma massa de recursos, manda todos os talentos para o exterior, no fundo você sofre um processo de colonização.

A elite brasileira via o Brasil de cima para baixo, enquanto que nós, não. Nós aqui víamos em termos de um passado, de um presente, de um futuro, engajados dentro de uma realidade que nós queríamos transformar. Então eu não queria recursos que nos submetessem a um imperialismo cultural, aguçando a dependência numa área vital, porque é área de educação, de pesquisa científica, de formação da cultura, de produção de conhecimento. Era uma responsabilidade do professor recusar.

EV – Eu gostaria que o senhor falasse sobre o seu envolvimento e a sua participação na Campanha em Defesa da Escola Pública.

FF – Bom, sobre isso aí você tem n’*A sociologia numa era de revolução social*¹ um capítulo, logo no começo, que é uma introdução sobre ciência no Brasil, depois tem uma análise da sociologia como realização, como ação, qualquer coisa assim², e depois tem, talvez, uma conferência que eu fiz em Belo Horizonte ou uma comunicação que eu mandei para um Congresso Internacional de Sociologia. Há um trabalho que foi publicado, que era dessa comunicação, sobre o sociólogo como *policy-maker*. Eu praticamente descrevo ali o meu envolvimento na Campanha em Defesa da Escola Pública³. É uma espécie de estudo de caso, mostrando quantas

1 Florestan Fernandes. *A sociologia numa era de revolução social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

2 Florestan Fernandes se refere ao ensaio “A sociologia como afirmação”, publicado em *A sociologia numa era de revolução social* (1976).

3 Trata-se do ensaio “A comunicação entre os sociólogos e o grande público”, trabalho apresentado na seção *The Sociologists, the Policy-Makers and the Public* do V Congresso Mundial de Sociologia, realizado de 2 a 8 de setembro de 1962 em Washington, depois reproduzido em *A sociologia numa era de revolução social* (1976).

exposições eu fiz e há muitas reflexões sobre a relação com a sociedade. Depois no livro sobre *Educação e sociedade no Brasil*⁴. No livro do Roque Spencer Maciel de Barros⁵, na introdução ele se refere à minha participação na Campanha. Depois surgiram outros, mas eu não leio o que escrevem a meu respeito. Eu quero ficar incógnito. Dadas as deformações que atingiram o intelectual brasileiro, eles tentam se justificar perante as suas responsabilidades, acabam se tornando medalhões e perdem a cabeça, não? Ficam pensando que são grande coisa, que estão acima dos outros. Eu acho que eu não fui escolhido para a adoração em massa que fizeram em torno dos autores que são autores da ordem, exatamente porque eu sempre me coloquei como uma pessoa em questão. Mesmo quando não era conhecida a minha atividade de esquerda – ela era dissimulada –, mesmo aí o pessoal sabia que eu era uma pessoa voltada contra a ordem. Nesse mesmo livro, *A sociologia numa era de revolução social*, aquela análise sobre a resistência à mudança... Não, esse está em *Mudanças sociais no Brasil*: primeiro foi introdução, depois passou a posfácio, uma reflexão sobre a mudança como problema político⁶. Mas n’*A sociologia numa era de revolução social* há uma análise sobre a mudança social, é no fim do livro⁷. Depois nós nos colocamos até contra a posição do ISEB [Instituto Superior de Estudos Brasileiros]. Nós participamos do movimento porque o movimento não é você que cria, não é você que fundamenta. Você também não pode ser responsabilizado por participar de um movimento. É o que a sociedade oferece a você para realizar uma luta contra a ordem. Mas nós nos colocamos contra a ênfase no desenvolvimento sem uma ênfase concomitante na democracia, que é o eixo da minha reflexão na “Sociologia como ação” [“A Sociologia como afirmação”, ensaio publicado em *A sociologia numa era de revolução social*]. Eu não me lembro mais o título que eu dei a esse discurso como presidente da Sociedade [Brasileira] de Sociologia. Essa ênfase no desenvolvimento, ela é típica da mentalidade tradicionalista brasileira, das elites brasileiras. Todos expropriam alguém, cada qual expropria o que está mais perto, o que pode expropriar. Então,

4 Florestan Fernandes. *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus, 1966.

5 Roque Spencer Maciel de Barros (Org.). *Diretrizes e bases da educação nacional*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1960.

6 O texto de *Mudanças sociais no Brasil* a que faz alusão Florestan Fernandes corresponde à introdução do livro em sua primeira edição, de 1960, intitulada “Atitudes e motivações desfavoráveis ao desenvolvimento”. Na segunda edição, de 1974, esse texto é substituído por uma nova introdução – que indica as transformações globais no pensamento político e sociológico do autor – e deslocado para o apêndice ao final do livro.

7 Trata-se do ensaio “Reflexões sobre a mudança social no Brasil”, no qual Florestan faz uma reflexão aprofundada da “resistência à mudança”, tendo sido reproduzido em *A sociologia numa era de revolução social* (1976).

aí você não pode poupar ninguém, desde o sujeito que está lá no topo até o sujeito que está nas classes intermediárias. Quem está na classe intermediária tem medo de se proletarizar, então sofre um processo de radicalização, mas que nasce do medo, nasce do medo de cair mais ainda e ser reduzido à miséria, não? Não por uma identidade democrática. Não se entende que acelerar o desenvolvimento pode ser acelerar desenvolvimento para o grande capital internacional, para o grande capital nacional, para a centralização da economia no Estado, sem que o Estado devolva depois os resultados na forma de serviços sociais. Se devolvesse, aí nós não teríamos um sistema educacional como o que nós temos, nós estaríamos numa situação muito mais avançada na pesquisa científica, tecnológica, na produção de arte. Nós demonstramos capacidade de fazer isso. Se há um povo na América Latina que deu uma demonstração de grande potencial criador é o Brasil. Agora, as nossas elites – ao contrário do que acontece onde a revolução burguesa desencadeou todas as outras revoluções concomitantes como a revolução urbana, a revolução industrial, a revolução nacional, a revolução político-democrática (aqui essas revoluções não se desencadearam, foi um processo lento de ritmos oscilantes, com ziguezagues, como diria o Lênin, e há momentos de euforia quando parece que as coisas vão deslanchar e, de repente, há uma parada e um recuo: tudo isso nasce do fato de que não se procura selecionar o talento) – as classes dominantes procuram enriquecer o estoque de talentos, mas não a ponto de que elas possam ser substituídas. Veja a criação da Universidade de São Paulo, da Escola de Sociologia e Política, o que fundamentou a criação destas instituições: a ideia é de renovação de elite, mas é renovação que se faz procurando filtrar individualmente, quer dizer, através de um processo de acefalização. O Florestan vem para nós, mas ele não vem para nós como o Florestan subproletário, ele vem para nós como o Florestan que nós vamos incorporar. É interessante porque, sobre isso, houve uma discussão, que uma amiga me contou, n’*O Estado de S. Paulo*. Aquele Osvaldo Montes, falando a meu respeito, disse que eu era um ingrato, uma pessoa que cuspiu no prato em que comeu, que eles tinham me dado tudo e que eu era um ressentido, que não pude esquecer o meu passado e, em vez de ser reconhecido, aceitar as coisas como elas são, eu me volvei contra eles, então eu era um ressentido. Quer dizer, não há um entendimento claro. O negro pode subir, o negro excepcional. Um Machado de Assis, ele pode subir, ele é o “preto de alma branca”. Quer

dizer, é o preto que nega o negro, é o preto que afirma o branco. Esse jogo terrível se aplica à raça, se aplica à classe, se aplica à etnia, se aplica a tudo, ao imigrante. O imigrante entrou nisso também, só os que não conseguiram mudar a situação econômica e social é que ficaram dentro da necessidade de buscar outras vias de combate, de ascensão social, e adotaram as técnicas tradicionais. Era o mecanismo que eles tinham para conseguir galgar posições, serem aceitos pelo *establishment*, incorporados ao tope, os da ordem, os que têm posição social. Então, há essa animosidade que nós desenvolvemos contra o programa do ISEB que não nos impediu de entrar no movimento, participar, mas numa posição divergente. Nós éramos, por assim dizer, a esquerda e a negação do movimento, o que nos tornava hóspedes incômodos.

Agora, a participação na Campanha da Escola Pública, ela teve uma raiz fácil de entender porque o Fernando de Azevedo estava ligado ao Anísio Teixeira⁸. O debate sobre a Lei de Diretrizes e Bases teve uma profunda repercussão na Universidade de São Paulo, por causa do Fernando de Azevedo e também porque nós, como professores, estávamos numa posição muito avançada naquele momento na sociedade brasileira, tínhamos uma participação cultural ativista, acentuada. O próprio Roque [Spencer Maciel de Barros] numa das conferências se proclamou socialista, depois virou o corifeu do pensamento reacionário. O Laerte [Ramos de Carvalho] se desprende do liberalismo para defender concepções que acreditava ser liberais, mas que não tinha nada que ver com os liberais. Agora os liberais combateram, apoiaram a Lei de Diretrizes e Bases, mas depois desconfiados de que os defensores da primeira versão da lei eram centralizadores, eles se retrairam. Também por causa da pressão católica, não é? É uma coisa muito complexa. Para entender bem essa história você tem de ler bem a terceira parte d'*A cultura brasileira*, do Fernando de Azevedo⁹. E, depois, a elite paulista era muito identificada com certos ideais republicanos: especialmente doutor Júlio de Mesquita, Paulo Duarte, pessoas que haviam lutado contra a ditadura do Estado Novo, foram reprimidas pelo Estado Novo, foram para a Europa, depois voltaram. Havia nesse meio o Almeida Júnior, que eu lembro também, era um

8 Para uma caracterização do pensamento educacional de Anísio Teixeira no Brasil, ver: Florestan Fernandes. Anísio Teixeira e a luta pela escola pública. In: João Augusto de Lima Rocha (Org.). *Anísio em movimento: a vida e as lutas de Anísio Teixeira pela escola pública e pela cultura no Brasil*. Salvador: Fundação Anísio Teixeira, 1992, p. 45-52.

9 Fernando de Azevedo. *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.

educador como Fernando de Azevedo, mas era da Faculdade de Direito. Havia ali então juristas, havia médicos, havia grandes nomes, tanto no setor econômico, jornalístico, como no setor técnico, profissional e universitário; os maçons que viam na lei uma tentativa da Igreja [Católica] de assumir o controle da educação; os protestantes que não queriam que o ensino fosse mantido como privilégio social, excluindo a massa do povo; católicos radicais que não tinham como participar abertamente, mas não concordavam com aquelas atitudes mais retrógradas da Igreja. Um senhor, que era um historiador importante da Igreja em São Paulo, me chamou à diocese dele para conversar comigo, para dizer que eu deveria me manter firme na Campanha, que a causa era justa, que ele não podia participar, mas que estava me apoiando ativamente. E depois o meio católico estava também agitado por movimentos que vinham da Espanha, como o da *Opus Dei*, que era ultrarreacionário, e havia setores católicos que estavam incomodados com aquilo. Primeiro eles entravam, faziam cursinho, depois eles descobriam que aquilo era uma mistificação. Então, o clima era um clima muito favorável à defesa da Escola Pública. E havia um anseio de fazer a democracia avançar, compreendendo-se que, sem educação, não haveria como tornar o cidadão mais consciente dos seus papéis, capaz de fazer escolhas efetivamente importantes para o país. Quer dizer, o clima é um clima favorável ao aparecimento do movimento. E nesse contexto se realizou a primeira convenção brasileira em defesa da escola pública¹⁰, que pegava desde o Júlio de Mesquita, Fernando de Azevedo, Paulo Duarte, até eu. Essa conferência foi feita na Biblioteca Municipal, no auditório Mário de Andrade. Eu ali fiz uma oração. O doutor Júlio chorou em público quando me ouviu. Aí data a grande admiração, amizade, que ele dedicou a mim apesar de todas as contraposições que nos levaram a chocar-nos posteriormente. Mas ele foi, inclusive, uma das pessoas que ajudou financeiramente a Campanha, pôs o jornal [*O Estado de S. Paulo*] à disposição para a difusão da Campanha. Os jornais todos se abriram para a Campanha. Quer dizer que essa Campanha, as campanhas das reformas de base, todas elas tiveram uma grande repercussão. Mas já em [19]62 começa uma reação contra isso porque os militares, orientados pelos norte-americanos, salientaram que estava se criando espaço para intelectuais revolucionários, para estudantes radicais, que depois se tor-

10 Florestan confunde aqui a Convenção Brasileira com a I Convenção Estadual de Defesa da Escola Pública. Nessa ocasião Florestan Fernandes proferiu a conferência “A democratização do ensino”, lida no auditório da Biblioteca Municipal de São Paulo, em 5 de maio de 1960.

nariam revolucionários, para criar no setor de ensino um conflito muito sério. Então a partir daí o espaço começa a se fechar. E aí você vê que agora nós desaparecemos do noticiário, nós surgimos aqui, surgimos ali, mas é como se você tivesse uma panela de milho para fazer pipoca e um milho estourasse, a não ser intelectuais que são muito concessivos, ou são realmente neutros ou se identificam com a ordem. Mas eu, que nunca usufruí assim de uma publicidade grande como Gilberto Freyre e outros intelectuais, que explicavam o Brasil dentro de uma perspectiva elitista, acabei ganhando uma notoriedade muito grande. Vinha desde [19]63, desde que eu comecei a escrever na *Folha*, não é? Agora, na Campanha em Defesa da Escola Pública, na minha condição de professor da Universidade de São Paulo, jornalista que escrevia n’*O Estado de S. Paulo* e na *Folha*, colaborador da Revista Anhembi, Revista do Arquivo Municipal, tinha feito os meus trabalhos sobre folclore, sobre os índios tupinambá; quer dizer, eu tinha uma notoriedade. E eu fiz uma coisa certa na minha vida: quando eu descobri que não podia fazer a pesquisa de campo [sobre os sírios e libaneses], eu me volvei para a pesquisa de reconstrução histórica porque percebi que era o que os intelectuais aqui sabiam avaliar por causa dos paradigmas, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Fernando de Azevedo. Então, eu pensei: “eu tenho que criar primeiro o prestígio científico para depois abrir caminho da pesquisa sociológica”. Foi calculado, porque eu vi que a pesquisa de campo não tinha espaço na sociologia. Na congregação da Faculdade de Filosofia uma vez um professor de química me disse: “Florestan, você é que é feliz. Você precisa só de lápis e papel”. Eu disse: “para o mesmo fim que você precisa”. Era essa a compreensão da pesquisa: para eles nós não fazíamos pesquisa. Com isso eu abri espaço para que a pesquisa empírica ganhasse aceitação.

EV – Isso já é com o CESIT?

FF – Aí eu próprio começo com o Bastide, com *A integração do negro*¹¹, e após isso veio o CESIT e vieram as outras pesquisas da Cadeira [de Sociologia I], que se fizeram antes do aparecimento do CESIT.

EV – Eu posso fazer uma pergunta bem atravessada? Como que o senhor vê hoje a questão da pesquisa na universidade?

FF – Eu vejo... Para ser franco, eu acho que há facilidades demais. Eu acho

11 Florestan Fernandes. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Globo, 2008 (2 vol.).

que o bom pesquisador não precisa de uma seca, não é? É claro que nós lutamos contra a falta de recursos, mas a falta de recursos não impediu que nós fizéssemos pesquisas de grande envergadura. Então, essa preocupação obsessiva por meios oblitera o problema central que é o fato que a pesquisa pode ser feita com muitos meios, com poucos meios e até com escassez de meios. Na história da ciência houve uma época em que não havia meio nenhum. O meio era a própria inteligência da pessoa e o que ela conseguia fazer sozinha ou com um pequeno grupo de colaboradores que eram suficientemente motivados para participar de uma experiência. Tanto que, quando eu assumi a Cadeira de Sociologia I, a Rockefeller Foundation fez três vezes oferta de auxílio e eu recusei. O único auxílio que eu aceitei foi um auxílio que o Fernando [Henrique Cardoso] obteve da... Eu não me lembro se era do Conselho Nacional de Indústria, eu sei que era de uma entidade nacional, para pesquisas relativas ao Brasil. Nós fizemos um fundo e fomos financiando a pesquisa. Mas esse fundo era só coisas... Dinheiro mesmo, fundamental, nunca houve, mesmo na pesquisa da Unesco. A pesquisa da Unesco, eu não sei se eu já contei, ela veio com uma dotação de 4.000 dólares. O [Alfred] Métraux queria uma pesquisa sobre São Paulo: uma pesquisa sobre o meio rural, o Oracy Nogueira; a capital do Estado de São Paulo era eu e o Bastide. Duas pesquisas de sociologia: deu 1.000 dólares para cada um. Divididos entre eu e Bastide deu 500 dólares cada um. Aí ele deu os 500 dólares para a Lucila Hermann fazer o levantamento e uma análise quantitativa de aspectos que interessavam a ele [Bastide]. Eu, da minha parte, dei os 500 dólares para o Renato Jardim Moreira colaborar conosco na parte organizativa. É toda uma história de pesquisa que não convém abordar agora. Mas eu queria obter material para o estudo de caso e nós não tínhamos a mesma facilidade daqueles que trabalhavam nos Estados Unidos, que lidavam com um público letrado. Então foi preciso fazer uma substituição da técnica, e por causa dos conselhos de chefes entre os Tupi e depois na África, me lembrei: “bom, eles não são capazes de fazer os documentos escritos, só uns três ou quatro é que davam, mas eles são capazes de falar e eles vão falar”. Então me lembrei, seriam relatos em situação de grupo e quando um deles pegava a palavra o problema era parar¹².

12 Durante a realização da Pesquisa Unesco sobre relações raciais na cidade de São Paulo foram promovidas pela comissão da pesquisa, composta por Roger Bastide, Florestan Fernandes, Jorge Teixeira (intermediário responsável pelo contato com a comunidade negra), Renato Jardim Moreira, Virginia Leone Bicudo, dentre outros, reuniões denominadas *mesas-redondas*, das quais participaram intelectuais negros(as) da cidade de São Paulo e militantes da antiga Frente Negra Brasileira (1931-1937), com o propósito de colherem dados para o trabalho de investigação ao debaterem

EV – Mas como era vista essa sua posição de não aceitar financiamento internacional? Houve algum debate?

FF – Não, era uma posição minha. O professor, fosse titular ou contratado, ele não tinha que dar satisfação a ninguém. Quer dizer, ele era um príncipe. Ele tinha um principado, os outros eram vassalos. Eu sempre mantive o Fernando Henrique e o Octavio Ianni no primeiro escalão de discussão, depois mais uns cinco como um segundo escalão em que nós discutíamos. Aí só depois que nos entendíamos, levávamos a discussão para todos. No total são dezenove pessoas. Alguns se queixam que eu tinha uma propensão à direção autoritária, mas era uma discussão democrática. Eu me reservava o direito de escolher, depois discutir, era meu dever. Eu não podia deixar a discussão solta no espaço. Agora, na Campanha houve uma...

EV – Mas antes de o senhor voltar para a questão da Campanha, eu gostaria de saber o que o senhor pensa desta questão do financiamento da pesquisa.

FF – Eu vejo com muitas restrições, porque nós importamos recursos do exterior para coisas que nós não precisamos por aqui. O exemplo claro está em São Paulo. Foram contratados lá professores estrangeiros escolhidos por nós. Ficou faltando um planejamento porque os liberais não eram muito propensos a isso. Mas primeiro se formaram os professores e depois se pensou em fazer prédios, construíram a cidade universitária etc. Quer dizer, o exemplo paulista é um exemplo claro. Agora, nós mandamos os professores para a Alemanha, para os Estados Unidos, para a Inglaterra, para a França. Mas eles não estão lá, eles estão no Brasil. Eles não têm de ficar com os padrões médios de cultura tanto que, na polêmica que eu fiz com o Guerreiro Ramos, ele falava de uma pesquisa semicientífica. E eu dizia que, exatamente por nós sermos um país pobre e atrasado, a pesquisa tinha de ser uma pesquisa totalmente científica, uma pesquisa que nos desse conhecimento da realidade e que permitisse intervir na realidade. Se não era verdadeira, de que nos adiantaria, não é? Então eu tinha padrões de ciência que eram realmente os válidos nos países centrais, mas não via nos países centrais o caminho senão para ter

.....
o preconceito de cor e a discriminação racial. As referidas mesas-redondas foram realizadas ao longo do ano de 1951, das quais surgiram também propostas práticas de combate ao preconceito. Parte do registro taquigráfico das intervenções das personalidades negras presentes em tais reuniões foi encontrada no arquivo pessoal de Florestan Fernandes, reunido na Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos, totalizando 205 folhas, organizadas e catalogadas em fichas analíticas, divididas segundo as datas e locais dos encontros.

uma colaboração. Agora, se você recebe uma massa de recursos, manda todos os talentos para o exterior, no fundo você sofre um processo de colonização. Nós já tínhamos sofrido um com os professores estrangeiros e reagimos. Nós éramos coloniais que não se recusaram a pensar o Brasil ao estilo francês, ao estilo alemão, ao estilo inglês. Tanto que o Brasil que sai dos nossos trabalhos não é um Brasil de Gilberto Freyre. Eles adoraram o Gilberto Freyre na Alemanha, nos Estados Unidos, porque era a maneira pela qual eles nos viam. A elite brasileira via o Brasil de cima para baixo, enquanto que nós não. Nós aqui víamos em termos de um passado, de um presente, de um futuro, engajados dentro de uma realidade que nós queríamos transformar. Então eu não queria recursos que nos submetessem a um imperialismo cultural, aguçando a dependência numa área vital, porque é área de educação, de pesquisa científica, de formação da cultura, de produção de conhecimento. Era uma responsabilidade do professor recusar. Em [19]66 nós recusamos 150.000 dólares de dotação da Ford Foundation. Eu era o catedrático, aí eu já era catedrático. De [19]54 em diante eu fiquei professor contratado. Em [19]64 eu fiz o concurso [de Cátedra]. Havia dificuldade de nomeação. No final eu ameacei entrar com um mandado de segurança e eu fui nomeado. Eu, já catedrático, reuni toda a turma. Só o Leôncio Martins Rodrigues votou a favor de receber os dólares. O Fernando Henrique estava fora. Recebi uma outra oferta, da Alemanha, que eu sugeri que fosse repartida entre o Luis Pereira, na Universidade de São Paulo, e o Fernando Henrique que estava fora, no Chile. Eu sempre tive uma visão de que nós devíamos crescer como aconteceu lá na Alemanha, no Japão. Naquela época ainda eu nem conhecia bem a dinâmica desse crescimento. É curioso que, com relação à Alemanha, foi através de Marx que eu fui descobrir o passado dependente, subdesenvolvido da Alemanha, aquele posfácio da Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. Ele é o pioneiro da sociologia do subdesenvolvimento [risos]. E no caso japonês, então, era uma imitação premeditadamente feita para superar dialeticamente a negação daquilo que se recebia. E a atitude aqui era muito passiva, muito de adoração do herói civilizador, dos centros dominantes. Agora, se há alguma coisa que mostra que nós podíamos é a própria Cadeira de Sociologia I. Nós fizemos nove doutorados lá. Analise cada um dos doutorados que eu orientei e veja a qualidade deles. Muitos candidatos me procuravam e eu dizia: “não, quem escolhe os meus candidatos a doutor sou eu, não é o candidato” [risos]. Quer dizer, é o talento

que eu descobria. Eu pejei aí para que outros talentos se envolvessem. Um deles, o Pedro Paulo Poppovic, acabou não aceitando porque ele não queria fazer um sacrifício que era necessário fazer para se devotar, nas condições brasileiras, à carreira universitária. Mas nós podíamos fazer. Ficou faltando fibra e condições que sempre existiram em São Paulo. A universidade tinha um ambiente que em outros lugares do Brasil ela não teve. Você vai para uma cidade na qual o reitor chega a se tornar um déspota, na qual a Igreja discute as teorias de Darwin, então aí não há condição para implantar um ensino superior avançado no Centro de Pesquisa. É preciso conquistar aos poucos, difundir, quer dizer, incorporar a parte subdesenvolvida do Brasil, por causa do desenvolvimento desigual, às áreas mais avançadas.

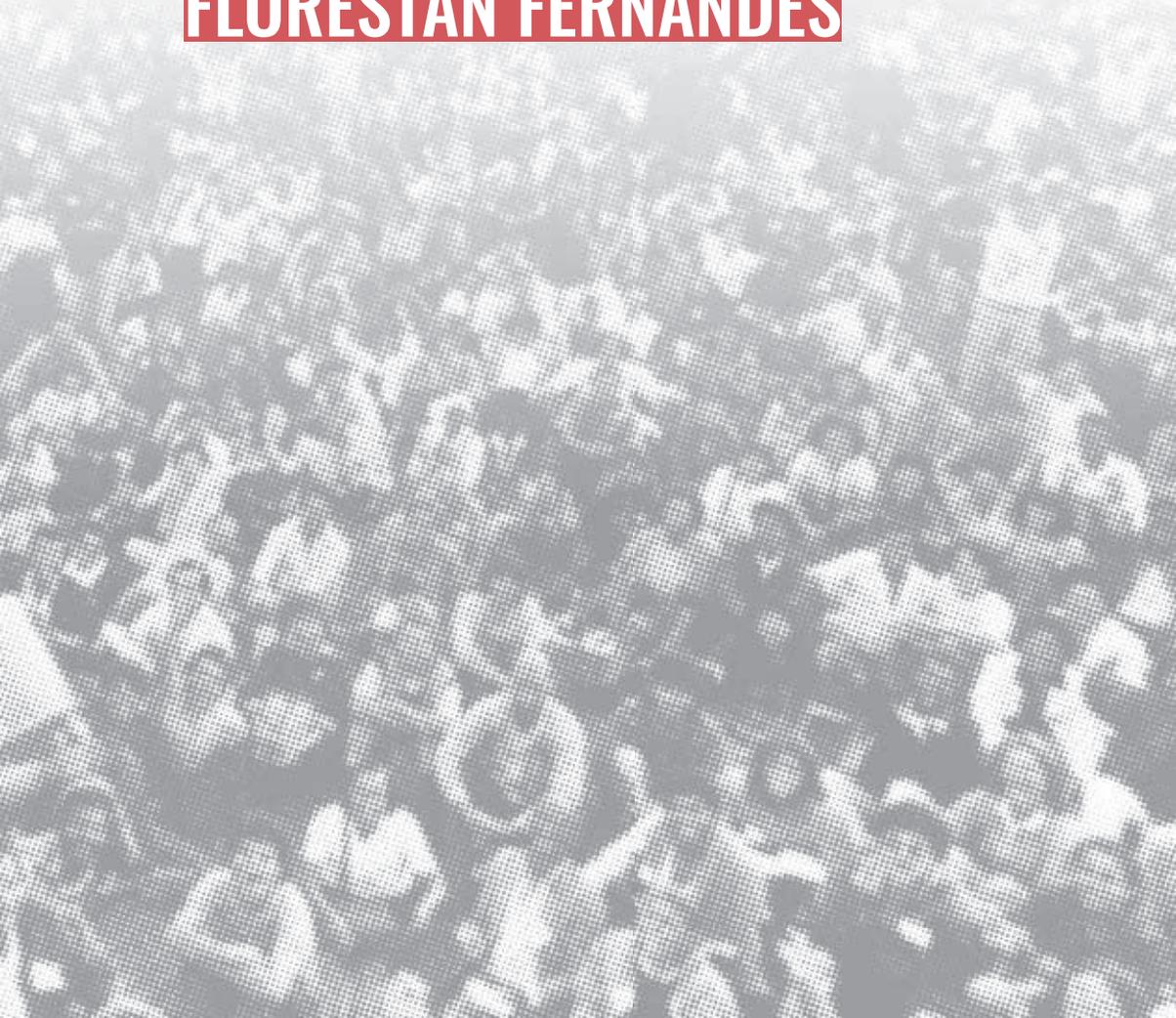
Agora, para voltar à Campanha de Defesa da Escola Pública, ela surge dentro dessa fermentação de ver a necessidade de acabar não só com o analfabetismo, mas com a exclusão do estudante pobre da escolarização. Não se trata só de ensino primário, se trata do talento e do aproveitamento do talento, da seleção racional do talento. Há toda uma massa de talento na sociedade brasileira pulverizado, destruído. E eu conhecia isso porque, desde meu passado remoto, eu me lembro dos companheiros que eu tive que poderiam ter feito uma carreira análoga à minha e não conseguiram. Morreram de tuberculose, morreram disto ou daquilo, ou então, ficaram com um destino diferente. Eu via a coisa a partir daqueles que eram excluídos. A Campanha de Defesa da Escola Pública tinha de se voltar para a conquista de uma nova era na educação e ela seria a fonte de uma revolução intelectual e política. Quer dizer, esse era meu impulso, não é? Que não coincidia com o dos outros, daí a denúncia que eu fiz da Igreja. Daí o conflito que eu tive por causa da [...]. Foi político porque a ambição era não só de criar um novo padrão de cultura, mas também um novo padrão de sociedade civil e de Estado. Era [uma situação] muito complexa. Ao mesmo tempo que nós estávamos ligados com a antiga geração de educadores, nós os víamos – e eles eram nossos amigos queridos – eu os via como burgueses, quer dizer, eles foram os pedagogos da burguesia. Aqueles que tentaram colocar a educação no Brasil na idade da burguesia revolucionária do século XIX europeu, não é? E falharam! Você lê o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, você vê que o que eles querem é isso, é exatamente isso. Foram denunciados como comunistas pelas elites conservadoras das classes dominantes. O que eu queria que-

brar era essa ossificação, esse obscurantismo, que queria valorizar a prata da casa dizendo que nós não precisávamos de professores estrangeiros, nós tínhamos os nossos valores e ignoravam que esses eram não-valores, como as elites eram não-elites. E nós nos colocávamos numa relação crítica com a influência europeia que nos pôs na metade do século XX e com esse tipo de passado, com esse tipo de visão cultural do mundo. E o fato é que a maneira pela qual os republicanos encaminharam os problemas da educação em São Paulo nos permitia ter aspirações que discrepavam do resto da sociedade brasileira, com exceção do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro, e talvez de Belo Horizonte, Minas Gerais. Nós tínhamos um passado republicano na área da educação tão rico que o Anísio Teixeira, em *Educação não é privilégio*, usa, como ponto de referência, educadores republicanos paulistas. É claro que todas aquelas ideias foram esmagadas pelo conservantismo ou pelo conservadorismo das classes dominantes, que eram oligarquias do café e das finanças. Se você pega os grandes banqueiros e os grandes fazendeiros, você vê que as fortunas das famílias eram as mesmas. Então, nós estávamos envolvidos dentro disso e, nesse momento, a maçonaria, os espíritas, os católicos que já eram radicais mas ainda não tinham rompido a crosta, não é? Todo esse setor radical de jovens, de professores, de intelectuais que viviam numa cidade burguesa como São Paulo se deram as mãos e o movimento adquiriu um caráter estadual rapidamente. Eu poderia contar uns episódios engraçados da Campanha, mas agora não posso. E também se o negócio pega em São Paulo naquele momento, ele pegava no resto do Brasil. Quer dizer, por aí eu fui para o Rio de Grande do Sul, fui para Minas, fui para o Rio, fui para todos os Estados importantes.



P A R T E I I

**UM OLHAR SOBRE A
TRAJETÓRIA E A OBRA DE
FLORESTAN FERNANDES**



Ciência e Política em Florestan Fernandes: trajetória entrecruzada¹

Eliane Veras Soares

À família de Florestan Fernandes

A maior controvérsia dos países capitalistas que conduzem os grandes processos históricos se vincula à extirpação do socialismo

Florestan Fernandes em *A contestação necessária*

É significativo que o último livro organizado por Florestan Fernandes – *A contestação necessária*, prefaciado a 20 de julho de 1995, três semanas antes do seu falecimento a 10 de agosto – tenha como foco o inconformismo, o radicalismo e o socialismo personificado nos perfis de homens-símbolo dos ideais políticos mais caros ao autor.

Nessa reflexão tardia, Florestan Fernandes argumenta que, em face à “onda conservadora, sem paralelos na história da humanidade”, no Brasil “ocorreu um deslocamento de rumos do socialismo e da social-democracia”, e que esta tendeu a se amalgamar ao “controle conservador, interno e externo, da economia, da cultura e do Estado”, servindo como “instrumento de continuidade no poder das elites das classes dominantes”, enquanto o socialismo “encontrou canais de autodefesa relativa”. Essa configuração, continua Florestan, tem interpelado “os papéis dos intelectuais nos movimentos sociais” bem como questionado “o destino de sua produção”. Com o olhar otimista, afirma que “o quadro catastrófico não é tão sombrio. O atraso aninha potencialidades [...]. Há um vazio político que protege a emergência e o reaparecimento das forças sociais que não puderam ser eliminadas”. Assim, para Florestan, “*A contestação necessária* é uma tentativa de reter e discutir manifestações desta natureza... [ela] restabelece o valor de uma herança intelectual e política que parecia condenada ao esquecimento ou à supressão pela violência” (Fernandes, 1995, p. 8-9).

¹ Uma primeira versão deste texto foi apresentada na mesa “Ciência e Política em Florestan”, em 15 de julho de 2020, no Seminário “Florestan Fernandes, 100 anos”, organizado pela FFLCH da Universidade de São Paulo e Editora Contracorrente, sob a coordenação geral de Bernardo Ricupero, a quem agradeço o convite.

A releitura deste prefácio, imersa nas turbulências do tempo presente, é desconcertante. Como ultrapassar a tentação de imaginar que o autor esteja falando do aqui e do agora? Como não ecoar – em tons fantasmagóricos – a sintética frase “o ainda, o aqui e o agora formaram o objeto de nossas indagações”, contida na nota explicativa de *A integração do negro na sociedade de classes*, assinada a 10 de abril de 1964 (Fernandes, 2008, p. 24)? Aqui estamos nós, passado já meio século, em busca de entender e dar sentido ao “ainda”. O capitalismo ainda é o sistema dominante, mas o socialismo não está morto. Esta é a mensagem síntese do último livro organizado por nosso autor.

Nos retratos pintados por Florestan em *A contestação necessária* estão homens da ciência como Roger Bastide, Fernando de Azevedo, Richard Morse, Antônio Cândido, Octavio Ianni; homens da política como Lula, Prestes, Marighella, Sacchetta, Gregório Bezerra; intelectuais militantes como Martí, Mariátegui, Caio Prado, Cláudio Abramo; e artistas engajados como Henfil. Formam eles um espectro que abriga liberais-reformistas, socialistas moderados e comunistas radicais. Para cada um deles Florestan encontra um sentido contestatário indispensável ao seu tempo e, poderíamos acrescentar, ao presente, dado que o ainda não havia sido, nem foi, superado. Ciência e política, sociologia e socialismo permanecem no horizonte de compreensão e transformação do mundo até o seu último escrito.

Pode parecer normal que para falar de política em Florestan Fernandes se faça frequentemente referência à sua atuação como deputado constituinte e, posteriormente, como deputado federal eleito pelo Partido dos Trabalhadores, dois mandatos que ocuparam os últimos anos da sua vida. Entretanto a política sempre esteve presente no horizonte do nosso autor. Por que razão, então, ela estaria “apagada” no Florestan acadêmico? Ocorre que a relação entre ciência e política em Florestan Fernandes é complexa, imbricada e ao mesmo tempo estruturante da sua trajetória intelectual. Essa relação não é o resultado apenas de uma atitude voluntarista, ela é carregada de tensões emocionais, de condicionantes políticos e determinantes estruturais. Esse é o argumento que tentarei desenvolver aqui.

Para dar conta das duas dimensões, ciência e política, na trajetória de Florestan Fernandes, recorri à categoria do intelectual. Em lugar de adotar sem questionamento a tese, muito bem elaborada por Barbara Freitag (1987), de uma ruptura epistemológica no pensamento/obra de Florestan

Fernandes, tomei-a como ponto de partida da investigação que realizei em meados dos anos 90 do século passado, como estudante do mestrado em sociologia na Universidade de Brasília. Freitag distinguiu duas fases na produção intelectual de Florestan Fernandes: uma acadêmico-reformista e outra político-revolucionária. O momento de corte que levou à mudança do conceitual teórico e à imersão em uma nova problemática corresponderia ao seu afastamento compulsório da Universidade de São Paulo por força do Ato Institucional n. 5, em 1969. Mesmo reconhecendo que a ruptura em questão não ocorreu de modo instantâneo, mas como um processo no qual já era possível detectar a presença do revolucionário no Florestan reformista, Freitag defendeu o ponto de vista de que foram os processos políticos em ritmo de radicalização no país que provocaram a ruptura definitiva de Florestan com a perspectiva acadêmico-reformista (Soares, 1997, p.17).

Na fase acadêmico-reformista, a produção do autor estaria voltada para a reflexão teórica da Sociologia como disciplina, para a análise do índio brasileiro, e para o estudo pormenorizado da realidade brasileira. Destacam-se a influência de autores como Mannheim e Freyer, a utilização da metodologia funcionalista de Durkheim e Radcliffe Brown e uma tendência reformista quanto à solução dos grandes dilemas nacionais. Também não se verifica, segundo a autora, “o uso mais sistemático e consistente da teoria, da metodologia e do conceitual marxista” (Soares, 1997, p. 18).

Em contrapartida, na fase político-revolucionária, a posição idealista-racionalista foi substituída por uma concepção histórico-materialista dos processos societários. O tema central passou a ser o processo político brasileiro, analisado a partir do conceitual marxista e com a preocupação fundamental de contribuir para o desencadeamento da revolução socialista proletária. Em outras palavras, enquanto na primeira fase preponderou o sociólogo comprometido com a ciência, na segunda preponderou o socialista comprometido com a revolução (Soares, 1997, p. 18).

A essa visão dicotômica e internalista da obra do autor, o próprio Florestan já havia apresentado sua própria perspectiva uma década antes. Em 1976, no prefácio à segunda edição de *A sociologia numa era de revolução social*, ele assim justifica a inclusão de três projetos de investigação no corpo da obra:

[Isso] é deveras importante, pois eles ilustram, de modo concreto, a orientação sublinhada em outros ensaios deste livro, segundo a qual **teoria, pesquisa e aplicação devem caminhar juntas**. Esse é o requisito me-

todológico para que as contribuições dos sociólogos possam se abrir tanto para o desenvolvimento e aprofundamento da “consciência crítica da situação” quanto **para processos possíveis de mudança social gradual ou revolucionária** (Fernandes, 1976, p. 13; grifos meus).

Ainda que os ensaios tenham sido elaborados numa época em que, continua Florestan,

[P]revalencia a opinião de que a revolução democrática tendia a realizar-se como típica “transformação dentro da ordem” [...] os **resultados da pesquisa permitem** (ou permitiriam, se existissem movimentos organizados e atuantes ou condições institucionais de intervenção racional no controle dos problemas sociais) **outras formas de utilização prática, seja “mais radical”, seja “revolucionária”** (dentro da ordem ou contra a ordem existente). O sociólogo fica, com frequência, com ônus de que não dá uma contribuição prática de sentido “radical” e “político”. Mas, na verdade, ele **não pode regular as potencialidades sociodinâmicas do meio nem o comportamento histórico dos agentes humanos, individual ou coletivamente, diante das contribuições empíricas e teóricas das ciências sociais** (Fernandes, 1976, p.13-14; grifos meus).

Se passarmos a perspectiva (ou justificativa) de Florestan pelo crivo da análise de sua trajetória incorporando e refletindo sobre suas ações dentro e fora da academia; considerando as exigências, desafios e deficiências da institucionalização das ciências sociais e as limitações estruturais impostas à atividade política contestatória, poderemos alcançar uma interpretação nos termos do método poético de Roger Bastide:

Para apreender a riqueza social em toda a sua farta complexidade, precisamos recorrer aos mais variados métodos, mesmo ao método poético, caso seja necessário. É aquilo que denominei [...] **princípio dos projetores convergentes** que iluminam o objeto estudado, como num teatro a dançarina é aprisionada nos múltiplos fachos luminosos que jorram de todos os cantos da sala (Bastide, 1983, p. 84).

Inspirada nesta ideia, proponho pensar a trajetória de Florestan em três grandes eixos, que devem ser concebidos como círculos concêntricos que vão paulatinamente se estendendo e se aprofundando, em diálogo (e muitas vezes em conflito) permanente com os desafios da história vivida. O primeiro círculo seria o da Sociologia (ou das Ciências Sociais, como se fazia à época), por ele compreendida desde o início como ciência e como ação. Esta esfera, quando pensada em termos temporais, requer a inclusão

de sua militância no Partido Socialista Revolucionário, que resultou na tradução e publicação de *Contribuição à Crítica da Economia Política*, de Marx, em 1946, seguida de alentada introdução à obra. Estes anos, que englobam as décadas de 1940 e 1950, para além de anos de (auto) formação, conformam também o período de construção e afirmação de um grupo de acadêmicos que marcou definitivamente o desenvolvimento das ciências sociais no Brasil. Essa arquitetura será desenhada com a marca de três grandes experiências: a pesquisa sobre relações raciais em São Paulo, envolvendo uma equipe interdisciplinar e a interlocução e participação ativa de intelectuais negros, com todos desdobramentos que se seguiram até o final da sua vida (voltarei a esse tema adiante quando abordar o terceiro círculo: a publicação de obra incontornável sobre “a emergência do povo na história” e a sua atuação no Congresso Nacional – em que se destaca a Emenda Constitucional Dos Negros); a liderança na Cadeira de Sociologia I e a criação do CESIT, voltado para o desenvolvimento de um programa de pesquisa capaz de realizar o que Florestan acreditava ser o sentido da ciência: produzir conhecimento fundamentado em rigorosa base empírica, teórica e metodológica, a fim de contribuir para a transformação social e o combate das iniquidades e injustiças sociais prementes; e, por fim, a participação ativa da universidade na Campanha em Defesa da Escola Pública, vista como condição fundamental para desencadear um verdadeiro processo de democratização da sociedade brasileira, promovendo uma revolução dentro da ordem. Temos aí uma clara demarcação, por parte de Florestan, dos espaços destinados à política e à ciência, que aos poucos será borrada, como ele próprio afirmou em vários momentos e fez questão de assinalar em seu último escrito de 1995:

A marca francesa do Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras aflorou no ecletismo. Não havia, portanto, um ensino polarizado politicamente. Os autores e pensadores de esquerda apreciavam nos cursos e nas aulas em função do tema e sua importância. **Um estrito trabalho acadêmico, por vez, cindia a personalidade dos professores. Ensino e pesquisa, dentro da universidade; atividade política, fora de seus muros.** A ebulição dos anos 50 e as agitações legais ou clandestinas na década seguinte e partir dos 70 tinham um endereço certo. **Passava-se do reformismo para preocupações revolucionárias**, que uniam vários professores e alunos nas atividades e determinações decorrentes do meio social. Essas circunstâncias **acentuaram as predisposições socialistas já existentes** (Fernandes, 1995, p. 19; grifos meus).

O segundo círculo, denominei a desconstrução do acadêmico. Temporalmente ele corresponde às décadas 1960 e 1970, mais precisamente da aposentadoria compulsória, em 1969, à candidatura à Constituinte, em 1986. A desconstrução não se confunde com destruição, terra arrasada ou rejeição. Ela pode compreender a desestruturação, a fragmentação, a perda de sentido, sempre acompanhada de nova construção, novo horizonte de reflexão, superação. Nada disso ocorreu na trajetória de Florestan por uma ação deliberada, planejada ou desejada. Esgotada a possibilidade de atuar como professor, pesquisador, sociólogo e intelectual em seu próprio país, seguiu para a Universidade de Toronto, no Canadá, vivenciando lá uma espécie de exílio de si mesmo². A imagem do poço, que ele utilizou para falar das agruras da vida de menino pobre na São Paulo dos anos 1920 e 1930³, bem poderia ser projetada, aqui, de modo invertido: a da torre de marfim, que aprisiona e isola o intelectual da realidade que ele deseja conhecer e transformar.

Na passagem da década de 1960 para 1970, a academia perde a razão de ser. Temporariamente não há como responder por meio da ciência a questões do tempo presente. Florestan realizou um mergulho em outras leituras que, a seu ver, alimentavam a reflexão – sempre necessária, nunca abolida do seu horizonte – sobre os processos de mudança e de resistência à mudança. Esse círculo, o mais dramático de todos, é também profundamente virtuoso. Dele emergem obras como *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* (1973), *A revolução burguesa no Brasil* (1975), *Circuito Fechado* (1976), *A natureza sociológica da sociologia* (1980) – apenas para citar algumas das mais destacadas, entre dezenas de livros escritos e publicados neste período. Não se deve esquecer o importante papel desempenhado como coordenador da Coleção Grandes Cientistas Sociais, da Editora Ática, e da Coleção Pensamento Socialista, da Editora Hucitec.

Florestan está fora da universidade, assume-se integralmente como um socialista, sem, contudo, deixar de ser o que sempre foi: um sociólogo socialista. Talvez, agora, a ordem da equação tenha se alterado e o intelectual Florestan pode ser também compreendido como um socialista sociólogo. Ele não descarta nem despreza a sociologia. Passa a qualificá-la como um projeto, uma utopia, traduzida no título do seu texto autobio-

2 A respeito deste período sugiro fortemente a leitura do belo artigo de Heloisa Fernandes, “Chaves do exílio e portas da esperança”, a que muito devo a inspiração para a composição deste artigo.

3 Refiro-me ao ensaio autobiográfico “Em busca de uma sociologia crítica e militante”, publicado em *A sociologia no Brasil*, em 1977.

gráfico “Em busca de uma sociologia crítica e militante”, onde retoma a mesma reflexão contida no prefácio de *A sociologia numa era de revolução social*, escrito no ano anterior:

[O] que adiantaria cobrar do sociólogo, considerado individualmente, “maior coerência teórica com o socialismo”? Os papéis intelectuais que o sociólogo pode desempenhar não dependem dele, mas da organização externa da sociedade. Se o movimento socialista não existe ou é muito débil, suas possibilidades de contribuição ao socialismo serão, inevitavelmente, muito pobres e muito fracas (Fernandes, 1977, p. 207).

O terceiro círculo vê nascer o militante partidário. No ano em que foi convidado pelo Partido dos Trabalhadores para candidatar-se deputado constituinte, a Unesp realizou no campus de Marília a “Jornada de Estudos Florestan Fernandes”. Em pronunciamento no encerramento da Jornada, Florestan Fernandes fez um acerto de contas com a universidade. A desilusão, a angústia e o sentimento de não pertencimento deram lugar a uma projeção otimista, típica de espírito que animou a sua atuação na USP, agora em novo tempo e em outro contexto, como se pode constatar nos excertos a seguir:

Nós não temos outro remédio senão sermos otimistas. Não há outra saída. Nós não conquistamos colônias, não construímos impérios. O nosso reino é o futuro. Por isso, é tão importante entendermos que os jovens presentes estão empenhados não só em aprender, não só em conhecer o Brasil, mas em transformar o Brasil (Fernandes, 1987, p. 313).

O fato de vocês estarem aqui presentes, professores e estudantes de vários lugares do Brasil, significa que a universidade está enlaçada ao processo de transformação revolucionária da sociedade. Quer dizer que, principalmente, a universidade rompeu para sempre com aqueles **medos ancestrais e originários**, que ela se pretende antes e no decorrer da realização de uma **revolução democrática**, ser socialista, ser libertária, ser igualitária, colocar o homem como valor supremo da cultura, da investigação científica e da ambição de que a felicidade tenha lugar no mundo do homem na Terra (Fernandes, 1987, p. 317; grifos meus).

Este é o Florestan que irá falar na tribuna do Congresso Constituinte, do Congresso Nacional e da Câmara dos Deputados nos próximos 8 anos. Como constituinte e como deputado, Florestan perfilhou os combates que marcaram a sua trajetória acadêmica: a defesa dos povos

indígenas, dos negros, das crianças, da educação pública, da ciência, e dos “de baixo”.

Como constituinte e como deputado federal, Florestan Fernandes desempenhou uma atividade política comprometida com a superação dos dilemas que foram objeto de sua obra, notadamente o dilema racial e o dilema educacional. Em 1994, no final do segundo e último mandato parlamentar, Florestan Fernandes protagonizou o ato político de maior significado em sua atuação no congresso nacional. Esse ato foi a desobediência partidária, definido por ele como um “objeto de consciência”, que o levou a propor – em articulação com o Movimento Negro Unificado – uma emenda constitucional, propondo a inclusão, no Título VIII – Da ordem Social, do Capítulo IX, Dos Negros. O capítulo é constituído por um único artigo, composto por oito parágrafos, que propõem medidas corretivas a serem adotadas pelo Estado, das quais destacamos o trecho que segue, do parágrafo quinto:

Hoje, o dilema racial no Brasil perpetua-se de modo complexo. O negro é excluído porque não estaria preparado como “trabalhador livre”, e não se converte em “trabalhador livre” porque lhe são negadas as condições de aprendizagem e de socialização. O poder público intervirá crescentemente nessa esfera, para acabar com o paradoxo (Fernandes, 2017, p. 155).

Em carta encaminhada à liderança do Partido dos Trabalhadores, a 14 de dezembro de 1993, Florestan Fernandes explica suas razões para a apresentação da emenda constitucional, a primeira delas os vínculos que o prendiam ao Movimento Negro, desde 1941, quando escreveu três artigos sobre “O negro na tradição Oral”; a segunda razão, diz Florestan,

[É] mais complexa. O PT e outros partidos unem os “de baixo” ou os “condenados da terra” em um amplo movimento vertical de rebeldia coletiva. A Constituição de 1988 deu espaço ao companheiro Caó para incluir a criminalização do racismo entre seus temas vitais. Ficou ausente algo semelhante ao Capítulo VII (Dos Índios) a respeito dos Negros (Como Capítulo VIII). [...] Como socialista, como militante de movimentos de protesto social, como sociólogo e professor, coloquei-me na vanguarda dos que combatiam pelo protesto negro. [...] Enquanto não houver liberdade com igualdade do elemento negro, a ideia de uma “democracia racial” representa um mito arraigado entre os brancos, ricos ou pobres. Por isso, devemos repelir esse tipo de racismo, que indica objetivamente que formamos uma sociedade hipócrita e autocrática. Sinto vergonha dessa realidade e penso ser meu dever lutar contra ela com todo o meu vigor. A democracia

não pode excluir “os de baixo” e, especialmente, preservar a “vergonha de ter preconceito”, mantendo-o e reproduzindo-o dissimuladamente. Prefiro participar da fraternidade dos companheiros negros e combater por uma democracia plena, na qual a liberdade com igualdade seja válida como objetivo universal (Fernandes, 2017, p. 159-160).

Para finalizar essa intervenção, retorno à *contestação necessária*. Diz Florestan, falando claramente às gerações futuras:

Espero que o título – *A contestação necessária* – seja entendido à luz das reflexões concatenadas neste prefácio. Por pobre que pareça, ele evoca o remoto **passado escravocrata** e o tempo recente das **ditaduras civil-militares**. Em consequência, repõe o imperativo de **salvar esperanças**, que sobrevivem e crescem no substrato de uma sociedade capitalista fomentadora de contradições que convertem a radicalidade em estilo de pensamento e de ação, indispensável à construção de um **futuro limpo da canga arcaica e ultraconservadora** (Fernandes, 1995, p. 13; grifos meus).

Esse também parece ser o sentido desta celebração do centenário de nascimento de Florestan Fernandes.

Referências

- BASTIDE, Roger. 1983. A propósito da poesia como método sociológico. In: PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura (Org.). *Roger Bastide: sociologia*. São Paulo: Ática. p. 81-87.
- FERNANDES, Florestan. 1976. Prefácio à segunda edição. In: *A sociologia numa era de revolução social*. Rio de Janeiro: Zahar. p. 9-14.
- _____. 1977. *A sociologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- _____. 1987. O renascimento da universidade. In: D’INCAO, Maria Angela (Org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP. p. 309-317.
- _____. 1995. *A contestação necessária: retratos de intelectuais inconformistas e revolucionários*. São Paulo: Ática.
- _____. 2008. *A integração do negro na sociedade de classes*. Vol. 1: O legado da “raça branca”. São Paulo: Editora Globo.
- _____. 2017. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Expressão Popular; Editora da Fundação Perseu Abramo.

FERNANDES, Heloisa. 2006. Chaves do exílio e portas da esperança. *Pulsional*, n. 185, p. 98-105.

FREITAG, Barbara. 1987. Democratização, universidade, revolução. In: D'INCAO, Maria Angela (Org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP. p. 163-180.

SOARES, Eliane Veras. 1997. *Florestan Fernandes, o militante solitário*. São Paulo: Cortez.

Florestan Fernandes por ele mesmo: O conjunto de seus depoimentos biográficos

Diogo Valença de Azevedo Costa

As entrevistas com Florestan Fernandes que ora apresentamos¹, concedidas a Eliane Veras Soares entre 25 de outubro de 1990, data do primeiro encontro entre a pesquisadora e o entrevistado, e 27 de junho de 1991, quando foi realizada a última conversa registrada, foram realizadas na perspectiva do método da história de vida e apresentavam o intuito de conhecer a trajetória política de um intelectual acadêmico. Nesse sentido, o conteúdo se concentra na própria vida de Florestan Fernandes e nos acontecimentos e aspectos mais marcantes em sua memória histórica, política e afetiva de seu percurso acadêmico. As entrevistas se encerram no final dos anos 1950 e apanham ainda a atuação do sociólogo na Campanha em Defesa da Escola Pública, porém apresentam informações cruciais para entendermos o conjunto de sua obra e os horizontes de sua atuação política como militante socialista dentro do Partido dos Trabalhadores (PT), com dois mandatos consecutivos (1987 a 1990; 1991 a 1994), sendo o primeiro como deputado constituinte.

Dados os objetivos das entrevistas, quais sejam, os de realizar uma história de vida do cientista social brasileiro e então deputado federal, seria pertinente informar sobre o conjunto de outros depoimentos concedidos por Florestan Fernandes que, de igual modo, se caracterizam pelo balanço geral de sua própria trajetória, de sua vida acadêmica e política. A seguir apresentaremos brevemente um itinerário de leitura que poderá servir como ponto de partida comparativo entre os diversos momentos em que o autor procurou reavaliar sua própria produção intelectual, dialogando de forma diferenciada com as transformações políticas e culturais nos

1 As entrevistas foram transcritas quando de sua realização nos anos de 1990 e 1991. As transcrições foram revisadas e as notas de rodapé foram elaboradas em duas ocasiões: a primeira, no ano de 2005, quando os nomes e as obras mencionadas por Florestan Fernandes receberam um tratamento crítico de verificação das fontes na biblioteca e arquivo pessoal do autor, reunidos no Fundo Florestan Fernandes da Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), em pesquisa documental efetivada no período de um ano; a segunda, mais recentemente, no ano de 2019, quando toda a transcrição foi revisada mais uma vez e as dúvidas suscitadas pelas fontes citadas pelo entrevistado foram sanadas em novas pesquisas documentais na UFSCar.

cenários brasileiro, latino-americano e internacional. O estudo comparativo dos depoimentos de Florestan Fernandes, concedidos em momentos distintos de sua trajetória intelectual, emerge como um possível caminho para a elaboração de novas hipóteses para a interpretação de sua produção sociológica, servindo ao duplo propósito, por um lado, de crítica dos erros de transcrição da fala do entrevistado ou de eventuais lapsos de memória e, por outro, de análise das variações de relato sobre um mesmo acontecimento.

As análises retrospectivas de Florestan Fernandes sobre sua trajetória acadêmica e o conjunto de sua obra se iniciam no momento em que, no isolamento institucional a que fora obrigado por conta da ditadura empresarial-militar brasileira, se tornava uma tarefa política crucial tentar garantir o que fora conquistado em termos de elaboração de um pensamento crítico sobre a realidade brasileira, caracterizada como uma sociedade subdesenvolvida, periférica e de capitalismo dependente.

Esse talvez tenha sido o motivo inconsciente que tenha levado Florestan Fernandes a redigir em ensaio quase autobiográfico, mas que transcende historicamente os relatos individuais, “Em busca de uma sociologia crítica e militante”, de leitura obrigatória e indispensável. Esse ensaio, junto com “A geração perdida”, ambos publicados na segunda parte de *A Sociologia no Brasil* (1977), refletem o momento em que – após ter sido compulsoriamente aposentado pelo Ato Institucional n. 5 (AI-5) da Universidade de São Paulo, contando então com quase 49 anos de idade, os quais representavam então metade de uma vida dedicada ao ensino e à pesquisa das Ciências Sociais e da Sociologia – Florestan Fernandes garantiu sua independência intelectual numa situação-limite de isolamento institucional, tendo lecionado na Universidade de Toronto por cerca de três anos (1969-1972), atuado como coordenador das coleções Grandes Cientistas Sociais (Editora Ática) e Pensamento Socialista (Editora HUCITEC), proferindo palestras no Sedes Sapientiae entre 1976 e 1977 e retomando algum vínculo com a universidade brasileira em 1978 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Os dois ensaios acima mencionados foram escritos no contexto da resistência política e intelectual de Florestan Fernandes contra a ditadura, mobilizando todo seu arsenal sociológico para desvelar os mecanismos de exploração e dominação do capitalismo selvagem da periferia, do Brasil e da América Latina. O livro *A sociologia no Brasil*, contudo, se encontra esgotado, fazendo-se

premente a sua reedição como um dos documentos mais importantes da história da sociologia brasileira.

Talvez o mais importante e completo balanço de sua produção intelectual, realizado na forma de entrevista em meados dos anos 1970, tenha sido o longo depoimento depois publicado como livro com o título de *A condição de sociólogo*². Nesta entrevista-livro, Florestan Fernandes lança um olhar sobre fases diversas de sua produção acadêmica, etapas que não devem ser compreendidas a partir de uma sequência cronológica, sucessiva, alimentando a falsa ideia de que terminada uma delas imediatamente outra se iniciaria. Acreditamos se tratar do psicológico do autor, em que ele se esforça inconscientemente para dar sentido à sua própria biografia e reforça sua autoidentidade como um sociólogo crítico, militante e socialista.

Na verdade, os temas de sua sociologia se inter cruzam e as categorias epistemológicas, os conceitos elaborados e os métodos de investigação desenvolvidos ajudam a revelar aspectos diferenciados de seus variados interesses de investigação. Por exemplo, a temática da revolução burguesa já emerge no estudo sobre a integração do negro na sociedade de classes; no plano conceitual, pode-se acompanhar os distintos usos de uma mesma categoria sociológica a partir das circunstâncias históricas cambiantes da sociedade brasileira.

A noção de “demora cultural” seria um caso privilegiado para avaliar essa última dimensão, pois da ideia de descompassos entre as esferas da vida social, esse conceito passará a se inserir como um aspecto subordinado de sua interpretação histórica mais concreta da sociedade brasileira, contida no clássico *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica* (1975), para revelar o quanto a persistência do passado, o próprio atraso, a contemporaneidade do não-coetâneo e a decalagem cultural se erigiam como um componente estrutural do sistema nas condições do capitalismo selvagem da periferia e de origem colonial. Além disso, seria muito pertinente observar que, no seu enfoque estrutural-funcionalista dos anos de 1950, as esferas do social que avançassem num ritmo mais rápido não poderiam ser representadas como independentes de estruturas que se reproduzissem imiscuindo o arcaico

2 Sua primeira impressão ocorreu em 1977 no número 2 da Revista de Filosofia TRANS/FORM/AÇÃO, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis. No entanto, informa-se na ficha catalográfica da revista que a publicação se refere ao ano de 1975. A entrevista – concedida a Antônio Trajano Menezes de Arruda, João Francisco Tidei de Lima, Ulysses Telles Guariba Netto e Caio Navarro de Toledo – foi realizada em dois dias consecutivos na casa de Florestan Fernandes em São Paulo.

e o moderno, de modo que o autor já inovava na utilização de tal noção sociológica; nos estudos sobre o folclore apontava, a esse respeito, como as mudanças da cidade de São Paulo combinavam arcaico e moderno no plano das transformações do saber e cultura populares. Nesse sentido, seria pertinente questionar a abrangência dessa noção ou se ela chegou a deter um papel tão estruturante e central no conjunto do pensamento de Florestan Fernandes na década de 1950 até meados dos anos 1960, já que outros enfoques, atinentes à imbricação entre passado e presente, arcaico e moderno, não como esferas em descompasso, mas como tipos ou padrões estruturais novos, operavam em suas reflexões sobre a particularidade brasileira. O conceito de “demora cultural” era mais utilizado como uma hipótese, um ponto de partida da investigação, do que propriamente como uma representação teórica estática da sociedade brasileira. De outro modo, esse conceito não teria sido por diversas vezes reelaborado como um aspecto subordinado a categorias mais fundamentais e abrangentes, tais como subdesenvolvimento e capitalismo dependente, e outras vezes completamente abandonado. O conceito nunca foi totalmente abandonado por Florestan Fernandes, mas resignificado e alguns elementos que apontavam para essa resignificação podem ser perscrutados nas fases iniciais de sua trajetória intelectual.

Em *A condição de sociólogo* (1978) essas transformações conceituais, epistemológicas e de método no seu trabalho teórico podem ser percebidas a partir do modo como Florestan Fernandes as compreendia em meados da década de 1970. O que há de mais importante na referida entrevista, contudo, são as reflexões agora desenvolvidas sob um prisma declaradamente político, socialista e bastante autocrítico em relação à sociologia acadêmica da qual foi um de seus representantes máximos, de crítica epistemológica das Ciências Sociais (e da Sociologia mais particularmente), bem como das relações entre essas ciências e as correntes ideológicas em confronto no cenário histórico brasileiro e latino-americano. A verdade é que o autor não se dedicou de modo exclusivo à grande divisão da Sociologia que batizou nos anos 1950 como Sociologia Geral (ou Teórica), entendida aí como o braço epistemológico responsável pelo exame das perspectivas de avanço dos métodos, teorias e conceitos de sua própria disciplina científica, bem como das possibilidades e limites para uma aproximação entre a ciência sociológica, o pensamento filosófico e os demais ramos das ciências sociais.

As reflexões epistemológicas de Florestan Fernandes estavam concentradas, principalmente nas décadas de 1940 e 1950, nas seguintes linhas de investigação:

- 1) possibilidade de uma síntese teórica das divisões da Sociologia a partir dos horizontes metodológicos da sociologia *mannheimiana* do conhecimento e da sua compreensão particular do método dialético como “síntese de múltiplas determinações”, em que os inter-relacionados níveis de apreensão do mundo histórico-social se dariam em movimentos de idas e vindas entre categorias abstratas e concretas, simples e complexas, processos de análise e síntese constantes (esse método de trabalho Florestan Fernandes transfere para o conjunto de sua compreensão dos diversos campos da sociologia e do conjunto das ciências sociais);
- 2) no desenvolvimento de métodos de interpretação particulares, como no caso de sua tese de livre-docência sobre o funcionalismo, em que questões de caráter epistemológico são levantadas (uma preocupação semelhante se apresenta nas suas explanações sobre as soluções diferenciadas dos grandes modelos de explicação da Sociologia de Durkheim, Weber e Marx para os problemas da fundamentação empírica e do raciocínio indutivo na pesquisa sociológica)³;
- 3) na compreensão dos limites e potencialidades de cada divisão particular da sociologia, podendo-se dizer que para cada uma delas (sociologia formal ou sistemática; sociologia descritiva; sociologia comparada; sociologia diferencial ou histórica; sociologia aplicada) Florestan Fernandes elaborou reflexões de alcance epistemológico, as quais não puderam ser integradas numa proposta mais sistematizada de desenvolver a Sociologia Geral ou Teórica.

Quanto ao último tópico, as tentativas de Florestan Fernandes a esse respeito não foram concluídas por diversas razões, dentre as quais a sua dedicação ao desenvolvimento institucional das ciências sociais em São Paulo e no Brasil, embora tenha avançado bastante nos textos contidos em *Elementos de sociologia teórica* (1970) ou em *A reconstrução da realidade nas ciências sociais*, ensaio escrito em 1957 e depois incluído em *Fundamentos empíricos* (Fernandes, 1980c), talvez sua formulação mais acabada de construção de uma metassociologia, redigida como uma crítica aos

3 Os trabalhos a esse respeito se encontram reunidos em Fernandes, 1980c.

procedimentos metodológicos da sociologia descritiva, aproveitando-se em especial de suas experiências de pesquisa dos anos 1940 sobre folclore e os Tupinambá e dos anos 1950 sobre preconceito de cor e discriminação racial contra os negros.

Um dos motivos para o autor ter deixado em suspenso tais orientações teóricas talvez tenha sido a visão política de que seria mais premente se dedicar aos estudos que visassem superar o subdesenvolvimento e construir melhores condições de utilização prática das ciências sociais. A nosso ver, esse último caminho irá fornecer um novo patamar teórico, político e epistemológico para se pensar a síntese sociológica a partir da experiência histórica dos países de capitalismo dependente. Em fins da década de 1970 o autor irá retornar a tais questões em curso ministrado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), o qual dará como resultado a publicação do livro *A natureza sociológica da sociologia* (1980a), erroneamente visto por alguns de seus intérpretes como desprovido de importância sociológica que sequer chegam a citar.

Outra importante fonte de informações sobre a vida e a produção sociológica de Florestan Fernandes pode ser encontrada na entrevista intitulada “A pessoa e o político”, realizada muito provavelmente em 1980 e publicada em 1981⁴. Seria importante indicar que a revista foi publicada sem prévia revisão por parte de Florestan Fernandes. Em sua biblioteca particular que se encontra reunida na Universidade Federal de São Carlos, com o número de referência 04.01.04/007, estão as correções feitas de punho próprio por Florestan Fernandes. Um equívoco, por exemplo, se encontra à página 18, em que os entrevistadores transcreveram a passagem seguinte com um erro: “Havia uma certa intransigência porque o PC, naquele momento, adotou uma orientação contista”. O entrevistado circula o termo “contista” e puxa uma seta para baixo do texto e escreve Cnopista. O termo vem de CNOP (Comitê Nacional de Organização Provisória) e Florestan Fernandes estava se referindo ao grupo político que estava atuando na reorganização do Partido Comunista do Brasil (PCB) no início dos anos 1940. Na entrevista, Florestan Fernandes faz alusão a uma linha conciliatória de classes que predominava nos militantes do Partido Comunista dentro desse comitê de organização provisória. A referida entrevista foi republicada em 25/02/2019 e se encontra acessível no

4 A entrevista foi publicada na revista *Escrita/Ensaio* (Nova), na qual a Nota da Coordenação, assinada por José Chasin, está datado de dezembro de 1980 e o expediente da redação de janeiro de 1981.

site da Associação de Docentes da Unicamp (ADunicamp), sendo precedida por uma breve apresentação de autoria de Wagner Romão, docente da Universidade Estadual de Campinas, e com notas de rodapé redigidas por Paulo Henrique Fernandes Silveira, professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

Outro importante depoimento foi concedido por Florestan Fernandes no Museu da Imagem e do Som em 1981, desta vez a Alfredo Bosi, Carlos Guilherme Mota e Gabriel Cohn. A entrevista foi publicada pela primeira vez em 1995, no número 42 da revista *Novos Estudos*. Ao lado de duas outras entrevistas, concedidas a José Albertino Rodrigues também em 1983 para a revista *Ciência Hoje* e a Paulo de Tarso Venceslau em 1991, esta última saída em publicação do Partido dos Trabalhadores (PT), *Teoria & Debate*, tais depoimentos foram compilados e publicados com a organização e introdução de Amélia Cohn (Fernandes, 2008). Os três depoimentos são importantes documentos para serem lidos e cotejados com as demais entrevistas e com o conjunto da produção intelectual do autor.

Uma observação se faz importante em relação à reconstituição de um dos nomes citados na entrevista realizada em 1981 no Museu da Imagem e do Som. É citado o nome de Mário Wagner Vieira da Cunha, que fora inclusive professor de Florestan Fernandes na Escola Livre de Sociologia e Política, na seguinte passagem: “O Mário Wagner [Vieira da Cunha] descobriu o meu talento oculto e me deu vários livros, e vários fregueses também” (Fernandes, 2008, p. 101). Florestan Fernandes se referia à época em que trabalhava no bar Bidu e tinha sido estimulado pelos fregueses do local – os quais sentiram seu interesse pela leitura e seu talento individual – a retomar os estudos, dedicando-se ao curso de madureza. Não se trata, porém, do Mário Wagner Vieira da Cunha que trabalhava então como assistente de Herbert Baldus na Escola Livre de Sociologia e Política, mas de Luís do Amaral Wagner, na verdade tio do primeiro e lotado como inspetor de ensino no Estado de São Paulo. Em *A pessoa e o político*, Florestan assim relata: “Um tio de Mário Wagner, o Lula – Luís do Amaral Wagner – era delegado de ensino e uma vez me deu 40 livros, que no início da década de 60 eu doe para a Faculdade de Filosofia” (Fernandes, 1980b, p. 13). Esse mesmo acontecimento também foi relatado numa das passagens das entrevistas concedidas a Eliane Veras Soares, fazendo-se menção a Luís do Amaral Wagner. Nesse sentido, podemos aventar um erro na transcrição do depoimento concedido no Museu da Imagem e do

Som ou uma possível troca dos nomes pelo próprio entrevistado. O certo é que, publicada menos de um mês antes de seu falecimento em 10 de agosto de 1995, não teria havido a possibilidade de o próprio Florestan Fernandes ter revisado a transcrição da entrevista concedida em 1981 a seus amigos e colegas acadêmicos.

A crítica dos documentos produzidos na história oral das ciências sociais produzidas no Brasil se faz necessária para corrigir certos erros de interpretação ou ilações realizadas a partir de acontecimentos que não ocorreram. No caso da troca de nomes acima indicada, o equívoco pode levar a supor que Mário Wagner Vieira da Cunha tenha tido alguma influência nas escolhas profissionais do jovem Florestan em direção às ciências sociais. Essa suposição poderia ser levada ainda mais longe e indicar que, pelo contato e conversas com o amigo, Florestan Fernandes teria ingressado no curso de ciências sociais com uma noção já bastante definida do que seria o estudo científico da sociedade. Ao contrário, os próprios depoimentos do autor indicam que a escolha de ciências sociais se deu por um vago desejo de reforma social, logo dissipado após ter se inteirado do que se tratava a sociologia ao se preparar para os exames vestibulares de ingresso na Universidade de São Paulo.

Em termos da importância da obra de Florestan Fernandes na história da antropologia desenvolvida no Brasil, o depoimento concedido a Mariza Peirano pode ser lido de modo a se comparar as primeiras soluções metodológicas do autor em sua fase inicial de trabalhos com forte orientação antropológica – alcançadas a partir de suas experiências práticas nas pesquisas sobre o folclore, os Tupinambá, mas envolvendo também os sírios e libaneses e os negros – com suas formulações teóricas posteriores na sistematização da sociologia como disciplina científica particular ou mesmo com suas considerações sobre a unidade das ciências sociais e as relações entre Antropologia e Sociologia. Em *Elementos de sociologia teórica* (Fernandes, 1970), por exemplo, há um capítulo especial sobre a antropologia e a unidade das ciências sociais, indicando uma preocupação mais vasta de Florestan Fernandes, que ia muito além de sua inserção no campo da sociologia como disciplina científica especializada. O primeiro depoimento foi concedido à pesquisadora em 1º de dezembro de 1978, tendo sido a entrevista transcrita apenas em 19 de junho de 2012. A entrevista pode ser atualmente consultada no site da própria pesquisadora (www.marizapeirano.com.br). O segundo depoimento foi concedido

à equipe do projeto História da Antropologia no Brasil (coordenado por Mariza Correa), em 29 de março de 1984, tendo sido publicado na Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (*BIB*) em 1995. Esses dois depoimentos são igualmente importantes para serem cotejados com o conjunto das entrevistas anteriores e com a leitura comparada do conjunto da obra do autor, pois ambos representam documentos fundamentais para compreender a ampla inserção de Florestan Fernandes nas ciências sociais.

As duas últimas entrevistas concedidas por Florestan Fernandes, que apresentam uma forte dimensão autobiográfica, foram: a primeira, publicada no Caderno *Mais!* da *Folha de S. Paulo*, em 20 de agosto de 1995, dez dias após a morte de Florestan, foi concedida a José Luís Silva; a segunda, cuja transcrição integral se encontra no Fundo Florestan Fernandes (número de arquivo do documento 02.12.8434), ao jornalista Paulo Moreira Leite, quem, em sua adolescência nos idos dos anos 1960, frequentara a casa de Florestan Fernandes na Rua Nebraska, no Brooklyn paulista (LEITE, 2012, p. 57). Na entrevista do Caderno “*Mais!*”, afirma-se que ela foi concedida por Florestan “no final de julho, horas antes de uma internação às pressas na UTI (Unidade de Terapia Intensiva) do Hospital das Clínicas, em São Paulo” (SILVA, 1995). Há várias passagens que remetem aos principais trabalhos e temas da trajetória intelectual de Florestan Fernandes, sendo uma entrevista de grande interesse para se cotejar com seus demais depoimentos biográficos. Quanto à segunda longa entrevista agora referida (constam na transcrição 87 páginas datilografadas), há uma observação manuscrita logo no início de que sua realização se deu “15 dias antes do transplante” de fígado. Após o falecimento de Florestan Fernandes, a entrevista foi publicada integralmente no *Jornal da Tarde* em 19 de agosto de 1995 e, nela, se retoma temas essenciais da história de vida do autor, sua infância *lumpen*, suas pesquisas sociológicas e antropológicas, sua passagem no movimento trotskista, suas convicções socialistas etc., sempre retomando sob novos ângulos questões ora apresentadas nos depoimentos a Eliane Veras Soares. Todo esse conjunto de narrativas autobiográficas deve ser lido em conjunto, com o objetivo de interpretar com maior exatidão a autoavaliação de Florestan Fernandes sobre sua obra sociológica.

Por fim, outras entrevistas do autor, não diretamente voltadas para o balanço geral de sua trajetória intelectual e política, mas que possuem

valor inegável para a compreensão do conjunto de sua obra, podem ser consultadas nos livros *O desafio educacional* (2020) e *Brasil: em compasso de espera* (2011). No primeiro foi reproduzido o depoimento de Florestan Fernandes para o programa “Memória Viva da Educação Brasileira”, do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), evento realizado em 12 de abril de 1989. Para fins de pesquisas históricas e sociológicas, seria importante comparar tal depoimento com as posições políticas tomadas por Florestan Fernandes na ocasião da Campanha em Defesa da Escola Pública, as quais se encontram reunidas no livro *Educação e sociedade no Brasil* (1966) e na obra coletiva organizada por Roque Spencer Maciel de Barros, *Diretrizes e bases da educação nacional*, de 1960, junto com a colaboração de outros participantes da campanha, dentre educadores, jornalistas e cientistas sociais.

No segundo livro, *Brasil: em compasso de espera* (Fernandes, 2011; com introdução de Heloisa Fernandes), publicado originalmente em 1980, uma série de entrevistas, depoimentos e artigos de Florestan Fernandes refletem sobre o momento de crise da ditadura à luz das teses já apresentadas no clássico *A revolução burguesa no Brasil*. De certa forma, trata-se de uma reatualização das teses sobre a “autocracia burguesa” e o “capitalismo dependente” à luz da necessidade das lutas políticas de então, em que o desgaste do regime de exceção já indicava alguns caminhos de articulação das forças democráticas. Nessa última linha de embate político, também se insere a entrevista concedida a Ozéas Duarte, “A transição e as tarefas da classe operária – Entrevista com o prof. Florestan Fernandes”, publicada em 1987 na revista *Teoria & Política* e depois reproduzida em *Democracia e desenvolvimento* (Fernandes, 1994). A atuação política de Florestan Fernandes, nos horizontes de construção de um pensamento socialista no Brasil a partir dos anos 1970, pode ser analisada como um aspecto decisivo de sua forma de praticar a sociologia, não sendo frutífero dissociar essa *práxis* revolucionária de sua sólida formação de cientista social.

Referências

BARROS, Roque Spencer Maciel de (org.). 1960. *Diretrizes e bases da educação nacional*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora.

FERNANDES, Florestan. 1966. *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus.

- _____. 1970. *Elementos de sociologia teórica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- _____. 1975. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. 1977. *A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes.
- _____. 1978. *A condição de sociólogo*. São Paulo: Hucitec.
- _____. 1980a. *A natureza sociológica da sociologia*. São Paulo: Ática.
- _____. 1980b. A pessoa e o político. *Escrita/Ensaio (nova)*, São Paulo, ano IV, n. 8, p. 9-39, dez.
- _____. 1980c. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. 4. ed. São Paulo: T. A. Queiroz.
- _____. 1994. *Democracia e desenvolvimento: a transformação da periferia e o capitalismo monopolista da era atual*. São Paulo: Hucitec.
- _____. 1995. Florestan Fernandes: esboço de uma trajetória. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 40, 2.º semestre, p. 3-25.
- _____. 2008. *Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue. [Organização Amélia Cohn].
- _____. 2011. *Brasil: em compasso de espera: pequenos escritos políticos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- _____. 2019. A pessoa e o político. *Boletim da ADunicamp (Associação de Docentes da Unicamp – Seção Sindical)*, Campinas, p. 1-42, 2019. Disponível em: http://adunicamp.org.br/novosite/wp-content/uploads/2019/04/2019_02_10_Florestan_Fernandes_final.pdf
- _____. 2020. *O desafio educacional*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular.
- LEITE, Paulo Moreira. 2012. *A mulher que era o general da casa: histórias da resistência civil à ditadura*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial.
- SILVA, José Luís. 1995. Florestan ataca o consenso. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 de abr. de 1995. Caderno “Mais!”.

Olhares sobre Florestan Fernandes: trincheiras da Sociologia Crítica e Militante

Diogo Valença de Azevedo Costa

A vasta e diversificada produção sociológica de Florestan Fernandes suscitou historicamente uma série de debates, análises e interpretações, buscando-se avaliar o lugar do autor no conjunto das ciências sociais brasileiras. Em geral tais trabalhos tematizam algumas questões que se podem considerar centrais, dentre as quais se destacam **a sua concepção de Sociologia (e das Ciências Sociais), as mudanças de posição e rupturas ao longo de sua trajetória intelectual**, distinguindo-se uma fase acadêmica e outra política e, por fim, **suas convicções ideológicas e militância socialista**. Talvez o principal polo de divergências resida numa definição da sua obra mais como acadêmica ou mais como militante. Acredito que o ponto de partida desse debate deve se concentrar na identificação retrospectiva, avançada pelo próprio Florestan Fernandes, da sua trajetória intelectual como construção de uma sociologia crítica e militante, justamente o título de um dos seus ensaios de autoanálise sociológica escrito em meados da década de 1970. Ambos os lados parecem ter razão e, às vezes, tenho a impressão de que não falam a mesma linguagem.

De outro lado, suas principais obras clássicas ou temáticas mais notórias costumam receber um tratamento específico mais aprofundado. É assim, por exemplo, que se pode encontrar trabalhos voltados para a análise de livros como *A revolução burguesa no Brasil* (1975) e *A integração do negro na sociedade de classes* (1964), duas de suas obras mais renomadas e comentadas, sem que isso signifique um conhecimento efetivo de seu conteúdo e das nuances de seu pensamento nelas apresentadas. Um exemplo seria a opinião errônea e muitas vezes reproduzida de que, em *A integração do negro...*, Florestan Fernandes teria defendido a ideia de que o simples desenvolvimento capitalista levaria à eliminação do racismo na

sociedade brasileira¹. Essa se tornou a visão hegemônica, apesar de suas afirmações na referida obra de que o racismo estava se tornando uma realidade permanente da própria sociedade de classes e sua correspondente ordem social competitiva. Em outro trabalho incluído neste livro, focalizando o “dilema racial brasileiro” em Florestan Fernandes, defenderemos a tese de que suas pesquisas conduzem, ao contrário, à caracterização de um “racismo estrutural” no Brasil.

Outros autores preferem focalizar temáticas importantes como suas pesquisas folclóricas, os Tupinambá, as relações raciais, a educação, o subdesenvolvimento, o capitalismo dependente, a militância socialista, o marxismo, o publicista revolucionário atuando como articulista em jornais de grande circulação nacional, sua atuação parlamentar na Constituinte e como deputado federal. Todos esses temas foram fundamentais no conjunto de sua produção sociológica e para o seu pensamento socialista, podendo-se, inclusive, encontrar inúmeros pontos de convergência conceituais entre esses diferentes momentos de sua trajetória intelectual. Contudo, poucos foram os trabalhos que lidaram diretamente com essas difíceis conexões temáticas, conceituais, políticas, de método e epistemológicas, salvo raras exceções. Por exemplo, as diversas variações do conceito de função nas pesquisas sobre folclore, os Tupinambá, as relações raciais e, mesmo, nos trabalhos sobre subdesenvolvimento e dependência até agora não foram analisadas numa perspectiva diacrônica, mostrando-se como tal conceito se encontra presente, de maneiras variadas, ao longo de toda sua trajetória intelectual.

O objetivo deste capítulo será justamente fornecer uma exposição mais ou menos cronológica das questões interpretativas suscitadas em torno do conjunto do pensamento sociológico de Florestan Fernandes ou, pelo menos, das temáticas e aspectos essenciais de sua produção e trajetória intelectuais. Na presente exposição não será possível abordar exaustivamente nenhuma das interpretações da obra de Florestan Fernandes, dado que se corre o risco de ser injusto nas explicações dos trabalhos, os

1 É comum se encontrar críticas reducionistas, como expressa na seguinte citação: “Os marxistas não raro são vítimas de um evolucionismo similar. Florestan Fernandes, para citar um exemplo que nos é mais próximo, interpreta o preconceito de raça no Brasil capitalista como um resquício da ordem escravocrata e, portanto, fadado ao desaparecimento por ser desprovido de função na ordem social desse modo de produção” (Feres Jr., 2010, p. 36). O primeiro equívoco seria considerar *A integração do negro...* como uma obra inserida numa perspectiva marxista, quando o próprio autor afirma combinar a abordagem histórica com a perspectiva estrutural-funcional. Em segundo lugar, o uso do estrutural-funcionalismo permitiu demonstrar como o “peso do passado”, justamente o que Florestan Fernandes chama de resquícios ou sobrevivências, se reatualizou na moderna sociedade de classes como componente estruturante das novas relações sociais. Por fim, no último capítulo do livro em questão há uma densa análise das funções do preconceito de raça na nova ordem social competitiva da sociedade de classes.

quais mereceriam ser discutidos em profundidade. O intuito, portanto, seria mais o de levantar hipóteses e estabelecer um roteiro para futuras investigações. No apêndice relativo aos trabalhos sobre Florestan Fernandes, poderão ser consultadas as referências sobre os principais estudos a seu respeito. Ao me inserir nesse debate, corro o risco de avaliar as pesquisas sobre o sociólogo paulistano a partir de meu próprio viés pessoal e incorrer em erros de avaliação. Toda e qualquer afirmação aqui deve ser posta em suspenso, consultando-se as fontes originais para que os leitores tirem suas próprias conclusões. As questões acima indicadas – a concepção de Sociologia, as mudanças no pensamento do autor e suas convicções socialistas – irão nortear a apresentação de algumas hipóteses formuladas em torno da produção sociológica de Florestan Fernandes e sua trajetória intelectual, tal como podem ser identificadas na leitura dos diferentes trabalhos que lhe foram dedicados. O objetivo será propor uma releitura de sua obra valendo-se das categorias do próprio autor, articuladas em torno do projeto político de uma “sociologia crítica e militante”.

Muitas vezes há uma espécie de idealização e/ou caricaturização do passado acadêmico de Florestan Fernandes. Alguns autores chegaram mesmo a caracterizá-lo como positivista (Motta, 2000, p. 119; Cordeiro; Neri², 2019, p. 44), contrapondo-o à perspectiva fenomenológica de Guerreiro Ramos; já outros atribuem a Fernandes, na fase acadêmica de sua produção sociológica, uma concepção idealista do papel político do cientista social como pairando acima dos interesses “egoísticos” e dos “conflitos particularistas” dos grupos (Rodrigues, 2010, p. 34-35)³, talvez por uma excessiva comparação com a sociologia *mannheimiana* do conhecimento. Nesse último caso me parece que o diálogo fundamental estabelecido por Fernandes com os horizontes conceituais e epistemológicos de Mannheim seja a fonte principal de equívocos, mesmo entre autoras e autores de reconhecido rigor interpretativo. Também para isso contribui uma crítica marxista brasileira não muito exata do sociólogo húngaro.

Não é certo, no primeiro caso, que Florestan Fernandes seja tido como um “positivista”, pois isso seria desconsiderar o modo crítico como incorporou as correntes teóricas do positivismo sociológico (Durkheim),

2 Os autores parecem referendar a caracterização de Florestan Fernandes como positivista ao fazerem referência ao artigo de Eduardo Motta, sem tecerem considerações críticas.

3 O livro de Lidiane Soares Rodrigues, *Florestan Fernandes: interlúdio (1969-1983)*, apresenta uma análise aprofundada e bem fundamentada dos textos produzidos entre os anos 1969 e 1983. Embora se possa ter aqui discordâncias pontuais no modo como a autora reconstrói o Florestan acadêmico, trata-se de uma pesquisa alentada e conduzida com extremo rigor metodológico.

a partir dos filtros da sociologia *mannheimiana* do conhecimento e da crítica ideológica do marxismo, já tematizados em seu pensamento desde 1947. Esse será justamente um dos temas desenvolvidos em seu debate com Luiz Aguiar da Costa Pinto, ao refletir sobre as relações entre pensamento sociológico e mudança social.

Já no segundo caso, as inferências de que Florestan Fernandes, leitor assíduo de Mannheim, teria aceitado a concepção deste último de uma “inteligência relativamente livre e flutuante” (*relativ freischwebende Intelligenz*) e, por isso, acreditasse pairar acima dos interesses “egoísticos” e conflitos particulares, não são encontradas no texto utilizado para fundamentar tal posição, *A sociologia como afirmação*, de 1962, comunicação presidencial do II Congresso Brasileiro de Sociologia. No referido ensaio, publicado no livro *A sociologia numa era de revolução social* (Fernandes, 1976a), além de afirmar que o cientista social “não pode nem deve escapar à sina de todo ser humano, envolvendo-se ideologicamente nas lutas por interesses e valores sociais que regulam a dinâmica das sociedades” e de recomendar “que os ‘parâmetros ideológicos’ sejam explicitamente evidenciados” (Fernandes, 1976a, p. 83-84), Florestan Fernandes está justamente querendo evitar que a Sociologia possa servir a interesses conservadores, sucumbindo à “passividade”, à “neutralidade” e ao “alheamento [...] perante os problemas da vida” como uma forma de “conivência com o *status quo*” (Fernandes, 1976a, p. 86). Ora, se ao mesmo tempo afirma que há critérios especificamente científicos a serem seguidos pelos sociólogos no seu envolvimento com problemas práticos, para nosso autor a possibilidade de um livre uso da ciência nos processos de “mudança social provocada” ou planejamento social só se concretizaria numa “sociedade democrática e planificada” (Fernandes, 1976a, p. 84). Para Fernandes, essa sociedade estava longe de existir no Brasil e mesmo nas sociedades democráticas ocidentais. Sua intenção era, portanto, indicar as opções de atuação política do sociólogo que fossem compatíveis com os valores inerentes à própria ciência como visão de mundo e, para o sociólogo paulistano, tais valores se alinhavam com a defesa da própria ordem democrática.

De outro lado, uma das observações críticas que Florestan Fernandes faz a Karl Mannheim, já em 1946, é que o sociólogo húngaro raciocinava de forma ideal como se a correção dos “fenômenos sociais irracionais” estivesse operando já numa sociedade plenamente democrática. Ora, se tal hipótese representou apenas uma suposição teórica útil, pois esse

tipo de sociedade não existia de fato e até hoje não existe, tendo disso também certa consciência Mannheim, eram as condições negativas que precisariam ser radicalmente explicitadas, a fim de que o envolvimento político dos cientistas sociais pudesse ocorrer a partir de critérios mais realistas de análise das correlações de forças entre os grupos e interesses conflitantes. Comentando os escritos de *Ideologia e utopia*, publicados antes da ascensão dos regimes fascistas e nazista na Europa, Florestan Fernandes afirma:

O certo é que o ideal de uma ativa interferência científica no controle dos fenômenos sociais irracionais, como um passo definitivo na racionalização de toda a vida política, só se poderia concretizar em uma sociedade em que a ciência desempenhasse uma função dominante. Muitos intelectuais europeus acreditam nessa possibilidade, associando-a à transformação das modernas sociedades capitalistas em sociedades socialistas. Quando escreveu seu ensaio, Mannheim revelava-se um adepto franco deste modo de pensar. E de certa forma coloca o problema da ciência política como se o ponto crítico da transformação já tivesse sido superado na Europa. Os acontecimentos posteriores e os próprios sucessos na vida de Mannheim demonstraram o contrário (Fernandes, 1974, p. 239).

Pouca atenção tem sido dada a esse texto seminal de Florestan Fernandes, *A concepção de ciência política de K. Mannheim*, redigido para a Cadeira de Antropologia do Departamento de Estudos Pós-Graduados da Escola de Sociologia e Política, ministrada por Emílio Willems. Não há uma mudança substancial das posições de Fernandes entre as datas de publicação do presente ensaio e de *A sociologia como afirmação*, em termos de sua visão sobre a completa impossibilidade do uso livre e autônomo das ciências sociais nas sociedades modernas, capitalistas. Alguma possibilidade de uso autônomo e construtivo da ciência se daria, nesse sentido, no alinhamento do sociólogo aos interesses das camadas sociais mais progressistas em sua respectiva sociedade, isso porque a própria ciência compartilha de valores tais como a defesa das liberdades individuais e da ordem democrática.

Além disso, uma leitura atenta e crítica do ensaio de 1946 sobre a política como ciência em Mannheim, cotejando-a com seus textos posteriores sobre Sociologia Aplicada, também ajudaria a rechaçar qualquer caracterização equivocada de Florestan Fernandes como um sociólogo positivista, dadas as suas críticas presentes desde seu período de formação ao

naturalismo sociológico (Fernandes, 1974, p. 244-257), e a desaconselhar a ideia de que seus horizontes de atuação prática nas ciências sociais se sustentavam na crença de um lugar privilegiado de produção do conhecimento acima das classes, dos interesses egoísticos e dos conflitos particulares. Se a ciência é parte integrante dos processos sociais, pois “[...] a própria teoria com que se pretende modificar a realidade consiste em uma função do processo social” (Fernandes, 1974, p. 236), a objetividade do conhecimento científico não exclui a valoração (Fernandes, 1974, p. 251) e só poderia ser alcançada muitas vezes a partir das tomadas de posição política estimuladas pelas perspectivas dos grupos mais radicais e progressistas.

Isso não quer dizer, contudo, que o ponto de vista do sociólogo coincida com os de tais grupos, mas que os leva em conta reelaborando-os criticamente. Por isso é que chega mesmo a imaginar “momentos em que uma camada social produz a compreensão mais completa possível da situação histórico-social” (Fernandes, 1974, p. 264), logo identificando essa “compreensão mais completa possível” com as “camadas sociais revolucionárias” (Fernandes, 1974, p. 237) e afastando, de maneira a se demonstrar aqui um vínculo com as camadas e classes sociais mais progressistas, qualquer possibilidade de alinhamento com as “tendências à conservação do *status quo*” (Fernandes, 1974, p. 259). Sem esse vínculo político com a sociedade o cientista social seria incapaz de produzir sínteses dialéticas cada vez mais compreensivas e, por serem partes integrantes dos processos históricos, sempre provisórias e inacabadas. A leitura radical de Karl Mannheim que fará na década de 1940 não irá se modificar substancialmente nos seus escritos posteriores sobre a Sociologia Aplicada.

Nos estudos interpretativos sobre a obra do nosso autor, um *parti pris* deveras recorrente seria a confusão entre ciência e dominação. Fazer ciência nos moldes propostos por Fernandes nos idos da década de 1950 seria assumir uma postura ilusória, ingênua e cega quanto às conexões do conhecimento científico e sua racionalidade instrumental com a dominação, exploração e alienação na sociedade capitalista. Essa crítica radical e negativa parte da Escola de Frankfurt e outras vertentes do marxismo ocidental, tendo sido incorporada como uma das orientações filosóficas em trabalhos que analisam a produção acadêmica do sociólogo paulistano. No entanto, Florestan Fernandes não acreditava que a sociologia, em si mesma, ou as ciências sociais em geral, estivessem condenadas a servir

a propósitos de dominação, alienação ou exploração. Isso poderia ser uma consequência do uso da ciência dentro das malhas de dominação do capitalismo monopolista/oligopolista, como irá analisar posteriormente em *A natureza sociológica da sociologia* (1980) no final dos anos 1970, acreditando, porém, que uma revolução social poderia libertar a ciência desse jugo opressor. Há diferenças de posição marcantes nesse sentido entre as perspectivas da teoria crítica *frankfurtiana* e as de Fernandes, em termos do papel emancipatório do conhecimento científico. Se as posições deste último forem julgadas com os parâmetros dos filósofos frankfurtianos, haverá um risco grande de se projetar na concepção de sociologia (ou das ciências sociais em geral) de Florestan Fernandes exigências que seriam completamente estranhas ao momento histórico enfrentado pelos cientistas sociais no Brasil e América Latina.

Ora, Florestan Fernandes não considerava verdadeira em toda sua extensão as críticas frankfurtianas à ciência sociológica. Embora aceitasse alguns de seus pressupostos, nunca deixou de acreditar que a sociologia, em particular, e a ciência, em geral, detinha potencialidades emancipatórias. A própria ciência, para ele, aí incluindo a sociologia, estaria imersa nas disputas entre os polos “dominação” e “revolução”, uma perspectiva teórica que irá amadurecer na sua fase socialista. Na sua fase acadêmica, no entanto, a ciência sociológica lhe servia como instrumento de luta política contra o subdesenvolvimento e a dependência. Essa não era uma concepção apenas sua, mas uma ideia mais ou menos disseminada entre os cientistas sociais progressistas da América Latina, tratando-se, portanto, de um movimento mais amplo que levou o sociólogo colombiano Orlando Fals Borda, amigo de Florestan, a falar nos anos 1960 de uma “ciência social comprometida”.

No Brasil e América Latina, o entendimento sobre o potencial emancipatório das ciências sociais naquele momento se vinculava à luta contra o subdesenvolvimento, a dependência e a situação de miséria das grandes massas. Como se estava sinalizando, para Fernandes nem todo o pensamento científico está dominado pela racionalidade instrumental, tecnocrática, ao mesmo tempo em que acreditava poder extrair, mesmo de tendências conservadoras, elementos positivos para conhecer a realidade social de forma objetiva. Pelo menos essa é sua posição em *O problema do método na investigação sociológica* (Fernandes, 1976b), texto originalmente de 1947. Quando se parte de uma condenação em bloco da ciência como

uma forma de conhecimento atrelada à estrutura social capitalista, qualquer posição que se afirme em nome do conhecimento científico como a de Florestan Fernandes será vista como ilusória. Porém, nosso autor sempre percebeu, por meio da crítica ideológica do conhecimento, as disputas entre visões de mundo conservadoras, reformistas e revolucionários no interior da sociologia e no conjunto das ciências sociais.

Assim, uma das principais preocupações dos intérpretes da sociologia de Florestan Fernandes foi caracterizar sua concepção de ciência social. Tomando-o como um representante da sociologia acadêmica, idealizou-se um tipo de conhecimento científico asséptico, situado acima dos conflitos sociais e livre de qualquer contaminação ideológica, racionalista, positivista e cientificista, que supostamente caracterizaria o tipo de prática intelectual assumido por Florestan Fernandes. Reconstrói-se, na verdade, um saco de pancadas fácil de bater e ilusório, mas que não corresponde às posições assumidas efetivamente pelo autor. Nesse aspecto, seria preciso retomar atenta e seriamente a leitura do seu ensaio de autoanálise sociológica, *Em busca de uma sociologia crítica e militante*, cotejando com os seus escritos das décadas de 1940, 50 e 60, para demonstrar que a intenção de radicalidade apontada por Florestan Fernandes nos seus primeiros escritos acadêmicos está, de fato, de alguma maneira ali presente.

Se tomarmos como critério metodológico o contraste entre o que um autor pensa de si mesmo e o que ele efetivamente escreveu e deixou registrado, veremos que a reconstrução retrospectiva de sua própria visão de sociologia se apresenta com uma exatidão maior – em termos da compreensão polissêmica de seu quadro teórico-conceitual e do significado preciso da articulação lógica de suas categorias de pensamento, tal como produzidas no recorte transversal dos trabalhos de um mesmo momento histórico ou, ainda, na transformação diacrônica das suas ideias em novos escritos – quando comparada às reconstruções de suas posições intelectuais por alguns de seus intérpretes. Em novos trabalhos sobre a concepção de ciência sociológica em Florestan Fernandes, deve ser considerada a sua investigação no campo da sociologia do conhecimento, a qual sempre lhe permitiu ter uma visão crítica dos vínculos ideológicos das ciências sociais e, com isso, situar-se em oposição às vertentes teóricas afins à conservação do *status quo* ou da ordem de dominação das camadas sociais privilegiadas. Se a sua categoria de “sociologia crítica e militante” for voltada para a análise de sua própria

produção, haverá melhores condições de se compreender as continuidades internas a seu pensamento, explicando-se como e por quais motivos as suas posições reformistas das décadas de 1950 e 60 ganharam os contornos exatos que assumiram a partir dos anos 1970. As continuidades entre diversos aspectos do pensamento de Florestan Fernandes não são irrelevantes ou desprovidas de importância explicativa, sendo necessário um esforço de defini-las precisamente para, em seguida, podermos estar mais atentos às rupturas e descontinuidades.

O fio condutor que perpassa esses dois grandes momentos de sua trajetória, do sociólogo/*socialista reformista* ao *socialista revolucionário*/sociólogo, seria a própria sociologia, pois a julgar por algumas de suas afirmações presentes em *A natureza sociológica da sociologia* (1980) ou mesmo em *A condição de sociólogo* (1978), suas posições epistemológicas fundamentais, mais gerais e abstratas, relativas à definição da sociologia ou das suas subdivisões, não parecem ter sido abandonadas ou precisaram ser renegadas. Por exemplo, em nenhum momento Florestan Fernandes nega as subdivisões das Sociologias Sistemática, Comparada, Histórica (ou Diferencial), Descritiva e Aplicada tal como as havia pensado em meados da década de 1950, retomando-as depois nos anos 60. Isso é verdadeiro mesmo em se tratando do Florestan marxista de *A revolução burguesa no Brasil*. Desse modo, ao afirmar que, se fosse fazer novamente pesquisas sobre o folclore, não iria se utilizar do método dialético, mas retornaria ao estrutural-funcionalismo, percebe-se o quanto considerava ainda válidos os modelos lógicos de explicação das Sociologia Comparada e Descritiva. Quem afirma isso é nada mais, nada menos, que o Florestan marxista leitor de Lênin dos anos 1970. Ou, ainda, quando trata das relações entre natureza e sociedade num capítulo intitulado “sociologia e marxismo” de seu livro-aula *A natureza sociológica da sociologia*, não irá invalidar a sua definição de sociologia como a ciência que estuda a interação social entre os seres vivos em todos os níveis, do biótico ao sociocultural⁴. Não teria sido, portanto, nesse plano epistemológico mais

4 Para demonstrar tais afirmações, deve-se fazer um exaustivo trabalho de garimpagem intelectual nos próprios escritos de Florestan Fernandes. Não caberia aqui, por razões de espaço, avançar nessa direção, mas irei fornecer apenas algumas referências como exemplos decisivos. Primeiro, ao falar da impossibilidade de alcançar uma síntese teórica na sociologia (ou nas ciências sociais) nos marcos das contradições e antagonismos históricos e estruturais do sistema capitalista, fará uma rápida menção a seus trabalhos anteriores como um avanço possível no plano lógico e metodológico: “O que nos interessa aqui, comparando o nível histórico ao nível estrutural, é que a fratura da sociedade reproduziu-se na fratura da ciência (no caso, da sociologia; e, note-se, ela é apenas um paradigma do que ocorre com as ‘ciências sociais’ em geral). Pode-se ir além metodológica e logicamente (como tentei em alguns de meus trabalhos). Contudo, a base material para esse progresso não existe. Enquanto persistir, o capitalismo terá como contraparte uma sociedade e uma civilização *antagônicas*, e o conflito se instaurará no centro mesmo do pensamento científico”

geral que se deram as rupturas e descontinuidades mais decisivas de seu pensamento sociológico (não se querendo dizer, com isso, que não houve mudanças nesse terreno, sendo a principal delas a compreensão de que a possibilidade de uma síntese teórica na sociologia decorre da revolução socialista), mas no plano da construção de categorias teóricas, histórico-concretas, para a explicação das formações sociais periféricas, de origem colonial, subdesenvolvidas e dependentes, plano no qual se concentram as contribuições mais importantes de Florestan Fernandes para a teoria sociológica. A partir de sua condição de cientista social situado à margem do sistema – tanto em relação aos centros hegemônicos de produção cultural, como por causa do seu isolamento institucional dentro de seu próprio país graças à violência de sua aposentadoria compulsória pela ditadura burguesa-militar no Brasil – Florestan foi capaz de apontar as distorções dos pacotes teóricos prontos e acabados que, importados, não servem para conhecermos nossa realidade e, muito provavelmente, o capitalismo em escala mundial.

O choque de opiniões, presentes nas interpretações das concepções de Florestan Fernandes sobre a sociologia e as demais ciências sociais, por vezes conduz a uma polarização entre os que defendem seu perfil acadê-

(Fernandes, 1980, p. 29; em negrito, grifos meus; em itálico, grifos no original). Florestan Fernandes está se referindo a seus esforços de sistematização das subdivisões da sociologia quando menciona “alguns de [seus] trabalhos”. Isso significa, portanto, que não considerava em vão ou irrelevantes seus esforços anteriores de reflexão metassociológica dos anos de 1940, 50 e 60. Essa passagem foi escrita em 1978, em plena fase socialista, quando redigiu suas anotações de curso que deram origem ao livro *A natureza sociológica da sociologia*. Mais adiante, em outro capítulo, irá defender a necessidade de reflexões do tipo da “grande teoria” (ou seja, Parsons) das críticas que foram endereçadas a este último no clássico *A imaginação sociológica*, de Wright Mills (2000, p. 25-49). “Ele [Mills] foi injusto com a ‘grande teoria’ (leia-se Parsons), pois deixou de ressaltar o que ela representava em relação à herança da sociologia sistemática alemã” (Fernandes, 1980, p. 64-65). Dentre outras coisas, a “grande teoria” seria fundamental para se apreender os “requisitos estruturais e funcionais da vida em sociedade (e também da existência, funcionamento e transformação do sistema social)”, os ganhos teóricos da “incorporação das contribuições da psicanálise, da psicologia experimental e de outras correntes da psicologia moderna às categorias abstratas da sociologia” e, ainda, uma compreensão mais exata da “natureza do ‘equilíbrio social’ e sua postulação reversível, estático-dinâmica” (Fernandes, 1980, p. 65). Em outros termos, o autor não precisou, após se declarar abertamente como um professor marxista no momento em que passa a lecionar sociologia no Canadá (Fernandes *apud* Soares, 1997, p. 78), abandonar suas concepções antes elaboradas sobre a importância da subdivisão da sociologia sistemática, essencial para o progresso do conhecimento sociológico. Ao discutir as relações tensas entre sociologia e marxismo, precisamente na temática das interações dialéticas entre natureza e sociedade, Florestan Fernandes irá remeter o leitor à sua definição de sociologia formulada nos anos 1950, à distinção que faz da vida social entre as comunidades vegetais, animais e humanas, bem como às suas seis subdivisões da ciência sociológica (Fernandes, 1980, p. 121-123). Por fim, em *A condição de sociólogo*, pode-se perceber como Fernandes continua trabalhando a partir dos parâmetros estabelecidos em suas subdivisões da sociologia e defende o estrutural-funcionalismo de críticas que o reduzem a uma perspectiva conservadora (Fernandes, 1978, p. 102-109), afirmando a esse respeito que, “se eu fizesse de novo investigações sobre o folclore paulistano, a socialização de crianças em grupos de folguedos etc., teria de usar a análise estrutura-funcional, por mais que eu desejasse preservar a orientação interpretativa do materialismo dialético. É claro que se pode fazer uma mistificação. Ainda recentemente recebi um trabalho sobre folclore no qual se transfere para o folclore toda a interpretação da luta de classes. Pode-se fazer isso, mas é algo forjado. Realmente, não só há uma confusão entre o folclore objetivo, quer dizer o folclore que aparece na atividade humana concreta e o folclore como disciplina que estuda essas entidades como, também, projetam-se processos revolucionários em grupos que não têm, por si mesmos, uma atividade revolucionária em si e para si” (Fernandes, 1978, p. 108-109).

mico e os que valorizam mais a sua militância socialista. Essa dicotomia deve ser evitada, sendo a melhor maneira de desconstruí-la acompanhando as transformações, as rupturas e descontinuidades na sua produção sociológica e nas suas tomadas de posição política. Se antes afirmei a importância de perceber as continuidades na obra de Florestan Fernandes, as mudanças são igualmente fundamentais para se alcançar uma avaliação mais equilibrada do processo dialético, portanto sócio-histórico, de conservação, superação e elevação a um nível superior, momentos esses sintetizados na noção hegeliana de *Aufhebung*, do pensamento sociológico do nosso autor. Penso que, para se intentar dirimir alguns choques de opinião muitas vezes desprovidos de sentido na interpretação da produção sociológica do autor, o caminho mais adequado seria proceder a uma leitura rigorosamente diacrônica da obra de Florestan Fernandes, acompanhando-se *pari passu* as rearticulações e reelaborações lógicas e históricas de suas categorias de compreensão da realidade confrontando-as com as transformações políticas no Brasil, na América Latina e no plano do sistema capitalista internacional. Vários trabalhos já avançaram considerações valiosas nessa direção e, sem dúvida, trouxeram aportes originais para o conhecimento aprofundado da sociologia de Florestan Fernandes, a despeito de muitas afirmações peremptórias sobre o pensamento do autor ainda constituírem hipóteses a serem devidamente controladas e submetidas a uma comprovação mais rigorosa.

Um terreno privilegiado para acompanhar as mudanças e descontinuidades no pensamento de Florestan Fernandes se situa na pesquisa de suas concepções sobre o papel político das ciências sociais. Acompanhando a lógica argumentativa das interações dialéticas entre continuidades e rupturas, o primeiro elemento a se chamar atenção seria para o que há de permanente na visão de Florestan Fernandes sobre a dimensão política das ciências sociais. A seu ver, para tomar decisões políticas seguras quanto aos rumos históricos, o cientista social deveria se preocupar em apreender – e esta constitui uma exigência que lhe acompanhará continuamente – as tendências objetivas de transformação de um dado *sistema* ou *formação* social, a depender das preferências por um vocabulário sociológico ou outro marxista, respectivamente. Ou dito com suas próprias palavras, para situar-se na “variedade de interesses e de concepções do mundo em entrechoque”, o cientista social deve se valer de conhecimentos sociológicos capazes de apontar os padrões estruturais e dinâmicos de

formação, desenvolvimento e reintegração dos sistemas sociais considerados (Fernandes, 1976a, p. 84).

No caso específico brasileiro, a realidade mais imediata da atuação política de Florestan Fernandes, à medida em que os valores ideais da ordem social competitiva são ainda capazes de suportar a defesa dos valores democráticos, o sociólogo poderia atuar junto com as camadas sociais mais progressistas para que tais valores fossem concretizados, de acordo com as situações objetivas possíveis. As escolhas políticas do sociólogo se dão pela identificação das tendências históricas em curso e pelo respeito a uma ética da responsabilidade científica de apontar os caminhos de aprofundamento da ordem democrática. Tais posições não implicam qualquer negação do envolvimento político do cientista social, nem a defesa de qualquer tipo de neutralidade axiológica e muito menos a necessidade de se colocar acima dos interesses particulares dos grupos sociais. Era procurando situar-se nos conflitos da sociedade que, para Fernandes, um saber objetivo poderia ser produzido e não se afastando dos choques entre interesses antagônicos.

No momento da prática política de Florestan Fernandes ainda sob os horizontes de sua exigente atuação como um *scholar* de sólida formação teórica, isto é, ainda na sua condição de sociólogo acadêmico e formador de novas gerações de cientistas sociais como professor da Universidade de São Paulo nos anos 1950 e 60, a forma como compreendia a ética científica nas relações entre sociologia e processos políticos o levava a se aproximar das camadas sociais que defendessem as bandeiras mais progressistas dentro dos limites da sociedade de classes brasileira. Em *A sociologia como afirmação*, o que salta à linha de frente seria o repúdio de Florestan Fernandes às soluções conservadoras para os problemas nacionais. No referido ensaio não há uma identificação explícita com essa ou aquela camada social. Florestan Fernandes não se erige aí como defensor dos interesses das classes trabalhadoras ou das camadas populares, mas como sociólogo assume a questão central em sua obra da defesa da democracia. “[...] lutar pela democracia vem a ser muito mais importante que aumentar o excedente econômico e aplicá-lo produtivamente”⁵ (Fernan-

5 Ao final do ensaio, Florestan Fernandes explicita como se localizava nos choques ideológicos entre as distintas camadas sociais, identificando-se de modo geral com o Povo: “Do liberalismo ao socialismo, passamos por várias experiências doutrinárias e históricas, que colocam os povos modernos diante de várias alternativas para atingir esse objetivo. O monopólio das opções por certas minorias sociais impede que essas alternativas se equacionem em confrontos democráticos de opiniões e se convertam em forças propulsoras da história. Quaisquer que sejam nossas preferências ideológicas, algo parece indubitável. É urgente que se prepare o homem comum brasileiro para entender, desejar e

des, 1976a, p. 88). Essa luta pela democracia se traduz, em sua perspectiva radical e ao mesmo tempo reformista, como uma “democratização da riqueza, do poder e da cultura” (Fernandes, 1976a, p. 88). Aí residia, portanto, o ponto de identificação entre o sociólogo e os movimentos sociais mais progressistas. Assim, o autor procurou traduzir em critérios científicos as escolhas pragmáticas e valorativas possíveis aos sociólogos em algumas situações específicas. Ao dizer num discurso de 1961 que “o cientista opera sempre, na escolha de fins e de meios, através do conhecimento positivo da realidade e das condições previsíveis de sua alteração pelo comportamento humano” (Fernandes, 1976a, p. 106), logo em seguida afirmará a legitimidade da transição entre “juízos de valor” e juízos de realidade:

Vejo-me tentado a dizer, com outras palavras, que o cientista tem-se esforçado por traduzir seus “juízos de valor” na mesma linguagem e segundo o mesmo método empregados para enunciar seus “juízos de realidade”. Portanto, o único dilema que subsiste (se de fato existe algum), está em como passar de um tipo de juízo a outro, respeitando-se a qualidade do conhecimento científico (Fernandes, 1976a, p. 106).

A imagem do sociólogo racionalista, cientificista e idealista, olhando do alto do seu saber a sociedade como um laboratório, portanto situado acima dela, seria extremamente equivocada quando se fala do Florestan acadêmico. Ao contrário, havia um *continuum* entre os níveis mais abstrato-gerais de sua reflexão teórica, as indagações empíricas de suas pesquisas concretas e, por fim, o raciocínio prospectivo e pragmático de transformação da sociedade; tudo isso se enredava como um tecido meticulosamente costurado no pensamento de Florestan Fernandes, em que cada uma dessas linhas se entrecruzam e são desnoveladas a depender das exigências de cada situação. Também por esse mesmo motivo seria errônea a identificação da sociologia de Florestan com uma perspectiva política liberal. Ora, o liberalismo, como estilo social de pensamento em seus horizontes ideológicos e utópicos, pressupõe alguma separação estanque, como bem demonstrou Karl Mannheim (1986), entre os momentos de conhecimento da realidade e o da intervenção prática no mundo social. As perspectivas liberais na sociologia operam a partir de modelos em direção aos quais a realidade deveria se adaptar. Para Florestan Fernandes justa-

.....
praticar essas opções, de modo que o Povo deixe de ser uma vítima passiva e o parceiro mudo nos acontecimentos que abalam, frequentemente, a vida da Nação” (Fernandes, 1976a, p. 90; grifos no original).

mente o contrário disso seria verdadeiro: os projetos de planejamento social ou “mudança cultural provocada” deveriam contar com a participação de cientistas sociais investigando a sociedade para direcioná-la rumo às mudanças construtivas e progressistas, mais condizentes com as tendências históricas de pleno desenvolvimento das potencialidades inscritas no seu padrão de organização civilizatório. Assim, sua visão acadêmica da sociologia reflete muito um estilo de pensamento socialista que, mesmo estando politicamente vinculado a um reformismo democrático, não separa rigidamente teoria e prática na produção de conhecimento nas ciências sociais.

No conjunto da sociologia de Florestan Fernandes, há sempre níveis de aproximação ao real, histórico e concreto, em que predominam uma ou outra das suas dimensões constitutivas, sejam teóricas, pragmáticas, políticas e empíricas, mas todas entre si imbricadas. Só a análise concreta de cada situação específica pode indicar suas respectivas importâncias e pesos relativos. Esses são os termos mais precisos em que se pode caracterizar a sociologia acadêmica de Florestan Fernandes e os vários trabalhos sobre sua obra privilegiam unilateralmente uma ou outra de tais dimensões. Assim, seria preciso investigar como se delineava sua perspectiva política a partir de seus horizontes acadêmicos e não justificar um corte estanque, inexistente, entre suas posições teóricas nas ciências sociais e suas perspectivas ideológicas e políticas. Haveria, enfim, uma íntima aproximação em Florestan Fernandes entre um socialismo reformista e sua construção teórica da sociologia como disciplina científica, embora tais nexos e afinidades não sejam evidentes à primeira vista dado o caráter denso e rigorosamente acadêmico no plano conceitual. Um dos seus métodos de raciocínio consiste na análise e síntese das esferas da vida social, com as subdivisões da sociologia representando, para cada uma, um modo particular de apreender as relações entre estrutura e história. Da sociologia *sistemática* à sociologia *aplicada*, passando pelas sociologias *comparada*, *histórica* e *descritiva*, há um esforço de diminuir as distâncias entre um saber predominantemente teórico e um conhecimento que fosse útil à transformação da sociedade.

Nesse momento em particular, da década de 1940 até fins dos anos 1960, a maneira como interpretava o seu papel político como sociólogo se aproxima mais, em termos *mannheimianos*, da ideia dos intelectuais como um estrato intersticial situado “entre as classes” e não como uma

“camada acima das classes”. O seu envolvimento na Campanha em Defesa da Escola Pública, no início da década de 1960, exemplifica perfeitamente tal concepção de participação política do cientista social. Ao dialogar com vários setores da sociedade brasileira, os diagnósticos da situação educacional traçados pelo sociólogo participante da Campanha estavam próximos dos grupos mais progressistas que defendiam o ensino público. E, dessa maneira, ao debater com as perspectivas conservadoras e contrapondo-se a seus argumentos, os horizontes ideológicos do autor, socialistas e reformistas, estavam por esse mesmo motivo aliados às vertentes do radicalismo liberal-burguês mais avançadas daquele momento histórico.

Se há algum sentido em falar que Florestan Fernandes se afastava dos interesses particularistas dos grupos sociais, o alvo central desse afastamento eram as “ralas minorias” (Fernandes, 1976a, p. 89) que procuravam resguardar suas posições vantajosas nas estruturas de distribuição desigual da riqueza, do prestígio, do poder e da cultura. Era contra os interesses particularistas e egoísticos de tais grupos que nosso autor se insurgia, não significando que condenasse toda e qualquer vinculação ideológica do sociólogo ou do cientista social com os movimentos políticos da sociedade. Seria mesmo impossível que tal ocorresse, pois como “cientista” e “cidadão”, o próprio sociólogo recebe as influências das correntes ideológicas de sua época e assume, nem sempre totalmente de forma consciente, posições nos embates políticos. A “sociologia comprometida” de Florestan Fernandes, até fins dos anos 1960, estava delineada dessa forma e aí não se encontra necessariamente uma posição marxista, mas um socialismo reformista que dialogava muito bem com as tendências liberais progressistas.

A participação política do cientista social era um debate muito vivo nas décadas de 1950 e 60, opondo orientações epistemológicas diversas no campo da sociologia do conhecimento. Toda a explanação anterior foi necessária para podermos tirar algumas conclusões sobre as três questões fundamentais – a sua concepção de sociologia, as suas mudanças de posições intelectuais e sua militância socialista – das mais debatidas entre as interpretações da produção sociológica do autor. A ruptura e a descontinuidade que ocorrem na obra de Florestan Fernandes, no plano de suas concepções sobre o papel político do cientista social, se localizam historicamente na implementação do regime ditatorial brasileiro e, logo em seguida, em outros países latino-americanos. Dada a impossibilidade

de avançar a atuação política do cientista social nos moldes *mannheimianos* do “planejamento experimental e democrático”, o eixo da sua reflexão se volta, nos anos 1970 e décadas seguintes, para a análise dos processos revolucionários na América Latina, bem como das ofensivas contrarrevolucionárias tendentes a solapar qualquer tentativa, mesmo as mais timidamente reformistas, de quebra das estruturas de classe ultracentradas de riquezas e os monopólios, por uma rala minoria, do prestígio social, das oportunidades educacionais, da cultura e do poder político.

Não faria sentido lutar pelo “planejamento democrático” numa sociedade extremadamente autocrática e enraizada na violência colonialista. Para que a sociologia e as ciências sociais pudessem efetivamente cumprir seus papéis emancipatórios e democráticos, seria necessário, por meio de processos de revolução *dentro da ordem* ou *contra a ordem*, que a sociedade brasileira se transformasse na direção de um capitalismo nacional autônomo (uma alternativa histórica cada vez mais remota) ou avançasse ao socialismo. Por isso, o viés marxista do pensamento de Florestan Fernandes, já presente na sua Sociologia Diferencial ou Histórica, irá ganhar a linha de frente e desenvolver suas reflexões para o terreno mais concreto da caracterização concreta da formação social brasileira – o que sempre irá procurar fazer a partir de um enfoque comparativo com América Latina. As mudanças aí foram radicais e irreversíveis, cumprindo dizer, porém, que a sociologia de Florestan Fernandes ganha em densidade teórica na explicação do Brasil, não apesar de sua vinculação ideológica com o socialismo, mas por causa mesmo de sua adesão ideológica ao “marxismo revolucionário” como alternativa à barbárie capitalista.

Procurei traçar, baseando-me em alguns textos representativos de momentos bastante afastados no tempo de sua trajetória intelectual, o modo como vejo a atuação política do sociólogo paulistano em diferentes fases de sua história de vida, sendo a primeira delas predominantemente acadêmica – etapa esta marcante que pode ser definida como a da “sociologia comprometida” de Florestan Fernandes, visto que Orlando Fals Borda, seu amigo e colega colombiano, passou a considerá-lo como figura essencial do compromisso político nas ciências sociais com as transformações progressistas e democráticas na América Latina – e a segunda politicamente revolucionária. Gostaria de deixar isso explícito apenas porque, embora se possa discordar dos termos exatos da tese proposta por Barbara Freitag (1987) sobre o “corte epistemológico” na obra de Florestan Fernandes, ou

pelo menos do modo pelo qual o autor foi aí caracterizado num momento e outro de sua trajetória, sem sombras de dúvida essa tese foi pioneira em propor o problema das transformações nos horizontes do pensamento teórico, metodológico e político daquele que é considerado hoje o patrono da sociologia brasileira.

No ano de 2004, defendi na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) uma dissertação de mestrado, intitulada “Florestan Fernandes em questão: um estudo sobre as interpretações de sua sociologia” (Costa, 2004), na qual procurei fazer um balanço do que até então havia sido escrito sobre o autor. Não concordo hoje com muitas das ideias que apresentei na ocasião, pois relendo o trabalho encontro certos reducionismos e uma classificação muito ampla, dividindo as vertentes interpretativas da produção sociológica de Florestan Fernandes numa “perspectiva acadêmico-institucionalista” e noutra “político-radical”. Hoje não mais considero que essa distinção, do jeito como foi construída, faça muito sentido e, além disso, que as obras analisadas possam ser inteiramente classificadas numa ou noutra vertente. Penso que reproduzi algo que estava querendo evitar, uma espécie de dicotomia, a valorização ora do sociólogo, ora do socialista revolucionário. Particularmente gosto desses dois Florestans e acho que cada um deles deve ser compreendido em seus respectivos contextos. O meu intuito era argumentar que o estudo abrangente da obra de Florestan Fernandes deve levar em conta suas origens sociais, suas ideologias políticas, seus vínculos de classe, mediadas pelas suas inserções institucionais e outras categorias de ordem sociológica, tentando apreender esse conjunto complexo em suas transformações históricas como uma “síntese de múltiplas determinações”. Trata-se de uma posição assumida na Sociologia do Conhecimento cuja origem fui buscar no próprio Florestan Fernandes, mas que remonta em última instância ao marxismo e à sociologia *mannheimiana* da cultura.

A proposta da dissertação – a qual reconheço há algum tempo não ter tido pleno êxito em alcançar – era mostrar que cada trabalho sobre Florestan Fernandes abordava aspectos fundamentais para a compreensão de sua obra sociológica a partir das distintas perspectivas de análise então construídas e, assim, por focalizarem cada um deles elementos diferenciados, segundo seus interesses respectivos de pesquisa, isso traria uma reconstrução rica e plural do conjunto de um pensamento tão complexo, diverso e multifacetado, produzido historicamente durante pouco mais

de cinco décadas nas circunstâncias políticas cruciais do século XX. É por isso que interpretar a obra sociológica e política de Florestan Fernandes será sempre uma tarefa coletiva, envolvendo o debate crítico entre gerações ou perspectivas inclusive divergentes. Minhas críticas a autores que então situei na perspectiva “acadêmico-institucionalista” se baseava na ideia de que focalizar a produção das ideias de Florestan Fernandes, por meio da análise dos rebatimentos de sua trajetória pessoal e coletiva nos espaços privilegiados de construção institucional das ciências sociais paulistanas, a Universidade de São Paulo e a Escola Livre de Sociologia e Política, poderia conduzir a um reducionismo explicativo, segundo o qual as formas de sociabilidade cooperativas, competitivas e conflitivas dentro dessas instituições seriam suficientes para interpretar sociologicamente o pensamento sociológico do autor. Tratava-se de uma dimensão importante e muitas vezes a principal, dado o papel desempenhado pelo próprio Florestan Fernandes nessa construção institucional, mas corria-se o risco, por exemplo, de recair nos mesmos reducionismos que se costuma criticar numa sociologia marxista dogmática, como o de reduzir todas as explicações a relações de classes sociais.

Ao se atribuir, por exemplo, a Florestan Fernandes uma visão positiva da “ordem social competitiva” (o que não seria inteiramente verdade, pois em seus escritos podemos identificar aspectos negativos e positivos no estudo sociológico dessa ordem) por conta de sua ascensão social na Universidade de São Paulo, tal pode ser considerado uma forma de reducionismo semelhante à que se pode verificar numa interpretação economicista da vida cultural. Aliás, esse tipo de explicação economicista das formas sociais de consciência, as quais costumam reduzir a um único fator causal, seria incompatível com as posições filosóficas de Marx e sua categoria de determinação (*Bestimmung*), que vai buscar em Hegel. *Determinação e relações de causa e efeito* são coisas completamente distintas dentro dos quadros conceituais da filosofia idealista alemã. Nesse sentido, acreditava que, apesar de alguns trabalhos então situados nessa vertente interpretativa terem desvendado aspectos fundamentais da produção intelectual de Florestan Fernandes que de outro modo não teriam sido bem trabalhados ou explicados sociologicamente, pontos criticáveis como aquele deveriam ser confrontados com outras dimensões sociológicas não cobertas pelo recorte institucional e situados nos níveis dos embates ideológicos da sociedade brasileira. Ou seja, o enfoque institucional

era tomado como legítimo, necessário, mas devendo ser constantemente confrontado com outros níveis e dimensões interpretativos.

O problema, entretanto, é que os trabalhos citados podiam apresentar um recorte institucional, mas assumiam dimensões mais amplas, que cheguei a reconhecer, porém intitulei inadequadamente de “perspectiva acadêmico-institucionalista”. Alguns desses trabalhos se situavam mais no campo de uma sociologia da cultura, voltando-se para a análise das formas sociais da linguagem – com algumas ressonâncias da teoria crítica *adorniana* – do que propriamente numa perspectiva institucionalista, embora um dos elementos da análise fosse a construção da Universidade de São Paulo e a caracterização da heterogênea e plural Escola Paulista de Sociologia, ligada ao nome de Florestan Fernandes (Arruda, 1995; 2001). Do mesmo modo, o que chamei de “vertente político-radical” era uma classificação por demais ampla, com pouco valor analítico, na qual caberiam muitos trabalhos extremamente díspares entre si. Com essa caracterização, meu objetivo seria analisar as interpretações da obra de Florestan Fernandes que sinalizassem de algum modo a presença de suas raízes ideológicas (ideologia tomada em sentido amplo, na acepção *gramsciana* de visão de mundo) no seu labor conceitual, teórico e epistemológico nas ciências sociais. A verdade é que ambas as classificações não fazem justiça às obras então analisadas e reproduzem a dicotomia entre o acadêmico e militante. Por isso resolvi abandoná-las e seguir dois caminhos de análise entre si complementares, o de situar cada olhar sobre a obra de Florestan Fernandes no seu contexto específico, com suas orientações teóricas diversas, escolhas metodológicas originais e objetivos variados, sem qualquer preocupação classificatória, e o de comparar esses olhares sobre a obra do autor com a leitura de seu ensaio de traços autobiográficos, *Em busca de uma sociologia crítica e militante*, ou seja, com a interpretação que este faz de si mesmo.

No apêndice do livro, acrescentamos uma lista de trabalhos, dentre artigos, livros, dossiês, dissertações de mestrado e teses de doutorado, produzidos sobre Florestan Fernandes. São trabalhos fundamentais para se compreender o conjunto da obra do autor e, certamente, com o tempo novas e alentadas pesquisas serão publicadas. São, portanto, novos e velhos olhares sobre Florestan Fernandes. Em que medida esses novos e velhos olhares assumem, hoje, as tarefas políticas nas ciências sociais que o autor se propôs em fases distintas de sua trajetória? Estaremos à altura

dos desafios históricos da sociedade brasileira, com o mesmo estado de espírito que animou o nosso autor a se posicionar contra as iniquidades de todo tipo e as mais diversas formas de exploração, de opressão e de brutalização do ser humano? Interpretar a obra e a trajetória intelectuais de Florestan Fernandes é também situar-se nas trincheiras de uma *sociologia crítica e militante*, crítica da ordem capitalista e militante pelo socialismo. Uma proposta de investigação que se seguirá daqui será a releitura crítica dos trabalhos sobre Florestan Fernandes, segundo os critérios conceituais, teóricos, políticos e metodológicos agora estabelecidos. Concluo o texto com uma citação de Heloisa Fernandes, socióloga e filha de Florestan, cujo modo particular e exigente de ler a obra de seu pai poderá sempre nos inspirar:

[...] leio seu trabalho como uma contínua retomada, aprofundamento e enriquecimento das mesmas questões. Certa vez, Florestan reconheceu que a sua pesquisa mais importante como sociólogo e como socialista foi aquela que fez com Roger Bastide sobre as relações raciais em São Paulo, em 1950. De fato, o sociólogo nunca mais deixou de se interrogar sobre o mundo da exclusão, da discriminação e do preconceito que, de fato, reencontrou, pois a pesquisa lhe rerepresentava vários dramas da sua infância de menino pobre. De certa forma, sua obra é uma reinterpretação teórica e política ininterrupta daquela monumental pesquisa empírica e da sua indignação com um mundo incapaz de se democratizar (Fernandes, 2008, p. 31; 2011, p. 26)⁶.

Referências

- ARRUDA, Maria Armanda do Nascimento. 1995. A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a “escola paulista”. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Sumará/FAPESP. p. 107-232.
- _____. 2001. *Metrópole e cultura: São Paulo no meio século XX*. Bauru: EDUSC.
- CORDEIRO, Veridiana Domingos; NERI, Hugo. 2019. *Sociology in Brazil: a brief institutional and intellectual history*. Londres: Palgrave Macmillan.
- COSTA, Diogo Valença de Azevedo. 2004. *Florestan Fernandes em questão*:

⁶ Esta citação foi uma recomposição das versões em português e espanhol do mesmo texto. Assim, as duas linhas iniciais remetem à edição de 2008, o restante à de 2011. Há pequenas variações no texto, por isso esse modo de proceder se fez necessário.

um estudo sobre as interpretações de sua sociologia. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

FERES JR., João. 2010. Introdução a uma crítica da modernidade como conceito sociológico. *Mediações*, Londrina, v. 5, n. 2, p. 28-41.

FERNANDES, Florestan. 1964. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: FFCL/USP.

_____. 1974. *Elementos de sociologia teórica*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

_____. 1975. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar.

_____. 1976a. *A sociologia numa era de revolução social*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar.

_____. 1976b. *Ensaio de sociologia geral e aplicada*. 3. ed. São Paulo: Pioneira.

_____. 1978. *A condição de sociólogo*. São Paulo: Hucitec.

_____. 1980. *A natureza sociológica da sociologia*. São Paulo: Ática.

FERNANDES, Heloisa. 2008. Florestan Fernandes, un sociólogo socialista. In: FERNANDES, Florestan. *Dominación y desigualdad: el dilema social latinoamericano (Antología)*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores/CLACSO. p. 9-35.

_____. 2011. Apresentação. In: FERNANDES, Florestan. *Brasil: em compasso de espera*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. p. 7-29.

FREITAG, Barbara. 1987. Democratização, universidade, revolução. In: D'INCAO, Maria Angela (org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra/UNESP. p. 163-180.

MANNHEIM, Karl. 1986. *Ideologia e utopia*. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara.

MILLS, Wright. 2000. *The sociological imagination*. New York: Oxford University Press.

MOTTA, Eduardo. 2000. O ISEB no banco dos réus. *Comum*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 15, p. 119-145.

SOARES, Eliane Veras. 1997. *Florestan Fernandes: o militante solitário*. São Paulo: Cortez.

Florestan Fernandes: um trãnsfuga de classe?

Ana Rodrigues Cavalcanti Alves

Neste capítulo, buscamos investigar o conjunto de depoimentos e ensaios autobiográficos produzidos por Florestan Fernandes, a partir dos anos 1970¹, com o intuito de destacar a importância assumida pela *dimensão subjetiva e cultural* em sua compreensão das classes sociais, expressa na análise que o autor empreende sobre a própria trajetória social, intelectual e política – a qual é inscrita na teia de relações de classe vigentes na sociedade brasileira e, particularmente, na cidade de São Paulo.

Para os fins da presente exposição discutiremos brevemente: 1) o papel de Florestan Fernandes no debate sobre classes sociais na sociologia brasileira; 2) os desdobramentos desse debate, diante dos desafios colocados por um conjunto de transformações estruturais, políticas e institucionais a partir dos anos 1970; e, por fim, 3) a elucidação das diversas facetas da noção de classe apresentada por Florestan Fernandes na análise que empreende sobre a própria trajetória, na qual é possível destacar uma compreensão *sintética* do conceito de classe social, que envolve dimensões objetivas e subjetivas, sincrônicas e diacrônicas.

Acreditamos que essa chave de leitura constitui um importante ponto de partida para uma análise mais abrangente da compreensão de Florestan Fernandes sobre o fenômeno, haja vista que o autor assumiu uma posição macroestrutural no debate teórico desenvolvido no âmbito das ciências sociais brasileiras, marcada por uma posição cada vez mais complexa sob a influência do marxismo – em contraposição aos estudos de comunidade da Antropologia². A análise de classe proposta por Fernan-

1 Dentre os textos analisados, é importante destacar os ensaios *Em busca de uma sociologia crítica e militante* (Fernandes, 1977), *Sobre o trabalho teórico* (Fernandes, 1975), *A pessoa e o político* (Fernandes, 1980), *Florestan Fernandes, história e histórias* (Fernandes, 1995), o conjunto de cartas de Florestan a Barbara Freitag, publicado em *Florestan Fernandes por ele mesmo* (Freitag, 1996), além das entrevistas realizadas por Eliane Veras Soares com o autor, no início dos anos 1990, e aqui publicadas.

2 Os estudos de comunidade no Brasil integram um esforço intelectual mais amplo de apreender as transformações em curso na sociedade brasileira, na primeira metade do século XX, focalizando os processos que possibilitaram a expansão do mundo urbano-industrial, bem como os complexos problemas sociais advindos com tais processos, com o intuito de fornecer instrumentos racionais ao seu enfrentamento. Contudo, segundo Octávio Ianni (1989, p. 60), as aspirações desses estudos – fortemente influenciados pelas ciências sociais norte-americanas – não foram plenamente concretizadas em virtude de uma inadequação entre os alvos da investigação e os procedimentos metodológicos utilizados. Haveria uma sobrevalorização da solução metodológica, da observação e da descrição empírica e microscópica exaustiva do funcionamento atual da comunidade, em detrimento de um modelo teórico capaz de guiar a análise

des estaria voltada para a centralidade da ação de classe na reprodução/ transformação da estrutura social. Além disso, é comum a interpretação de que esta modalidade de análise de classes, que se tornou dominante na Sociologia Brasileira a partir dos anos 1960, teria conferido pouca atenção ao papel desempenhado pela cultura nesse processo e ao entendimento dos indivíduos *qua* atores sociais (Bertoncelo, 2014; Guimarães, 2002, p. 15).

Antônio Sérgio Guimarães (2002, p. 13-14) afirma que o “conceito de classes sociais emerge com a nascente academia brasileira”, considerado central para os estudos de estrutura, organização e estratificação social. Segundo o autor, a revista *Sociologia*, editada pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo, serviu de veículo para o primeiro debate teórico sobre classes sociais, nos anos 1940. Tal debate opôs, de um lado, Donald Pierson e Emílio Willems, cuja concepção de classe remetia à ideia geral de estratos sociais, dotados de consciência e sociabilidades próprias – passível de aplicação em qualquer sociedade humana – e, de outro lado, Costa Pinto e Florestan Fernandes, para quem as classes eram concebidas como estruturas sociais que condicionavam as ações coletivas nas sociedades capitalistas. Nas palavras do autor,

[...] em jogo estavam mais que as concepções de duas tradições disciplinares – a antropologia *versus* a sociologia – ou metodológicas – os estudos de comunidade *versus* os estudos histórico-estruturais. Tratava-se de definir o objeto mesmo da reflexão sociológica no Brasil (Guimarães, 2002, p. 14; grifos no original).

Florestan Fernandes se destaca, nesse debate, pelo seu esforço de sistematização do conhecimento sociológico acerca das classes sociais e pela proposição de uma orientação metodológica que deveria guiar a análise científica. Para tanto, em seu artigo publicado na revista *Sociologia*, em 1948, o autor retoma as contribuições legadas pelos clássicos da Sociologia – como Marx, Tönnies, Durkheim, Max Weber, dentre outros –, considerados responsáveis pela elaboração das principais teorias sobre as fontes da diferenciação em classe nas sociedades ocidentais. Seu objetivo era estabelecer “o conhecimento da origem, da estrutura e da dinâmica de sociedades de classes” como objeto fundamental da então nascente sociologia brasileira (Fernandes, 1971, p. 68).

das condições e tendências reais das mudanças constatadas, através da explicitação de suas conexões estruturais e funcionais diacrônicas.

“Para penetrar o âmago dessa realidade viva e em devir” (Fernandes, 1971, p. 76), o autor afirma que é preciso distanciar-se das concepções naturalistas da classe, consideradas incapazes de apreender conceitualmente a instabilidade das situações de classe ou de propor explicações racionais para as distinções, barreiras e atividades organizadas em classe. Desse modo, o conceito sociológico de classe social é concebido como uma elaboração típico-ideal, que deve ser geral e dotada de precisão lógica, mas que, ao mesmo tempo, deve ser “relativamente vazio”, de modo a captar as relações e atividades sociais de classe em todas as suas manifestações histórico-sociais. Isso porque a organização de classes nas sociedades ocidentais abrange variações significativas, quando se consideram as peculiaridades do desenvolvimento do capitalismo e as condições de existência social em cada sociedade. Longe de constituir uma barreira ao conhecimento sociológico, a “forma histórica” assumida pela ordenação das relações em classe e os diversos exemplos de suas manifestações peculiares nas sociedades ocidentais constituem a condição mesma de sua existência, fornecendo “a base empírica e os elementos necessários à conceituação típico-ideal e ao conhecimento sintético das classes sociais” (Fernandes, 1971, p. 76).

Por outro lado, já no artigo de 1948, Florestan Fernandes (1971, p. 80) afirma que não se deve ignorar a contribuição contida na análise sincrônica da antropologia cultural – tais como o “conhecimento minucioso a respeito dos membros de cada classe e das relações de classe entre si” –, destacando a tarefa da sociologia em aplicar este legado na análise das classes sociais. O autor ressalta, contudo, uma divergência fundamental no modo de conceber as diferenças culturais e sua relação com a estratificação social. Enquanto a antropologia cultural descreve a estratificação em termos de diferenças culturais evidenciadas no comportamento das classes em presença, a sociologia considera tais diferenças como consequência do tipo da estratificação social, relacionando os padrões de comportamento e conteúdos culturais correspondentes à posição relativa ocupada pelos indivíduos ou grupos de indivíduos na estrutura social. Nessa perspectiva, o autor adverte que as diferenças culturais interclasse devem ser concebidas menos como o produto de mecanismos culturais do que como “índices de diferenciação social que exprimem, objetivamente, as oportunidades de participação da cultura oferecidas aos indivíduos em sociedades de classes” (Fernandes, 1971, p. 81).

Assim, em situações sociais estáveis, as diferenças culturais assumem a função de preservação das distâncias e barreiras sociais existentes entre as classes. “Porém, em situações sociais instáveis inspiram, sob a forma de ideologias e utopias, tanto movimentos sociais reacionários quanto revolucionários” (Fernandes, 1971, p. 81-82). Trata-se, portanto, de concebê-las como representativas das condições de existência social em sociedades de classes, cuja organização condiciona o significado e a função de tais diferenças. Desse modo, constituiria tarefa fundamental da análise sociológica identificar as condições objetivas que demarcam a posição dos agentes na estrutura social.

Essa discussão já permite perceber a compreensão *sintética* do fenômeno da diferenciação em classes no pensamento de Florestan Fernandes. No entanto, sua contribuição ao debate sobre classes nas ciências sociais brasileiras será reconhecida, sobretudo, pelo seu esforço em estabelecer a análise do desenvolvimento de uma sociedade capitalista no Brasil – ou simplesmente do desenvolvimento – como principal objeto da Sociologia brasileira. Posteriormente, o autor de *A revolução burguesa no Brasil* também será vinculado a uma Sociologia Econômica, que focaliza, a partir de uma perspectiva macrosocial, “a articulação entre a dinâmica interna de classes, o estado nacional e a ordem capitalista mundial” (Guimarães, 2002, p. 16).

Segundo Guimarães (2002, p. 15), a análise de classes se tornará a abordagem dominante na Sociologia brasileira durante duas décadas, marcadas pela consolidação da influência do marxismo e de todas as formas de explicação estrutural. Nesses estudos, focalizam-se as relações sociais engendradas pelo processo de industrialização, considerado o grande consenso dos anos 1960, e a análise da ação/inação de seus principais agentes, como o Estado, a classe trabalhadora, a classe média e a burguesia.

Contudo, a partir dos anos 1970, observa-se uma perda relativa de prestígio dessa tradição teórica, simultaneamente à emergência de novos enfoques sociológicos. Segundo Edison Bertoncelo (2014), o destino dessa modalidade de estudos de classe foi fortemente moldado pela perda de centralidade do marxismo na teoria social. O autor elenca duas razões para isso. Em primeiro lugar, o peso decrescente da força de trabalho industrial em alguns países industrializados e a crescente diferenciação das frações não-proprietárias nas estruturas de classe das sociedades capitalistas avançadas. Em segundo lugar, a emergência de ondas de protesto

social, em diversos países da Europa e nos Estados Unidos, a partir dos anos 1960, que “não pareciam possuir nenhuma relação significativa com a mobilização operária ou estar fundamentada na (velha) luta de classes, ou seja, no conflito entre capital e trabalho” (Bertoncelo, 2014, p. 9).

Bertoncelo (2014) destaca os diversos esforços observados dentro e fora do campo marxista, a partir dos anos 1970, para fazer frente aos desafios teóricos e políticos colocados à teoria das classes sociais, que possibilitaram a emergência de novos enfoques teóricos, dentre os quais ganham relevo a abordagem neomarxista, a abordagem neweuberiana e a perspectiva teórica elaborada por Pierre Bourdieu. O debate sobre classes no Brasil irá acompanhar de perto tais desdobramentos teóricos, incorporando suas contribuições e produzindo também inovações pertinentes.

No entanto, vale destacar outra razão não mencionada por Bertoncelo, que teria contribuído para a perda relativa de prestígio e de espaço institucional daquela tradição teórica. Trata-se do Golpe de 1964 e, particularmente, da implementação do Ato Institucional n. 5 (AI-5), em 1968, que expressa o agravamento da repressão militar no país, com brutais consequências para as universidades brasileiras. A teoria das classes sociais estivera ligada conceitualmente, até então, a algumas grandes tradições teóricas, e sobretudo à sociologia uspiana³ (Guimarães, 2002, p. 22). O AI-5 provocou um grande impacto na Universidade de São Paulo, determinando a aposentadoria compulsória de professores que empreendiam aquela modalidade de análise de classes, dentre os quais destacamos Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni.

Tais condições levaram Florestan Fernandes ao exílio no Canadá, conduzindo-o a um duro processo de crise e reflexão sobre a própria trajetória acadêmica, de desencanto e crítica com relação às potencialidades da sociologia em uma ordem social capitalista que, no caso da sociedade brasileira, imbricava-se a um modo de dominação autocrático, manifesto em momentos de crise e pressão política. É nesse contexto que o autor iniciará uma análise reflexiva sobre sua vida e obra, através de ensaios autobiográficos, da troca de cartas com intelectuais brasileiras/os – a exemplo das cartas enviadas à Barbara Freitag – e de diversos depoimentos e entrevistas que serão analisados aqui mais adiante.

Por outro lado, é também nesse momento que Florestan Fernandes se

3 Outras tradições teóricas destacadas por Guimarães (2002) são a sociologia nacional-desenvolvimentista do ISEB, a ortodoxia marxista dos partidos de esquerda e a sociologia latino-americana, desenvolvida na FLACSO e da CEPAL.

debruça sobre uma análise histórico-sociológica mais concreta das classes sociais na América Latina, reafirmando a pertinência da utilização do conceito de classe na investigação sociológica das formações sociais constituídas tanto nos países centrais quanto naqueles países situados na periferia do capitalismo. Tal utilização exige, contudo, uma revisão crítica da concepção de classe legada pelos autores clássicos, dadas as significativas variações sócio históricas observadas nos países centrais e periféricos e a necessidade de inserir a análise numa perspectiva mais globalizante, que envolve a relação entre tais países. No caso dos países latino-americanos, a análise das classes sociais envolve a consideração da formação de um tipo de capitalismo específico – o capitalismo dependente – e sua relação estrutural com a sociedade de classes constituída em tais países, o que favoreceu a imbricação de elementos arcaicos e modernos na constituição de uma ordem social competitiva destituída de suas potencialidades criadoras, de impulsões democráticas e igualitárias como condição normal da sociedade de classes associada ao capitalismo dependente (Fernandes, 1972/1975).

A despeito da mudança de escala na abordagem sociológica das classes sociais, ao se concentrar na análise de formações histórico-sociais concretas da periferia do capitalismo, e das sucessivas atualizações conceituais empreendidas por Fernandes – destacadas em outros momentos desta segunda parte do livro –, é possível observar importantes elementos de continuidade na compreensão do fenômeno da diferenciação em classes esboçada pelo autor, notadamente a consideração da importância da cultura na reprodução das classes e na produção social da existência que, segundo Fernandes (1972/1975, p. 60-61), permanecia pouco investigada nos países da América Latina até o início dos anos 1970.

Com relação aos estudos sobre classes sociais no campo sociológico nacional, a partir desse período, Bertonecelo (2014, p. 10) destaca três conjuntos de trabalhos, cujas principais diferenças variam segundo os seguintes critérios: “i) a importância conferida à cultura ou mais especificamente às disputas classificatórias em torno da apropriação de bens materiais ou culturais, em diversos domínios da vida social; e ii) a relação construída entre estrutura de classe e ação de classe”. Um primeiro conjunto de estudos estaria ligado às perspectivas neomarxista e neoweberiana, voltadas à construção de esquemas de posições de classe, baseado em critérios objetivos, com o intuito de investigar o efeito das relações

entre tais posições sobre aspectos diversos das oportunidades de vida de indivíduos e grupos⁴. Um segundo conjunto de estudos seria influenciado pelo enfoque teórico de Pierre Bourdieu, destacando a formação sociocultural das classes sociais. “Neles, ‘classes’ são concebidas como coletividades sociais que, em razão das posições relativas que ocupam nos planos material e simbólico/cultural, fixam balizas à sociabilidade cotidiana e conformam estilos de vida” (Bertoncelo, 2014, p. 12).

Esse segundo conjunto, no qual se integra o próprio Bertoncelo, se caracterizaria por uma maior articulação entre os dois critérios acima referidos, na medida em que adota uma perspectiva sintética das classes sociais, que engloba tanto critérios objetivos quanto subjetivos – estes últimos apreendidos sob a forma de crenças, valores, disposições, classificações e gostos –, e permite destacar tanto a importância dos recursos culturais na constituição das classes quanto a possibilidade teórica de concebê-las como coletividades sociais, voltadas para a ação coletiva⁵.

Por fim, Bertoncelo (2014, p. 13) elenca um terceiro conjunto de estudos, impulsionado por aquela tradição mais longínqua, cujas raízes estariam fincadas na ideia de que a sociologia teria por objeto “a compreensão da origem e dinâmica das sociedades capitalistas modernas” – de que Florestan Fernandes pode ser considerado um dos principais fundadores, muito embora não seja citado no balanço realizado pelo autor. Tais estudos seriam profundamente influenciados por aquela modalidade de análise que concebe as classes como agentes coletivos de contestação e/ou transformação da ordem social vigente. Esses trabalhos se caracterizariam por uma apropriação criativa da tradição marxista, que busca investigar a articulação entre economia e política, ou seja, a relação entre os processos políticos, de um lado, e ação e os interesses das classes sociais, de outro. Os balanços destacam a formação de um núcleo de estudos agrupado no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), a partir dos anos 1970, e orientado para a exegese marxista, que promoverá o segundo debate teórico sobre classes no Brasil. Os trabalhos de Francisco de Oliveira são indicados como pioneiros no processo de reapropriação da teoria marxista, exercendo forte influência nas discussões sobre clas-

4 Enquanto a abordagem neomarxista afirma a centralidade da análise de classe para a explicação da transformação social, a perspectiva neoweberiana concentra a investigação nos modos como as relações de classe afetam a distribuição das chances de vida e das condições de existência dos indivíduos (Bertoncelo, 2014, p. 10).

5 Para uma discussão sobre as possibilidades de articulação entre o conceito de classe social e a noção de ação coletiva ver *Classe, cultura e ação coletiva*, de Brasília Sallum Jr. (2005), artigo em que o autor propõe uma síntese das contribuições teóricas de Marx e Bourdieu.

ses sociais que se desenvolvem no interior dessa tradição.

Fica sugerida, portanto, a ideia de que o marco distintivo dessa tradição de estudos seria seu foco na construção da relação entre estrutura social e ação de classe, distanciando-se dos enfoques teóricos que concebem a importância da cultura para as relações de classe e enfatizam seu papel nas disputas classificatórias por recursos socialmente valorizados. A incorporação dessa perspectiva no campo sociológico brasileiro será percebida, de modo significativo, somente a partir dos anos 1980, sob a influência dos intelectuais marxistas ingleses, como E. P. Thompson e Raymond Williams, e a gradativa recepção da teoria das classes sociais de Pierre Bourdieu. Nesse contexto, Guimarães (2002, p. 23-24) destaca uma mudança conceitual no debate brasileiro, caracterizada por uma ênfase nos condicionamentos subjetivos da classe, notadamente nos estudos sobre a formação de uma cultura operária no Brasil⁶.

No entanto, os balanços realizados sobre os estudos de classe no Brasil não parecem suficientemente matizados para apreender a complexidade da compreensão e teorização sobre classes sociais explicitada por Florestan Fernandes. Conforme discutido anteriormente, é possível observar como o autor incorpora a dimensão cultural e subjetiva na análise de classe, tanto em seus trabalhos de natureza teórica – em que sistematiza o conceito sociológico de classe social (Fernandes, 1971) – quanto naqueles de caráter empírico, nos quais a classe é tomada como ferramenta heurística na compreensão e explicação dos processos sociais engendrados no seio da sociedade brasileira – dentre os quais destacam-se suas principais obras sobre *A integração do negro na sociedade de classes* (Fernandes, 1965/2008a; 1965/2008b) e *A revolução burguesa no Brasil* (Fernandes, 1975/2006).

Em *A integração do negro na sociedade de classes*, é possível destacar a articulação das condições objetivas e subjetivas na análise do contexto histórico de emergência da sociedade de classes no Brasil. Florestan Fernandes (1965/2008a; 1965/2008b) empreende uma análise acerca das condições psicossociais, culturais, econômicas e políticas que permitem a alguns atores sociais se integrar no mercado e na então nascente ordem social competitiva – como é o caso do imigrante –, ao passo que os negros

6 De acordo com Guimarães (2002, p. 25), essa mudança conceitual pode ser percebida pelo uso sistemático de conceitos como “experiência”, “imaginário”, “cotidiano” e “cidadania”, que exprimem o alargamento e a crítica do conceito de classe social até então utilizado pela sociologia, com o intuito de incorporar práticas culturais e sociais de enfrentamento cotidiano.

permanecem espoliados e marginalizados nesse processo. O autor também destaca as diferenciações observadas no meio negro, resultantes das diversas origens e posições ocupadas pelos negros no sistema escravocrata – tais como o negro da casa-grande e o negro do eito – e as funções assumidas pelas diferenças de gênero, que possibilitam a incorporação de diferentes disposições e habilidades, as quais condicionaram uma inserção diferenciada na ordem social competitiva – a exemplo das mulheres negras que vão se inserir mais rapidamente no mercado, como empregadas domésticas. Vale mencionar também a “ousadia metodológica” de Fernandes, destacada por Antonio Candido (2001, p. 31), ao incorporar em sua análise a experiência vivida da população negra, seus anseios e reivindicações, através da realização sistemática de reuniões com grupos focais com integrantes do movimento negro e da ampla utilização das entrevistas⁷.

Além disso, uma análise cuidadosa do conjunto de depoimentos e ensaios autobiográficos produzidos pelo autor, a partir dos anos 1970, permite perceber que, na reflexão que empreende sobre a própria trajetória, Florestan Fernandes explora, de modo mais explícito, outros elementos de sua perspectiva teórica, relativos às dimensões subjetivas da classe social. À maneira de outras investigações teóricas e empíricas do autor, toda a sua análise reflexiva esteve assentada na centralidade do conceito de classe social e numa análise das relações entre as diferentes classes e frações de classe, que denotam uma rica apropriação não somente do enfoque marxista, mas também de outras perspectivas teóricas e, notadamente, dos ensinamentos de Weber (1981) sobre estratificação social.

É importante destacar, nesse sentido, que Florestan Fernandes vivenciou a formação de uma sociedade de classes no Brasil, desde a fração de classe mais marginalizada do processo de desenvolvimento capitalista, na cidade de São Paulo – o lumpemproletariado –, perpassando diversas classes e frações de classe, à medida em que adentrava no “circuito da sociedade de classes”, através da conquista de novos postos de trabalho com algum nível de qualificação e da aquisição tardia de uma cultura letrada. Sua posição de “trãnsfuga de classe” lhe permitiu, portanto, conhecer de perto a dinâmica das relações de classe e das persistentes desigualdades

7 Para uma discussão sobre a inovação metodológica de Fernandes na investigação sobre as relações raciais em São Paulo, ver Soares, Braga e Costa (2002) e, mais recentemente, a dissertação de Antônia Campos, *Interfaces entre sociologia e processo social: a Integração do negro na sociedade de classes e a pesquisa Unesco em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

encontradas no seio da sociedade brasileira, provocando-lhe anseios e inquietações que o autor perseguiu ao longo de sua trajetória intelectual e política – como a tentativa de entender como e por que os grupos sociais dominados internalizam a própria dominação.

Como destaca o próprio autor, as análises sociológicas das classes sociais resultam das – e refletem as – condições de existência social em uma sociedade de classes. Nessa perspectiva, longe de constituir um obstáculo, “as vinculações existentes entre a investigação sociológica e as condições de existência social na sociedade de classes são fatores responsáveis pelo acúmulo de conhecimentos sobre a morfologia, o funcionamento e a dinâmica das classes sociais” (Fernandes, 1971, p. 88).

Nos depoimentos e ensaios autobiográficos, já referidos, é possível observar uma reflexão mais pessoal e subjetiva, que exprime 1) uma sensível compreensão da relação entre posição de classe e concepção de mundo, 2) a relação entre classe social e cultura, 3) a importância da cultura no processo de reprodução de classe e mobilidade social e 4) uma concepção da dinâmica das relações sociais a partir da perspectiva do conflito e da luta de classes.

Observa-se, portanto, uma maior ênfase na dimensão subjetiva da classe social, constituída por um conjunto de valores, crenças e práticas, que são incorporadas pelos indivíduos em suas experiências do mundo social, vivenciadas a partir de uma posição de classe específica. Isso pode ser observado nos relatos de Florestan Fernandes sobre sua infância e sobre as diversas experiências que lhe permitiram incorporar uma “cultura de folk”, que atua como uma antecipação da experiência de classe, por meio da participação em folguedos e brincadeiras, do convívio com outras crianças e companheiros de trabalho, e também por meio da experiência da violência, praticada contra as crianças menores. O autor define a cultura de folk como o “saber do ignorante”, uma concepção de mundo constituída por uma dimensão ética, mas também prática e recursiva, presente entre famílias ricas e tradicionais, mas sobretudo entre os mais pobres; marcada pelo contraste com relação à cultura da cidade e ao estilo de vida urbano que se desenvolvia na capital paulista no início do século XX. Segundo Fernandes (1977, p. 144),

O código de honra, a mentalidade, a noção de dever e de lealdade, o imperativo da solidariedade, até mesmo a sobrançeria irredutível dos que “estão por baixo” não provinham da civilização – como gostam de dizer os

antropólogos – nem do cosmos urbano e da religião católica. Tudo aquilo fazia parte do que, mais tarde, aprendi ser a “cultura do inculto” e que a cidade ainda não destruíra.

A posição de classe é acompanhada por uma concepção de mundo específica, por um conjunto de valores, crenças e práticas constitutivos de seu estilo de vida, enfim, por uma cultura de classe específica. Já em *A análise sociológica das classes sociais*, o autor destaca a centralidade dos recursos culturais na determinação da posição social dos agentes, definida em termos de “probabilidades de participação da cultura, de disposição do ócio e de exercício da autoridade, bem como as oportunidades de especialização profissional, de acumulação de riquezas e de aquisição de prestígio” (Fernandes, 1971, p. 70).

Na análise que empreende sobre a própria trajetória, Florestan Fernandes ressalta tanto o acúmulo de recursos culturais por parte de membros das frações médias, que possibilita a sua reprodução de classe, quanto a ausência desses recursos entre os mais pobres, expressa não somente nas condições objetivas – tais como a necessidade de trabalhar, falta de acesso à educação e a bens culturais – mas também sob a forma de valores e práticas que favorecem o fechamento do horizonte de possibilidades. Nesse sentido, o autor destaca a existência de uma “pressão negativa contra a curiosidade intelectual” e “certa depreciação da cultura letrada” entre as pessoas mais próximas de seu meio, manifesta na “resistência rústica” de sua mãe, quando decidiu fazer o curso de madureza – que temia que o filho ficasse com vergonha dela, se estudasse – e na “chacota e incompreensão dos colegas”, diante de sua “propensão à leitura” e de seu “apego aos livros” (Fernandes, 1977, p. 146-147).

Com essas pessoas, o autor afirma ter adquirido, entre outras coisas, certo padrão de humanidade e aprendido a ter “caráter” – “uma palavra que significava, para eles, pura e simplesmente, ‘sofrer as humilhações da vida sem degradar-se’” (Fernandes, 1977, p. 147). Uma herança que acompanha Florestan Fernandes ao longo da vida, exercendo uma influência significativa em sua trajetória intelectual e política, que o impede de se acomodar às benesses do estilo de vida da classe média, tornando-se um intelectual da ordem social, alinhado ao pensamento conservador, que servia às elites nacionais.

Como analista da dinâmica das sociedades de classes, Florestan Fernandes esteve interessado não somente nos padrões de reprodução da classe

no seio das sociedades capitalistas, manifestos nos comportamentos e ações típicas de seus membros, mas também no estudo dos mecanismos de controle social das classes e dos “comportamentos objetivamente considerados discrepantes” – que exprimem a própria diferenciação interna das classes sociais, às quais “somam-se outros fatores de diferenciação do comportamento humano nas classes sociais, como os contatos com membros de outras classes sociais, movimentos de ascensão e descensão sociais (mobilidade social) e disposições psíquicas individuais” (Fernandes, 1971, p. 75).

Ao analisar sua própria trajetória de mobilidade ascendente, o autor destaca tanto a herança cultural que favorece a reprodução dos membros da classe média, quanto a importância de diversos processos de socialização que permitiram a incorporação de novos valores e práticas, possibilitando seu processo de reconversão de classe. Desse modo, Florestan Fernandes destaca a existência de uma “bagagem cultural herdada” – material e imaterial – pelos membros da pequena burguesia e da burguesia, com os quais teve contato ao longo de sua trajetória. Isso pode ser observado na segunda entrevista, realizada em 13 de novembro de 1990, ao falar de seu amigo Scala, cuja herança cultural se tornaria decisiva para a posição que assume no movimento socialista:

Ele vem de uma família de pequena burguesia, que já herda uma posição no movimento social. A biblioteca do pai, o que ele juntou a essa biblioteca. Uma cultura dentro da família que envolvia piano, envolvia teatro, quer dizer, era uma coisa um pouco diferente do que corria na massa popular da qual eu fui extraído.

O autor ressalta também a importância da família para a reprodução dessa fração de classe, cuja organização e estrutura institucional é colocada a serviço dos seus membros: “de sua educação, de sua felicidade, de sua segurança, de seus prazeres ou de seu êxito pessoal” (Fernandes, 1977, p. 151).

Essa situação de classe contrasta diretamente com a precariedade das origens sociais de Florestan Fernandes, que somente será compensada pelos diversos processos de socialização secundária vivenciados pelo autor e pelo contato com membros de outras classes sociais. A convivência com a família da madrinha, Hermínia Bresser de Lima, patroa de sua mãe e com quem Florestan chegou a morar em um período da infância, constituiu um processo de socialização fundamental, que permitiu romper o fechamento do horizonte de possíveis que caracteriza as classes

populares (Bourdieu, 2013) e “ter ideia do que era a outra vida, a vida dos ricos, dos poderosos”, através “da experiência concreta”, como destaca na primeira entrevista concedida a Eliane Veras Soares. Foi nesse convívio que Florestan Fernandes afirma ter incorporado “alguns rudimentos do hábito de estudo”, o gosto pela leitura e a valorização da instrução. Desse modo, o autor desenvolveu um autodidatismo que, aliado a outros processos de socialização secundária, permitiram a aquisição tardia de uma cultura letrada. Vale destacar a explicação do autor sobre o modo particular de aquisição da cultura em sua experiência concreta: “a minha bagagem intelectual era produto do estranho cruzamento de um autodidatismo forçado com a curta aprendizagem compacta, realizada através do [Ginásio Riachuelo]” (Fernandes, 1977, p. 154).

À medida em que consegue se inserir em outros espaços e adentrar, propriamente, o “circuito da sociedade de classes”, com a sua admissão para trabalhar em uma empresa farmacêutica – a Novoterápica –, Florestan Fernandes (1977, p. 151) acessa “outro nível de vida” e adquire gradativamente novos valores e interesses. Esse processo é ainda mais acentuado com o seu ingresso na Universidade de São Paulo.

Por fim, é importante destacar que, embora tenha incorporado as contribuições da antropologia cultural ao se debruçar, de modo reflexivo, sobre a própria trajetória – fornecendo um conhecimento minucioso da dinâmica das classes e de suas relações –, a luta de classes permanece como eixo central sobre o qual o autor ancora a sua análise. Desse modo, em seus relatos autobiográficos, Florestan Fernandes explora tanto os conflitos que se estabelecem entre as classes quanto aqueles manifestos no interior de uma mesma classe. A metáfora do poço, acionada pelo autor para exprimir a concepção de mundo social que forjara na infância, já prenuncia sua compreensão da natureza e complexidade dos conflitos e lutas interclasse e intraclasse, vivenciadas por ele na experiência concreta e elencadas na teorização que empreende sobre sua trajetória⁸.

⁸ Agradeço a contribuição de Diogo Valença de Azevedo Costa que destacou que a imagem do poço é retirada da quadrilogia de Thomas Mann, *José e seus irmãos*, e permite perceber a relação de Florestan Fernandes com a literatura, que transparece em diversos momentos das entrevistas realizadas no início dos anos 1990 por Eliane Veras Soares. Como foi discutido anteriormente, apesar da “precariedade de suas bases intelectuais”, Florestan Fernandes desenvolveu desde cedo o gosto pela leitura e um comportamento autodidata, que assumiu um caráter mais orientado após seu ingresso no curso de madureza e a influência de amigos como Jussieu da Cunha Batista que, advindo de uma família com notório capital cultural – seu avô foi membro da Academia Piauiense de Letras –, introduziu o nosso autor na leitura da poesia e do romance modernos e no movimento intelectual em curso no Brasil e no exterior, como relata Fernandes na primeira entrevista. Também em sua experiência no movimento socialista, no início dos anos 1940, o autor relata, na segunda entrevista, a leitura de poetas como Guerra Junqueiro, que “agitavam a questão social”, como já destacado na primeira parte deste livro.

A centralidade da luta aparece em sua autoanálise desde a forma extrema da violência física e sexual, vivenciada na infância e na adolescência entre os colegas e vizinhos de mesma condição social, até diversas formas de violência simbólica, como a de não ser considerado “gente” e toda ordem de preconceitos derivados dessa ideia, como o fechamento das fronteiras e oportunidades de emprego – que mesmo com o apoio e a proteção da família de sua madrinha, Florestan Fernandes não conseguiu evitar. O autor afirma que teve de “voltar-se para dentro de si” e “procurar nas ‘técnicas do corpo’ e nos ‘ardis dos fracos’ os meios de autodefesa para a sobrevivência” (Fernandes, 1977, p. 142), destacando um dos poucos recursos com que contam as classes populares para assegurar sua reprodução no tempo – o próprio corpo.

É interessante notar também que, em sua autoanálise, o autor destaca o alcance dos conflitos para além do domínio da produção econômica e da posição no mercado, apontando suas manifestações, seja em termos de diferenças culturais – resultantes das diferenças de oportunidades de participação da cultura – que permitem assegurar as barreiras entre as classes sociais, seja sob outras formas de manifestação nos mais diversos âmbitos da vida social – tais como nas relações vicinais e com colegas da escola, que permitem reforçar o fechamento do círculo de ferro, a partir de fora e a partir de dentro. Antes de estudar o negro na sociedade de classes, o autor afirma que já havia vivenciado a experiência de “não ser gente” em todos os matizes e magnitudes, na condição de lumpemproletário, o que lhe permitiu perceber que a sociedade de classes não era tão aberta assim e nem se abria em todas as direções. Essa experiência será considerada decisiva pelo autor em sua tomada de posição no debate sobre as relações raciais no Brasil (Fernandes, 1977, p. 143).

Tais conflitos não se restringem, no entanto, aos grupos sociais subalternizados, manifestando-se sob diferentes formas também no interior de outras classes e frações de classe, como é o caso da pequena burguesia, permanentemente acometida pelo medo da queda. Desse modo, ao ingressar na Novoterápica, o autor afirma ter conhecido “a mesquinha do ‘trabalhador de gravata’”; “um universo de tricas e futricas – que depois ficou uma constante, pois esse é o eixo da vida pequeno-burguesa – pelo qual a frustração se dissolve ao nível de tensões pessoais e dos entrelaços individuais” (Fernandes, 1977, p. 151).

Vale destacar também a compreensão manifesta pelo autor acerca da

relação entre classe social e posição política, notadamente nas entrevistas concedidas a Eliane Veras Soares, ao refletir sobre a sua trajetória política que, assim como sua trajetória intelectual, está ligada a uma concepção abrangente da formação. Na segunda entrevista, Florestan Fernandes afirma que a análise de sua trajetória política deve considerar, além de sua socialização política direta – marcada pela inserção no movimento clandestino de luta contra a ditadura do Estado Novo (1937-1945), através de sua participação no Partido Socialista Revolucionário (PSR), dentre outros momentos importantes – sua socialização política indireta – e, muitas vezes, negativa – vivenciada desde a mais tenra idade a partir da posição social mais desfavorável, a de lumpemproletariado, com todos os condicionamentos sociais e morais advindos com esta condição.

O autor ressalta também a incorporação de *aspirações socialistas difusas*, caracterizadas pela oposição à ordem social e pelo sentimento de inquietação com a situação dos grupos sociais dominados, ligadas à sua experiência de classe e ao clima de tensões sociais, aspirações e orientações políticas que marcaram a cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século XX – muito antes de seu encontro com a sociologia e com o movimento socialista. Desse modo, são elencadas as suas diversas experiências no mundo do trabalho, com grupos marcados por diferentes níveis de consciência de classe e politização, que exerceram maior ou menor influência para o desenvolvimento de sua trajetória política. É nesse interesse difuso pelo socialismo, ligado à sua origem social e às vivências da desigualdade em uma sociedade que se modernizava e urbanizava, que repousariam as raízes do radicalismo popular-democrático de Florestan Fernandes, ou ainda, nas palavras de Gabriel Cohn (2005), de seu “radicalismo plebeu” – definido como uma profunda identificação e simpatia humana para com os indivíduos, grupos e classes socialmente marginalizados, que se expressa em seus interesses de pesquisa desde o início do curso de Ciências Sociais e em sua trajetória política.

Em *Significado do protesto negro*, que reúne, entre outros, textos escritos por Florestan Fernandes quando atuava como parlamentar pelo Partido dos Trabalhadores (PT), o autor afirma que “*mesmo quando o negro não sabe o que é socialismo, a sua luta por liberdade e igualdade possui uma significação socialista*”, constituindo assim uma “vanguarda natural entre os oprimidos”, elemento revolucionário a ser incorporado pela esquerda na sua tentativa de construção de um socialismo de caráter emancipador,

que deve se colocar para além da luta de classes (Fernandes, 1989/2017, p. 25; grifos no original).

A partir desta breve exposição, **é possível destacar uma compreensão sintética do conceito de classe social no pensamento de Florestan Fernandes, que abrange condições objetivas e subjetivas, cujos conflitos se manifestam nos mais diversos âmbitos da vida social e parecem estabelecer uma relação sobredeterminada com outras dimensões da desigualdade, como a desigualdade racial.** Tais inovações no tratamento analítico das classes sociais podem ser destacadas no pensamento de Florestan Fernandes antes mesmo da mudança conceitual observada no debate brasileiro, sobretudo a partir dos anos 1980.

Sua autoanálise traz também importantes *insights* acerca da complexa relação entre posição de classe e disposições políticas entre os membros das classes populares, que envolve tanto a origem social, quanto a importância dos processos de socialização secundária, o fechamento do “círculo de ferro” e a existência de uma “socialização política indireta e negativa” entre os membros dessas classes. Se explorados, tais *insights* podem constituir um pontapé inicial no enfrentamento de uma questão que inquietou Florestan Fernandes ao longo de sua vida e permanece como problema central da sociologia contemporânea, a respeito dos processos de dominação, de reprodução e legitimação da dominação entre os grupos sociais dominados, bem como a tentativa de sua superação.

Nessa questão reside, em boa medida, o sentido da atuação intelectual e política de Fernandes ao longo de sua trajetória, de seu populismo radical e de seu interesse pela análise de classe, que permite destacar a relação da estrutura de classe com outras categorias sociais fundamentais para o autor, como é o caso do conceito de “povo”⁹. Este último expressa uma importante faceta da dimensão política da sociologia de Florestan Fernandes e uma compreensão de que a possibilidade de unificação política “dos de baixo” (Fernandes, 1995, p. 28), das massas populares ou dos “condenados do sistema” (Fernandes, 1972/1975, p. 63) se coloca para além das classes, dada a própria natureza dos conflitos e das formas de opressão que emergem nas sociedades de estratificação em classes, sobretudo na periferia do capitalismo. Em entrevista realizada no dia 13 de novembro de 1990, ao

9 Para uma discussão sobre o conceito de povo ver a segunda parte de *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* (Fernandes, 1972/1975). Para outras reflexões desenvolvidas pelo autor sobre as potencialidades e possibilidades políticas das classes subalternas no Brasil e na América Latina, ver *Florestan Fernandes: a pessoa e o político* (1980/2019), *Florestan Fernandes, história e histórias* (1995) e *Significado do protesto negro* (Fernandes, 1989).

falar de sua identificação precoce com o populismo radical, antes mesmo de sua inserção no movimento socialista, o autor explica que se tratava de uma atmosfera que continha a percepção – e também a esperança – de que somente uma manifestação oriunda do povo, disposta como uma oposição vigorosa e ancorada nas profundas frustrações e insatisfações das massas populares, poderia transformar os rumos da sociedade brasileira. E o Florestan mais maduro, em 1962, arremata:

Ou admitimos que o povo constitui a fonte dos dinamismos essenciais ao equilíbrio e ao aperfeiçoamento da democracia, e trabalhamos nesta direção, ou nos manteremos “atrasados” e “dependentes” em relação às nações de que recebemos, aos trambolhões, um “*progresso*” de teleguiados à distância (Fernandes, 1962/1976, p. 225; grifos no original).

As discussões suscitadas com a publicação do presente volume, em meio à comemoração do centenário de nascimento de Florestan Fernandes, constituem também uma oportunidade para refletir sobre as contribuições teóricas do autor num momento em que a teoria social contemporânea enfatiza a importância da desnacionalização dos conceitos e categorias sociais e que ganham destaque diversos movimentos intelectuais de crítica aos fundamentos eurocêntricos da Sociologia. Num contexto em que a teoria social e o pensamento brasileiro são incitados a refletir sobre sua atualidade e importância no plano internacional, parece pertinente a sugestão de relacioná-los com esse movimento mais amplo, interpelando os/as intelectuais brasileiros/as menos em termos da posição assumida no campo acadêmico nacional do que como parte de uma história transnacional das ciências sociais (Maia, 2011) – ainda que ocupando uma posição periférica. Nesse sentido, parece muito profícua a ideia de situar o pensamento de Florestan Fernandes em um debate menos autorreferido, questionando suas contribuições teóricas do ponto de vista de uma sociologia global e, nesse quesito, sua teorização sobre classes sociais constitui um empreendimento notável, que se destaca tanto pelo seu pioneirismo quanto pela sua atualidade, embora ainda seja pouco discutido tanto no âmbito nacional quanto internacional.

Referências

- BERTONCELO, Edison R. E. 2014. Classes sociais no Brasil. *Plural*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 8-19.
- BOURDIEU, Pierre. 2013. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Editora Zouk/Edusp.
- CANDIDO, Antônio. 2001. Amizade com Florestan. In: *Florestan Fernandes*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. p. 26-32.
- COHN, Gabriel. 2005. Florestan Fernandes e o radicalismo plebeu na Sociologia. *Estudos Avançados*, v. 19, n. 55, p. 245-250.
- FERNANDES, Florestan. 1962/1976. *A sociologia numa era de revolução social*. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. 1965/2008a. *A integração do negro na sociedade de classes*. Vol. 1: O legado da “raça branca”. São Paulo: Globo.
- _____. 1965/2008b. *A integração do negro na sociedade de classes*. Vol. 2: No limiar de uma nova era. São Paulo: Globo.
- _____. 1971. A análise sociológica das classes sociais. In: *Ensaios de Sociologia Geral e Aplicada*. 2 ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora. p. 65-92.
- _____. 1972/1975. Classes sociais na América Latina. In: *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. São Paulo: Global. p. 41-120.
- _____. 1975. Sobre o trabalho teórico (entrevista). *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 2, p. 5-86.
- _____. 1975/2006. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo, Globo.
- _____. 1977. Em busca de uma Sociologia Crítica e Militante. In: *A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes. p. 140-212.
- _____. 1980/2019. Florestan Fernandes: a pessoa e o político. Entrevista concedida a José Chasin, Heleieth Safiotti, Marilene Pottes, Narciso Rodrigues, Ester Vaisman, Paulo Barsotti e Paulo Resende. *ADunicamp*. p. 1-41.
- _____. 1989/2017. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Expressão Popular.
- _____. 1995. Florestan Fernandes, história e histórias. Entrevista concedida a Alfredo Bosi, Carlos Guilherme Mota e Gabriel Cohn. *Novos Estudos*, n. 42, p. 3-31.

- FREITAG, Barbara. 1996. Florestan Fernandes por ele mesmo. *Estudos Avançados*, n. 26, v. 10, p. 129-172.
- GARCIA, Sylvia Gemignani. 2002. *Destino Ímpar*: sobre a formação de Florestan Fernandes. São Paulo: USP, Curso de Pós-graduação em Sociologia, Ed. 34.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. 2002. *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, Ed. 34.
- IANNI, Octávio. 1989. *Sociologia da Sociologia*. São Paulo: Ática.
- MAIA, João Marcelo E. 2011. Ao sul da teoria: a atualidade teórica do pensamento social brasileiro. *Revista Sociedade e Estado*, v. 26, n. 2, p. 71-94.
- SALLUM JR., Brasília. 2005. Classes, cultura e ação coletiva. *Lua Nova*, 65, p. 11-42.
- SOARES, Eliane Veras. 1997. *Florestan Fernandes: o militante solitário*. São Paulo: Cortez.
- SOARES, Eliane Veras; BRAGA, Maria Lúcia Santana; COSTA, Diogo Valença de Azevedo. 2002. O dilema racial brasileiro: de Roger Bastide a Florestan Fernandes ou da explicação teórica à proposição política. *Sociedade e Cultura*, v. 5, n. 1, p. 35-52.

O Partido Socialista Revolucionário (PSR) e a militância política nos anos 1940

Diogo Valença de Azevedo Costa

A participação de Florestan Fernandes no Partido Socialista Revolucionário (PSR), célula trotskista da IV Internacional no Brasil, liderada pelo jornalista Hermínio Sacchetta (1909-1982), tem início no ano de 1943¹. Não se pode precisar exatamente o momento de sua saída do partido, sendo mais provável que tenha ocorrido no fim da década de 1940 ou, no máximo, até início dos anos 1950. A grande questão que suscita essa rápida passagem pelo movimento trotskista brasileiro seria o lugar da obra de Marx ou do marxismo no pensamento sociológico de Florestan Fernandes, em particular na etapa mais propriamente acadêmica de sua trajetória intelectual.

As informações biográficas e as opiniões de Florestan Fernandes sobre sua atuação política nesse pequeno agrupamento trotskista de intelectuais de esquerda, que constituía menos um partido e mais um “grupúsculo” de acordo com suas próprias palavras, estão contidas na sequência das três entrevistas realizadas nos dias 10, 23 e 30 de janeiro de 1991. Ou seja, do total das oito entrevistas concedidas a Eliane Veras Soares, três delas trataram especificamente do PSR e da militância política nos anos 1940. O objetivo da pesquisadora à época era compreender a trajetória política do intelectual Florestan Fernandes, por isso o assunto recebeu um tratamento mais aprofundado do que em outros depoimentos concedidos pelo autor.

Dado que os detalhes da militância nos anos 1940 podem ser consultados na leitura direta das entrevistas, iremos nos concentrar aqui em duas

1 Numa das passagens da primeira entrevista concedida a Eliane Veras Soares, em 25 de outubro de 1990, Florestan menciona seu engajamento no movimento clandestino contra o Estado Novo em 1942: “Agora, atividade política específica, então, em sentido estrito eu vou ter a partir do engajamento, que se deu em fim de [19]42, no movimento clandestino da luta contra a ditadura”. No entanto, pode-se mencionar o ano de 1943 como o mais provável de seu engajamento no movimento trotskista. O próprio Florestan Fernandes irá se corrigir, na mesma entrevista, em relação à data exata de seu ingresso no PSR: “Não foi [19]42, aí foi em [19]43. Foi provavelmente começo de [19]43. Isso é fácil de ver pela época da publicação: é só ver no livro *O Folclore em questão*, ou então *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo* na edição Anhembi, as datas que saíram os artigos sobre *O negro na tradição oral*. É em torno daquelas datas ali que eu comeci. Foram três artigos. Essa é a data em que nós conversamos. Como eu estava solto dentro do movimento, foi muito fácil para mim. Para mim até foi bom porque eu tinha um núcleo para me agregar em vez de ficar solitário. Eu conheci muitas figuras da nossa burguesia, eu contei já. As reuniões eram feitas em casas de gente de classe média”.

questões. A primeira diz respeito à importância que a atuação no PSR teve para a construção da visão de ciência sociológica de Florestan Fernandes. A segunda se refere ao tipo de concepção política presente nessa atuação no movimento trotskista, caracterizado por uma perspectiva de classes oposta a conciliações com a burguesia. O importante a considerar é como, mais de 50 anos depois, a memória histórica e afetiva do autor selecionou os acontecimentos relevantes de sua própria experiência política, indicando os elementos mais fundamentais de sua trajetória intelectual a partir de seu ponto de vista pessoal.

Os relatos de Florestan Fernandes indicam que o PSR não possuía exatamente uma estrutura de partido, mas se tratava de um grupo de debates políticos envolvendo intelectuais de esquerda e, no máximo, alguns trabalhadores. Nada que pudesse ser comparado às dimensões do Partido Comunista do Brasil (PCB) à época, com amplos quadros de base e uma rígida hierarquia inspirada no centralismo democrático. Nesse sentido, os debates intelectuais eram desenvolvidos de forma mais densa e aprofundada no interior de um pequeno grupo bastante coeso e solidário do que seria possível numa estrutura partidária mais ampla e burocratizada, destacando-se como atividade decisiva para a formação política de Florestan Fernandes a publicação do jornal *Orientação Socialista*² e dos livros clássicos do marxismo pela Editora Flama. Essa atividade política e intelectual terá uma influência marcante na sua trajetória acadêmica.

Nas memórias de Florestan Fernandes, o que se destaca como acontecimento mais relevante de sua militância no movimento trotskista foi a tradução e introdução de *A crítica da Economia Política*, de Marx. Na tradução do livro o nosso autor se serviu complementarmente de três edições, a inglesa, a francesa e a espanhola. O jargão sociológico dominava então a orientação teórica de Florestan Fernandes, tendo assumido posteriormente que cometera erros, tanto na tradução, como na elaboração do texto introdutório, por confundir noções sociológicas com a terminologia marxista. Pode-se supor que a tradução tenha sido feita nos anos de 1944 e 1945, enquanto a introdução de sua autoria tenha sido escrita em fins de 1945 e finalizada no ano seguinte. O fato é que, em 1946, apenas uma parte da introdução foi publicada pela Editora Flama, tendo vindo à lume a versão completa numa de suas posteriores coletâneas de ensaios³.

2 Ver nota de rodapé n. 1 da quarta entrevista concedida a Eliane Veras Soares, em 23 de janeiro de 1991.

3 Ver nota de rodapé n. 6 da quinta entrevista concedida a Eliane Veras Soares, em 30 de janeiro de 1991.

Em termos de influências teóricas mais profundas, esse primeiro diálogo mais detido do autor com a obra de Marx e, em parte, com o marxismo em geral, lhe serviu de fonte de inspiração para enfrentar os problemas de definição da sociologia, de explicação dos processos histórico-sociológicos e de divisão da ciência sociológica. Em outras palavras, a confluência entre suas leituras sociológicas ao longo do período de formação como estudante de Ciências Sociais na USP, de um lado, e o impacto da incorporação do pensamento de Marx nos horizontes da militância política trotskista, de outro, resultou nos primeiros delineamentos de sua proposta de sistematização teórica das relações entre a sociologia, a filosofia e as demais ciências sociais e da divisão das grandes áreas ou disciplinas da ciência sociológica.

As divisões da sociologia propostas por Florestan Fernandes – as quais deterão uma forma mais acabada na década de 1950, a saber, a Sociologia Geral ou Teórica, a Sociologia Sistemática, a Sociologia Comparada, a Sociologia Diferencial ou Histórica, a Sociologia Descritiva e a Sociologia Aplicada – são construções provenientes, ao mesmo tempo, da crítica ideológica dos conhecimentos produzidos pelos clássicos da própria Sociologia e do movimento de análise e síntese nos processos de investigação das dimensões interconexas de realidades histórico-sociais complexas. A forma particular como o autor compreendeu, em 1946, o método dialético de Marx está na base de sua sistematização teórica da sociologia e das ciências sociais. Porém, não se trata aqui de caracterizar Florestan Fernandes como um sociólogo marxista, mas de indicar como o pensamento de Marx esteve na base da construção de sua sociologia acadêmica.

Na introdução de *A crítica da Economia Política*, de 1946, Florestan Fernandes realiza um esforço de comparação entre Marx e a sociologia moderna, enfatizando seus pontos de contato e divergências. Esse diálogo com Marx lhe ajudaria a corrigir certas tendências naturalistas das ciências sociais de inspiração positivista francesa e chamaria atenção para a necessidade de combinar conhecimento científico e transformação da realidade, teoria e prática. O padrão integrativo de ciência, capaz de combinar os móveis empíricos, teóricos e práticos da investigação sociológica, que será um dos elementos de sua Sociologia Aplicada, provém desse diálogo de Florestan Fernandes, nos anos de sua militância trotskista, com o pensamento de Marx e o marxismo. É certo que tais influências teóricas serão matizadas pelos esforços de um refinamento conceitual com a incorporação da socio-

logia *mannheimiana* do conhecimento, porém não deixam de atuar como bases epistemológicas de construção da sua sociologia acadêmica.

Já na sua introdução de *A crítica da Economia Política* o autor incorpora o método dialético como um processo investigativo de análise e síntese, em que no movimento de análise a complexa realidade histórico-social seria destrinchada nos seus elementos mais simples, ou seja, em suas categorias mais gerais e abstratas, examinadas em suas múltiplas interrelações, para em seguida ser feito o caminho de retorno, de síntese, reconstruindo no pensamento o real, o mundo social, por meio de categorias concretas, como “unidade no diverso” ou “síntese de múltiplas determinações”. A amarração lógica desse conjunto de categorias representava a própria história de determinada estrutura social. Florestan Fernandes estende esse mesmo ponto de vista à sua proposta de sistematização teórica das ciências sociais e da sociologia.

A crítica marxista da Economia Política não surgiu do nada. Marx aproveitara os elementos de verdade produzidos pelos economistas clássicos e percebeu, ao mesmo tempo, seus limites epistemológicos e ideológicos. Existiam níveis de percepção da realidade capitalista que o ponto de vista de classe burguês da economia clássica permitia alcançar, residindo justamente aí a possibilidade de avanços científicos.

A necessária crítica ideológica do conhecimento, a partir de um ponto de vista proletário, foi o que permitiu a Marx ir mais longe do que seus predecessores na crítica da economia capitalista e desvendar seus mecanismos de exploração. Foi um raciocínio semelhante que Florestan Fernandes procurou utilizar no caso da Sociologia. Se a perspectiva social do sujeito, influenciadas por suas situações de classe, direciona para o conhecimento de certas dimensões da realidade, tal circunstância deveria conter alguma função sociologicamente relevante. Essa será a posição assumida pelo autor num ensaio de 1947 intitulado *O problema do método na investigação sociológica*⁴. Escrito um ano após a redação de sua introdução de *A crítica da Economia Política*, a fundamentação das divisões teóricas da Sociologia foi aí pensada a partir de uma sociologia do conhecimento que, originária em última instância da crítica marxista da ideologia, aponta para a circunstância de que dadas perspectivas sociais formulam questões particulares, cada uma delas igualmente relevante do ponto de vista sociológico.

4 O referido ensaio pode ser consultado em *Ensaio de sociologia geral e aplicada* (Fernandes, 1976).

Para Florestan Fernandes, seria igualmente relevante do ponto de vista sociológico, por exemplo, questionar por que determinados tipos sociais persistem em manter uma dada ordem social ou, em certos casos, por que ocorrem mudanças sociais globais em ritmos acelerados. Nesse sentido, diferentes perspectivas sociológicas, às vezes opostas ou mesmo antagônicas, com raízes nas distintas posições ideológicas dos sujeitos, permitem níveis diversos de aproximação com a realidade social, cabendo ao sociólogo esquadriñar essas múltiplas possibilidades de conhecimento.

Por isso, não é de estranhar que o autor tenha se empenhado em combinar tendências teóricas às vezes tão díspares entre si, apontando com rigor suas diferenças específicas, seus limites, mas também suas possíveis complementaridades. A esse respeito, Florestan Fernandes iria associar a Sociologia Sistemática e alguns tipos de investigação histórica ao nome de Max Weber; a Sociologia Comparada, a Sociologia Descritiva e o estrutural-funcionalismo aos de Durkheim e Mauss; a Sociologia Diferencial ou Histórica ao de Marx e outros pensadores socialistas; a Sociologia Aplicada ao de Mannheim e assim por diante.

A Sociologia Sistemática fornece um tipo de conhecimento teórico mais geral e abstrato, com poucas possibilidades de aplicação prática, mas que não deixa de ser necessário por fornecer as bases conceituais da ciência sociológica; por seu turno, as Sociologias Comparada e Diferencial estariam mais próximas ao real concreto, mas não deixam de se servir do trabalho de conceituação da Sociologia Sistemática. Essa seria a lógica do pensamento teórico de Florestan Fernandes, a qual não teria sido possível sem que tivesse traduzido e introduzido *A crítica da Economia Política*, de Marx, como uma atividade política de sua militância trotskista na década de 1940.

Um paralelo pode ser traçado entre Florestan Fernandes e o “jovem Marx”. Contando com apenas vinte e seis anos de idade quando finalizou a redação do texto introdutório para a publicação brasileira de *A crítica da economia política*, a mesma idade de Marx ao escrever seus *Manuscritos parisienses de 1844*, muitas das ideias fundamentais de Fernandes, desenvolvidas posteriormente em trabalhos que já revelam a consolidação de seus pontos de vista teóricos nas ciências sociais nas décadas de 1950 e 1960, estavam contidos nesse seu texto produzido como um dos capítulos da história intelectual dos socialistas na cidade de São Paulo.

Do mesmo modo, nos *Manuscritos parisienses de 1844*, Marx iria delinear algumas das ideias que iriam ser aprofundadas e reelaboradas em

suas obras de maturidade, se pensarmos, a partir de Mészáros (2006)⁵, que a noção filosófica de alienação se transmutaria na categoria mais concreta e histórica de fetichismo da mercadoria. Esse paralelo seria ainda mais verdadeiro, pois em ambos os pensadores ideais fundamentais, esboçadas nos primeiros escritos, receberiam posteriormente formulações mais precisas ou ampliações teóricas. Além disso, já nos anos 1940 o nosso autor se debruçava de modo bastante precursor sobre os chamados escritos de juventude de Marx, imbuídos de uma forte visão de mundo humanista. Numa de suas últimas entrevistas, concedida a Paulo de Tarso Venceslau, Florestan Fernandes se autodenomina um socialista que defende o humanismo (Fernandes, 2008), sugerindo com isso a importância de um texto como *Os manuscritos econômicos e filosóficos* na elaboração de sua perspectiva revolucionária.

A segunda questão se refere aos motivos, alegados pelo próprio Florestan Fernandes, de sua inserção no movimento trotskista. Numa das passagens das entrevistas, o autor confessa ter sido seu desejo maior ir para o PCB, talvez porque a estrutura deste partido permitisse um movimento de massas mais amplo. No entanto, em outras passagens irá afirmar que sempre repudiou a ideia de conciliação de classes, posição essa predominante em diversos momentos da história do Partido Comunista do Brasil. Ou seja, a sua perspectiva seria a de construção de uma postura independente de classes por parte dos trabalhadores. Esta parece ser uma postura constante e coerente do autor, que em outras entrevistas, como *A pessoa e o político* (Fernandes, 1980), justificou sua não participação na campanha do Lott por perceber, também aí, uma perspectiva de conciliação de classes então presente no Partido Comunista.

A postura não conciliatória de Florestan Fernandes, contudo, detinha raízes sociológicas mais profundas, pois emergia de suas análises dos dilemas históricos da sociedade brasileira. Uma sociedade tão atrasada, conservadora e retrógrada, com suas elites econômicas e classes médias capazes de conviver indiferentemente com níveis gritantes de desigualdades de toda ordem, em especial a de raças, isto é, uma “sociedade civil não civilizada” com uma sobrecarga de violência política autocrática, jamais possibilitaria a conciliação como método de mudança social progressista. Isso quer dizer que a motivação de ingressar no PSR e no movimento

5 A primeira edição brasileira deste livro de Mészáros sobre a teoria da alienação em Marx foi amplamente anotada por Florestan Fernandes. O exemplar com as anotações do sociólogo brasileiro pode ser consultado na Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos, com o número de referência FF 01.04.08/049.

trotskista respondia às aspirações de mudanças radicais, no sentido de ir à raiz das coisas, para as camadas populares e as classes trabalhadoras, um horizonte utópico sempre presente na trajetória de Florestan Fernandes, do qual nunca abriu mão e que se vincula à sua classe social de origem. Em outras palavras, sua participação no PSR corresponde a uma adesão ideológica, firme e consciente, ao projeto político de contribuir para a revolução socialista no Brasil.

A saída do PSR representou, por outro lado, um grande dilema para Florestan Fernandes, pois isso significaria abandonar a vocação revolucionária e circunscrever seu campo de atuação ao universo do trabalho acadêmico, com poucas possibilidades de converter os resultados de sua produção intelectual em propostas concretas de intervenção prática na realidade social. Não foi uma decisão fácil para Florestan Fernandes, como sinalizam os relatos de suas conversas à época com Antonio Candido e o próprio Hermínio Sacchetta. Este último dissera a Florestan, inclusive, que sua contribuição seria muito mais importante para a sociedade brasileira como “professor” do que se viesse a permanecer exclusivamente na condição de militante de um partido socialista. Essa postura solidária do amigo, principal liderança do PSR em São Paulo, talvez tenha ajudado Florestan Fernandes a redefinir o significado teórico e político de seu trabalho especificamente sociológico.

Se aceitarmos a sugestão de Antonio Candido (2001, p. 41-46) e chamarmos o período de formação de Florestan Fernandes como seu momento de juventude, o qual iria de seu ingresso como estudante de ciências sociais, em 1941, na Universidade de São Paulo, até o início dos anos 1950, poderíamos dizer que sua passagem pelo movimento trotskista significou, no entanto, uma tomada de posição existencial intimamente vinculada a sua origem *lumpen*, plebeia, a qual iria se expressar nos temas de suas investigações sociológicas e na sua orientação metodológica de apanhar a “história em processo”, com o propósito de examinar as condições sociais e políticas para mudanças progressistas de cunho radical na sociedade brasileira.

As aspirações de mudança social construtiva irão continuar como uma preocupação constante na produção sociológica de Florestan Fernandes, com particular ênfase nas suas reflexões teóricas sobre a Sociologia Aplicada. No entanto, nosso autor nunca irá satisfazer sua aspiração de trabalhar em projetos de “mudança social provocada”, como

costumava afirmar, ou de planejamento social. Em sua correspondência dos anos 1960, por exemplo, irá comunicar esse seu interesse a amigos e colegas. Numa carta datada de 02/06/1969 (escrita já depois de sua aposentadoria compulsória pelo AI-5), endereçada a Barbara Freitag, diz Florestan Fernandes:

[...] gostaria no futuro de acumular alguma experiência em instituições internacionais, que façam pesquisa e cuidem da aplicação dos conhecimentos. Não sei se isso será possível. Mas, pretendo tentá-lo... Ainda é tempo de aprender algo novo em áreas que são atraentes (Fernandes *apud* Freitag, 1996, p. 147).

Numa outra correspondência anterior, de 01/02/1967, também para Barbara Freitag, enfatiza sua falta de oportunidade de trabalhar em áreas envolvendo a intervenção na realidade: “não tive [...] oportunidade prática de participar de programas concretos de intervenção na realidade, a única oportunidade que me ofereceram me levaria a ter de imigrar para a Venezuela e, por isso, tive de recusá-la” (Fernandes *apud* Freitag, 1996, p. 138). Numa carta, datada de 12 de setembro de 1969, que teve Florestan Fernandes como destinatário, ou seja, pouco mais de três meses após a primeira correspondência remetida para Barbara Freitag anteriormente citada, o sociólogo colombiano Orlando Fals Borda, trabalhando no Instituto de Pesquisas para as Nações Unidas para o Desenvolvimento Social, remete um formulário de emprego e afirma:

Quanto a outras possibilidades de trabalho, em vista do que dizes que gostarias de uma experiência nova, distinta do ensino universitário, me permito incluir este formulário de emprego deste Instituto. Teu salário é bastante alto, porém eu creio que aqui haveria algumas possibilidades, agora que o Instituto pode reorganizar-se. Se desejares, podes preencher as folhas e me devolvê-las (Fals Borda, 1969; UFSCar – Biblioteca Comunitária/UMMA/Fundo Florestan Fernandes/01.10.5901).

Essas referências históricas indicam que Florestan Fernandes externalizou para seus amigos e colegas o desejo de trabalhar com projetos de planejamento ou “mudança cultural provocada”, tendo tido a oportunidade, inclusive, de ingressar no instituto de pesquisas das Nações Unidas. Num certo sentido, o seu “esquema de relação entre teoria, pesquisa básica, teoria e pesquisa aplicada” contido em sua Sociologia Aplicada – tal como afirma na sétima entrevista concedida a Eliane Veras Soares, datada

de 29 de maio de 1991 – nasce da radicalidade de sua militância socialista nos anos 1940 e estará presente no conjunto de suas formulações sociológicas. A impossibilidade de conciliar com a ordem existente surge como uma característica permanente da sociologia de Florestan Fernandes e esse talvez tenha sido o estímulo político mais intenso que o conduziu a um trabalho de síntese teórica densa e original nas ciências sociais.

Outros episódios da militância trotskista de Florestan Fernandes mereceriam uma reflexão mais detida, como o da Coligação Democrática Radical, pensada à maneira de uma frente ampla e como uma tentativa de conquistar o apoio de setores progressistas da sociedade civil, não propriamente socialistas, para a realização de reformas democráticas para as classes trabalhadoras e a maioria da população brasileira. Tais episódios foram abordados em maior profundidade pelo próprio autor nas entrevistas, por isso caberia indicar apenas que essas experiências devem ser tomadas como acontecimentos marcantes da vida de Florestan Fernandes, que de algum modo confluíram para moldar o futuro parlamentar socialista do Partido dos Trabalhadores.

Por fim, uma última palavra sobre os nomes lembrados por Florestan Fernandes como antigos companheiros da militância trotskista no PSR. A sensibilidade humana e a avaliação da coerência política se mesclam em suas acuradas caracterizações das idiossincrasias, do caráter e personalidade de cada um dos seus camaradas de partido. Um exemplo decisivo seria o retrato moral que reconstrói de Hermínio Sacchetta, seu “amigo e companheiro de jornada” (Fernandes, 2015, p. 158-164). Num esboço de autoanálise bem que Florestan Fernandes poderia ter dito de si mesmo muito do que pensava sobre seu padrinho de militância socialista, como modelo de intelectual revolucionário.

Referências

- CANDIDO, Antonio. 2001. *Florestan Fernandes*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- FALS BORDA, Orlando. [Carta] 12 set. 1969d, Genebra [para] FERNANDES, Florestan, São Paulo. 1f. (UFSCar – Biblioteca Comunitária/UMMA/Fundo Florestan Fernandes/01.10.5901)
- FERNANDES, Florestan. 1976. *Ensaio de sociologia geral e aplicada*. 3. ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora.

_____. 1980. A pessoa e o político. *Escrita/Ensaio (nova)*, São Paulo, ano IV, n. 8, p. 9-39, dez.

_____. 2008. *Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Beco do Azogue.

_____. 2015. *A contestação necessária: retratos intelectuais de inconformistas e revolucionários*. São Paulo: Expressão Popular.

FREITAG, Barbara. 1996. Florestan Fernandes por ele mesmo. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 10, n. 26, p. 129-172.

MÉSZÁROS, István. 2006. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo.

Florestan Fernandes e seu projeto teórico não pré-definido: anos 1940 e 1950

Diogo Valença de Azevedo Costa
Remo Mutzenberg

É lugar bastante comum, numa das tradições de pesquisa da sociologia dos intelectuais, desconfiar das autoavaliações dos sujeitos sobre seus lugares no terreno da produção cultural. Envolto nas disputas no interior de um determinado campo, a tendência seria pintar uma imagem ilusória de si mesmo e de suas realizações culturais. Justamente por estar inserido nessa teia intrincada de alianças e competições, as racionalizações sobre seus próprios interesses, numa tentativa inconsciente de encobri-los, impedem uma visão objetiva do campo de forças intelectuais em conflito e sua posição no conjunto. Essa parece ser a forma como a proposta *bourdieusiana* tem sido assimilada nas pesquisas sociológicas sobre as ciências sociais.

Com receio de recair numa espécie de pecado hagiográfico, tal postura pode conduzir o pesquisador a subestimar o esforço de autoanálise objetiva dos próprios sujeitos imersos num campo específico. No caso de Florestan Fernandes, o olhar sociológico muitas vezes parece ser lançado sobre si mesmo, a fim de questionar sua própria trajetória, os limites de seus trabalhos e as potencialidades não exploradas de possíveis desenvolvimentos posteriores de suas ideias. Uma forma de julgar a consistência de suas afirmações sobre si mesmo, a autoavaliação de sua própria trajetória intelectual, acadêmica e política, seria contrastá-la com uma leitura estrutural de seus textos, isto é, capaz de compreender o significado de seus conceitos, categorias, métodos, teorias e horizontes epistemológicos na sua própria tessitura interna. Seria ao mesmo tempo fundamental que tal leitura fosse combinada a uma perspectiva diacrônica e histórica de interpretação dos textos, acompanhando suas transformações e rearticulações categoriais em face das mudanças da própria sociedade.

Sem esse tipo de leitura estrutural e diacrônica, há sempre o risco de supor aquilo que o autor quis dizer e não, ao contrário, o que ele efetivamente disse. É certo que, se o objetivo for uma caracterização rigorosa do

campo intelectual na qual o autor se insere, a própria leitura estrutural, informada por investigações sociológicas mais amplas, irá se refletir na compreensão das tessituras internas dos textos. O problema se dá quando hipóteses externas são projetadas na leitura dos textos e estes são retalhados, sem que haja um esforço de compreensão transversal das diferentes acepções dos conceitos e ideias nele contidos ou de suas mudanças históricas, supondo-se que uma informação isolada poderá representar todo o conjunto. No afã da crítica muitos pesquisadores podem tomar a nuvem por Juno e, no caso particular da obra de Florestan Fernandes, isso se torna ainda mais delicado, por se tratar de autor que se relia e se reconstruía infundavelmente.

A julgar pela consulta de seus livros publicados, disponíveis em sua biblioteca particular, agora localizada na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Florestan Fernandes tinha o hábito de reavaliar suas próprias ideias, relendo, revisando e corrigindo à mão seus textos anteriores. Embora as correções fossem mais de caráter formal, como erros tipográficos aqui ou ali, isso seria um sinal de que procurava sempre revisar seus escritos. É precisamente em tal sentido que se pode identificar em Florestan Fernandes um intérprete de si mesmo, de sua própria produção sociológica, e não qualquer intérprete, mas talvez aquele que detenha um *belvedere* dos mais privilegiados, por externalizar e problematizar as suas motivações internas – ideológicas, filosóficas e existenciais – ao elaborar seus trabalhos, num esforço de autoanálise objetiva dos significados políticos e teóricos de suas posições intelectuais nos contextos históricos cambiantes de sua trajetória de vida e inserção no tecido social.

As entrevistas aqui publicadas – em especial a que trata de sua atuação na política universitária nos anos 1950 e da construção de sua perspectiva teórica na Sociologia (ver a sexta entrevista concedida a Eliane Veras Soares, em 23 de maio de 1991) – representam esse esforço de compreensão de “Florestan por ele mesmo”. Outros depoimentos, como o livro-entrevista *A condição de sociólogo* (1978) e aquele fornecido a Carlos Guilherme Mota, Gabriel Cohn e Alfredo Bosi em 1981 no Museu da Imagem e do Som (Fernandes, 2008), também se revestem do mesmo caráter e apontam um árduo processo de compreensão de si mesmo e do mundo. Este capítulo do livro se destina a analisar, portanto, a autoavaliação que faz Florestan Fernandes da construção de seu trajeto teórico nas ciências sociais brasileiras.

Na reconstituição de sua própria trajetória tem sido marcante para Florestan Fernandes o relato de suas primeiras experiências de pesquisa. No entanto, o autor assevera que não se poderia falar, no seu caso, de um projeto teórico pré-definido, com uma linha mestra predeterminada (Fernandes, 1978a, p. 3). Foram as primeiras e penosas experiências de aprendizagem nos bancos universitários – com aulas ministradas em francês ou outro idioma –, como estudante de Ciências Sociais na Universidade de São Paulo (USP) e, depois, na condição de professor desta mesma universidade, as iniciativas de introduzir mudanças na orientação do ensino acadêmico da sociologia, bem como os trabalhos de pesquisa realizados para as disciplinas de seus mestres estrangeiros, dentre os quais se destacam Roger Bastide, Paul Hugon, Emílio Willems e Herbert Baldus como principais encorajadores de sua vocação científica, que forneceram os pontos de partida para a construção das indagações teóricas iniciais do jovem Florestan. Muitas dessas primeiras reflexões irão ser retomadas em etapas posteriores e reelaboradas em algumas de suas mais importantes obras sociológicas.

A escolha do curso de Ciências Sociais tinha sido motivada por uma vaga aspiração de contribuir para a reforma social. Antes mesmo de superar a barreira dos exames vestibulares e ingressar na USP, Florestan Fernandes descobrira o significado mais preciso da Sociologia como ciência, uma forma de conhecimento objetivo da realidade social e não necessariamente um tipo de saber que se presta a propósitos políticos de transformação da sociedade. Tais aspirações, no entanto, nunca chegaram a ser abandonadas, pois iria propor posteriormente na década de 1950 a criação de uma subdivisão da sociologia voltada para o exame dos processos de “mudança cultural provocada”, a chamada Sociologia Aplicada, avançando teoricamente na construção de uma ciência da intervenção social.

Essa sociologia aplicada consistiria justamente na análise dos processos de implementação do planejamento social, entendido numa perspectiva democrática de amplo envolvimento e participação de diferentes camadas ou categorias sociais, nos quais os sociólogos atuariam como sujeitos ativos dessa tentativa de intervir sobre os dilemas políticos de sua própria sociedade avaliando as mudanças daí decorrentes. O papel do sociólogo ou dos demais cientistas sociais em tais processos democráticos de transformação se erigem como objeto de autoanálise sociológica. Pensando a sociologia aplicada num plano teórico, Florestan Fernandes

nunca teve a oportunidade de concretizar tais aspirações, dadas as características do capitalismo selvagem no Brasil, avesso a quaisquer formas racionais de planejamento. Há, contudo, um raciocínio dialético de interação entre teoria e prática nessa concepção de sociologia aplicada.

Num primeiro momento, contudo, Florestan Fernandes se dedica à aprendizagem do ofício de sociólogo ou, pelo menos, do que ele então compreendia ser o conhecimento científico da sociedade. Isso significava, de um lado, uma forma de saber objetivo da realidade social e, de outro, o domínio dos métodos, das técnicas, das teorias e conceitos que lhe permitiriam uma produção acadêmica autônoma. Assim, o nosso autor não procurava simplesmente imitar os professores estrangeiros, mas se determinou a extrair deles o que poderia obter de melhor e, com isso, inovar nos aspectos metodológicos, produzindo conhecimentos novos e originais. Nos seus depoimentos podem ser encontradas repetidas menções a conflitos entre Florestan Fernandes e seus antigos mestres, por discordâncias em relação às teorias, métodos e técnicas utilizados nos trabalhos de investigação dos quais participou, coletiva ou individualmente.

A um padrão de ensino herdado dos professores estrangeiros que participaram dos primeiros anos da USP, tido pelo autor como um modelo pedagógico eclético e de estilo monográfico, isto é, sem qualquer preocupação com a formação básica dos cientistas sociais e diretamente voltado para atividades de investigação empírica, Florestan Fernandes reage se envolvendo de maneira bastante autodidática nos trabalhos de aproveitamento acadêmico que exigiam algum tipo de pesquisa de campo. Esse foi o caso de seus primeiros trabalhos sobre o folclore, no qual se utilizou de enfoques sociológicos e antropológicos em combinação com elementos da análise propriamente folclorística e genealógica das formas estéticas da cultura popular. Por outro lado, a inserção em trabalhos de pesquisa de campo já no primeiro ano do curso, em 1941, fez com que nosso autor construísse um *habitus* de produção teórica intimamente relacionada à prática de investigação nas ciências sociais. Apesar de suas críticas pedagógicas, Florestan Fernandes (1984) argumenta, por outro lado, que o tipo de ensino recebido na USP foi construtivo para uma produção sociológica original e autônoma *feita no Brasil*.

O próprio autor reconhece sua falta de preparo inicial ou especialização para realizar tarefas de pesquisa tão ambiciosas, chamando atenção para a ausência de orientação acadêmica adequada, tanto de seus mestres

estrangeiros, como também dos professores assistentes e auxiliares vinculados às antigas cátedras. As inovações no ensino das ciências sociais introduzidas por Florestan Fernandes – primeiramente em conjunto com Antonio Candido na cadeira de Sociologia II e depois, por sua iniciativa individual, na cadeira de Sociologia I quando do retorno de Roger Bastide para a França – possuem relações diretas com suas críticas à dependência cultural e colonialismo mental presente no tipo de ensino que lhes fora oferecido. Até hoje algumas dessas mudanças pioneiras propostas por Florestan Fernandes se fazem sentir no ensino da sociologia brasileira, a julgar que a definição de Durkheim, Weber e Marx como clássicos da disciplina se deve muito aos trabalhos do autor na década de 1950, muito em especial ao segundo ensaio contido em *Fundamentos empíricos da explicação sociológica* (1978b), escrito em 1954 e intitulado “Os problemas da indução na sociologia”.

Cada um dos três clássicos, Durkheim, Weber e Marx, eram vistos por Florestan Fernandes como os representantes mais avançados ou teoricamente mais consistentes de determinadas tradições do pensamento sociológico. No caso dos dois primeiros, sendo possível identificar vínculos nacionais muito fortes com as tradições intelectuais predominantes na França, o naturalismo e racionalismo positivistas, e na Alemanha, as correntes neokantianas que propunham distinções entre as ciências naturais e as ciências do espírito, respectivamente¹. Já no caso do último, Marx, fortes relações com as correntes socialistas europeias de meados do século XIX, ou seja, com contornos cosmopolitas mais amplos, apesar de sua estreita ligação com a expressão máxima da filosofia idealista alemã, o hegelianismo, expressando aqui também um forte vínculo nacional.

De modo algum, contudo, Fernandes reduzia as tradições clássicas a esses três autores, pois cita em seus escritos e aproveita teórica e metodologicamente em suas investigações de modo abundante outros nomes que ficaram posteriormente apagados na história da análise sociológica, mas também participantes das vertentes intelectuais simbolizadas por Durkheim, Weber e Marx. Nesses termos, o autor cita e faz uso dos trabalhos de nomes como François Simiand, Marcel Mauss, Maurice Halbwachs, Wilhelm Dilthey, Werner Sombart, Ferdinand Tönnies e, em relação aos pensadores socialistas, seu conhecimento era amplo, incorporando

¹ No caso de Weber, contudo, não se pode dizer que tenha se limitado a reproduzir as posições unilaterais das perspectivas neokantianas, pois propõe uma aproximação entre os métodos generalizantes e individualizantes nas ciências sociais, procurando alcançar aquilo que denominava de “explicações compreensivas”.

desde leituras anarquistas, passando pelas orientações reformistas, até alcançar a pluralidade de visões dentro do próprio marxismo. Um interessante problema de investigação seria o de questionar por que, hoje, o ensino de sociologia se concentra fortemente em torno desses três clássicos e como um enfoque unilateralmente teórico em torno do debate sobre autores poderia prejudicar o conhecimento sociológico concreto da realidade brasileira.

Dito em outros termos, o projeto teórico de Florestan Fernandes não nasceu pronto e acabado. O autor foi descobrindo e reformulando esse projeto ao se deparar com várias dificuldades na aprendizagem do *métier* de sociólogo, com as diversas correntes epistemológicas e vertentes das ciências sociais, muitas delas entre si antagônicas, bem como com as mudanças históricas e políticas da sociedade brasileira, vista no quadro mais geral da América Latina e das contradições do capitalismo mundial. Ao reler seus textos escritos, retificá-los conceitualmente em trabalhos posteriores, ao propor conceitos explicativos, abandoná-los parcialmente ou ampliá-los, inserindo-os em quadros compreensivos mais abrangentes, o que Florestan Fernandes estava fazendo era justamente dando forma a um projeto teórico de produção sociológica, tomando como referência os dilemas sociais brasileiros e latino-americanos. Nesse sentido, seus trabalhos de investigação nas ciências sociais ganham força justamente por fazer de sua condição marginal uma das bases de sua crítica ao saber sociológico estabelecido, tanto nos centros como nas periferias do sistema capitalista mundial.

A contribuição teórica original que poderia trazer à teoria sociológica em nível internacional advinha justamente de sua dedicação ao conhecimento da sociedade brasileira, entendida como um caso específico de um tipo social mais amplo, as formações sociais de capitalismo dependente e subdesenvolvido. Ao conceder entrevistas e prestar depoimentos sobre sua própria trajetória acadêmica, Florestan Fernandes tinha o cuidado de apontar os caminhos que foram sendo construídos, os momentos em que determinadas questões se tornaram relevantes, as dificuldades enfrentadas, as incertezas, oscilações e os movimentos de idas e vindas, não lineares, da elaboração de seu próprio pensamento e as constantes redefinições de seu projeto teórico.

Se as sugestões de Florestan Fernandes forem seguidas a esse respeito, não tomando tal itinerário como mera reprodução acrítica das opiniões

do autor sobre si mesmo, os futuros pesquisadores de sua obra deterão um olhar privilegiado para compreender as conexões entre suas diferentes temáticas de investigação e os vínculos teórico-conceituais entre os distintos momentos de sua produção intelectual. Isso não significa desprezar as rupturas no pensamento do autor e privilegiar as supostas continuidades em sua perspectiva teórica. Mas tão somente aproveitar um caminho heurístico para melhor problematizar tais rupturas e continuidades, percebendo em que medida o próprio Florestan Fernandes detinha delas consciência autocrítica. Nesse caso, seria indispensável comparar suas narrativas autobiográficas com o que efetivamente afirmou em seus textos publicados, ou nos seus manuscritos não publicados presentes em seu arquivo pessoal, em cada momento específico de sua produção intelectual.

Um nítido exemplo de ruptura assumida pelo autor seria a sua confiança inquebrantável, pelo menos até fins da década de 1960, no planejamento social – baseado no conhecimento da realidade proporcionado pela Sociologia – como auxiliar dos processos de mudança cultural provocada. A utilização do conhecimento sociológico exigiria, nas sociedades modernas de classes, níveis elevados de participação política democrática, o que não seria exatamente o caso, segundo sua própria perspectiva histórica à época, da sociedade brasileira em toda a sua extensão. No entanto, isso não fez o Florestan da década de 50 deixar de alimentar, em suas reflexões teóricas, pragmáticas e empíricas sobre o planejamento e a intervenção racional na realidade, a esperança de que a ciência sociológica, dentro dos horizontes da subdivisão da Sociologia Aplicada, poderia ser utilizada em prol das necessidades da sociedade brasileira como um todo.

Com o seu afastamento da Universidade de São Paulo como punição da ditadura em 1969 por sua participação no movimento da reforma universitária, e depois com o aprofundamento do regime autocrático nos anos 1970, a identificação com tais tarefas intelectuais do sociólogo perde todo o sentido, já que as sociedades de capitalismo dependente (e quiçá muito provavelmente todas as sociedades capitalistas da era monopolista) não permitem tal tipo de aproveitamento do saber sociológico. O ponto de inflexão de seu pensamento se desloca para o socialismo como teoria revolucionária, não abandonando a sociologia como ponto de vista, mas utilizando-a de maneira ainda mais consistente no projeto político de contribuir para a transformação socialista da sociedade brasileira. A uto-

pia do uso racional do conhecimento científico só poderia ser realizada numa sociedade plenamente democrática, sustentada numa democracia radicalmente de bases populares, por isso desvendar as possibilidades de irrupção de um papel ativo das classes trabalhadoras e das camadas populares na história passa a se tornar a tarefa política mais fundamental. O socialismo ganha em seu pensamento a linha de frente.

O saber sociológico de Florestan Fernandes passa a se colocar mais intensamente a serviço da análise das contradições da ordem burguesa no Brasil, a qual assumiu a forma de uma ditadura empresarial-militar a partir de 1964, e das possibilidades de mobilização popular que emergem das fissuras dessa mesma ordem econômica, política, institucional e ideológica. Só haveria espaço para um novo cultivo da sociologia como ciência, aos moldes da prática científica de Florestan Fernandes dos anos 1950, se a etapa capitalista fosse definitivamente superada por meio de uma revolução socialista. A fé na ciência e na sociologia perdem a base ilusória que detinham antes do golpe de 1964 e a opção para restaurar essa fé seria o enfrentamento socialista dos dilemas da sociedade brasileira, ou seja, a superação dos limites históricos do capitalismo dependente. Se há uma forte ruptura nos horizontes políticos de Florestan Fernandes, a continuidade reside na compreensão de que a Sociologia como ciência, em moldes renovados, assumiria um papel importante nas lutas democráticas e na perspectiva socialista.

A construção do projeto teórico da Sociologia de Florestan Fernandes pode ser apanhada num primeiro momento, como sugerido anteriormente, nas suas investigações de campo sobre o folclore. Em sua autoanálise retrospectiva, o autor percebe nesses trabalhos iniciais um esforço de síntese não apenas entre a perspectiva sociológica e os métodos folclóricos de interpretação, mas também sugere no interior das próprias ciências sociais a necessidade de uma fusão entre a compreensão do significado e a explicação funcional. Em suas próprias palavras, tratava-se de “uma interpretação sociológica que permitisse lidar com significado e função, sem confundir os dois, sem dizer que a função é o significado e o significado é a função” (citação extraída da sexta entrevista concedida a Eliane Veras Soares, em 23 de maio de 1991). A perspectiva de uma síntese teórica não surge para Florestan Fernandes *in abstracto*, mas emerge das próprias experiências de pesquisa de campo, muito ao estilo das tradições sociológicas francesas. Ainda na *sexta entrevista*, ele afirma: “você pega

o trabalho que eu fiz sobre as cantigas de ninar, ele permite ver como eu me preocupava com a forma, o conteúdo, o significado e a função”. É certo que se trata de uma reavaliação do autor sobre sua própria produção quase cinquenta anos depois e o mesmo não poderia, à época, imaginar que esse esforço de síntese seria ampliado em outras direções teóricas e epistemológicas. No entanto, tal oportunidade de realizar trabalhos de pesquisa de campo iria influenciar, sobremaneira, sua trajetória posterior.

O risco teleológico de imputar a Florestan Fernandes um projeto teórico previamente concebido, algo a ser evitado, não deve ofuscar a busca de explicações sociológicas e históricas para suas primeiras tentativas de síntese entre orientações distintas nas ciências sociais. Acreditamos que tais explicações podem ser buscadas nos vínculos ideológicos do autor com a sociedade brasileira, mediados pela sua inserção nas instituições em que construiu sua produção sociológica e política. Uma explicação em termos exclusivos de situação de classes seria insuficiente. De igual modo, a reconstituição de seu campo institucional e intelectual pode fornecer elementos interpretativos importantes, desde que contrastados com um esforço de leitura estrutural, transversal e diacrônica de seus escritos. O mesmo vínculo mecânico entre situação de classe e produção de ideias pode ocorrer nessa reconstituição do campo institucional, a exemplo de se atribuir a Florestan Fernandes uma visão positiva da “ordem social competitiva” por conta de sua ascensão social na USP. Na análise da articulação de seus conceitos já deve estar presente um esforço sociológico de apreender os vínculos sociais, políticos e ideológicos da produção cultural.

Em seus depoimentos e entrevistas, Florestan Fernandes sempre associa os estudos folclóricos à sua experiência de criança pobre na metrópole paulistana em ritmo acelerado de expansão e mudança. Embora muitos possam ver aí a construção de uma autonarrativa mais aprazível ao autor, trata-se de uma porta de entrada para aspectos inconscientes da experiência vivida na construção de sua visão de mundo. Poderíamos conjecturar que aquele esforço inicial de síntese talvez fosse uma reação ao ambiente elitista da Universidade de São Paulo e ao padrão de ensino inalcançável e elevado dos professores estrangeiros. As teorias e os conceitos transplantados não dariam conta da realidade da cultura das camadas populares paulistanas. Só alguém proveniente desses meios populares seria capaz de perceber, com acurácia, a incapacidade de tais conceitos e

teorias em darem conta de sua própria realidade. Em que momento isso se torna consciente para o autor, em termos de crítica à dependência cultural e da necessidade de as ciências sociais se voltarem para a melhoria das condições de vida da maioria da população brasileira, pode ser escrutinado na obra publicada de Florestan Fernandes e vemos em que medida sua autoanálise crítica alcança rigor e objetividade. Se comparamos as entrevistas mais significativas de Florestan Fernandes, relacionadas ao tema de sua trajetória intelectual, acadêmica e política, percebe-se – apesar das variações nos relatos de determinados acontecimentos decisivos – uma forte coerência na externalização dos motivos e intenções de base para suas escolhas epistemológicas.

Ainda na época de estudante Florestan Fernandes iria realizar trabalhos de pesquisa de campo para Emilio Willems e uma grande pesquisa documental para a disciplina de economia política de Paul Hugon. Em especial, esse último trabalho tratava da evolução do comércio exterior do Brasil entre 1808 e 1940, o germe de ideias que seriam aprofundadas posteriormente. É muito provável que este trabalho esteja na base das conclusões redigidas, sob a forma ensaística, no seu clássico *A revolução burguesa no Brasil* (Fernandes, 1975/2000). Essas conexões de sentido entre suas primeiras pesquisas e suas principais teses sociológicas posteriores sobre as formações sociais dependentes são estabelecidas pelo próprio Florestan Fernandes, sendo essa uma dimensão a ser avaliada pelos estudiosos de sua obra. Para atestar a importância dessas primeiras investigações do autor, muitas delas realizadas na condição de estudante, para a construção de sua visão sociológica sobre o Brasil e América Latina, seria importante reproduzir o texto de introdução à bibliografia selecionada de *A revolução burguesa no Brasil* e a nota de rodapé em que se refere a suas pesquisas não concluídas:

Não é fácil compor a bibliografia de um livro como este, que reflete os conhecimentos acumulados ao longo de toda uma carreira e reflexões cujo início podemos datar, com precisão, no primeiro semestre de 1941! [...] As investigações ou cursos, que culminaram em livros ou ensaios publicados, revelam pelo menos o essencial quanto aos livros e às obras de que nos valem, seja empiricamente, seja teoricamente. Contudo, algumas investigações não chegaram a ser concluídas, cursos sobre o Brasil ou a América Latina não deram origem a livros ou ensaios. A bibliografia compulsada ficou perdida na memória e em gavetas do fichá-

rio. Agora, seria impossível reproduzi-la aqui, no seu todo (Fernandes, 1975/2000, p. 1813).

Dentre as pesquisas não concluídas, menciona o autor em nota explicativa:

[...] sobre a formação e evolução do comércio externo de 1808 a 1940, assunto sobre o qual trabalhei intensamente em 1941; sobre a sociedade paulistana no século XVI, em colaboração com o professor Donald Pierson, iniciada e interrompida em 1946; sobre a aculturação de sírios e libaneses em São Paulo, na qual trabalhamos, esporadicamente de 1944 a 1949, com a prestimosa colaboração do professor Jamil Safady; sobre as conexões da urbanização com a formação e desenvolvimento da sociedade de classes, cuja parte empírica ficou com o professor Paul Singer, na qual trabalhamos intensamente depois de 1962 e que interrompemos por motivos alheios à nossa vontade (aliás, este livro compendia, de um modo livre e ensaístico, as principais conclusões a que chegamos, através das leituras feitas) (Fernandes, 1975/2000, p. 1813).

Em outras palavras, Florestan Fernandes sugere certa continuidade entre seus trabalhos de investigação sociológica e a ampliação da compreensão teórica das formações sociais brasileira e latino-americana. Isso não foi realizado sem um trabalho de revisão autocrítica ou mesmo sem rupturas conceituais, teóricas e políticas. Nesse sentido, seria preciso alcançar um equilíbrio na compreensão de tais continuidades e rupturas no pensamento do autor, às vezes exageradas num sentido ou outro. Na sociologia de Florestan Fernandes, há níveis de apreensão da realidade social que estão subordinados a formulações de distintos problemas de investigação. Por exemplo, se o objetivo for reconstruir a realidade social num plano comparativo de tipos ou estruturas sociais pertencentes a um mesmo ou diferentes padrões civilizatórios, o método de interpretação estrutural-funcionalista cumpriria bem essa tarefa. Por outro lado, quando se trata de vislumbrar as transformações históricas no interior de uma mesma estrutura social, as caracterizações estruturais-funcionais anteriores poderiam ser reelaboradas a partir da perspectiva dialética nas ciências sociais. O autor não pensava no abandono de um método por outro ou de uma perspectiva teórica por outra, mas na possibilidade de avançar em sínteses mais inclusivas sem cair em ecletismos ou reducionismos.

Em *A condição de sociólogo*, quando perguntado se seria possível compatibilizar a análise funcional com a explicação dialética, sua resposta

oscila entre o reconhecimento de alguma incompatibilidade entre ambas e a possibilidade de combiná-las de modo complementar num mesmo projeto de investigação (Fernandes, 1978a, p. 102-109). Por outro lado, o autor afirma que o próprio Marx teria se utilizado de caracterizações do tipo estrutural-funcional para determinados fins:

Por exemplo, quando Marx em *O Capital*, elabora um esquema no qual projeta o tempo de trabalho necessário para a reprodução do trabalhador e o produto produzido, o que está em jogo não é uma análise dialética, porém uma análise estrutural-funcional (Fernandes, 1978a, p. 104).

Mais adiante estende esses exemplos a pensadores indubitavelmente marxistas como Lênin e Lúkacs, bem como a um sociólogo bastante influenciado teoricamente pelo marxismo, Karl Mannheim. De certa forma, Florestan Fernandes apontava algum grau de complementaridade entre o estrutural-funcionalismo e a dialética marxista. Muitas de suas análises combinam ambos, como no caso de seus trabalhos sobre as relações entre negros e brancos na cidade de São Paulo. O autor parece manter essa posição teórica mesmo na sua fase mais marcadamente marxista, modificando-se, contudo, seu enfoque conceitual e metodológico mais para o plano da sociologia histórica, área em que o aproveitamento do marxismo se faz mais intensa na sua síntese teórica. Essa mudança se acentua no período em que passa a lecionar na Universidade de Toronto, entre 1969 e 1972, prologando-se até o final de sua trajetória política como militante socialista, a partir de 1986, dentro do Partido dos Trabalhadores.

Abandonando a condição de estudante e tornando-se o “professor Florestan Fernandes”, quando começa a trabalhar em 1945 como segundo-assistente da cadeira de Sociologia II na USP a convite de Fernando de Azevedo, o projeto teórico do autor terá oportunidades decisivas para se delinear mais concretamente. Na exposição da importância teórica de sua passagem pelo Partido Socialista Revolucionário (PSR) na década de 1940, já abordamos o papel decisivo que a redação da introdução de *A crítica da Economia Política*, de Marx, teve para a construção de sua síntese na sociologia e no conjunto mais amplo das ciências sociais. Ali afirmamos que a crítica marxista da ideologia e a sociologia *mannheimiana* do conhecimento desempenharam um papel fundamental. Ao lado delas, porém, sem as experiências de pesquisa realizadas pelo autor tais esforços de síntese iriam pairar no vazio ou adquirir uma feição puramente escolástica de reflexões meta-sociológicas abstratas. A aspiração de realizar

grandes trabalhos teóricos pode assumir, em países de formação cultural dependente, um viés aristocrático de que a tarefa da pesquisa empírica deve ficar com o proletariado acadêmico.

Ao confrontar os problemas das investigações empíricas, seja de reconstrução histórica, documentais, estudos de caso, etnografias ou trabalho de campo, com os grandes modelos de explicação nas ciências sociais, Florestan Fernandes passou a contar com uma perspectiva mais realista, em termos do seu significado para as pesquisas concretas, no seu rigoroso labor de revisão conceitual e crítica das diversas teorias então existentes, transplantadas dos centros hegemônicos de produção sociológica nos Estados Unidos e Europa. Muitas vezes esse tipo de estudo se faz mais no plano da reflexão teórica abstrata, sem grandes preocupações com suas adequadas mediações ou reformulações na pesquisa empírica, estando as duas dimensões dissociadas.

Numa fase muito específica de sua produção acadêmica, no entanto, Florestan Fernandes se dedicou a esse tipo de reflexão teórica, cujas formulações mais acabadas podem ser encontradas em textos das décadas de 1940, 1950 e 1960, reunidos em livros como *Fundamentos empíricos da explicação sociológica* (1959/1978c), *Ensaio de sociologia geral e aplicada* (1960) e *Elementos de sociologia teórica* (1970). Por outro lado, os ensaios aí contidos só podem ser compreendidos em profundidade quando relacionados às experiências concretas de pesquisa que motivaram muitas das reflexões teóricas, metodológicas, epistemológicas e preocupações práticas (políticas) nele contidas². Em outras palavras, seria importante focalizar as contribuições das investigações sobre os sírios e libaneses, os Tupinambá e as relações raciais entre negros e brancos na cidade de São Paulo para a construção do projeto teórico de Florestan Fernandes na sociologia e nas ciências sociais.

Seria na dupla condição de estudante de pós-graduação na Escola Li-

2 Alguns trabalhos de Florestan Fernandes a esse respeito não foram realizados, permanecendo apenas como projetos de pesquisa esboçados, a exemplo de seu interesse em escrever um ensaio sobre a contribuição metodológica de François Simiand para as ciências sociais. Anotações do autor para a elaboração de um futuro artigo sobre o sociólogo francês foram encontradas em suas fichas manuscritas da Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Já no caso dos seus textos sobre Sociologia Aplicada, não se pode dizer que as reflexões aí contidas tenham se baseado em alguma experiência particular do autor em atividades de planejamento social ou, em suas palavras, de "intervenção racional na realidade". Embora a perspectiva prática de utilização do conhecimento sociológico estivesse presente em seus horizontes intelectuais, tal aspiração não se concretizou de fato em sua trajetória acadêmica. O mais próximo que teria chegado de uma intervenção desse tipo talvez seja a sua participação na Campanha em Defesa da Escola Pública e no movimento da reforma universitária. Nesse sentido, as reflexões sobre a Sociologia Aplicada seriam aquelas mais localizadas num plano de abstração teórica, sem contar com o respaldo de experiências concretas do autor nessa sua subdivisão da sociologia.

vre de Sociologia e Política (ELSP) e de professor na Universidade de São Paulo que Florestan Fernandes iria elaborar o mestrado sobre a organização social dos Tupinambá. Em sua passagem pela ELSP, o autor trava um contato mais direto com a tradição sociológica de investigações empíricas da Escola de Chicago, a qual seria fundamental para suas considerações posteriores sobre a Sociologia Descritiva. Ao recordar os cursos pelos quais passou na ELSP, afirma: “Por aí eu conheci melhor o que se fazia em Chicago. O grande introdutor da escola de Chicago aqui foi o Pierson, mas o Mário Wagner ficou lá três anos, um amadurecimento” (Sexta Entrevista). No entanto, seu maior interlocutor nesse período de formação foi Herbert Baldus, em cujo seminário na ELSP surgiu a ideia de realizar um trabalho mais amplo sobre os Tupinambá, a partir da documentação histórica produzida pelos cronistas e viajantes dos séculos XVI e XVII. A pesquisa se inicia pela análise dos documentos de Gabriel Soares e Hans Staden, tendo sido estendida para trinta e cinco fontes primárias (Fernandes, 1975/2009, p. 314-320). Para tanto, o autor se utilizou dos procedimentos historiográficos de crítica interna e externa.

Os dois trabalhos mais importantes sobre os Tupinambá, *A organização social dos Tupinambá* (1949) e *A função social da guerra na sociedade Tupinambá* (1952), são frutos não apenas desse esforço exaustivo de “explicação descritiva” a partir das fontes primárias utilizadas, mas principalmente de uma tentativa de ir além por meio da “explicação explicativa”, sinalizando para a elaboração de sínteses teóricas mais amplas e gerais, capazes de aprofundar nossa compreensão do conjunto socio-cultural de uma dada civilização e, mais além, de possibilitar comparações com outros modelos civilizatórios. Ao se lançar ao estudo da *organização social*, o autor realiza um aproveitamento sintético de teorias as mais diversas e propõe uma conceituação abrangente e flexível, que lhe permite aproveitar as informações fornecidas pelas fontes primárias de que dispõe³. Já em relação à função social da guerra, embora a sociedade tupinambá seja o centro da pesquisa, muitas passagens de sua tese de doutorado e de outros trabalhos demonstram uma preocupação mais específica com a guerra como um fenômeno sociológico geral. De outro lado, a noção *maussiana* de “fato social total” se apresenta, para Florestan Fernandes, como um instrumento heurístico privilegiado para apreender

3 A esse respeito ver o capítulo sexto de *Elementos de sociologia teórica* (Fernandes, 1970), intitulado “O estudo da organização social” e escrito originalmente como introdução teórica à dissertação de mestrado do autor sobre os Tupinambá.

a teia de articulações recíprocas das diferentes dimensões tecnológica, religiosa e política da sociedade tupinambá.

No caso da pesquisa sobre a aculturação dos sírios e libaneses em São Paulo, que seria originalmente a tese de doutorado do autor, cujas razões do abandono da investigação foram narradas na sexta entrevista, o ponto de partida teórico se formula a partir de uma hipótese geral e inclusiva relativa à transplantação cultural:

Eu havia lido no Malinowski uma afirmação que poderia ser transcrita como um postulado: as instituições sociais, no caso de transplantação, elas não se transformam isoladamente, mas em conjunto, como totalidade. Teoricamente, se a família se transforma, se transforma também a relação entre homem e mulher, se transforma provavelmente a relação do homem com o sagrado, transforma a relação do homem com o trabalho, da mulher com o trabalho etc. Quer dizer, é uma mudança total. As instituições são interdependentes, formam um todo não só dinâmico, mas estrutural. Então eu estava querendo controlar essa hipótese através de uma pesquisa. Quando falei para o Willems, o Willems ficou alucinado. “É a primeira vez que alguém vem propor o objeto de uma tese através de uma perspectiva teórica”. O problema estava em que grupo escolher, porque japonês eu não podia escolher. Eu não podia entrar facilmente dentro dos padrões culturais japoneses sem um ponto de apoio maior do que eu tinha na época. Posteriormente eu teria. Mas, na ocasião, italiano, português, espanhol, têm pouco interesse por causa da própria similaridade que existe entre as diferentes variações da civilização ocidental. A civilização ocidental praticamente é um núcleo comum, então não dava contraste suficiente para fazer a análise.

A escolha recai sobre os sírios e libaneses muito por conta da proximidade do autor com um pesquisador de origem libanesa, Jamil Safady, porém a ideia inicial sugere uma tentativa de alcançar, por meio de um trabalho de investigação empírica, o refinamento de uma hipótese teórica, possivelmente conduzindo a necessárias reformulações e precisões conceituais no conjunto do conhecimento sociológico e antropológico até ali disponível. Em outros termos, trabalhando precisamente sob o prisma do método de interpretação estrutural-funcionalista nesses trabalhos, o autor irá realizar posteriormente uma síntese teórica das diversas orientações mais afinadas com essa vertente das ciências sociais, envolvendo nomes como Durkheim, Mauss, Malinowski, Radcliffe-Brown, Thurnwald, Merton, Parsons, dentre outros. Dentro das subdivisões da

Sociologia Descritiva e Sociologia Comparada, o método de interpretação estrutural-funcionalista foi analisado nas suas múltiplas dimensões, procurando-se perceber suas potencialidades e limites conceituais, teóricos, práticos e empíricos. Quais seriam, por exemplo, as contribuições desse método para a análise do conflito e da mudança social? O chamado funcionalismo de Florestan Fernandes seria bastante atípico e *sui generis*, pois o autor não sucumbe a nenhuma ideologia conservadora simplesmente por se utilizar do estrutural-funcionalismo (hipótese equivocada), que supostamente lhe conduziria a imaginar sistemas sociais estáticos e fechados. Ao contrário, em sua tese de livre-docência, de 1953, intitulada *Ensaio sobre o método de interpretação funcionalista na sociologia*, sua intenção era justamente demonstrar como o conflito e a mudança social poderiam ser focalizados pelo estrutural-funcionalismo.

Em *A organização social dos Tupinambá*, a própria sociedade tupinambá não foi reconstituída como um sistema fechado e estático. Várias passagens sobre a situação de contato afloram aqui ou ali e, ao mesmo tempo, por mais que o autor insista ter feito um recorte no tempo, um retrato instantâneo da realidade, devido às limitações da documentação analisada, a sua compreensão teórica dos padrões estruturais e dinâmicos das organizações sociais as toma como realidades históricas e mutáveis. Os cuidados do autor ao realizar conjecturas com base na fundamentação empírica de suas investigações são notórios do começo ao fim nos dois livros sobre os Tupinambá. Um elemento relevante a ser frisado é que a proposta mais geral de síntese teórica na Sociologia defendida posteriormente por Florestan Fernandes, em ensaios das décadas de 1950 e 1960, só receberia um formato mais acabado após o autor ter se dedicado de modo exaustivo a extrair todas as consequências lógicas de uma síntese teórica, conceitual, prática e metodológica, de um dos métodos particulares das ciências sociais. Não seria mera coincidência o autor ter enfrentado as questões mais abstratas da síntese teórica nas ciências sociais só depois de alcançar a estatura de um mestre-artesão no domínio do método de interpretação funcionalista na sociologia.

Ao final da entrevista em que Florestan Fernandes aborda sua trajetória acadêmica nas décadas de 1940 e 1950, são apenas mencionadas as pesquisas sobre relações raciais realizadas já na sua condição de professor de sociologia da USP. A pesquisa da Unesco de relações raciais havia se iniciado entre 1950 e 1951. Será justamente nos estudos sobre a situação

do negro na sociedade de classes que o esforço de síntese teórica irá alcançar um novo patamar na obra de Florestan Fernandes, pois se trata de combinar a análise estrutural-funcionalista com o exame das mudanças no tempo histórico contínuo de transformação das estruturas sociais. Ou seja, o autor assume uma perspectiva *estrutural* e *histórica*, a qual pode ser sintetizada por suas próprias palavras contidas na nota explicativa de *A integração do negro na sociedade de classes*:

Isto é, podia-se combinar a análise sincrônica com a análise diacrônica, de modo a descrever e interpretar os fenômenos observados tanto de uma perspectiva sistemática (pela descrição e interpretação de uniformidades de coexistência), quanto de uma perspectiva histórico-sociológica (pela descrição e interpretação das uniformidades de sequência) (Fernandes, 1964/2008, p. 23).

De outro lado, a complexidade da temática das relações raciais exige que a síntese teórica vá além da sociologia e implique um trabalho transdisciplinar no campo das ciências sociais. O autor chega a propor, a esse respeito, os caminhos de uma síntese no interior da própria Antropologia, ciência com a qual possuía grande afinidade, dado que em muitos momentos praticou uma sociologia antropologicamente orientada⁴. Esta, por exemplo, foi a opinião retrospectiva que o próprio Florestan Fernandes expressou de seu trabalho em conjunto com Roger Bastide:

[...] uma abordagem interdisciplinar que tinha como premissa a fusão de *micro* e *macro*, economia, personalidade, cultura e sociedade, compreendidas em suas relações recíprocas (o que exigia explicações históricas, econômicas, sociológicas, psicológicas e antropológicas fossem exploradas simultaneamente, embora convertendo-se o ponto de vista sociológico em foco de unificação conceitual e de definição dos problemas básicos). Tal abordagem permitiu passar da desagregação da sociedade escravista à formação da sociedade de classes através de contradições que marcavam continuidades e descontinuidades no modo de produção, na organização da vida social e nos dinamismos da cultura, ressaltando-se objetivamente como distância social entre raças, desigualdades raciais, preconceito de

4 O antropólogo Edgar de Assis Carvalho sugere a existência de uma polémica provocada pelas concepções de Florestan Fernandes em relação à sua visão sobre o lugar da Antropologia no conjunto das ciências sociais e as divisões internas da ciência antropológica: "Em 1961, em reunião da Associação Brasileira de Antropologia, ele faz uma colocação fundamental que, claro, provocou grande irritação na plateia e que, posteriormente, foi publicada em 1970 na coletânea *Elementos de sociologia teórica*. Os antropólogos sempre tiveram resistências descabidas a explicações generalizadoras. Procediam, diz ele, como se a preocupação pelo universal eliminasse necessariamente o interesse pelo particular" (Carvalho, 2009, p. 16). O texto de Florestan Fernandes a que se refere o comentador se intitula "A unidade das ciências sociais e a antropologia", no qual se percebe uma visão bastante transdisciplinar das ciências sociais.

cor e discriminação, em vez de desaparecerem, com a crise do padrão assimétrico de relação racial, foram reabsorvidos e redefinidos sob a égide do trabalho livre e das novas condições histórico-sociais (Fernandes, 1984/2017, p. 130).

A necessidade de apreender objetiva e cientificamente a realidade social terminava por conduzir Florestan Fernandes a ampliar o poder do conhecimento por meio do movimento de sínteses teóricas cada vez mais inclusivas, não apenas no interior da sociologia, mas para todo o conjunto das ciências sociais. Suas experiências de pesquisa foram fundamentais para indicar os itinerários mais seguros, que lhe fizessem evitar sínteses ecléticas, especulativa e arbitrárias. As entrevistas concedidas a Eliane Veras Soares, construídas a partir da perspectiva da história de vida, nos fornece ao lado de outros depoimentos mais abrangentes sobre sua trajetória intelectual a oportunidade de vislumbrar os caminhos de sua construção teórica e elaboração de sínteses. Estas se apresentavam sempre provisórias e inconclusas, pois a realidade social, além de altamente complexa, multifacetada e diversa, se transforma historicamente, exigindo novos conceitos e teorias capazes de abarcar suas múltiplas dimensões. Por fim, Florestan Fernandes ainda sugere em *A natureza sociológica da sociologia* (1980) outra explicação para o caráter inacabado de suas próprias sínteses teóricas e das ciências sociais: as divisões e antagonismos entre classes sociais na sociedade capitalista estão na raiz da explicação sociológica para a existência das fragmentações teóricas e metodológicas no interior da própria Sociologia, de maneira que a solução do problema da síntese teórica nas ciências sociais não deveria ser buscado na reflexão teórica, mas na transformação prática das condições de exploração/dominação e na revolução social.

Referências

CARVALHO, Edgar de Assis. 2009. O sociólogo que desafiou a Antropologia. In: FERNANDES, Florestan. *A investigação etnológica no Brasil e outros ensaios*. 2. ed. São Paulo: Global.

FERNANDES, Florestan. 1949. *A organização social dos tupinambá*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial.

_____. 1952. *A função social da guerra na sociedade tupinambá*. São Paulo: Museu Paulista.

- _____. 1960. *Ensaio de sociologia geral e aplicada*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora.
- _____. 1964/2008. *A integração do negro na sociedade de classes*. Vol. 2: No limiar de uma nova era. São Paulo: Globo.
- _____. 1970. *Elementos de sociologia teórica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- _____. 1975/2000. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. In: SANTIAGO, Salviano (org.). *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar.
- _____. 1975/2009. *A investigação etnológica no Brasil e outros ensaios*. 2. ed. São Paulo: Global.
- _____. 1978a. *A condição de sociólogo*. São Paulo: Hucitec.
- _____. 1978b. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. Rio de Janeiro: LTC.
- _____. 1980. *A natureza sociológica da sociologia*. São Paulo: Ática.
- _____. 1984. *A questão da USP*. São Paulo: Brasiliense.
- _____. 1984/2017. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Expressão Popular.
- _____. 2008. *Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue.

Sociologia, Educação e Democracia: a Campanha em Defesa da Escola Pública

Aristeu Portela Jr.

Na trajetória de Floresta Fernandes, o final da década de 1950 é marcado por sua participação na Campanha em Defesa da Escola Pública. Abordaremos aqui, brevemente, os sentidos políticos do engajamento do autor no movimento, e como sua reflexão sociológica buscou analisar os elos entre educação e a constituição de uma ordem social democrática no Brasil.

Lançada oficialmente no ano de 1960, a Campanha consistia em uma reação de diversos segmentos da sociedade, em especial educadores e intelectuais, às investidas de mantenedores de escolas privadas e da Igreja Católica “contra o projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, elaborado dentro dos princípios e ideais liberais dos conhecidos ‘pioneiros da educação nova’” (Soares, 1997, p. 54).

Tais ideais liberais – sistematizados inicialmente anos antes, no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (ou “Manifesto de 1932”) – estavam assentados em princípios como a laicidade e a gratuidade do ensino, a obrigatoriedade da educação pública, a relação da educação com o mundo do trabalho (Ghiraldelli Jr., 2009). Havia, no geral, a ideia de que a escola poderia se constituir numa instituição-chave de democratização da sociedade brasileira, na medida em que garantiria uma maior igualdade de oportunidades. E, nesse sentido, a presença do Estado na organização e no financiamento da educação pública era tida por imprescindível – justamente um ponto contra o qual se insurgiam os setores sociais privatistas e conservadores.

Em síntese, este era o aspecto central do problema: a iniciativa privada estava reivindicando para si a prioridade absoluta de ação e de proteção por parte do Estado e, para tanto, ela se opunha a que este exercesse a sua função democrática, que era a de fornecer educação ao povo, educação que, sendo pública, seria gratuita e, como tal entraria, em condições favoráveis, na linha de competição com a educação particular. Cabia, portanto, à iniciativa privada opor-se ao ensino oficial. [...] Na verdade, o que

estava acontecendo era a retomada de uma luta iniciada décadas antes. Os aspectos ideológicos em jogo eram os mesmos de antes. No fundo, era uma nova investida das lideranças conservadoras contra a ação do Estado, que se separara da Igreja, com a Proclamação da República, e vinha, desde então, assumindo um papel que antes cabia a esta, com prioridade: o da educação (Romanelli, 1986, p. 175-176).

A aprovação de um projeto de lei, em 1960, que atendia aos principais interesses privatistas, foi o “estopim de uma série de manifestações organizadas pelos setores educacionais e por entidades sindicais interessadas na defesa do ensino público” (Soares, 1997, p. 54). A Campanha em Defesa da Escola Pública é, então, lançada oficialmente em São Paulo, e termina por se alastrar por todo o território nacional, agregando um amplo leque de adesões em diversas camadas sociais. O movimento era

[...] liderado pelos educadores da velha geração dos “pioneiros” agora coadjuvados por profissionais de outros ramos, intelectuais, estudantes e líderes sindicais. Seu centro de atuação e irradiação foi a Universidade de São Paulo. Neste grupo sobressaíam os professores Florestan Fernandes, talvez o mais veemente de todos, Fernando Azevedo, Almeida Júnior, Carlos Mascara, João Villa Lobos, Fernando Henrique Cardoso, Laerte Ramos de Carvalho, Roque Spencer Maciel de Barros, Wilson Cantoni, Moisés Brejon, Maria José G. Werebe, Luiz Carranca, Anísio Teixeira, Jayme Abreu, Lourenço Filho, Raul Bittencourt, Carneiro Leão, Abgar Renault e outros (Romanelli, 1986, p. 176).

Sobre tal grupo amplo de educadores, e o contexto que favoreceu a discussão em torno da problemática educacional, assim Florestan se refere na última entrevista realizada por Eliane Veras Soares em 27 de junho de 1991, publicada neste livro:

O debate sobre a Lei de Diretrizes e Bases teve uma profunda repercussão na Universidade de São Paulo, por causa do Fernando de Azevedo e também porque nós, como professores, estávamos numa posição muito avançada naquele momento na sociedade brasileira, tínhamos uma participação cultural ativista, acentuada. [...] Então, o clima era um clima muito favorável à defesa da Escola Pública. E havia um anseio de fazer a democracia avançar, compreendendo-se que, sem educação, não haveria como tornar o cidadão mais consciente dos seus papéis, capaz de fazer escolhas efetivamente importantes para o país. Quer dizer, o clima é um clima favorável ao aparecimento do movimento.

A participação de Florestan Fernandes na Campanha foi, portanto, bastante ativa, com nosso autor realizando palestras, exposições, participando de conferências, mesas redondas... (cf. uma sistematização, inclusive quantitativa, realizada pelo próprio em Fernandes, 1976, p. 117-118). Ele produziu diversos textos durante o movimento – posteriormente reunidos no livro “Educação e sociedade no Brasil” (publicado em 1966) –, nos quais buscava utilizar a perspectiva sociológica para criar uma “consciência da situação”, almejando tornar explícitos “os fundamentos materiais, ideológicos e morais de nossas opções educacionais” (Fernandes, 1966, p. XVI).

Esse é um primeiro ponto, pertinente de ser destacado, acerca da atuação de Florestan Fernandes na Campanha em Defesa da Escola Pública: sua contribuição esteve profundamente vinculada à sua condição de sociólogo. Era através da reflexão sociológica que ele buscava discernir os dilemas educacionais brasileiros naquele momento, as relações da instituição escolar com o Estado, a democratização e o desenvolvimento da sociedade. Compreendia as pessoas que desempenhavam o papel de sociólogos/as enquanto “agentes da reeducação do homem [sic]” (Fernandes, 1976, p. 116), que deviam visar à elaboração de novas formas de enxergar o sentido da educação no Brasil.

Como o próprio relata:

Em regra, a produção intelectual dos sociólogos e dos educadores [na Campanha em Defesa da Escola Pública] devia corresponder, simultaneamente, a dois objetivos abertos. Um, de informação e propaganda; ele impunha que se desse atenção sistemática à enumeração e à divulgação das lacunas, inconsistências e omissões do projeto de lei sobre Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Outro, de caráter formativo e doutrinário; ele determinava a formalização e a disseminação em linguagem vulgar de ideias concernentes ao estado do ensino no Brasil, à natureza da filosofia democrática da educação e aos requisitos educativos de uma ordem econômica, social e política competitiva. Ambos os objetivos colimavam, explicitamente, a formação e a atuação de mecanismos reativos de controle societário em assuntos educacionais, de cuja ausência ou tibieza promana o divórcio existente entre o funcionamento das escolas, em todos os níveis de ensino, e as necessidades educacionais das diferentes camadas da população nas várias regiões do país (Fernandes, 1976, p. 115-116).

Essa compreensão do papel “formativo e doutrinário” do/a sociólogo/a, quanto à conformação de uma ordem social democrática, coaduna

exatamente com a perspectiva do autor no que diz respeito à atuação do Estado frente ao sistema educacional. Sua referência, acima, à necessidade de “mecanismos reativos de controle societário em assuntos educacionais” não é gratuita. A atuação do Estado no âmbito educacional é vista por Florestan como crucial para a constituição das bases culturais de uma ordem social democrática no Brasil.

De acordo com o autor, na medida em que “um dos fatores que prejudicam o desenvolvimento da democracia no Brasil é a persistência de uma mentalidade política arcaica” (Fernandes, 2008a, p. 112), a função educativa da escola, no meio social brasileiro, não pode se restringir à instrução propriamente dita. Ela deve ser muito mais ampla, relacionando-se à transmissão de certos conhecimentos “que dizem respeito à preparação dos imaturos para se ajustarem a papéis políticos específicos em nossa sociedade”, pois nenhum grupo social – Florestan fala especificamente da família e dos partidos políticos – “se incube desse tipo de adestramento, tão essencial para a constituição e o funcionamento de uma ordem social democrática” (Fernandes, 2008a, p. 109). As inovações introduzidas pela reforma do sistema educacional

[...] terão que se ligar a certos princípios gerais, inerentes à intenção de preparar personalidades democráticas para uma ordem social democrática, e que atender a certos fins práticos, com o desenvolvimento da consciência de afiliação nacional e dos direitos e dos deveres do cidadão, de uma ética de responsabilidade, da capacidade de julgamento autônomo de pessoas, valores e movimentos sociais etc. (Fernandes, 2008a, p. 111).

Nesse sentido, a intervenção do Estado com propósitos definidos de ajustar o sistema educacional brasileiro às necessidades mais urgentes da vida política nacional poderia “criar condições dinâmicas essencialmente favoráveis à transição de uma ordem democrática incipiente para uma ordem democrática plenamente constituída” (Fernandes, 2008a, p. 111).

Não é de estranhar, portanto, que a atuação do nosso autor na Campanha em Defesa da Escola Pública estava intrinsecamente vinculada às possibilidades de uma maior democratização da sociedade através da educação. Frente aos setores sociais arraigados em interesses conservantistas, Florestan contrapunha uma visão da escola como instituição que poderia formar um novo padrão de cidadania e, conseqüentemente, “uma revolução intelectual e política”.

Em entrevista concedida a Eliane Veras Soares em 1991, ele afirma que a Campanha

[...] surge dentro dessa fermentação de ver a necessidade de acabar não só com o analfabetismo, mas com a exclusão do estudante pobre da escolarização. Não se trata só de ensino primário, se trata do talento e do aproveitamento do talento, da seleção racional do talento. Há toda uma massa de talento na sociedade brasileira pulverizado, destruído. E eu conhecia isso porque, desde meu passado remoto, eu me lembro dos companheiros que eu tive que poderiam ter feito uma carreira análoga à minha e não conseguiram. Morreram de tuberculose, morreram disto ou daquilo, ou então, ficaram com um destino diferente. Eu via a coisa a partir daqueles que eram excluídos. A Campanha de Defesa da Escola Pública tinha de se voltar para a conquista de uma nova era na educação e ela seria a fonte de uma revolução intelectual e política. Quer dizer, esse era meu impulso, não é? [...] a ambição era não só de criar um novo padrão de cultura, mas também um novo padrão de sociedade civil e de Estado.

Reconhecendo-se essa posição aguerrida e transformadora que o autor encampou desde o início da Campanha, talvez não faça mais sentido qualquer estranhamento frente à sua participação em um movimento de cunho estritamente liberal. Aqueles e aquelas que conhecem sobretudo as obras de Florestan Fernandes posteriores à década de 1970, quando nosso autor assume mais explicitamente suas perspectivas políticas socialistas, poderiam questionar o sentido de sua atuação em um movimento que, de acordo com Silva (2005, p. 79), não punha em questão as desigualdades inerentes à sociedade capitalista, “limitando-se” a reivindicar a escola como meio privilegiado para a construção da democracia.

Frente a esses possíveis questionamentos, as entrevistas coligadas neste livro já tornaram evidentes os sentidos da atuação política de Florestan mesmo antes da sua afirmação como um “sociólogo socialista” – ele diz, em dado momento, na última entrevista: “Mesmo quando não era conhecida a minha atividade de esquerda (ela era dissimulada), mesmo aí o pessoal sabia que eu era uma pessoa voltada contra a ordem”.

O que nos cabe destacar, no contexto da Campanha em Defesa da Escola Pública, é que, se a sua posição pode ser considerada “reformista” – era, conforme o próprio Florestan Fernandes (2008b, p. 118) declarou anos depois, “um reformismo construtivo para uma sociedade que não levou até o fim a descolonização. As estruturas coloniais

estão ao lado de estruturas capitalistas superavançadas na sociedade brasileira”.

Florestan assume a defesa da instituição pública participando de uma luta já existente, apesar de vislumbrar os limites dessa luta, mas percebendo também os limites da sociedade brasileira, para uma transformação mais efetiva da realidade social e educacional. Era a escola possível, porém nem esta foi realizada naquele momento. [...] A democratização da escola pública em seu ponto de vista, mesmo consistindo numa “revolução dentro da ordem”, poderia significar um passo na direção da construção de uma sociedade mais democrática (Silva, 2005, p. 85).

A participação na Campanha de Defesa da Escola Pública não esgota o rol das atividades propriamente militantes de Florestan, no período em questão. Ele ainda atuou na movimentação em prol das reformas de base, bem como no movimento pela reforma universitária (Fernandes, 2008b, p. 126) – em todas as ocasiões sua participação se justificando “na medida em que contribui para a ruptura do conformismo tradicionalista e para a formação de um inconformismo de base democrática” (Soares, 1997, p. 74).

Mesmo anos depois, já como deputado federal, a preocupação com a educação permanece presente na atuação de Florestan Fernandes. Conforme afirma Soares (2009), nessa época nosso autor conservava as preocupações que guiaram sua participação na Campanha em Defesa da Escola Pública. Pois ele considerava que as reformas burguesas, republicanas e democráticas, da educação nacional, ainda não haviam sido atingidas. O que nos mostra, essencialmente, que na perspectiva de Florestan Fernandes a luta pela democratização da sociedade brasileira passou sempre também, e necessariamente, pela luta em prol da democratização da educação.

Referências

COSTA, Diogo Valença de Alencar. 2004. *Florestan Fernandes em questão: um estudo sobre as interpretações de sua sociologia*. Recife: UFPE. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Recife: Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco.

FERNANDES, Florestan. 1966. Prefácio. In: *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus. p. XV-XXIII.

_____. 1976. A comunicação entre os sociólogos e o grande público. In: *A Sociologia numa era de revolução social*. Rio de Janeiro: Zahar. p. 109-138.

_____. 2008a. Existe uma crise da democracia no Brasil? In: *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Global. p. 93-113.

_____. 2008b. Florestan Fernandes, história e histórias. Entrevista concedida a Alfredo Bosi, Carlos Guilherme Mota e Gabriel Cohn. In: COHN, A. (Org.). *Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue. p. 94-147. (Encontros).

GHIRALDELLI JR., Paulo. 2009. *História da educação brasileira*. São Paulo: Cortez.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. 1986. *História da educação no Brasil (1930/1973)*. Petrópolis, RJ: Vozes.

SILVA, A. F. 2005. Florestan Fernandes e a educação brasileira nas décadas de 1950 e 1960. In: FÁVERO, O. (Org.). *Democracia e educação em Florestan Fernandes*. Campinas: Autores Associados; Niterói: EdUFF. p. 79-86.

SOARES, Eliane Veras. 1997. *Florestan Fernandes: o militante solitário*. São Paulo: Cortez.

_____. 2009. Educação e democracia na trajetória de Florestan Fernandes. In: *Cadernos de Estudos ENFF*. Vol. 4. O Legado de Florestan Fernandes. São Paulo: Escola Nacional Florestan Fernandes. p. 55-68.

O CESIT: a elaboração de uma teoria sociológica do subdesenvolvimento

Lucas Trindade da Silva

Na sétima entrevista publicada no presente volume, realizada no dia 29 de maio de 1991, Eliane Veras Soares questiona Fernandes sobre o “período de funcionamento do CESIT [Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho]”, sobre “os projetos que foram desenvolvidos” e a relação entre estas pesquisas e a “atuação política” do sociólogo paulista. No entanto, Fernandes mostra-se interessado em discorrer mais longamente sobre a sua trajetória político-intelectual nos anos 1950, abordada na entrevista anterior, de 23 de maio de 1991.

Ao final da sétima entrevista, Fernandes inicia uma incursão sobre sua trajetória na década de 1960, mas não retoma a questão do CESIT, detalhando nesta e na entrevista seguinte, a oitava, realizada em 27 de junho de 1991, o seu envolvimento na Campanha em Defesa da Escola Pública (ver artigo de Aristeu Portela Jr.). O CESIT não deixa de ser mencionado na oitava entrevista, mas apenas rapidamente, como exemplo do seu esforço de valorização da pesquisa social empírica na Universidade de São Paulo.

Intentamos assim, neste tópico, elaborar mais detidamente este aspecto. Afinal, o que significa a experiência do CESIT, na década de 1960, no interior da biografia político-intelectual de Florestan Fernandes? Que tendências anteriores ganham corpo na fundação do CESIT e quais as suas implicações na trajetória ulterior do sociólogo paulista?

Como Badiou (2005/2007) argumenta em relação às marcações que definem um século, poderíamos conjecturar que também uma década, na trajetória de um sujeito que se entrelaça com a história de uma formação sócio-nacional, é delimitada menos por simples critério cronológico do que pelos eventos relevantes que tornam significativo determinado recorte em um contínuo temporal.

A trajetória intelectual de Florestan Fernandes nos anos 1960 torna-se de maior inteligibilidade quando ao menos três elementos da década anterior são enfatizados.

Primeiramente, a efervescência reformista/desenvolvimentista, que faz dos anos 1950, para Fernandes (1975, p. 28), uma “década fecunda, de renovação e de esperanças”, quando se realiza “uma mudança radical de mentalidade” em prol de “um novo estilo de intervenção nos processos histórico-sociais” e contra o “imobilismo característico do passado patrimonialista” (Fernandes, 1962/1976, p. 238).

Um segundo aspecto é o envolvimento com o projeto de pesquisa da UNESCO. A investigação das relações raciais e do preconceito racial é decisiva na experiência intelectual de Fernandes, “seja para conhecer o Brasil como sociedade nacional, seja para chegar à temática da sociologia do subdesenvolvimento e da dependência. Além disso”, continua em primeira pessoa, “eu me senti como ser humano em comunhão com outros seres humanos. Nenhum outro trabalho meu anterior me permitiu essa comunicação endopática em profundidade” (Fernandes, 1975, p. 52).

O terceiro e último aspecto diz respeito à consolidação de Fernandes na Cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, da qual torna-se professor contratado em 1955¹, vínculo que dura até 1965, ano em que é efetivado na mesma cadeira até o seu afastamento compulsório em 1969. Para representar a experiência na Cadeira de Sociologia I, Fernandes (1975, p. 16) utiliza a imagem de uma “rotação completa”, quando “a ênfase se desloca” dos “alvos pessoais de carreira” para “as condições institucionais de produção em grupo”. Nas entrevistas aqui publicadas, na quinta, realizada em 30 de janeiro de 1991, Fernandes narra, inclusive, o ancoramento existencial que significou, para um “ego dividido” e tensionado entre a academia e a militância política, o trabalho na cadeira de sociologia I:

[...] o que acontece é que o socialismo tem uma vantagem. Projeta a gente para o futuro. Então, não causa esquizofrenia. Ele desencadeia aspirações, esperanças, que levam a frustrações terríveis. Mas se a pessoa tem um centro de atividades onde se escorar, e eu tinha dentro da Cadeira de Sociologia I, eu tinha um enraizamento, o trabalho era duro. Então eu sofri este impacto com uma dramaticidade menor. Não fiquei esquizofrênico por causa disso.

1 No *Curriculum Vitae* publicado na Revista Estudos Avançados (compilado por Vladimir Sacchetta, 1996), são oferecidas as seguintes informações: segundo assistente da Cadeira de Sociologia II entre 1º de março de 1945 e 27 de novembro de 1952; primeiro assistente da Cadeira de Sociologia I entre 27 de novembro de 1952 e 31 de dezembro de 1954; professor contratado entre 1º de janeiro de 1954 a 23 de fevereiro de 1965; professor catedrático a partir de 23 de fevereiro de 1965 até o afastamento compulsório em 1969. Causa estranhamento a sobreposição, durante todo o ano de 1954, das funções de primeiro assistente e professor contratado da Cadeira de Sociologia I. Em *Curriculum Vitae* datilografado, que cobre até o ano de 1965, concedido a Eliane Veras Soares, a informação é mais precisa: o período como professor contratado começa em 1º de janeiro de 1955.

Salientado esse pano de fundo geral, pode-se afirmar, mais precisamente, que os marcos prático-intelectuais que ganharam corpo no CESIT começaram, na carreira de Fernandes, em meados dos anos 1950, mais particularmente em 1956, ano de início dos cursos para o quarto ano de Ciências Sociais da FFCL-USP, que ocorrem até 1959, e ganham forma nos ensaios de 1957, *A Sociologia: objeto e principais problemas*, e de 1958, *A sociologia aplicada como disciplina autônoma e campo, Problemas da sociologia aplicada*. Estes fundidos sob o título *A sociologia aplicada: seu campo, objeto e principais problemas*, capítulo terceiro do livro *Ensaio de sociologia geral e aplicada*, publicado em 1959. Textos peculiares precisamente pelo grau e forma da síntese entre as séries, teórica e política, científica e prática, de sua trajetória. A definição de Sociologia Aplicada exprime bem esta síntese: “a descoberta de conhecimentos teóricos imediatamente úteis a propósitos realizáveis de intervenção deliberada na organização ou funcionamento dos sistemas sociais” (Fernandes, 1960/1976, p. 136).

É nesse sentido que devemos entender a “proposta da Sociologia Aplicada” como “um importante ponto de transição na obra de Florestan Fernandes”, na medida em que representa a passagem das “preocupações contidas nos textos de *scholar*” para os textos dos anos 1960, “que evocam a ‘militância sociológica’, isto é, defendem a importância da sociologia para a condução do processo de desenvolvimento brasileiro” (Romão, 2006, p. 53).

No lastro da formulação da Sociologia Aplicada, o CESIT (Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho) constitui-se “oficialmente” através do “decreto n. 39854, de 28/02/1962, assinado pelo governador Carvalho Pinto” (Romão, 2006, p. 21), sob a liderança de Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso.

Antes de qualquer coisa, é importante frisar que compreender a criação e a atuação do CESIT é fundamental, na perspectiva de Romão (2006), para relativizar a narrativa, tornada clássica por Sergio Miceli (1995; 2001), sobre a formação das ciências sociais no Brasil e a dicotomia entre a autonomia do campo científico-intelectual representada pela FFCL-USP, de um lado, e a indissociabilidade entre política e ciência exemplificada pela experiência da UDF (Universidade do Distrito Federal) e do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), ambos no Rio de Janeiro, do outro. Diferente de se encaixar nesta dicotomia, o CESIT significou “uma

experiência acadêmica paulista que, embora efêmera, assumiu a tarefa de intervenção política e, a seu modo, envolveu-se com ela”, aproximando-se intensamente das “questões relacionadas ao desenvolvimento brasileiro” e de “grupos externos à Universidade, em busca de uma atuação mais contundente no debate político nacional” (Romão, 2006, p. 22). “A experiência do CESIT”, conclui Romão (2006, p. 22-3), “é o ponto alto dessa ação acadêmico-política em que a sociologia assume a missão de transformar a Universidade e o Brasil”.

A transitividade entre ciência e política também se revela nas condições institucionais e financeiras que viabilizaram a criação do CESIT e seus projetos investigativos. O capital social de Fernando Henrique Cardoso foi particularmente importante nesse aspecto. É graças à sua amizade com Fernando Gasparian, empresário que se torna diretor da Confederação Nacional das Indústrias por indicação do Ministro do Trabalho Franco Montoro, e ligado à “oposição nacionalista” da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, que se realiza, “em dezembro de 1961”, a “doação de Cr\$ 10.000.000,00 ao CESIT, valor que representava pelo menos sete vezes o orçamento anual da Cadeira de Sociologia I” (Romão, 2006, p. 120).

As boas “relações políticas” de Cardoso com a reitoria de Ulhôa Cintra, que convergia com certo espírito desenvolvimentista do governo Carvalho Pinto no Estado de São Paulo, também foram fundamentais para facilitar a liberação de verbas da “recém-criada FAPESP [Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo]” para o CESIT. Isso porque, dada a novidade dos procedimentos de seleção propostos, “os grupos acadêmicos próximos ao núcleo de poder da Fundação nascente tiveram seus projetos mais facilmente aprovados, uma vez que detinham o conhecimento técnico necessário à elaboração de projetos e sabiam o que seria colocado como prioridade na seleção” (Romão, 2006, p. 123).

A trama de relações com a problemática do desenvolvimento e o interesse em uma contribuição científica prática ou aplicada para a mesma, em consonância com setores do empresariado interessados na autonomia nacional, é explícita nos projetos de investigação em torno dos quais se articula o CESIT.

O primeiro projeto, *A Empresa Industrial em São Paulo*, “conjugando o levantamento com base em amostragem ao estudo de casos”, visava obter

[...] conhecimentos objetivos e precisos sobre: a) a situação global das

indústrias nos municípios da Capital, de Santo André, São Bernardo, São Caetano e Guarulhos; b) os caracteres estruturais de vários tipos de empresa industrial existentes; c) a organização, as tendências de crescimento e as condições de integração ao sistema socioeconômico vigente de empresas consideradas típicas (Fernandes, 1962/1976, p. 316-7).

O conhecimento produzido permitiria avaliar o estágio e as tendências da “expansão da *civilização industrial* no Brasil” (Fernandes, 1962/1976, p. 317), tomando São Paulo como laboratório privilegiado por ser, simultânea e antinomicamente, cidade que tanto sacrificava o desenvolvimento do país como um todo – dada a concentração de recursos de toda ordem – como era barrada pela heterogeneidade do desenvolvimento nacional.

O segundo projeto, *Economia e sociedade no Brasil: uma análise sociológica do subdesenvolvimento*, por sua vez, dispo de maiores recursos, sobretudo da doação já mencionada da CNI, pôde “alargar as bases das investigações e considerar outros elementos da situação histórico-social” (Fernandes, 1962/1976, p. 318). Aqui, os focos da “análise sociológica dos problemas de desenvolvimento econômico” são selecionados, em coerência com o projeto de Sociologia Aplicada, “do ponto de vista da estratégia do próprio desenvolvimento econômico” (Fernandes, 1962/1976, p. 318) nacional.

Como é de praxe em seus projetos investigativos², Fernandes avança, no segundo projeto, um conjunto de hipóteses de trabalho (funcionais para a seleção e ordenamento do material empírico) a partir dos seguintes eixos temáticos: 1) mentalidade do empresário industrial; 2) intervenção construtiva do Estado; 3) mobilização da força de trabalho; 4) fatores societários residuais do crescimento econômico no Brasil³.

Em relação ao primeiro tema, importa destacar, antes de qualquer coisa, a representação do “empresário industrial” como a “principal figura ativa do crescimento econômico na sociedade brasileira contemporânea” (Fernandes, 1962/1976, p. 323) – lembremos que o texto é de 1962. Esse protagonismo na fase de desenvolvimento de então exigia, no entanto, uma transformação da mentalidade prática dos empresários. Não mais o pioneiro industrial, onde “a capacidade de improvisação, a audácia e até

2 Ver, para mais um exemplo, “Raça e Sociedade: o preconceito racial em São Paulo (projeto de estudo)”, capítulo 9 de *A Sociologia numa Era de Revolução Social* (Fernandes, 1962/1976).

3 Fernandes (1962/1976) cita, a princípio, como colaboradores do projeto: Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Marialice Foracchi, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Celso Beisiegel, Leôncio Martins Rodrigues, Gabriel Bolaffi, José Carlos Pereira, Lourdes Sola.

certas disposições predatórias eram essenciais para o êxito do empresário e a consolidação da empresa”, onde “o mais brutal individualismo conciliava-se com os interesses de inovação econômica da coletividade” (Fernandes, 1962/1976, p. 323). As condições históricas constituídas após a Segunda Guerra Mundial exigiam um empresário de tipo novo, atento aos “problemas relacionados à especialização econômica, à reprodutividade das inversões, aos efeitos induzidos pela modernização tecnológica, à diferenciação e à integração do sistema econômico nacional, à consolidação da ordem social competitiva e à estabilidade que ela poderia assegurar à livre-empresa, etc.” (Fernandes, 1962/1976, p. 324).

Quanto ao segundo tema, intervenção construtiva do Estado, o interesse é entender o paradoxo de um “aparelho estatal que ostenta inegável gigantismo em suas atribuições, mas que padece de atrofia em sua constituição interna” (Fernandes, 1962/1976, p. 326-7). Paradoxo aparente já que, para Fernandes, é precisamente o “pauperismo econômico” e as “inconsistências básicas do nosso padrão de ‘nacionalismo’” que travam a “diferenciação” e “vitalidade ‘normais’ das instituições políticas” (Fernandes, 1962/1976, p. 327), gerando uma sobrecarga de tarefas a serem assumidas por um Estado estruturalmente orientado e capturado pelos interesses estreitos das elites.

Captura que não necessariamente deveria estancar a aceleração “da modernização tecnológica e da industrialização” (Fernandes, 1962/1976, p. 328), como revela o caso japonês, onde uma nobreza ciosa de privilégios conseguiu orientar o Estado naquele sentido. Isso não pôde se realizar no Brasil, segundo Fernandes (1962/1976, p. 329), pela força de “tendências conservadoras, como se o ‘Brasil arcaico’ devesse sempre preponderar sobre o ‘Brasil moderno’, principalmente nos processos que afetam o futuro da Nação”. Diante do peso morto do passado seriam inadiáveis, portanto, “como condições político-sociais do desenvolvimento econômico: 1º) a democratização da autoridade, do poder público e do aparelho estatal; 2º) a modernização efetiva do Estado e dos serviços públicos estatais e paraestatais” (Fernandes, 1962/1976, p. 329).

Sobre a mobilização da força de trabalho, terceiro tema, é particularmente forte a afirmativa, que como sabemos será um *leitmotiv* d’*A integração do negro na sociedade de classes*, de que do “trabalho escravo ao trabalho livre realizamos todo o progresso aparente da civilização moderna, sem conseguirmos jamais conferir ao trabalho as funções dinamizadoras

que ele deveria desempenhar como fator social construtivo” (Fernandes, 1962/1976, p. 331). Como se as dimensões tecnológica e econômica tivessem se realizado significativamente, mas apartadas da “revolução da mentalidade, que colocou o trabalho no próprio eixo material e moral da vida humana” (Fernandes, 1962/1976, p. 331).

Assim, persistiriam, no Brasil, “inclusive nos grandes centros urbanos e econômicos do país”, como tendências: 1) o “subaproveitamento das potencialidades construtivas do trabalho dentro da constelação histórico-social da organização da vida humana”; 2) “um ritmo lento e retardado de envolvimento dos homens nas atividades que possam consumir, produtivamente, suas energias físicas, intelectuais e morais” (Fernandes, 1962/1976, p. 331). Tendências retardatárias que só poderiam ser superadas através de uma absorção inteligente de “técnicas, instituições e valores sociais” modernos, capazes de criar as condições ao “salto histórico” decisivo para, nestas paragens, uma “elaboração independente da civilização da ‘era tecnológica’” (Fernandes, 1962/1976, p. 332).

Por último, sobre os fatores societários residuais do crescimento econômico no Brasil, Fernandes sugere particular atenção à extrema variação das formas de interferência das “condições psicossociais e socioculturais do ambiente [...] na configuração do ritmo e na seleção dos efeitos dos processos de crescimento econômico”, indo de contextos onde “a implantação de uma economia urbana de base artesanal ficou contida ou sufreada” a contextos onde este tipo de economia “expandiu-se até chegar ao extremo de modernização tecnológica ostentado pela indústria paulista” (Fernandes, 1962/1976, p. 334). A persistência do subdesenvolvimento brasileiro é imputada, principalmente, à “ausência de requisitos estruturais e funcionais, de natureza psicossocial e sociocultural” ou, em outras palavras, à redução da “nossa capacidade de tirar proveito sistemático das inovações” devido à “nossa concepção do mundo”, à “nossa herança social” e ao “nosso estilo de vida” (Fernandes, 1962/1976, p. 335).

A investigação substantiva desses temas, assim como a mencionada contribuição integrativa das quatro linhas temáticas centrais, ensejaria, segundo Fernandes, “apreciável avanço na elaboração de uma teoria sociológica do subdesenvolvimento econômico” (Fernandes, 1962/1976, p. 377), que não só significaria um progresso teórico-disciplinar como funcionaria como guia em prol do desenvolvimento nacional.

O otimismo que corre a letra de ambos os projetos de 1962 contrasta,

no entanto, vivamente com a autocrítica realizada em texto do mesmo ano, *Reflexões Sobre a Mudança Social no Brasil*.

A organizada e ostensiva oposição aos ideais de reforma implicados no movimento da Escola Nova e na Campanha em Defesa da Escola Pública, levou Fernandes a uma aguda tomada de consciência, prática e teórica, de que o dilema social brasileiro repousava principalmente “*numa resistência residual ultra-intensa à mudança social, que assume proporções sociopáticas*” (Fernandes, 1962/1976, p. 211) entre as classes dominantes. Tal resistência não se daria em razão de uma “ligação emocional e moral íntegra e produtiva com o passado”, mas em nome de uma “preservação pura e simples do *status quo*” por “pessoas e grupos humanos” que colocam “acima de tudo as posições alcançadas na estrutura de poder da sociedade” e convertem imediatamente os “influxos inovadores” em “forças do mal” (Fernandes, 1962/1976, p. 211).

O diagnóstico da *resistência sociopática à mudança* por parte das elites brasileiras, monopolizadoras do prestígio (sociocultural), da renda (econômica) e do poder (político), prenuncia surpreendentemente os anos vindouros. O ano de 1964 é o começo da agonia dos intelectuais ligados à Cadeira de Sociologia I e, portanto, do CESIT, até findar na aposentadoria compulsória, em 1969, de Fernandes, Ianni e Cardoso. Os recursos financeiros a partir da FAPESP também diminuem progressivamente até que, em 1966, nenhum recurso seja destinado à Cadeira e ao CESIT.

Com a saída de Fernando Henrique Cardoso para o Chile, o Centro perde uma figura central em sua articulação política e organizativa. A liderança de Leônicio Rodrigues e Luiz Pereira se dá em condições particularmente adversas em comparação com os dois primeiros anos. Cardoso retorna em 1968, assume a cátedra de Ciência Política na USP e, após a experiência do CESIT e da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), articula a fundação do CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), que acontece em 3 de maio de 1969, com recursos da Fundação Ford. Em 1969, Leônicio Rodrigues vai trabalhar na Bélgica e Luiz Pereira exprime o seu desinteresse em manter o CESIT que, no mesmo ano, encerra suas atividades.

Embora não tenha ido além dos anos 1960, os resultados intelectuais que tiveram o CESIT como ponto de partida sem dúvida podem ser pensados dentre as maiores conquistas das ciências sociais latino-americanas.

Fernandes (1962/1976, p. 319-20), em nota de rodapé inserida em 1976 ao texto do projeto *Economia e sociedade no Brasil...*, cita como trabalhos que “marcam as contribuições de maior importância alcançadas”: de Fernando Henrique Cardoso, *Empresário industrial e desenvolvimento econômico* (livre docência de 1964) e *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro* (de 1971); de Octavio Ianni, *Estado e capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil* (de 1965); de Paul Singer, *Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife* (de 1968); de Gabriel Cohn, *Petróleo e nacionalismo* (de 1968); dele mesmo, Florestan Fernandes, *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* (1968) e *A revolução burguesa no Brasil* (1975).

No caso específico de Fernandes, pode-se afirmar que os trabalhos no âmbito do CESIT, a inteligência prático-teórica da *resistência sociopática à mudança social* através do envolvimento com a Campanha em Defesa da Escola Pública e a experiência da contrarrevolução de 1964 são eventos fundamentais para pensar a formulação posterior do conceito de capitalismo dependente.

A elaboração de uma teoria sociológica do subdesenvolvimento e da dependência é ponto culminante de um processo de reflexão – eivado de tensões, ambivalências, continuidades e descontinuidades – de Fernandes sobre a problemática do atraso ou da persistência do passado numa formação sócio-nacional em franca trajetória de mudança e desenvolvimento.

Essa problemática foi – ao menos desde 1954, ano do ensaio *Existe uma crise da democracia no Brasil?* (Fernandes, 1960/2013) – iluminada com o uso da hipótese da demora cultural ou *cultural lag*, cunhada nos anos 1920 pelo sociólogo estadunidense William Ogburn, sensível à ausência de sincronia entre processos de mudança “nas esferas materiais – sobretudo as invenções tecnológicas – e não materiais da cultura” (Brasil Jr., 2013, p. 158-9), o que produziria “desajustamentos” sociais diversos. Nas palavras de Fernandes (1960/2013, p. 89), a hipótese da demora cultural busca tornar compreensível o “desequilíbrio variável na integração” sócio-sistêmica devido à ausência de homogeneidade no “ritmo da mudança” das esferas de uma formação social.

No caso brasileiro, a hipótese mostrava-se útil diante da “inércia cultural” e do conservantismo expressos no “comportamento”, no “nível de

vida”, na “organização das instituições” e nas “aspirações intelectuais ou morais” (Fernandes, 1960/2013, p. 166, desta vez em texto de 1959, *Relações culturais entre o Brasil, o Ocidente e o Oriente*) dos setores dominantes da sociedade brasileira, em claro descompasso quando comparados a “modelos ideais” (França, Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha, Itália são citados) de transformação das disposições e condutas em relação à mudança social.

O conceito de *demora cultural* continua a ser um instrumento heurístico importante na interpretação do Brasil realizada por Fernandes em textos de 1959 (*O Homem e a cidade-metrópole*⁴ e *Obstáculos extraeconômicos à industrialização no Brasil*⁵), de 1960 (*O cientista brasileiro e o desenvolvimento da ciência*⁶) e de 1962, a exemplo do próprio projeto *Economia e sociedade no Brasil...* (ver também *A sociologia como afirmação*⁷), quando escreve que, no Brasil, “fortes anseios de *salto histórico* esbarram... na herança social e no horizonte cultural preexistentes, os quais filtram e solapam, de modo inexorável, as tentativas e as tendências de inovação cultural” (Fernandes, 1962/1976, p. 315).

Em outros textos de 1962, a exemplo do já citado *Reflexões sobre a mudança social no Brasil* e de *A comunicação entre os sociólogos e o grande público*, a problemática da persistência do passado – no que poderíamos pensar como uma fase de transição – é enquadrada menos sob o léxico da “inércia”, da “ausência” e do “descompasso”, como se o atraso fosse um problema de repouso e passividade, do que como uma atividade sistemática⁸ de setores marcados pela “resistência residual à mudança como traço sociopático” (Fernandes, 1962/1976, p. 134).

4 Faltaria no Brasil “uma herança cultural suficientemente rica, variada e plástica para enfrentar com êxito todas as exigências da emergente ordem social urbana” (Fernandes, 1960/2013, p. 277).

5 Haveria no Brasil, para Fernandes (1960/2013, p. 67), um “desajustamento” entre as forças desencadeadas pela “máquina”, de um lado, e a “nossa mente”, “cultura” e “sociedade”, de outro.

6 Dado o estado de “anomia ou desorganização sociocultural” (Fernandes, 1962/1976b, p. 147) das nossas elites, para usarmos a terminologia da Sociologia Aplicada, o desenvolvimento científico em um país como o Brasil deveria orientar-se, também, para a reeducação dos “representantes da mentalidade especificamente tecnológica ou da mentalidade propriamente utilitária dos industriais, banqueiros, comerciantes, políticos, administradores de empresas, jornalistas, etc.” (Fernandes, 1962/1976, p. 50).

7 Aqui, a centralidade da intervenção racional-prática da sociologia é justificada pela debilidade, em um país periférico como o Brasil, de “processos de secularização da cultura e de racionalização dos modos de conduta” (Fernandes, 1962/1976, p. 76) tais como se deram nos países centrais, onde “a transição para a era industrial se fez sob maior equilíbrio estrutural e dinâmico, o horizonte cultural dominante foi alterado ao mesmo tempo em que se transformavam as condições materiais e morais da existência humana” (Fernandes, 1962/1976, p. 76).

8 Portela Jr. (2013, p. 53) percebe de forma cristalina essa dimensão: “com a ideia da resistência sociopática à mudança, acentua-se o reconhecimento do papel ativo das camadas dominantes no impedimento à plena realização” de uma ordem social democrática, “de que a própria ‘evolução política’ do Brasil dota determinadas camadas de um controle restritivo sobre os rumos da sociedade”.

O que não significa que a gramática da “demora cultural” deixe de ser utilizada, mas agora atrelada ao problema da resistência sociopática. *A integração do negro na sociedade de classes*, tese defendida em 1964, é exemplar desta inovação conceitual: o “desenvolvimento da ordem social competitiva” no Brasil “como um autêntico e fechado *mundo dos brancos*” é pensado como “um fenômeno de demora cultural” de “natureza sociopática” (Fernandes, 1965/1978, p. 457-461) em seus fundamentos e consequências.

Fernandes, portanto, mantém-se interessado, a partir de 1962, em responder a questão sobre o peso do atraso, dado que, como vimos, a resistência sociopática à mudança é caracterizada como uma *mentalidade retrógrada*. Torna-se claro, porém, como demarca Portela Jr. (2013, p. 52), “que não basta a equiparação entre o ritmo e o padrão de transformação dos diversos setores da sociedade para se atingir a democracia, pois esse próprio ritmo e esse padrão são guiados pelos interesses das camadas dominantes”. Para usarmos a terminologia de Lockwood (1964/1976), Fernandes passa a focalizar a problemática do atraso menos como concernente à ausência de *integração sistêmica* entre as partes (ou esferas) de uma formação sócio-nacional enquadrada pelos princípios estruturais e organizativos da civilização moderno-industrial, do que como um problema de *(des)integração social*, da ação contínua de indivíduos, grupos e classes “pela preservação de privilégios sociais, políticos e econômicos não condizentes com o padrão de integração de uma sociedade democrática” (Portela Jr., 2013, p. 52).

Esta mudança de perspectiva não se dá como um corte radical. Já em texto de 1959, como vimos, é possível perceber uma modulação crítica da hipótese da demora cultural como atributo particularmente concentrado, embora não exclusivamente, nos setores dominantes da sociedade brasileira.

Liedke Filho (1996, 2005) divide a trajetória de Fernandes em quatro grandes etapas: de Formação Intelectual (1941-1952), da Sociologia numa Era de Revolução Social (1952-1967), da Reflexão sobre a Revolução Burguesa no Brasil (1967-1986), da Militância-Cidadã (1986-1995). A segunda etapa é subdividida em um momento da Hipótese da Demora Cultural (1954-1959) e outro da Hipótese do Dilema Social (1959-1965). A partir da discussão sumarizada acima, poderíamos afirmar que a hipótese da

demora cultural continua atuando até pelo menos 1965⁹, de forma particularmente tensionada e crítica, entre 1962 e 1965, quando articulada ao diagnóstico da resistência sociopática à mudança social e da experiência prática e intelectual dos dilemas educacionais e raciais no Brasil.

Um importante aspecto no texto de 1967, *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*, que inicia a Etapa da Reflexão sobre a Revolução Burguesa no Brasil, é que o subdesenvolvimento definitivamente não mais aparece como resíduo da *demora cultural*, mas como uma possibilidade normal no interior da constelação de fatores globais que condicionam o imperialismo e a dependência. Diferente de uma abordagem linear e sequencial das temporalidades do desenvolvimento, argumenta-se que “o *arcaico* e o *moderno* nem sempre entram em choque decisivo, que termine com a eliminação das estruturas repudiadas; estabelecem-se várias espécies de fusões e decomposições, que traduzem os diferentes graus de identificação dos homens com a herança tradicional e com a modernização” (Fernandes, 1975/2008, p. 53). Tal inflexão, no entanto, coexiste com a terminologia clínica da “intensidade sociopática da resistência à mudança” (Fernandes, 1975/2008, p. 53).

Em *A revolução burguesa no Brasil*, por sua vez, também o diagnóstico da sociopatia é problematizado em favor daquela nova abordagem da temporalidade, onde arcaico e moderno são pensados como potencialidades estruturais permanentes que podem ser ativadas em condições históricas particulares das lutas sociais. Fernandes (1975/2006, p. 249-50) argumenta que a questão da “debilidade congênita de uma burguesia” é uma questão sem “importância analítica fundamental”, pois “não existe uma ‘burguesia débil’: mas outras classes (ou setores de classe) que tornam (ou podem tornar) a dominação burguesa mais ou menos vulnerável”. Há sim um “fator de reforço” no conservadorismo de uma burguesia que tem origem oligárquica, mas o crucial é que o “capitalismo dependente é, por sua natureza e em geral, um *capitalismo difícil*, o qual deixa apenas poucas alternativas efetivas às burguesias que lhe servem, a um tempo, de parceiras e amas-secas” (Fernandes, 1975/2006, p. 251).

Assim, é menos a sociopatia das elites e mais a especificidade do capitalismo dependente – com seu *padrão autocrático de dominação*

9 A expressão “demora cultural” é utilizada abundantemente em *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (a título de ilustração, ver Fernandes, 1965, p. 165, nota 72 da p. 202, p. 224, p. 231, p. 277, p. 381, p. 388, p. 391). No capítulo sexto de *A Revolução Burguesa no Brasil*, escrito em 1973, Fernandes ainda usa a expressão (ver Fernandes, 1975/2006, p. 330), no entanto, segundo a nossa hipótese, com uma importância analítica subordinada e marginal frente aos desenvolvimentos teóricos galgados pelo autor.

e *duplamente polarizado* – que desvincula inteiramente expansão e intensificação do capitalismo (subdesenvolvido e dependente), de um lado, e “revolução nacional e democrática”, de outro (Fernandes, 1975/2006, p. 251).

É como se aquilo que antes era definido como “resistência sociopática à mudança” (um tipo de *irracionalismo patológico*) passasse a ser caracterizado como a *racionalidade possível* (ver Fernandes, 1975/2008) das burguesias no capitalismo dependente. Essa racionalidade possível é particularmente clara na seguinte passagem de Arantes (2004, p. 68-9): “Como nossa burguesia nunca se pautou, nem poderia, salvo por motivos suicidas, pelo austero *ethos* weberiano da acumulação, sua dualidade rebaixada – um pé no patrimonialismo local, outro nas trocas transatlânticas modernas – por assim dizer antecipara a desmoralização contemporânea das finadas burguesias mundiais”.

Em outro texto, de 1974, Fernandes demarca um terceiro momento de reflexão sobre o padrão de mentalidade das classes dominantes no Brasil. Trata-se de *As mudanças sociais no Brasil*, onde Fernandes faz questão de salientar que o comportamento das camadas privilegiadas na sociedade brasileira é orientado sobretudo pela consciência de sua “vantagem estratégica”, pela “*certeza* (ou quase certeza) de que se pode *manipular* uma ordem social como a competitiva de modo relativamente fácil e impune” (Fernandes, 1960/2013, p. 51-3), politizando e transformando todo indício de mudança e abertura em sinal de caos e “cataclismo social”. Haveria assim, também, uma *racionalidade estratégica* por trás da aparente irracionalidade sociopática das elites.

O árduo caminho, percorrido por Fernandes, de problematização de uma concepção linear e progressiva da temporalidade dos padrões de (des) integração social e sistêmica – que vai do uso do conceito demora cultural à compreensão do subdesenvolvimento como uma expressão normal da articulação das dimensões econômica, política e sociocultural no capitalismo dependente ou duplamente polarizado – não implica um salto qualitativo, do ponto de vista teórico-conceitual, apenas em relação a uma teoria da mudança e da modernização de origem norte-americana. Significa também um ir além da cognição dualista que marca o pensamento social latino-americano e brasileiro quando reflete sobre as relações entre passado e presente, arcaico e moderno, em nossos processos sócio-históricos.

Como bem salienta Bastos (2011, p. 57-8), Fernandes, de modo crescente em sua trajetória intelectual, “recusa a existência de um modelo prévio de organização da sociedade” em torno do qual se articulariam programas, mais ou menos lineares ou etapistas, de desenvolvimento. O momento positivo posterior à recusa, que ganha força em sua obra “na exposição do que conceberá como desenvolvimento desigual e combinado”, enfatiza “a importância das diferentes esferas da sociedade, econômica, social, política e cultural” não nos termos de uma ausência de sincronia de desenvolvimento. Pelo contrário, acentua-se a “interdependência dessas esferas, isto é, a inserção econômica, o pertencimento social, a participação política e a assimilação da cultura fazem parte de um único processo social no qual um elemento atua como reprodutor do outro”.

É conhecida a tese de Barbara Freitag (1987; 2005) sobre a existência de uma *ruptura epistemológica* na biografia político-intelectual de Florestan Fernandes. Diferente da periodização de Liedke Filho, Freitag defende, em 1986, na Jornada Florestan Fernandes de Marília, a existência de duas grandes fases, até então, de atuação do sociólogo paulista: 1) a “fase acadêmico-reformista”, onde o acadêmico era influenciado por uma sociologia positivista e o reformista buscava soluções para os “dilemas” brasileiros “dentro de uma visão que teríamos que chamar *liberal-democrática*” (Freitag, 1987, p. 166); 2) a “fase político-revolucionária”, que surge a partir da “aposentadoria compulsória pelo AI-5, em 1968” (Freitag, 1987, p. 164), e apresenta um “‘novo’ Florestan” que “não está mais interessado em fazer análises sociológicas corretas (do ponto de vista descritivo), nem em contribuir para a construção de uma nova teoria do capitalismo dependente e sim em promover a *verdadeira* revolução socialista no Brasil” (Freitag, 1987, p. 167).

Se nesta segunda parte já foram indicados elementos que mitigam ou relativizam essa grande cisão¹⁰, a imersão específica na década de 1960 e as implicações da experiência do CESIT na trajetória de Fernandes tam-

10 Freitag, já em 1986, relativiza o tom de grande cisão: “Certamente essa *ruptura epistemológica* não se deu da noite para o dia, como foi sua aposentadoria compulsória em decorrência do AI-5 de 1968. Já no Florestan reformista se encontrava o embrião do Florestan revolucionário. Mas talvez esse último não se desenvolvesse de forma tão radical e consistente em direção ao socialismo se a conjuntura política tivesse sido outra, ou melhor, se tivesse continuado o pacto populista-desenvolvimentista” (Freitag, 1987, p. 167). Em texto de 2005, *Florestan Fernandes: revisitado*, a partir dos dados da dissertação de mestrado de Eliane Veras Soares, que ganhou corpo no livro *Florestan Fernandes: o militante solitário* (Soares, 1997), Freitag (2005, p. 240) retrabalha, endossando, a tese da ruptura epistemológica: “Nos diferentes depoimentos e na correspondência de Fernandes fica claro que a ‘ruptura epistemológica’, à qual faço menção, teve início alguns anos antes do AI-5, mais precisamente em 1964, ano do Golpe Militar contra o governo de João Goulart. Mas, curiosamente, não foram esses fatos externos da política repressiva brasileira que levaram a uma mudança de conceitual e de metodologia de análise”.

bém demonstram, por um lado, que, antes do Golpe, nos textos de 1962, Fernandes já exprime particular consciência, de forma aguda e até traumática, dos limites para uma política reformista e conciliatória diante dos traços sociopáticos das elites brasileiras, renunciando claramente o tom radical marcante das obras dos anos 1970 e 1980. Por outro lado, buscamos sobretudo evidenciar como várias das conquistas científicas mais importantes e originais de Fernandes vieram após o Golpe e inclusive após o exílio, abrangendo textos que vão de 1962 a 1975 e que guardam importante relação com a experiência do CESIT.

Relativizar o momento de ruptura, em favor de uma análise dos processos complexos que entrelaçam continuidades e descontinuidades na trajetória político-intelectual de Fernandes, não implica em negar que, do ponto de vista político, percebe-se – após o Golpe, o exílio e a redemocratização – uma denúncia crescente e radical dos limites da democracia liberal, e dos mecanismos representativos vigentes na nova república, para superar os dilemas brasileiros e para a efetiva emergência do povo na história do Brasil. Se o socialismo de Fernandes¹¹ só pode ser bem iluminado quando remetemos aos seus anos de formação na dura escola da vida, ao seu envolvimento com o PSR nos anos 1940, à intelecção dos dilemas raciais e educacionais – todos momentos trabalhados nesta segunda parte –, poderíamos dizer que é no correr dos anos 1960 e 1970 que explicita-se a figura do *sociólogo socialista*. Este, sugerimos, não emerge a despeito da ciência, mas, pelo contrário, em decorrência dela.

Referências

ARANTES, Paulo Eduardo. 2004. *Zero à esquerda*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil.

BADIOU, Alain. 2005/2007. *O Século*. Aparecida, SP: Ideias e Letras.

BASTOS, Elide Rugai. 2011. Atualidade do pensamento social brasileiro. *Revista Sociedade e Estado*, v. 6, n. 2.

BRASIL JR., Antonio. 2013. *Passagens para a teoria sociológica*: Florestan Fernandes e Gino Germani. São Paulo: Hucitec.

11 Para uma ampla e profunda investigação das “raízes ideológicas da sociologia de Florestan Fernandes”, ver Costa (2009).

COSTA, Diogo Valença de Azevedo. 2009. *As raízes ideológicas da sociologia de Florestan Fernandes: socialismo e crítica da dependência cultural nas ciências sociais brasileiras (1950-1970)*. Tese (Doutorado em Sociologia). Recife: Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco.

FERNANDES, Florestan. 1960/1976. *Ensaio de sociologia geral e aplicada*. São Paulo: Pioneira.

_____. 1960/2013. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Global Editora.

_____. 1962/1976. *A sociologia numa era de revolução social*. Rio de Janeiro: Zahar.

_____. 1965/1978. *A integração do negro na sociedade de classes*. Vol. 1. São Paulo: Ática.

_____. 1965. *A integração do negro na sociedade de classes*. Vol. 2. São Paulo: Dominus Editora.

_____. 1975. Sobre o trabalho teórico (entrevista). *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 2, p. 5-86.

_____. 1975/2006. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo, Globo.

_____. 1975/2008. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. São Paulo: Global Editora.

FREITAG, Bárbara. 1987. Democratização, universidade, revolução. In: D'INCAO, Maria Angela (org.). *O saber militante: Ensaio sobre Florestan Fernandes*. São Paulo/ Rio de Janeiro, Unesp/Paz e Terra, 1987.

_____. 2005. Florestan Fernandes: revisitado. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 231-243.

LIEDKE FILHO, Enno. 1996. Florestan Fernandes: Sociologia e Cidadania. *Epistême*, Porto Alegre, v.1, n. 2, p. 147-156.

_____. 2005. A sociologia no Brasil: história, teorias e desafios. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 14, p. 376-437.

LOCKWOOD, David. 1964/1976. Social integration and system integration. In: ZOLLSCHAN, George; HIRSCH, Walter (eds.). *Social Change: Explorations, Diagnoses, and Conjectures*. New York: Halsted.

MICELI, Sergio. 1995. O cenário institucional das ciências sociais no Brasil. In: MICELI, Sergio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*, vol. 2. São Paulo: Sumaré, FAPESP. p. 7-24.

_____ (org.). 2001. *História das ciências sociais no Brasil*, v. 1 São Paulo: Sumaré.

PORTELA JR., Aristeu. 2013. *A problemática da democracia brasileira no pensamento de Florestan Fernandes*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Recife: Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco.

ROMÃO, Wagner de Melo. 2006. *Sociologia e política acadêmica nos anos 1960: a experiência do CESIT*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas.

SACCHETTA, Vladimir. 1996. Sumário do *Curriculum* de Florestan Fernandes. *Estudos Avançados*, São Paulo, 10 (26), p. 55-62.

SOARES, Eliane Veras. 1997. *Florestan Fernandes: o militante solitário*. São Paulo: Cortez.

Tempo passado, dilemas do presente: ditadura civil-militar e revolução burguesa no Brasil

Aristeu Portela Jr.

Retomo, rapidamente, as palavras de Eliane Veras Soares na sua “Apresentação” a este livro:

No início do ano de 1991, Barbara, já na condição de orientadora, me havia confiado as cartas que Florestan Fernandes lhe enviara entre 1967 e 1977. Eu deveria ler as cartas e extrair delas elementos fundamentais para a reconstrução da história de vida do nosso autor-protagonista. A leitura das cartas foi impactante. Elas me colocaram diante de um homem atormentado, desenraizado, revoltado, frustrado com todas as injustiças que pesavam sobre os seus ombros e os da nação. Visivelmente deprimido, Florestan colocava em xeque um conjunto de valores pelos quais havia se batido sem descanso durante toda sua brilhante carreira. Na condição de pesquisadora e ao mesmo tempo admiradora do intelectual, do político, do homem Florestan Fernandes, optei por trabalhar o período que compreende a instauração da ditadura civil-militar, o seu aprofundamento com o AI-5, o auto exílio e o retorno ao Brasil, a partir daquelas cartas, evitando, o que para mim seria um constrangimento, fazê-lo falar sobre momentos e processos tão duros, sofridos e dramáticos.

O período que as entrevistas aqui coligadas não contemplam, pelas razões mencionadas acima, é crucial na redefinição da trajetória política e intelectual de Florestan Fernandes. Trata-se de um momento de inflexão tão significativo que é geralmente tido como um marco que distingue fases da sua obra – desde a pioneira interpretação de Barbara Freitag (1987) acerca da “ruptura epistemológica”, já abordada anteriormente, até outras que, partindo dela, problematizando-a e matizando-a, ainda assim reconhecem uma progressiva radicalização na obra do nosso autor a partir desse período (como, por exemplo, Liedke Filho, 2005; Singer, 2008; Arruda, 2010).

É, portanto, imprescindível abordar os processos histórico-sociais que tornaram Florestan Fernandes, naquele contexto de exílio, “um homem

atormentado, desenraizado, revoltado, frustrado com todas as injustiças que pesavam sobre os seus ombros e os da nação”. Mais especificamente, vou delinear de modo breve os impactos da ditadura civil-militar¹ sobre sua trajetória e obra, e em seguida como os dilemas que ele enfrentou no período reverberaram na escrita e na publicação daquele que pode ser tido como um dos “clássicos incontestáveis nas ciências sociais no Brasil” (Cohn, 1999, p. 395), *A Revolução Burguesa no Brasil*, publicado originalmente em 1975.

Talvez o impacto de mais longo alcance do regime ditatorial sobre Florestan Fernandes tenha sido a sua aposentadoria compulsória na esteira da promulgação do Ato Institucional nº 5. Justamente no momento em que ele se encontrava, de certa forma, no ápice da sua carreira acadêmica, com uma posição institucional sólida na regência da cadeira de Sociologia I, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da USP, e na coordenação de um programa coletivo de pesquisas em torno do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT), como abordado anteriormente.

Assim ele relata as consequências mais imediatas da aposentadoria compulsória, em carta à Barbara Freitag datada de 2 de junho de 1969:

As coisas andam mal. De um lado, não me restabeleci completamente [refere-se ao seu quadro de saúde]. A alta não foi dada e deverei ir na próxima terça-feira fazer novos exames. Mas, o médico deu plena liberdade para o meu trabalho... De outro lado, eu e outros professores da USP (e de outras escolas) fomos aposentados compulsoriamente pelo Governo Federal. Trata-se de uma medida que esperava desde 20 de dezembro do ano passado [isto é, de 1968]. Os seus resultados nefastos: perda súbita de parte substancial da renda; necessidade de acumular alguns trabalhos remunerados de natureza intelectual; premência de sair do Brasil (pois o artigo 3º do ato institucional nº 10 fecha-nos as portas do ensino, da pesquisa e da tecnologia, ao alvitre das autoridades). Como estava prevenido, havia aceito um convite para lecionar em Toronto, de setembro em diante. Depois, chegou outro convite de Harvard, que coloquei na época

1 Florestan Fernandes utiliza a expressão “ditadura civil-militar” para qualificar o conteúdo de classe do regime ditatorial, destacando a sua base social nas classes burguesas. Mas é importante nos precavermos de algumas interpretações equivocadas que o termo pode sugerir. Conforme alerta Costa: “a ditadura militar se enraizava nas transformações da incorporação do Brasil ao capital monopolista internacional, já em curso nos anos [19]50. A ditadura não seria apenas militar, mas envolvia parte da sociedade civil, especificamente os setores empresariais, o que tem levado alguns autores a caracterizá-la como ditadura empresarial-militar. O termo civil se prestaria a confusões, pois daria a ideia de que a sociedade civil, ou a sociedade como um todo, teria apoiado o regime militar, desfrutando a ditadura de ampla legitimidade à época. Não é esse o sentido, entretanto, em que autores como Florestan Fernandes e René Armand Dreifuss utilizam a expressão ditadura civil-militar. Para eles, a ditadura assume um nítido conteúdo de classe burguesa e o termo civil, em especial para Dreifuss, representa a ordem empresarial que constituiu a verdadeira base de sustentação do regime militar” (Costa, 2014, p. 65-66).

subseqüente. Agora, vieram mais convites, mas não posso aceitá-los, pois gostaria no futuro de acumular alguma experiência em instituições internacionais, que façam pesquisa e cuidem da aplicação dos conhecimentos. Não sei se isso será possível. Mas, pretendo tentá-lo... Ainda é tempo de aprender algo novo em áreas que são atraentes (Fernandes *apud* Freitag, 1996, p. 146-147).

É interessante notar como a carta termina com um tom, se não positivo, ao menos esperançoso – “Ainda é tempo de aprender algo novo...”. Considerando o que viria a seguir, tanto no que diz respeito à situação política brasileira, que estava para vivenciar os anos mais violentos do regime ditatorial, quanto com relação ao quadro emocional e profissional de Florestan – é difícil não ler esse trecho com uma melancolia retrospectiva... De fato, ele aprenderia (e ensinaria) “algo novo” em muitas áreas, mas não sem um grande custo pessoal.

Impedido pela ditadura de exercer as atividades profissionais que definiam sua vida então, Florestan aceita o convite para atuar na Universidade de Toronto, no Canadá, e permanece no país durante três anos, entre 1969 e 1972. Desse período, são dois os principais pontos que gostaria de acentuar. De um lado, o início da já mencionada crise pessoal e profissional que nosso autor enfrenta (cf. Soares, 1997, p. 78-80; Cerqueira, 2004, p. 104-109), e que não findaria quando do seu retorno ao Brasil.

Não há outras palavras, senão as do próprio Florestan Fernandes, que consigam expressar a dor e os conflitos internos que ele vivenciou nesse momento. Em carta para Barbara Freitag, de 1º de dezembro de 1970, assim ele os relata:

Sua carta veio em bom momento, recebi-a há alguns dias. Numa fase em que ando no fundo do poço – cansado do meu trabalho, cansado de ser professor e até cansado da comida, da cidade e do tipo de vida que levo em Toronto. Acho que atingi o limite da saturação. [...] torna-se cada vez mais difícil para mim estabelecer uma ponte entre o que sou e o que faço e o que desejaria ser e fazer. Não tenho pena do Florestan, velho e calejado; mas às vezes olho para mim mesmo com certa ironia, pois me especializei em dar murros em ponta de faca e agora que me vejo lançado realmente no mercado, como mercadoria estimada em dólares, sinto que as minhas técnicas estão superadas e que seria melhor vender sorvetes numa rua quente de São Paulo do que ser professor de sociologia no Norte das Américas (Fernandes *apud* Freitag, 1996, p. 150).

Essa “crise de identidade profissional” no Canadá tem origens políticas, de acordo com o próprio (Fernandes, 2008a, p. 158). Podemos entender um pouco mais essas origens a partir do seu relato em entrevista de 1991 à revista *Teoria & Debate*:

Em 1969 fui para o exterior, onde desenvolvi uma campanha contra a ditadura. Fazia conferências em toda parte: no Canadá, Estados Unidos, Alemanha etc. Não levei muito tempo para descobrir que a maioria das sociedades norte-americana, canadense, européia, estava muito encantada com a ditadura militar, porque ela aparentemente mantinha a democracia com eleições, Parlamento funcionando etc, e estava unida aos civis “mais responsáveis” na defesa da ordem e da expansão do capitalismo no Brasil. Vi que era ilusão perder tempo lá. Porque eu podia falar de guerrilha em uma universidade, de fascismo em outra, falar contra o regime militar, mas tudo isso era muito limitado. Na verdade, eu não tinha muita probabilidade de exercer influência em qualquer movimento social, e resolvi voltar em fins de 1972 (Fernandes, 2008b, p. 188).

Há ainda uma outra dimensão dessa crise – simultaneamente pessoal e política – que redundava num sentimento de impotência, por parte de Florestan. Pois, para o sociólogo paulista,

[...] não fazia muito sentido falar dos problemas que afligiam os países da América Latina, denunciar o regime ditatorial, criticar a posição dos Estados Unidos em sua política externa etc., para um público que estava até certo ponto interessado na temática, mas que não estava envolvido por ela. [...] O “exílio” imposto por ele mesmo no Canadá acelerou um processo de alienação dupla: o estranhamento de Florestan de si mesmo. O catedrático autoconfiante e respeitado da USP encontra-se em Toronto ou em Harvard como um intelectual ideologizado que não consegue identificar-se no meio acadêmico. Essa constatação dificulta sua fixação institucional no Canadá. De outro lado, ocorreu uma alienação de Florestan com relação ao seu “saber” e ao seu “valor” (de uso e troca), na posição de intelectual brasileiro e conhecedor do que estava ocorrendo na sociedade brasileira. Ele não se identifica mais com o que sabe, porque esse saber não tem valor para si próprio nem em termos de mercado. Esse fato contribuiu, possivelmente, para a decisão de voltar ao Brasil, apesar das dificuldades políticas e econômicas que aqui enfrentaria (Soares, 1997, p. 79-80).

Esse é o segundo ponto marcante do período de “autoexílio” no Canadá que gostaria de enfatizar. É nesse contexto de des-identificação “com

o que sabe”, que Florestan Fernandes começa a se aprofundar no estudo de autores marxistas, em especial Lênin – inclusive a se *assumir* como marxista²: “Eu só me tornei abertamente um professor marxista quando eu fui para o Canadá” (*apud* Soares, 1997, p. 78) – bem como das revoluções socialistas na América Latina e no mundo. Após o retorno ao Brasil, esses estudos vão servir de fundamento para muitos dos seus escritos produzidos nas décadas de 1970 e 1980, período em que, segundo sua filha Heloisa Fernandes (2009, p. 40), Florestan “colocou-se a escrever a sua obra mais engajada”. Refiro-me aqui a livros como *A revolução burguesa no Brasil* (1975), *Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana* (1979), *Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”* (1979) e *O que é revolução?* (1981), bem como às coletâneas *Brasil: em compasso de espera* (editada em 1980), *Poder e contra-poder na América Latina* (1981) e *A ditadura em questão* (1982).

No retorno ao Brasil, Florestan passa a trabalhar na coordenação da Coleção Grandes Cientistas Sociais, da Editora Ática, em que também organizou dois volumes; e a ofertar cursos na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Ainda em plena ditadura militar, Fernandes se sente um “exilado em seu próprio país”, amargando “o afastamento de antigos colegas e companheiros que evitavam o contato com ele” (Cerqueira, 2004, p. 107).

Nesse período, consolida-se o desencanto de Florestan com o trabalho acadêmico, no que diz respeito às suas possibilidades de transformação social. Na luta contra o regime ditatorial, o tipo de trabalho e de atuação que marcou a vida do nosso autor já não lhe parecia abrir caminhos concretos para o processo de redemocratização da sociedade brasileira. O ensino superior havia se burocratizado ao extremo, tolhendo progressivamente as vias de elaboração de um pensamento contestatório em seu interior. Segundo Cerqueira (2004, p. 107), Florestan dizia “que o intelectual brasileiro havia internalizado o medo sob a forma de pânico e que isso não tinha relação com o tipo de opressão existente na sociedade brasileira”. Na sua perspectiva, os intelectuais “havam falhado por não oferecerem a resistência que deles se esperava ante um regime de força, e

2 Não que Florestan, até essa época, relegasse o marxismo a segundo plano. Ele não só traduziu, ainda em 1944, a *Contribuição à crítica da economia política*, de Karl Marx, como também, nas décadas de 1940 e 1950 (portanto, antes da sua aposentadoria compulsória), buscou incorporar Marx nos quadros teóricos, conceituais e metodológicos da sociologia (cf. Fernandes, 1967; Cohn, 1987, p. 48-50; Costa, 2009, p. 71). Posteriormente, relendo sua própria trajetória, Florestan afirmaria que possuía uma identificação marxista desde o início da sua carreira, e que isso ficaria claro já no prefácio que escreveu à referida tradução da obra de Marx (Fernandes, 2008a, p. 154).

que as oportunidades de lutar nos anos de 1960 e 1970 foram desperdiçadas ou mal aproveitadas”.

Os limites, portanto, para o desenvolvimento de uma resistência intelectual *no interior* da universidade estavam dados para Florestan Fernandes. Em carta para Barbara Freitag, de 4 de novembro de 1977, ele relata um pouco das atividades que desenvolveu naquele ano e como se sentia com relação a elas:

Também dei um curso de extensão cultural no Instituto Sedes Sapientiae (e, última das novidades), comecei a lecionar na PUC, tentando pôr em prática a linha de trabalho que recomendo em “Sociologia como Contestação” (agora cap. 7 em *A Sociologia no Brasil*, já esgotado). Poderia parecer que deveria ficar contente. Não fiquei. A minha reação é melancolia. **Perdida a identidade profissional, o ensino não traz aquelas compensações tão maravilhosas.** Gosto do contato com os jovens e eles ainda me consideram parte da grei. Todavia, já sou pão amanhecido. Há quem goste. Contudo, eu próprio não tenho ilusões. O meu momento já passou. Faço o que posso, à maneira artesanal, com consciência do “dever” e do “melhor possível”. **A magia, porém, se quebrou há tempo e eu contento-me com esse desdobramento do artesão que sempre viveu dentro de mim.** Sinto muita falta do velho ambiente. Trabalhava-se, lutava-se, discutia-se, vivia-se. Hoje, como na política, o clima é de desencanto. **Não perdi a têmpera, mas sinto-me como se combatesse moinhos de vento, sem ser um Quixote... A sociologia, por sua vez, resvalou e o socialismo continua sempre muito difícil.** Eu próprio, ao que parece, compliquei o meu caminho e **tenho de renascer das cinzas...** ou levar a breca! No ínterim, a volta às salas de aula tem a importância de ocupar-me física e mentalmente, saturando um vazio que quase me destruiu (Fernandes *apud* Freitag, 1996, p. 164; grifos meus).

Uma boa síntese do seu desencanto com o trabalho acadêmico, e com as possibilidades de atuação política frente à ditadura por essa via, encontra-se em carta de 3 de maio de 1983:

Lamento ser um homem desvalido – deliberadamente desvalido –, pois me desinstitucionalizei voluntariamente. Os estudantes custaram a compreender e parece que não se conformam com isso; eu poderia render muitos pontos nas carreiras acadêmicas dos meus estudantes. Contudo, repudiei essa via, para não voltar a ela sob qualquer circunstância. Mas, preciso ter muita força de vontade para resistir e, uma vez ou outra, capitulo, endossando uma ou outra coisa, excepcionalmente – não como a

exceção que confirma a regra –, porém com o sangue escorrendo do coração. Acho que vocês me compreendem e, se não aprovam, pelo menos não me condenam. **Há rupturas e rupturas. A minha levou ao fundo do poço, onde fiquei isolado e sem os riscos de ser salvo por uma caravana de mercadores.** A cisterna é boa e posso movimentar-me sem os constrangimentos e as violações do encurralamento institucional. [...]

Muitos acham que desprezo a universidade e o trabalho acadêmico. Que inversão! **O que desprezo é a universidade voltada sobre si mesma e o trabalho acadêmico que não tem outro fim que o da “carreira”, do “êxito profissional” e da “produção” para o currículo.**

1964 mostrou-me que a universidade que eu tinha na cabeça nunca existirá no Brasil e que o verdadeiro campo de batalha só existe quando o intelectual pode mergulhar em movimentos que arrasam para construir, o que ainda é uma miragem em nossa pobre cena política, que mais se parece com um teatro de marionetes. Por conseguinte, luto como posso, na certeza que os tais movimentos virão – na verdade, se há alguma esperança, desde 1978, ela vem daí – embora seja difícil que eu próprio venha a aproveitar essa revirada liberadora da história (Fernandes *apud* Freitag, 1996, p. 169-170; grifos meus).

A síntese de Florestan – “luto como posso” – é, mais uma vez, arrebatadora nos tons que ela carrega, simultaneamente, de melancolia e esperança. Estamos na presença de um intelectual em processo de reinvenção das suas possibilidades de atuação política. De um professor que, encontrando na burocratização extremada do trabalho acadêmico – na “universidade voltada sobre si mesma” – obstáculos para a construção de uma luta aguerrida contra o regime ditatorial, dedica-se a outras frentes. Nesse caso, especificamente a uma produção intelectual que continua firme em seu propósito de compreensão dos dilemas da sociedade brasileira, e que busca no horizonte político do socialismo as avenidas possíveis para sua transformação.

O conjunto da sua “obra mais engajada”, mencionada anteriormente, é expressão desses processos e reorientações. Nesse conjunto, *A Revolução Burguesa no Brasil* (1975) se sobressai entre as demais como um verdadeiro marco para a interpretação da formação da sociedade moderna brasileira e, mais especificamente, para a compreensão dos processos políticos, econômicos e socioculturais que conduziram ao fechamento do regime político no Brasil no início dos anos 1960 e à formação de um capitalismo dependente no país.

Trata-se de um livro com uma história que vale ser ressaltada. Ele é composto de três partes distintas, escritas em momentos diferentes por nosso autor. As duas primeiras são fruto das notas de aula de um curso, de 1966, voltado para o estudo da formação e do desenvolvimento da sociedade brasileira – portanto, elaboradas num momento da trajetória de Florestan distante das crises abordadas aqui. As notas permaneceram arquivadas por muitos anos, até que sua filha, Heloisa Fernandes, o incentivou a retomá-las.

Assim Heloisa Fernandes (2006) reconta o episódio:

[...] para *A Revolução Burguesa no Brasil*, Florestan escreveu uma *Nota Explicativa* agradecendo o estímulo dos professores Luiz Pereira e Fernando Henrique Cardoso e o “incentivo entusiástico de minha filha, a professora Heloisa Rodrigues Fernandes”. Pode ser esta uma boa ocasião para esclarecer o que se passou. Professora de Sociologia na USP, eu estava preparando a redação da minha dissertação de mestrado. Num domingo, conversando com meu pai, falei da minha dificuldade para encontrar uma perspectiva de análise sociologicamente relevante da sociedade brasileira a partir de onde poderia ganhar sentido a criação da antiga e já saudosa Força Pública do Estado de São Paulo. Meu pai respondeu como sempre fazia: “pois leia isto, aquilo e aquilo outro. Depois, se quiser, consulte meu arquivo. Dei um curso sobre a formação e desenvolvimento da sociedade brasileira, na graduação, em 1966. Leia as fichas do curso porque você pode encontrar algumas sugestões”. Evidentemente, comecei pela leitura das fichas e fiquei encantada! Nunca tinha lido nada com igual estatuto sociológico sobre a sociedade brasileira. Entusiasmada, disse-lhe que aquele material não podia ficar mofando no arquivo, que ele precisava ser publicado. Podem acreditar, meu pai resistiu o que pôde, “que de modo nenhum, que era apenas material de aula, etc. e tal.” Insisti e persisti inúmeras e repetidas vezes com essa garra que, afinal, herdei do meu próprio pai até que consegui abrir brechas na sua férrea determinação. Lembro que, certo dia, parou de argumentar, olhou bem para mim, com aqueles seus lindos olhos já brilhando na alegria antecipada do trabalho que teria pela frente, e disse algo mais ou menos assim: “Você acha mesmo? Tem certeza? Então, vou reler essas fichas...” E foi assim que um curso sobre a formação e desenvolvimento da sociedade brasileira começou a ser transformado, inicialmente, no *A Revolução Burguesa em Processo*, que é como eu o cito, ainda como texto datilografado, na minha dissertação de mestrado, publicada em 1974, para se tornar, finalmente, *A Revolução Burguesa no Brasil* o qual, publicado pela primeira vez em 1975, é constituído pela

revisão das anotações das aulas, de 1966, e por uma longa Terceira Parte, Revolução Burguesa e Capitalismo Dependente, que Florestan escreveu especialmente para o livro, em 1973.

A retomada desse material tantos anos depois é significativa, pois, nesse ínterim, nosso autor passou por transformações profundas que já não o permitiam enxergar o processo de revolução burguesa do mesmo modo no Brasil. Se o “socialista militante” já estava presente em 1966, mas nem sempre transparecendo no “acadêmico”, em 1973, quando retoma a escrita, ele passa para o primeiro plano, sem deixar de lado o sociólogo rigoroso capaz de produzir uma análise tão refinada dos dilemas brasileiros. O próprio Florestan reconhece essa dissintonia, quando da escrita do livro, em carta para Barbara Freitag de 8 de março de 1973:

Retomei, no Guarujá e em Itanhaém, o trabalho sobre revolução burguesa no Brasil. Redigira um largo capítulo, em 1966 (o qual então passei a máquina); e tinha uma parte de outro capítulo sobre a emergência da ordem social competitiva. Todavia, o assunto não me atrai tanto, em nossos dias. Bati à máquina o que escrevera sobre o elemento competitivo na antiga ordem escravocrata e senhorial – mas não vou terminar o capítulo. Vou deixar como está, largando às urtigas a análise de como a ordem social competitiva emergiu historicamente. Quem precisa saber isso, em nossos pobres dias? Em compensação, vou escrever um capítulo novo, sobre as características da hegemonia burguesa no período da intensificação da industrialização. Junto os três capítulos, publicando o livro desse jeito (e não de acordo com o plano inicial, que era mais extenso e complexo). Penso que é o bastante, pois a revolução burguesa “já foi”... (Fernandes *apud* Freitag, 1996, p. 158).

Todo o processo de crise, pessoal e política, que estamos discutindo, fornece novas camadas de significado para um livro que, segundo o próprio Florestan Fernandes, “deveria ser uma resposta intelectual à situação política que se criara com o regime instaurado em 31 de março de 1964”. Ou seja, nosso autor encontra novamente uma forma de atuação no trabalho intelectual voltado para o desvelamento dos dilemas da formação da sociedade brasileira, e especificamente dos processos que conduziram à consolidação da dominação burguesa autocrática e do modelo dependente e subdesenvolvido de capitalismo. Mas, agora, a correlação entre sociologia e socialismo fica explícita e evidente: “Trata-se de um ensaio livre, que não poderia escrever se não fosse sociólogo. Mas que põe em

primeiro plano as frustrações e as esperanças de um socialista militante” (Fernandes, 2006, p. 25).

Poucos anos depois da publicação, assim ele resume suas pretensões com a obra:

Por que escrevi o livro? A questão central é esta. Por que um professor de sociologia, depois de trinta e cinco anos de experiência na pesquisa sociológica empírica e de vinte e cinco anos de trabalho em uma mesma instituição, a Universidade de São Paulo, já portanto no limiar da transição para o último estágio da idade madura, enfrenta um tema tão complexo, certamente “proibido” e através de um ensaio de interpretação livre, longe dos moldes acadêmicos e dos padrões tradicionais de trabalho universitário? Não é mistério para ninguém que sempre me situei como um membro ativo do setor radical da *intelligentsia* brasileira e que tenho militado, como isso pôde ser possível em várias circunstâncias em uma sociedade como a brasileira, no movimento socialista. Ao mesmo tempo que me iniciava no estudo das ciências sociais, aprendia nos movimentos subterrâneos a luta contra uma ditadura, naquele tempo a do Estado Novo, de Getúlio Vargas. Nunca me afastei dos ideais socialistas e procurei realizar uma carreira científica tão exigente quanto estava ao meu alcance preservando tais ideais. Portanto, **a minha carreira, como professor e como sociólogo, sempre foi marcada por essa dupla vinculação entre a ciência e o socialismo, o que me levou a viver a *responsabilidade do intelectual em termos de uma extrema tensão crítica com as iniquidades da sociedade brasileira e a figurar na vanguarda dos que tentaram lutar por uma revolução democrática autêntica, dentro da ordem ou contra ela.***

O golpe de Estado de 1964 obrigou-me a procurar uma explicação sociológica que suplantasse a visão tradicional e conciliadora da formação e desenvolvimento da sociedade brasileira, forjada e mantida pelas elites intelectuais das classes dominantes (no passado e no presente). Para mim, não se tratava de isolar a sublevação militar de uma dominação de classes arraigadamente egoísta, ultraconservadora e tão antidemocrática quanto antinacional. Mas de ver como a tirania burguesa acabou fundindo militares e civis em uma ditadura de classes aberta, que se está tornando típica da periferia do mundo capitalista e do uso dos Estados nacionais dependentes como instrumento de opressão nacional, de aceleração do desenvolvimento econômico e de criação da estabilidade política necessária para a incorporação dessas nações ao espaço econômico, sociocultural e político do sistema de poder mundial do “capitalismo pós industrial”.

Portanto, o livro conduzia a uma resposta intelectual, a uma situação de extrema tensão política, denunciando simultaneamente os efeitos da dominação conservadora e contrarrevolucionária interna e da dominação externa, das nações capitalistas hegemônicas e de sua superpotência. Escrito com base em uma visão sociológica da realidade e através de uma linguagem sociológica rigorosa, ele devia corresponder às funções de literatura engajada, de desmascaramento social e de combate político. Não se tratava, apenas, de defender a “liberdade” e a “democracia”. Porém, de pôr em evidência que a sociedade de classes engendrada pelo capitalismo na periferia é incompatível com a universalidade dos direitos humanos: ela desemboca em uma *democracia restrita* e em um Estado autocrático-burguês, pelos quais a transformação capitalista se completa apenas em benefício de uma reduzida minoria privilegiada e dos interesses estrangeiros com os quais ela se articula institucionalmente (Fernandes, 2011, p. 116-118. Grifo meu).

A “resposta intelectual” de Florestan a essa “situação de extrema tensão política” tem um ponto central na sua análise de como o fechamento do regime político brasileiro, a concretização de uma dominação autocrático-burguesa, está relacionado aos novos estágios do desenvolvimento capitalista no país, como já foi abordado anteriormente nesta Segunda Parte. São dois polos de um mesmo processo que conduz a uma sociedade marcada por extremas desigualdades de renda, prestígio social e poder, e cujas camadas privilegiadas obstaculizam sistematicamente quaisquer movimentos voltados para a sua democratização.

Em sua interpretação, o Golpe de 1964 e o regime político que ele inaugura são vistos como uma resposta das camadas possuidoras à “crise do poder burguês”, isto é, à ameaça que tal poder vinha sofrendo, progressivamente nas décadas anteriores, por parte de diversos movimentos e processos na sociedade brasileira e mundial. Mais especificamente, como resposta a uma “tripla pressão”, que vinha se acumulando desde a década de 1930. De um lado, uma pressão do capitalismo monopolista mundial – especificamente, das nações capitalistas hegemônicas e das multinacionais, que exigiam condições precisas de “desenvolvimento com segurança”; em outras palavras, condições que conferissem garantias econômicas, sociais e políticas ao capital estrangeiro, às suas empresas e ao seu crescimento (Fernandes, 2006, p. 254).

De outro lado, pressões internas que vinham tanto do proletariado e das massas populares, quanto dos representantes das iniciativas empresariais.

riais privadas. Os primeiros, lutando por direitos e garantias sociais, que redundaram na campanha em torno das reformas de base. Pressões que não transcendiam os limites de uma “revolução dentro da ordem”, isto é, da ampliação das possibilidades contidas no horizonte de uma sociedade capitalista, mas que ainda assim colocaram os “círculos conservadores influentes’ em pânico” (Fernandes, 2006, p. 254). Os segundos, por sua vez, temerosos com as proporções assumidas pela intervenção direta do Estado na esfera econômica e do que isso poderia significar caso perdessem o poder de influência sobre os rumos das políticas econômicas. A esses “círculos conservadores influentes”, a experiência ensinava que o controle direto do Estado era a única garantia real de autoproteção para o “predatório privatismo existente”.

Para reagir a essas três pressões, que afetavam de maneiras muito diversas as bases materiais e a eficácia política do poder burguês, os setores dominantes das classes alta e média se aglutinaram em torno de uma contra-revolução auto-defensiva, através da qual a forma e as funções da dominação burguesa se alteraram substancialmente. O processo culminou na conquista de uma nova posição de força e de barganha, que garantiu, de um golpe, a continuidade do *status quo ante* e condições materiais ou políticas para encetar a penosa fase de modernização tecnológica, de aceleração do crescimento econômico e de aprofundamento da acumulação capitalista que se inaugurava (Fernandes, 2006, p. 255).

Em outras palavras, a “solução” para a crise do poder burguês foi encontrada na exacerbação do caráter autocrático do Estado brasileiro numa forma de governo ditatorial³ – voltado para a aceleração de um desenvolvimento capitalista com caracteres dependentes e subdesenvolvidos. Ao mudar sua forma de associação com o poder político estatal, a burguesia também mudou sua capacidade de relacionamento com o capital financeiro internacional e com a intervenção do Estado na vida econômica, ganhando maior controle da situação interna e maior flexibilidade na fixação de uma política econômica destinada a acelerar o desenvolvimento capitalista. Ela garantia, assim, as condições para reprimir, pela violência ou pela intimidação, qualquer ameaça operária ou popular de subversão da ordem, e para transformar o Estado em instrumento exclusivo do po-

3 Cabe aqui o alerta de Gabriel Cohn (1999, p. 404): “a *autocracia* de que fala Florestan não é sinônimo de *autoritarismo* – pois este corresponde a uma forma de exercício do poder e não da sua organização – e nem mesmo se confunde com *ditadura*, embora não a exclua. Tem mais a ver com a concentração exclusiva e privatista do poder. Na sua caracterização por Florestan, esse regime é marcado pela concentração de poder numa classe...”.

der burguês, tanto no plano econômico quanto nos planos social e político (Fernandes, 2006, p. 255).

Nos termos de Florestan, é como se houvesse uma dissociação entre desenvolvimento político e desenvolvimento econômico. A dominação autocrático-burguesa levou, de um lado, a um padrão capitalista altamente racional e modernizador de desenvolvimento econômico; e, de outro lado e concomitantemente, serviu de lastro para “medidas políticas, militares e policiais, contra-revolucionárias, que atrelaram o Estado nacional não à clássica *democracia burguesa*, mas a uma versão tecnocrática da democracia restrita, a qual se poderia qualificar, com precisão terminológica, como uma autocracia burguesa” (Fernandes, 2006, p. 313).

O elemento essencial e definidor dessa autocracia burguesa está na já clássica definição de Florestan, em que se concretiza no Brasil – na verdade, na periferia do sistema capitalista mundial – uma “forte dissociação *pragmática* entre desenvolvimento capitalista e democracia” ou, em outras palavras, uma “forte associação *racional* entre desenvolvimento capitalista e autocracia”: “Assim, o que ‘é bom’ para intensificar ou acelerar o desenvolvimento capitalista entra em conflito, nas orientações de valor menos que nos comportamentos concretos das classes possuidoras e burguesas, com qualquer evolução democrática da ordem social” (Fernandes, 2006, p. 340).

Fica evidente, portanto, como a forma autocrática de dominação burguesa no Brasil só pode ser efetivamente compreendida na sua relação com um modelo de capitalismo dependente e subdesenvolvido. Na interpretação de Florestan, essa dominação autocrática era o *requisito político* desse padrão de desenvolvimento na periferia, naquele momento; ou seja, a garantia institucional e política da permanência de um sistema que exacerba a expropriação e a exploração do trabalho que já são típicas do funcionamento do capitalismo – na medida em que precisa ser capaz de suprir tanto a parcela local da burguesia quanto suas frações hegemônicas externas (Cardoso, 2005, p. 20) –, tornando-as elementos constitutivos e necessários para a permanência da burguesia em posições de privilégio e dominação (Portela Jr., 2015, p. 60).

Nas suas palavras:

A extrema concentração social da riqueza, a drenagem para fora de grande parte do excedente econômico nacional, a conseqüente persistência de formas pré ou subcapitalistas de trabalho e a depressão medular do valor

do trabalho assalariado, em contraste com altos níveis de aspiração ou com pressões compensadoras à democratização da participação econômica, sociocultural e política produzem, isoladamente e em conjunto, conseqüências que sobrecarregam e ingurgitam as funções especificamente políticas da dominação burguesa (quer em sentido autodefensivo, quer numa direção puramente repressiva). [...] Sob esse aspecto, o capitalismo dependente e subdesenvolvido é um capitalismo selvagem e difícil, cuja viabilidade se decide, com freqüência, por meios políticos e no terreno político (Fernandes, 2006, p. 341).

É por essas características que Florestan Fernandes (2006, p. 343) afirma que a “revolução burguesa”, no Brasil, e no restante da periferia capitalista, é um “fenômeno essencialmente político”. Quanto mais se aprofundava a transformação capitalista, e especialmente no clima político da “guerra fria”, da luta pela sobrevivência contra os regimes socialistas, as nações capitalistas centrais e hegemônicas passaram a depender de “parceiros sólidos” nas nações capitalistas dependentes e subdesenvolvidas para preservar ou consolidar o capitalismo na periferia. A burguesia dos países dependentes precisava, assim, como coloca Florestan, não só estar articulada internamente em bases nacionais, mas ser bastante forte para saturar todas as funções políticas autodefensivas e repressivas da dominação burguesa.

É nesse contexto que a dominação burguesa “revela-se à história, então, sob seus traços irredutíveis e essenciais”, quais sejam: “A sua inflexibilidade e a sua decisão para empregar a violência institucionalizada na defesa de *interesses materiais privados*, de *fins políticos particularistas*; e sua coragem de identificar-se com formas autocráticas de autodefesa e autoprivilegiamento” (Fernandes, 2006, p. 345; grifos no original). Em tal conjuntura, o Estado se torna uma arma de opressão e de repressão, que deve servir a interesses particularistas (internos e externos, simultaneamente), segundo uma estratégia de preservação e ampliação dos privilégios econômicos, socioculturais e políticos das camadas burguesas.

Dado nosso foco, aqui, no modo como Florestan Fernandes analisou a conformação da ditadura civil-militar, é interessante retomar, ainda que brevemente, algumas de suas reflexões – elaboradas no início da década de 1980, quando estavam em curso as articulações, no interior do regime ditatorial, para efetuar uma “transição lenta, gradual e segura” para a democracia – sobre os processos histórico-sociais que conduziram à progressiva abertura política do regime ditatorial.

Nessa época, a despeito da força e crescente rigidez do Estado autocrático, Florestan afirmava que o desgaste da ditadura era inevitável. Não só ela não resolveu nenhum dos “grandes problemas do Brasil” no lapso de tempo transcorrido desde sua instauração, como também, superado o “medo pânico” das classes possuidoras que conduziu à contrarrevolução, não havia mais como preservar e fortalecer uma solidariedade de classes de base tão heterogênea e frágil.

Para Florestan, os objetivos e necessidades que levaram as camadas burguesas a enrijecer os meios políticos de dominação de classe e de luta pela preservação ou fortalecimento do monopólio do poder estatal se alteraram com o tempo. O que não significava que a ditadura era, nos seus estertores, completamente dispensável para a burguesia interna, na medida em que as classes dominantes ainda dependiam dela para deter um excedente de poder sem o qual perderiam o controle da mudança social estrutural que se desenrolava então – o que explica as tentativas de conciliação que buscavam converter a “Nova República” numa “ditadura por outros meios”.

Sobretudo a partir da década de 1970, o despotismo burguês se viu ameaçado simultaneamente na sociedade e no Estado, com o aparecimento do proletariado como “classe em si” (isto é, com crescente capacidade coletiva de desenvolvimento independente em escala nacional) e com a irrupção maciça da luta de classes na arena política (ao tentar a conquista de garantias econômicas, sociais e jurídico-políticas, até então privativas da burguesia ou meramente formais) (Fernandes, 1982a, p. 11).

Quanto às empresas multinacionais, às nações capitalistas hegemônicas e sua superpotência, no período em questão elas já não careciam da militarização global da condução do Estado para conseguir fins determinados (como fora o caso em 1964 e, principalmente, em 1968-69); julgavam caro, ineficiente e perigoso todo o aparato da chamada “república institucional”, e gostariam de deter a crescente autonomia dos militares no bloco do poder e no manejo da ditadura (Fernandes, 1982a, p. 12).

O problema político que se colocava então, para as elites que controlavam o regime ditatorial e para os setores burgueses externos, era como passar da ditadura para uma “democracia forte”. Esta consistiria numa

[...] variedade de república burguesa na qual a vigência de mecanismos específicos de segurança em favor dos estratos estratégicos das classes capitalistas não adquira muita saliência e tais mecanismos possam ser

concentrados em certas funções do Estado, sem que a forma política de governo assumia o caráter explícito de ditadura e seja combatida como tal (Fernandes, 1982a, p. 10).

Ou seja, tratava-se de uma tentativa de manter os dividendos positivos da ditadura para tais setores – a concentração política sobre o Estado e conseqüentemente sobre os rumos do desenvolvimento econômico – sem os dividendos negativos – a constituição de um regime político que concentra em si os alvos básicos das lutas populares pela “liberdade” e pela “democracia”.

Portanto, para os setores privilegiados, internos e externos, o ideal seria que a ditadura se mantivesse, “renovando-se e crescendo, de modo a gerar uma democracia de participação ampliada *estável, esterilizada e controlada pelo tope das classes dominantes* (ou seja, por suas elites no poder)”. Nesse sentido, ao destruir-se, a ditadura daria à luz não o seu avesso ou o seu contrário, mas sim “uma forma política em que a autocracia burguesa fosse compatibilizada institucionalmente com a representação política, o regime de partidos e a rotina eleitoral” (Fernandes, 1982b, p. 99).

Mais do que documentos de uma época, as reflexões do nosso autor sobre a formação do regime ditatorial e os limites do processo de redemocratização servem-nos também de alerta. A análise de *A Revolução Burguesa no Brasil* é reveladora não só de como, entranhada na formação do Estado brasileiro, está um privilegiamento de classe voltado para o benefício quase exclusivo das camadas sociais possuidoras; mas também de como a articulação institucional dessas camadas com outros agentes políticos e econômicos, internos e externos, pode obstaculizar quaisquer processos voltados para uma relativa democratização da renda, do poder e do prestígio social. A consolidação de um Estado autocrático sob uma forma de governo ditatorial, como mecanismo de defesa dos interesses político-econômicos dessas camadas sociais, é reveladora dos limites que a pauta da democracia encontra no seio das classes burguesas, quando são tais interesses que estão em jogo.

Essa análise é, talvez, sobretudo um alerta contra as percepções de que a implementação de um “capitalismo selvagem” no Brasil – com seus dividendos da “sobreapropriação e sobreexploração capitalistas” (Fernandes, 2009, p. 52) – é uma realidade inelutável, livre e acima das dinâmicas da disputa política, quase um dado da natureza. Perspectiva essa que, nos últimos anos, vem sendo reforçada pelos mesmos setores

políticos que, não coincidentemente, trabalham para o progressivo fechamento das possibilidades institucionais de atuação, no interior do Estado, das camadas sociais populares. E, como já bem dizia Florestan Fernandes, “sem uma maciça presença das massas destituídas e trabalhadoras na cena histórica as potencialidades nacionalistas e democráticas da ordem burguesa não se libertam...” (Fernandes, 2018, p. 16). O que nos coloca diante do clássico dilema de como buscar (e garantir) a democratização de uma sociedade marcada por um modelo de transformação capitalista produtor de iniquidades tão profundas e estruturais. Desafio que nosso autor continuou a enfrentar, após as crises que discutimos aqui, em sua atuação como deputado federal e participe da construção da Constituição de 1988.

Referências

- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. 2010. Prefácio: Uma sociologia do desterro intelectual. In: FERNANDES, Florestan. *Circuito fechado*. São Paulo: Globo. p. 9-23.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. 2005. Sobre a teorização do capitalismo dependente em Florestan Fernandes. In: FÁVERO, Osmar (org.). *Democracia e educação em Florestan Fernandes*. Campinas: Autores Associados; Niterói: EdUFF. p. 7-40.
- CERQUEIRA, Laurez. 2004. *Florestan Fernandes: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular.
- COHN, Gabriel. 1987. O ecletismo bem temperado. In: D’INCAO, Maria Ângela (org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. São Paulo: Unesp. p. 48-53.
- _____. 1999. Florestan Fernandes: a revolução burguesa no Brasil. In: MOTA, Lourenço Dantas. *Introdução ao Brasil*. São Paulo: Editora Senac. p. 393-412.
- COSTA, Diogo Valença de Azevedo. 2009. Florestan Fernandes e o marxismo: o Brasil em perspectiva socialista. In: *Cadernos de Estudos ENFF*. Vol. 4. O Legado de Florestan Fernandes. São Paulo: Escola Nacional Florestan Fernandes. p. 69-89.
- _____. 2014. Os dilemas da Comissão da Verdade no Brasil: um caso de “resistência sociopática à mudança”. *Olhares Sociais*, v. 3, n. 1, p. 64-86.

FERNANDES, Florestan. 1967. Os problemas da indução na sociologia. In: *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. p. 41-174.

_____. 1982a. Crise ou continuidade da ditadura? In: *A ditadura em questão*. São Paulo: T. A. Queiroz. p. 7-39

_____. 1982b. Os dilemas da dominação burguesa diante da ditadura. In: *A ditadura em questão*. São Paulo: T. A. Queiroz. p. 95-126.

_____. 2006. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Globo.

_____. 2008a. Florestan Fernandes, história e histórias. Entrevista concedida a Alfredo Bosi, Carlos Guilherme Mota e Gabriel Cohn. In: COHN, Amélia. (org.). *Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue. p. 94-147. (Encontros).

_____. 2008b. Uma trajetória de militância. Entrevista concedida a Paulo de Tarso Venceslau. In: COHN, Amélia (org.). *Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue. p. 170-195. (Encontros).

_____. 2009. Classes sociais na América Latina. In: *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. São Paulo: Global. p. 41-120.

_____. 2011. Um ensaio de interpretação sociológica. In: *Brasil: em compasso de espera*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. p. 115-125.

_____. 2018. *O que é revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FERNANDES, Heloisa. 2006. *Capitalismo selvagem, dominação autocrático-burguesa e revolução dentro da ordem*. Disponível em: <<https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/11/Heloisa-Fernandes-Capitalismo-selvagem-Rev-dentro-da-ordem.pdf>>. Acesso em: 12/05/2020.

_____. 2009. Florestan Fernandes, um sociólogo socialista. In: *CADERNOS de Estudos ENFF*. Vol. 4. O Legado de Florestan Fernandes. São Paulo: Escola Nacional Florestan Fernandes. p. 29-53.

FREITAG, Barbara. 1987. Democratização, universidade, revolução. In: D'INCAO, Maria Ângela. (org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. São Paulo: Unesp. p. 163-180.

_____. 1996. Florestan Fernandes por ele mesmo. *Estudos Avançados*, n. 26, v. 10, p. 129-172.

LIEDKE FILHO, Enno D. 2005. A sociologia no Brasil: história, teorias e desafios. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 7, n. 14, p. 376-437.

PORTELA JR., Aristeu. 2015. *A problemática da democracia brasileira no pensamento de Florestan Fernandes*. Recife: Editora UFPE, 2015.

SINGER, Paul. 2008. Notas de releitura dum clássico. In: FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. São Paulo: Global. p. 11-20.

SOARES, Eliane Veras. 1997. *Florestan Fernandes: o militante solitário*. São Paulo: Cortez.

Florestan Fernandes e o dilema racial brasileiro

Diogo Valença de Azevedo Costa

Ana Rodrigues Cavalcanti Alves

Aristeu Portela Jr.

Eliane Veras Soares

Lucas Trindade da Silva

Remo Mutzenberg

Duas palavras sintetizam o legado teórico dos trabalhos sociológicos de Florestan Fernandes, padrões e dilemas. Essa complexa e refinada imagem conceitual nos é sugerida por Gabriel Cohn (1986). Ora, para se dar conta do estudo sociológico de uma civilização, de uma formação social, de uma sociedade nacional ou de categorias e grupos sociais, a depender do nível de análise e das perspectivas teóricas em questão, seria preciso reconstruir a estrutura dinâmica dos seus tipos sociais correspondentes. Esses seriam os padrões de organização social, nunca estáticos, mas que combinam de maneira muito particular regularidades de coexistência e regularidades de sequência. Florestan Fernandes sintetiza os **padrões** sociais, a partir dos modelos clássicos da explicação sociológica, tais como os analisa em Durkheim, Weber e Marx, na noção de *tipo*, residindo a originalidade de seu pensamento na forma exigente como aproveita em suas consequências extremas cada uma dessas tradições metodológicas. Florestan se recusa, inclusive, a sínteses teóricas apressadas, especulativas, desses grandes modelos explicativos na sociologia. Os **dilemas** seriam as barreiras, os impedimentos, gerados pelas tensões internas àqueles padrões estruturais, organizacionais, dinâmicos e históricos. Tais dilemas, portanto, se expressam no plano das alternativas políticas que se colocam para a liberação dos entraves à completa realização de um tipo social.

Essas duas palavras resumem, com rigor metodológico, as ferramentas analíticas empregadas por Florestan Fernandes em seu estudo da sociedade brasileira. Essa rica sugestão de Gabriel Cohn nos permite apanhar dois aspectos indissociáveis do projeto intelectual de Fernandes, a ambi-

ção de contribuir para o refinamento teórico da Sociologia e, ao mesmo tempo, desvelar as tensões estruturais e históricas da sociedade brasileira que terminam por desaguar nos dilemas políticos colocados para os próprios agentes sociais em suas lutas ideológicas. Podemos encontrar esse modo de olhar o mundo social em todos os trabalhos sociológicos de Florestan Fernandes, desde as pesquisas sobre folclore, passando pelo estudo da civilização *tupinambá*, até alcançar sua densa caracterização teórica do capitalismo dependente, do processo histórico da revolução burguesa ultratardia nas periferias do sistema e da reatualização do colonialismo na dinâmica interna do capitalismo contemporâneo. De um modo bastante intenso o par conceitual padrões e dilemas se expressa nos trabalhos sociológicos de Florestan Fernandes sobre inserção do negro na sociedade de classes. A nossa proposta será reconstruir sua visão política do dilema racial brasileiro com base em suas investigações histórico-sociológicas das condições objetivas e subjetivas em que o povo negro enfrentou a emergência da ordem social competitiva. Não intentaremos realizar uma reconstrução exaustiva de suas ideias sobre o protesto negro, mas destacar os aspectos mais relevantes que nos ajudem a caracterizar politicamente os elementos essenciais do dilema racial. Com isso nosso objetivo será argumentar como, a partir de um estudo específico sobre o negro brasileiro, Florestan Fernandes abordou questões de elevada importância para o conhecimento do padrão de desenvolvimento capitalista dependente e da ordem social iníqua que, baseada num privatismo patológico, se perpetuou na sociedade brasileira desde o seu período colonial.

Nossa exposição estará concentrada no mapeamento das diferentes formulações da noção sociológica de dilema, tal como foram se desdobrando em momentos decisivos dos escritos de Florestan Fernandes. Assim, abordaremos os aspectos políticos do dilema racial brasileiro e seus tensionamentos com a ordem social competitiva, sugerindo, ao mesmo tempo, como as ações e pensamentos dos agentes sociais do protesto negro foram fundamentais para conhecermos os limites da nossa sociedade de classes. Esse tipo de focalização do problema nos permitirá compreender como, para Fernandes, o dilema racial sintetiza diversos outros dilemas políticos e históricos da sociedade brasileira.

A presente investigação necessitaria ser complementada com uma abordagem mais direta sobre o protesto negro, de modo a se enfatizar as últimas formulações ideológicas de Florestan Fernandes no tocante à

questão racial, segundo as quais a sociedade de classes sob o capitalismo dependente não deixa espaço para a resolução política do racismo e, por isso, a luta antirracista passa a apontar para a superação da própria sociedade de classes e de sua correspondente ordem social competitiva. Será na década de 1980 que a síntese entre antirracismo e socialismo em Florestan irá alcançar sua expressão máxima e suas formulações mais acabadas, mas em seus escritos anteriores já podemos localizar indícios desse processo de radicalização política, matizados pelas exigências da inserção de seus trabalhos no universo acadêmico. No entanto, esse desdobramento da pesquisa ainda necessita de uma investigação documental mais minuciosa do material resultante da coleta de dados sobre o movimento negro em São Paulo, realizada por ocasião do Projeto Unesco de relações raciais no início da década de 1950, atualmente disponível no Fundo Florestan Fernandes da Universidade Federal de São Carlos. Ao final, retomaremos o quadro conceitual proposto por Gabriel Cohn, padrões e dilemas, para indicar sua validade na caracterização do conjunto da sociologia de Florestan Fernandes e, com maior força, de seus estudos sociológicos sobre a dominação racial na sociedade de classes no Brasil.

Os aspectos políticos do dilema racial brasileiro

A própria história de vida de Florestan Fernandes poderia nos servir de exemplo para questionar o caráter dramático dos dilemas sociais brasileiros, dentre eles o racial. O que estava em jogo, para nosso autor, seria a ascensão coletiva, como categoria política com potencialidades radicais, dos diversos estratos das camadas populares. A pressão das elites se orientou sempre pela mobilidade ascendente de tipo individualista e o peneiramento dos talentos. Essa estratégia de cooptação e acefalização, na verdade uma forma perversa de autoalienação e negação de si mesmo, de seu passado e de suas origens sociais, foi tentada contra o próprio Florestan Fernandes, por meio do ideário paternalista e elitista de fundação da Universidade de São Paulo (USP). O talento de Florestan Fernandes serviria para demonstrar que a ordem social brasileira, ultraconcentrada de prestígio, riquezas e poder, permitiria a mobilidade ascendente para aqueles que se esforçassem, ou seja, no fundo essa ordem não teria nada de violenta, fechada e excludente. Uma autoimagem positiva do Brasil para ser vendida ao exterior, que agradava às elites dirigentes das raças

e classes dominantes, e terminava por atribuir ao negro a culpa pelo seu próprio “fracasso”. Referindo-se à sua própria ascensão social pela carreira acadêmica, o sociólogo paulistano aproxima seu próprio dilema pessoal ao conjunto dos dilemas políticos de categorias como classe, raça e etnia:

Veja a criação da Universidade de São Paulo, da Escola de Sociologia e Política, o que fundamentou a criação destas instituições: a ideia é de renovação de elite, mas é renovação que se faz procurando filtrar individualmente, quer dizer, através de um processo de acefalização. O Florestan vem para nós, mas ele não vem para nós como o Florestan subproletário, ele vem para nós como o Florestan que nós vamos incorporar. É interessante porque, sobre isso, houve uma discussão, que uma amiga me contou, n’*O Estado de São Paulo*. Aquele Osvaldo Montes, falando a meu respeito, disse que eu era um ingrato, uma pessoa que cuspiu no prato em que comeu, que eles tinham me dado tudo e que eu era um ressentido, que não pude esquecer o meu passado e, em vez de ser reconhecido, aceitar as coisas como elas são, eu me voltei contra eles, então eu era um ressentido. Quer dizer, não há um entendimento claro. O negro pode subir, o negro excepcional. Um Machado de Assis, ele pode subir, ele é o preto de alma branca. Quer dizer, é o preto que nega o negro, é o preto que afirma o branco. Esse jogo terrível se aplica à raça, se aplica à classe, se aplica à etnia, se aplica a tudo, ao imigrante. O imigrante entrou nisso também, só os que não conseguiram mudar a situação econômica e social é que ficaram dentro da necessidade de buscar outras vias de combate, de ascensão social, e adotaram as técnicas tradicionais. Era o mecanismo que eles tinham para conseguir galgar posições, serem aceitos pelo *establishment*, incorporados ao tope, os da ordem, os que têm posição social (Oitava Entrevista concedida a Eliane Veras, em 27/06/1991).

A consciência crítica do menino engraxate, filho de uma empregada doméstica analfabeta, Dona Maria Fernandes, calou mais alto no peito do sociólogo renomado internacionalmente, Florestan Fernandes. A recusa à cooptação do intelectual se fez nele presente por uma compreensão profunda, existencial, dos dilemas sociais brasileiros. Tais dilemas possuem um denominador comum: a impossibilidade de uma revolução democrática na sociedade brasileira e da destruição de seu *status quo* reprodutor de desigualdades, violências e iniquidades, por meio dos canais de ascensão ultraindividualistas, baseados em critérios socioeconômicos elitistas ou em privilégios de tipo estamental, conservando como normal um padrão altamente patológico de organização e funcionamento da ordem social

competitiva. O dilema consiste basicamente num “círculo vicioso”, uma história de circuito fechado, em que, para superar as condições sociais adversas diante de uma gritante ausência de suportes institucionais e formas organizadas, concertadas, de atuação política coletiva, os próprios avanços em direção a tal objetivo correm o risco de terem seus efeitos positivos tornados inócuos ou, mesmo, contribuírem para um agravamento das situações disnômicas estruturantes do “meio social inclusivo”. Os *dilemas* correspondem a fenômenos de estratificação social que combinam padrões societários e tempos históricos distintos, o velho e o novo, o arcaico e o moderno, tornando estrutural um fenômeno, que se suporia passageiro, de *demora cultural*. Tais dilemas se desenvolvem em diferentes níveis da formação social brasileira e se reforçam mutuamente, contribuindo cada qual para agravar os quadros de nossas desigualdades e formas de dominação política das elites brancas das classes dominantes contra as classes trabalhadoras e as camadas populares.

É certo, por outro lado, que Florestan Fernandes compreende os *dilemas sociais brasileiros* a partir das configurações estruturais, dinâmicas e históricas das sociedades subdesenvolvidas, pautadas pelo controle heteronômico de seus processos políticos de tomadas de decisão sobre os rumos nacionais. Assim, as posições subordinadas desses países em face das frações hegemônicas das burguesias internas e externas sufocam as transformações sociais construtivas – conhecidas em alguns momentos da nossa história como *reformas estruturais* ou *de base* – favoráveis à defesa dos interesses da ampla maioria, as camadas populares, as classes trabalhadoras e o exército de despossuídos do campo e da cidade. Três desses dilemas foram exaustivamente investigados por Florestan Fernandes e merecem aqui ser mencionados: o dilema social, o dilema educacional e o dilema racial. Essas dimensões ou níveis da totalidade social não são entre si estanques e estão interligados estrutural, funcional e dinamicamente, podendo ser tomados como os eixos centrais das contribuições teóricas de Florestan Fernandes para a compreensão da sociedade brasileira e das situações políticas mais gerais dos países subdesenvolvidos, de origem colonial e capitalismo dependente.

Uma ordem social competitiva que se declara aberta no papel – e, ao mesmo tempo, impede por todos os meios a realização dos princípios liberais da igualdade de oportunidades – não poderia jamais conduzir a um padrão estrutural de sociedade capaz de fazer da competição e das chan-

ces de mobilidade ascendente um princípio dinamizador de suas mudanças sociais. Nesse sentido, o peneiramento ultraindividualista se constitui como um meio de selecionar os indivíduos e estratos sociais que poderão ser incorporados ao sistema, sem que isso se torne uma ameaça para a ordem social constituída. Toda e qualquer possibilidade de ascensão coletiva, como categoria social e política, das camadas subalternas passa a ser negada pelo efeito demonstração da ascensão de indivíduos extraordinários, não havendo motivos para se contestar o “caráter aberto” da nossa *ordem social competitiva*. Essa foi a recusa de Florestan Fernandes e, já nas suas primeiras formulações dessa categoria sociológica, tais aspectos negativos estão evidenciados e problematizados na sua compreensão do Brasil. Numa das que talvez seja a sua primeira formulação dos *dilemas*¹, suas inconsistências e incompatibilidades estruturais e dinâmicas foram focalizadas, sobretudo, no plano institucional. Num trabalho escrito no ano de 1958, e depois republicado em *Ensaios de sociologia geral e aplicada* (1976), o *dilema educacional brasileiro* será assim caracterizado:

Essa breve digressão mostra-nos em que consiste o “dilema” educacional brasileiro. Como ocorre com outros países subdesenvolvidos, ele é de fundo institucional. O sistema educacional brasileiro abrange instituições escolares que não se ajustam, nem qualitativa nem quantitativamente, a necessidades educacionais prementes, que são compartilhadas em escala nacional ou que variam de uma região para outra do país. Daí ser urgente e vital alterar a estrutura, o funcionamento e o modo de integração dessas instituições. O aspecto prático do “dilema” revela-se nesse plano: o reconhecimento dos problemas educacionais de maior gravidade e a realização dos projetos de reforma educacional esbarram, inelutavelmente, com diversos obstáculos, do apego a técnicas obsoletas de intervenção na realidade à falta de recursos para financiar até as medidas de emergência. Em resumo, o referido “dilema” possui dois polos, ambos negativos. Primeiro, instituições deficientes de ensino, que requerem alterações complexas, onerosas e profundas em três níveis: a) como unidades de trabalho didático, em sua organização interna; b) como parte de um sistema comunitário de instituições sociais, em suas conexões funcionais com as necessidades estáveis e variáveis do meio social imediato; c) como parte de um sistema nacional de vida, em suas conexões funcionais com os requisitos

1 Aqui colocamos em dúvida se o termo *dilemas* surgiu pela primeira vez em Florestan Fernandes no texto que será agora resumidamente debatido. Seria preciso realizar uma leitura diacrônica, histórica, dos seus trabalhos para descobrir em qual momento exato teria sido formulada a expressão e a quais acontecimentos políticos e contextos culturais poderia estar vinculada.

dinâmicos da continuidade da ordem social inclusiva. Segundo, meios de intervenção insuficientes para fazer face, com expectativas definidas de sucesso, às exigências práticas da situação nesses três níveis. Todavia, não resta outra alternativa senão a de explorar as possibilidades de controle, asseguradas pelos meios de intervenção disponíveis. A esse respeito, o Brasil está em posição análoga às dos demais países subdesenvolvidos, a qual conduz **ao mais completo e perfeito círculo vicioso**, que a mente humana pode conceber. As condições do subdesenvolvimento geram problemas, cuja gravidade aumenta em função das dificuldades materiais ou humanas em resolvê-los, o que faz com que a intervenção deliberada, quando bem sucedida, contribua muito pouco para alterar a situação inicial. O esforço precisa ser repetido, porém, quantas vezes isso for indispensável, para não se perder a pequena vantagem conquistada. Pensamos que esse esboço remata a caracterização do que chamamos de “dilema educacional brasileiro”. A relação entre meios e fins, no que concerne às perspectivas de controle dos problemas educacionais mais prementes, não prenuncia nenhuma espécie de êxito seguro e rápido. Tal circunstância indica, de ângulo inteiramente positivo, que a transformação do sistema educacional de um povo em fator de desenvolvimento depende, de modo direto, da intensidade, do volume e da direção das esperanças coletivas, depositadas na educação sistemática. Não há dúvidas de que a educação modela o homem. Mas é este que determina, socialmente, a extensão das funções construtivas da educação em sua vida (Fernandes, 1976b, p. 197-198; grifo nosso).

O recurso à longa citação foi proposital, pois o esforço de resumi-la privaria o leitor do contato direto com os termos do próprio Florestan Fernandes. Proceder assim se fez necessário porque a noção de dilema vai sendo retomada, em seus trabalhos posteriores, e reelaborada pelo acréscimo de novas camadas conceituais, as quais refletem novas dimensões históricas de seu confronto com a sociedade brasileira. Se o objetivo for identificar exatamente as transformações da noção de dilemas, seria preciso reproduzir precisamente as palavras do autor. No caso em apreço, a finalidade do texto delimita o foco da exposição, pois se tratava de um trabalho redigido para o *Symposium sobre os Problemas Educacionais Brasileiros*, organizado por Florestan Fernandes para o Centro Regional de Pesquisas Educacionais². Por isso a caracterização do *dilema educacional*

2 O Centro Regional de Pesquisas Educacionais foi fundado em 1956 e estava vinculado a outros centros e iniciativas de Anísio Teixeira. De 1956 a 1961, o Centro foi dirigido por Fernando de Azevedo. Daí se presume que a proximidade de Florestan Fernandes com o referido centro era intensa. Sobre o processo de institucionalização do Centro, ver Márcia Santos Ferreira (1999/2000).

brasileiro se circunscreveu ao plano institucional, pois parece ser um dos objetivos do trabalho fornecer instrumentos conceituais de intervenção na realidade social para gestores, planejadores e reformadores da educação. No entanto, os horizontes conceituais vão além dos limites institucionais, pois a origem do dilema provém das condições de subdesenvolvimento, as quais remetem às estruturas mais gerais de organização da sociedade, da cultura, da política e da economia. De outro lado, a imagem de um “círculo vicioso” caracteriza o dilema, dando a entender que a possibilidade de saída desse movimento circular não seria possível dentro de seus próprios padrões de reprodução organizacionais internos. Ou seja, teríamos aí um padrão subdesenvolvido de estruturação da ordem social que provoca esse círculo vicioso e, sem superar esse padrão subdesenvolvido, o dilema iria se reproduzir indefinidamente. Assim, ou o acúmulo de mudanças moleculares internas dentro desse padrão conduziria a uma mudança qualitativa de tipo irreversível, numa perspectiva reformista, ou deveria se processar uma ruptura política imediata com esse padrão subdesenvolvido, desaguando num ajustamento normal da esfera educacional com o padrão estrutural de organização de uma “economia capitalista”, de uma “sociedade de classes” e de um “regime democrático” agora de tipo desenvolvido e autônomo (Fernandes, 1976b, p. 213). As opções de Florestan Fernandes à época, embora socialista, parecem identificar as possibilidades reais de transformação dentro dos próprios limites da ordem social competitiva.

O importante a reter nessa primeira definição do dilema é que, apesar da dimensão política não ter estado aí explícita, o aspecto político já aparece como essencial. Esse será um aspecto fundamental do dilema racial, que sintetizará o conjunto de todos os dilemas sociais brasileiros. Na segunda referência à noção de dilema que localizamos nos escritos de Florestan Fernandes, num texto de 1962 intitulado *Reflexões sobre a mudança social no Brasil*, sua conceituação não apenas se amplia, como também irá remeter diretamente às origens do próprio termo. “Os sociólogos entendem por ‘dilema’ um tipo de inconsistência estrutural e dinâmica que nasce da oposição entre o comportamento social concreto e os valores normais básicos de determinada ordem social” (Fernandes, 1976a, p. 208). Em nota de rodapé, irá mencionar como “dois exemplos clássicos” da utilização da noção sociológica de dilema no sentido agora indicado os trabalhos, ambos ambientados na sociedade estadunidense, de Myrdal,

Sterner e Rose (1944) sobre os negros e o de Hollingshead (1949) sobre as desigualdades de “distribuição das oportunidades educacionais” (Fernandes, 1976a, p. 208). Mais adiante, acrescenta, “os dilemas [...] só são corrigidos” se “as civilizações conseguem aperfeiçoar o grau de coerência entre seus sistemas axiológicos e de relações sociais” (Fernandes, 1976a, p. 208). Para Fernandes, os dilemas se expressam de modos distintos, conforme as sociedades mais específicas (por exemplo, um país) coloquem “em prática o padrão civilizatório de que compartilham” (Fernandes, 1976a, p. 208). Ao mesmo tempo, indica que os dilemas podem ser encarados de uma “perspectiva conservadora” ou, de maneira oposta, a partir de uma “perspectiva inconformista”: “Esta maneira de encarar os dilemas sociais se prende [...] à valorização positiva de um padrão civilizatório”, o qual pode ser compreendido como um “estado natural das coisas”, no caso da visão conservadora, ou como “uma transição conjunturalmente vantajosa”, numa orientação política inconformista (Fernandes, 1976a, p. 208). Essas caracterizações gerais são feitas tendo em mente as distinções entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas (Fernandes, 1976a, p. 208-209). Após essas passagens, Florestan passa a caracterizar o que entende mais propriamente por “dilema social brasileiro”. O trecho a seguir costuma ser lembrado em vários trabalhos que analisam suas posições teóricas sobre a sociedade brasileira na década de 1950, com o objetivo de demonstrar a centralidade da categoria de “demora cultural” em seu pensamento em tal contexto histórico:

[...] eu próprio tinha como certo que essas contradições se explicariam, sociologicamente, em termos de hipóteses clássicas. Pensava que o dilema social brasileiro estaria em ajustar as esferas da sociedade brasileira, que não se transformaram ou que se transformaram em menor intensidade, às esferas que se alteraram com maior rapidez e profundidade. Com isso, encarava a situação sócio-cultural do Brasil como uma alternativa da teoria da demora cultural, como ela é formulada por Ogburn, em vista do padrão de desenvolvimento da comunidade urbana na era industrial (Fernandes, 1976a, p. 210).

Logo em seguida, após afirmar tratar-se de uma “ilusão” e avaliar a situação brasileira sob um prisma distinto daquele assumido pela “teoria clássica da mudança social”, dirá: “A sociedade brasileira ainda não atingiu uma estrutura e uma organização que possibilitem a emergência de mecanismos de reintegração típica da comunidade urbana da era indus-

trial” (Fernandes, 1976a, p. 211). Assim, não seriam as forças sociais inovadoras que dinamizariam as mudanças da ordem social inclusiva, mas as forças políticas conservantistas intensificam suas “tendências antagônicas à mudança e as disposições para neutralizar os efeitos inovadores” (Fernandes, 1976a, p. 211). Quando se lembra que na sua caracterização do “dilema educacional brasileiro”, em 1958, as forças conservantistas já estavam identificadas³, pode-se levantar a hipótese de que a substituição da noção de “demora cultural” pela categoria sociológica de “dilema” já estava tomando corpo na década de 1950. De igual modo, os pontos de partida teóricos de Florestan Fernandes eram utilizados como hipóteses, a partir das quais a realidade empírica brasileira seria analisada e, assim, embora utilizasse a teoria da demora cultural para estruturar seu discurso sociológico e suas observações, não é menos provável que estivesse sempre colocando à prova as teorias que lhe davam fundamentos iniciais. Por isso, preferimos falar do uso da hipótese da demora cultural por Fernandes e das suas múltiplas variações de significado entre os seus diferentes escritos⁴, produzidos em situações políticas também distintas ou com objetivos teóricos, práticos e empíricos os mais diversos. Mas aí também se expressa outra característica da construção intelectual do nosso autor, pois alguns de seus conceitos são reelaborados e subordinados a outras categorias num contexto discursivo já radicalmente transformado. É o caso da rápida menção à demora cultural contida em *A revolução burguesa no Brasil* (Fernandes, 2006, p. 330), agora redefinida pelas noções centrais de “autocracia burguesa” e “capitalismo dependente”. Não se tratava, para Florestan Fernandes, de aplicar um conceito à realidade e sim de questionar essa realidade com base nas teorias e as próprias teorias com base nas suas novas descobertas empíricas. A velha máxima, inspirada em François Simiand, *nem teorias sem fatos, nem fatos sem teoria*, espelha sua

3 A seguinte passagem seria exemplar: “Como é sabido, no Brasil coexistem, historicamente, diversas ordens sócio-culturais, constituídas ao longo da evolução social do país. Onde ainda prevalecem as concepções tradicionais do mundo e a dominação patrimonialista, a reação societária aos ‘problemas sociais’ é regulada por pressões conservantistas, que restringem as manipulações conscientes das tensões ambientes ao que afeta os interesses sociais das camadas dominantes e são mais ou menos hostis aos influxos renovadores de conhecimentos e técnicas de consciência social, difundidas a partir dos núcleos urbanos” (Fernandes, 1976b, p. 207). Ou seja, ao associar as resistências conservantistas às mudanças com as camadas dominantes, Florestan Fernandes já compreendia a dimensão política do “dilema educacional brasileiro” e percebia não se tratar de um simples ajustamento de ritmos entre as esferas sociais. Essa passagem levanta a questão se a reformulação da hipótese da “demora cultural” teria se dado apenas no texto de 1962, ou se Florestan Fernandes estava se referindo a um momento anterior de sua produção sociológica, mais propriamente localizada na década de 1950. Apenas uma leitura diacrônica do conjunto de sua obra poderá dirimir essa dúvida.

4 A esse respeito, ver a contribuição de Lucas Trindade da Silva, no capítulo intitulado *O CESIT: a elaboração de uma teoria sociológica do subdesenvolvimento* aqui publicado, para perceber as várias modulações da utilização por Florestan Fernandes da teoria e hipótese da “demora cultural”.

concepção de pesquisa e suas perspectivas de elaboração teórica a partir da situação brasileira.

A dimensão política do “dilema social brasileiro” emerge com toda a força nesse escrito de 1962. É necessário que tal dilema possa “aflo- rar à esfera da consciência coletiva” para ser “combatido com denodo construtivo”, pois ele “consiste numa resistência residual ultra-intensa à mudança social, que assume proporções e consequências sociopáticas” (Fernandes, 1976a, p. 211). Ainda inspirado na concepção mannheimiana de mudança social, segundo a qual elementos de preservação da herança cultural são transformados construtivamente pelos ventos da inovação, dirá: “o empenho maior volta-se para a preservação pura e simples do *status quo*, sem nenhuma preocupação de salvar a herança social por meio de sua renovação” (Fernandes, 1976a, p. 211). Ou seja, o apego sociopático às posições privilegiadas nas estruturas de poder, para garantir os interesses mesquinhos e egoístas de uma rala minoria, seria capaz de minar todo e qualquer pacto civilizatório, “destruindo”, inclusive, “elementos da tradição cultural que poderiam ser preservados” (Fernandes, 1976a, p. 212). Daí o receio de Florestan Fernandes que as “influências inovadoras, continuamente represadas e comprimidas”, ao não encontrarem “formas pacíficas e construtivas de elaboração espontânea disciplinada”, pudes- sem “explodir num clima de violências, arrasando as camadas e círculos sociais obnubilados por interesses estreitos” (Fernandes, 1976a, p. 211-212). Essa imagem se faz a partir de um modelo de revolução social popu- lar, progressista, mas a possibilidade inversa, regressiva, de destruição de todo e qualquer pacto civilizatório no Brasil, hoje se concretiza pela ofen- siva contra os direitos da maioria da nação, das massas populares e das classes trabalhadoras. Ao caracterizar o dilema social brasileiro “como um apego sociopático ao passado, que poderá trazer consequências funestas” (Fernandes, 1976a, p. 212), Florestan Fernandes nos fornece os instrumen- tos conceituais, teóricos, para identificar as tensões políticas da sociedade brasileira. Esse tensionamento estará muito mais evidente na sua caracte- rização do “dilema racial brasileiro” e nossa hipótese aqui é a de que esse último dilema sintetiza todos os demais dilemas da sociedade moderna brasileira⁵, uma sociedade de capitalismo dependente que preservou do *antigo regime colonial* suas formas de violência, intensificadas pelas for-

5 O projeto de pesquisa que deu origem à publicação dessas entrevistas inéditas de Florestan Fernandes, bem como aos ensaios críticos publicados nesta segunda parte do livro, se intitula justamente “Florestan Fernandes e os dilemas sociais brasileiros: história do tempo presente”.

mas modernas autocráticas e fascistizantes, imperialistas, de hegemonia mundial do neoliberalismo.

Um dos traços centrais do estilo de reflexão de Florestan Fernandes nos ajuda a explicar como a elaboração da categoria de dilema racial brasileiro irá se vincular às suas caracterizações sociológicas das sociedades periféricas, subdesenvolvidas e de capitalismo dependente. A compreensão teórica do mundo social parte da reelaboração crítica das visões de mundo dos próprios agentes históricos. No que diz respeito ao estudo sobre as relações raciais em São Paulo, foi muito importante o vínculo de Roger Bastide e Florestan Fernandes com uma das frações hegemônicas do movimento negro que protagonizou o protesto antirracista entre as décadas de 1920 e 1950, na qual atuaram seus principais interlocutores do Projeto Unesco⁶. Por exemplo, numa importante nota conceitual e metodológica do capítulo terceiro, intitulado *O problema do negro na sociedade de classes*, do segundo volume de *A integração do negro na sociedade de classes*, o autor explica o uso complementar das categorias “preconceito de cor” e “discriminação racial”. Trata-se da nota de número quatro (Fernandes, 2008b, p. 427), na qual afirma, dentre outras coisas,

[...] que operamos com o termo “preconceito de cor” como uma categoria histórico-sociológica, construída pelos “negros” e, em larga medida, com-

6 É preciso observar que as relações de Roger Bastide e Florestan Fernandes com o movimento negro da época se deu com uma das suas frações mais hegemônicas, a saber, aquele setor pertencente à Frente Negra Brasileira (FNB) que defendia uma perspectiva de integração e assimilação à sociedade nacional. Essa característica da Frente Negra sempre levou o sociólogo paulistano a afirmar que se tratava de um movimento que se restringia a mudanças dentro da própria ordem capitalista, o qual, apesar disso, assumia uma dimensão revolucionária dada a conformação ultraretrógrada da sociedade brasileira em termos da concentração racial de riqueza, prestígio, cultura e poder (Fernandes, 2007, p. 295-307). No entanto, a Frente apresentava subdivisões internas muito fortes, levando, inclusive, a cisões de como a do grupo de José Correia Leite, que se aglutinava em torno do jornal *Clarim da Alvorada*. Foi com base nos depoimentos deste último que Renato Jardim Moreira, então principal assistente da pesquisa vinculado a Florestan Fernandes, elaborou um estudo de caso do movimento negro paulistano. Nesse sentido, a interpretação do movimento negro contida nos escritos de Florestan possui uma forte marca da visão dos acontecimentos transmitida por José Correia Leite, o qual costumava afirmar sua simpatia pelo ideário socialista. Por isso a interpretação de Florestan Fernandes do movimento negro da época termina por assumir um tom mais radical do que outras interpretações da Frente Negra Brasileira. Além da Frente Negra, havia outras tendências não hegemônicas que, embora mencionadas em *A integração do negro*, não recebem o mesmo tratamento mais aprofundado. O artigo de Petrônio Domingues (2007) traça um panorama geral das diferentes frações do movimento negro à época da FNB. Seria oportuno lembrar que, com o Movimento Negro Unificado (MNU), fundado em fins da década de 1970, a luta antirracista passa a se vincular a uma perspectiva anticolonialista e, ao mesmo tempo, os objetivos assimilacionistas são substituídos pela afirmação das diferenças. Essa orientação ideológica estava em forte sintonia com as concepções contidas em *O negro no mundo dos brancos* (Fernandes, 1972/2007), livro publicado alguns anos antes, no qual se caracterizava o racismo como vinculado ao capitalismo dependente no Brasil e se delineava uma concepção de nação em que, ao invés de “integrar por exclusão”, como tem sido até hoje o caso, as diferenças culturais dos negros e dos povos originários fossem respeitadas e integradas “por multiplicação”. Quanto ao primeiro aspecto, o das relações entre racismo e capitalismo, as páginas a seguir irão abordar com maior profundidade o assunto; quanto ao segundo, remetemos as/os leitoras/es a uma visão radical de Brasil que está presente em Florestan Fernandes, que se posiciona contra o “branqueamento” cultural do negro e defende o respeito às diferenças numa noção mais plástica e rica de Brasil (Fernandes, 2007, p. 33-36).

partilhada pelos “brancos”. O que caracteriza essa categoria, como mencionamos, é seu caráter compreensivo. Ela funde as duas noções técnicas, de preconceito racial e discriminação racial (Fernandes, 2008b, p. 593).

Mais adiante nessa extensa nota explicativa, Florestan Fernandes pondera que os dois conceitos complementares

[...] podem ser considerados nos diversos níveis da análise sociológica (da ação e das relações sociais; do comportamento coletivo; da socialização e organização da personalidade; das normas, representações e valores sociais; ou da diferenciação e integração dos sistemas sociais). Em nossa investigação, [...] concentramos a análise nos aspectos estruturais e dinâmicos das conexões entre o preconceito racial, a discriminação racial e os padrões de integração da ordem social. Assim, o preconceito racial foi explicitamente referido à natureza de suas funções, como fonte de legitimação de opiniões, avaliações e representações sociais, que motivam, calibram e orientam atitudes e comportamentos sociais; e a discriminação racial foi explicitamente referida como parte do conjunto de processos que configuram, graduam e regulam as disparidades resultantes da superposição existente entre estratificação social e estratificação racial no sistema social total (Fernandes, 2008b, p. 593-594).

Ainda sobre o caráter complementar dos dois conceitos e suas implicações metodológicas, em termos da focalização simultânea de fenômenos diacrônicos/históricos e sincrônicos/estruturais, dirá:

Essa focalização permitiu compreender a complementaridade dos dois conceitos e das análises correlatas. Doutro lado, favoreceu uma orientação descritiva que procura combinar a análise de regularidades de coexistência com a análise de regularidades de sequência, consideradas em termos da variação dos padrões de integração da ordem social (Fernandes, 2008b, p. 594).

Por fim, Florestan Fernandes não enxerga o preconceito e a discriminação raciais como apanágio exclusivo da sociedade de classes. A sua diferença, no entanto, em relação às sociedades de castas e estamentos, reside em que, na sociedade de classes, “surtem condições e processos sociais que configuram ambas as manifestações [do preconceito e da discriminação] como ‘injustas’, ‘indesejáveis’ e ‘perigosas’ para o equilíbrio do sistema de poder da sociedade global” (Fernandes, 2008b, p. 594). A leitura atenta desta nota de rodapé joga por terra interpretações errôneas das teses de Florestan Fernandes sobre as relações raciais na sociedade

de classes. Por exemplo, de que o racismo, por ser uma sobrevivência ou resquício do passado, não teria funções a preencher nessa nova sociedade, quando indica que seus objetivos foram apreender a função do preconceito e da discriminação nos padrões de integração da ordem social; de que, por sua análise ser marxista, teria um caráter economicista, quando o próprio autor afirma explicitamente ter combinado a perspectiva histórica com a análise funcional (ou seja, embora possa ter influências do método dialético, seu trabalho não seria exatamente marxista); ou, ainda, de que a sociedade de classes em seu desenvolvimento normal e espontâneo eliminaria o racismo, pois afirmar que a ordem social da sociedade de classes, denominada de *competitiva*, propaga no seu sistema axiológico valores que condenam as manifestações do preconceito e da discriminação raciais seria algo muito diferente de sustentar que a “sociedade de classes” e sua respectiva “ordem social competitiva” no curto, médio ou longo prazo iriam eliminar completamente o racismo.

Na verdade, Florestan Fernandes está chamando atenção para uma das características do “dilema racial”, a inconsistência entre a prática real dos agentes sociais, racista, discriminatória e preconceituosa, e os valores verbal e hipocritamente assumidos no plano exclusivo de compensações psicológicas, simbólicas e culturais. Como será visto mais adiante, a tese do autor, quando escreveu *A integração do negro na sociedade de classes*, seria que o racismo estaria se tornando uma dimensão estrutural da sociedade de classes no Brasil e, por isso, constituindo-se como funcional para a reprodução do subdesenvolvimento e manutenção do privilégio das elites brancas das classes dominantes. Essa longa digressão se fez necessária devido à reiteração de críticas infundadas que, ou se baseiam em leituras de segunda mão, ou em uma leitura apressada que não se propõe a apreender precisamente o sentido dos conceitos, métodos e teorias produzidos pelo sociólogo paulistano, retirando-os de contexto e causando graves deturpações. Muito pelo contrário, suas conclusões dão margem a uma compreensão teórica da indissociabilidade entre racismo, colonialismo e capitalismo dependente. De modo que uma leitura abrangente do conjunto da obra sociológica de Florestan Fernandes, ao mesmo tempo diacrônica e comparativa do conjunto de seus textos, conduz a uma compreensão bastante diversa.

Um aspecto a se considerar, contudo, seria que nem sempre os vínculos conceituais entre racismo (ou, como diria Florestan Fernandes, pre-

conceito de cor e discriminação racial) e as caracterizações sociológicas sobre o subdesenvolvimento e o capitalismo dependente estão devidamente estabelecidos em todos os trabalhos do nosso autor que versam sobre as classes sociais. Um exemplo disso seria o comentário ao texto da comunicação de Florestan Fernandes ao seminário sobre classes sociais, ocorrido na cidade de Mérida, no México, entre os dias 13 e 18 de dezembro de 1971, feito pelo seu colega antropólogo Rodolfo Stavenhagen⁷:

[...] o problema do conflito se apresenta, também, em outros níveis, dos quais não se pode prescindir na análise das classes sociais. Com efeito, em quase todos os países latino-americanos pode-se advertir a combinação de conflitos e atritos interétnicos. Isto acontece desde cedo nas regiões indígenas, porém também em países como o Brasil, onde existe uma numerosa população negra. O próprio professor Fernandes é autor de várias obras já clássicas sobre os negros no Brasil, e me senti um pouco frustrado ao não ver em sua colocação uma análise conceitual destes problemas que ele também conhece (Stavenhagen, 1977, p. 252).

A ausência constatada por Stavenhagen possui fundamento, pois se no referido texto houver alguma menção à raça, tal referência seria muito pontual. O vínculo maior que aí se estabelece seria entre subdesenvolvimento, capitalismo dependente e descolonização interrompida. A crítica de Stavenhagen talvez tenha até mesmo atuado como um estímulo para que Florestan Fernandes elaborasse com maior profundidade as conexões entre racismo e capitalismo dependente, muitas vezes já implícitas em sua crítica sociológica do caráter fechado da ordem social competitiva. Em contraste, nos seus depoimentos sobre sua trajetória intelectual, a pesquisa sobre o negro teria sido a porta principal de entrada para suas investigações sobre o subdesenvolvimento, a dependência e a revolução burguesa no Brasil. Referindo-se à sua participação no Projeto Unesco sobre relações raciais em São Paulo, dirá:

De qualquer maneira, os resultados teóricos foram muito importantes, inclusive porque eu descobri os papéis do fazendeiro e do imigrante na transformação de toda a economia e podia ligar esses papéis ao processo global da revolução burguesa no Brasil.

De um ângulo teórico, portanto, esse foi o trabalho que teve maiores con-

7 Além de Rodolfo Stavenhagen, foram debatedores do texto de Florestan Fernandes o argentino Jorge Graciarena e o mexicano Jorge Martínez Ríos. O trabalho do sociólogo brasileiro foi depois publicado em Florestan Fernandes. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. São Paulo: Global, 2010.

seqüências para mim, seja para conhecer o Brasil como sociedade nacional, seja para chegar à temática da sociologia do subdesenvolvimento e da dependência (Fernandes, 1978, p. 95-96).

Num outro registro, em depoimento concedido no ano de 1981, Florestan Fernandes aproxima sua pesquisa sobre o negro a suas reflexões sociológicas sobre as sociedades periféricas e, mais uma vez, ao processo da revolução burguesa:

[...] na verdade, todo o problema da dinâmica da sociedade de periferia, eu acabei levantando teoricamente nos trabalhos que se iniciam no fim da década de 1950, início da década de 1960 em alguns ensaios. Mas realmente a investigação empírica e o trabalho de interpretação rigorosa começam apenas com o estudo do negro. Há uma tendência de chamar o estudo do negro de um estudo de relação racial. Ele não é bem isso. É um estudo de relação racial, mas não feito para esgotar a problemática nos termos em que os norte-americanos converteram a relação racial, numa análise que não questiona a sociedade, nem as classes, nem o capitalismo. [...] a investigação sobre o negro me permitiu ir além das fronteiras da extinção dos indígenas, dos povos livres⁸. Eu pude apanhar toda a dinâmica da sociedade escravista e toda a passagem do escravismo para o trabalho livre e as limitações que isso sofre. E com isso a minha inteligência da revolução burguesa na periferia ganha uma outra dimensão (Fernandes, 2008c, p. 130-131).

Tais relações entre a questão racial e os dilemas históricos do subdesenvolvimento, do capitalismo dependente e da (contra)revolução burguesa no Brasil são estabelecidas, portanto, pelo próprio Florestan Fernandes. No entanto, o essencial seria verificar em que medida as conexões de sentido acima indicadas entre seus diferentes temas de investigação despontam, efetivamente, nos seus escritos. No caso da revolução burguesa, seria mais do que evidente, pois a seção dois – *O negro e a revolução burguesa* – do capítulo intitulado *O negro na emergência da sociedade de classes*, do primeiro volume de *A integração do negro* (Fernandes, 2008a), trata da situação politicamente desvantajosa do negro na emergência da “ordem social competitiva” e do processo da revolução burguesa, sempre em comparação aos tipos ideais do “fazendeiro do café” e do “imigrante”. Nesse sentido, dirá:

8 O contexto em que Florestan Fernandes produz seus trabalhos de antropologia social sobre a civilização *tupinambá*, em meados do século XX, estava permeado pela noção de “destribilização” e integração dos povos indígenas à sociedade nacional. No momento político atual dos movimentos sociais dos povos originários na América Latina, essa perspectiva estaria datada historicamente.

Os dois fatores humanos básicos nesse processo, tal como ele se desenrolou em São Paulo (no estado e em sua capital), no período compreendido entre a última década do século XIX e o primeiro quartel do século XX, foram o “fazendeiro do café” e o “colono” [no caso, imigrante]. [...] [Comparativamente], [o] que há de essencial, para a análise da posição do negro e do mulato na ordem econômica e social emergente, é que eles foram excluídos, como categoria social, das tendências modernas de expansão do capitalismo em São Paulo (Fernandes, 2008a, p. 69, 72).

A exclusão é um processo político, pois sendo uma “revolução” feita pelo branco, para o branco e nos interesses do branco, a Abolição não representou um acontecimento de caráter efetivamente revolucionário – o que teria sido se as impulsões igualitárias mais radicais do movimento abolicionista tivessem se concretizado historicamente. Por isso que a Abolição foi caracterizada, por Florestan Fernandes, como “uma espoliação extrema e cruel” (Fernandes, 2008a, p. 29) a que fora submetido o ex-agente do trabalho escravo no Brasil. O negro foi jogado à sua própria sorte e não obteve qualquer assistência ou garantias para sua inserção no mercado de trabalho. De outro lado, em relação aos nexos entre a questão racial e os dilemas do subdesenvolvimento e do capitalismo dependente, uma das passagens do ensaio *Os aspectos políticos do dilema racial brasileiro*, escrito provavelmente entre 1971 e 1972, vincula muito explicitamente o negro aos dilemas das sociedades capitalistas periféricas. A citação se concentra na comparação entre os casos de segregação racial aberta nos Estados Unidos e África do Sul e a situação brasileira, de suposto racismo “cordial”, não menos violento e desumano nas suas consequências mais nocivas para a coletividade. Nesses termos, dirá sem quaisquer subterfúgios Florestan Fernandes:

[...] embora não exista, para a estrutura econômica da sociedade de classes brasileira, qualquer interesse em evoluir para o padrão sistemático de preconceito e de discriminação raciais (como o que existe nos Estados Unidos ou na África do Sul), o tipo de capitalismo dependente e subdesenvolvido imperante não pode prescindir da concentração racial da renda e do poder (e, em consequência, das formas pré ou subcapitalistas de exploração e de expropriação econômicas e de dominação política que ela envolve) (Fernandes, 2007, p. 305).

Essas afirmações refletem, nitidamente, uma vigorosa compreensão teórica da estruturação racista do capitalismo periférico e dependente bra-

sileiro, cuja configuração histórica se constrói pela combinação coetânea de formas não contemporâneas de exploração, espoliação e dominação, como as de tipo especificamente capitalista baseadas na extração de mais-valia relativa, e aquelas pré ou subcapitalistas, vinculadas à reatualização de padrões colonialistas de relações políticas e sociais em plena sociedade de classes. Para chegar a tais conclusões, no entanto, foi necessário que se pudesse desvelar antes os mecanismos perversos de articulação entre estruturas de estratificação racial e social, existentes no seio da própria ordem social competitiva. Para Florestan Fernandes, esses dois tipos de estratificação se reforçam mutuamente e chegam a impor barreiras políticas à ascensão coletiva do povo negro e, conseqüentemente, destroem as possibilidades de consolidação da democracia no Brasil. Nesse sentido, os limites da ordem social competitiva de uma sociedade de classes como a brasileira se revelam justamente quando os movimentos negros organizados decidem protestar e lutar para transformar, em direções igualitárias e verdadeiramente democráticas, o *status quo* racial dominante e eliminar de seus horizontes históricos, de uma vez por todas, o racismo como estilo de vida e forma de autoprivilegiamento político, cultural, educacional, social e econômico. Por essa razão, uma dimensão essencial das pesquisas de Fernandes sobre o negro será a investigação dos processos históricos de constituição dos movimentos políticos antirracistas ou, nos seus termos mais exatos, de luta contra o preconceito de cor e a discriminação racial. Sem considerar a dimensão do protesto negro, o dilema racial não passa de uma categoria sociológica abstrata, vazia de conteúdo histórico. Imersa nos desafios políticos da história em processo, a análise de Florestan Fernandes apreende numa mesma totalidade dialética, complexa e contraditória, as condições objetivas da desigualdade racial e a consciência política contestatória do movimento negro.

A caracterização histórico-sociológica do “dilema racial brasileiro” não se resume num único texto de Florestan Fernandes. Para se alcançar uma visão compreensiva desse dilema, seria necessário reler passo a passo toda sua obra pertinente, identificando em cada trecho como foi montando suas categorias interpretativas e o modo muito peculiar de suas interações conceituais. Um trabalho desse tipo demandaria uma releitura diacrônica e de reconstituição histórica numa sequência cronológica do conjunto de sua produção sobre o negro, desde os resultados da Pesquisa Unesco (Bastide; Fernandes, 2008), passando por *A integração*

do negro na sociedade de classes (Fernandes, 2008b) e *O negro no mundo dos brancos* (Fernandes, 2007), até seus últimos escritos mais relevantes a esse respeito contidos na edição mais recente de *Significado do protesto negro*⁹ (Fernandes, 2017), para demonstrar como seus conceitos foram sendo formulados, redefinidos, reelaborados e ressignificados, às vezes com abandono de algumas ideias e incorporação de novos sentidos. Seria impossível neste momento realizar uma tarefa de tal magnitude, a qual só será viável mediante esforços coletivos e cooperativos, mas que se faz fundamental para recompor, rigorosamente em termos precisos, aquilo que o próprio Florestan Fernandes afirmou a partir do que efetivamente está escrito em seus trabalhos e não de interpretações unilaterais, muitas vezes enviesadas e tendenciosas. No presente momento, só teremos condições de apresentar algumas conclusões provisórias e, para tanto, selecionamos três textos que sintetizam as principais teses de Florestan Fernandes sobre o dilema racial: a seção intitulada *O dilema racial brasileiro* do capítulo final do segundo volume de *A integração do negro na sociedade de classes* (Fernandes, 2008b); *A persistência do passado*, produzido originalmente no ano de 1965 para a *Conferência sobre Raça e Cor*, realizada em Copenhague, e depois republicado no livro *O negro no mundo dos brancos* (Fernandes, 2007); por fim, o aqui já citado *Os aspectos políticos do dilema racial brasileiro*, uma espécie de síntese política e teórica das ideias do autor sobre a questão racial no início dos anos 1970, publicado em *O negro no mundo dos brancos* (Fernandes, 2007). Aí se encontram reunidas as construções teóricas e políticas mais densas de Florestan Fernandes sobre a categoria sociológica de “dilema racial” a partir da sociedade de classes brasileira.

Na primeira definição mais sistematizada do dilema racial, tomando o exemplo concreto de São Paulo, “uma das comunidades industriais em que o regime de classes sociais se desenvolveu de modo mais intenso e homogêneo no Brasil”, afirma Florestan Fernandes que esse dilema “se caracteriza pela forma fragmentária, unilateral e incompleta com que esse regime consegue abranger, coordenar e regulamentar as relações raciais”. Tais relações “não são totalmente absorvidas e neutralizadas, desaparecendo atrás das relações de classes”. Na verdade, as relações raciais irão se sobrepor a estas últimas, as relações de classes, “mesmo onde e quando as

⁹ Aqui se escolheu referir a mais recente edição, pois nela está contida como apêndice o texto *Consciência negra e transformação da realidade*, projeto de emenda constitucional do então deputado Florestan Fernandes para o capítulo *Dos Negros*, do título *Da ordem social*, de leitura indispensável.

contrariam, como se o sistema de ajustamentos e de controles sociais da sociedade de classes não contivesse recursos para absorvê-las e regulá-las socialmente” (Fernandes, 2008b, p. 571). No parágrafo seguinte, irá definir mais precisamente o dilema racial como um “fenômeno estrutural de natureza dinâmica”, que se manifesta nos “diferentes níveis das relações raciais”, sendo assim facilmente identificado, por exemplo:

[...] nos lapsos das ações dos indivíduos que acreditam “não ter preconceito de cor”; nas inconsistências das atitudes, normas e padrões de comportamento interracial; nos contrastes entre a estereotipação negativa, as normas ideais de comportamento e os comportamentos efetivos nos ajustamentos raciais; nos conflitos entre os padrões ideais de cultura, que fazem parte do sistema axiológico da civilização brasileira; nas contradições entre os tipos ideais de personalidade e os tipos de personalidade básica modelados através dessa civilização etc. (Fernandes, 2008b, p. 571).

Após listar as múltiplas dimensões das formas de expressão do dilema racial, irá identificar sua origem numa “causa geral e comum”, a saber: “os requisitos estruturais e funcionais da sociedade de classes só se aplicam fragmentária, unilateral e incompletamente às situações de convivência social em que os *socii* se apresentam, se consideram e se tratam como *brancos* e *negros*” (Fernandes, 2008c, p. 571-572; grifos no original). Em seguida, irá concluir:

Em outras palavras, as estruturas da sociedade de classes não conseguiram, até o presente, eliminar normalmente as estruturas preexistentes na esfera das relações raciais, fazendo com que a **ordem social competitiva** não alcance plena vigência na motivação, na coordenação e no controle de tais relações (Fernandes, 2008c, p. 572; grifo nosso).

A situação ambígua apontada por Florestan Fernandes é que, a partir dos valores sagrados da ordem social competitiva, todos os indivíduos deveriam dispor de certa igualdade de oportunidades ou que essas disparidades não fossem, pelo menos, das mais perversas e gritantes. Assim, os padrões assimétricos de relações raciais – herdados do antigo regime senhorial, que se prolongaram no Brasil Império e durante as primeiras décadas da República permaneceram quase intactos, sofrendo algumas impulsões igualitárias apenas em meados do século XX, quando o negro consegue se classificar no sistema de classes, ainda que nas posições mais baixas – não entram em colapso, como supostamente deveriam entrar

se a história se realizasse num plano ideal, com a emergência do capitalismo. Isso é uma mera constatação. Mas, mesmo assim, por reputar como “injustas”, “indesejáveis” e “perigosas” (Fernandes, 2008b, p. 594) para o equilíbrio societário as manifestações de preconceito e discriminação raciais, essa ordem social competitiva abre algumas possibilidades de integração do negro na sociedade de classes que, no entanto, na realidade brasileira permanecem incompletas. Seria justamente essa incompletude que Florestan Fernandes estava se propondo “compreender e explicar geneticamente” como um “fenômeno de demora cultural”. Sua explicação se desdobra em diferentes níveis, entre si interligados, que trabalham uma imagem complexa de padrões estruturais *normais* e *patológicos*. Recorrendo a um procedimento de comparação ideal entre dois sistemas sociais distintos, o de uma ordem social competitiva em suas plenas potencialidades civilizatórias e outro de uma ordem social competitiva que convive espontaneamente com iniquidades avessas a seus *mores* sagrados, o padrão estrutural que delineia, para a sociedade brasileira no terreno das relações raciais, seria num primeiro momento, quando redige o seu texto em 1964, de tipo patológico. A única maneira de corrigir o problema seria eliminando o racismo, para que a ordem social competitiva pudesse se desenvolver normalmente. Ou seja, para Florestan Fernandes, não seria o racismo que seria eliminado com a evolução espontânea da ordem social competitiva e, sim, a eliminação do racismo que poderia destravar as potencialidades históricas da sociedade de classes no Brasil. Muitos de seus críticos invertem essa equação e, por isso, não são capazes de perceber os rumos posteriores de seu pensamento sobre a questão racial, o qual irá cada vez mais se aprofundar na compreensão das contradições específicas do capitalismo dependente. Reconstituindo exatamente suas ideias em *A integração do negro*, tem-se uma caracterização que, apesar de densa teoricamente, não integra os dois padrões estruturais, o patológico e o normal, num mesmo e único sistema social total. Para nos aproximarmos com exatidão de suas ideias a esse respeito, será preciso recorrer a uma recomposição, forçosamente extensa, de algumas passagens de sua *magnum opus* sobre o negro brasileiro:

Ele [o dilema racial] se produz, de forma recorrente, porque o “negro” sofre persistentes e profundas pressões assimilacionistas e, apesar de responder a elas através de aspirações integracionistas ainda mais profundas e persistentes, não encontra vias adequadas de acesso às posi-

ções e aos papéis sociais do sistema societário global. Para que sucedesse o contrário, seria preciso que ambas as pressões se combinassem, pelo menos, a uma equiparação social progressiva entre “negros” e “brancos”. Isso nos ensina, pois, algo muito importante. O dilema racial brasileiro constitui um **fenômeno social de natureza sociopática e só poderá ser corrigido por meio de processos que removam a obstrução introduzida na ordem social competitiva pela desigualdade racial** (Fernandes, 2008b, p. 572; grifos nossos).

A questão seria sociológica, não só por conta do racismo do branco, que “traduz a persistência indefinida de padrões iníquos de concentração racial da riqueza, do prestígio e do poder”, ou, de outro lado, porque a grande maioria do povo negro “sofre **prejuízos materiais e morais incompatíveis com os fundamentos legais da própria ordem social estabelecida**” (Fernandes, 2008b, p. 572; grifos nossos, aqui para destacar a própria definição sociológica de dilema antes apresentada). Na verdade, a questão se apresenta como sociológica, para Florestan Fernandes, porque o “mal crônico [...] mais grave e pernicioso” reside na ausência “das condições mínimas de diferenciação e de integração normais de um sistema social” (Fernandes, 2008b, p. 572). Perduradas indefinidamente tais condições, a sociedade ficará “condenada a formas anormais ou subnormais de desenvolvimento interno” (Fernandes, 2008b, p. 573). Valendo-se de uma terminologia durkheimiana, o nosso autor afirma que essa sociedade “jamais pode se expandir até os limites de diferenciação e de integração normais, a que poderia atingir idealmente”, ou seja, “ela [a sociedade] não concretiza as potencialidades de desenvolvimento, asseguradas pelo tipo de civilização correspondente” (Fernandes, 2008b, p. 573). Nas sutilezas do raciocínio de Florestan Fernandes, seu experimento ideal revela o caráter estruturalmente patológico da sociedade brasileira. Assim, a correção do dilema racial surge como uma tarefa política urgente, pois seu grau de desestruturação crônica só poderá conduzir à reprodução cada vez mais ampliada de formas simbólicas, institucionais, materiais e sociais de violência que, apesar dos pungentes e indescritíveis dramas humanos daí ocasionados, geram indiferença à situação do outro e reações irracionalmente negativas às tentativas históricas de destruir a concentração racial de riqueza, prestígio, cultura e poder. Em suas palavras, a correção de tal situação sociopática deveria interessar à coletividade como um todo:

Ora, o dilema racial brasileiro nos coloca diante de uma realidade dessa espécie. O desenvolvimento da ordem social competitiva encontrou um obstáculo, está sendo barrado e sofre deformações estruturais na esfera das relações raciais. Desse ponto de vista, a correção de semelhante anomalia não interessa, primária e exclusivamente, aos agentes do drama, inclusive o que é prejudicado de modo direto e irremediável. Ela constitui algo de interesse primordial para o próprio equilíbrio do sistema, ou seja, para a normalidade do funcionamento e do desenvolvimento da ordem social como um todo. [...] A própria situação existente nasce, em larga parte, do fato de a desigualdade racial ser percebida, explicada e aceita socialmente como *algo natural, justo e inevitável*, como se a ordem social competitiva não alterasse o antigo padrão de relação entre o “negro” e “branco” (Fernandes, 2008b, p. 573; itálicos no original).

Após esse trecho, Florestan Fernandes indica como “única fonte dinâmica de influência corretiva irrefreável” das desigualdades raciais “a própria expansão da ordem social competitiva” (Fernandes, 2008b, p. 573). Os mais desavisados tomariam essa rápida passagem como a prova de que, segundo sua visão, o próprio capitalismo eliminaria as desigualdades raciais. Logo em seguida, porém, afirma, primeiro, que tais modificações espontâneas atuam de modo demasiado lento e instável (Fernandes, 2008b, p. 574) e, por isso, podem ser anuladas; segundo, constata que essas impulsões igualitárias no interior da ordem social competitiva não excluem a possibilidade oposta de uma conciliação entre as desigualdades especificamente raciais e as de classe: “As tendências descobertas não excluem a possibilidade de uma conciliação entre as formas de desigualdade inerente à sociedade de classes e os padrões herdados de desigualdade racial” (Fernandes, 2008b, p. 574). No momento em que redigia sua tese de cátedra, entre janeiro de 1963 e abril de 1964, às vésperas do Golpe de Estado que implantou a ditadura empresarial-militar, Florestan Fernandes procurava pensar em termos da abertura de alternativas históricas, dependendo assim dos movimentos negros, e não do desenvolvimento espontâneo da ordem social competitiva, a possibilidade de eliminar as desigualdades raciais na luta contra o racismo constitutivo da sociedade brasileira. A caracterização sociológica do dilema racial o conduz a uma conclusão política, a qual será aprofundada com maior densidade teórica em seus trabalhos posteriores. No entanto, no livro *A integração do negro* essa certeza histórica já estará estabelecida. Nas suas próprias palavras, dirá:

[...] **a única força de sentido realmente inovador, e inconformista, que opera em consonância com os requisitos de integração e desenvolvimento da ordem social competitiva, procede da ação coletiva dos “homens de cor”**. Desse lado, a reorganização dos movimentos reivindicatórios e sua calibração ao presente parece algo fundamental. Hoje, o “meio negro” está mais diferenciado. Esses movimentos deveriam atender à variedade de interesses sociais, econômicos e culturais que emergiram no seio da “população de cor”. Contudo, desde que se desse maior atenção à necessidade de envolver os “brancos” em tais movimentos, essa variedade de centros de interesses seria um fator positivo, pois facilitaria uma compreensão mais rápida do pluralismo democrático em uma sociedade de classes multirracial (Fernandes, 2008b, p. 574; grifos nossos).

Essas palavras foram escritas muito antes da construção histórica do Movimento Negro Unificado (MNU) em fins da década de 1970 e, de certa forma, mesmo estando contido pela linguagem aos limites de uma tese acadêmica, Florestan Fernandes defende a necessidade política e social do protesto negro. Uma hipótese a ser explorada é que, ao se revestirem de um caráter combativo mais acentuado e, portanto, político, a integração teórica de sua noção de dilema racial ganhará em profundidade e consistência. Não se trata mais de um padrão idealmente elaborado de “ordem social competitiva”, em contraste comparativo com sua variação patológica real, mas seria precisamente o caráter sociopático das desigualdades raciais, provocadas por um racismo estrutural e sistemático, que conformam os padrões societários de uma sociedade capitalista periférica, de origem colonial, subdesenvolvida e dependente. A nosso ver, essa será sua visão na década de 1980 e a totalidade dos textos reunidos em *Significado do protesto negro* (Fernandes, 2017) não deixa dúvidas. Mas seria em alguns dos escritos reunidos em *O negro no mundo dos brancos* (Fernandes, 2007) que podemos acompanhar as reelaborações, agora num plano mais político e ideológico, da sua noção sociológica de dilema racial. Assim, essa noção assume dimensões e um sentido qualitativamente novos. Dado, contudo, que os elementos essenciais característicos do dilema racial brasileiro já foram indicados anteriormente, essa hipótese ficará aqui apenas sugerida para futuros trabalhos e, por isso, nos limitamos a abordar duas questões fundamentais na compreensão das ideias de Florestan Fernandes sobre as relações estruturais entre racismo e capitalismo. Essas questões são: a reprodução persistente do passado colonial na peculiar modernidade brasileira e as interações dialéticas entre racismo/colonialismo e capitalismo dependente.

Um dos ângulos de observação em que Florestan Fernandes se posicionou para investigar o desenvolvimento da ordem social competitiva, sob o prisma da análise sincrônica das funções do preconceito de cor e da discriminação racial na emergência de estruturas sociais baseadas na categoria do trabalho livre, lhe possibilitou apreender como padrões típicos do sistema de castas e estamentos se reproduziram na moderna sociedade de classes¹⁰. Não se tratava de meros resquícios ou sobrevivências do passado, mas justamente de como esse passado se reproduzia no presente. Um ano após ter apresentado sua tese de cátedra, Florestan Fernandes aprofunda sua interpretação do peso ou persistência do passado, retomando sua caracterização sociológica da ordem social competitiva. Sua preocupação central, mais uma vez, seria explicar “como e por que a velha ordem racial não desapareceu com a Abolição e o término legal do regime de castas, prolongando-se no presente e **ramificando-se pelas estruturas sociais criadas graças à universalização do trabalho livre**” (Fernandes, 2007, p. 105; grifo nosso). Algo que se ramifica nas estruturas de uma sociedade, a não ser que se brinque com os significados das palavras, não seria mero resquício ou sobrevivência, mas uma realidade que passa a desempenhar funções específicas nas transformações sociais emergentes. Ao focalizar o dilema racial como um caso particular de “demora cultural”, que deita “suas raízes em fenômenos de estratificação social” (Fernandes, 2007, p. 105-106), nosso autor investiga como estruturas distintas de estratificação e desigualdades, não sendo tipos sociológicos ideais ou puros, na realidade histórico-concreta se combinam de maneira muito peculiar na realidade brasileira, como se os princípios definidores e diferenciadores dos regimes de castas, de estamentos ou de classes fossem solidários e se retroalimentassem. Para Fernandes, as desigualdades raciais se prolongam

[...] em níveis e segundo um padrão sociocultural estranho à ordem social competitiva e a uma sociedade multirracial democrática. Como se o passado se reproduzisse continuamente no presente, a concentração racial da renda, do prestígio social e do poder engendra um arcabouço social que

10 Um exemplo dessa análise funcional, mais circunscrita às “situações de convivência que abrangem pequeno número de pessoas”, pode ser encontrado em Fernandes (2008b, p. 545-553). Tais funções são divididas em *manifestas* e *latentes*, de acordo com as categorias raciais de “negros” e “brancos”. Os dados utilizados por Florestan se baseiam nos depoimentos pessoais colhidos durante a realização do Projeto Unesco no início dos anos 1950. Embora sejam informações pertinentes a situações de interações que se realizam no microcosmo das relações sociais, os esforços de reconstrução histórica mais amplos e de caracterização do padrão estrutural da ordem social competitiva projetam os estudos de caso aí reunidos nos horizontes mais amplos da sociedade brasileira tomada como um sistema social inclusivo.

nada (ou muito pouco) ostenta de competitivo, de igualitário e de democrático em suas linhas raciais. Os brancos desfrutam de uma hegemonia completa e total, como se a ordem social vigente fosse, literalmente, uma combinação híbrida do regime de castas e do regime de classe. No que diz respeito à integração do branco ao sistema de relações sociais, só o último regime possui vigência plena. Quando se trata do negro ou do mulato, porém, os dois regimes se combinam de formas variáveis, sempre fazendo com que influências arcaicas operem livremente, **revitalizando** de modo extenso e profundo uma ordem racial que já deveria ser uma relíquia histórica (Fernandes, 2007, p. 117; grifos nossos).

Mais adiante, as tendências de incorporação do racismo (preconceito de cor e discriminação racial) ao regime de classes, são explicitamente afirmados por Florestan Fernandes, não deixando dúvidas sobre suas posições:

A concentração racial da renda, do prestígio social e do poder, as tendências muito débeis de correção dos efeitos negativos que ela provoca inexoravelmente e as propensões etnocêntricas e discriminativas poderão facilitar a absorção gradual do paralelismo entre “cor” e “posição social” pelo regime de classes. Parece indubitável que essa ameaça existe (Fernandes, 2007, p. 126).

Ainda no mesmo parágrafo e referindo-se às impossibilidades (não num sentido fatalista, mas das condições concretas de construção políticas então dadas) históricas e estruturais de edificação de uma verdadeira democracia racial no Brasil, afirma de maneira coerente com toda sua argumentação anterior:

[...] a democracia racial fica entregue ao seu destino, sem ter campeões que a defendam como um valor absoluto. **Se a formação e o desenvolvimento espontâneo das classes sociais enredarem a desigualdade racial na desigualdade inerente à ordem social competitiva, então ela estará fatalmente condenada.** Continuará a ser um belo mito, como se dá na atualidade (Fernandes, 2007, p. 126-127; grifos nossos).

Por fim, talvez num de seus ensaios mais densos teórica e politicamente, no qual retoma a sua análise do movimento negro, Florestan Fernandes eleva à enésima potência a importância crucial da dimensão política para se compreender o dilema racial. De um fenômeno de “demora cultural”, o dilema se transforma num fenômeno de permanência estrutural de desigualdades sociais – num mesmo tempo histórico e nas particularidades de uma mesma sociedade, no caso a brasileira – baseados em princípios

de estratificação incompatíveis no plano lógico-conceitual, mas que efetivamente se combinam e inter cruzam em situações sociais específicas. Assim, a demora cultural não seria um mero descompasso entre esferas da vida social que se alteram em ritmos distintos, sendo apenas uma questão de tempo para se ajustarem. Ao contrário, essa demora se torna um traço permanente na combinação estrutural das desigualdades raciais e sociais, explicadas pela hegemonia política dos estratos raciais dominantes. Em *Aspectos políticos do dilema racial brasileiro*, do início da década de 1970, Florestan Fernandes caracteriza essa dimensão política do dilema racial nos seguintes termos:

O dilema social constitui um **fenômeno sociológico essencialmente político**. Ele tem raízes econômicas, sociais e culturais; produz efeitos ramificados em todas essas direções. Todavia, a sua própria existência só é possível graças a certas estruturas de poder, que o tornam inevitável e necessário. E a sua perpetuação, indefinida ou transitória, indica mais que isso, pois testemunha não só que grupos, classes ou raças dominantes são capazes de manter tais estruturas de poder, mas que, ao mesmo tempo, grupos, classes e raças submetidos à dominação são impotentes para impor sua vontade e corrigir a situação (Fernandes, 2007, p. 289; grifos nossos).

Nesse ensaio, dentre várias outras coisas, Florestan Fernandes retomará suas reflexões sobre o movimento negro (Fernandes, 2007, p. 295-307) a partir de toda documentação reunida em seu monumental estudo, concentrado em torno da Frente Negra Brasileira (1931-1937), tal como consta no primeiro capítulo do segundo volume de *A integração do negro*¹¹. Num momento de fechamento do regime ditatorial, foi muito significativo que Florestan tenha retomado, num tom mais radical, suas ideias sociológicas sobre o protesto negro. A elaboração de suas ideias sobre o capitalismo dependente e as primeiras formulações da categoria de “autocracia burguesa” estavam aí em plena ebulição. Também estava se dedicando, nesse momento exato, a caracterizar o tipo histórico de fascismo existente na América Latina¹². Tempos depois, em 1989, no prefácio da primeira edição de *Significado do protesto negro* (Fernandes, 2017), assim irá se referir a seus dois ensaios aqui em evidência, *Os*

11 Ver o capítulo *Os movimentos sociais no “meio negro”*, subdividido em duas partes: (1) Manifestação e objetivos dos movimentos sociais; (2) Uma ideologia de desmascaramento racial (Fernandes, 2008b, p. 7-134). O protesto negro também é focalizado no livro escrito em colaboração com Roger Bastide, no capítulo final intitulado *A luta contra o preconceito de cor* (Bastide; Fernandes, 2008, p. 224-262). O material utilizado para a elaboração desses referidos capítulos se encontra no Fundo Florestan Fernandes.

12 Ver seu texto, de 1971, *Notas sobre o fascismo na América Latina* (Fernandes, 1981).

aspectos políticos do dilema racial brasileiro e A persistência do passado:

O último capítulo de *O negro no mundo dos brancos* constitui um dos ensaios mais sofridos e sinceros que escrevi. Mas, na ansiedade de ver mudanças mais rápidas e profundas, imputei ao negro um papel radical que ele não poderia desempenhar, ainda menos sozinho. A nossa situação racial foi elaborada ao longo do desenvolvimento do modo de produção escravista e da sociedade senhorial. Atentei logo o quanto o passado moldara o presente, pois tratei do assunto no primeiro livro, a ele voltei nos outros e em 1965 escrevi um ensaio sobre o peso do passado. É preciso extirpar esse passado para que nos livremos dele. Essa não é uma tarefa exclusiva dos negros mais firmes e conscientes. Ela pertence a todos nós – e as transformações recentes permitem que nos unamos no mesmo combate, com os irmãos e companheiros negros à frente (Fernandes, 2017, p. 25).

Podemos nos perguntar: por que, sem vislumbrar qualquer possibilidade de ruptura do regime ditatorial naquele momento, como ele mesmo reconhece, Florestan Fernandes atribui ao negro um papel tão radical de negação da ordem? A resposta a essa questão nos conduz às seguintes descobertas: a) a formulação da categoria de “autocracia burguesa” não se deve apenas a um contato político de Florestan Fernandes com o pensamento marxista-leninista, mas também e fundamentalmente ao seu estudo sobre relações raciais na sociedade de classes; b) o tema da perpetuação do colonialismo na sociedade capitalista brasileira e o caráter interrompido da descolonização emerge igualmente das suas investigações das relações raciais; c) o mesmo pode ser dito de suas categorias interconexas de subdesenvolvimento e capitalismo dependente; d) por fim, o estudo sobre o negro evidencia uma das características mais cruéis, violentas e persistentes da autocracia burguesa no Brasil, a exclusão do povo do “poder político institucionalizado”¹³. É muito

13 Esta última característica da autocracia burguesa não restringe suas influências apenas ao negro, mas atua no povo como uma categoria mais ampla, pois este quase não conta ou tem suas possibilidades de participação marginalizada, mesmo no jogo político pluripartidário da democracia formal. As disputas eleitorais, dominadas pelo poderio empresarial e publicitário dos meios de comunicação de massa, favorecem as vitórias de candidatos alinhados ao discurso de conservação da ordem. Mesmo quando provenientes das camadas populares, tais candidatos são cooptados pelos partidos fisiológicos, paternalistas e conservadores. No caso de governos progressistas e reformistas, quando alcançam algumas posições-chave, ficam submetidos aos limites institucionais dessa “democracia restrita” e de “cooptação”. Num cenário assim, nos embates parlamentares entre direita e esquerda, o povo não se sente protagonista do processo e, no máximo, figura como mero espectador. A aparente apatia, na verdade, é que a política praticada no espaço institucional restrito não alcança, na forma da linguagem, os problemas cotidianos vividos pela maioria dos brasileiros pobres e com potencial de despertar uma autoconsciência crítica da situação. E, quando se consegue alcançar a linguagem do povo, isso se faz atualmente por meio de um discurso reacionário que potencializa os elementos conservantistas presentes nas camadas populares e nas classes trabalhadoras. Essa seria uma das lições que poderíamos retirar da releitura dos escritos de Florestan Fernandes sobre o dilema racial brasileiro.

significativo que, na passagem a seguir, Florestan Fernandes sinalize algumas conexões de sentido entre, de um lado, as categorias erigidas em seus estudos sociológicos sobre o negro brasileiro e, de outro, noções como capitalismo, colonialismo e autocracia produzidas em suas aproximações com o pensamento crítico latino-americano nos trabalhos sobre dependência:

As evoluções posteriores, ao longo do século XIX e da primeira metade do século XX, trazem consigo uma nítida tendência à consolidação do capitalismo moderno, do regime de classes e do Estado nacional. Não obstante, permanece uma invariável polarização elitista, que resulta da capacidade dos estratos sociais dominantes de manter e de fortalecer os seus privilégios, através das várias transformações da ordem econômica, social e política. Esse fenômeno, ainda mal investigado e pouco conhecido sociologicamente, parece explicar-se pela monopolização social do poder político e do aparato por aqueles estratos. Os demais estratos da sociedade foram praticamente excluídos do poder político institucionalizado – mesmo quando a participação chega a ser admitida – e nunca lograram qualquer *chance* de ameaçar o *status quo* “através da ordem”. Esse padrão rígido e monolítico de dominação autocrática responde às exigências da situação histórico-social. A persistência, sob várias formas, da dominação externa e a expansão do capitalismo impõem a continuidade de modelos verdadeiramente coloniais de apropriação e de expropriação econômica, aos quais deve corresponder, necessariamente, uma extrema concentração permanente da riqueza, no tope, e o uso pacífico ou violento de técnicas autocráticas de opressão e de repressão. Os dinamismos de classe só se tornam efetivos para as classes que podem utilizar livremente os recursos institucionalizados da luta política. Ainda assim, o controle político conservador, na sua essência sempre fundamentalmente voltado para a defesa intransigente e o fortalecimento do privilégio, tem imposto tanto a cooptação quanto o ostracismo ou a eliminação aos setores divergentes que chegassem a ameaçar a estabilidade da ordem. Nessas condições, o uso “legítimo” do conflito faz parte do privilégio e, com o poder político institucionalizado, os setores dirigentes das classes dominantes detêm o monopólio da violência (Fernandes, 2007, p. 292-293).

Esta longa passagem e outra citação apresentada anteriormente, também retirada do mesmo ensaio de Florestan Fernandes – “o tipo de capitalismo dependente e subdesenvolvido imperante [no Brasil] não pode prescindir da concentração racial da renda e do poder (e, em

consequência, das formas pré ou subcapitalistas de exploração e de expropriação econômicas e de dominação política que ela envolve)” (Fernandes, 2007, p. 305) – são suficientes para demonstrar que, de fato, suas investigações sobre as relações raciais na sociedade de classes em São Paulo estão intimamente vinculadas à elaboração de suas categorias de subdesenvolvimento e capitalismo dependente. Como vimos, essa afirmação seria recorrente nos depoimentos sobre sua própria trajetória e podemos confirmá-la pela releitura de seus trabalhos sobre relações raciais.

À guisa de conclusão: padrões e dilemas

Numa das tentativas mais refinadas de sintetizar a dimensão teórica, conceitual e epistemológica da obra sociológica de Florestan Fernandes, duas “palavras-chave” foram escolhidas por Gabriel Cohn: “padrões e dilemas”. Pelo exame que ora avançamos sobre aspectos múltiplos e contraditórios do dilema racial brasileiro, consideramos que esses dois polos conceituais, solidários e antagônicos, representam uma via das mais frutíferas para analisar o conjunto dos escritos sociológicos e, também, aqueles especificamente políticos de Florestan Fernandes, mais situados nas décadas de 1980 e 1990. Isso porque, nestes últimos, todas as suas reflexões teóricas anteriores sobre os dilemas sociais de todo tipo, em especial o racial, o capitalismo dependente, a autocracia burguesa etc. são retomadas num novo patamar de militância socialista, sempre informada por um olhar sociológico exigente. Os polos conceituais propostos por Cohn, padrões e dilemas, nos fornecem um dos caminhos mais flexíveis para lidarmos com a complexa arquitetura intelectual de Florestan Fernandes, que não se interrompe nem no nível de apreensão dos padrões estruturais de atualização funcional dos sistemas sociais, nem focaliza unilateralmente (isto é, sem referência aos padrões) os processos históricos que se colocam em movimento nas disputas políticas em torno dos diversos projetos ideológicos e utópicos de solução dos dilemas. Isso independe do grau de autoconsciência histórica de tais forças políticas, as quais muitas vezes apreendem algumas das dimensões dos padrões e dilemas, mas desconsideram outras. Dada a importância do par conceitual construído na interpretação de Cohn sobre a obra de

Florestan Fernandes, seria oportuno reproduzir aqui os termos exatos de sua rica caracterização sociológica:

Eu dizia que as palavras-chave, eu diria mesmo agora, válidas até a fase presente para caracterizar o pensamento de Florestan Fernandes seriam: padrões e dilemas. Porque é realmente isso que alimenta esse tipo de pensamento o tempo todo. A primeira palavra, *padrões*, diria respeito à sempre continuada busca de caracterização de formas de organização, e de regularidades dinâmicas que tenham a ver com o desenvolvimento dessas formas de organização suscetíveis de serem reconstruídas, discernidas, identificadas com clareza e apanhadas no seu modo próprio de articulação. E os dilemas teriam a ver com as condições geradas pelas próprias condições dinâmicas desses modos de organização da sociedade, que introduzem no seu interior obstáculos à realização daquilo que seja próprio a essa forma de organização. O padrão, então, define uma maneira de organizar a sociedade, os mecanismos pelos quais se atualiza a sociedade no momento. Os dilemas têm a ver com as condições geradas pela dinâmica interna dessa forma de organização e que no entanto conduzem a obstáculos ou então, levando ao pé da letra o termo “dilema”, a opções (Cohn, 1986, p. 141-142).

A conceituação de Cohn não se interrompe aí e, na sequência do texto, irá abordar o conjunto dos dilemas sociais brasileiros a partir da obra de Florestan Fernandes. Ainda segundo Cohn (1986, p. 142), essa teria sido a forma muito própria, particular, como antes “ocorrera com Mannheim”, pela qual Florestan teria conjugado “as heranças de Durkheim e Weber”. E poderíamos acrescentar, também, a de Marx, quando se lança a uma sociologia histórica que considera o nível de autoconsciência da situação, por parte das forças políticas e ideológicas em disputa, um componente fundamental de sua caracterização dos dilemas sociais brasileiros. Essa passagem, no entanto, recolhe o que há de mais essencial no que gostaríamos de chamar atenção: a hipótese de que os padrões e dilemas, essas duas palavras-chave, poderão servir para elucidar vários aspectos do conjunto da produção sociológica de Florestan Fernandes, dos seus primeiros escritos até as formulações mais radicais – no sentido de ir à raiz das coisas – de seus horizontes socialistas. Mas esse seria um programa de estudos para o futuro e para as novas gerações de cientistas sociais!

Referências

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. 2008. *Branços e negros em São Paulo*. São Paulo: Global.

COHN, Gabriel. 1986. Padrões e dilemas: o pensamento de Florestan Fernandes. In: MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo; VERRANTE, Vera B. (org.). *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense. p. 125-148.

DOMINGUES, Petrônio. 2007. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100-122.

FERREIRA, Márcia Santos. 1999/2000. O Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo: um histórico do seu processo de institucionalização. *Educação em questão*, Natal, v. 10/11, n. 2/1, p. 80-95.

FERNANDES, Florestan. 1976a. *Ensaio de sociologia geral e aplicada*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora.

_____. 1976b. *A sociologia numa era de revolução social*. Rio de Janeiro: Zahar.

_____. 1978. *A condição de sociólogo*. São Paulo: Hucitec.

_____. 1981. *Poder e contrapoder na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar.

_____. 2006. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo.

_____. 2007. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Globo.

_____. 2008a. *A integração do negro na sociedade de classes*. Vol. 1. São Paulo: Globo.

_____. 2008b. *A integração do negro na sociedade de classes*. Vol. 2. São Paulo: Globo.

_____. 2008c. Florestan Fernandes, história e histórias. In: COHN, Amélia (org.). *Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue. p. 94-147.

_____. 2010. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. São Paulo: Global.

_____. 2017. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Expressão Popular.

GUNNAR MYRDAL et al. 1944. *An American Dilemma: the negro problem and modern democracy*. Nova York: Harper & Brothers Publishers.

HOLLINGSHEAD, August B. 1949. *Elmtown's youth: the impact of social classes on adolescents*. Nova York: John Wiley & Sons.

STAVENHAGEN, Rodolfo. 1977. Comentário. In: BENÍTEZ ZENTENO, Raúl (org.). *As classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.



PARTE III

BIBLIOGRAFIA
DE FLORESTAN FERNANDES



Bibliografia de Florestan Fernandes

Segue, abaixo, a lista de livros escritos e publicados por Florestan Fernandes, individualmente ou em coautoria. Procuramos indicar as edições mais recentes de suas obras, informando ainda, entre parênteses, o ano da publicação original e suas sucessivas reedições com os nomes das respectivas editoras. Para um levantamento mais exaustivo da bibliografia do autor, especificada pela publicação de artigos em revistas, os quais eram reunidos posteriormente em livros, consultar “Florestan Fernandes: leituras e legados” (São Paulo: Global, 2010, p. 353-374). Os livros estão ordenados pelas datas das suas primeiras edições. A montagem da presente bibliografia de Florestan Fernandes se valeu da consulta do sumário do *Curriculum Vitae* do autor, elaborado por Vladimir Sacchetta, para a revista *Idéias* (Vladimir Sacchetta, *Florestan Fernandes: sumário do Curriculum Vitae, Idéias, Ano 4, n. 1/2, 1997*).

FERNANDES, Florestan. *A organização social dos Tupinambá*. 3ª ed. São Paulo/Brasília: HUCITEC/UnB, 1989. (1ª ed. Instituto Progresso Editorial, 1949; 2ª ed. DIFEL, 1963).

_____. *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*. 3ª ed. São Paulo: Globo, 2006. (1ª ed. Museu Paulista, 1952; 2ª ed. Livraria Pioneira, 1970).

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. (org.). *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo: Unesco/Anhembi, 1955¹.

_____. *A etnologia e a sociologia no Brasil: ensaios sobre aspectos da formação e desenvolvimento das ciências sociais na sociedade brasileira*. São Paulo: Anhembi, 1958.

1 Trata-se da publicação coletiva das pesquisas do Projeto Unesco em São Paulo. Sobre esta publicação e o livro *Branços e negros em São Paulo*, referenciada logo adiante, seria importante recuperar a nota de rodapé contida em *Significado do protesto negro*: “Por lapso editorial (devido provavelmente ao desejo de Paulo Duarte de salientar o trabalho de R. Bastide e F. Fernandes), o volume coletivo saiu com o título da primeira monografia! Além disso, os créditos de uma edição cooperativa não foram incorporados à página de rosto e um dos estudos arrolados no índice (publicado anteriormente pela revista *Anhembi*) deixou de ser transcrito. Tudo isso não impede que aquela publicação *omnibus* tenha uma grande importância na bibliografia brasileira sobre relações raciais. E levanta o problema que continua a cegar alguns leitores especializados: eles não entendem que ‘relações raciais’ não são somente uma especialidade, tal como foi cultivada nos Estados Unidos, e que havia um propósito amplo de estudar todos os aspectos de uma formação social (a sociedade brasileira de classes, como ela surge e se transforma em São Paulo através da urbanização, da industrialização e da incorporação do negro ao sistema de trabalho livre)” (Fernandes, 2017, p. 135). O estudo mencionado foi o de Oracy Nogueira. Quatro anos depois foi publicado autonomamente o livro *Branços e negros em São Paulo*, que seria uma reedição ampliada da pesquisa de Roger Bastide e Florestan Fernandes. Esta, portanto, não se trata de uma segunda edição e, sim, de uma edição em separado de um dos trabalhos do Projeto Unesco. A obra coletiva nunca recebeu uma segunda edição.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Branços e negros em São Paulo*, 2008. 4ª ed. São Paulo: Global. (2ª ed. Companhia Editora Nacional, 1959; 3ª ed. Companhia Editora Nacional, 1971)².

_____. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. 4ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980. (1ª ed. Companhia Editora Nacional, 1959; 2ª ed. Companhia Editora Nacional, 1967, reimpressão Companhia Editora Nacional, 1972; 3ª ed. LTC, 1978).

_____. *Ensaio de sociologia geral e aplicada*. 3ª ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976. (1ª ed. Livraria Pioneira Editora, 1960; 2ª ed. Livraria Pioneira Editora, 1971).

_____. *Mudanças sociais no Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Global, 2008. (1ª ed. DIFEL, 1960; 2ª ed. DIFEL, 1974; 3ª ed. DIFEL, 1979).

_____. *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. (1ª ed. Anhembi, 1961; 2ª ed. Vozes, 1979).

_____. *A sociologia numa era de revolução social*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. (1ª ed. Companhia Editora Nacional, 1963).

_____. *A integração do negro na sociedade de classes*. 6ª ed. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021. (1ª ed. FFCL/USP, 1964; 2ª ed. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos/MEC, 1964; 3ª ed. Dominus, 1965; 4ª ed. Ática, 1978; 5ª ed. Globo, 2008.).

_____. *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus, 1966.

_____. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 5ª ed. São Paulo: Global, 2008. (1ª ed. Zahar, 1968; 2ª ed. Zahar, 1972; 3ª ed. Zahar, 1975; 4ª ed. Zahar, 1981).

_____. *Elementos de sociologia teórica*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974. (1ª ed. Companhia Editora Nacional, 1970).

_____. *O negro no mundo dos brancos*. 2ª ed. São Paulo: Global, 2007. (1ª ed. DIFEL, 1972).

_____. (org.). *Comunidade e sociedade no Brasil: leituras básicas de introdução ao estudo macrosociológico do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975. (1ª ed. Companhia Editora Nacional, 1972).

_____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 4ª ed. São Paulo: Global, 2010. (1ª ed. Zahar, 1973; 2ª ed. Zahar, 1975; 3ª ed. Zahar, 1981).

2 A publicação deste trabalho foi feita originalmente na revista *Anhembi*, vols. X-XI, nº 30-34, 1953, por isso não consta a primeira edição. Como explicado na nota anterior, esse texto constará na obra coletiva *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo* (1955). As reedições posteriores, a partir de 1959, se referem apenas ao trabalho conjunto de Roger Bastide e Florestan Fernandes.

_____. (org.). *Comunidade e sociedade*: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

_____. *A investigação etnológica no Brasil e outros ensaios*. 2ª ed. São Paulo: Global, 2009. (1ª ed. Vozes, 1975).

_____. *A revolução burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica 6. ed. São Paulo: Contracorrente, 2020. (1ª ed. Zahar, 1975; 2ª ed. Zahar, 1976; 3ª ed. Zahar, 1981; 3ª. ed., Guanabara, 1987; 4ª ed. Nova Aguilar; 5ª ed., Globo, 2006)³.

_____. *A universidade brasileira*: reforma ou revolução? 2020. São Paulo: Expressão Popular, (1ª ed. Alfa-Ômega, 1975).

_____. *Circuito fechado*. São Paulo: Globo, 2010. (1ª ed. Hucitec, 1976; 2ª ed. Hucitec, 1977).

_____. *A sociologia no Brasil*: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. 1980. Petrópolis: Vozes. (1ª ed. Vozes, 1977).

_____. *A condição de sociólogo*. São Paulo: Hucitec, 1978⁴.

_____. (org.). *Lênin*: política. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1989⁵. (1ª ed. e 2ª ed. Ática, 1978).

_____. *O folclore em questão*. 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (1ª ed. Hucitec, 1978).

_____. *Apontamentos sobre a teoria do autoritarismo*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018. (1ª edição: Hucitec, 1979)

_____. *Da guerrilha ao socialismo*: a revolução cubana. 3ª ed. São Paulo: Expressão

3 Algumas fontes sinalizam a terceira edição pela Zahar como sendo de 1979 e não de 1981. Porém, na biblioteca particular de Florestan Fernandes, localizada na UFSCar, se encontra um exemplar da terceira edição datado de 1981, por isso referenciamos este último ano. Há, entretanto, outras fontes que sinalizam uma terceira edição pela editora Guanabara, em 1987. De modo que haveria duas terceiras edições, pelas editoras Zahar e Guanabara As duas últimas edições mais recentes, a da Globo, de 2006, e a da Contracorrente, de 2020, não publicaram o prefácio à segunda edição, texto de fundamental importância, no qual Florestan Fernandes rebate algumas das críticas ao livro e sublinha dimensões teóricas e políticas cruciais presentes em *A revolução burguesa no Brasil*, como as suas críticas a uma perspectiva colonizada de interpretação da formação social brasileira.

4 Trata-se da entrevista concedida por Florestan Fernandes a Antônio Trajano Menezes de Arruda, Caio Navarro de Toledo, João Francisco Tidei de Lima e Ulysses Guariba Netto, publicada originalmente na Revista TRANS/FORM/AÇÃO, n. 2, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, sob o título "Entrevista Sobre o Trabalho Teórico". No formato de livro foi acrescentado um prefácio escrito por Antonio Candido.

5 Florestan Fernandes conclui a introdução para o livro dos textos políticos de Lênin em 1973, publicado na Coleção Grandes Cientistas Sociais pela editora Ática em 1978. Conforme carta a Barbara Freitag datada de 08/03/1973: "Terminei a introdução do Livro de Leituras sobre o Lenine. Não fiz tudo o que queria – em vez de 150 p. de texto, gostaria de espaço para 450; em vez de 30 p. de introdução, gostaria de ter umas 50 ou 60. Mas, o que fazer? Dentro dessas limitações, dei conta do recado da melhor forma que me foi possível" (Barbara Freitag, "Florestan Fernandes por ele mesmo", *Estudos Avançados*, v. 10, n. 26, São Paulo, jan./abr., 1996). Posteriormente, o livro foi reeditado em conjunto com a introdução de Florestan Fernandes para o volume Marx/Engels da coleção Grandes Cientistas Sociais. Cf. Florestan Fernandes, *Marx, Engels, Lênin*: a história em processo, São Paulo, Expressão Popular, 2012.

são Popular, 2012. (1ª ed. T. A. Queiroz, 1979; 2ª ed. Expressão Popular, 2007)⁶.

_____. *A natureza sociológica da sociologia*. São Paulo: Ática, 1980.

_____. *Brasil: em compasso de espera* (Pequenos escritos políticos). 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011. (1ª ed. Hucitec, 1980).

_____. *Movimento socialista e partidos políticos*. São Paulo: Hucitec, 1980⁷.

_____. *Poder e contrapoder na América Latina*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015. (1ª ed. Zahar, 1981).

_____. *O que é revolução*. 7ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018 (1ª ed. Brasiliense, 1981)⁸.

_____. *A ditadura em questão*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

_____. (org.). *K. Marx – F. Engels: história*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1989. (1ª ed. Ática, 1983)⁹.

_____. *A questão da USP*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. *Nova república?* Rio de Janeiro: Zahar, 1986. (três edições/reimpressões no mesmo ano).

_____. *Que tipo de república?* 2ª ed. São Paulo: Globo, 2007. (1ª ed. Brasiliense, 1986, com três edições/reimpressões no mesmo ano).

_____. *Nós e o marxismo*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. (1ª ed. 1987, na coletânea “Marx hoje”, organizada por J. Chasin)¹⁰.

_____. *O processo constituinte*. Brasília: Câmara dos Deputados, Centro de Do-

6 A Expressão Popular reeditou o livro no ano de 2007, com uma reimpressão em 2012. Muito provavelmente não há qualquer mudança entre uma edição e outra pela Expressão Popular.

7 Trata-se da transcrição de uma conferência pronunciada por Florestan Fernandes em 25/10/1978. O roteiro da conferência foi publicado em *Brasil: compasso de espera*, título anterior referenciado. A Expressão Popular republicou o texto integral da conferência em Ademar Bogo (org.), *Teoria da organização política III: escritos de Sun Tzu, Maquiavel, Clausewitz, Trotsky, Giap, Fidel Castro, Carlos Fonseca e Florestan Fernandes*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

8 De acordo com informação contida no Sumário do *Curriculum Vitae* de Florestan Fernandes, organizado por Vladimir Sacchetta, a editora Brasiliense lançou seis edições de *O que é revolução*, com a primeira delas em 1981, não tendo sido possível identificar os respectivos anos de cada nova reedição. Uma dessas reedições data de 1984. A Expressão Popular reeditou o livro conjuntamente com um trecho do livro *A revolução Brasileira* (o primeiro capítulo), de Caio Prado Jr., publicado originalmente em 1966. Cf. Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes, *Clássicos sobre a revolução brasileira*. São Paulo: Expressão Popular, 2000 (3ª ed., 2003). O livro estaria agora na sua sétima edição brasileira, sem contar com as reedições em conjunto com o primeiro capítulo de *A revolução brasileira*. Nesse último caso seriam dez edições.

9 Ver a nota de rodapé n. 4, a fim de consultar a referência da reedição em conjunto com o escrito sobre Lênin da introdução de Florestan Fernandes sobre o volume Marx/Engels. Trata-se do único volume da coleção *Grandes Cientistas Sociais* que retine dois autores, tendo sido publicado em comemoração ao centenário do falecimento de Karl Marx, em 14 de março de 1983. O livro apresenta uma terceira edição de 1989, não tendo sido possível identificar o ano da segunda edição ou se houve novas edições.

10 Este escrito foi republicado no livro póstumo de 1995, *Em busca do socialismo: últimos escritos & outros textos*, com introdução de Osvaldo Coggiola e seleção fotográfica de Vladimir Sacchetta.

cumentação e Informação, 1988.

_____. *A Constituição inacabada: vias históricas e significado político*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989¹¹.

_____. *O desafio educacional*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020. (1ª ed. Cortez, 1989).

_____. *Pensamento e ação: O PT e os rumos do socialismo*. 2ª ed. São Paulo: Globo, 2006. (1ª ed. Brasiliense, 1989).

_____. *Significado do protesto negro*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017. (1ª ed. Cortez/Autores Associados, 1989).

_____. *A transição prolongada: o período pós-constitucional*. São Paulo: Cortez, 1990.

_____. *As lições da eleição*. Brasília: Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, 1990.

_____. *O PT em movimento: contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Cortez, 1991¹².

_____. *Parlamentarismo: contexto e perspectivas*. Brasília: Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, 1992.

_____. *Reflexões sobre o socialismo e a auto-emancipação dos trabalhadores*. São Bernardo do Campo: Departamento de Formação Política e Sindical, Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, 1992.

_____. *LDB: impasses e contradições*. Brasília: Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, 1993.

_____. *Consciência negra e transformação da realidade*. Brasília: Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, 1994¹³.

_____. *Democracia e desenvolvimento: a transformação da periferia e o capitalismo monopolista da era atual*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *A contestação necessária: retratos intelectuais de inconformistas e revolucionários*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015. (1ª ed. Cortez, 1995)¹⁴.

11 O presente livro foi reeditado mais recentemente em Florestan Fernandes, *Florestan Fernandes na constituinte: leituras para a reforma política*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo/Expressão Popular, 2014.

12 Republicado em Florestan Fernandes, *Reflexões sobre a construção de um instrumento político: contribuições ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores*, São Paulo: Expressão Popular, 2019.

13 Este texto, que consiste na proposta de emenda à Constituição apresentada por Florestan Fernandes ao capítulo “Dos Negros”, foi republicado mais recentemente em Florestan Fernandes, *Significado do protesto negro*, 2ª. ed., São Paulo, Expressão Popular, 2017.

14 Segundo informações constantes do sumário do *Curriculum Vitae* de Florestan Fernandes, esta obra recebeu da Câ-

_____. *Em busca do socialismo: últimos escritos & outros textos*. São Paulo: Xamã, 1995¹⁵.

_____. *Tensões na educação*. Salvador: SarahLetras, 1995.

Publicações póstumas:

_____. *A força do argumento*. São Carlos: UFSCar, 1998.

_____. *Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008. [Organização de Amélia Cohn – livro que reúne entrevistas de Florestan Fernandes]

_____. *Florestan Fernandes: leituras e legados*. São Paulo: Global, 2010.

_____. *O Brasil de Florestan*. Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2018. [Organização de Antônio David].

Publicações em outros idiomas

_____. La guerre et le sacrifice chez les Tupinambá. *Journal de la Société des Americanistes*. Paris: Musée de L'Homme, 1952.

_____. *The Latin American in Residence Lectures*. Toronto: University of Toronto, 1969/1970.

_____. *The negro in Brazilian society*. New York/London: Columbia University Press, 1969; Atheneum, New York, 1971.

_____. *Die Integration des Negers in die Klassengesellschaft*. Berlin/Zurich: Verlag Gehlen, Bad Homburg v. d. H, 1969. Vol. 1.

_____. *Die Integration des Negers in die Klassengesellschaft*. München: Wilhelm Fink Verlag, 1977. Vol. 2.

_____. *Las clases sociales en América Latina*. México: Siglo Veintiuno Editores/UNAM, 1973. [Organização e de Raúl Benítez Zenteno].¹⁶

mara Brasileira do Livro, em 1996, o Prêmio Jabuti na categoria Ensaio.

15 O livro foi publicado após o falecimento de Florestan Fernandes, mas conta com um prefácio do próprio autor, indicando que a obra já estava preparada. No entanto, consta na Apresentação Editorial a seguinte explicação: “Esta coletânea, com textos escolhidos pelo próprio Florestan, muitos praticamente inéditos por terem sido pouco divulgados, já estava pronta há algum tempo. Foram acrescentados alguns artigos, em particular, sua introdução à *Contribuição à Crítica da Economia Política*, de Karl Marx, obra traduzida por Florestan e publicada em 1946, e uma seleção de fotos acompanhando sua militância junto aos trabalhadores, na universidade, no parlamento e nas ruas”. De modo que a obra, na grande parte de seus textos, foi concebida pelo próprio Florestan Fernandes e, por isso, não foi tomada como póstuma.

16 O texto de Florestan Fernandes, publicado na referida coletânea, junto com trabalhos de Nico Poulantzas e Alain Touraine, foi resultado de um seminário sobre as classes sociais ocorrido na cidade de Mérida, no México. O debatedor da comunicação de Florestan Fernandes na ocasião foi o antropólogo Rodolfo Stavenhagen. Posteriormente, o texto de Florestan Fernandes foi publicado como segundo capítulo de seu livro *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* (1973). Há tradução para o português da referida obra como *As classes sociais na América Latina*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

- _____. *La revolución burguesa en Brasil*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1978.
- _____. *Reflections on the Brazilian Counter-Revolution*. New York: M. E. Sharpe, 1981.
- _____. *Fundamentos empíricos de la explicación sociológica*. México: Limusa, 1986¹⁷.
- _____. *Dominación y desigualdad: el dilema social latinoamericano*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores & CLACSO, 2008. [Organização e Introdução de Heloisa Fernandes].
- _____. *El negro en el mundo de los blancos*. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2017. [Introdução de Horacio González].
- _____. *¿Qué es la revolución?* Buenos Aires: La Batalla de Ideas, 2019.

17 No sumário do *Curriculum Vitae* de Florestan Fernandes, preparado por Vladimir Sacchetta, consta uma publicação de *Fundamentos empíricos da explicação sociológica* em espanhol, sem data, pela Universidade Autónoma do México (UNAM). Muito provavelmente essa publicação veio a lume na década de 1960, pois uma carta de Pablo González Casanova a Florestan Fernandes, datada de 10/03/1966, solicita o envio de um novo plano para a obra *Los fundamentos empíricos de la explicación sociológica*. A referida carta pode ser consultada no Fundo Florestan Fernandes pelo item documental de número 0111.

BIBLIOGRAFIA

Para Ler Florestan Fernandes¹

Dossiês²

Dossiê: Florestan Fernandes. 1995. *Revista Adusp*, São Paulo, n. 4.

Dossiê: Presença de Florestan Fernandes. 1996. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 10, n. 26. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/issue/view/688>>.

Dossiê: Florestan Fernandes. 1996. *Revista USP*, São Paulo, n. 29. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/issue/view/1881>>.

Dossiê: Florestan Fernandes. 1997. *Idéias*, Campinas, ano 4, n. 1-2. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/publicacoes/pub/livros/1455>>.

Dossiê: Florestan Fernandes: memória e presença. 2005. *Revista Versões*, São Carlos, ano 1, n. 1.

Dossiê: O legado de Florestan Fernandes. 2009. *Cadernos de Estudos ENFF*, Guararema, v. 4.

Dossiê: Florestan Fernandes. 2014. *Revista Florestan*, São Carlos, ano 1, n. 1. Disponível em: <<http://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/issue/view/3/showToc>>.

Dossiê: Florestan Fernandes. 2014. *Revista Olhares Sociais*, Cachoeira, v. 3, n. 2. Disponível em: <<https://www3.ufrb.edu.br/olhairesociais/revista-olhares-sociais-ppgcs-ufrb-vol-03-no-02-2014-florestan-fernandes/>>.

Dossiê: Florestan: 20 anos depois. 2015. *Sinais Sociais*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 28, 2015. Disponível em: <<https://www.sesc.com.br/portal/publicacoes/sesc/revistas/sinaissociais/n+28/maio-agosto+2015>>.

Dossiê: Cem anos de Florestan Fernandes. 2020. *Marxismo21*. Disponível em: <<https://marxismo21.org/florestan-fernandes-100-anos/>>.

1 Diferente de uma sistematização exaustiva da fortuna crítica, buscamos indicar aqui textos tanto de comentadoras(es) incontornáveis como de abordagens mais recentes da obra do sociólogo uspiano. As lacunas são inevitáveis e, para preenchê-las, além de uma imersão na lista de *Dossiês* e em outros textos das(os) autoras(es) aqui listadas(os), sugerimos: para um notável esforço de sistematização da bibliografia em torno da obra de Florestan Fernandes entre 1969 e 2006, ver o Anexo I, “Bibliografia sobre Florestan Fernandes”, da tese de doutoramento de Duarcides Ferreira Mariosa (2007), indicada nesta bibliografia; em artigo recente, “A circulação internacional de Florestan Fernandes”, também aqui indicado, Blanco e Brasil Jr. (2018; ver especialmente o Quadro 4) listam as resenhas de livros de Florestan Fernandes em revistas estrangeiras escritas entre 1954 e 1984.

2 Artigos e ensaios fundamentais publicados no conjunto de *Dossiês* indicados não aparecem nas referências da seção seguinte – *Artigos Científicos, Ensaios, Capítulos de Livros, Livros, Dissertações e Teses*.

Dossiê: Florestan Fernandes: 100 anos. 2020. *Estudos de Sociologia*, Recife, v. 2, n. 26. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/issue/view/3160>>.

Dossiê: Florestan Fernandes. 2020. *Praça*, Recife, v. 4, n. 1, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/praca/issue/view/3166/showToc>>.

Dossiê: 100 anos de Florestan Fernandes. 2020. *Revista Mouró*, São Paulo, ano 11, n. 15. Disponível em: <<http://www.mouro.com.br/>>.

Dossiê: Florestan 100 anos. 2020. *Suplemento Pernambuco*, Recife, n. 171.

Artigos Científicos, Ensaaios, Capítulos de livros, Livros, Dissertações e Teses

ARAUJO, Odete Aparecida Alves. 2006. *Educação e democracia no Brasil: a perspectiva de Florestan Fernandes e a visão neoliberal nos anos 90*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. 1995. A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a “escola paulista”. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*, Vol. 2. São Paulo: Sumaré/FAPESP. p. 107-232.

_____. 2001. Florestan Fernandes e a Sociologia de São Paulo. In: ARRUDA, M. A. do N. *Metrópole e Cultura: São Paulo no meio do século XX*. Bauru, SP: EDUSC. p. 171-272.

_____. 2010. A sociologia de Florestan Fernandes. *Tempo social*, São Paulo, v. 22, n.1, p. 9-27.

_____. 2018. The contemporary relevance of Florestan Fernandes. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 47-68.

_____. 2020. A aventura sociológica de Florestan Fernandes. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 34, n. 100, p. 243-257.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento; GARCIA, Sylvia Gemignani. 2003. *Florestan Fernandes: mestre da sociologia moderna*. Brasília: Paralelo 15/CAPES.

BARÃO, Gilcilene de Oliveira Damasceno. 2008. *As contribuições educacionais de Florestan Fernandes: debate com a pedagogia nova e a centralidade da categoria Revolução*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

BARIANI JR., Edison. 2003. *A sociologia no Brasil: uma batalha, duas trajetórias* (Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos). Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

BASTOS, Élide Rugai. 2002. Pensamento social da Escola Sociológica Paulista. In: MICELI, Sérgio (org.). *O que ler na ciência social brasileira: 1970-2002*, Vol. IV. São Paulo: Sumaré, p. 183-230.

_____. 2020. A história nunca se fecha. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 675-692.

BLANCO, Alejandro; BRASIL JR., Antonio. 2018. A circulação internacional de Florestan Fernandes. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 69-107.

BORGES NETTO, Mario. 2016. *A centralidade da educação na obra do intelectual Florestan Fernandes (1954-1964)*. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

BOTELHO, André; BRASIL JR. Antonio. 2020. A revolução burguesa no Brasil: cosmopolitismo sociológico e autocracia burguesa. In FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Curitiba: Kotter Editorial; São Paulo: Contracorrente, p. 7-22.

BOTELHO, André; BRASIL JR. Antonio.; HOELZ, Maurício. 2018. Florestan Fernandes entre dois mundos: Entrevista com Elide Rugai Bastos, Gabriel Cohn e Mariza Peirano. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 15-43.

BRASIL JR, Antonio. 2013a. *Passagens para a teoria sociológica: Florestan Fernandes e Gino Germani*. São Paulo: Hucitec.

_____. 2013b. A reinvenção da sociologia da modernização: Luiz Costa Pinto e Florestan Fernandes (1950-1970). *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 229-249.

CAMPOS, Antonia Junqueira Mello. 2014. *Interfaces entre sociologia e processo social: a integração do negro na sociedade de classes e a pesquisa Unesco em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

CANDIDO, Antonio. 1996. *Lembrando Florestan Fernandes*. São Paulo: S/E, 1996. [Reeditado pela Editora da Fundação Perseu Abramo, com o título *Florestan Fernandes*, em 2001]

CARVALHO, Keila Lúcio de. 2017. *Caminhos para uma sociologia pública: Pierre Bourdieu e Florestan Fernandes*. Tese (Doutorado em Sociologia & Antropologia)

– Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CEPÊDA, Vera; MAZUCATO, Thiago (org.). 2015. *O intelectual Florestan Fernandes e seus diálogos intelectuais*. São Carlos: Ideias Intelectuais e Instituições – UFSCAR.

_____. (org.). 2015. *Florestan Fernandes, 20 anos depois: um exercício de memória*. São Carlos: Ideias Intelectuais e Instituições.

CERQUEIRA, Laurez. 2004. *Florestan Fernandes: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular.

CHAGAS, Rodrigo Pereira. 2011. *Florestan Fernandes: a autocracia burguesa como estrutura histórica e a institucionalização da contra-revolução no Brasil*. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

COHN, Gabriel. 1986. Padrões e dilemas: o pensamento de Florestan Fernandes. In: ANTUNES, Ricardo; MORAES, Reginaldo; FERRANTE, Vera (org.). *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense.

_____. 2002a. Florestan Fernandes: A Integração do Negro na Sociedade de Classes. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil: Um banquete no trópico*, Vol. 2. São Paulo: Editora SENAC São Paulo. p. 385-402.

_____. 2002b. Florestan Fernandes: A Revolução Burguesa no Brasil. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil: Um banquete no trópico*, Vol. 1. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, p. 393-412.

_____. 2005. Florestan Fernandes e o radicalismo plebeu em Sociologia. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 245-250.

CÓSCIA, Vera Lúcia. 2012. *Análise de fotografias: Florestan Fernandes no tempo da ditadura militar*. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

COSTA, Diogo Valença de Azevedo. 2004. *Florestan Fernandes em questão: um estudo sobre as interpretações de sua sociologia*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

_____. 2009. *As raízes ideológicas da sociologia de Florestan Fernandes: socialismo e crítica da dependência cultural nas ciências sociais brasileiras (1950-1970)*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

_____. 2011. Florestan Fernandes e os dilemas do subdesenvolvimento capitalista: a sociologia como crítica da dependência cultural. *Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos*. Brasília: IPEA.

_____. 2013. Florestan Fernandes e o ensino da sociologia na escola média brasileira. *Inter-Legere*, Natal, v. 1, n. 9, p. 40-60.

_____. 2020. Homenagem a Florestan Fernandes: uma sociologia do impossível. *Novos Olhares Sociais*, Cachoeira, v. 3, n. 1, p. 283-302.

_____. 2021. As ciências sociais e a contrarrevolução permanente: o papel dos intelectuais na visão de Florestan Fernandes. *Revista Agenda Política*, v. 9, n. 1.

COUTINHO, Carlos Nelson. 2011. Marxismo e “imagem do Brasil” em Florestan Fernandes. In: *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas*. Rio de Janeiro: DP&A. p. 221-239.

DEL ROIO, Marcos. 2000. A teoria da revolução brasileira: tentativa de particularização de uma revolução burguesa em processo. In: MORAES, João Quartim de; DEL ROIO, Marcos (org.). *História do marxismo no Brasil*, Vol. 4. Campinas: Editora da Unicamp. p. 69-125.

D’INCAO, Maria Angela (org.). 1987. *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Unesp.

FÁVERO, Osmar (org.). 2005. *Democracia e educação em Florestan Fernandes*. Campinas/Niterói: Autores associados/EdUFF.

FERNANDES, Heloisa. 2008. Florestan Fernandes, un sociólogo socialista. In: FERNANDES, Florestan. *Dominación y desigualdad: El dilema social Latinoamericano* (Antología). Bogotá: Siglo del Hombre, CLACSO. p. 9-35.

FERREIRA, Matheus Soares. 2018. *Dominação externa, capitalismo dependente e sociedade de classes na América Latina: reflexões a partir das categorias de Florestan Fernandes*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Juiz de Fora.

FREITAG, Barbara. 1969. *Florestan Fernandes: die sozio-ökonomische Entwicklung Brasiliens aus der Sicht eines brasilianischen Sozialwissenschaftlers*. Saarbrücken: SSIP-Verlag.

_____. 2005. Florestan Fernandes: revisitado. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 231-243.

_____. 1996. “Florestan Fernandes por ele mesmo”, *Estudos Avançados*, v. 10, n. 26, P. 129-172.

FREITAS PINTO, Renan. 2008. *A sociologia de Florestan Fernandes*. Manaus: Editora da UFAM.

GARCIA, Sylvia G. 2002. *Destino ímpar: sobre a formação de Florestan Fernandes*. São Paulo: Ed. 34.

GUEDES, André Teles. 2007. *Florestan Fernandes e o lugar da USP na história da sociologia no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília.

HIRANO, Sedi. 2012. Florestan Fernandes: a utopia do desenvolvimento autônomo a serviço da transformação social. In: MARTINS, Paulo Emílio; MUNTEAL, Oswaldo (org.). *O Brasil em evidência: a utopia do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/FGV. p. 377-388.

IANNI, Octavio. 1991. Florestan Fernandes e a formação da sociologia brasileira. In: IANNI, Octavio (org.). *Florestan Fernandes*. São Paulo: Ática, 1991. [Coletânea reeditada pela Editora Expressão Popular, com o título de *Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante*, em 2004]

IMAMURA, Avelar Cezar. 1995. *Florestan Fernandes: a sociologia como paixão*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LEHER, Roberto. 2012. Florestan Fernandes e a defesa da educação pública. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 121, p. 1157-1173.

_____. 2018. *Universidade e heteronomia cultural no capitalismo dependente: um estudo a partir de Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Consequência.

LIEDKE FILHO, Enno D. 1996. Florestan Fernandes: Sociologia e Cidadania. *Epistême*, Porto Alegre, v.1, n. 2, p. 147-156.

_____. 2005. A sociologia no Brasil: história, teorias e desafios. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 14, p. 376-437.

MARIOSIA, Duarcides Ferreira. 2003. *Hibridismo e integração nas obras de Florestan Fernandes interpretativas do Brasil*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

_____. 2007. *Florestan Fernandes e a sociologia como crítica dos processos sociais*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MARTINEZ, Paulo Henrique (org.). 1998. *Florestan Fernandes ou o sentido das coisas*. São Paulo: Boitempo.

- MARTINS, José de Souza. 1998. *Florestan: sociologia e consciência social no Brasil*. São Paulo: Edusp.
- _____. 2020. Desafios póstumos da sociologia de Florestan Fernandes. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 34, n. 100, p. 223-242.
- MARTINS, Tatiana Gomes. 2002. *Raízes da sociologia brasileira: Florestan Fernandes e a questão do intelectual*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- _____. 2008. *Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos: para além de um debate*. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- MATUÍ, Jiron. 2001. *Cidadão e professor em Florestan Fernandes*. São Paulo: Cortez.
- MAZUCATO, Thiago. 2016. *Democracia e política na obra de Florestan Fernandes: o momento de interpretação do Brasil (1960-1975)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- MAZZA, Débora. 2003. *A produção sociológica de Florestan Fernandes e a problemática educacional*. Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2003.
- MEDEIROS, Mario & BRASIL JR., Antonio. 2021. Racismo e limites à democracia em A integração do negro na sociedade de classes. In: FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 6ª edição. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021, pp. 9-49.
- MELO, Franklin Rabelo de. 2018. *Incidências trotskistas em Caio Prado Júnior, Ruy Mauro Marini e Florestan Fernandes*. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília.
- MESQUITA, Gustavo Rodrigues. 2017. *Florestan Fernandes e o antirracismo nos Estados Unidos e Brasil (1941-1964)*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MOTTA, Daniele Cordeiro. 2012. *Desvendando mitos: as relações entre raça e classe na obra de Florestan Fernandes*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- NOGUEIRA, Diego Pacheco. 2010. *Dois visões de Brasil: Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes à luz das linguagens da modernidade*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora.
- NOVAES, Henrique Tahan; OKUMURA, Julio Hideyshi. 2020. *A tragédia educacional brasileira no Século XX: diálogos com Florestan Fernandes*. Marília, SP:

Lutas Anticapital.

OKUMURA, Julio Hideyshi. 2020. *Florestan Fernandes na Assembleia Nacional Constituinte (1987-88): debates, propostas e pensamento educacional*. Marília, SP: Lutas Anticapital.

OLIVA, Alberto. 1997. *Ciência e ideologia: Florestan Fernandes e a formação das Ciências Sociais*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

OLIVEIRA, Marcos Marques de. 2006. *O articulista Florestan Fernandes: ciência e política como base de uma pedagogia socialista*. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

_____. 2010. *Florestan Fernandes*. Recife: Editora Massangana/Fundaj/MEC.

OLIVEIRA, Severino Gomes de. 2012. *A categoria marxista “revolução” na sociologia política de Florestan Fernandes*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal de Alagoas, Maceió.

OURIQUES, Nildo. 1995. Florestan Fernandes: la sociología militante. In: MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Mária (coord.). *La teoría social latinoamericana*. Tomo III. La centralidad del marxismo. México, DF: Unam.

PAIVA, Carlos Aguedo Nagel. 1991. *Capitalismo dependente e (contra) revolução burguesa no Brasil: um estudo sobre a obra de Florestan Fernandes*. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

PEREZ, Davi Machado. 2018. *Florestan Fernandes: intérprete do Brasil*. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

PINTO JR, Luiz Alexandre Barbosa. 2016. *A dinâmica das classes sociais no pensamento de Florestan Fernandes*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

PORTELA JR., Aristeu. 2015. *A problemática da democracia brasileira no pensamento de Florestan Fernandes*. Recife: Editora UFPE.

_____. 2019. *Florestan Fernandes*. Penápolis, SP: Editora FUNEPE.

RAWICZ MORALES, Daniela Marta. 2016. Ideología y utopia: cambio social y proyecto moderno en Florestan Fernandes. *Revista Utopía y Praxis Latinoamericana*, 21(75), Universidad de Zulia, Maracaibo, Venezuela, p. 47-58.

_____. 2019. Las raíces del pensamiento sociológico de Florestan Fernandes. *Estudios Sociológicos*, v. XXXVII, n. 111.

REIS, José Carlos. 2006. Anos 1960/70: Florestan Fernandes. In: *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV. p. 203-234.

RODRIGUES, Jaime; TOLEDO, Edilene (org.). 2020. *Florestan Fernandes: 100 anos de um pensador brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

RODRIGUES, Lidiane Soares. 2006. *Entre a academia e o partido: a obra de Florestan Fernandes (1969/1983)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. 2010. *Florestan Fernandes: interlúdio (1969-1983)*. São Paulo: Hucitec/FAPESP.

ROMÃO, Wagner de Melo. 2006. *Sociologia e política acadêmica nos anos 1960: a experiência do CESIT*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas.

ROSSO, Kelem Ghellere. 2015. *Florestan Fernandes e o caráter autocrático da burguesia brasileira: uma leitura sobre “A revolução burguesa no Brasil”*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília.

RUBBO, Deni Alfaro. 2016. “Nosso irmão mais velho”: Florestan Fernandes, leitor de Mariátegui. *Lua nova*, São Paulo, n. 99, p. 79-105.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. 1999. *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado*. Petrópolis: Vozes.

SANTIAGO, Silvano. 2018. A revolução burguesa. *Sociologia & Antropologia*. Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 299-312.

SANTOS, Eder Fernando dos. 2017. *Do debate entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos acerca da sociologia no Brasil: uma análise dos compêndios de sociologia na década de 1930*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

SANTOS, Luiz Fernando de Souza. 2018. *Entre o mágico e o cruel: a Amazônia no pensamento marxista brasileiro*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SANTOS, Nathan Barbosa dos. 2019. *Gilberto Freyre, Florestan Fernandes e a construção das relações raciais no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SANTOS, Robinson dos. 2002. *Saber e compromisso: Florestan Fernandes e a escola pública*. Passo Fundo: UPF.

SECCO, Fabiana de Melo. 2017. *Da crítica à resignação: Florestan Fernandes e o direito como ideologia no capitalismo dependente brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Direito e Inovação) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

SEREZA, Haroldo Ceravolo. 2005. *Florestan: a inteligência militante*. São Paulo: Boitempo.

SHIOTA, Ricardo Ramos. 2010. *Os pressupostos do debate intelectual entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos: duas versões de teoria crítica da sociedade brasileira?* Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

_____. 2018. Florestan Fernandes: mudanças sociais e crítica às classes dominantes. In: *Brasil: terra da contrarrevolução*. Curitiba: Appris.

SILVA, Lucas Trindade da. 2016. Uma leitura não-residualista da questão racial em Florestan Fernandes. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 21, p. 361-378.

_____. 2020. Governamentalidade autocrática: repensando as racionalidades de governo em diálogo com Florestan Fernandes. *Revista Brasileira de Sociologia*, Porto Alegre, v. 8, n. 19, p. 254-291.

SILVA, Marcio Alves da. 2004. *Discutindo alguns aspectos conceituais da teoria sociológica sobre a questão racial no Brasil: compreendendo a presença de Florestan Fernandes*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SILVA, Mario Augusto Medeiros da. 2018. Órbitas sincrônicas: sociólogos e intelectuais negros em São Paulo, anos 1950-1970. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 8, p. 109-131.

SILVEIRA, Maria de Fátima Souza da. 2018. *Da Invisibilidade ao protagonismo: Florestan Fernandes no pensamento social latino-americano*. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

SOARES, Eliane Veras. 1997. *Florestan Fernandes: o militante solitário*. São Paulo: Cortez.

_____. 2016. A perspectiva sociológica de Florestan Fernandes em “A Revolução Burguesa no Brasil”. In: RIBEIRO, Maria Thereza Rosa (org.). *Dimensão Histórica da Sociologia: dilemas e complexidade*. Curitiba: Appris. p. 101-121.

SOARES, Eliane Veras; BRAGA, Maria Lúcia de Santana; COSTA, Diogo Valença. 2002. O dilema racial brasileiro: de Roger Bastide a Florestan Fernandes ou da explicação teórica à proposição política. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 5, n.1, p. 35-52.

SOUZA, Patrícia Olsen de. 2011. *Fazer ciência, fazer história: a sociologia da mudança social de Florestan Fernandes e de Costa Pinto*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara.

TAKAHASHI, Mariana Conti. 2015. *Florestan Fernandes: imperialismo e luta de classes na era do capital monopolista*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

TÓTORA, Silvana. 1999. A questão democrática em Florestan Fernandes. *Lua nova*, São Paulo, n. 48, p. 109-126.

TOTTI, Marcelo Augusto. 2009. *Ciência e educação no pensamento de Alberto Torres, Fernando de Azevedo e Florestan Fernandes: das rupturas paradigmáticas à análise retórica*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

Sobre as autoras e os autores

Ana Rodrigues Cavalcanti Alves é socióloga, com graduação sanduíche em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco e Hamburg Universität – Alemanha. Possui mestrado e doutorado em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente, é Professora Adjunta do Departamento de Sociologia da Universidade Federal da Bahia. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Teoria Social, Sociologia Brasileira e Sociologia do Consumo. Desenvolveu estágio pós-doutoral no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (2018-2019). É líder do Grupo de Estudos em Sociologia Disposicionalista (GESD), vinculado ao Departamento de Sociologia da UFBA. Integrante do Periféricas - Núcleo de Estudos em Teorias Sociais, Modernidades e Colonialidades (UFBA). Integrante do Projeto de pesquisa Florestan Fernandes e os dilemas sociais brasileiros: história do tempo presente (UFPE/UFRPE/UFBA/UFRB/UFRN). Integrante do grupo de pesquisa A recepção de Bourdieu no Brasil do final do século XX e começo do século XXI (PPGS-UFPE). Entre as suas produções, destacam-se *A (des) continuidade da tradição marxista no pós-marxismo de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe* (Editora UFPE, 2016 - Série Sociologia) e de *“Com o suor do trabalho”: uma análise do ethos dos batalhadores manifesto no âmbito do consumo* (Editora UFPE, Série Sociologia, no prelo).

E-mail: anarodrigues@ufba.br

Aristeu Portela Júnior é sociólogo, com formação na Universidade Federal de Pernambuco (Mestrado e Doutorado em Sociologia). Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), atuando no Departamento de Educação, e professor do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Integra também o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da UFRPE, e o Instituto de Estudos da África (CEA-IEAf) da UFPE. Participa do Grupo de Pesquisas Sociedade Brasileira Contemporânea: Cultura, Democracia e Pensamento social. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Relações Étnico-Raciais e em Pensamento Social no Brasil. Entre suas produções, destacam-se: *A nação em disputa: ações afirmativas com recorte racial no ensino superior e controvérsias em torno da identidade nacional no Brasil* (Recife: Editora UFPE, 2020, Série Sociologia); *Florestan Fernandes* (Penápolis, SP: Editora FUNEPE, 2019); *A problemática da democracia brasileira no pensamento de Florestan Fernandes* (Recife: Editora UFPE, 2015(Série Sociologia). Em coautoria: Soares; Mutzenberg; Portela Jr. (orgs.). *Dossiê Produções Culturais Contemporâneas: Sociedade, Política, Cultura e a Construção de Significados*. Estudos de Sociologia, 2020.

E-mail: aristeu.portela@ufrpe.br

Diogo Valença de Azevedo Costa é sociólogo, tendo realizado sua formação na Universidade Federal de Pernambuco (Bacharelado em Ciências Sociais, Mestrado e Doutorado em Sociologia). Atualmente é Professor Associado da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), atuando no Centro de Artes, Humanidades e Letras e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento. Desenvolveu Estágio Pós-Doutoral na Universidade Federal de Pernambuco (setembro de 2013 a fevereiro de 2014) e no Centro de Estudos Africanos da Universidade de Basileia (março a agosto de 2014). Participa do Grupo de Pesquisas Sociedade Brasileira Contemporânea: Cultura, Democracia e Pensamento social. Coordenou o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia de março de 2017 a julho de 2019. Entre suas produções, destacam-se: *As ciências sociais e a contrarrevolução permanente: o papel dos intelectuais na visão de Florestan Fernandes*, Revista Agenda Política, 2021; *Nun: Costa; Marín, Entrevista a José Nun: um intelectual público*, Novos Olhares Sociais, 2020. *Homenagem a Florestan: uma sociologia do impossível*, Novos Olhares Sociais, 2020. *Costa; Bomfim, O papel político do sociólogo na América Latina: diálogos entre Fals Borda e Florestan Fernandes*, Estudos de Sociologia, 2020 (Dossiê Florestan Fernandes, 100 anos). *Höllinger; Costa, Soziologie in Brasilien*, Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie, 2020. *Wright Mills (1916-1962)*, In: *Os sociólogos: de Auguste Comte a Gilles Lipovetsky*, Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes/PUC-Rio, 2018. *Wright Mills e a sociologia do conhecimento: pragmatismo e interacionismo simbólico*, Revista Pós-Ciências Sociais, 2018. *Rodolfo Stavenhagen e a sociologia do subdesenvolvimento: colonialismo, classes sociais e estratificação interétnica*, Revista Brasileira de Sociologia, 2016.

E-mail: valencadiogo@ufrb.edu.br

Eliane Veras Soares é socióloga tendo realizado sua formação na Universidade de Brasília (Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais, Mestrado e Doutorado em Sociologia) e Universidade de Genebra (Doutorado Sanduíche nos Archives Jean Piaget). Atualmente é Professora Titular da Universidade Federal de Pernambuco, atuando no Departamento de Sociologia e no Programa de Pós-graduação em Sociologia. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Pensamento Social no Brasil e em Literatura nos países africanos de língua portuguesa. Desenvolveu Estágio Pós-doutoral no Centro de Estudos Africanos do ISCTE-IUL (2011-2012), no Centro de Estudos Internacionais do ISCTE-IUL (2016) e no Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (2016). Foi Professora Visitante Sênior do Centro de Estudos Comparatistas da Universidade de Lisboa (2019), bolsa CAPES-PRINT. É líder do Grupo de Pesquisa Sociedade Brasileira Contem-

porânea: Cultura, Democracia e Pensamento social. Coordenou o Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco de setembro de 2014 a agosto de 2016. É fundadora e foi coordenadora do Instituto de Estudos da África – (CEA-IEAF-UFPE) de janeiro de 2017 a janeiro de 2019. Entre as suas produções, destacam-se: Soares; Mutzenberg; Portela Jr. (orgs.). Dossiê Produções Culturais Contemporâneas: Sociedade, Política, Cultura e a Construção de Significados. Estudos de Sociologia, 2020. Soares; Costa; Mutzenberg (orgs.). Dossiê Florestan Fernandes, 100 anos. Estudos de Sociologia, 2020. Soares; Mutzenberg. Literatura, pensamento social e movimento de mulheres: um mosaico moçambicano. Recife, Editora Universitária UFPE, 2019 (Série Brasil & África). Soares; Mutzenberg (orgs.). África & Brasil no Século XXI. Recife: Editora Universitária UFPE, 2019 (Série Brasil & África). Brym; Lie; Hamlin; Mutzenberg; Soares; Souto Maior. Sociologia: sua bússola para um novo mundo. São Paulo: Pioneira / Thomson, 2006. Soares, Eliane Veras. Florestan Fernandes o militante solitário. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

E-mail: eliane.soares@ufpe.br

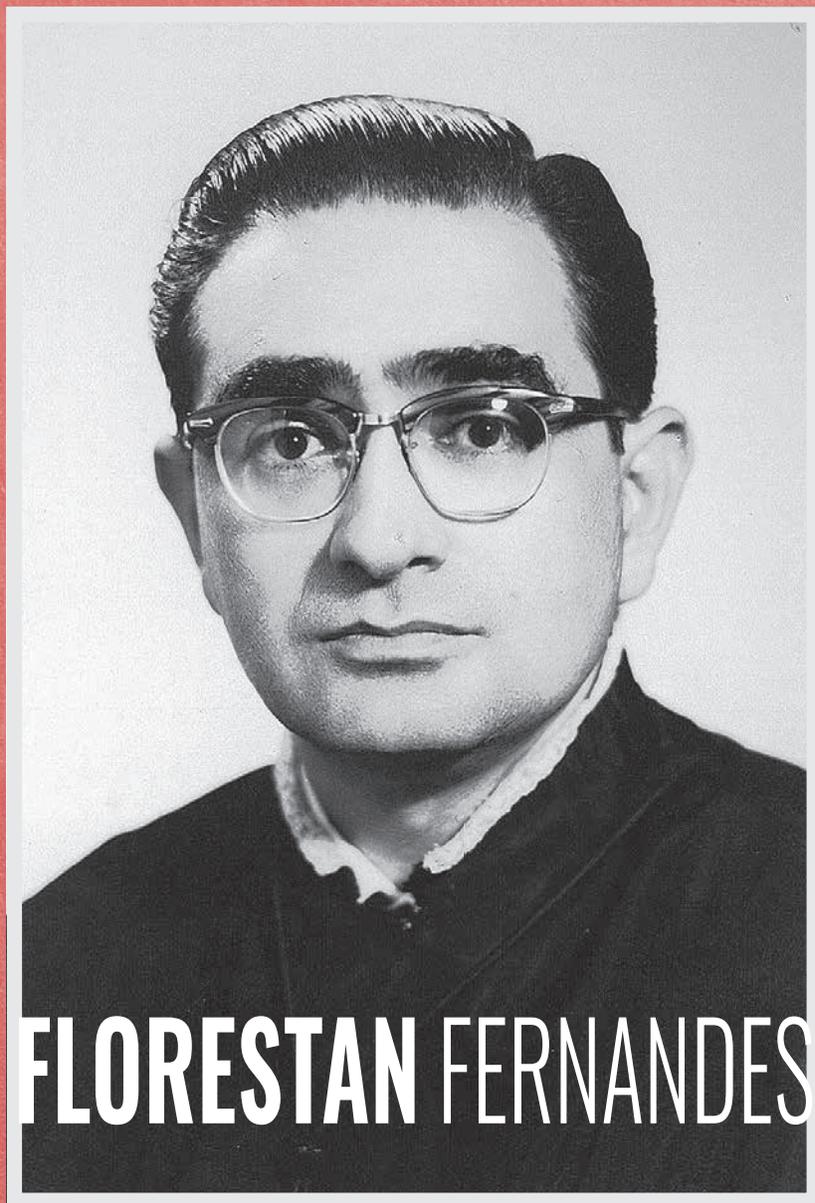
Lucas Trindade da Silva é Professor Adjunto do Instituto Humanitas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba (2011), mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2014) e doutorado em Sociologia pela Universidade de Brasília (2018), onde também foi Professor substituto. Realizou estágios de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPEl), ambos com financiamento do PNPd/CAPES. Integra o Projeto de Pesquisa “Florestan Fernandes e os dilemas sociais brasileiros: história do tempo presente” (UFPE). Também está integrado ao Grupo de Pesquisa Social (GPS) da UFRN, ao Periféricas – Núcleo de Estudos em Teorias Sociais, Modernidades e Colonialidades (UFBA) e ao Grupo de Estudos em Teoria Social e Subjetividades (GETSS) da UFPE. Publicou o livro Max Weber e a Formação Conceitual do Capitalismo (Editora UFPE, 2016, Série Sociologia). Em torno da obra de Florestan Fernandes, publicou os seguintes artigos: Modelo autocrático-burguês: uma sociologia do desenvolvimento desigual e combinado, Estudos de Sociologia, UFPE, 2020; Governamentalidade autocrática: repensando as racionalidades de governo em diálogo com Florestan Fernandes, Revista Brasileira de Sociologia, 2020; Uma leitura não-residualista da questão racial em Florestan Fernandes, Estudos de Sociologia, Unesp, 2016.

E-mail: trindadelucas88@gmail.com

Remo Mutzenberg é sociólogo tendo realizado sua formação na Universidade Federal de Pernambuco (Bacharelado em Ciências Sociais, Mestrado e Doutorado em Sociologia). Atualmente é Professor Associado IV da Universidade Federal de Pernambuco, atuando no Departamento de Sociologia e no Programa de Pós-graduação em Sociologia. Tem experiência em Sociologia, particularmente nas áreas da metodologia, movimentos/protestos sociais e sociologia em África, com ênfase nos seguintes temas: sociedade civil, democracia, cidadania, produção de conhecimento. Desenvolveu Estágio Pós-doutoral no Centro de Estudos Africanos do ISCTE-IUL (2013-2014), no Centro de Estudos Internacionais do ISCTE-IUL. Coordenou o Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco de setembro de 2016 a agosto de 2017. É fundador e foi coordenador do Instituto de Estudos da África – CEA - IEAF-UFPE de fevereiro de 2019 a março de 2020. É vice-líder do Grupo de Pesquisa Sociedade Brasileira Contemporânea: Cultura, Democracia e Pensamento social. Entre as suas produções, destacam-se: Soares; Mutzenberg; Portela Jr. (orgs.). Dossiê Produções Culturais Contemporâneas: Sociedade, Política, Cultura e a Construção de Significados. Estudos de Sociologia, 2020. Soares; Costa; Mutzenberg (orgs.). Dossiê Florestan Fernandes, 100 anos. Estudos de Sociologia, 2020. Soares; Mutzenberg. Literatura, pensamento social e movimento de mulheres: um mosaico moçambicano. Recife, Editora Universitária UFPE, 2019 (Série Brasil & África). Soares; Mutzenberg (orgs.). África & Brasil no Século XXI. Recife: Editora Universitária UFPE, 2019 (Série Brasil & África). Bussotti, L.; Mutzenberg, R. Movimentos sociais, Estado e Sociedade Civil em África. Considerações introdutórias. Cadernos de Estudos Africanos. 2016. Conhecimento sobre ação coletiva e movimentos sociais: pontos para uma análise dos protestos sociais em África. Sociedade e Estado, 2016. Protestos sociais em Moçambique: Uma agenda de pesquisa. Civitas: Revista de Ciências Sociais, 2014. Brym; Lie; Hamlin; Mutzenberg; Soares; Souto Maior. Sociologia: sua bússola para um novo mundo. São Paulo: Pioneira / Thomson, 2006.

E-mail: remo.mutzenberg@ufpe.br

CADERNO DE FOTOS



FLORESTAN FERNANDES



FOTO 1: Florestan Fernandes, aos cinco anos de idade.

Fonte: fotografia pertencente ao Fundo Florestan Fernandes (UMMA/SIBi-UFSCar/Fundo Florestan Fernandes/01.12.3864)



FOTO 2: Florestan Fernandes aos 14 anos de idade e sua mãe, D. Maria Fernandes. Observação no verso da foto: “+/- 1934”.

Fonte: fotografia pertencente ao Fundo Florestan Fernandes (UMMA/SIBi-UFSCar/Fundo Florestan Fernandes/01.12.3865)



FOTO 3: Florestan Fernandes aos 36 anos de idade.

Fonte: fotografia pertencente ao Fundo Florestan Fernandes (UMMA/SIBi-UFSCar/Fundo Florestan Fernandes/01.12.3787)



✓ FOTO 4: Florestan Fernandes com a esposa, D. Myriam Rodrigues Fernandes, e a filha Heloisa Fernandes Silveira, em 1946.

Fonte: fotografia pertencente ao Fundo Florestan Fernandes (UMMA/SIBi-UFSCar/Fundo Florestan Fernandes/01.12.3871)





FOTO 5: A esposa, D. Myriam Rodrigues Fernandes, e os seis filhos: Heloisa Rodrigues Fernandes, Noêmia Rodrigues Fernandes, Beatriz Fernandes Denser, Sylvia Fernandes Arantes, Florestan Fernandes Jr. e Myriam Lúcia Fernandes, conforme dedicatória no livro *A integração do negro na sociedade de classes* (Fernandes, 1964).

Fonte: fotografia pertencente ao Fundo Florestan Fernandes (UMMA/SIBi-UFSCar/Fundo Florestan Fernandes/01.12.3812)

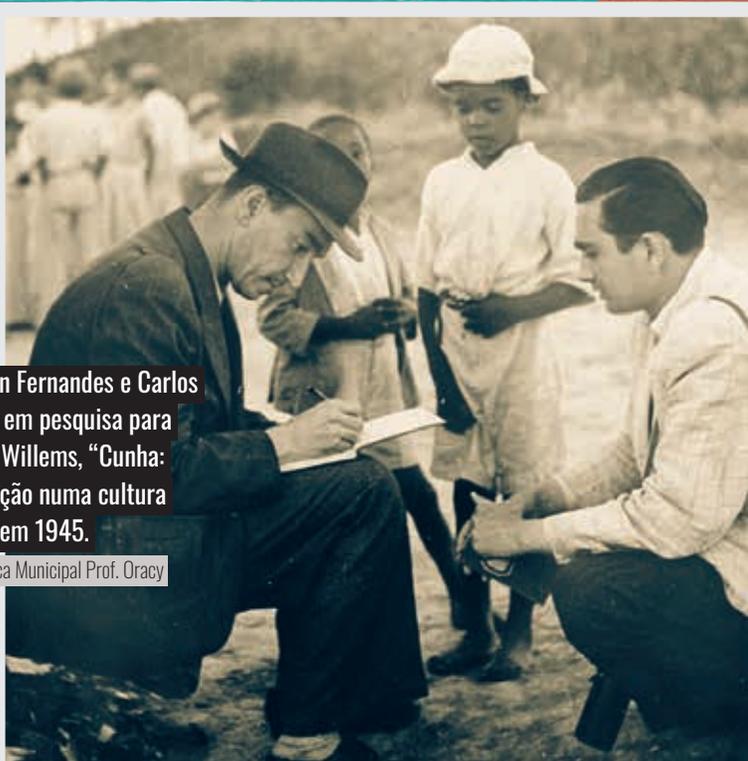


FOTO 6: Florestan Fernandes e Carlos Borges Schmidt, em pesquisa para a obra de Emilio Willems, “Cunha: tradição e transição numa cultura rural do Brasil”, em 1945.

Fonte: Biblioteca Pública Municipal Prof. Oracy Nogueira, Cunha-SP.

- ✓ **FOTO 7: Conferência na Biblioteca Municipal de São Paulo, em 26 de setembro de 1960. Observação no verso da foto: “Na Biblioteca Municipal, o Professor Florestan Fernandes discorre sobre o tema: ‘A escola e seu papel na comunidade brasileira’, dando sequência ao curso de introdução à realidade pedagógica nacional”. Crédito: Agência Estado.**

Fonte: fotografia pertencente ao Fundo Florestan Fernandes (UMMA/SIBi-UFSCar/Fundo Florestan Fernandes/02.10.3906)





- ^ FOTO 8: Florestan Fernandes no VI Congresso Latinoamericano de Sociología, realizado em Caracas, abril de 1961. Ao lado de Florestan Fernandes, encontra-se sentado Eduardo Hamuy. Na própria foto há uma dedicatória de Odorico Pires Pinto. A comunicação apresentada por Florestan Fernandes no referido congresso se intitula “Possibilidades e limitações da investigação sociológica na América Latina”, depois republicada no livro *A sociologia numa era de revolução social* (Fernandes, 1976).

Fonte: fotografia pertencente ao Fundo Florestan Fernandes (UMMA/SIBi-UFSCar/Fundo Florestan Fernandes/02.10.3907)

- ✓ FOTO 9: Florestan Fernandes na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, na Rua Maria Antônia, em 16 de setembro de 1964. Foto tirada após sua saída da prisão, por três dias, em decorrência de Inquérito Policial-Militar na USP. Descrição no verso da foto: “Assunto: Homenagem ao Professor Florestan Fernandes”. Crédito: Banco de Imagens da Folha de S. Paulo, foto de José Nascimento (Última Hora).

Fonte: fotografia pertencente ao Fundo Florestan Fernandes (UMMA/SIBi-UFSCar/Fundo Florestan Fernandes/02.10.3916)





FOTO 10: Florestan Fernandes com Roger Bastide e Mme Bastide em Montpellier, em setembro de 1965.

Fonte: fotografia pertencente ao Fundo Florestan Fernandes (UMMA/SIBi-UFSCar/Fundo Florestan Fernandes/02.10.3937)



FOTO 11: Florestan Fernandes com o pintor Bernardino de Souza Pereira (1895-1985) e família, Itanhaém-SP, 1965. Em depoimento de Heloisa Fernandes Silveira: “Meu pai alugava a casa dele em Itanhaém para passarmos as férias e ficaram grandes amigos”. Crédito: Estado de S. Paulo.

Fonte: fotografia pertencente ao Fundo Florestan Fernandes (UMMA/SIBi-UFSCar/Fundo Florestan Fernandes/01.12.3830)





^ FOTO 12: Florestan Fernandes com o pintor Bernardino de Souza Pereira, na ocasião da entrega do quadro de Florestan Fernandes. Crédito: O Estado de S. Paulo.

Fonte: fotografia pertencente ao Fundo Florestan Fernandes (UMMA/SIBi-UFSCar/
Fundo Florestan Fernandes/01.12.3829)

FOTO 13: Florestan Fernandes com Gilberto Freyre, na Universidade de Münster, Alemanha, em novembro de 1967. Dedicatória no verso da foto: “A Florestan Fernandes, lembrança do seu velho admirador. Gilberto Freyre”.

Fonte: fotografia pertencente ao Fundo Florestan Fernandes (UMMA/SIBi-UFSCar/Fundo Florestan Fernandes/02.10.4052)



✓ **FOTO 14: Florestan Fernandes com Orlando Fals Borda e Celso Furtado, durante o Colóquio Ultramarino das Universidades e Escolas Superiores da Alemanha Ocidental, na Universidade de Münster-Cosal, Alemanha, de 6 a 21 de novembro de 1967.**

Fonte: fotografia pertencente ao Fundo Florestan Fernandes (UMMA/SIBi-UFSCar/Fundo Florestan Fernandes/02.10.4049)





FOTO 15: Florestan Fernandes na casa de Abdias Nascimento, dentre outros convidados, em Buffalo, NY, EUA, em 1970.

Fonte: fotografia pertencente ao Fundo Florestan Fernandes (UMMA/SIBi-UFSCar/Fundo Florestan Fernandes/02.10.3943)

▼ **FOTO 16: Florestan Fernandes com Barbara Freitag, no Colóquio de Rheda, em 1970. Dedicatória no verso da foto: “O mestre e a aluna (Florestan + Barbara)”.**

Fonte: fotografia pertencente ao Fundo Florestan Fernandes (UMMA/SIBi-UFSCar/Fundo Florestan Fernandes/02.10.3941)





<

FOTO 17: Florestan Fernandes com István Mészáros e Octavio Ianni, na Conferência de István Mészáros, organizada pela revista Ensaíos, no auditório do TUCA (Teatro da PUC-SP), em 20 de outubro de 1983.

Crédito da foto: Carlos Eduardo Berriel.

✓ **FOTO 18: Florestan Fernandes com a esposa, Dona Myriam Rodrigues Fernandes, na Primeira Jornada de Ciências Sociais da UNESP, de 22 a 24 de maio de 1986.**

Fonte: fotografia pertencente ao Fundo Florestan Fernandes (UMMA/SIBI-UFSCar/Fundo Florestan Fernandes/02.10.3975)



- ✓ **FOTO 19: Florestan Fernandes na primeira reunião da sua campanha a Deputado Constituinte pelo PT, em maio de 1986. Nota-se, dentre outras, a presença de Octavio Ianni. Crédito: foto de J. S. Rangel.**

Fonte: fotografia pertencente ao Fundo Florestan Fernandes (UMMA/SIBi-UFSCar/Fundo Florestan Fernandes/03.07.4244)



- ✓ **FOTO 20: Florestan Fernandes na aula inaugural de celebração dos 40 anos da PUC-SP, em 06 de agosto de 1986. Crédito: Folha de S. Paulo, foto de Juan Esteves.**

Fonte: fotografia pertencente ao Fundo Florestan Fernandes (UMMA/SIBi-UFSCar/Fundo Florestan Fernandes/02.10.3913)

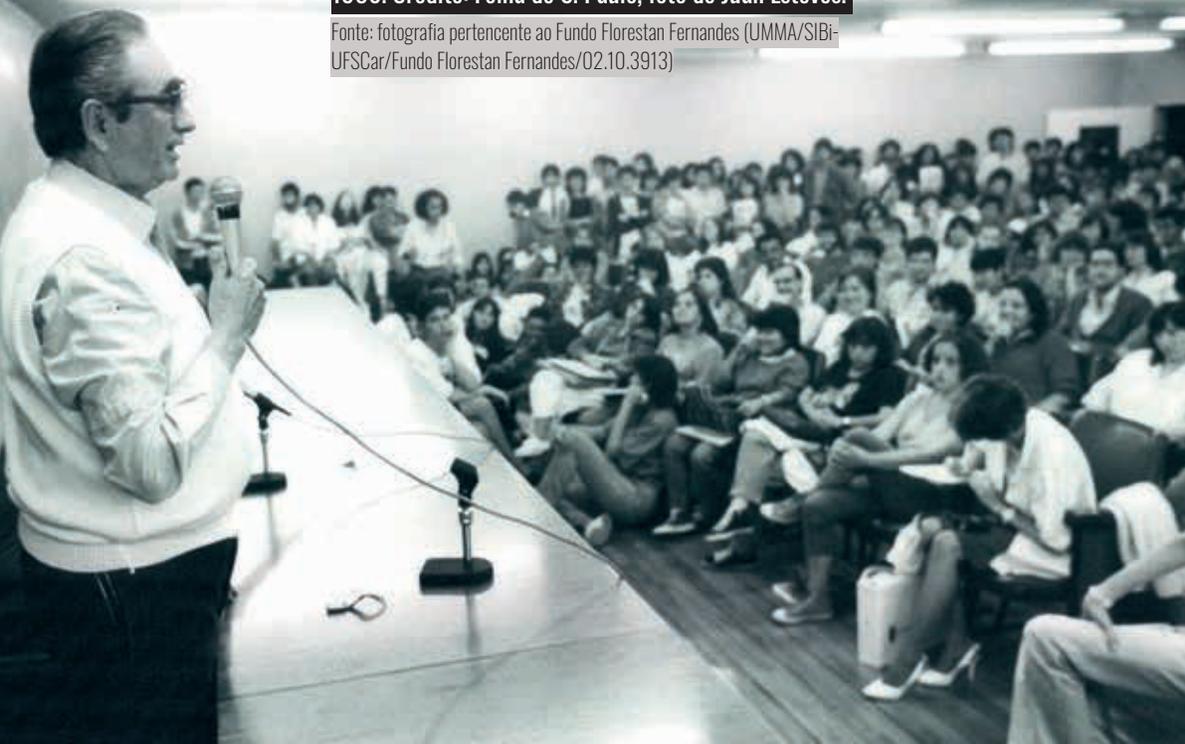


FOTO 21: Florestan Fernandes com Luís Carlos Prestes, na Câmara Municipal de São Caetano (SP), em outubro de 1986. Crédito: foto de Antonio Rago Filho.

Fonte: pág. 230 da dissertação de mestrado de Rodrigo Pereira Chagas (2011). Conforme informações do autor, a fotografia foi cedida pelo Fundo Florestan Fernandes (UMMA/SIBi-UFSCar/Fundo Florestan Fernandes/item documental n. 4692).



✓ **FOTO 22: Florestan Fernandes com Luiza Erundina. Crédito: Estadão.**

Fonte: fotografia pertencente ao Fundo Florestan Fernandes (UMMA/SIBi-UFSCar/Fundo Florestan Fernandes/03.07.4233)



▼ **FOTO 23: Florestan Fernandes com Ivan Valente. Crédito: Estadão.**

Fonte: fotografia pertencente ao Fundo Florestan Fernandes(UMMA/SIBi-UFSCar/Fundo Florestan Fernandes/03.07.4230)





FOTO 24: Florestan Fernandes com Luís Inácio Lula da Silva.

Fonte: fotografia pertencente ao Fundo Florestan Fernandes (UMMA/SIBi-UFSCar/
Fundo Florestan Fernandes/03.07.4139)



^ FOTO 25: Florestan Fernandes com Eliane Veras, Ana Maria, Felícia e João, no gabinete de Florestan Fernandes, no dia da posse do segundo mandato como Deputado Federal, em 01 de fevereiro de 1991. Dedicatória no verso da foto: “Querido Florestan, Eis aqui uma lembrança do dia 01.02.91 que deixou ‘todas’ nós muito orgulhosas. Sucesso e felicidades na nova jornada. Um forte abraço, Eliane, Raleu [José Augusto], Felícia, Ana Maria, João”. Crédito da foto: José Augusto Martinez Albuquerque.

Fonte: fotografia pertencente ao Fundo Florestan Fernandes (UMMA/SIBi-UFSCar/Fundo Florestan Fernandes/03.07.4184)

▼ FOTO 26: Florestan Fernandes saúda manifestantes em frente ao Congresso Nacional, Brasília. Observação no verso da foto: “Florestan Fernandes participa de manifestação de trabalhadores rurais em frente ao Congresso Nacional. Brasília (1º mandato)”. Crédito: foto de Carlos Menandro (Jornal de Brasília).

Fonte: fotografia pertencente ao Fundo Florestan Fernandes (UMMA/SIBi-UFSCar/Fundo Florestan Fernandes/03.07.4123)





FLORESTAN FERNANDES

marxismo21

ISBN: 978-65-00-25934-6



9 786500 259346

[...] na polêmica que eu fiz com o Guerreiro Ramos, ele falava de uma pesquisa semicientífica. E eu dizia que, exatamente por nós sermos um país pobre e atrasado, a pesquisa tinha de ser uma pesquisa totalmente científica [...] Agora, se você recebe uma massa de recursos, manda todos os talentos para o exterior, no fundo você sofre um processo de colonização. Nós já tínhamos sofrido um com os professores estrangeiros e reagimos. Nós éramos coloniais que não se recusaram a pensar o Brasil ao estilo francês, ao estilo alemão, ao estilo inglês. Tanto que o Brasil, que sai dos nossos trabalhos, não é um Brasil de Gilberto Freyre. [...] A elite brasileira via o Brasil de cima para baixo, enquanto que nós não. Nós aqui víamos em termos de um passado, de um presente, de um futuro, engajados dentro de uma realidade que nós queríamos transformar. Então eu não queria recursos que nos submetessem a um imperialismo cultural, aguçando a dependência numa área vital, porque é área de educação, de pesquisa científica, de formação da cultura, de produção de conhecimento.

